SARA MARIA AZEVEDO E SOUSA MARQUES PEREIRA

O PENSAMENTO PEDAGÓGICO DE SAMPAIO BRUNO: A IDEIA DE EDUCAÇÃO PARA A REPÚBLICA



Orientador: Prof. Doutor Manuel Ferreira Patrício

Co-Orientador: Prof. Doutor José Esteves Pereira

Esta tese não incluí as críticas e sugestões feitas pelo júri

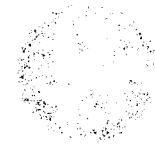
UNIVERSIDADE DE ÉVORA
2002

UNIVERSIDADE DE EVORA
140 677

ERRATA

Pág.	Linha	Onde se lê	Deve ler-se
13	20	*ou desse d'esse proletariado ou*	*d'esse proletariado*
26	16	José Pereira de Sampaio	José Pais de Sampaio
33	12	Idem	Idem
34	4	Idem	Idem
51	13	era vista apenas uma	era vista apenas como uma
56	10	uma alteração do estado	uma alteração no estado
56	13	o Liceu do Porto forram	o Liceu do Porto foram
62	15	bem algumas ainda mais algumas	bem mais algumas
66	10	*às Cortes da não portuguesa*	*às Cortes da Nação portuguesa*
86	2	*de Flora e aí queimado*	*de Fora e aí queimado*
109	3	foram ainda dentro das vetustas	foram ainda as vetustas
135	9	deve-se ao facto de desencanto	deve-se ao desencanto
152	15	Aseguir veremos a significação	A seguir veremos a significação
157	20	*eu for a aprovado*	*eu fora aprovado*
201	16	negrura dos factos do azul	negrura dos factos no azul
214	10	devem ter sido alheio a estes	devem ter sido alheios a estes
309	16	*Todos os monopólis são*	*Todos os monopólios são*
342	7	*Notas do Exílio* (NE)	*Notas do Exílio* (1893)
346	22	esteio por passava	esteio por onde passava
364	31	*como o próprio absolutop*	*como o próprio absoluto*
382	13	*era o homodénio*	*era o homogénio*
397	2	*Las Nacionalidades* (1852)	*Las Nacionalidades* (1877)
423	29	José Manuel Barros	José Manuel de Barros
433	13	É um livro "bem estranho"	é um livro "bem estranho"
434	3	destas suas enigmáticas páginas	deste seu enigmático livro
440	28	José Manuel Barros	José Manuel de Barros

446	14	conciliação entra a	conciliação entre a
452	6	*Questão Religiosa*	*Questão Religiosa* (1907)
465	18	Vieira de (1857)	Vieira de (1957)
473	16	José Manuel Barros	José Manuel de Barros
473	17	*Plenos para a Educação*	*Planos para a Educação*
529	3	aprendem mal e melhor	aprendem mais e melhor
541	17	tem mostrada que	tem mostrado que
557	2	a pouco nitidez	a pouca nitidez
570	14	*Nous auons changé*	*Nous avons changé*



Dissertação, para obtenção do grau de Doutor em Ciências da Educação, realizada sob a orientação do Prof. Doutor Manuel Ferreira Patrício, e a co-orientação do Prof. Doutor José Esteves Pereira, apresentada à Universidade de Évora.Esta tese não incluí as críticas e sugestões feitas pelo júri.

AGRADECIMENTOS

Os primeiros agradecimentos vão para o meu orientador, Prof. Doutor Manuel Ferreira Patrício, e para o meu co-orientador, Prof. Doutor José Esteves Pereira.. Desde os tempos em que fui sua aluna, ambos me demonstraram sempre grande amizade e apoio. Aos dois se deverá o que de melhor este trabalho tiver.

Gostaria de agradecer também às seguintes pessoas e entidades: Prof. Doutora Maria Helena Varela, Prof. Doutor Carlos Reis e funcionários da Biblioteca Nacional de Lisboa; Doutoras Fátima Veloso, Paula Bonifácio, Benilde Pinto e Isabel Proença, da Biblioteca Municipal do Porto; Prof. Doutor José Esteves Pereira, como Director do Centro de História da Cultura, bem como à sua bibliotecária, Dra. Sandra Lobo; Dr. José Mateus, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; ao Director e a todos os funcionários da Biblioteca Nacional de Madrid, em especial ao Sr. Gregório Solero Casero; Presidente do Ateneu de Madrid, Prof. José Luís Abellán e restantes biblotecários desta instituição; Dra. Eliane Peres, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; Director e funcionários do Arquivo Histórico-Militar de Lisboa e Gerente da Messe de Oficiais do Porto, Capitão Carlos Pereira e ainda à indespensável Sónia, dos Serviços de Computação da Universidade de Évora. De uma forma ou outra, todos eles acompanharam de forma esforçada e atenciosa os longos meses que por vezes tive de trabalhar nas suas "casas". Muito obrigado.

Agradeço ainda à FCT a bolsa de investigação concedida (FSE, III Quadro Comunitário de Apoio), tornando assim possível as minhas investigações em Madrid e no Rio de Janeiro.

Obrigado aos meus alunos. Também foi por vós que realizei este trabalho. Aos colegas do Departamento de Pedagogia e Educação, em especial àqueles que tiveram acumulação de trabalho aquando da minha dispensa de

serviço. À Universidade de Évora, Casa-Mãe de quase toda a minha formação académica.

Last but not least, aos meus amigos e à minha família, que sempre me apoiou em todos os meus projectos. Finalmente, à Mafalda Neves Pedroso que me incentivou e ajudou numa infinidade de tarefas, difíceis sequer de contabilizar. A todos, agradeço.

ÍNDICE

I PARTE

De José Pereira de Sampaio a Sampaio Bruno

Agradecimentos **2**

Índice **4**

Introdução **8**

1. A infância (1857-1867) **23**

1. 1. A "herança" do Pai: a abertura de uma extraordinária gaveta. 24

1. 2. Memórias da Escola Primária - O Colégio Podestá 37

2. O tempo do Liceu (1868-1874) **45**

2.1. O Liceu no tempo de Bruno – Á beira do caos pedagógico-legislativo 46

2.2. Os professores 56

2.3. "Os do Liceu" ... alguns rapazes de talento 72

2.4. A adolescência - A gestação de um publicista 75

3. A passagem pela Academia Politécnica do Porto (1876-1880) **100**

3. 1. Do "saber" e do "saber fazer" – A institucionalização do ensino Politécnico em Portugal (1837) 103

3.2. A Academia Politécnica do Porto (1837-1862) 107

3.3. Pedro Amorim Viana (1822-1901) - "O mestre dos mestres" 112

3.4. Letras ou ciências – A via difícil do autodidactismo heterodoxo. 135

4. Bruno: Um republicano fora da República – Os "três Exílios" (1891-1902-1911) **145**

4.1. Da adesão ao Partido Republicano à "Revolta de Janeiro de 1891" (1878-1891) 145

4.1.1. O Exilado de Madrid – Sampaio Bruno e a "Revolução de Janeiro de 1891" 164
4.1.2. Esse dia. Os acontecimentos do 31 de Janeiro de 1891 171
4.1.3. A fuga para a Galiza (Vigo - Fevereiro de 1891) 177
4.1.4. Madrid calle Montera n.º 13 (Março-Abril de 1891) 184
4.1.5. Paris não é uma festa. (Abril de 1891 a Fevereiro de 1893) 195
4.2. A Propaganda acima de tudo - A polémica da peste no Porto (1899-1902) 199
4.2.1 A formação de opinião pública como motor político 200
4.2.2. Contornos e significação da polémica 207
4.3 O segundo "exílio" - O abandono do Partido Republicano Português (1902) 224
4.4. O derradeiro exílio – Um republicano fora da República (1903-1915) 234
4.4.1. Os "dois Brunos" – Sampaio Bruno heterónimo de si mesmo. 236
4.4.2. A Luta contra o franquismo e a crítica ao regicídio (1906-1908) 240
4.4.3 A República de Afonso Costa - " Um franquismo de barrete frígio" 248
4.4.4. O poder tribunício - Bruno volta à peleja de ideias (a colaboração na Pátria (1909-1910 e no Diário da Tarde (1911)) 250
4.4.5. O Projecto da Bandeira Nacional – A tradição como pilar da "Pátria Nova". 252

II PARTE

Da realidade à idealidade educativa

1. Introdução à problemática – Bruno e a centralidade do problema educativo..... 271

2. Bruno e a educação republicana 283

3. Reflexões sobre a educação contemporânea 293

3.1 A Educação Primária e Secundária (castigos corporais e livros, currículos, exames) 293

3.2. Os Bacharéis – "Um mandarinato de mangas de alpaca" 303

3.3. A Questão da Liberdade de Ensino - O Ensino Livre 304

3.4. "Negros Hábitos" – Bruno e a educação jesuítica. 312

3.4.1. Breve balanço da "Questão Religiosa" em Portugal no Séc. XIX. 313

3.4.2. O republicanismo e o combate à Educação Jesuítica. 318

3.5.Bruno e a educação feminina como estratégia de republicanização 327

3.5.1. A Educação Feminina na transição do séc. XVIII para o séc. XIX 330

3.5.2. As duas faces de Jano - O cientismo e as imagens da Mulher. 337

3.5.3. A Mulher: O "elo fraco da cadeia" 339

3.5.4. A crítica ao divórcio, ao "Amor Livre" e a defesa do celibato religioso. 352

3.5.5. O fim das esperanças: A República (1910) 359

4. Educação e Progresso – A Missão dos Intelectuais 362

4.1. E no Fim seria o Verbo - A Teurgia da Redenção 367

4.1.1. Bruno – "Filho de um Deus Menor" 373

4.2. A Filosofia da História em Bruno: A Teleologia do Progresso 382

4.3. "A Lição de Espanha" - O mito da Espanha republicana 395

5. A Missão dos Intelectuais 405

5.1. O Homem: Herói da Humanidade 405

5.2. O nascimento do intelectual moderno e a sua missão demopédica (séc. XVIII e XIX). 409

5.3. A demopedia como trabalho da "Geração Nova" 419

5.4. Os Cavaleiros do Amor – A educação como "gnose colectiva" 433

Conclusão 446

Fontes e Bibliografia 451

Axexo 1: Selecta de artigos de Sampaio Bruno sobre educação 495

Anexo 2: Selecção de obras da biblioteca particular de Sampaio Bruno.....575

INTRODUÇÃO

1. A presente tese tem como objecto o estudo do pensamento pedagógico de Sampaio Bruno (1857-1915), no sentido de demonstrar a ideia de educação para a República que este autor defendeu. Todavia, ter escolhido um autor como Sampaio Bruno não foi tarefa fácil[1]. A empresa mostrava-se, desde logo, eriçada de dificuldades. Para além de ser, reconhecidamente por vários dos seus estudiosos, um escritor de prosa difícil, imbricada, incompreensível mesmo — talvez motivada pela sua dieta de leituras um tanto anárquicas, como pelo estilo, onde a oração intercalar e o hipérbato, ou inversão, fazem tropeçar a clara exposição das ideias — Sampaio Bruno vinha já sendo estudado por grandes nomes da nossa cultura contemporânea[2].

Desde a década de cinquenta, por alturas do centenário do seu nascimento (1857), inicia-se em Portugal o desocultamento deste autor, até aí quase esquecido, com a publicação da biografia feita pelo seu sobrinho, *José Pereira de Sampaio (Bruno)*. Esta publicação foi contemporânea do número que lhe foi dedicado em *Estrada Larga – Suplemento de Cultura e*

---

[1] A sugestão foi feita pelo Prof. Doutor Manuel Ferreira Patrício, quando lhe manifestei vontade de estudar o debate educativo na transição da Monarquia para a República. Lembro-me, como se fosse hoje, do que ele me disse então: "Se a Sara quiser estudar o Bruno verá que ali tem tudo". E tinha mesmo !

Foi então, depois de acordado o autor e a temática educativa, que solicitei a co-orientação do Prof. Doutor José Esteves Pereira, que já me havia orientado na tese de Mestrado, entre 1992 e 1995, e que logo aderiu ao projecto. A orientação de ambos foi para mim um privilégio.

[2] CALAFATE, Pedro (1995), "A Filosofia da História em Sampaio Bruno", in *Nova Renascença*, Vol. XV, Fundação António José de Almeida, Porto, 1995, p. 677; DIONÍSIO, Sant'Anna (1983), *Da Urbe e do Burgo*, Lello & Irmão Editores, Porto, 1983, pp. 99 a 100.

Arte de O Comércio do Porto, organizado por Costa Barreto, a que logo se haveria de seguir o livro de Joel Serrão, *Sampaio Bruno – O Homem e o Pensamento*.

Antes disso, para além dos escritos dispersos produzidos na época do seu falecimento (1915), só o livro de Álvaro Ribeiro, *Sampaio (Bruno)*, escrito em 1947, e o pequeno texto de José Marinho "José Pereira de Sampaio (Bruno) — (1857-1915)", publicado em *Perspectivas da Literatura Portuguesa do Séc. XX* (1948)[3] —, tentavam afastar o pensador portuense do olvido em que se encontrava.

Após o falecimento, em 1915, o pensamento deste autor haveria de despertar o interesse da Filosofia e da Literatura, sobretudo no que concerne à sua obra maior, *A Ideia de Deus* (1902), bem como *O Brasil Mental* (1898), *A Geração Nova* (1886) ou *Os Modernos Publicistas Portugueses* (1906). Mais recentemente, tanto a História como o Pensamento Político, ligados aos últimos anos da Monarquia e primeiros da República, têm vindo a revisitar os textos de Bruno, especialmente a sua extensa colaboração periodística, onde ressalta mais transparente a sua ideologia política.

Nos dias de hoje, felizmente, muitas têm sido as monografias e os estudos que lhe vêm sendo dedicados, dos quais destacamos, temendo sempre cometer a injustiça de omissão, os de Amorim de Carvalho (1960), de Maria Helena Varela (1990) e de Manuel Gama (1994), a que se veio juntar um número temático da Revista *Nova Renascença* (Vol. XV, 1995), que recolhia algumas das comunicações apresentadas no Colóquio *Antero de Quental*, dedicado a Sampaio Bruno, realizado em Aracajú (Sergipe-Brasil), entre 14 e 15 de Setembro de 1993.

Apesar dos vários estudos que vêm sendo realizados, nenhum ainda abordou, com profundidade exclusiva, a questão do seu pensamento

---

[3] MARINHO, José (1948), "José Pereira de Sampaio (Bruno) (1857-1915)", in *Perspectivas da Literatura Portuguesa do Séc. XX*, Dir. João Gaspar Simões, Vol. II, Lisboa, 1948, pp. 389 a 424.

pedagógico. É o que pretendemos levar a cabo nesta dissertação.

Inserindo-se este trabalho na área das Ciências da Educação, ele resulta da intersecção entre a História da Pedagogia e da Educação, a Teoria da Educação e a História das Ideias Educativas. Na realidade, o estudo do pensamento pedagógico de Sampaio Bruno, considerado um dos mais complexos pensadores portugueses[4], obrigou a percorrer os trilhos de múltiplas áreas epistemológicas e saberes diversos: da História e Teoria da Educação, propriamente ditas, passando também pela Filosofia, Literatura, História, Ciência Política, até à Gnose, relacionando-se esta com os temas mais acentuadamente místicos e esotéricos que Bruno abordou.

A transdisciplinaridade — para além da interdisciplinariedade — é, assim, evidente no seu pensamento, acabando por se tornar sensível na produção deste estudo, se bem que, como já dissemos, a tónica se coloque no âmbito do Pensamento Pedagógico do Portugal dos Sécs. XIX e XX[5].

Vários espelhos para reflectir uma realidade ainda assim diversa e esquiva, decorrente de um pensamento muitíssimo original, como foi o de Sampaio Bruno. Heterodoxo e pluralista, essencialmente autodidacta, o seu labor intelectual incidiu numa multiplicidade de interesses. Por esta razão, para o acompanhar, foi mister percorrer os mesmos caminhos. Teoria da Cultura, Filosofia da História, Teoria do Conhecimento e Epistemologia,

---

[4] FERREIRA, Alberto (1960), "Pensamento e interpretação de Sampaio Bruno", in *Seara Nova*, n.º 1373, Março de 1960, p. 76.

[5] Sobre a fragilidade das fronteiras estabelecidas entre as ciências que têm como objecto a educação, termo por si também, polissémico, veja-se o estudo clássico de QUINTANA CABANAS, José Maria de(1988), *Teoria de la Educación. Concepción Antinómica de la Educación*, Ed. Dykinson, Madrid, 1988, especialmente o capítulo "Qué es la Teoría de la Educación ? (Sus relaciones con la Pedagogía General)", pp. 11 a 31; e também CARVALHO, Adalberto Dias de (2001), "A Filosofia da Educação: Perspectivas e Perplexidades", in *Filosofia da Educação: Temas e Problemas*, (vários), Ed. Afrontamento, Porto, 2001, pp. 11 a 35.

Teodiceia e uma nova Moral, foram por ele erigidas com vertebração lógica, que ora se inspira nos argumentos fundamentais da Filosofia moderna, ora nas doutrinas místicas neoplatónicas e cabalísticas, entrançando ainda as teses que haviam inspirado os heresiarcas, os místicos da Idade Média, continuadas nas diversas sociedades secretas dos séculos XVIII ao XX[6].

Esta verdadeira "infusão gnoseológica" situava-o, segundo o juízo de Alberto Ferreira, na "posição ambígua dos filósofos renascentistas", capazes de postular princípios rigorosamente científicos, e até mesmo revolucionários, aceitando ao mesmo tempo as mais estranhas superstições[7]. Não foi casual a escolha do pseudónimo "Bruno". Giordano Bruno (1548-1600), também ele heterodoxo e herético, representava em si mesmo o cruzamento dos saberes que vimos referindo.

De facto, tudo no seu pensamento se liga e complementa numa dialéctica fundamental de saberes. Por esta razão, a pedagogia brunina, como já foi caracterizada pelo Prof. Doutor Manuel Ferreira Patrício, é uma pedagogia *panteísta*, diversa, por exemplo, da pedagogia *personalista* de Leonardo Coimbra[8]. Todavia, tal como neste autor, no pensamento pedagógico de Sampaio Bruno se pode observar uma *pedagogia de superfície*, e uma *pedagogia profunda*[9].

Na *pedagogia de superfície* incluem-se os seus textos onde reflecte sobre as instituições escolares, programas, livros, professores, exames, hábitos e rotinas escolares, ideologia educativa, enfim. Neste patamar de

---

6 VARELA, Maria Helena (1989), *"Sofia" e "Profecia" na Filosofia da História de Sampaio Bruno*, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, 1990, pp. 38 a 46.

7 FERREIRA, Alberto (1960), "Pensamento e interpretação de Sampaio Bruno", op. cit., pp. 76 e 77.

8 PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1983), *A Pedagogia de Leonardo Coimbra. Teoria e Prática*, Porto Editora, Porto, 1992, p. 621.

9 Idem, p. 619.

análise, o pensamento pedagógico apresenta conexões óbvias com a política, e as suas reflexões têm um carácter mais marcadamente militante.

Já na *pedagogia profunda*, na realidade o núcleo mais original das suas ideias pedagógicas, Bruno faz entroncar directamente a Pedagogia na Filosofia, a Metafísica e História. A ontogénese e a mitogénese nacional são então encorporadas no pensamento pedagógico[10], podendo dizer-se que a busca das raízes culturais da nacionalidade faz parte das equações propostas nos livros *O Encoberto* (1904), e *Os Cavaleiros do Amor* (1959). Reencontrar as raízes ônticas da nacionalidade era ao mesmo tempo, para Bruno, afastar as "trevas" do Portugal tridentino, jesuíta e inquisidor. Na busca dos "Cavaleiros do Amor" — ou seja, de intelectuais, homens de fé ou ciência, que desde tempos remotos vinham assinalando o caminho do progresso — Bruno veio a construir uma singular arqueologia de homens e ideias, convertendo-se num dos aspectos mais interessantes da sua obra.

A educação tem, no pensamento brunino, uma *finalidade* essencialmente *cósmica*. Bruno encara o progresso da Humanidade como parte do próprio progresso do Universo, possibilitador da re-unidade deste com Deus. Para explicar estas ideias recorre, de facto, tanto aos filósofos evolucionistas como Herbert Spencer (1820-1903), Eduardo de Hartmann (1842-1906) ou Henri Bergson (1859-1941), como à Teoria da Reintegração dos Seres, inspirada no místico Pascoal Martins[11].

---

10 "Educação e Progresso" e "A Missão dos Intelectuais", são os capítulos do trabalho onde estes temas se abordam.

11 Ou Pascual Martinez ou ainda Martinets de Pasquallys, conforme são portugueses ou espanhóis a reivindicar a sua nacionalidade. Sobre a polémica em torno da nacionalidade de Pascoal Martins, Manuel Gandra, na introdução à edição portuguesa do *Tratado da reintegração dos seres criados nas suas primitivas propriedades, virtudes e poderes espirituais e divinos*, Edições 70, Lisboa, 1979, haveria de dizer: "*É escusado engrandecer a controvérsia gerada em torno da nacionalidade provável de Martinets de Pasquallys. A Península é um todo, apesar de Portugal ser o rosto ...*", idem, p. 24.

A demopedia brunina deve ser inserida nesse objectivo mais alto da evolução humana. A instauração da República era apenas uma forma de acelerar esse progresso necessário, não um fim em si. Na grande ordem evolutiva, a questão do regime, tal como a da própria educação , era instrumental, embora aquela numa escala valorativa muito inferior. Chegados a este ponto é inevitável reconhecer o quanto para Bruno a questão educativa era central no seu pensamento: ela (educação) era verdadeiramente a *mola da evolução humana*, sem a qual tudo estaria irremediavelmente comprometido.

A forma como o próprio Bruno encarna essa missão educativa, sabemo-la já: é através do seu papel de publicista e homem de letras. Essa "evangelização" pelo *verbo*, entendendo-se este como *logos seminal*[12], privilegiava-a ele através da tribuna dos jornais, onde, dizia escrever não com pretensões intelectuais, mas de forma que os mais simples o entendessem, como magistralmente o expressa neste texto de 1884, denominado "A Propaganda":

"Ora, que importa a vitória d'uma revolução, que no dia seguinte ao do seu êxito entregará a arma do sufrágio universal ao povo para ele fazer fogo sobre si próprio ? Que republicanos sairão d'essa plebe fanatizada que labuta nos campos ou desse d'esse proletariado das grandes cidades que todos nós vemos vender-se à porta das igrejas, por duas moedas, de 500 reis cada ? [...]

Que há, pois a fazer ? Martelar, continuamente martelar no erro, no preconceito, na ignorância; espalhar verdades pela pena e pela palavra; criar proselitismo pelo prestígio do exemplo regenerar a atmosfera moral pelo singular contraste da abnegação e do desinteresse. Com o andar dos tempos, das novas camadas, da mocidade, se destacarão sucessivamente legionários para a nossa fileira; e dos homens dos nossos dias e da

12 PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1983), *A Pedagogia de Leonardo Coimbra*...op. cit., p. 624.

geração que nos precedeu os elementos puros existentes se agregarão".[13]

Pelas complexas ligações gnoseológicas que o seu pensamento apresenta, torna-se por vezes difícil, senão ocioso, caracterizar a sua obra dentro dos quadros tradicionais: Literatura, Filosofia, Metafísica, História, etc. Sem pretensões epistemológicas, é possível, contudo, olhar para a sua obra e dividi-la em dois grandes grupos: as obras de âmbito filosófico e especulativo, como *O Brasil Mental* (1898), *A Ideia de Deus* (1902), *O Encoberto* (1904) ou os *Cavaleiros do Amor* (1959), e aquelas de âmbito mais histórico-literário como *A Geração Nova* (1886), *Os Modernos Publicistas Portugueses* (1906) ou *A Ditadura* (1907), para só exemplificar algumas.

De novo, a questão não é fácil. De novo nos deparamos com a complexidade, originalidade e mesmo a obscuridade do seu pensamento, muito avesso a catalogações simples. Não pudemos deixar de referir as hesitações, perplexidades e dificuldades reais que tivemos de ultrapassar: lendo e relendo um texto, comparando-o com outros sobre o mesmo assunto, com outras versões produzidas, procurando descobrir as fontes de inspiração, ou lendo o que outros já haviam escrito sobre ele (tantas vezes porto de abrigo ...), e dessa forma conseguir uma compreensibilidade que à partida parecia impossível. Quem já trabalhou este autor sabe bem ao que nos referimos !

Sabemos, também, que muitas das suas obras se formaram da junção de vários artigos (ex. *As Notas do Exílio* (1904), os três volumes dos *Portuenses Ilustres* (1907-1908), *A Ditadura* (1909), ou ainda *Portugal e a Guerra das Nações* (1906), etc.). Esta "colagem" resulta naquela sensação desagradável, que a leitura dos seus livros oferece: a de que o autor fica "saltando de uma lado para o outro", de assunto para assunto, tornando-se, por isso, mais uma dificuldade a ultrapassar, um novo cuidado a ter. Com uma obra composta de quinze livros publicados, a que se associam mais de

13 In, "A Propaganda", in *A Discussão*, Porto, 4 de Março de 1884.

um milhar de artigos, dos que até agora foram identificados[14], dispersos por entre a imprensa periódica nacional e regional, a metodologia utilizada teve de assentar, como já dissemos, numa profunda hermenêutica dos seus textos. Leitura, comparação, reflexão, e outras leituras ainda, de forma a estabelecer comparações, tirar conclusões relacionando o seu ideário filosófico-político com o seu pensamento pedagógico. Pelas razões enunciadas, este trabalho teve de ser, por força, moroso.

2. Os contemporâneos olhavam para esse homem tímido como se de

[14] O primeiro levantamento dos artigos publicado por Sampaio Bruno foi levado a cabo pelo seu sobrinho, na obra escrita em 1957 , *Sampaio (Bruno) – Sua vida e sua Obra*, Editorial Inquérito, Lisboa 1959, tendo sido completado em 1994 pelo Manuel Gama para a sua tese de doutoramento, posteriormente publicada pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, *O Pensamento de Sampaio Bruno. Contribuição para a História da Filosofia em Portugal*, INCM, Lisboa, 1994. No trabalho que levámos a cabo encontrámos ainda artigos de Bruno que não se acham em nenhuma destas listagens. Estando conscientes de que muitos dos seus textos foram escritos sob pseudónimo, ou mesmo anónimos: bem como, dada a vastidão da sua produção periodística, é muito natural que se continue a encontrar textos seus durante ainda muito tempo. É o caso de *Um Feixe de Plumas*, número único publicado no Porto a 1 de Abril de 1890, por motivo do *Ultimatum*. Os redactores são Joaquim de Araújo (1858-1917) e Sampaio Bruno. Esta publicação sentimentalista e nacionalista contou com a colaboração dos nomes mais sonantes e prestigiados do mundo das letras de então — Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), Antero de Quental (1842-1891), Cândido de Figueiredo (1846-1925), Oliveira Martins (1845-1894), João de Deus (1830-1896), Teófilo Braga (1843-1924), Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925), etc. —, cada um deles contribuindo com um pequeno texto de prosa ou poesia. Esta publicação, apesar de número único, é em si muito representativa, pois pretende colocar em prática a ideia de "missão dos intelectuais" que Bruno defendia: o magistério supremo da responsabilidade moral, intelectual e cívica que Sampaio Bruno atribuía aos sectores da intelectualidade portuguesa, como promotores da regeneração nacional.

uma enciclopédia ambulante se tratasse. Em novo animou as tertúlias dos cafés portuenses, especialmente a do Café Suíço, discorrendo sobre todos os assuntos com uma proficiência que a todos espantava. Mais velho, desiludido já da política, mais tímido, se ainda tal era possível, homiziava-se na Biblioteca Municipal do Porto, sempre que a actividade "dispersiva" do jornalismo lho permitia. Lia e escrevia quase na mesma proporção. Esse homem que "caminhava a passo de caracol", da Rua do Bonjardim para a Biblioteca, foi também um dos mais prestigiados militantes republicanos do seu tempo.

Cedo inscrito no primeiro Centro Republicano do Porto (1878), foi um dos ideólogos do Movimento do 31 de Janeiro de 1891. Por isso haveria de partir com os outros exilados para Espanha onde, conjuntamente com Alves da Veiga, redigiu o célebre *Manifesto dos Emigrados do 31 de Janeiro de 1891*. Testamento político antecipado do seu *republicanismo cátaro*. Ao regressar do exílio, em 1893, vinha outro. Desde aí é um plano inclinado de sucessivas desilusões políticas até à cisão completa com o Partido Republicano Português (1911).

Se a acção política o foi perdendo, o pensamento foi-o conquistando. O filósofo, o estudioso, o autodidacta, vai fazendo com que a acção dê, cada vez mais, lugar à reflexão. Nesse percurso nascerão as suas obras mais importantes: *O Brasil Mental* (1898), *A Ideia de Deus* (1902) e *O Encoberto* (1904). O garotelho de catorze anos que desafiara a Igreja e toda a cúria romana junta na anticlerical e precoce *Análise da Crença Cristã* (1874), redimia-se em 1902 (com *A Ideia de Deus*) dessas ousadias escritas, "má coisa"[15], revelando, outramente, um pensamento maduro numa obra de inesperada grandeza e profundidade especulativa.

Compreender um autor é também associá-lo ao seu tempo. De facto, Bruno viveu numa época de grande conturbação política e cultural. Os últimos anos da Monarquia, com a correlata republicanização do país, foram marcantes para a história portuguesa. A "Geração de 70", ao acenar

[15] AID, p. XXXIX.

aos portugueses o espectro da decadência, sussurrava-lhes, ao mesmo tempo, o hino da ressurreição nacional, que os homens da Renascença Portuguesa hasteariam como bandeira: a chicotada psicológica necessária ao nascimento de um novo Portugal, monárquico ainda para uns, republicano já para outros.

Como homem do seu tempo, Bruno entrou neste debate em que a política e a ideologia se misturavam com a cultura, numa procura nunca negada de reformar a mentalidade nacional. O optimismo seria o esteio das suas ideias educativas. A ideia de decadência repugnava-lhe, e se a utilizava era apenas para demonstrar a urgência da mudança, nunca como lamentação, como *fado*.

É impossível, assim, desligar o pensamento brunino da militância republicana. O tema que agora apresentamos à comunidade académica – *O Pensamento Pedagógico de Sampaio Bruno – A Ideia de Educação para a República*, teve de ser estudado num rigoroso paralelo entre pensamento e acção política. Neste sentido lhe dedicamos um longo e exaustivo capítulo: "Bruno: Um republicano fora da República – Os 'três Exílios' (1891-1902-1911)". A preocupação de renovação da mentalidade nacional liga, indissoluvelmente, a questão política à questão educativa. Ainda assim, não podemos esquecer que a tendência pluralista e heterodoxa que o autor demonstrou ampliava, como já vimos, a vocação totalizadora da sua "explicação metafísica-racional".[16]

Apesar da construção do ideário pedagógico se afastar do modelo de análise mais clássico, encontrado em pedagogos seus contemporâneos, pudemos verificamos que a questão educativa e cultural ocupa uma centralidade evidente na sua obra. Bruno foi um demopedagogo, na medida em que a educação do povo constituiu o *élan* do seu pensamento político e cultural.

Tal como em Teixeira de Pascoais (1877-1952) ou Fernando Pessoa

16 FERREIRA, Alberto (1960), "Pensamento e interpretação de Sampaio Bruno", op. cit., p. 77.

(1888-1935)[17], também em Bruno o ideário pedagógico transparece da leitura fina dos seus textos. Textos que nos deram indicações ao serem-lhes colocadas questões como estas: o que reflectiu sobre a sua escolaridade, e que educando ele próprio foi? Como ajuizou da educação sua contemporânea? Quais os autores que o influenciaram, e que ideias pedagógicas decorrem da sua filosofia, da sua ontologia ou da sua ideia de História? Bruno não escreveu livros cujos títulos se refiram textualmente ou exclusivamente à educação, como se sabe. Mas, de facto, o tema educativo está omnipresente em quase toda a sua obra. Pensamos poder provar isso mesmo.

A questão política tem em Bruno uma vocação eminentemente cultural, da mesma forma que a questão cultural assume muitas vezes uma vocação política militante. Bruno fará depender todo o sucesso da mudança política da prévia revolução das mentalidades e da cultura através da educação – demopedia. Este será o *leit motiv* do seu pensamento educativo: a educação do Povo terá de ser prévia à instauração do novo regime. Bruno retoma a tese iluminista da educação, como factor de emancipação política, atribuindo, contudo, ao termo educação uma abrangência invulgar. Educação não é apenas a alfabetização, como defendem alguns dos educadores republicanos contemporâneos, apesar de este ser o primeiro passo da caminhada. Educação é para Bruno essencialmente cultura. Neste processo o jornalista e o escritor - os intelectuais, enfim - assumem um magistério igualmente relevante ao exercido por mestres e professores. Estes educam porque ensinam, enquanto aqueles educam porque cultivam.

Para realizarmos este percurso iremos revisitar a formação de Bruno,

---

17 Sobre o que se afirmou acima consultar os trabalhos de CASULO, José Carlos de Oliveira (1997), *Filosofia da Educação em Teixeira de Pascoais,* Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, 1997; e AZEVEDO, Maria da Conceição Fidalgo Guimarães Costa (1994), *Filosofia da educação em Fernando Pessoa: encontro de si próprio, consciência de missão, fidelidade ao ser*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1994.

a sua própria escolaridade, a iniciação ao jornalismo e a adesão do precoce publicista ao Partido Republicano Português. Acreditamos que a sua Ideia de Educação para a República se formou dentro de uma *historicidade e contextualidade específicas*, marcada pelas vivências enquanto estudante, publicista, membro do PRP, exilado e até místico. A *ideia* nasce dum *facto histórico fundador*, que a projecta com significados e significantes diferenciados de acordo com o agente e o observador. Desta forma, a *historicidade* de Sampaio Bruno, ou melhor, o tanto que conseguimos apurar dela, assume uma função reveladora *do* e *no* seu pensamento[18], tal como a entende Miguel Reale:

"Não cabe, evidentemente, confundir a Ontognoseologia com a História, mas sim reconhecer que esta, como facto cultural, é a Ontognoseologia 'in acto', isto é, o 'processo ontognoseológico' como praxis, no qual se discriminam os campos das ciências, das artes, dos costumes, etc., como expressões diversas da 'positividade', o que, aliás, deflui da compreensão da 'consciência transcendental' como consciência concreta da 'teoria' e 'praxis'."[19]

Neste sentido, a primeira parte deste trabalho: "De José Pereira de Sampaio a Sampaio Bruno" assumiu uma marca mais historicista, que será cabalmente integrada e compreendida na segunda parte: "Da Realidade à Idealidade Educativa". Mas essa troca de fluidos (factos e ideias) pretende fazer-se, efectivamente, ao longo de toda a tese. A teia tecida com eles

---

18 KING, Preston (1983), *The History of Ideas. An Introduction to Method*, University of New South Wales, Croom Helm, London & Camberra, 1983, pp. 10 a 13 e PEREIRA, José Esteves (1992), *Sobre a História das Ideias. Intervenções e Recensões (1982-1988)*, Centro de História da Cultura, FCSHUNL, Lisboa, 1992, pp. 25 a 41

19 REALE, Miguel (1977), *Experiência e Cultura*, Ed. Bookseller, Campinas, 2000, pp. 100 e 101.

pretende mostrar, em contraste, a Ideia de Educação para a República que Bruno defendeu.

No final muito ficará, seguramente, por dizer. A autora deste trabalho não está à altura do génio de Bruno. Mas, ainda assim, espera que os leitores académicos, e eventualmente outros, possam vir a descobrir novos motivos de interesse na obra desse, ainda tão enigmático, pensador português.

I PARTE

DE JOSÉ PEREIRA DE SAMPAIO A SAMPAIO BRUNO

(1857-1915)

"Tentando o 'esboço de um perfil filosófico'

eu faria, assim, a filosofia de uma biografia"

Sampaio Bruno in *A Ideia de Deus*

De José Pereira de Sampaio a Sampaio Bruno(1857 a 1915)

"O meu primeiro artigo publicado foi-o no 'Diário da Tarde', da rua das Flores, em 8 de Abril de 1872. Devera dia aziago ser quiçá. Mas não. Era uma linda segunda-feira. Tinha eu então catorze anos. O meu primeiro livro estampado foi-o na tipografia dos Srs. Artur José de Sousa e deu irmão José Sousa Rangel, da rua de Belmonte, nos começos de 1874. Tinha então dezasseis anos. Tenho hoje quarenta. Nasci nesta nobre cidade do Porto, pelas 5 horas da tarde do dia 30 de Novembro de 1857, uma segunda-feira triste, na rua de Santa Catarina, 429 [...]" In *Os Modernos Publicistas Portugueses*[20]

---

[20] Siglas das principais obras de Sampaio Bruno:

ACC - *Análise da Crença Cristã (Estudos Críticos sobre o Cristianismo)*, Porto, 1874.

AGN - *A Geração Nova. Ensaios Críticos. Os Novelistas* (1886), Lello & Irmão - Editores, Porto, 1984.

OBM - *O Brazil Mental. Esboço Crítico* (1898), Lello Editores, Porto, 1997.

NE - *Notas do Exílio.* (1891-1893), Lello & Irmão - Editores, Porto, 1986.

AID - *A Ideia de Deus* (1902), Lello & Irmão - Editores, Porto, 1987.

OEN - *O Encoberto* (1904), Lello & Irmão - Editores, Porto, 1983.

OMP - *Os Modernos Publicistas Portugueses* (1906), Lello & Irmão - Editores, Porto, 1983.

PGN - *Portugal e a Guerra das Nações*, Lello & Irmão - Editores, Porto, 1906.

AQR - *A Questão Religiosa*, Lello & Irmão - Editores, Porto, 1907.

PI - *Portuenses Ilustres*, 3 vols., Livraria Magalhães & Moniz Editora, Porto, 1907-1908.

1. A infância (1857-1867)

" A tristeza esvoaça-me , nimbosa, em torno da cabeça"

(In *Os Modernos Publicistas Portugueses*)

Sampaio Bruno nasceu na cidade do Porto no dia 30 de Novembro de 1857, sendo o filho mais velho de José Pais de Sampaio (1824-1874) e de D. Ana Albina Pereira Barroso (1818 - 1893[21]). As recentes biografias de Sampaio Bruno, acertadamente, chamam a atenção para a enorme influência que este pai, este pai de carreira militar interrompida por um infortúnio, extremamente sensível e solidário, viria a ter na vida do publicista portuense[22].

ADS - *A Ditadura. Subsídios Morais para o seu Juízo Crítico* (1909) prefácio de Cecília Barreira, Ed. Rolim, Lisboa, 1987.

OPC - *O Porto Culto. Obra para servir de remate e conclusão à dos 'Portuenses Ilustres'*, Livraria Magalhães & Moniz Editora, Porto, 1912.

PLF - *Plano de um Livro a Fazer. Os Cavaleiros do Amor ou a Religião da Razão*, Organização, posfácio e notas de Joaquim Domingues, Col. Pensamento Português, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1996. (póstuma)

TNA - *Teoria Nova da Antiguidade*. Actualização do texto por Luísa Alonso e Manuel Joaquim Gandra, tradução dos Apêndices por António Barahona, Lisboa, 1975 (póstuma)

TENF – *Théorie Exacte et Notation Finale de la Musique*, Porto, 1903.

21 Joel Serrão aponta para uma data posterior a 1893, e não precisamente para este ano. Vide SERRÃO, Joel (1958), *Sampaio Bruno - O Homem e o Pensamento*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1986, p. 11.

22 SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno) - Sua vida e sua Obra*, prefácio de Joel Serrão, Editorial Inquérito Lda., Lisboa, 1959; SERRÃO, Joel (1958), *Sampaio Bruno - O Homem e o Pensamento*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1986 e GAMA, Manuel (1994), *O Pensamento de Sampaio Bruno. Contribuição para a História da Filosofia em Portugal, Col. Temas Portugueses, INCM, Lisboa, 1994.*

De facto, aquela "tristeza nimbosa" havia de encontrar a sua raiz na geração anterior. A psicobiografia de Bruno começa aqui, assim.[23]

"[...] *tipo predominantemente emotivo, de vontade diminuída que a sua actividade reflecte. Elabora grandes planos de livros que ficam apenas em promessa e nenhum dos que realiza o satisfaz, porque sempre se afastam do plano previamente estabelecido. Meditativo, introvertido e esquizotímico, com algumas concessões à boémia com "os do Liceu, como chama a alguns dos seus companheiros românticos e sinceros na revolta com quem se reúne no Café Suíço* [...]"[24]

1. 1. A "herança" do Pai: a abertura de uma extraordinária gaveta.

As referências autobiográficas, através das quais foi possível aos seus biógrafos reconstruir muito dessa vida propositadamente apagada e tímida, estão um pouco dispersas em quase todas as suas obras e muitos dos seus artigos. A história de seu pai narra-a detalhadamente na "Carta Íntima", espécie de prólogo inserto no livro *A Ideia de Deus* (1902), voltando brevemente a este tema em *A Questão Religiosa* (1907). É muito possível que Bruno visse, retrospectivamente, nos episódios dramáticos vividos pelo pai algo de premonitório da sua própria vida . A prisão e o exílio equiparar-se-iam para Sampaio Bruno - o estigma de seu pai reflectia-se nele, projectando na sua vida a mesma possibilidade de tragédia - espírito que se pode facilmente reconhecer em Sampaio Bruno - atreito a estados melancólicos, e até premonitório,

23 SANTOS, Delfim (1968), "Sampaio Bruno", in *Obras Completas*, Vol. II, 2ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982, p. 251.

24 Idem, ibidem.

conforme nos relata nas *Notas do Exílio*[25]

A prisão derivada da correcção de carácter, episódio que se narrará de seguida, a doença e o gosto pelos livros eram a herança que Sampaio Bruno convocava de seu pai, depois de uma orfandade precoce, ocorrida aos dezassete anos do autor. O homem que lia Rousseau para toda a família, nas noites bonançosas da "modesta casa" da Rua do Bonjardim, tivera de facto um percurso difícil que a tuberculose agravara para sempre, tornando precária desde aí a sua saúde. Este facto muitas vezes o obrigou a ir para o Banco onde trabalhava, transportado numa cadeira aos ombros de "alentados e fardados galegos".[26]

" *O meu pai era doentíssimo; tinha frequentes e abundantes hemoptises; a primeira crise fora terrível e na família dizia-se que devera a conservação da vida à ciência e à probidade do médico Reis, figura original e respeitável.*"
[27]

Esse pai despertar-lhe-ia o gosto pela leitura. Gosto que o filho viria a usufruir clandestinamente no gabinete paterno, motivado por uma ausência providencial de três semanas , deixando ao seu livre critério a inventariação do "tesouro"[28] que se escondia fechado nas gavetas da secretária. Este gosto viria a torná-lo, segundo o próprio, uma "vítima do livro".

"*Eram romances. Romances ! Como todos nós, tu tens viva a reminiscência do recôndito prestígio que em espírito possui este vocábulo fabuloso. Romances ! Havia-os em português, em espanhol, em inglês, em francês. Romances. No topo da rima estava o Mário, de Silva Gaio, livro esse que saíra à data. Meu pai, beirão contumaz e relapso, não deixava de adquirir*

25 NE, pp. 320 e ss

26 AID, p. VIII.

27 idem, ibidem.

28 idem, ibidem.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

as obras que fossem aparecendo dos seus queridos conterrâneos. No baixo da rima logo digo o que estava. Não enumero o que encontrei. Para meu propósito, basta que te refira que ali havia os volumes brochados da versão portuense d'Os Miseráveis por Sousa e Silva; e que a um canto se empilhavam os tomozinhos da contrafacção belga dos Mistérios do Povo, de Eugène Sue. Foi particularmente esta obra que decidiu a minha educação sentimental"[29]

Mas a gaveta revelaria segredo maior, bem lá no fundo, escondido, estava um folheto denominado *Os meus queixumes - escrito por José Pais de Sampaio ex.- 1º Sargento de Caçadores n.º 8* , publicado em Lisboa em 1853[30]. Dirá Bruno ao seu interlocutor da "Carta Íntima": " Calculas, de par com a minha surpresa, minha sofreguidão. Devorei-o em minutos"[31] . Era a história do pai - o relato do seu infortúnio. De uma penada só a magnífica gaveta revela-lhe tudo isso - o fantástico mundo dos livros - razão de ser da sua vida, a auto-biografia paterna, que tantas vezes servirá de argumento pessoal de conduta e de bandeira política de combate à monarquia constitucional.

José Pereira de Sampaio nasceu ainda, por um triz, no Portugal Constitucional, a escassos dezoito dias da proclamação de D. Miguel no movimento absolutista conhecido como *Abrilada* (30 de Abril de 1824)[32]. O pai de Bruno nasceu, assim, a 12 de Abril de 1824, na aldeia de Loureiro de Baixo, freguesia de Santa Maria de Silgueiros, no Concelho de Viseu. Foi baptizado nessa freguesia a 22 do mesmo mês, sendo seus pais Dâmaso

---

29 AID, p. XI.

30 SAMPAIO, José Pais de (1853), *Os Meus Queixumes Contra os Vogaes do Acordam do Supremo Conselho de Justiça Militar de 31 de Agosto de 1850,* Tipografia, J. R. de Oliveira, Lisboa, 1853.

31 idem, p. XV.

32 INOCÊNCIO, Francisco da Silva, *Diccionário Bibliográfico Portuguêz,* Imprensa Nacional, Lisboa, 1885, Tomo XIII, p. 151.

Antunes Pais e Ana de Sampaio[33].

Oriundo de família pouco abastada, José Pais de Sampaio assentaria praça em Penamacor, Distrito de Castelo Branco, no Batalhão de Caçadores n.º 8, a 20 de Setembro de 1846. Tinha nessa altura 23 anos. Três anos mais tarde, devido ao empenho, dedicação e inteligência, refere Bruno, foi José Pais de Sampaio promovido a 1º Sargento (9 de Janeiro de 1849).[34]

Corria o ano de 1850. Pouco tempo antes o País fora sacudido pela violência da revolta da Maria da Fonte e da Patuleia (1846-1847), ainda as cinzas da primeira guerra civil estavam quentes (1830-1834). O clima de agitação social e política contra o Cabralismo deflagrara, pouco tempos antes, vários focos de insurreição militar onde grassava um enorme descontentamento entre os soldados do exército cuja situação de penúria levava muitas vezes à deserção das fileiras[35]. O Governo de Costa Cabral temia e vigiava com medo de novas convulsões[36]. A crise estava iminente, sentindo-se da parte de quase todos os quadrantes políticos um desejo de mudança - de regeneração, tal como viria acontecer entre Abril - Maio de 1851. Neste meio tempo os receios cabralistas impuseram a satirizada "Lei das Rolhas" (3 de Agosto de 1850), a impopular Lei da Imprensa. Foi neste cenário de profunda ansiedade política que se deu o que Bruno apelidou de "catástrofe de Penamacor"[37]. Facto trágico que motivou a supracitada desgraça paterna.

---

33 SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno) - Sua vida e sua Obra*, prefácio de Joel Serrão, Editorial Inquérito Lda., Lisboa, 1959, p. 15 e INOCÊNCIO, Francisco da Silva, *Diccionário...*, op. cit., p. 151.

34 Arquivo Histórico Militar (AHM) - Processo Individual de José Pais de Sampaio, Cx 2006.

35 RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (1993), " A Restauração da Carta Constitucional - Cabralismo e Anti-Cabralismo", in *História de Portugal,* Dir. de José Mattoso, Vol. V- *O Liberalismo*, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, p. 117.

36 SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1985), *História de Portugal (1832-1851)*, Vol. I a XII, Ed. Verbo, Lisboa, 1977-1990, pp. 102 e ss.

37 AID, p. XXIVII.

O Batalhão de Caçadores n.º 8 estacionado em Penamacor, ao qual pertencia José Pais de Sampaio, tinha em 1850 como comandante o Coronel José Maria Frazão, sendo seu segundo comandante o Major José Maria Esteves[38]. Por ausências prolongadas do comandante, era verdadeiramente o Major Esteves quem se encarregava do comando do batalhão. Segundo o relato isento do Dr. Henriques Seco (Bruno transcreve-o como prova de veracidade das asserções paternas[39]), era esse mesmo major conhecido pelos seus excessos disciplinares vulgarmente aplicados nos subordinados.

Tal facto, acrescido a um sentimento colectivo de insatisfação contra os salários e o rancho, terá servido de rastilho para a revolta contra o superior, que assustado e apupado fugiu do quartel. A insubordinação fora acalmada por outros oficiais, mas ainda assim, provocara um clima de grande desconforto nas chefias. O Coronel Frazão, preocupado com a situação, enviou mensagem urgente ao General Bernardo José de Abreu, Comandante da 6º Divisão Militar que prontamente enviou para Penamacor, como reforços, os regimentos de Cavalaria n.º 8 de Castelo Branco e o Infantaria n.º 12 da Guarda. Na presença das forças militares reforçadas iniciou-se, então, o apuramento de responsabilidades pelo Tribunal Militar para esse fim instituído em Penamacor.

A proximidade da guerra civil, e o medo de sublevações militares, fez com que o processo atingisse um grau de exemplaridade que viria a chocar a opinião pública e em breve prazo a modificar o próprio regulamento disciplinar das Forças Armadas. Os primeiros três implicados foram condenados a receber como castigo 1500 chicotadas. O castigo foi público aos três batalhões e à população de Penamacor, tendo sido alguns dos soldados do

---

38 Na altura deste acontecimento o comando do Batalhão de Caçadores n.º 8 de Penamacor era composto pelo Comandante, Coronel José Figueiredo Frazão; Sub Comandante, Major Luís António Esteves Alves; como Ajudante o Alferes Cardoso dos Santos; Capitão Graduado Silvino Luís Alves De Azevedo e Cirurgião Mór José Maria Nunes Reis. vid *Lista Geral dos Officiais e Empregados Civis do Exército Referida a 1 de Agosto de 1850*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1850, p. 124.

39 AID, p. XVI.

regimento de Cavalaria 12 a infligi-los aos condenados debaixo de um clima de dureza castrense e indignação popular.

A violência do castigo levou ao falecimento quase imediato de um dos sentenciados, vindo os outros a falecer pouco depois[40]. O caso, que acendeu a indignação geral, e mais predispôs contra o governo cabralista, teria honras de imprensa, sendo igualmente discutido no Parlamento com uma interpelação ao Governo feita por Fontes Pereira de Melo no dia 8 de Julho, quase um mês decorrido o incidente, de forma a se apurar se teria ou não havido excessos na aplicação da pena por parte das chefias militares, ou se estas puramente obedeciam aos desígnios do governo.

" *Com efeito, a Nação publicara que o horrível castigo fora ordenado pelo Governo; na sessão de 8 de Julho, na Câmara dos Deputados, Fontes Pereira de Melo afirmou ser 'voz constante que houve ordem para se infligir aquele castigo; e Cunha Sotto-Mayor asseverou: e até se acrescenta que partiram ordens, de Lisboa, em que se determinava que se dessem tantas chibatadas no soldado quantas pudesse levar até expirar ! Até se nota ou indigita quem escreveu a ordem e o local de onde saiu*"[41]

A infelicidade dos réus de Penamacor, motivadapela dureza dos castigos, deverá ter chamado a atenção para este tipo de castigo militar, pois o certo é que em 1856, nas reformas feitas à disciplina militar, tanto as varadas como as pranchadas foram abolidas como forma de punição no seio das forças

---

40 Os réus sentenciados pela Justiça Militar foram Manuel Moura, Manuel Joaquim e José Alves Moreira, castigados com 800 varadas cada por serem considerados cabeça de motim. *Lista Semestral de Castigos Aplicados nas Divisões Militares referente ao Ano de 1850*, AHM, 3º Divisão, 6º Secção, n.º 12, Cx. 1.

41 AID, pp. XXII e XXIII.

armadas[42]. A averiguação sobre a eventualidade do cometimento de excessos tinha iniciado logo em Junho de 1850. O então Par do Reino, Visconde de Sá da Bandeira, mandara averiguar o que se passara em Penamacor. Desconfiava ele, e bem, que o Decreto que ele próprio assinara como Ministro da Guerra, datado de 21 de Agosto de 1846[43], e que estipulava os castigos disciplinares e

---

42 BEBIANO, Rui (1993), "Organização e Papel do Exército", in *História de Portugal*, Dir. de José Mattoso, Vol. V-*O Liberalismo*, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, p. 262.

43 As directivas do Decreto de 21 de Agosto de 1846 regulavam assim o castigo de varadas nas Forças Armadas:

1º Nenhum Comandante de Corpo poderá mandar castigar qualquer soldado com mais de cinquenta varadas, segundo a gravidade da culpa que cometter.

2º Este castigo somente poderá ser aplicado nos casos determinados do citado Regulamento, e nunca por crimes que devam ser julgados em Conselho de Guerra.

3º Quando algum soldado tenha de ser castigado com varadas , o respectivo comamndante fará convocar um Conselho de Guerra composto por um Oficial Superior do corpo, de dois Capitães, e de dois subalternos, que nenhum será da companhia do réo para julgar se deve ter lugar o Castigo e o número de varadas que ao mesmo réo deve ser applicado.

4º O Comandante poderá ainda diminuir a pena imposta pelo Conselho se assim julgar conveniente.

5º No fim de cada semestre os Comandantes das Divisões Militares remeterão à Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra um mapa dos soldados que tiverem sofrido o castigo de varadas conforme o modelo junto.

6º Aos soldados recrutas não poderá ser aplicado o castigo de varadas antes de terem completado seis meses de praça.

7º Serão isentos do referido castigo, os soldados que voluntariamente se tiverem alistado; os que tiverem completado três anos de serviço sem nota; e aquelles que depois de terem acabado o tempo legal de serviço houverem continuado a servir nas fileiras do Exército.

8º As disposições deste Decreto são aplicáveis ao Batalhão Naval, e às Tropas das Províncias Ultramarinas. Os Ministros e Secretários de Estado dos Negócios da Guerra e da Marinha e Ultramar, asim o tenham entendido e façam executar.

a rigorosa declaração que os comandantes das unidades deveriam fazer semestralmente dando conta do nome, causa e respectiva pena dos castigados, não andasse a ser obedecido. A polémica envolveria os mas importantes vultos da política de então: Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Sá da Bandeira (1795-1876) e o Duque de Saldanha (1790-1876).

Este último, instado pelo Par do Reino Sá da Bandeira[44], declararia num relatório que, em conformidade com a consulta feita aos comandantes das diversas militares era de "absoluta necessidade o Castigo das Varadas para poder sustentar no Exército uma inalterável ordem e disciplina, principalmente enquanto não se fizer uma boa Lei de recrutamento que não permita entrada nas fileiras àqueles que pelos seus vícios, faltas na vida Civil e relaxação de costumes, não poderão nunca ser bons soldados nem bem servir a sua pátria". O confronto destes dois grandes nomes de políticos militares dá bem o tom que a questão viria a assumir. O liberalismo popular de Sá da Bandeira confrontava-se com o liberalismo mais conservador de Saldanha, que acreditava na eficácia da dureza castrense. Por esta razão, a alteração às normas disciplinares das Forças Armadas viria a acompanhar o afastamento do Duque de Saldanha, facto que se deu no Verão de 1856[45].

O castigo exemplar aplicado aos três primeiros réus, tanta indignação provocara na opinião pública e nas gentes de Penamacor, que tudo faziam para aliviar o sofrimento dos sentenciados e sempre lhes era vedado o acesso aos

---

Paço de Belém em vinte e um de Agosto de mil oitocentos e quarenta e seis = Rainha = Visconde de Sá da Bandeira = Luis Mouzinho de Albuquerque. AHM, 3º Divisão, 6º Secção, Cx n.º 12.

44 Pedido de esclarecimento dirigido ao Ministro da Guerra, aprovado pela Câmara dos Pares do Reino, sob iniciativa do então Visconde de Sá da Bandeira, a 12 de Julho de 1850. Não deve ter obtido resposta satisfatória, por essa razão volta a ser pedido o mesmo esclarecimento a 5 de Fevereiro de 1852. AHM, 3º Divisão, 6º Secção, Cx. 12 e 14.

45 MARTINS, Guilherme H. de Oliveira (1881) *Portugal Contemporâneo*, 2 Vols., Ed. Lello & Irmão, Porto, 1981, pp. 283 e ss.

castigados:

" *Penamacor consternou-se com a monstruosidade e patenteou a viva compaixão que a ligava às vítimas, já abstendo-se os seus homens moradores de irem assistir ao suplício horrível, já fechando as portas das casas quando a brigada recolhia ao campo de Devesas, que dele foi teatro, já enviando ao hospital galinhas, caldos, lençóis, que tudo os bárbaros recusavam lá* !"[46]

Mesmo com toda esta comoção popular e o aproveitamento político da oposição, de molde a enfraquecer Costa Cabral, como bem visionou Sampaio Bruno[47], continuou a funcionar o Tribunal Militar, continuando, desta feita, o apuramento de responsabilidades pela insubordinação iniciada no dia 5 de Junho de 1850.

No seguimento destas averiguações foi José Pais de Sampaio acusado, não de estar directamente envolvido, mas de não ter denunciado os camaradas . A pena dada pela justiça militar condenava-o a seis meses de prisão numa praça. Contudo, vindo a ser julgado posteriormente pelo Supremo Conselho de Justiça veria, inexplicavelmente, essa pena agravada para seis anos de degredo para África, porque, explica Sampaio Bruno indignado, os vogais do Supremo Conselho de Justiça acusaram o seu pai de acordo com testemunhas que tinham deposto contra outras praças.[48]

A sentença datava de 31 de Agosto de 1850, quase três meses depois do início de todo o processo. Alertando as altas instâncias jurídicas dos erros judiciais que padecia o seu processo, incluindo uma carta escrita ao próprio Marechal Saldanha, José Pais de Sampaio só obteve como resposta que o seu pedido não colhia[49].

---

46 AID, p. XX.

47 Idem, p. XXVII.

48 Idem, pp. XXIII e XIV e SAMPAIO, José Pais de, *Os Meus Queixumes*, op. cit. p. 18.

49 SAMPAIO, José Pais de, *Os Meus Queixumes* , op. cit. p. 11 a 18.

"Do Limoeiro , em 18 de Agosto de 1850, escrevia o meu pai: ' Também não é sem razão que me queixo do excelentíssimo marechal duque de Saldanha, porque, juntando os documentos que acabo de transcrever (eram os depoimentos das testemunhas), *a um requerimento que pedia justiça, e que fiz seguir ao ministério a cargo do nobre duque, foi preciso que decorressem cinco meses para o meu requerimento obter o seguinte despacho : Não pode ter lugar o que o suplicante'. O suplicante requeria justiça. Logo, não pode ter lugar fazer-se justiça ! "*[50]

Dois anos depois, por ocasião da Páscoa de 1852, a Rainha D. Maria II reduziu para metade a pena dos implicados no processo militar de Penamacor, mais de dezassete ao todo. Mesmo assim, foi a saída do Código Penal que de acordo com os seus artigos 35° e 95°, fazia com José Pereira de Sampaio não fosse degredado para África, por lhe faltarem menos de três anos para cumprir a sentença, prazo mínimo, segundo o mesmo código, para o degredo. Ficou na lisboeta prisão do Limoeiro desde Agosto de 1850 até à altura em que foi transferido para a Cadeia da Relação do Porto, e depois para os calabouços do Quartel de Santo Ovídio, onde completaria o resto da sua pena[51].

Na prisão, não querendo "corromper-se na ociosidade contaminosa das cadeias de Portugal" começou a publicar em cadernetas o romance de Clemência Robert, *Os Quatro Sargentos de Rochela* , de onde pensava igualmente conseguir, através das subscrições da sua tradução, o suficiente para pagar aos professores que na prisão lhe ensinavam línguas e contabilidade.

O romance de Clemência Robert, baseado na história verídica de quatro militares republicanos condenados pela justiça francesa no tempo de Luís XVIII (em 1822), era um espécie de panfleto republicano que terminava com o

---

50 AID, p. XXVI.

51 SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno) - Sua vida e sua obra*, op. cit, p. 18.

tremular da bandeira tricolor e aclamações entusiásticas à República[52]. O argumento da história não podia ser mais concorde com os sentimentos de revolta vividos pelo jovem ex-1° sargento do Batalhão de Caçadores n.° 8. Na injustiça do crime contra os quatro mártires da Rochela revia-se José Pereira de Sampaio, ele próprio cada vez mais indignado com a situação injusta de que fora vítima.

De novo, Sampaio Bruno, em *A Questão Religiosa* retomará o martírio do pai evocando outro episódio célebre, o da prisão e condenação de Charlote Corday D'Harmont (1768-1793), que assassinara Marat para salvar a República Girondina. A heroína, escrevendo ao próprio pai pedindo perdão por assim ter predisposto a sua vida, assinalaria a seguinte frase que Bruno achava assentar igualmente ao caso do pai : "La crime fait la honte, et nom pas léchafaud".

" *Sim. Carlota Corday sentiu justo. A ignomínia não a dá a cadeia, só sim a culpa e delito. Por minha humílima parte, não me envergonho, bem ao contrario me desvaneço e ufano, me glorio e me honro de que n'essa cadeia da Relação do Porto estivesse completando a longa pena de seis anos de prisão meu pai, no quarto de malta que fora habitado pelo Duque de Terceira e que dá para a Rua de São Bento. E desvaneço-me e ufano-me com o meu pai assim seis anos estivesse preso, porque esse longo encarceramento o gloria e honra a ele.*"[53]

José Pais de Sampaio entrava, assim, na Regeneração com bem pouca confiança no que quer que essa palavra significasse para os portugueses de então. Autodidacta e persistente, conseguiria arranjar um emprego estável e viver o suficiente para transmitir ao filho esse enorme sentimento de injustiça que acompanhou seguramente toda a sua vida. Bruno lia e à medida que o fazia deve ter-se revisto nessa imensa amargura e ressentimento. A filiação

52 AID, pp. XXIX e XXX.

53 AQR, pp. VIII e IX.

maçónica do pai[54], e quiçá um latente ou explícito republicanismo deste, terão passado íntegros como herança para o filho naquele dia em que, clandestinamente, teve acesso à maravilhosa gaveta paterna.

Mas o que no pai assumia a forma de *queixume* íntimo, no filho revelar-se-ia uma bandeira política - uma militância pública - num protesto sistemático, nas páginas dos livros e nos artigos dos jornais, contra as injustiças que grassavam à sua volta - contra o sistema que oprimia a Humanidade - contra o sistema que oprimia Portugal. Esse sistema, esse inimigo visível, era a monarquia e todas as instituições que lhe eram afectas - desde logo a Igreja - Altar - o eterno aliado dos tronos. Se já não era Republicano, Bruno deve ter ficado a sê-lo desde esse mesmo dia:

"*No meu caminho, ia cismando e ia crescendo. Agora já não lia romances,senão, de raridade, aqueles que cavavam o sulco aberto;e atrevi-me com a parte histórica da Liberdade de Consciência, de Jules Simon* [...] *Nisto, suscitado pela audácia da primeira moderna arremetida do jesuitismo em Portugal, aparece o Diário da Tarde. E logo me fascinou a veemência fantasiante dos artigos de Guilherme Braga*"[55]

Em 1854 José Pais de Sampaio sai finalmente da prisão, casando a 26 de Outubro com Ana Albina Pereira Barroso, natural de Leça da Palmeira, subúrbios do Porto, seis anos mais velha que o marido (nascida a 10 de Novembro de 1818) que conhecera ainda na prisão, por esta ficar defronte da

---

54 Foi Secretário da Loja *Firmeza Portuense*, com o nome de irmão Napoleão in SERRÃO, Joel (1958), *Sampaio Bruno* ..., op. cit., p. 12.. Contudo, A. H de Oliveira Marques nada refere quanto ao pai de Bruno nos seus vários estudos sobre a Maçonaria: MARQUES, A. H. de Oliveira (1986), *Dicionário de Maçonaria*, Editorial Delta, 2 Vols., Lisboa, 1986; e idem (1990), *História da Maçonaria em Portugal*, Editorial Presença, 3 Vols., Lisboa, 1990.

55 AID, p. XXXI.

casa em que vivia com uma sua prima na rua da Lapa[56]. Afortunadamente, com o voto de confiança do patrão, começa José Pais de Sampaio a trabalhar nos escritórios da casa Andrade Vilares, situada na rua Formosa, lugar que mantém até conseguir transferência para o Banco União do Porto[57].

Neste tempo moravam ainda na rua de Santa Catarina, onde nasceu Bruno, tendo-se mudado por altura de 1860 para o prédio da rua do Bonjardim n.º 410 a que posteriormente se agregaria o prédio n.º 411. Neste prédio instalou uma padaria, a que os seus conhecimentos em escrituração comercial o habilitaram e, ao que parece, também uma fábrica de tabaco[58].

Se a comovente história do pai não lhe tivesse bastado para ir formando nele, a par com essa insidiosa tristeza, uma forte sentimento de revolta social, a escola que frequentou não lhe deixou melhores marcas. As suas impressões são profundas, duras, não escapando mestres, colegas ou currículos.

"Bruno nasceu com uma compleição sentimental, pronta, por um lado, a sofrer a existência do Mal e, por outro, a lutar contra ela. Desta forma a sua filosofia é fundamentalmente isto: a afirmação de que o Mal existe e a explicação do processo de o fazer desaparecer. Filosofia, portanto, essencialmente prática, melhor dizendo, ética da felicidade."[59]

---

56 SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno) - Sua Vida e sua Obra*, op. cit., p. 18.

57 INOCÊNCIO, Francisco da Silva, *Diccionário...*, op. e vol., cit., p. 151.

58SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno)* ..., op. cit, pp. 18 a 21 e SERRÃO, Joel (1958), *Sampaio Bruno* ..., op. cit., p. 12.

59 LOPES, João Alberto (1953), *Esquema e dificuldades do pensamento de Sampaio Bruno – Para a História das Ideias em Portugal*, Separata da *Revista Filosófica, Coimbra*, 1953, p. 3. Mesma opinião, relativa à importância do temperamento de Bruno, revela Delfim Santos num texto sobre este autor, in SANTOS, Delfim (1968), "Sampaio Bruno", in *Obras Completas* ..., op. cit, pp. 247 a 262.

1. 2. Memórias da Escola Primária - O Colégio Podestá

Sampaio Bruno e o seu irmão, António Pereira de Sampaio[60], bem como uns primos brasileiros, os Barroso de Mananguape[61], o célebre médico Júlio de Matos e Guilherme Braga[62] fizeram os seus primeiros estudos no Colégio Podestá, no Porto. O Colégio Podestá, também conhecido como Colégio franco-português, era o mais afamado colégio da capital nortenha. Situado na Rua do Almada, era dirigido por Paulo Podestá, um italiano que, além do colégio, possuiu uma tipografia e uma livraria no Porto[63]. A secção feminina tinha à sua frente Madame Podestá, eventualmente esposa do dono do colégio. [64].

Para além da frequência neste colégio particular, tanto Bruno como seu irmão tinham acompanhamento do que hoje se chama explicadores. Isto mesmo ele descreve na "Carta Íntima", que precede a obra *A Ideia de Deus* , relembrando o quotidiano da sua família:

" *Depois do jantar e após uma folga de recreio, íamos estudar as lições do dia seguinte, para os leccionistas: Padre Francisco, autor de um sistema métrico estimado no ensino primário, e Raul Mesnier, que viria a assinalar-se como engenheiro e construtor, no país. Então meu irmão e eu bocejávamos sobre os compêndios ou, enganando a vigilância da avó que nos fiscalizava, fiando, ao compasso do fuso que intermitente feria o soalho, escapando-se-lhe dos dedos sonolentos, nossa relassa cabulogia exercitava-se recortando as*

60 Era o irmão mais novo de Bruno, nascido a 2 de Abril de 1859, faleceu a 4 de Fevereiro de 1933.

61 GAMA, Manuel (1994), *O Pensamento de Sampaio Bruno. Contribuição para a História da Filosofia em Portugal...*, op. cit., p. 15.

62 "Guilherme Braga", in *O Tripeiro*, Ano 2, 1909-1910, p. 117.

63 ADS, pp. 197 e 198.

64 "Velhos Colégios do Porto", in *O Tripeiro*, Ano 14, 5º série, 1958-1959, p. 37.

folhas da imagerie de Épinal ou estendendo em ordem de batalha os soldadinhos de chumbo das solapadas caixitas que os albergavam"[65]

Pouco antes de falecer, Bruno escreveu um artigo intitulado " O Judeu", publicado primitivamente na Revista *A Águia* (1911-1932),[66] que viria a fazer parte dessa tão curiosa obra - *Os Cavaleiros do Amor – Plano de Um Livro a Fazer*, publicado, como se sabe, postumamente, em 1960. Naquele artigo faz uma descrição vigorosa de um texto utilizado como leitura na escola primária e do efeito que aquele provocou na sua imaginação:

"Na aula primária, em classe de leitura já seguida [já avançada], colégio ítalo-francês (?) [67]*, o livro que líamos era a tradução portuguesa, pelo capitão Manuel de Sousa, das Aventuras de Telémaco de Fénelon; e, passando à aula de francês, recomeçávamos de Fénelon, no próprio texto; ambas, as edições da casa Aillaud, as duas com as mesmas gravuras. Como essa gravuras nos acendiam, esquentavam, queimavam as imaginações adolescentes ! A mim, num relâmpago iluminador, me ocorreu a ideia de exemplificar o ensino, intensificando-o pela vida transitória do teatro. Pôr em cena as Aventuras de Telémaco..., essa foi a primeira das minhas ideias abortivas e serôdias. Abortivas e serôdias, digo. Porque nisto chegou ao Porto a companhia dos Bufos Madrilenos, e a zarzuela que constituía a peça de residência da temporada intitulava-se precisamente El Jovem Telémaco, letra de Eusébio Blasco, música não me lembra já ou cuido que nunca soube mesmo de quem..*

Mas que decepção ! Enquanto a essa representação, eu a concebera a sério, era para fazer rir que o Snr. Eusébio Blasco a compusera; e o público,

---

65 "Carta Íntima" in AID, p. VIII:

66 "O Judeu", in Revista *A Águia, Revista quinzenal de literatura e crítica,* Vol. VIII, 3 de Novembro de 1915, pp. 147 a 153.

67 O Colégio Podestá era conhecido como franco-português, e não italo-francês, como Bruno refere.

ilustradíssimo, da plateia do Baquet contorcia-se de hilaridade à famosa canção de cor local, em grego mais que macarrónico [...]"[68]

Várias coisas nos transmite aqui Bruno do seu tempo de escola primária. Primeiro, que já naquela altura, ou naquele colégio (?), se utilizavam o que se pode hoje chamar de métodos pedagógicos interdisciplinares, visto que as *Aventuras de Telémaco* eram utilizadas, quer na classe de leitura, em português, quer na aula de francês. Segundo, junto com os textos, em ambas as edições, já se utilizavam imagens, o que era ainda relativamente invulgar, contribuindo para estimular a atenção do aluno. O resultado disto foi para Bruno muito positivo; a motivação era tal que ele próprio pensou encenar o texto ! Apesar de fracassado o seu projecto, isto representava uma metodologia moderna com resultados bem evidentes no autor.

Mas, infelizmente, o registo das suas memórias no colégio Podestá não seria tão pacífico, bem pelo contrário, passados muitos anos Bruno ainda se espantaria com o rancor guardado no seu peito contra a brutalidade praticada por mestres e colegas. Mais de uma vez aproveita para desabafar essas memórias doloridas, as memórias de um aluno provavelmente invulgar, sensível, onde ficariam indelevelmente inscritas as marcas de uma inegável selvajaria escolar.

Joel Serrão e Manuel Gama já o haviam igualmente notado[69], essas "casas de tormento" que produziram verdadeiros traumas numa criança sensível como era José Pereira de Sampaio[70]. Para além do temperamento

---

68 PLF, p. 288.

69 SERRÃO, Joel (1958), *Sampaio Bruno - O Homem e o Pensamento* ..., op. cit., p. 15 e GAMA, Manuel (1994), *O Pensamento de Sampaio Bruno* ..., op. cit., pp. 15 a 17.

70 "*Imagine-se agora uma criança destas, tão precocemente amadurecida, no meio da outra pequenada, que folgava nas correrias doidas, e nas exuberâncias mais ou menos habituais. Imaginemo-lo, desajeitadão, no olhar a névoa de uma inquietude,*

reservado, que o acompanhou toda a vida, Bruno sofreu desde os três anos de uma espécie de hérnia abdominal, tendo de usar toda a vida uma cinta para se proteger contra o alargamento daquela ruptura dos tecidos. Ora esse facto fragilizava-o em extremo. Como faria uma criança para entrar nas brincadeiras vigorosas dos miúdos, sabendo que poderia pôr em risco a sua saúde ?

Fisicamente inferiorizado, por temperamento repelindo aquelas brutalidades, Bruno retratará desta forma a crueldade praticada nas escolas primárias do seu tempo, as erradas doutrinas pedagógicas de um país falsamente de brandos costumes, um país onde frequentemente os professores apelavam como recurso pedagógico para a caridosamente chamada "menina dos cinco olhos"[71]

"*Escolas existem sempre por esse país fora que são casas de tormentos; e as crianças vão, em regra, para as aulas como condenados marcham para o patíbulo.*

Sem embargo, o feito educativo da palmatória é mais do que contestável. Eu sou do tempo em que a férula dispensava nos mestres atenção e escrúpulo; a disciplina dos discípulos conquistava-se fazendo-se espirrar-lhes o sangue das mãos. Consoante um pedagogista francês poderia dizer que, por mais de uma feita em nossa criancice, vi ou julguei ver jorrarem, sob a violência do choque da palmatória, milhões de faíscas eléctricas; mas jamais essas luzes repentinas esclareceram, na mente dos supliciados da classe, a menor questão

---

sem poder correr como os outros, recusando-se a comparticipar em dadas estouvanices maldosas dos colegas... Logo começaram, claro, a reparar nele com olhos atentos, a segredar, com olhares entendidos, coisas aos ouvidos uns dos outros, a inventar patranhas a tirar conclusões de um gesto, de uma evasiva, de uma reticência... Fulano é isto, fulano é aquilo. Toca, pois, a atiçá-lo. E o jovem apóstolo vê-se, num ápice, no meio do gentio mais que pagão" in SERRÃO, Joel (1958), *Sampaio Bruno - O Homem e o Pensamento*..., op. cit., p. 15.

71 OEN, p. 270.

de gramática ou de aritmética. Tudo o que resultou desses castigos, mais severos do que justos, foi um ódio implacável contra os nossos mestres, ódio de criança que, na mesma como o insigne pedagogista francês, me assusta quando, ao escrever estas linhas, lhe encontro vestígios no coração do homem feito."[72]

Nos *Modernos Publicistas Portugueses* (1906) voltaria a referir esses bárbaros costumes, essa crueldade que se fazia sentir tanto em pessoas como em animais, e que nem o progresso tinha conseguido alterar. Espantava-o, por exemplo, a maneira como os cocheiros chicoteavam os cavalos, como em Portugal, os gatos, medrosos da companhia humana, fugiam e bufavam, enquanto em Espanha permaneciam serenos na proximidade do homem[73]. Tudo isto, em suma, descobria o carácter feroz, a cultura selvagem de um povo ainda não educado, e de novo, a pecha se reflectia no modo como se educava, de novo, nos recorda Bruno, a ferocidade com que as crianças, e ele mesmo, eram tratadas na escola primária:

"Então pensei, amargamente, por vezes, quão pouco deveria

---

72 OEN, p. 271.

73 " *Serve de translado moralista, dos que se dão aos meninos na aula primária, para exercício da caligrafia, esta máxima de que fazer mal aos animais é indício de mau carácter". Acostumado às abusões que se instalam no critério de quem nunca ultrapassou as fronteiras do seu país, quando emigrei na persuasão de que não havia melhor gente e mais doces costumes sobre esta bola terráquea do que esta nossa gente portuguesa. Assim, surpreendeu-me, habituado aqui ao contrário, que já em Espanha o gato não estranhasse a aproximação de pessoa desconhecida e se deixasse ficar manso e quieto, tranquilo e confiado, no seu sítio, quando em Portugal bufa e ameaça, escapulindo-se. Estes pequenos traços desenham fisionomia e então me recordei de que em Portugal há prazer em bater nos gatos, perseguindo-os em montarias à mocada, por galanteio e divertimento, a porção agreste da mocidade académica em Coimbra.*", In, **OMP**, p. 222.

surpreender-me esta adusta crueldade para com os animais desde que pensasse na feroz serenidade com que eram castigadas as crianças em Portugal. Eu ainda sou do tempo em que os professores primários esgotavam a imaginação a congeminar suplícios para os seus pacientes, que eram os seus alunos; e recordo-me de uma página indignada e comovida de António Feliciano de Castilho a propósito do feitio inquisitorial das nossas escolas primárias. No colégio em que cursei não havia limite diário para a bolaria e, se quisesse dizer quantas palmatoadas apanhei, seria inteiramente impossível poder fazer-lhe a conta com rigor. Note-se que o meu colégio era dos mais benignos, havia tal em que se variavam as torturas, desde as simplesmente morais, como o chapéu e as orelhas de burro, até aos arremedos penitenciários, como o quarto escuro a pão e água."[74]

De novo volta Bruno a referir o mais simbólico flagelo disciplinar - a palmatória, que apelida de "trofeu do nosso ensino":

"*Lá fora, o uso da palmatória encontrava-se proscrito desde os primeiros anos do século que findou; em Portugal, a Palmatória continua a ser o trofeu do nosso ensino. Santa Luzia milagrosa, que dá vista aos cegos. O Santo Lenho, que redime os pecados. Assim, desde pequeninos , os portugueses são educados no terror, na humilhação, na covardia, no fetichismo do superior, na abdicação da dignidade. A propósito de um pedagogo portuense que empolou as mãos dum discípulo com bolaria brava e, ainda por cima lhe inchou a cara aos sopapos, escreveu, n'As Farpas, Ramalho Ortigão que dar uma bofetada numa criança é assinar um homem. Mas em Portugal, por via de regra, não se pensa assim, e nas nossas aldeias moer um filho com pancadaria chama-se: dar-lhe criação.*"[75]

Se este clima não era propício ao estudo, os restantes métodos e

---

74 OMP, p. 223.

75 idem, ibidem.

materiais didácticos eram igualmente lamentáveis. Nos *Modernos Publicistas Portugueses* (1906) referiria, desta feita, o tédio provocado pela má escolhas das leituras pedidas às crianças na escola primária, má escolha que acarretava como consequência a desmotivação para a própria leitura, promovendo um analfabetismo insidioso suportado numa manifesta "repugnância" nacional pela leitura[76].

"*Assim, no meu tempo, na aula primária, mandavam-nos ler pelo volume insípido das meditações ou discursos religiosos do conselheiro Rodrigues de Bastos. Por felicidade que o tédio imenso deste texto era mitigado um tanto pelas narrativas de Telémaco, no traslado do capitão Manuel de Sousa, se é que não pertencem a Filinto Elísio, segundo Costa e Silva*"[77]

Esta experiência amarga, vivida na instrução primária, permitiu a Bruno fundar um conjunto de reflexões preciosas sobre o sistema de ensino português. Na realidade, o que nos narra não é um conjunto desarticulado de lamentações que fio de uma memória dolorida lhe vai causando. Não, são os alicerces de um pensamento criticamente construtivo para qual convoca, em três dimensões temporais, as suas memórias, as memórias de seu pai e de toda uma tradição que considera causadora deste obscurantismo nacional, que a Igreja e a Monarquia conspiraram para eternizar neste pedaço de pátria.

Esta ego-história é reflexo disso mesmo, bem como a lembrança, sempre presente, da tragédia paterna, aqui e ali revivida, quando por mais de uma vez volta a falar do castigo infame das varadas infligidas nos infractores. De novo a comparação com o estrangeiro, de novo a prova do atraso nacional:

"*Em França, a palmatória foi abolida no fim do passado século XVII, sob o influxo das ideias civilizadoras da época. Na Bélgica substituiu-a o*

76 Idem, p. 338.

77 OMP, p. 338.

açoite, mas este encontra-se também proibido de mais de cinquenta anos a esta parte. Em Portugal só há pouquíssimo lapso é que o falecido Ferreira de Almeida, em sua passagem pela pasta dos Negócios da Marinha, suprimiu o uso do 'santo lenho' para os grumetes, na nossa armada, mação aborrido de milagres"[78]

Nos *Modernos Publicistas Portugueses* (1906) voltaria a referir esse castigo ignominioso, essa "prática cruel", das varadas:

"*Essa embófia sobranceira [de que tudo o que é português é bom] durante longo transcurso nos fez perpetuar praticas cruéis, lá fora de longo trecho condenadas e proscritas, como, 'verbi gratia', na vida militar as varadas, sem embargo de protestos veementes e eloquentes, como os no jornalismo arquivados por Lopes de Mendonça*"[79]

Mas se estas crueldades lhe permitiram recolher abundante material de reflexão, que mais adiante passaremos a sistematizar, não se pode passar por alto, ainda nesta fase da vida de Bruno, a importância que para ele assumiu a educação doméstica, e o exemplo do pai é aqui fundamental, já como grande leitor, já lendo aos filhos no serão, incentivando assim um gosto que, se calhar nato, assumiu em Bruno uma precocidade espantosa. Eloquente é aquela descrição que Bruno nos faz na "Carta Íntima", texto autobiográfico que precede a obra *A Ideia de Deus* (1902), onde é narrado em detalhe um desses serões literários, onde o pai, lendo para toda a família as *Confessions*, de Rousseau (1782-1789) os conseguiu comover até às lágrimas, "nessa noite de véspera de feriado, em que não houvera, pois, estudo; uma noite longa, de borrascoso inverno"[80]. Do pai dirá Sampaio Bruno:

---

78 OEN, pp. 270 e 271.

79 OMP, p. 225.

80 "Carta Íntima", in AID, pp. IX e X.

"Até ao fim da vida foi meu pai homem de estudo e meditação; comunicativo estimulava-o o prazer altruísta de fazer participar aos outros as elevadas emoções que as suas leituras lhe suscitavam. No fim do estudo, à mesa da sala de jantar, a família reunia-se toda, na expectativa burguesa do 'chá'. Meu pai lia-nos então alguma página que o impressionara, daqueles livros misteriosos que não estavam nas estantes mas fechados numa das gavetas da sua secretária ."[81]

Já referido no capítulo anterior, fora de facto este pai, literato e bibliófilo, que lhe incutira na extrema juventude o gosto pela leitura. Gosto este, que o transformara, como refere, exagerando a citação de Jules Vallès, numa verdadeira "vítima do livro". Neste sentido, não é muito complicado assumir que a parte mais positiva da instrução primária obteve-a Bruno no recato do lar, ora estudando com o irmão debaixo da vigilância tolerante da avó, ora escutando extasiado os trechos seleccionados pelo pai nos acolhedores serões da casa paterna. Estas marcas no adulto são tão visíveis que, se porventura Bruno não nos tivesse revelado estes detalhes, eles se revelariam por si, no seu pensamento, na sua postura em toda a sua obra, enfim. Em negativo ou positivo, mas ambos cristalinos.

2. O tempo do Liceu (1868-1874) [82]

Autodidacta de facto, Bruno foi-o desde a descoberta dos prazeres solitários da escrita e da leitura, mas foi-o também empurrado pela adversidade. Como acabamos de ver, Sampaio Bruno não foi um aluno feliz. Neste sentido, o liceu seria um prolongamento da primeira instrução que

81 idem, p. IX.

82 Datas prováveis, de acordo com os dados biográficos recolhidos pelo seu sobrinho, José Pereira de Sampaio.

tivera, a mesma hostilidade dos colegas e inadequação de métodos, que se acentuava no ambiente mais caótico de uma escola pública – O Liceu Nacional do Porto.

No entanto, e apesar das funestas semelhanças, o Liceu Nacional do Porto revelar-se-ia uma experiência intelectual e pedagógica diferente. Abundantemente referirá nos seus livros a nascença de uma geração de políticos e intelectuais marcantes, companheiros seus do liceu – "Os do Liceu", como lhes chamará por diversas vezes. Este aspecto complementar-se-ia com outro não menos importante – os professores- em particular um, que não tendo sido seu professor exerceria nele, e em quase toda aquela geração de alunos, um particular fascínio: Pedro Amorim Viana (1822-1901).

Os relatos que sobres estes assuntos salpicam alguns livros de Bruno acabam por ser uma água forte do ensino secundário de então. Programas, métodos e rotinas escolares plasmadas com a sua contumaz indisciplina literária nas páginas de *O Porto Culto* (1912), das *Notas do Exílio* (1893) ou da *A Geração Nova* (1886), escritos mais de duas décadas depois destes acontecimentos e, como tal, já nimbados de um véu edulcorante.

2.1. O Liceu no tempo de Bruno – À beira do caos pedagógico-legislativo

Sampaio Bruno deve ter frequentado o Liceu Nacional do Porto entre 1868 e 1874. É o seu sobrinho, José Pereira de Sampaio, que o afirma no livro *Sampaio (Bruno) - Sua Vida e sua Obra*:

"Já então, no ano de 1874, tinha Sampaio (Bruno) dezasseis anos de idade e frequentava o 5º ano do liceu, quando começou a escrever para a Tribuna, revista que, a esse tempo, estava a publicar a sua 5ª série, e na qual apareciam artigos firmados por homens de reputado talento, tais como: J. M.

Latino Coelho, Barbosa de Magalhães, Pinheiro Chagas e outros"[83]

Quando Bruno frequentou o Liceu Nacional do Porto, este mantinha-se basicamente nas mesmas condições da altura da sua criação em 1836, como refere Manuel Gama[84]. Isto, apesar dos esforços consistentes da sua equipa directiva entre 1866 e 1878 para promover reformas num currículo que consideravam já ultrapassado[85].

Inicialmente instalado em três salas da Academia Politécnica do Porto, por lá ficou entre 1840 e 1861, ano em que teve direito finalmente a um edifício próprio. Este edifício ficava situado na Rua Formosa, entre o Largo do Padrão e a Rua da Alegria. Ocupado pelo Liceu do Porto a partir de 1861, o edifício, ainda que pouco adequado, não era partilhado com mais nenhuma instituição.

A 22 de Fevereiro de 1866 procedeu-se a uma nova mudança. Uma casa na Rua de Santa Catarina, posteriormente ocupada durante anos por uma Repartição de Obras Públicas. Esta casa pertencia ao Visconde da Lagoaça e foi alugada por 850$000 reis. Foi neste edifício que Bruno fez o seu liceu.[86]

A criação dos liceus por Passos Manuel, a 17 de Novembro de 1836, pretendera colmatar uma brecha, nunca suficientemente reconhecida, que se estabelecera na instrução secundária desde a expulsão dos Jesuítas em 1759, ordem que, como se sabe, controlava quase toda a formação nesse nível de ensino.

Se a rede escolar do ensino secundário era pouco mais do que nula, os

---

83 SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno)*..., op. cit, p. 35.

84 GAMA, Manuel (1994), *O Pensamento de Sampaio Bruno* ..., op. cit. p.28

85 *Analise do Parecer da Junta Consultiva de Instrução Pública sobre a Representação do Conselho do Liceu Nacional do Porto pedindo às Cortes a reforma Geral da Instrução Pública*, Tipografia de Manoel José Pereira, Porto, 1871.

86 MATOS, Júlio de Melo e (1919), *Materiais para a Monografia do Liceu do Porto coordenados por* ..., op. cit., pp. 38 e 39.

seus programas e métodos enfermavam, no dizer dos críticos, do excesso de metafísica palavrosa encaixada nas mentes juvenis à força da memória. As aulas então existentes, dispersas pelo país, são substituídas, na restruturação de Passos Manuel, por uma rede de 18 liceus no continente, em todas as capitais de distrito e quatro nas ilhas. Segundo Áurea Adão, a importância do diploma de Passos Manuel residia:

"[...] *não só no facto de criar novo tipo de estabelecimentos oficiais de ensino, os liceus, como também por constituir o primeiro plano sistematizado de estudos secundários, integrando aspectos curriculares, pedagógicos e administrativos. O ensino liceal teria como objectivo principal uma preparação básica e indispensável para o ingresso nos estudos superiores. Mas destinar-se-ia também a ministrar conhecimentos científicos e técnicos, necessários 'aos usos da vida no estado actual das sociedades', para as 'grandes massas de cidadãos' que não tivessem oportunidade de prosseguir a sua formação académica. Estes enunciados corresponderiam, em certa medida, ao que hoje consideramos o ensino secundário politécnico*"[87]

Apesar da legislação, o funcionamento dos liceus tardará a produzir resultados concretos. Só em 1860, volvidos 24 anos sobre a sua criação, é que o Governo conseguirá dar solução a alguns problemas que os submergiam, tais como a uniformização do sistema de estudos, bem como dos compêndios utilizados. O Regulamento Geral dos Liceus (1860) foi promulgado por decreto assinado por Fontes Pereira de Melo, datado de 31 de Janeiro. Pretendendo disciplinar a formação naquele nível, este regulamento geral buscava alicerçar o currículo "utilitário e científico" que garantisse um

87 ADÃO, Áurea (1999) "Os primeiros anos de ensino liceal: realidades, necessidades" in *Para a História do Ensino Liceal em Portugal – Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895), Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, Centro de Estudos em Educação e Psicologia – Universidade do Minho, Braga, 1999, pp. 2 e 3.

sustentado acesso ao ensino superior e politécnico[88]

" *Este documento representa um avanço na constituição de um ensino secundário uniforme em todo o país. Mantendo os mesmos critérios de distribuição regional das disciplinas de estudo, dividem-se os liceus em estabelecimentos de 1ª e de 2ª classes, terminando as denominações de liceus maiores e de província, que vinham sendo usadas desde Costa Cabral. Pela primeira vez, oficialmente atribui-se a duração de cinco anos ao curso geral dos liceus, indicando as matérias a ensinar em cada ano. E procura-se ordenar os estudos de modo a 'promover o progressivo desenvolvimento das faculdades do espírito dos alunos que cursavam os liceus, dando-lhes ao mesmo tempo sólidos conhecimentos em letras e ciências*"[89]

Para além do que já foi referido, o novo Regulamento Geral estipulava o corpo das 11 disciplinas que formavam agora o currículo escolar[90], mas

---

88 VALENTE, Vasco Pulido (1973), *O Estado Liberal e o Ensino – Os Liceus Portugueses (1834-1930)*, Gabinete de Investigações Sociais, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1973, pp. 40 e 41.

89 Idem, p. 8.

90 "*Art.º 7 – O Curso Geral dos Liceus compreende as seguintes disciplinas:*

1º Gramática e Língua Portuguesa;

2º Gramática Latina e Latinidade;

3º Língua Francesa;

4º Língua Inglesa;

5º Matemática Elementar , compreendendo a Aritmética, a Álgebra Elementar, a Geometria Sintética, a Trigonometria Plana e Geografia Matemática;

6º Filosofia Racional e Moral e Princípios de Direito Natural;

7º Oratória, Poética e Literatura Clássica, especialmente a Portuguesa;

8º Cronologia, Geografia e História, especialmente a de Portugal e as suas Colónias;

9º Princípios de Física e Química, e introdução à História Natural dos três reinos;

10º Língua Grega;

11º Desenho."

apelava igualmente para a modificação dos métodos de ensino:

"[...] *proporcionar a instrução ao desenvolvimento das faculdades; conservar, por meio de repetições sucessivas, no espírito dos alunos os conhecimentos adquiridos; variar os estudos, para não cansar a atenção, mas sem que essa variedade produza a confusão, que as faculdades em exercício se cansem desigualmente; fazer, por uma transição gradual, passagem dos estudos que exigem só o emprego da memória para aqueles que carecem do desenvolvimento completo da razão*"[91]

Num espaço de quinze anos, entre 1851 e 1869, são feitas por quatro vezes alterações nos regulamentos dos liceus[92]. Questões de origem ideológica teriam estado por detrás de cada um dos projectos, tantos quantos as facções políticas que nesse tempo se alternaram no poder.[93] As principais alterações produzidas por esta legislação, e que Bruno viria a acompanhar enquanto aluno do liceu do Porto são, para além das acima referidas, constantes no Decreto de 10 de Abril de 1860, a introdução da cadeira de Grego nos 3° e 4° anos, o aumento dos tempos lectivos das aulas de Português, onde se encontravam incluídas as disciplinas de Gramática, Leitura, Análise, Redacção, Oratória e Poética, bem como do Latim [94]. O debate, segundo Rómulo de Carvalho, era mais um episódio da sempre eterna guerra travada na cultura nacional entre conservadores e progressistas:

In *Regulamento para os Liceus Nacionais*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1865, p. 1

91 ADÂO, Áurea (1999) "Os primeiros anos de ensino liceal: realidades, necessidades", op. cit, pp. 8 e 9.

92 As reformas datam, respectivamente, de 1854 (12 de Agosto);1860 (10 de Abril); 1863 (9 de Setembro) e 1868 (31 de Dezembro).

93 CARVALHO, Rómulo de (1985), *História do Ensino em Portugal – Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Regime Salazar-Caetano*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985, pp. 594 e 595.

94 Idem, p. 595.

"*Cada uma das três alterações* [a de 1869 não chegou a ser implementada] *tem assinatura diferente, e resultam da opinião polémica de o ensino liceal dever dar, ou não, maior peso às disciplinas de carácter humanístico ou às de carácter científico. O assunto foi muito discutido, e a sua discussão é um pormenor da luta entre os espíritos mais conservadores e os espíritos mais progressistas, embora todos liberais. Dificilmente os conservadores aceitariam a suspensão ou marginalização de certas disciplinas tradicionais como a Retórica ou a Oratória, e mal compreendiam a importância de conhecimentos de Física ou de Química que lhes pareceriam meras curiosidades especulativas*"[95].

Mas não era apenas uma questão ideológica. De facto, situação ingrata em que se encontrava o ensino liceal provinha igualmente do estatuto dado a este nível de instrução. Na altura a preparação liceal era vista apenas uma antecâmara da universidade. O "liceu alfândega", como correctamente o apelidou Agostinho de Campos, cada vez mais resumia a sua função à realização de exames[96]. Para grande parte do público utilizador deste nível de ensino, o que se pretendia era um rápido e fácil, se possível, acesso às Universidade ou às Escolas e Academias Politécnicas. Esta opinião era tanto mais cimentada, quanto este público utilizador do liceu só o fazia para realizar os exames obrigatórios, frequentando, na sua esmagadora maioria, escolas e colégios privados que na época usufruirão de um estatuto elevado, que era potenciado pela facilidade da frequência deste ensino em comparação com o ensino público. Neste estado de coisas não era de admirar, quer a degradação do ensino secundário público, quer as constantes reformas a que o mesmo

95 Idem, p. 594.

96 VALENTE, Vasco Pulido (1973), *O Estado Liberal e o Ensino – Os Liceus Portugueses (1834-1930)*, Gabinete de Investigações Sociais, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1973, p. 48.

esteve sujeito num espaço curtíssimo de tempo [97]. Isto mesmo nos descreve Vasco Pulido Valente:

"Contudo, visto que não se queria, por outro lado, acabar brusca e radicalmente com o status quo, continuava a permitir-se que os alunos extraordinários ou externos, isto é, matriculados nos colégios particulares, pudessem à sua vontade fazer exame final de qualquer disciplina, com a simples condição de terem dez anos de idade e o exame de admissão aos liceus. Deste regime legal resultou evidentemente que a frequência dos estabelecimentos oficiais depressa diminuiu em proveito dos estabelecimentos privados, cujos alunos não estavam sujeitos a qualquer disciplina pedagógica e conseguiam, portanto, concluir o curso secundário num menor número de anos. Em pouco tempo aos liceus ficava apenas a tarefa de realizar exames."[98]

Como foi já referido convém também assinalar a intensa actividade desenvolvida pelo Conselho do Liceu Nacional do Porto nos anos que vão de 1866 a 1878, pouco mais que uma década, mas que acabaria por coincidir com o tempo de frequência de Bruno naquela instituição. Por moto próprio, ou a pedido do governo, o Conselho do Liceu Nacional do Porto irá manifestar-se, tomando partido, contra ou a favor, das alterações que a legislação ia introduzindo nesse tempo no ensino secundário.

Júlio de Melo e Matos (1857-1923), o famoso médico psiquiatra, antigo aluno e companheiro de Bruno no Liceu do Porto, publicou em 1919 um conjunto de dados preciosos sobre o passado do Liceu do Porto, a que deu o

---

97 Se contarmos as reformas de Fontes Pereira de Mello 1860; Anselmo Braancamp (1863); Sá da Bandeira – Bispo de Viseu (1868); Rodrigues Sampaio (1872) até à de José Luciano de Castro (1880) temos vinte anos, cinco reformas, com uma média de uma reforma de 4 em quatro anos. Consultar VALENTE, Vasco Pulido (1973), *O Estado Liberal e o Ensino – Os Liceus Portugueses (1834-1930), op. cit.* pp. 39 a 56.

98 *Idem,* p. 48.

nome de *Materiais para a Monografia do Liceu do Porto*[99]. Nesta obra o autor, através de uma paciente consulta dos livros de actas das reuniões de Conselho, bem como de outros elementos da vida administrativa do Liceu, descreve-nos o ambiente fecundo de discussões de carácter técnico-pedagógico por que passou a instituição nesses anos:

"O exame dos livros de actas, sempre muito sintéticas, dá-nos a impressão que alguns períodos houve em que os conselhos se não limitaram a discutir assuntos de mero expediente: há mesmo um período fecundo (1866-1878) em que questões pedagógicas ocupam muitas sessões; discutem-se programas, propõe-se a criação de cadeiras, a de metodologia, e modificações nos estudos oficiais e particulares, reclama-se contra a morosidade do ensino oficial (1869-1870), pronunciam-se, respondendo à Portaria de 4 de Novembro de 1876, que enviara um questionário de 38 perguntas, contra os compêndios oficiais (1876), propondo a jubilação obrigatória ao fim de 20 anos de serviço; alguns desses conselhos eram presididos pelo inspector de instrução secundária (Conselheiro António Augusto Soares de Souza Cirne)"[100]

Nesse âmbito se inclui o a *Representação do Conselho do Liceu Nacional do Porto Pedindo às Cortes a Reforma Geral da Instrução Pública*, datado de 17 de Dezembro de 1870, onde se pede ao Governo "uma lei geral de instrução, que ponha termo ás pequenas evoluções apelidadas reformas"[101]. Este texto, assinado por todos os professores e pelo reitor do Liceu, respondia a uma auscultação do Governo pedida através da Junta Consultiva de Instrução Pública a todos os liceus nacionais por Decreto de 19 de Outubro de

99 MATOS, Júlio de Melo e (1919), *Materiais para a Monografia do Liceu do Porto coordenados por ...*, Tipografia Mendonça, Porto, 1919.

100 Idem, p. 21 e 22.

101 Idem, p. 22.

1869[102].

O teor do texto emanado do Conselho do Liceu Nacional do Porto provocará uma reacção acrimoniosa por parte dos membros da Junta Consultiva de Instrução Pública substanciado num Parecer a que o mesmo Conselho respondeu com a publicação da *Analise do Parecer da Junta Consultiva D'Instrução Pública sobre a Representação do Conselho do Liceu Nacional do Porto Pedindo às Cortes a Reforma Geral da Instrução Pública*[103], datada de 1871. Nela se desmontavam todos os argumentos da resposta da Junta Consultiva e se reafirmavam os sustentados pela equipa liceal,[104] que consistiam na crítica às reformas apressadas feitas pelos sucessivos governos, e que nada faziam para contrariar o estado do ensino secundário público.

De facto, os liceus mantinham-se muito próximos da anarquia pedagógica que refere Vasco Pulido Valente. Nomeadamente, quando analisarmos estes anos, é possível verificar uma forte quebra nos efectivos do ensino secundário. Uma redução de 20% dos alunos entre 1868 e 1876, num total de 563 alunos perdidos muito provavelmente para o ensino secundário

---

102 Idem, ibidem.

103 *Analise do Parecer da Junta Consultiva D'Instrução Pública sobre a Representação do Conselho do Liceu Nacional do Porto pedindo às Cortes a Reforma geral da Instrução Pública*, Tipografia de Manuel José Pereira, Porto, 1871.

104 Compunham a equipa do Liceu do Porto, além do reitor, José Pereira da Costa Cardoso, os professores Domingos de Almeida Ribeiro, Luís António Pinto de Aguiar, João Baptista Pereira Leal, Manuel António Pinheiro da Fonseca, Augusto Luso da Silva, António Ribeiro da Costa e Almeida, António Augusto de Almeida Pinto, Delfim Maria de Oliveira Maia, Manuel Emílio Dantas, Francisco da Costa Portela, Joaquim de Azevedo Sousa Vieira da Silva Albuquerque e Augusto Epifânio da Silva Dias. In MATOS, Júlio de Melo e (1919), *Materiais para a Monografia do Liceu do Porto coordenados por ...*, op. cit., p. 22 e *Analise do Parecer da Junta Consultiva D'Instrução Pública sobre a Representação do Conselho do Liceu Nacional do Porto...*, op. cit., pp. 44 e 45.

privado.[105] Com este sentido apresentou o Conselho do Liceu Nacional do Porto uma queixa ao Governo sobre a pequena frequência dos liceus públicos provocada pela facilidade que os alunos externos tinham em fazer o curso em menos tempo, "não atendendo as famílias ao grau de saber mas à dificuldade e morosidade dos estudos oficiais".[106]

João Barroso faz assim o balanço destas reformas, da sua incipiente concretização, e do real clima de anarquia pedagógica que iria vigorar até à famosa reforma de 1894-1895, conhecida como a Reforma de Jaime Moniz:

" *Do ponto de vista estrutural e organizativo a criação dos liceus, em Portugal, em 1836 limitou-se a 'concentrar' num mesmo local (o LICEU) as disciplinas e cadeiras avulsas que existiam desde a reforma pombalina, bem como outras que entretanto foram criadas.*

De um modo sumário podemos dizer que, na prática, esta concentração de disciplinas não passou (até à Reforma de Jaime Moniz) de uma coabitação de professores e alunos que ocupavam um mesmo edifício, sem qualquer coordenação das suas actividades.

Vigorou assim (quase até ao final do século XIX) um regime de estudos centrado nas disciplinas individualmente consideradas , sem existir um plano que articulasse os diversos ensinos e ordenasse a progressão dos alunos ao longo do curso liceal. Os alunos faziam exames por disciplinas e podiam matricular-se simultaneamente em anos (classes) diferentes, conforme as disciplinas em que tinham aproveitamento.

Apesar de algumas tentativas (Regulamento de 1860 e Carta de Lei de 1880) de inverter esta situação e impor que os alunos só passassem de curso (ou classe) depois de terem tido aproveitamento nas respectivas disciplinas,

---

105 Alunos internos a frequentar os liceus públicos em 1868 (3121), e em 1876 (2558). Ver, VALENTE, Vasco Pulido (1973), *O Estado Liberal e o Ensino – Os Liceus Portugueses (1834-1930), op. cit.*, p. 101.

106 MATOS, Júlio de Melo e (1919), *Materiais para a Monografia do Liceu do Porto coordenados por ...*, op. cit., p. 22.

elas nunca foram levadas à prática devido à reacção dos alunos, das famílias e dos proprietários dos colégios particulares"[107]

Na altura em que Sampaio Bruno frequentava o Liceu do Porto vigorava assim este nefasto caos pedagógico-legislativo, que nem as sucessivas reformas governativas (neste meio tempo é criado o muito efémero Ministério da Instrução Pública – 12 de Junho de 1870), nem boas intenções reformadoras da equipa docente do liceu conseguiram, na prática, alterar. Curiosamente, será durante a ditadura de João Franco, que Sampaio Bruno tão duramente criticará (*A Ditadura*, 1909), que se implementa a Reforma de Jaime Moniz: a primeira ferramenta legislativa eficaz e capaz de gerar finalmente uma alteração do estado lastimoso dos liceus públicos.

2.2. Os professores

Os professores de Bruno, ao longo dos seis anos que frequentou o Liceu do Porto forram, alguns deles, os mesmos que assinaram a *Representação do Liceu Nacional* em 1870. Isto mesmo nos é permitido descobrir no livro *O Porto Culto* (1912) quando refere aqueles que foram os seus mestres do tempo do liceu: Domingos de Almeida Ribeiro[108], professor de Grego, Luís

---

107 BARROSO, João (1999), "A Influência do Regime de Classes na Organização Pedagógica e na Administração do Liceu", in *Para a História do Ensino Liceal em Portugal* -..., op. cit., p. 18.

108 **Domingos de Almeida Ribeiro**. Natural do Porto, foi nomeado por Carta Régia de 1 de Março de 1842 e por Decreto de 9 de Novembro de 1841 professor de Língua Grega, tomando posse a 7 de Abril de 1842 como proprietário dessa mesma cadeira. Foi nomeado professor definitivo por Decreto de 5 de Novembro de 1880, tendo sido Jubilado por Decreto de 3 de Março de 1887. MATOS, Júlio de Melo e (1919) *Materiais para a Monografia do Liceu do Porto coordenados por* ..., op. cit., p. 54 e

António Pinto de Aguiar[109], de Alemão; Augusto Luso da Silva[110], professor de História e Geografia e Joaquim de Azevedo Sousa Vieira da Silva Albuquerque, de Filosofia[111]; Augusto Epifânio da Silva Dias[112], professor de

---

INOCÊNCIO, Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1885, Tomo IX, p. 135.

109 **Luís António Pinto de Aguiar Júnior**. Natural do Porto, teve provisão do lugar de professor daquela instituição a 30 de Setembro de 1840 e Carta Régia de 6 de Outubro de 1842. Em Novembro de 1842 aparece como professor temporário de Língua Alemã. Aposentado por Decreto de 2 de Novembro de 1867, exerceu várias vezes como decano o lugar de Reitor. Faleceu a 14 de Fevereiro de 1883 MATOS, Júlio de Melo e (1919) *Materiais para a Monografia do Liceu do Porto coordenados por ...*, op. cit., p. 51.

110 **Augusto Luso da Silva** . Foi nomeado por Decreto de 6 de Setembro de 1853 professor do Liceu de Leiria, tomando posse a 8 de Fevereiro de 1854. Por Decreto de 6 de Julho e apostilha de 22 de Outubro de 1856 foi nomeado substituto da 5° cadeira de História, Geografia e Cronologia, e da 6° cadeira, Língua Grega, para o Liceu do Porto, tomando posse a 1 de Dezembro de 1856. A 24 de Agosto de 1858 tomou posse como proprietário efectivo daquelas cadeiras. Foi aposentado a 7 de Janeiro de 1881, vindo a falecer a 13 de Maio de 1902. MATOS, Júlio de Melo e (1919), *Materiais para a Monografia do Liceu do Porto coordenados por ...*, op. cit., p. 56 e INOCÊNCIO, Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, op. cit., Tomo I, 311.

111 **Joaquim de Azevedo Sousa Vieira da Silva Albuquerque**. Começou por ser lente da Academia Politécnica. Por Decreto de 5 de Fevereiro e Carta de Mercê de 13 de Março de 1862 foi nomeado para o Liceu do Porto como professor substituto da 5° cadeira de Matemática Elementar e 6° cadeira de Química e Física, tomando posse a 1 de Abril desse mesmo ano. Deixou de reger essas cadeiras no fim de Setembro de 1876. Faleceu a 21 de Janeiro de 1912 MATOS, Júlio de Melo e (1919) *Materiais para a Monografia do Liceu do Porto coordenados por ...*, op. cit., p. 57.

112 **Augusto Epifânio da Silva Dias**. Lente do Curso Superior de Letras, foi igualmente professor provisório do Liceu de Santarém. Por Decreto de 11 de Julho de 1867 foi colocado como substituto da 1° cadeira , Gramática Portuguesa, e da 2° cadeira, Latinidade da qual tomou posse a 17 do mesmo mês e ano. Por Portaria de 5

Gramática portuguesa e Latinidade e Delfim Maria de Oliveira Maia[113], docente de Oratória, Poética e Literatura..

Dos treze[114] professores que Bruno teve no Liceu do Porto só a estes cinco faz referência, os outros podemos, mais uma vez, ir buscar a referência à obra do seu condiscípulo Júlio de Melo e Matos, *Materiais para a Monografia do Liceu do Porto*. Assim, no tempo de Sampaio Bruno eram estes os restantes professores do quadro do Liceu do Porto (e com grande probabilidade também de Bruno) : João Baptista Pereira Leal[115]; António Roberto Jorge [116]; António

---

de Novembro de 1880 passou a reger a 3° cadeira, Língua Latina, que irá reger até ao fim de Setembro de 1881, altura em que passará a reger a 14° cadeira, Língua Grega do Liceu de Lisboa, de que era proprietário. Faleceu em 1919. MATOS, Júlio de Melo e (1919) *Materiais para a Monografia do Liceu do Porto coordenados por* ... , op. cit., p. 58.

113 **Delfim Maria de Oliveira Maia**. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi Deputado, Governador Civil e Reitor do Liceu. Por Decreto de 9 de Novembro de 1858 e Carta de Mercê do mesmo mês e ano, foi despachado professor da cadeira de Oratória, Poética e Literatura do Liceu do Porto, tomando posse a 23 de Dezembro de 1858. Foi nomeado professor efectivo por Decreto de 25 de Novembro de 1880. Aposentado a 4 de Abril de 1884, veio a falecer a 1 de Janeiro de 1887 MATOS, Júlio de Melo e (1919) *Materiais para a Monografia do Liceu do Porto coordenados por* ... , op. cit., p. 57.

114 De acordo com o Decreto de 23 de Setembro de 1872, os professores dos liceus de 1° classe, como era o caso do Liceu Nacional do Porto.

115 **João Baptista Pereira Leal**. Natural do Porto, fora também professor da extinta Academia de Marinha e Comércio , nomeado por Decreto de 19 de Outubro de 1836. Em Fevereiro de 1841, já docente do liceu, é substituto da cadeira de Língua Francesa, passando a proprietário das cadeiras de Língua Francesa e Inglesa, e respectivas Gramáticas, por Decreto de 17 de Agosto de 1852, tomando posse a 3 de Setembro desse mesmo ano. Foi aposentado por Decreto de 2 de Setembro de 1887 MATOS, Júlio de Melo e (1919) *Materiais para a Monografia do Liceu do Porto coordenados por* ... , op. cit., p. 52.

Augusto de Almeida Pinto[117]; Francisco António Portela[118]; Manuel Emílio Dantas[119]; Manuel António Pinheiro da Fonseca[120] e António Ribeiro da

---

116 **António Roberto Jorge**. Natural da cidade do Porto, foi egresso prestacionado e mestre de Filosofia na extinta Congregação Beneditina. Na altura da extinção das Ordens Regulares em 1834 desempenhava o cargo de professor de Filosofia no Colégio de Rendufe. Por Decreto de 19 de Dezembro de 1840 e Carta Régia de 22 de Abril de 1841, foi colocado como proprietário da cadeira de Teologia Dogmática no Liceu do Porto sendo ao mesmo tempo também professor no Seminário Diocesano. Jubilou-se a 1 de Março de 1876, vindo a falecer a 2 de Fevereiro de 1883. MATOS, Júlio de Melo e (1919) *Materiais para a Monografia do Liceu do Porto coordenados por ...*, op. cit., pp. 53 e 54 e INOCÊNCIO, Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, op. cit., Tomo VIII, pp. 297 e 298.

117 **António Augusto de Almeida Pinto**. Médico de formação. Por Decreto de 28 de Novembro e Carta de Mercê de 24 de Dezembro de 1855 foi despachado professor vitalício da cadeira de Física, Química e Introdução à História Natural, tomando posse a 18 de Janeiro de 1856. aposentado por Decreto de 5 de Maio de 1880, veio a falecer a 19 de Junho de 1892 MATOS, Júlio de Melo e (1919) *Materiais para a Monografia do Liceu do Porto coordenados por ...*, op. cit., pp. 56 e 57.

118 **Francisco António Portela**. Eclesiástico. Por Decreto de 30 de Dezembro de 1858 e Carta de Mercê de 15 de Março de 1859 foi nomeado professor substituto da 5° cadeira de História, Geografia e Cronologia, e da 6° cadeira de Língua Grega. Tomou posse a 15 de Abril de 1859. Veio a falecer a 9 de Novembro de 1879. MATOS, Júlio de Melo e (1919) *Materiais para a Monografia do Liceu do Porto coordenados por ...*, op. cit., p. 57.

119 **Manuel Emílio Dantas**. Por Decreto de 25 de Abril e Carta de Mercê de 5 de Junho de 1861 foi nomeado substituto da 1° cadeira , Gramática Portuguesa, e da 2° cadeira, Latinidade, tomando posse a 21 der Junho desse mesmo ano. Por Decreto de 10 de Julho de 1867 passou a efectivo da cadeira de Latinidade, tomando posse a 16 do mesmo mês e ano. Foi nomeado professor definitivo por Decreto de 5 de Novembro de 1880. Aposentou-se por Decreto de 12 de Agosto de 1886, vindo a falecer a 4 de Fevereiro de 1894. MATOS, Júlio de Melo e (1919) *Materiais para a Monografia do Liceu do Porto coordenados por ...*, op. cit., p. 57.

Costa e Almeida[121].

O reitorado do Liceu do Porto, entre 1866 e 1874, foi ocupado por dois docentes: José Pereira da Costa Cardoso, lente da Academia Politécnica que exerceu o reitorado entre 1868 e 1871; e Custódio José Vieira, bacharel de Direito pela Universidade de Coimbra, que efectuou o seu mandato entre 1872 e 1875.

A idade elevada dos docentes do Liceu do Porto parece na altura ter sido um facto. Delfim Maia, um dos professores pedagogicamente mais activos no Conselho do Liceu Nacional do Porto, fará em 1871 uma proposta que foi aprovada que tornava obrigatória a jubilação ao final de 20 anos de serviço, pois, segundo ele, depois desses anos de serviço, o professor já não teria "vigor

---

120 **Manuel António Pinheiro da Fonseca**. Eclesiástico. Por Decreto de 15 de Dezembro de 1849 e Carta de Mercê de 13 de Fevereiro de 1850 foi nomeado substituto da 1° cadeira, Gramática Portuguesa e Latina, Clássicos Portugueses e Latim, e 2° cadeira, História Pátria e Literatura Clássica. A 13 de Abril de 1858 passa a proprietário da cadeira de Gramática Portuguesa e Latina. Jubilou-se a 3 de Fevereiro de 1876, vindo a falecer a 9 de Fevereiro de 1893. MATOS, Júlio de Melo e (1919) *Materiais para a Monografia do Liceu do Porto coordenados por ...*, op. cit., p. 55.

121 **António Ribeiro da Costa e Almeida**. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Conselheiro, Governador Civil, Deputado-Reitor e Chefe da Secretaria do Liceu. Foi nomeado, por Decreto de 6 de Abril e Carta Mercê de 21 de Abril de 1853, substituto da 3° cadeira, Filosofia Racional e Moral, e 4° cadeira, Oratória, Poética e Literatura, tomando posse a 14 de Maio de 1853. Por Decreto de 14 de Fevereiro e apostilha de 5 de junho de 1861 foi nomeado professor proprietário da cadeira de Filosofia Moral e Racional e Princípios do Direito Natural, tomando posse a 21 de Maio de 1861, tendo-a regido desde Dezembro de 1858. Por Decreto de 5 de Novembro de 1881 foi nomeado para a 10° cadeira, Filosofia. Aposentado por Decreto de 14 de Novembro de 1901, veio a falecer a 17 de Outubro de 1903. MATOS, Júlio de Melo e (1919) *Materiais para a Monografia do Liceu do Porto coordenados por ...*, op. cit., pp. 55 e 56 e INOCÊNCIO, Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, op. cit., Tomo VIII, p. 294.

mental necessário para ser útil aos seus alunos".[122] Isto é facilmente comprovável se verificarem as idades conhecidas de alguns destes professores em 1871, como é o caso de Domingos de Almeida Ribeiro, com 61 anos , e Luís António Pinto de Aguiar, com 57. A carreira destes docentes no Liceu do Porto iniciava-se já por si tarde, vindos muitos deles de outras instituições de ensino, isto numa altura em que o conceito de carreira docente no liceu não estava de todo estruturado.

O resultado acabou por ser uma apreciação acrimoniosa do ensino secundário do seu tempo. Desta avaliação negativa se exceptuaram dois dos seus professores: Augusto Luso da Silva e Delfim Maia, de quem falará no *O Porto Culto* (1912) e nos II e III volumes dos *Portuenses Ilustres* (1908), respectivamente.

É justamente quando fala do ambiente académico, e recorda os seus colegas, que vem à tona o nome de Augusto Luso da Silva, envolvido em muitas outras recordações de tom nostálgico que nos vai dando dos tempos do liceu ...:

"Todavia, este Liceu do Porto de 1871-72, para ser aquilatado devidamente , cumpriria correlacioná-lo com as duas próximas gerações que o precederam, como com as duas imediatas camadas que se lhe seguiram conviria conjuga-lo.

É que, de per si, o Liceu chegara até mesmo a interessar a mesma população civil da cidade, tanto pela turbulência generosa escolar como pela originalidade pitoresca do professorado.

Não exagero. O falecido José Mendes de Carvalho dirigia um periódico humorístico que teve chiste. Pyrilampo. Aparecia á noite. Os que o apregoavam síiam providos d'uma lanterna colorida e trotavam aos magotes, escoltando um char-à-bancs ocupado por estridente charanga. Ora, um dos números do Pyrilampo que alcançou maior êxito foi aquele onde se deu o

122 MATOS, Júlio de Melo e (1919) *Materiais para a Monografia do Liceu do Porto coordenados por ...*, op. cit., p. 22.

retracto caricatural dos professores do Liceu[123]*desfilando n'uma procissão de prosa rimada.*

Precisamente, o poeta e naturalista Augusto Luso da Silva, mestre de História e Geografia, que o seria meu e do Sr. José de Alpoim, dava nas vistas pelo aceso afã de coleccionador; o seu museu particular era falado. Guilherme Braga riria, na parodia a Thomaz Ribeiro, quando da caçada o trofeu é o morcego chamuscado pelo pedestre herói do Francisco António Rego (pois assim seu chamadouro):

Esta peça de caça, este morcego
É bicho de museu...
E o bom do Chico vai-o dar de prenda
Ao Luso do Liceu !

Também, a prosa rimada do Pyrilampo, escarnecera: 'Parafuso que o Luso sabe mais de bicharia que de geografia."[124]

Mas o seu professor de Geografia e História merece bem algumas ainda mais algumas recordações. Fora ele anteriormente já personagem importante na vida de Bruno, quando pela mão o seu pai o levou a Augusto Luso, ali mesmo vizinho na Rua do Bonjardim, para "pedir protecção", como então se dizia e praticava em Portugal sempre que se realizavam exames ...

"Mas, voltando a Augusto Luso, ele já me tinha examinado no meu acto de admissão aos liceus, vulgo instrução primária. Na véspera, meu pai levara-me a casa d'elle (era na nossa comum rua do Bonjardim), a cumprir a formalidade do pedido de protecção. Ainda não vigorava com a audácia

123 Procuramos este número sem, infelizmente, o encontrar até ao momento.

124 **OPC**, pp. 206 e 207.

hodierna o desaforo ulterior de uma certa empenhoca."[125]

Bonacheirão, bondoso mesmo, este homem excêntrico fora no seu tempo o único vegetariano conhecido no Porto, como nos diz Bruno. Ao que parece a amabilidade demonstrada aos seus discípulos estender-se-ia à sua "bicharia" – o vegetarianismo seria provavelmente a nota de respeito que lhe inspirava todo o mundo animal.

O facto é que não parece ser de todo correcto o mote que o *Pyrilampo* utilizava para o satirizar: que o Luso percebia mais de bicharia que de Geografia. As qualidades científico-pedagógicas demonstradas neste domínio têm como prova os manuais que elaborou para uso nos liceus. Esta e outras apreciações faz Sampaio Bruno em defesa do seu mestre:

"*Ele cumpria mais do que estritamente os deveres do seu cargo oficial, pois elaborou um Compêndio de geografia, para uso dos liceus, compreendendo ideias cosmográficas e geografia matemática, aplicações à cronologia etc., em 1881, e dez anos depois, em 1891, redigira uns Elementos de geografia e corografia de Portugal, para uso das escolas de ambos os sexos*".[126]

Poeta e literato por vocação, publicou, por ocasião do tricentenário de Camões, a *Leitura d'um trecho dos 'Lusíadas'*, obra que ofereceria a Amorim Viana, o célebre lente da Academia Politécnica do Porto, o "mestres dos mestres" de que adiante se falará, e cuja admiração partilhava com o seu discípulo José Pereira de Sampaio[127].

Talvez o traço pedagógico mais marcante que Bruno terá encontrado neste homem seja, como ele próprio diz, a bondade. A imensa bondade com

---

125 Sobre este assunto, esta tradição pedagógica aos nossos olhos singular, mais adiante, retomaremos o pensamento de Bruno. PI, Tomo II, pp. 360 e 361.

126 PI, Tomo II, p. 354.

127 Idem, p. 355.

que tratava os alunos. Excêntrico e bondoso ao mesmo tempo registava em positivo aquela que tantas vezes Bruno apontara como uma das pior chagas do ensino: a violência. Pois, justamente Augusto Luso da Silva, o professor poeta, o excêntrico naturalista, nutria pelos discípulos um carinho que Bruno não deixou escapar, denotando nas linhas que acerca dele escreve o quanto o estimou por causa disso mesmo.

E aqui, de novo, poderíamos voltar à admiração que Augusto Luso e Sampaio Bruno partilhavam por Amorim Viana, também ele sempre dulcíssimo e paciente com os seus alunos, como adiante se verá.

O seu comportamento influiu, com certeza, no autor dos *Portuenses Ilustres* (1908). Este filho e irmão de professores[128], tornaria, quiçá, aulas expositivas monótonas, suavizadas já pelo o seu temperamento, em aulas estimulantes sempre que a matéria ou o tema da aula descaíam para um lado que mais o impolgava .

"*Fui, como disse, discípulo d'este pedagogo.*

Homem de pachorra excitável e sempre celebrão, Augusto Luso chamava os alunos no fim da aula a verem com assombro e terror as faltas que haviam dado já e lhes ameaçavam o ano, e apontando-as com o dedo, com o dedo as ia safando, delindo o lápis na caderneta e sorrindo-se bonómico"[129].

Não podemos deixar de transcrever outro gesto de verdadeiro pedagogo deste professor de História e Geografia: as visitas que ele levava os seus alunos a fazer ao seu museu privado. Um verdadeiro Museu de História Natural que tinha em casa e que gostava de mostrar com o entusiasmo de quem tem esta coisas e um público curioso – os alunos.

---

128 Seu pai fora um professor portuense de Latim, Fernandes Luso da Silva, eram seus irmãos também professores do liceu. Um deles, Henrique Augusto Luso da Silva, professor do Liceu de Viseu, e também ele poeta. PI, Tomo II, p. 352.

129 Idem, p. 356.

"Como, em pequeno, jubilo grande, no temor, me ofertou o gabinete d'estudo de Augusto Luso.

Ficaram-me os olhos na bicharia que tinham embalsamada pela sala o esquisitão excelente de quem se dizia, em reticências de pasmo e dúvida que andava a arranjar um 'museu'"[130]

Se provas ainda escasseassem da estima que unia Bruno ao seu antigo mestre, o prefácio que o ex-aluno faz a pedido do editor para o livro do seu já falecido (1902) ex-professor de História e Geografia para a obra *Últimos Versos*, publicada em 1907[131], acabaria por comprovar o que se vai tornado uma evidência: Augusto Luso da Silva terá sido, a par com Amorim Viana, o mestre que mais terá influenciado Sampaio Bruno na sua visão da educação e naquilo que poderíamos definir como a sua postura filosófico-vivencial.

A corroborar esta ideia está um facto que pode servir como factor de clarificação. Aos dezasseis anos Bruno ficou órfão de pai (23 de Fevereiro de 1874), temos algumas bases para sustentar que o destaque dado por Sampaio Bruno à figura de Amorim Viana, bem como à de Augusto Luso, se estribariam também numa certa substituição da figura paterna – uma espécie de paternidade intelectual, vivencial e política fornecida por esses dois mestres.

No Prefácio do livro *Últimos Versos*, além de detalhar a biografia de Augusto Luso, Bruno tem a oportunidade de destacar a sua obra científica, que a par com a obra literária o foram fazendo "celebrão", como ele referira já nos *Portuenses Ilustres* (1908). O gosto pelo estudo dos animais e da natureza associada à vocação pedagógica tinham-no levado a idear instrumentos que tornassem possíveis a visualização de alguns fenómenos naturais. O engenho criativo e inventivo de Augusto Luso é referido por Bruno na criação do "Isemerioscópio" e do "Polariscópio", de que o autor nos dá notícias no

130 Idem, p. 368.

131 SILVA, Augusto Luso da (1907), *Últimos Versos, Poesias Inéditas com um Prefácio de José Pereira de Sampaio e o retracto do autor*, Imprensa Nacional, Porto, 1907.

Compendio de Geografia para uso dos Liceus (1881). A par disto publicaria também no *Jornal de Ciências matemáticas, físicas e naturais*, editado pela Academia Real de Ciências de Lisboa, um valioso trabalho, na expressão de Bruno, sobre os moluscos terrestres e fluviais de Portugal, obra que pretendia corrigir e ampliar o catalogo do naturalista Arthur Morelet.

Dos outros trabalhos de Augusto Luso nos dá referência também Bruno neste seu Prefácio:

"[...] *no Porto d'este portuense ilustre em 1853 haviam sido estampadas suas primeiras Rimas. O volume ofereceu-o o poeta ao Sr. António Alves Martins, cónego da Sé Patriarcal e deputado ás Cortes da não portuguesa; é a personalidade notável que, bispo de Viseu, destacaria na primeira plana da cena política do liberalismo lusitano.* [...] *No ano de 1854, na colecção dos Saraos poéticos portuenses, publicados em benefício do Asilo de Mendicidade do Porto, por J. A. de Freitas Júnior, depara-se-nos a colaboração do estudioso e entusiástico moço, como no Dialogo entre um mestre antigo e um moderno, o qual é também assignado por seu malogrado irmão Henrqiue Augusto.* [...].

Em 1871, e dedicado aos alunos do liceu do Porto, saiu do prelo o volume que seu autor intitulou Impressões da Natureza; a primeira das peças literárias que o compõem, e o poemeto Esboços do natural, publicara-o Augusto Luso em folhetins no Primeiro de Janeiro; mas, para que o volume não ficasse relativamente exíguo no tamanho (que não nem no merecimento intrínseco nem no seu real interesse de leitura), achou o autor que devia juntar-lhe algumas das poesias que tinha impressas e espalhadas por diversos jornais, escolhendo de entre elas as cujo assumpto é a natureza. Juntou-lhe mais alguns apólogos que haviam saído insertos também n'aquela popular folha. Estes apólogos de novo os imprimiu, para que com outros formassem, n'este género, um volume separado, em o seu característico livro de Fábulas originais, que, 'em testemunho de saudosas recordações passadas', ofereceu e dedicou ao seu antigo colega no liceu nacional de Leiria, Cândido Maria Cau

da Costa"[132]

Esta faceta de estudioso, de homem da ciência mas ao mesmo tempo de pedagogo e divulgador, já inventando mecanismos que permitissem a visualização dos fenómenos naturais, já fazendo poemas onde a personagem central é a própria natureza, mereceu o elogio de Bruno referindo que logo nos primeiros trabalhos "se revelou a compleição espontaneamente jovial, do autor, homem chão, simples, d'uma bondade natural e d'uma inteligência desanuviada e despretensiosa"[133].

Augusto Luso da Silva foi ainda um dos entusiásticos colaboradores dos cursos nocturnos do Colégio Portuense, que segundo Bruno, foram a "primeira tentativa n'esta cidade da organização de prelecções livres, para o grande publico e, designadamente, ás classes operarias destinadas"[134]. Esta missão de educador popular exerceu-a em parceria com grandes nomes da cena política e intelectual republicana de então: José Falcão (1841-1893) e Rodrigues de Freitas (1840-1896).

"*No mesmo 'Primeiro de Janeiro', bem assim no 'Ensino', órgão pedagógico do aludido Colégio Portuense, foram insertas, depois de um prólogo em forma de 'Carta ao Povo', sobre a historia natural, varias cartas por Augusto Luso endereçadas a diversos amigos e combatendo as abusões populares com respeito aos animais nocivos e úteis, extirpando diferentes erros comuns, discreteando sobre o jardim, ensinando como se pode formar uma colecção zoológica nos arredores do Porto, etc. Estes interessantíssimos escritos serão recolhidos, todos, ordenada e sistematicamente, em um volume, que terá o título de 'Horas Vagas'*".[135]

O proselitismo republicano foi, na realidade, outra das marcas evidentes

132 Idem, pp. XII e XIII.

133 Idem, p. XII.

134 Idem, p. XV.

135 Idem, p. XV.

desta longa amizade entre mestre e aluno. De facto, ambos pertenceram ao Centro Republicano do Porto, fundado em Dezembro de 1880. O Centro Republicano do Porto funcionou numa casa da Rua de São Bento da Victória, mais tarde anexada ao liceu do Bairro Ocidental. Aqui, Bruno e Augusto Luso, acamaradavam com Alves da Veiga, Pedro Rocha, Emídio d'Oliveira, Rodrigues de Freitas e Oliveira Martins.[136]

Bruno terminava assim o Prefácio, mais epitáfio na verdade, sentido já pela perda do antigo mestre e amigo:

"*Augusto Luso foi um amigo sincero da humanidade e um crente firme no progresso da civilização; ele só odiou o ódio, expresso na intolerância rancorosa; e conservou viva a chama afectuosa, crepitando sem bruxulear na sua bela e nobre alma, consoante neste mesmo volume o testemunho a composição que o 'velho estudante' ofertou, no dia da sua festa, em 1 de Fevereiro de 1901, 'como sinal de sincera amizade, aos novos estudantes, alunos do Liceu do Porto'.*

Aluno do liceu do Porto, como ele portuense de nascimento e d'ele discípulo desaproveitado, reitero, ao fechar este desautorizado preambulo, os protestos efusivos do jubilo interior com que aceitei a honra imerecida que me quis dar o editor deste volume, convidando-me a escrever para ele algumas linhas de intróito, as quais, escritas, não visam mais do que a fornecer ao leitor uma sucinta notícia bio-bibliographica do autor da obra, irrisória pretensão sendo que eu quisesse ultrapassar o rigoroso limite modesto que idoneamente me tracei"[137]

Delfim Maia (1829-1887) seria outro exemplo de um professor referido positivamente por Bruno. Não conhecendo, provavelmente, a sua actividade no Conselho do Liceu Nacional, Bruno define-o como um liberal, nascido no

136 In "O Partido Republicano no Porto" in, *O Tripeiro*, Vol. III, n.º 84, 20 de Outubro de 1910, p. 179.

137 SILVA, Augusto Luso da (1907), *Últimos Versos...*, op. cit., p. XVI.

Porto a 8 de Setembro de 1829, criado, como todos os nascidos dessa época no meio do "fumo e da pólvora". Como estudante de Direito em Coimbra alistou-se no Batalhão Académico, fazendo parte da expedição dirigida pelo Conde das Antas, foi aprisionado e conduzido para a Torre de São Julião da Barra.

"*Terminadas as batalhas políticas, á mão armada, voltou Delfim Maya para Coimbra, a concluir o seu curso, depois do que se estabeleceu no Porto como advogado.*

Em 1855 foi nomeado professor do Liceu e escreveu o Manual d'estylo, para as aulas de portuguêz, durante muitos anos foi adoptado. E não só este livro, como ainda uma Teoria da literatura, particularmente da literatura em prosa, para as aulas de literatura nacional, e umas Noções de poética, para complemento d'esta Teoria da literatura.

Em 1884 publicou Delfim Maria de Oliveira Maya uma História da literatura , segundo o programa oficial de 14 de Outubro de 1880 para a cadeira de literatura nacional dos liceus. É um livro excelente."[138]

Foi ainda Delfim Maia um dos redactores do jornal a *Península – Semanário Literário e Instrutivo*, periódico com breve vida (do qual teve 21 número editados em dois volumes) que se publicou no Porto entre os anos de 1852 e 1853.[139]

Tê-lo-ão os pergaminhos liberais e republicanos servido para instalar estes dois mestres, se bem que em graus muito diferentes, no coração de Bruno? Porque nada refere quanto à sua pratica lectiva, ou sequer existência, de outros professores que sendo religiosos terão igualmente sido seus mestres ?

Neste caso se encontram António Roberto Jorge, Francisco António Portela ou Manuel António Pinheiro da Fonseca. Sobre estes, algum deles em particular, não sabemos, apenas fará esta crítica ao intolerância religiosa que

138 PI, Tomo III, pp. 243 e 244.

139 REIS, Artur Duarte de Sousa (1896), *Jornais do Porto*, Edição Fac-similada, Ed. Biblioteca Municipal do Porto, Porto, 1999, p 56.

alguns docentes, frutos da época, incentivavam nos seus alunos:

"[...] *eu ainda sou do tempo em que os rapazinhos do liceu, seduzidos por um seu professor, aliás bom homem mas cego de fanatismo, iam fazer assuadas á porta das primeiras capelas protestantes, do tempo em que os populares rasgavam as Bíblias que alguns pobres bufarinheiros andavam a oferecer á venda por essas ruas, a título que eram falsas; e em que Alexandre Braga pai houve de defender no tribunal pessoas incriminadas de fazer propaganda d'um culto que não era o oficial da religião do Estado.*"[140]

Não saberemos a que professor se referiria, mas o seu anticlericalismo calou o nome daqueles atrás referidos sendo certo ter, pelo menos um deles, o Padre António Roberto Jorge, professor igualmente no Seminário, uma obra pedagógico-religiosa significativa[141] que conseguiu atingir na altura um grande sucesso editorial.

Outros dois docentes, a que Bruno nada refere directamente, tendo igualmente ambos obra pedagógica publicada, são António Ribeiro da Costa[142]

---

140 AQR, p. 50.

141 São referidas as seguintes obras publicadas, por Francisco Inocêncio: *Espírito da Bíblia ou moral universal cristã, tirada do antigo e novo Testamento; escrito pelo abade António Martini em 1797, e reimpresso em Buenos-Aires em 1838. Traduzido e impresso no rio de Janeiro em 1840. reimpresso por uma sociedade de amigos de boa moral.* Tip. De António Moldes, Porto, 1848; *Compendio de Teologia Moral, por Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, bispo do Rio de Janeiro, correcta e anotada,* Tip. Commercial, Porto, 1853M; e *Compendium Theologice dogmaticoe ad usum Seminariorum. A.A. Roberto Giorgio, Portugal, Tip. D. Antonii Moldes,* 1859. INOCÊNCIO, Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, op. cit., Tomo VIII, p. 298.

142 António Ribeiro da Costa publicou em 1866 o *Curso elementar de Filosofia , redigido segundo o programa oficial para o ensino dos Liceus do reino.* Segunda edição emendada e acrescentada, Tip. de António José da Silva Teixeira, Porto, 1866.

e Domingos de Almeida Ribeiro. Este último, além de vasta obra produzida para uso dos liceus[143] , foi por diversas vezes reitor do Liceu do Porto.

Em 1869 Domingos de Almeida Ribeiro publicou mesmo um extenso e desenvolvido relatório, ou parecer, sobre as reformas que conviria introduzir , tanto nas disciplinas como na metodologia dos ensinos primário e secundário, o qual foi inserto, segundo notícia de Francisco Inocêncio , no Diário do Governo, bem como publicado em separado[144]. As causas próximas destes silenciamentos poderão estar no conjunto de reflexões que Bruno fará em diversos textos sobre educação contemporânea. Neste ponto se clarificam métodos, disciplinas bem como o ambiente intelectual que Bruno frequentou enquanto aluno do liceu.

INOCÊNCIO, Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, op. cit., Tomo VIII, p. 294.

143 *Entre elas o Tratado de contabilidade civil e escrituração mercantil, dividindo aquela em três ramos: contabilidade central, contabilidade provincial e contabilidade municipal* [...] *Obra composta por um professor do Liceu Nacional do Porto, e dada à luz por *** para ensino da mocidade e uso das escolas, se disso for digna*, Tip. De Sebastião José Pereira, Porto, 1860; *Compendio de analise gramatical para uso das aulas de português dos Liceus, segundo o decreto de 10 de Abril de 1860. Pelo autor do Compendio de contabilidade civil e escrituração mercantil, para uso das aulas de Comércio e Administração publica. Publicado por* ***, Tip. de sebastião José Pereira, Porto, 1860; e o *Manual do aprendiz de Comércio, dividido em quatro livros* [...]. *Obra composta por um professor do Liceu Nacional do Porto, autor do "Tratado de Contabilidade civil" e do opúsculo "Analise gramatical" publicado por *** para o ensino da mocidade e uso das escolas*, Tip. de Sebastião José Pereira, Porto, 1865. INOCÊNCIO, Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, op. cit., Tomo IX, p. 135.

144 INOCÊNCIO, Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, op. e vol. cit., p. 135.

2.3. "Os do Liceu" ... alguns rapazes de talento

Como foi referido, é nas obras A *Geração Nova* (1886), *Notas do Exílio* (1893) e *O Porto Culto* (1912) que podemos encontrar mais referências de Bruno ao tempo do Liceu. Tal como em muitos outros casos da obra de Bruno, o capítulo do livro *O Porto Culto* (1912) intitulado "Os do Liceu", tal como aparece enunciado na capa da 1° edição, fora já publicado por ele no jornal *A Voz Pública*, oito anos antes, em 1904, em dois artigos homónimos datados de 28 de Abril e 2 de Junho, respectivamente.[145]

O que deu aso primitivamente à publicação destes textos, e em substância a toda a reflexão saudosista sobre o Liceu do Porto, os seus alunos e professores, foi um livro que incidentalmente lhe chegara às mãos: O livro, datado de 1898, intitulava-se *Dezoito anos em África* [146] e que era dedicado pelo seu autor, José Francisco Trindade Coelho (1861 –1908) ao conselheiro José de Almeida. O início da obra continha uma dedicatória assinada por vários "amigos e admiradores"[147], dando-se aí o tom que Bruno pegaria para constituir como fio das suas próprias memórias:

"No Porto, onde nasceu, Almeida fez todos os preparatórios, n'uma quadra em que o liceu daquela cidade era frequentado por alguns rapazes de

---

145 "Os do Liceu I" e "Os do Liceu II" in *Voz Publica*, de 28 de Abril, e 2 de Junho. Tal como Orlando Taipa já verificara, muitos dos livros de Bruno são, de facto, compostos por republicações de artigos que ela já houvera escrito para os jornais, daí o figurino desarticulado da sua prosa. Voltaremos adiante a este tema. Consultar TAIPA, Orlando de Almeida (1955), *Sampaio Bruno. Alguns Aspectos do seu Pensamento*, Edições SER, Vila do Conde, 1955, p. 64 e 65.

146 *Dezoito anos em África – Notas e documentos para a biografia do Conselheiro José de Almeida*, Tipografia de Adolfo de Mendonça, Lisboa, 1898, pp. 7 e 8.

147 São eles António Maria de Souza Horta e Costa; Guilherme de Oliveira de Arriaga; José Ferreira de Sant'Anna e Mário Pires Bandeira de Lima, além, claro está, do autor, Trindade Coelho, *In* OPC, p. 203.

talento, que evoluíram depois, em homens notáveis: José d'Alpoim, Júlio de Matos, Alfredo Paçô Vieira (hoje Conde de Paçõ Vieira), Bazilio Teles, José Sampaio (Bruno), Tito Fontes, Maximiliano de Lemos, Eugénio Perdigão e esse poeta que devia fazer o Minho Pitoresco e morrer tão novo: José Augusto Vieira. Não desmereceu Almeida, no meio dos seus briosos companheiros, do talento d'elles; e nem pôde dizer-se que a boa estrela que propiciou essa geração, fadando-a para destinos tão variados e tão prestantes, nas letras, nas ciências, no jornalismo e na política, deixasse de fulgir ao moço portuense, quando, sonhador e audacioso, o desafiou para outros horizontes, bem longe do berço natal."[148]

Compulsando depois o *Almanak do Liceu do Porto para o ano lectivo de 1871 1872*[149], da autoria de Domingos R. Ramires, que durante tanto tempo perseguira sem encontrar, Bruno vai completando este quadro dos seus condiscípulos, "tantíssimos nomes, distintos, meritórios, ilustres" que ele procura enumerar:

"Vou-me ao 'Índice alfabético dos estudantes do liceu do Porto no ano lectivo de 1871 a 1872", o qual preenche as páginas 75 a 88 do folheto do meu contemporâneo Domingos M. Ramires, e quase que haveria de o transcrever todo. Mas limito-me, reduzo-me, corto rentes as unhas, e resolvo--me a não tomar mais que escassos nomes ao acaso do abecedario. Aponto os engenheiros António José Arroyo, Augusto Júlio Bandeira da Neiva, Henriques Pereira Pinto Bravo e Luiz António Ferreira Girão; vejo o lente Francisco Bernardo Braga; volto os olhos e deparo com o publicista Emídio José de Oliveira; aqui está o linguista Francisco Maria Esteves Pereira; o pedagogo José Augusto Coelho aqui está; o escritor Júlio Adriano Augusto Gama de Mello; o oficial de exército, Manuel Maria Coelho; médicos, os mais

148 Idem, ibidem.

149 *Almanaque do Liceu do Porto para o ano lectivo de 1871 1872,* Tipografia de José Coelho Ferreira, Porto, 1872.

notáveis do Porto e ilustrações no país, Júlio Estevão Franchini, Ricardo de Almeida Jorge; o professor e jornalista, Ricardo Jayme da Costa Malheiro, os poetas Maximiano Caudino Ricca e Luiz Theodoro de Freitas e Costa; o preceptor, Júlio Lecour de Menezes; e negociantes e industriais; homens de pena e homens de espada; janotas e banqueiros; políticos e músicos; críticos e pintores; figuras cómicas, mascaras trágicas."[150]

Toda uma geração de intelectuais a que o autor atribuía um futuro "predestinado e grandemente fatal" [151]. Na realidade, foi no rastro desta geração que se estruturaram algumas das obras de Sampaio Bruno. *Os Modernos Publicistas Portugueses* (1906) ou a *Geração Nova* (1893) enquadram bem neste intuito. A questão da **missão geracional**, que extrapola a sua geração de liceu, - como refere mais adiante: "Todavia, este Liceu do Porto de 1871-1872, para ser aquilatado devidamente, cumpriria correlacioná--lo com as duas próximas gerações que o precederam, como com as duas imediatas camadas que se lhe seguiram conviria conjuga-lo"[152] - constitui trave mestra do seu pensamento, será tratado no capítulo respectivo.

Uma "coelheira de filósofos incipientes e de literatinhos os do nosso tempo no liceu do Porto"[153], era assim que Bruno caracterizava os da sua geração de liceu. Com eles iniciaria as suas primeiras polémicas, juvenis especulações filosóficas, redigeria os primeiros periódicos como o *Laço Branco* (1872), a Harpa (1873), *O Vampiro* (1873), o *Museu Ilustrado* (1878) , onde, aliás faz um retracto dos seus condiscípulos. Mas foi igualmente nestes anos que se iniciou a colaboração em jornais de grande tiragem, como era o caso do *Diário da Tarde* (1872), ou a *República Portuguesa* (1873). De facto, mesmo interrompidas com o tempo de exílio Sampaio Bruno, conseguiria manter amizades longevas, facto que talvez tenha permitido a Bruno conservar

150 OPC, pp. 205 e 206.

151 Idem. 203.

152 Idem, p. 206.

153 "Carta Íntima" in AID, p. XLII.

uma memória mais favorável dos tempos do liceu. O grupo do liceu, as tertúlias do Café Suíço ou as reuniões na padaria familiar foram o ponto de encontro dessa geração de quem Bruno fiava maravilhas. A nostalgia desta camaradagem também se pode encontrar amiúde nas páginas dos seus livros sempre que fala de "Os do Liceu". A eles estará também ligada a sua iniciação no jornalismo, de que adiante se falará. Com muito deles partilhará distracções juvenis e preocupações políticas, sonhos e amarguras. E, embora estas preocupações de teor político – filosófico, tenham aparecido depois, muitas destas amizades acompanhá-lo-iam toda a vida.

"Mas nec semper lilia florent, nem sempre 'os do Liceu' se preocupavam com os acidentes da política francesa e nem sempre se intrometiam pelos paramos das filosóficas alemãs. Suas leituras eram, por vezes, aliás bem maneirinhas, como crianças que, no fim e ao cabo, eram quase todos 'os do Liceu'.

Bem maneirinhas. Pois até mesmo, quem o diria ?, se deliciaram com o 'Piolho Viajante'.

Sim, diga-se. Até mesmo com 'O Piolho Viajante'".[154]

Mas os rapazinhos que nos bancos da escola liam as aventuras d' *O Piolho Viajante*, tornar-se-iam em breve prazo, com uma precocidade que hoje a nós não deixa de causar algum espanto, em jornalistas, escritores e políticos – Bruno estava lá no meio deles e fará parte dessa geração a quem o conturbado cenário político tornaria precoce e "fatalmente" adultos...

2.4. A adolescência - A gestação de um publicista

Foi, então, no meio desta sociabilidade adquirida no tempo do liceu,

154 OPC, pp. 285 e 286.

entre colegas e professores, que Bruno se lançou naquela que seria a actividade mais importante da sua vida – o jornalismo. Considerado um dos jornalistas portugueses mais prolíferos[155], fará através dos periodismo a apologia do republicanismo, a crítica à Monarquia e ao clericalismo, substanciado numa profundo anti-jesuitismo, tão típico da época, ou aquela que subjaz todo este trabalho e interliga todos estes pontos: a educação para a República. A educação para um mundo adventício. A utopia política, acessível através de uma nova realidade educativa. Dele dirá Joaquim Madureira no *Intransigente*:

"*Nasceu dentro de um in-folio. Em vez de fraldas e cueiros, a parteira enfaixou-o nas páginas de uma edição elsevir* [...]. *Ao chegar à idade de brincar com soldados de chumbo, desatou a enfileirar, uns atrás dos outros, os caracteres de chumbo em que foi composto o seu primeiro volume Análise da Crença Cristã – um livro de garotelho, de pequerrucho, de cabelos brancos, o cérebro de um velho filósofo.*"[156]

Bruno foi, como se sabe, um escritor precoce. Aos 14 anos publicava o seu primeiro artigo no portuense *Diário da Tarde*[157]. Fascinado pelos poemas anti-jesuítas e anti-clericais de Guilherme Braga[158] (1845-1874), *Os Falsos*

155 SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno)...*, op. cit., p. 43.

156 MALPIQUE, Cruz (1957), "Perfil de José Pereira de Sampaio (Bruno)...", in *Região de Leiria*, 12 de Setembro de 1957, p. 2.

157 O *Diário da Tarde*, tal como *A Luta*, tinham aparecido para combater o ultramontanismo que identificavam com o Conde de Samodães e o jornal conservador *A Palavra*. Muitos dos artigos de Bruno visarão directamente este periódico. Ver GAMA, Manuel da (1994), *O pensamento de Sampaio Bruno...*, op. cit., pp. 33 e 35.

158 Guilherme Braga nasceu e morreu no Porto, bem cedo aliás, aos 29 anos vítimas da tuberculose como a sua mãe, mulher, quatro filhos e irmãos. Foi irmão do poeta Alexandre Braga, sofrendo como ele as influências da escola romântica. Defendeu um novo ideal social e democrático, baseado no progresso. Foi justamente um poema seu dedicado a esta temática o escolhido para a inauguração da Exposição Internacional

Apóstolos (1871) e o *Bispo* (1874), que o próprio Bruno viria a prefaciar numa edição póstuma de 1895[159], onde na capa o autor divisava os propósitos de combate:

" *Aos Liberais portugueses e brasileiro, das terras de Santa Cruz, a todos aqueles que n'essas regiões esmagaram denodadamente as víboras jesuíticas, oferece este humílimo testemunho de adesão às suas ideias e de simpatia pelo seu esforço, Guilherme Braga, o condenado autor dos 'Falsos Apóstolos'.*

Advertência ao Bispo do Pará
Embora sobre mim pese
O teu anátema, aí,
Eu, bispo de outra diocese,
Também te excomungo a ti !"[160]

Este "poeta de combate", como Bruno lhe chamou, foi uma das suas fontes de inspiração de leitura já habituada ao *Diário da Tarde*. É, pois, nesse mesmo jornal que inicia a actividade jornalística combativa e anticlerical com artigos na rubrica "Sotaina e "As Páginas da História" (iniciado a 27 de Abril e que se prolonga até 11 de Julho, num total de dez artigos), e um romance denominado *Os Três Frades*, que se prolongou em vários números entre 1872 e 1873.

O primeiro artigo denominava-se "Carta aos Católicos do congresso, do 'Bem Público' e da 'Nação' e quejandos", onde o radicalismo maniqueísta e provocador de Sampaio Bruno tinha tiradas como esta, onde nem a Igreja nem

do Palácio de Cristal do Porto em 1865. Colaborou em vários jornais, para além do *Diário da Tarde*, a *Gazeta Literária*, *A Folha*, *O Porto Elegante* e o *Porto Ilustrado*.

159 BRAGA, Guilherme (1874), *O Bispo, Nova "Heresia" em Verso*, com Prefácio de J. Pereira de Sampaio, Porto, 1895.

160 Idem, capa e contracapa.

o Papa nem toda a Cúria Romana, enfim, [161] são poupados ao juízo da História, numa atitude tão contrastantes, afinal, com o temperamento tímido que ressalta dos retratos traçados pelos seus contemporâneos[162]:

"Este papel cheirar-vos-á a petróleo, a nós cheira à resina da madeira do Santo Ofício. Talvez vos faça lembrar Lincoln e a abolição da escravatura ... a nós; Ricardo coração de leão, e o sacrifício de milhares de infiéis.

Vós quereis trevas, nós queremos luz; vós quereis infâmias, nós queremos liberdades, vós quereis mistérios, embrutecimento fanatismo, nós preferimos ciência, instrução, religião.

Oh. Roma ! que de crimes viram as tuas ruas, que de donzelas forçaram os teus pontífices, que de fachos incendiaram as tuas fogueiras.

Tu que permanecias nas trevas, enquanto as outras cidades caminhavam apressadas na via do progresso, ergue-te e expulsa para todo o sempre esses monstros de tiara.

E Roma ha-de erguer-se, e Roma ha-de esmaga-los, porque em Roma vibra a liberdade, porque essa palavra santa faz pulsar mais apressado o coração dos cidadãos romanos.

Oh liberdade, têm-te cuspido na tua fronte augusta e supremo dos escarnios, mas tu que extingues as labaredas da Inquisição, também has-de calcar com o teu luzente coturno esse reptil repugnante que te cerca e que tem por nome reacção.

E tu Cristo, por mais de uma vez deves ter estremecido de cólera ao ver os crimes que praticam esses monstros em teu santo nome...

Um dia o anjo da justiça descerá terrível e fará aluir pelos alicerces essa obra erguida pelo crime insano de tantos séculos.

E então o Pontificado será precipitado ao mais profundo dos abismos, e o seu nome será três vezes maldito."[163]

---

161 GAMA, Manuel da (1994), *O Pensamento* ..., op. cit., p. 35.

162 Veja-se, a este propósito, a descrição feita por Raul Brandão nas suas *Memórias*, excerto transcrito logo no início deste capítulo quatro.

Não contente com este arrojado ataque (vindo de um rapazelho) o tom que o utiliza nos números seguintes vai ainda em crescendo, imagine-se ! De tal maneira, que os textos do jovem radical Bruno acabam mesmo por ser censurados pelos redactores, obrigados que se sentem a repudiar a doutrina de um dos seus artigos, onde se negava o dogma cristão. Acaba em 1873 a sua colaboração com o *Diário da Tarde*[164], depois de um ano de assanhado panfletismo anticlerical[165]. Que fazia, que fez Bruno nesse meio tempo ? Preparava um confronto ainda mais sustentado, mais corpulento, redigindo numa atitude improvável a um moço da sua idade um tratado sobre o

---

163 "Sotaina – Carta aos católicos do congresso, do 'Bem Publico, da 'Nação' e quejandos", in *Diário da Tarde* – Folha Popular, de 8 de Abril de 1872, p. 2.

164 Idem, p. 35.

165 Nada escapou a este neófito "martelo dos hereges". No dia 7 de Outubro, num artigo de primeira página, com honras de destaque, Bruno atacava aqueles que serão os seus arqui-inimigos – os jesuítas. O artigo denominava-se a "Moral dos Jesuítas", e era a transcrição de outro intitulado: *Origem infecta da relaxação moral dos denominados jesuítas*, cujo texto incluía primores como estes:

"*1º - Se vosso pai não se achando banido for infiel, podereis vós mata-lo ? Sim, se ele vos quiser forçar a vós e aos outros seus filhos a deixarem a verdadeira Fé. Então esse pai não passa dum inimigo, violador das leis da natureza. Mas, se vos deixar livre na vossa Fé, deveis denuncia-lo, ainda quando estejais certo de que em consequência da vossa denúncia ele será queimado (!). Mas se isto suceder em país, onde não haja tribunal da Inquisição, deveis negar-lhe toda a assistência nas suas, e podeis recusar-lhe todo o alimento até o deixar morrer de fome !!*

8º - O Papa governa não só nos príncipes católicos, mas até nos infiéis. Pode obriga-los à sua vontade. Sendo um rei excomungado, estão os seus súbditos desligados do juramento de fidelidade. Esse rei não pode mais julga-los, nem ordenar-lhes coisa alguma.

9º - Um homem naido pelo Papa pode ser morto em toda a parte por qualquer.", In *Diário da Tarde*, 7 de Outubro de 1872, p. 1.

cristianismo e a religião católica: a *Análise da Crença Cristã*. Estávamos em 1874.

Mas o início da carreira de jornalista, apesar de precoce, esteve longe de ser fácil, isto porque enfrentou logo a hostilidade paterna. O pai, apesar de liberal dos quatro costados, leitor inflamado e assíduo, condutor e inspirador da vocação literária do filho, considerava a escrita perniciosa antes de concluídos os estudos. Escrever, sim, depois dos estudos feitos. Nisto andaria associada a ideia de uma certa boémia intelectual muito propícia a desfazer carreiras. Fazer versos ou escrever nos jornais pareciam ao antigo soldado, e presente comerciante de loja montada, para todos os efeitos um burguês, uma aventura romântica só realizável quando, além dos recursos literários, se possuíssem outros, mais materiais, mais comezinhos – numa palavra, o sustento de uma carreira sólida habilitada pelos estudos. Então sim, versejasse, escrevinhasse, com o "lustre do seu nome", entenda-se, mas sobretudo com o apoio de uma posição económica e social estável.

De facto, as leituras paternas já lhe tinham despertado esse ensejo de escrever, mas o receio que o pai descobrisse e castigasse a ousadia (que já tinha feito o seu primo Francisco "seduzido pela musa" apanhar uma "anavalhadíssima raposa"), levaram-no a imaginar um meio de dissimular a sua novel actividade. Uma forma de enviar os artigos e um pseudónimo para atrás dele se esconder. Esta estratégia contou com a cumplicidade do irmão, que levava e trazia os artigos, e vem minuciosamente descrita na "Carta Íntima" que antecede *A Ideia de Deus* (1902):

"*No meu caminho, ia cismando e ia crescendo. Agora já não lia romances, senão de raridade, aqueles que cavavam o sulco aberto;e atrevi-me com a parte histórica da 'Liberdade de Consciência', de Jules Simon* [...] *Nisto, suscitado pela audácia da primeira moderna arremetida do jesuitismo em Portugal, aparece o 'Diário da Tarde'. E logo me fascinou a veemência fantasiante dos artigos de Guilherme Braga.* [...] *O suplício de Giordano Bruno saiu-lhe, então, com pujante relevo, na aliás rápida referência que lhe*

fez. Minha imaginação, já esquentada, fumegou. Ai, velho amigo ! Meu siso nunca for a muito. Perdi o pouco que me restava. De feito. De feito. Ardeu-me de todo o topete. [...]

Dito e feito. Elaborei logo, um furioso de invectivas, enfático, declamatório. Pareceu-me sublime. A mim mesmo o reli infinitas vezes, com satisfação desvanecida, com tremendo orgulho. Por pouco não batia no toutiço, plagiando o vate infeliz, como ele, de para comigo, certificando-me: Il y a quelque chose. Havia: candura inconsciente e inconsciente temeridade. Sentia-me engrandecido. Ah, bom açoite !

Ao dia subsequente, deliberei-me a remeter, pelo correio, o artigo para a redacção do periódico. Tinha envelopes, tinha estampilhas, na escrivaninha de meu pai acumulava-se tudo isto em abundância. Mas aqui surgiu uma grande dificuldade. Como é que eu havia de assinar o artigo ? [...]

Meu pai, homem de ordem e de método, tinha por várias vezes increpado severamente meu tio por permitir que o seu filho se distraísse de suas lições, a rabiscar esboços de que seria o primeiro a arrepender-se quando chegasse à plenitude da razão. O cunhado, condescendente, irresoluto, baixava os olhos, aquiescia. Tinha meu pai por princípio que, se um rapaz pretende escrever para público, escreva muito embora e com luzimento do seu nome, mas depois de concluir os estudos. Antes, não. Ouvira-lhe eu estas sensatas máximas cem vezes, porém nunca se me destacaram tão categóricas e precisas como neste instante em que eu ia, sub repticiamente, encetar esse penoso fadário de escrevinhador de gazetas. Que fazer ?

Deixar de redigir artigos ? Jamais ! Se da minha propaganda eu fiava maravilhas !...

Então, o repreensível ardil de iludir a vigilância paterna, pela adopção de um pseudónimo, apareceu-me, como uma sugestão diabólica. E a escolha foi prestes feita. O escrito prevalecente de Guilherme Braga determinou-a. No final do artigo assinei 'Bruno', fechei-o num sobrescrito, cuja direcção traçara já, à beira colei-lhe uma dessas lindas estampilhas em que o rosto em branco do monarca repuxava sobre um fundo escarlate. Fui pôr a carta na

caixa, com o sobressalto de quem pratica uma má acção. E no caso havia, com efeito, alguma feia porcentagem." [166]

A ansiedade instalou-se na espera da publicação do artigo. Publicam, não publicam, vão achar excessivo (haviam razões de facto para este receio, como vimos), ou talvez não, enfim, continua Bruno as recordações da sua estreia literária, que por ser a primeira nunca esquece:

"*Foram decorrendo os dias, e o artigo, que devera ser famoso nas colunas da folha, ia continuando a brilhar por sua ausência. Já desesperava; quando uma fatal tarde...* [...]

Não te direi nada com dizer-te que o 'primeiro artigo' seu autor lê-o e ouve-o e quase que o canta. Cheira-o, de certeza e a rigor, o autor o cheira, com delícia ! Para o literato noviço, que perfume há comparável à tinta de impressão ? Não motejes, bárbaro ! Mas o meu 'primeiro artigo', apesar da gravidade do assunto, recitei-o ao piano, meu irmão fazia o acompanhamento. E, pois que me estimulas com negaças, sim ! é isso. Confesso-o. Direi tudo. Dancei-o. Eis aí."[167]

Depois deste expediente inicial tornava-se necessário criar uma rotina para garantir o sucesso dessa actividade clandestina. Foi, então, o irmão (António Pereira de Sampaio), com apenas treze anos de idade, que logrou transformar-se no emissário secreto da correspondência furtiva entre Bruno e a redacção do *Diário da Tarde*, na altura situado no n.º 84 da Rua das Flores. É justamente o sobrinho, cujo nome foi herdado do tio, que mais uma vez nos dá

166 "Carta Íntima", in AID, pp. XXXI, XXXII e XXXIII.

167 Idem, p. XXXIII.

o relato dessas cumplicidades literárias que, não fossem estas memórias familiares, provavelmente nunca chegariam ao nosso conhecimento[168]:

"Os artigos eram levados, quase diariamente à redacção do jornal 'Diário da Tarde, pelo irmão de José Pereira de Sampaio.

Borges de Avelar, curioso por saber quem era o novo colaborador, perguntou ao pequeno portador:

- *Quem é o autor destes artigos ?*
- *É o meu irmão.*
- *Diga ao seu irmão que pretendo conhece-lo.*

No dia imediato, o petiz, satisfazendo o desejo do director do 'Diário da Tarde', compareceu acompanhado por um outro de pouca mais idade.

Borges de Avelar, ao vê-los, perguntou ao que já era do seu conhecimento:

- *Então, quando traz cá o seu irmão ?*
- *O meu irmão é este – e o petiz apontou para o companheiro.*

O director do 'Diário da Tarde' ficou surpreendido com a precocidade do articulista, tanto mais que os seus artigos estavam a causar extraordinário sucesso. Procurou, então, saber a que família pertencia, do que foi informado, mas por fatal coincidência era amigo de José Pais de Sampaio ! Este, ao ter conhecimento por Borges de Avelar, ficou intimamente satisfeito da revelação talentosa do filho, mas nem por isso deixou de o repreender para que não descurasse a atenção aos estudos."[169]

---

168 António Pereira de Sampaio, utilizando o nome de Aubin, também apanharia o bichinho do jornalismo, colaborando com o irmão em algumas iniciativas, como foi o caso do fugaz *Vampiro* (1873), jornal de que adiante se falará.

169 SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno)* ..., op. cit., pp. 33 e 34.

Ficamos assim a saber como Guilherme Braga, a quem dedicou um artigo no ano da sua morte (1874)[170] foi, não só o inspirador dos conteúdos anticlericais dos primeiros artigos, mas igualmente o inspirador do pseudónimo utilizado por José Pereira de Sampaio (Bruno), instituído com o intuito de fintar a vigilância paterna. O mesmo é-nos confirmado por Bruno na *Questão Religiosa* (1907), onde volta a descrever esses seus primórdios da luta anti-jesuíta travada naquela folha portuense:

"Quem escrevia estas linhas deveria ser o último a tratar na imprensa periódica do Porto a questão jesuítica. E deveria ser último, porque fora dos primeiros.

Aos catorze anos de sua idade, encetou sua colaboração na imprensa periódica pelo ataque, colérico e sistemático, da reacção.

Foi na segunda feira 8 de Abril de 1872, em o n.º 166 do primeiro Diário da Tarde, 'folha popular', cujos redactores eram Urbano Loureiro, Borges D'Avelar e Agostinho Albano, todos ao presente falecidos, que, na secção especial de propaganda ultramontana, intitulada idoneamente 'Sotaina', exprimimos nosso pensar e nosso sentir aos reaccionários da 'Nação' de então e de hoje, do 'Bem Público', do extinto Sousa Monteiro, e de quejandas abantesmas e de quejandas libélulas jornalísticas."[171]

Um pouco mais adiante, conta como publicou o artigo que explicaria a escolha do seu pseudónimo, um artigo dedicado a Giordano Bruno: "o grande mártir da filosofia":

"Ao diante, no sábado 5 de Outubro do mesmo 1872, em o n.º 15 do 2º ano da aludida folha do Diário da Tarde, estampamos um escrito, o segundo de uma série denominada 'Galeria', o qual tinha por tema uma sucinta resenha biográfica de Giordano Bruno. No final d'esse escrito explicávamos o

170 "O Bispo, por Guilherme Braga", in *A Harpa*, n.º 20.

171 AQR, pp. 194 e 195.

motivo por que aquele que escrevia essas linhas adoptara 'para pseudónimo o nome desse grande filósofo."[172]

No artigo publicado no *Diário da Tarde*, seis meses volvidos da sua clandestina e ansiosa estreia, ao apresentar a "paixão e morte" de Giordano Bruno revelava ao mesmo tempo a escolha do seu pseudónimo[173]. Nesta rubrica – Galeria – já Bruno anteriormente publicara uma nótula sobre Galileu, revelando uma clara opção pelos "atletas da liberdade" contra as peias da tirania de Roma, tão ao gosto do livre pensamento iluminista. Aqui o transcrevemos em parte, pela importância autobiográfica que revela:

"*Eis-nos agora a contas com o grande mártir da filosofia, cujo nome assumi para pseudónimo.*

Giordano Bruno nasceu em Nola, ao pé de Nápoles, em 1550, e morreu queimado vivo em Roma, a 17 de Fevereiro de 1600 por ordem do Santo Ofício, durante o pontificado de Clemente VIII.

Bruno tomou o hábito de dominicano. Mas a sua alma ardente, impetuosa, mas a sua sede de glória, chamavam-no para o século.

Não era só o claustro que o irritava, era a fé cristã que não queria aceitar. Não aceitava a virgindade de Maria, a transubstanciação, etc. [...] *Agitado por um sombrio pressentimento Bruno corre a Europa toda, pregando a sua filosofia, é Voltaire, Descartes e Bacon reunidos.*

Melancólico, pensador, Bruno entusiasma-se, emprega a ironia, o gracejo, mistura o sagrado e o profano, e exclama:

'Falais na tradição, mas a verdade está no presente e no futuro bem mais que no passado.' [...]

---

172 Idem, p. 195

173 Sobre a identificação política e intelectual entre José Pereira de Sampaio e Giordano Bruno ver COSTA, Dalila Pereira da (1995), "Sampaio Bruno e Giordano Bruno, tentativa de aproximação", in *Nova Renascença*, Vol. XV, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1995, pp. 665 a 673.

A 17 de fevereiro de 1600, foi conduzido com grande pompa ao campo de Flora e aí queimado vivo. Sobre a fogueira, Bruno conservou a mesma palavra firme ao ouvir a sentença: 'A sentença que me acabais de dar causa-vos mais perturbação a vós que a estais lendo, do que a mim que a estou ouvindo'.

Nobres palavras foram estas ...padres maus, inquisidores cruéis. quisestes abafar o grito da filosofia, e o filósofo e o mártir ficou vencedor.

Bruno é um vulto grandioso e sublime.

Bruno e Galileu são páginas de mais vergonha para o papado. [...]"[174]

Durante o tempo que escreveu para o *Diário da Tarde* iniciou, também colaboração em outros periódicos, alguns de carácter mais juvenil, como era o caso d'*O Laço Branco – Semanário de Literatura e Questão Religiosa*, Porto, (1872); *O Vampiro*, Porto, (1873) ou *A Harpa – Revista Literária*, Porto (1873); enviando igualmente textos para outros jornais regionais e portanto, de maior dimensão, *Aurora do Cávado*, Barcelos, (1873-1875) e *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, (1873-1874).

Merecem especial atenção os três primeiros títulos, porque em qualquer um deles Bruno foi fundador, na companhia de alguns amigos e colegas de liceu que o viriam a acompanhar em diversas aventuras literárias. De todos, *O Laço Branco – Semanário de Literatura e Questão Religiosa* é o mais juvenil e académico, com apenas três números publicados[175]. Foram redactores conjuntamente com Sampaio Bruno, Júlio A Barbosa e Silva e Henrique Barbosa. Do que se conhece, este foi o primeiro jornal fundado e dirigido por Sampaio Bruno. O editorial do primeiro número, intitulado "Aos Nossos Leitores e Amáveis Leitoras", dava o tom ao que seria a fugaz publicação,

174 "Galeria II – Giordano Bruno", in *Diário da Tarde*, de 5 de Outubro de 1872, p. 1.

175 SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno)* ..., op. cit., p. 34.

pedindo benevolência aos leitores mas assumindo o jornal como um fórum de justiça para punir todos aqueles que prevaricassem:

"Benevolência ! É esta a palavra que nos vem aos lábios, é esta palavra que nos brota do coração, é esta palavra que nos sugere a mente. Não reparem no título, porque o jornal é um laço de peralvilho que terá a alegria expansiva da mocidade e será também nas precisas ocasiões uma carta de infracção que estrangulará o poder corrupto e mau, o magistrado infame, o juiz iníquo e o precioso ridículo."[176]

No sentido do aviso feito no editorial, Bruno logo lançava um sério aviso aos padres, aliás, um pouco contrastante com o caracter ligeiro dos outros textos dos seus dois colegas redactores[177]:

"Padre, pastor, consolador dos aflitos: bendito sejas, padre, bendito.

Quando, porém, em vez de padre és algoz, quando em vez de pastor és lobo daninho, quando deixas de ser pomba para aguçar as unhas de abutre ... então padre, es hediondo, és repugnante, és monstro vomitado do inferno."[178]

Continuava, assim, o registo anticlerical que já ia sendo o seu timbre nos artigos contemporâneos do *Diário da Tarde*, e que, segundo o sobrinho, lhe iam arcando uma popularidade acrescida.

Com um fôlego já diferente, publicou-se durante algum tempo o *Vampiro* (1873) [179], dele se tiraram seis números com alguma irregularidade.

---

176 "Aos nossos Leitores e Amáveis Leitoras", in *O Laço Branco – Semanário de Literatura e Questão Religiosa*, n.º 1, Porto, 1872, p. 1.

177 Bruno era também o assinante do romance "Os três enforcados" , bem como da tradução *de O Conde de Tolosa*, de Fr. Soulié, com continuação nos números seguintes.

178 "Ao Padre ...", in *O Laço-Branco*, op. cit., p. 1.

Contava este com a colaboração do irmão de Sampaio Bruno, António (Aubin), sendo a sua assinatura feita na sua casa, ao lado da "padaria filosófica", na Rua do Bonjardim n.º 410. Entre os colaboradores encontram-se já alguns que viriam a atingir a celebridade nos anos seguintes: Queiroz Veloso (1880-1952)[180], Xavier de Carvalho (1862-1919)[181], Gaspar de Lemos, Francisco Carrelhas e Joaquim de Araújo (1858-1917)[182].

---

179 *Vampiro - Semanário*, Redacção rua da Rainha n.º 140, Tip. De António Moldes, Porto, 1873.

180 José Maria de Queiroz Veloso, nasceu em Barcelos em 1860, realizando os seus estudos na Academia Politécnica do Porto, na Escola Médico Cirúrgica, onde se veio a formar em 1884. Contudo, seria mais um dos muitos casos em que a medicina é abandonada a favor do jornalismo, como adiante se verá. Na altura do primeiro centenário do Marquês de Pombal (8-5-1882) foi um dos organizadores do majestoso cortejo que se fez na cidade do Porto, considerado ainda hoje um dos mais grandiosas em Portugal. Foi professor dos ensinos secundários e superior em Évora, onde também desempenhou o cargo de Director da Biblioteca Publica. Em 1901 entrou como professor na Escola de Habilitação para o Magistério Secundário. Quando este a formação de professores foi integrada na Faculdade de Letras, Queiroz Veloso entrou como professor naquela faculdade na qual viria mais tarde a ser director. Foi um dos fundadores do jornal *A Folha Nova*, do Porto, onde Bruno colaborou de 1881 a 1884. Passou depois para a redacção da Província, fundada por Oliveira Martins, onde em 1889, Bruno publica um artigo dedicado a Pedro Amorim Viana (30 de Novembro). Ver *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, 5 Vols, Coord. de Eugénio Lisboa, Instituto Português do Livro e da Leitura Publicações Europa América, Lisboa, 1990, p. 445.

181 Xavier de Carvalho nasceu em Lisboa em 1862, mas na sequência da sua precoce adesão ao republicanismo, fundará no Porto os jornais *O Norte Republicano*, *O Combate* e o Estado do Norte, tendo colaborado Bruno nos dois primeiros, em 1881 e 1878, respectivamente. Nessa altura escreverá os seus primeiros textos, entre eles *A Velhice da Madre Eterna* caricaturando o conhecido livro de Guerra Junqueiro, *A Velhice do Padre Eterno* (1885). Depois de 1885 instalar-se-á em Paris, colaborando a partir daí em vários periódicos, entre eles *O Mundo* e *O Século*, dedicando-se simultaneamente a promover a cultura portuguesa em França. Juntamente com o

deputado italiano A. Cipriani e de B. Malon fundará a Fédération Universelle des Peuples, de feição socialista e franco-maçónica. Figurará também no comité director da Révolution Cosmopolite (1886-1887), e será o representante oficial do Partido Republicano Português em Portugal, percorrendo nessa qualidade a Itália, a Alemanha, Bélgica e Suíça, discursando em 1890 em Madrid. Ver *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, op. Cit., pp. 457 a 460.

182 Joaquim de Araújo nasceu em Penafiel em 1857, vindo a falecer em Rio de Mouro (Telhal) em 1917. Poeta e ensaísta. Foi cônsul de Portugal em Génova, pertencendo a diversas agremiações culturais. Foi um estudioso de Camões e do folclore português sendo uma parte significativa da sua obra as traduções de poetas espanhóis e alemães. No *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses* indicam que a causa da sua morte pode ter sido a loucura. Contudo, é Raul Brandão que nos fornece, nas suas Memórias as pistas do fim algo trágico deste grande amigo de Sampaio Bruno:

"*Joaquim de Araújo*

Dizem os jornais que se matou ontem, em Génova, o Joaquim de Araújo com um tiro de revólver no coração. Eu conheci-o sempre alheado em pequenas coisas –versos, bibliografias, frases. Com isto miséria, com isto orgulho. Podia ter enriquecido – podia ter sido político: contentou-se com um quinhão de desgraça, absorto num sonho literário, desdenhado pelos homens de acção – e tem para mim certa grandeza, que me força a deter-me um momento perante este cadáver com o coração despedaçado por uma bala. E foi a bala ? ... Na sua vida houve um romance de amor também literário. Durante anos escreveu a uma estrangeira, polaca, creio eu, cartas de amor. Por fim conheceram-se e casaram – e passados dias ela abandonava-o e fugia. Momento atroz na sua vida de pequenos versos, de frases, de notícias bibliográficas, quando deu de cara com a vida. Horrível solidão em que compreendeu talvez a inutilidade do seu sonho, em que Joaquim de Araújo acordou para a realidade e não pôde arcar com a realidade.

Aqui há anos o encontrei em Veneza, feliz (era nas vésperas do noivado), com o mesmo casaco velho, as mesmas preocupações e os mesmos versos de há um século."

Logo a seguir Raul Brandão corrige a nota anterior. Com data de 24 de Outubro de 1913. "O pobre Joaquim de Araújo não morreu: salvou-se para a loucura. Está

O sempre eterno tema da liberdade ofendida através das vítimas de delito de opinião, os cientistas, ou os intelectuais reformistas:

"[...] *E insultam-te e cospem-te a face vilipendiada e arrastam o teu nome bendito!*

Oh filha de Deus, perdoa-lhes. Foste tu quem esmagou em Descartes a tirania das escolásticas, tu fostes quem quebrou em Lincon as cadeias dos escravos.

E são eles, eles os malditos, eles os inquisidores, eles os homens de sotaina ! ... Oh vós que encarcerais Galileu, que queimais Giordano, oh ogres do Santo Ofício, oh carrascos de Prinelli, de Campanela, de Huss, de Coligny, oh envenenadores de Ganganelli, oh roupetas malditos que perseguis Harvey, oh algozes do Dante e do Tasso, de Gomes Freire e do Empecinado, oh vós todos que tripudiando em cadáveres ergueis a mão vil que brande o punhal envenenado sobre a face serena e nobre da 'Liberdade' cuidais que fazeis reviver os séculos ominosos d'outrora ?"[183]

Muito mais interessante se mostraria já a organização de *A Harpa*, dirigida por Joaquim de Araújo e Sampaio Bruno ajudados por uma plêiade de jovens ou já instalados talentos. Sobre o aparecimento deste periódico, e dos moços que o idearam, hoje em dia verdadeira raridade bibliográfica, conta Alberto Moreira:

---

internado num hospital de Lisboa". E de facto só virá a falecer, supostamente louco, dois anos depois, em 1915. Ver *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, op. cit., pp. 405 e 406; BRANDÃO, Raul (1925), *Memórias*, Vol. II, op. cit., p.p. 171 e 172 e SIMÕES, Manuel G. (1998), *A Correspondência entre Joaquim de Araújo e Emílio Teza (1895-1910)*, Edições Colibri, Lisboa, 1998.

183 "A Liberdade", in *Vampiro – Semanário*, n.º 2, Porto, 1873, p. 1. De um tom provavelmente idêntico o artigo "Os abutres de Sotaina" publica no n.º 1 que infelizmente não conseguimos consultar.

"Joaquim de Araújo, que em 1873 contava quinze anos e frequentava o Liceu do Porto, onde acamaradava com José de Sampaio (Bruno) e outros rapazes que nas Ciências e nas Letras vieram a ocupar posições de grande relevo, impelido por uma esbraseante paixão literária, conseguiu aliciar alguns condiscípulos para o coadjuvarem na fundação de um pequeno jornal 'literário e científico'. Para rapazes do Liceu tal empresa era muito ousada e algo difícil – mas o entusiasmo juvenil e a incondicional devoção pelas Letras, empolgante como todas as primeiras grandes paixões, venceu dificuldades e galgou obstáculos ! ... Assim, em fins de Maio de 1873 aparecia o primeiro número de 'A Harpa', transformando em realidade o belo sonho dos esperançosos e ardentes rapazes do Liceu, que diariamente se reuniam na padaria do pai de José Sampaio sita à Rua do Bonjardim, no prédio com o n.º 414."[184]

A Harpa pretendia ser um semanário de pequeno formato, tinha oito páginas a duas colunas, custando cada número 40 reis e 600 reis a assinatura de vinte números. As "Duas Palavras" com que a redacção abria o primeiro número da revista anunciava as intenções juvenis, mas ambiciosas, dos seus criadores salientando a vocação progressista e o papel pedagógico da imprensa neste desiderato:

"Aos quatro ventos da publicidade vai aparecer mais um jornal. Hasteia a bandeira sacrossanta do progresso e sente no peito referver-lhe o velho orgulho português.

Raio luminoso, a instrução propaga-se e a imprensa é o seu mais dilecto órgão. Nobilíssimo é, pois, o mister da imprensa.

'Noblesse oblige': tomando estas palavras por brasão, aparece hoje 'A Harpa'.

---

184 MOREIRA, Alberto (1959), " A Harpa – Uma ligeira resenha deste interessante periódico portuense – desde há muito considerado raridade bibliográfica", in *O Tripeiro*, Ano XIV, 5ª Série, 1959-1959, p. 335.

Não serão magistrais as mãos que espraiam a ciência, mas também não destoarão do fim que se propõem".[185]

A Harpa duraria de 1873 a 1876, indo o seu principal e esforçado mentor, Joaquim de Araújo, fundar outra revista considerada de grande qualidade *A Renascença*[186], tanto pelo parte gráfica como pelas colaborações. Repentinamente, o terceiro número anunciava que Sampaio Bruno deixava de fazer parte da redacção: "Deixa de tomar parte, temporariamente, na redacção deste jornal o nosso amigo Sr. José de Sampaio. Motivos de honra é que o levam a esta resolução."[187] Não sabemos os motivos de tal decisão, mas poderiam andar ligados à doença do pai, que viria a falecer em 1874.

A amizade e parceria com Joaquim de Araújo estender-se-ia por muitas outras aventuras literárias, para além de o *Vampiro* (1873) e *d'A Harpa* (1873-1876), até porque Bruno continuará a ser um dos mais assíduos colaboradores desta revista[188].

Com ele publicaria *A Gazeta do Realismo* (1879) o, *Um Feixe de Plumas* (1890)[189] e ambos escreveriam para o *Museu Ilustrado*, onde colaboraram também Augusto Luso da Silva (1827-1902), professor de ambos no Liceu

185 Idem, ibidem.

186 "*A Renascença foi impressa a duas cores, em tipo elzevir e papel de superior qualidade, e colaborada pelos valores mais representativos da mentalidade luso, sendo justamente considerada a melhor publicação da época, e uma das mais importantes aparecidas em Portugal* ."Idem, p. 337.

187 Idem, p. 336.

188 Idem, ibidem.

189 *Um Feixe de Plumas*, número único, 1 de Abril de 1890, Porto. Os redactores desta publicação foram Bruno e Joaquim de Araújo. São duas folhas que contam com a colaboração dos nomes mais sonantes da literatura e poesia de então: Maria Amália Vaz de Carvalho; Antero de Quental, Cândido Figueiredo, Oliveira Martins, João de Deus, Teófilo Braga e Carolina Michaelis de Vasconcelos, além dos dois redactores, é claro.

Nacional do Porto e Amorim Viana (1822-1901) ou para a revista *Herculano* (1878)[190] .

A Gazeta do Realismo foi ainda um jornal fundado no espírito juvenil que dera já aso ao *Laço Branco*, ao *Vampiro* ou à *Harpa* e como estes também nascido nas tertúlias da padaria paterna dos irmãos José e António Pereira de Sampaio, tertúlia que durou de 1874 a 1890, os dezasseis anos que antecederam o exílio de Bruno que foram, provavelmente, os mais felizes da sua vida.

"No tempo da revista a que me reporto (Museu Ilustrado), era-se mais espontâneo e talvez mais sincero. Lembras-te ? Desafogávamos em comum nossas tristezas e em comum jubilávamos com nossas alegrias. Folheio às vezes suas laudas e um turbilhão de pensamentos ocorre; aflui: esboçando sorrisos, uns; rangendo os dentes outros. Quantas ilusões ! Quantos desenganos ! Como o homem é bom, santo nome !Como o homem é perverso, Senhor ! 'Homo homunis deus'. 'Homo hominis lupus' Para quê ? A vida valerá a pena viver-se ?

Por então, discorríamos com facilidade e com audácia. Uma confiança soberba estimulava-nos. Como queríamos, julgávamos que podíamos. Assim abalançávamo-nos.

190 *Herculano – Revista Quinzenal de Literatura à Memória de Alexandre Herculano*, Porto, 1878. Eram os redactores Teixeira de Carvalho, Almeida Chaves, Pinto Malheiro e Ricardo Corte Real. Será nesta revista que Bruno publicará, numa sequência de três artigos, a primeira explanação da filosofia materialista do alemão Frederich Karl Büchner (1824-1899). Médico, foi um dos fundadores da Liga dos livres-pensadores Alemães, a sua principal obra foi *Força e Matéria*, publicada em 1855 e muito lida e traduzida em Portugal pela juventude mais progressista (Antero de Quental, Osório de Vasconcelos, Urbano Loureiro, etc.) e, entre estes, Bruno, como descreve o próprio no *O Porto Culto*, pp. 221 a 230.

Às tardes, na saleta do nosso amigo, rasgávamos com sofreguidão os invólucros que tinham vindo pelo correio, capeando os originais. Após a leitura, discutíamos, planeávamos.

Quanta felicidade !"[191]

A Gazeta do Realismo teria apenas um número, saído a 23 de Dezembro de 1879. Contudo, o imenso sucesso motivado pelos artigos polémicos, entre eles o de Bruno "Enquanto o pano não sobe", fizeram que fosse apreendido pela polícia. Esta sociabilidade literária, iniciada nos bancos do Liceu Nacional do Porto, e posteriormente ampliada nos cafés e nos serões da padaria da família, esteve singularmente ligada à iniciação jornalística de Sampaio Bruno. Muitas destas amizades vão acompanha-lo pela vida fora, Joaquim de Araújo é uma delas, Basílio Teles (1856-1923)[192], Maximiano Lemos (1860-1923)[193],

191 "Carta Íntima", AID, p. XIV.

192 Basílio Teles, um dos maiores amigos de Sampaio Bruno, nasceu no Porto em 1856 e veio a falecer em Matosinhos em 1923. Foi um dos mais importantes ideólogos republicanos, raramente participou na acção política e sempre recusou qualquer cargo que lhe ofereceram. Entre outras obras foi um estudiosos dos acontecimentos derivados da Revolução Republicana do 31 de Janeiro de 1891: *Do Ultimato ao 31 de Janeiro* (1905). Escreveu ainda *O Problema Agrícola* (1899), *Estudos Históricos e Económicos* (1901); *Introdução ao Problema do Trabalho Nacional* (1902); *A Guerra (Notas e Dúvidas)* (1914) ou *Memórias Políticas* (póstuma - 1869). Ver *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, op. cit., pp. 391 e 392.

193 Maximiano Augusto de Oliveira Lemos Júnior nasceu na Régua (São Faustino) em 1860, vindo a falecer em Vila Nova de Gaia em 1923. Formou-se em Medicina em 1881, sendo professor universitário, foi-lhe confiada a cadeira de História e Filosofias Médicas e Ética Profissional na Faculdade de Medicina do Porto. Foi amigo e companheiro de Ricardo Jorge que o elogiou em diversas circunstâncias. Foi Vice-Reitor da Universidade do Porto em 1921 e um investigador muito prolífero tanto na área de especialidade, como na critica literária ou histórica. Escreveu, entre outras obras, *A Medicina em Portugal até Fins do Século XVIII* (1881); *Anuário dos*

Júlio de Matos (1857-1923), Ernesto Cabrita, Alfredo Carvalhais (1851-1890)[194], Magalhães Lima (1850-1928)[195] são outros tantos nomes que da amizade liceal passarão para a camaradagem política, alguns deles igualmente republicanos, ou para a confraternização intelectual e literária para muito deles também precoce:

"Dos frequentadores dessa tertúlia, faziam parte: Francisco Carrelhas, Queiroz Veloso, Joaquim de Araújo, Ricardo Severo, Ricardo Malheiro, Emídio de Oliveira (Spada), Gaspar de Lemos, Manuel Teixeira Gomes, Basílio Teles, Xavier de Carvalho, José da Luz Braga e tantos outros. Também Gomes Leal a frequentava, quando acidentalmente vinha a esta cidade.

Progressos da Medicina em Portugal (1884), *História da Medicina em Portugal*, 2 vols. (1899) e *Camilo e os Médicos* (1920). Ver *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, op. cit., p. 435.

194 Alfredo Pinto de Almeida Carvalhais nasceu em Barcelos em 1851 e veio a falecer no Porto em 1890. Sobre ele escreveu Silva Pinto, um dos seus amigos, que ele espantava os burgueses do Porto com o que publicava em alguns jornais humorísticos. Foi salvo por uns amigos que o empregaram na Misericórdia do Porto. Escreveu vários livros com temática camoniana: *Partida de Camões para o Desterro de África – Poesia no Tricentenário do Épico* (1880); *Camões* (1880); *A Musicografia – Paródia à 'Judia', do Sr. Tomás Ribeiro, segundo os Processos do Bom Senso* (1880), *Camões em Ceuta* (1881). Ver: *Dicionário Cronológico...*, op. cit., p. 341.

195 Sebastião de Magalhães Lima nasceu no Rio de Janeiro em 1850 e faleceu no Porto em 1928. Veio para Portugal com 5 anos, tendo-se formado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1875. Foi um dos mais importantes jornalistas e militantes republicanos. Colaborou em diversos periódicos como o *Diário da Tarde*, *A Folha do Povo* ou o *Comércio de Portugal*. Foi um dos fundadores de *A República Portuguesa*, onde Bruno tão abundantemente colaborou, do *Século*, um dos jornais com mais tiragem na sua época, e de *A Vanguarda*. Foi Maçon e durante muitos anos exerceu o cargo de Grão - Mestre. Ver: *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, op. cit., p. 335.

Foi numa dessas reuniões que surgiu a ideia de ser publicada a Gazeta do Realismo, da qual apenas saiu um número, em 23 de Dezembro de 1879. Fez tão grande sucesso que chegou a ser apreendido pela polícia.

Os seus colaboradores foram os seguintes: Queiroz Veloso, Joaquim de Araújo, José da Luz Braga, Gaspar de Lemos, Francisco Carrelhas, Xavier de carvalho e Sampaio (Bruno), que adoptou o nome supostício de Alphonse Daudet e que firmou o artigo de fundo denominado 'Enquanto o pano não sobe'.

Quanto aos outros colaboradores, não podemos precisar o nome com que cada um se encobriu, pelo que citaremos indistintamente. Catulle Mendés, Émile Zola, Ernest Feydeau, Gustave Flaubert e Léon Dierx."[196]

Vem a propósito mencionar que José Pereira de Sampaio, ao longo da sua actividade jornalística, não utilizou apenas o pseudónimo, aliás já conhecido por todos, de Bruno, mas também o de Alphonse Daudet, Brás de Paiva, João Hurs, Spada ou Tito Lito.[197]

Claro que não se poderia terminar este capítulo sem falar da publicação, em 1874, da *Análise da Crença Cristã*. Sabendo qual foi a fonte de inspiração da obra (ver capítulo 3.3. Pedro de Amorim Viana (1822-1901) – "o mestre dos mestres"), e a época em que foi escrita (1872-1874), não pode surpreender a combatividade anticlerical do livro; basta colocá-lo a par dos artigos polémicos que então Sampaio Bruno escrevia para o antigo *Diário da Tarde* (1872-1873). As mesmas frases de cruzado, de cátaro que empunha a espada e a moral numa luta sem trincheiras do Bem contra o Mal. A mesma diabolização da Igreja e dos seus agentes, os padres, a Inquisição, o Papa, e toda a parafernália que considerava espúria à verdadeira Fé, os milagres, os dogmas, as crenças e por aí adiante[198]. A mesma galvanização dos heróis

196 SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno)* ..., op. cit., pp. 39 e 40.

197 ANDRADE, Adriano da Guerra (1999), *Dicionário de Pseudónimos e Iniciais de Escritores Portugueses*, Ed. da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1999, p. 434.

198 SERRÃO, Joel (1986), Sampaio Bruno ..., op. cit., pp. 19 e 20.

intelectuais que ousaram lutar contra essas forças do mal: os antigos, os Brunos, os Galileus, e os modernos, "os grandes trabalhadores", os "grandes obreiros da imensa obra"[199].

Mais tarde, numa fase de maior amadurecimento e reflexão, Bruno rejeitará o estilo e a intenção da obra. *A Ideia de Deus* (1902) seria a contraprova dessa reconversão espiritualista e metafísica, já sob o signo da reflexão e não tanto do da reacção. Não se pense, contudo, que esta vertente combativa, este anticlericalismo se perde, antes se dilui, reacendendo-se frequentemente sempre que a ideologia política falava mais alto que as reflexões metafísicas. *A Questão Religiosa* (1907) serve bem de argumento para o que se acabou de dizer. Escrito numa altura de forte combate político entre o Estado e a Igreja, que se extremaria com a ditadura de João Franco (1906-1908).

Fosse como fosse, Bruno já se via, passados poucos anos, muito distanciado desse primeiro livro, "má coisa"[200], e do que lá houvera escrito. Se de facto ele fora inspirado pelo ensino o pai lhe ministrara "contra as superstições"[201], infelizmente excedia-se pela "vilta de audácias"[202] aí desenvolvidas por uma "petulância juvenil" que lhe guiara a mão:

"Porém, mesmo no âmbito delineado, um afã doutrinário me incitava e me dominava. Destarte foi logo no meu primeiro livro, que dei à estampa na data remota de 1874. Em seu preâmbulo registrava eu o coevo movimento filosófico lá de fora; gemia com que nem sequer da França importássemos lição e estímulo. E uma juvenil petulância guiara-me a mão ao escrever por este teor ingénuo: 'Com todo o vigor duma alma de rapaz, tenho eu sempre combatido nas fileiras daqueles que procuram o Bem e o Verdadeiro. Neste

199 SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno)* ..., op. cit., p. 36.

200 "Carta Íntima", in AID, p. XXXIX.

201 Idem, ibidem.

202 Idem, ibidem.

nosso mundo de pequenas misérias; neste estrado onde as jogralidades do palhaço social são freneticamente aplaudidas por todos os que mataram a consciência moral, não deixa de ser nobre que, de quando em quando, uma voz se erga em prol dos grandes princípios e das grandes aspirações."[203]

É um Bruno já muito longe destas afirmações que escreve a Alfredo Pimenta esta carta datada de 12 de Setembro de 1905:

"*Quanto à 'Análise da Crença Cristã, o livro foi escrito entre os catorze e quinze anos, publicado aos dezasseis; e elaborei-o sobre os volumes dos enciclopedistas do século XVIII e dos deístas racionalistas de imediato XIX. A tiragem foi pequeníssima, 200 exemplares; hoje é raridade bibliográfica, que os alfarrabistas cotam alto. Eu não possuo exemplar algum e estimo que raridade esse volume seja, porque não presta para nada. Sinto, todavia, não me ser possível servir V. Ex^a^ neste ponto; se bem que, com toda a sinceridade, nada perde em não folhear tal livro.*"[204]

Ele, que tinha medo de se ver obrigado a mudar de ideias, (ou a explanar teorias novas sem sobre elas ter todo o arcaboiço de erudição que considerava suficiente), como oportunamente confidenciou ao seu amigo Teixeira Rego[205],

---

203 Idem, pp. XXXIV e XXXV.

204 Cit. in GAMA, Manuel (1994), *O Pensamento de Sampaio Bruno* ..., op. cit., pp. 41 e 42.

205 Tentando justificar o facto de os seus livros serem propositalmente abstrusos, José Teixeira Rego explica-o com base em alguns tiques intelectuais de Bruno, algumas idiossincrasias e escrúpulos, tais como o temor do erro e do plágio:

"*Várias causas explicam o facto. Em primeiro lugar, receava o plagiato. Iria, sucintamente, levantar muitas questões não suspeitadas, que formariam a 'deixa' a fáceis explanações. Reconhecia, porém, que este sistema tinha um inconveniente – que outros, independentemente, poderiam chegar a concepções a que ele já há muito*

não hesitou em assumir aquela fase de iniciação como um período de radicalismo do qual ele já se afastara, fruto de maior reflexão conhecimento que novas leituras[206] lhe teriam proporcionado por conselho de José Augusto Vieira (1856-1890)[207].

---

tinha chegado, como se deu com o caso de Cristóvão Falcão. Outro motivo era a sua excessiva timidez, que foi até, como é bem sabido, a causa da sua morte [...]. *Só queria apresentar o resultado final das suas meditações depois de bem amadurecidas, com provas seguríssimas, num encadeamento irrepreensível. O medo de ter de mudar de ideias, perseguia-o. O repúdio da sua 'Análise da Crença Cristã', que a consciência lhe impunha, causou-lhe horas de agonia. Assim, reservava para o fim da sua vida a exposição completa das suas ideias, quando já não tivesse tempo de mudar de opinião e a documentação tivesse atingido o seu máximo.*" In REGO, José Teixeira (1915), "A unidade de pensamento em Sampaio (Bruno)", in *A Águia*, 2ª série, n.º 48, Porto, 1915, p. 184.

206 "*Sampaio Bruno refere seguidamente que após a publicação da sua primeira obra, for a aconselhado por José Augusto Vieira (colega do liceu e autor das 'Fototipias do Minho'), a ler coisas noutro sentido. Bruno diz ter acatado o conselho e, como consequência consultou 'Ciência das Religiões', de Emílio Burnouf, 'Ciência das Religiões', de Max Müller, 'História do Dogma da Divindade de Jesus Cristo, de Alberto Réville, e não esqueceu outras exposições como a do pastor Coquerel, de Strauss, de Feuerbach e do Dr. Ewerbeck, este, já por indicação de Emídio de Oliveira, era, anota, de especial compreensão à gente latina.*" Cit. in GAMA, Manuel (1994), *O Pensamento* ..., op. cit., p. 43.

207 José Augusto Vieira nasceu em Valença em 1856 e faleceu no Porto em 1890. Foi médico, militar e escritor, tendo colaborado em diversos jornais e revistas como *A Folha Nova*, *A Era Nova* e a *Revista de Estudos Livres*, nalguns deles colaborando ao lado do seu amigo e colega Sampaio Bruno. A obra que o celebrizou, *O Minho Pitoresco*, saiu entre 1886 e 1887. São de sua autoria também as *Fototipias do Minho*, 1879 e o romance *A Divorciada* (1881). Ver, *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, op. cit., p. 394.

3. A passagem pela Academia Politécnica do Porto (1876-1880)

Sampaio Bruno frequentou a Academia Politécnica do Porto entre 1876 e 1880. Este lapso de tempo, dois anos, que mediaram o fim do liceu e a entrada para a escola Politécnica deveu-se a dois factores da sua vida pessoal: o falecimento prematuro do pai (23 de Fevereiro de 1874), bem como problemas de saúde que também o terão afectado por essa altura.

Na realidade, com apenas cinquenta anos de idade, a morte de José Pais de Sampaio (1824-1874), vítima da tuberculose que o perseguia desde o tempo em que estivera preso, representava um problema sério para toda a família. A mãe, D. Ana Balbina Pereira Barroso (1818-1893), seis anos mais velha que o marido, e o irmão mais novo, António Pereira de Sampaio (1859 - 1933), passavam agora a necessitar da atenção mais assídua do irmão mais velho, por infortúnio tornado praticamente cabeça daquela reduzida família e

o natural sucessor do negócio e sustento do grupo – a padaria da Rua do Bonjardim[208].

Na realidade não foi bem assim. Seria o seu irmão mais novo, António, a abandonar os estudos para dirigir a padaria, com a ajuda mitigada de Sampaio Bruno. O sobrinho, José Pereira de Sampaio, na biografia que dedicou ao tio, apressou-se a esclarecer este ponto:

"Vários escritores têm dito que José Pereira de Sampaio administrava a padaria da rua do Bonjardim, após a morte de seu pai. Se bem que não seja desonrosa, não é verdadeira essa afirmação.

Necessitando ser preenchida essa função, coube ao seu irmão António o exercê-la e, para tal fim, abandonou os estudos liceais aos catorze anos."[209]

Mas é o mesmo José Pereira de Sampaio (sobrinho), que transcrevendo uma carta de Bruno para o irmão mais novo na altura em que se encontrava exilado em Madrid, nos esclarece que, mesmo de longe, Bruno se continuava a importar com o "negócio" aconselhando o irmão mais novo:

"V. tem-se esquecido de me dar notícias precisas de como se acha a gente da casa; as boas notícias que me tem dado sobre o negócio têm-me causado o júbilo que V. calcula. Enfim, sobre a nossa vida reservo-me, como disse, para a carta de negócios que lhe vou enviar."[210]

Noutra carta, já enviada de Paris, datada de 28 de Maio de 1892, volta a falar dos negócios e de uma longa carta que pretendia escrever ao irmão sobre este assunto:

---

208 "Padaria Sobrinha Sampaio & Companhia. Rua do Bonjardim, 414. Conforme anúncio em caixa publicado no jornal *A Voz Pública*, em 1900.

209 SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno)*... op. cit., p. 39.

210 Idem, p. 65.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

"Por vezes tenho mandado telegramas ao Antoninho e comecei há tempos a escrever-lhe uma carta enorme, que conto concluir em breve, enviando-lha por estes dias. Nela trato de negócios meus e da casa, por isso não toco neles nesta carta."[211]

Bruno tinha, na altura da morte do pai, dezasseis anos e este acontecimento, ocorrido quando ainda frequentava o quinto ano do liceu, provocaria um volte-face na sua vida. Ao pai, a quem dedicara o muito precoce livro *Análise da Crença Cristã* (1874), editado justamente no ano da sua morte, devotava Sampaio Bruno uma grande afeição filial, mas como tivemos oportunidade de ver também intelectual. Tinha sido esse pai a mostrar-lhe os primeiros passos do livre pensamento, da revolta contra opressões várias, criando-lhe, sobretudo, o gosto pela leitura. Duros tempos terão sido esses para o jovem que há dois anos já escrevia, meio às escondidas, para os jornais, e que agora publicava um livro que, se não demonstrava ainda uma reflexão ponderada sobre os fundamentos do cristianismo, iniciava sim, a senda do anticlericalismo que tanto marcou o seu carácter combativo e propagandístico. Infelizmente o pai já lá não estava para o ler...

Dois anos um pouco misteriosos, esses da vida de Sampaio Bruno que se seguiram à morte do pai. Joel Serrão indicia-nos que terá começado para Bruno uma vida nova, uma vida marcada pela boémica vagabundagem intelectual, que tanto afligiria a sua mãe[212]. O cenário ? Justamente a Padaria que ele deveria ajudar a tocar para frente. É o próprio a narrar o nascimento deste cenáculo de jovens imberbes, onde, segundo ele, fermentariam as ideias do futuro:

"'A loja que nos ficara à família', conta Bruno 'enchia-se pelas tardes e à noite, de antigos condiscípulos e recentes camaradas. No banco pintado e em frente dele, se não era novo, 'agulheiro de sábios', pelo menos, à compita,

211 Idem, p. 71.

212 SERRÃO, Joel (1958), *Sampaio Bruno...*, op. cit., pp. 17 e 18.

bravejavam as discussões. Eu era exageradamente individualista; um dos nossos parceiros, desde a hora remota do teatrinho de casa , era socialista. Como nós dois nos engalfinhávamos em polémicas infindáveis ! Quantas noites passadas, por essas ruas, a berrar Proudhon, Bastiat, Karl Marx, a Internacional, a Comuna ! Santa Simplicitas"[213]

Devia ser bem curiosa, esta comunidade juvenil de intelectuais, a discutir os destinos do mundo, no meio de um suspenso de farinha, do odor do fermento e do pão quente que alimentaria a desoras aquele grupo tumultuoso...

3. 1. Do "saber" e do "saber fazer" – A institucionalização do ensino Politécnico em Portugal (1837)

A Academia Politécnica que Sampaio Bruno frequentou representava um dos baluartes educativos do regime liberal, e na altura de Bruno um foco de republicanização, particularmente associado ao incremente e divulgação das ideias positivistas em Portugal. Em rigor, ela - como a Escola Politécnica de Lisboa (1837), as Academias Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto (dec. 29 de Dezembro de 1836), descendentes das antigas Aulas Régias de Cirurgia, o Instituto Superior de Agronomia e Veterinária de Lisboa (1864), também ele descendente da Escola Veterinária criada por D. Miguel em 1830, ou a Escola do Exército e a Escola Naval[214] - pretendiam representar a antítese ideológico-pedagógica da Universidade de Coimbra, favorecendo o ensino técnico, em detrimento daquilo que, parte dos sectores liberais republicanos, apelidavam

213 Idem, p. 18.

214 PEREIRA, Ana Leonor e PITA, Rui (1993), "No Século das Explosões Científicas" in *História de Portugal – O Liberalismo* , Vol. V, op. cit., p. 663.

de ensino "pedantesco e escolástico"[215]. Era a escola do novel regime. Na sua defesa contaria com um dos pesos pesados do liberalismo português: Alexandre Herculano.

Em 1841, no texto denominado *Da Eschola Polytechnica e do Collégio dos Nobres*, transcrição do seu discurso nas Cortes, Alexandre Herculano advogaria a extinção dos Colégio do Nobres em favor da nova instituição educativa. Este texto é uma das peças mais significativas no que respeita aos princípios, mentalidade e ideias políticas adjacentes à polémica por detrás do aparecimento deste tipo de instituição, valendo por isso a transcrição deste excerto, espécie de manifesto em prol do ensino politécnico, contra um tipo de ensino que considerava elitista e ultrapassado, princípios que vamos muitas vezes encontra no discurso de Sampaio Bruno:

"*A questão da Escola Politécnica e do Colégio dos Nobres resume e representa a questão imensa do sistema d'instrução nacional que hade ser, e da instrução excepcional que foi e é; questão entre a educação e melhoramento dos agricultores, dos artífices, dos fabricantes, e a propagação dos causídicos, dos casuístas, dos pedantes; questão entre o trabalho e o ócio; questão entre a granja e o coro da Sé; entre a palheta do estampador e a*

215 Esta atitude de ataque à Universidade de Coimbra como centro de conservadorismo e reaccionarismo não é unânime, quer no liberalismo, quer no republicanismo. Passos Manuel enfrentou a oposição no seio dos seus próprios correligionários. O caso mais paradigmático, como bem observou Rómulo de Carvalho, o de Almeida Garrett. É a velha questão da liberdade e da igualdade. Garrett, como muitos outros liberais, e até republicanos, seria pela liberdade incondicional, mas por uma igualdade muitíssimo mitigada. Consulte-se CARVALHO, Rómulo de (1985), *História do Ensino em Portugal*..., op. cit., p. 573.

metáfora do sermão; entre a maquina do vapor, e o provará do rabula. Por isso, ela é uma grave e importante questão."[216]

É já depois da vitória liberal de 1834, poucos meses passados da subida ao trono de D. Maria I, que o ministro António José Freire nomeia uma comissão para estudar um plano de reforma do ensino que se ajustasse à ideologia política do recente Regime da Carta, e que provesse as duas mais importantes cidades do país, Lisboa e Porto, de um núcleo de estudos universitários (13 de Maio de 1835).

A Universidade de Coimbra, compreensívelmente, reagiu tentando que aquela "contrariedade" não se realizasse, vindo a inverter a hegemonização que até aí detinha no ensino universitário. Uma primeira tentativa, levada a cabo por Rodrigo da Fonseca Magalhães[217] acabou por falhar, por violenta oposição de Coimbra, levando mesmo à saída do Ministro, demitido a favor de

---

216 HERCULANO, Alexandre (1841), *Da Escola Politécnica e do Colégio dos Nobres por ...*, Tipografia da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, Lisboa, 1841, p. 9.

217 Rodrigo da Fonseca Magalhães cria, por Decreto de 7 de Setembro, o Conselho Superior de Instrução Pública, que substituía a Junta da Directoria dos Estudos, presidida pelo Reitor da Universidade e constituída por vogais a ela pertencentes. E meses depois, por Decreto de 7 de Novembro, é constituído o Instituto de Ciências Físicas e Matemáticas, com uma decidida componente técnica no seu currículo, referindo o Artigo 2 do Decreto de 7 de Novembro, que viria a compreender as seguintes Escolas Especiais:

Escola de Engenharia Civil

Escola de Engenharia Militar

Escola de Marinha

Escola de Pilotagem

Escola de Comércio.

Consultar SOUSA, António Soares de (1998), "Sobre a Génese do Ensino Politécnico", in *Comércio do Porto*, 14 de Novembro de 1998.

Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, a 12 de Dezembro desse ano, fazendo nulas as medidas tomadas então pelo antigo Ministro.

Só em 1837, com o governo de Passos Manuel, é que foram finalmente criadas as Politécnicas de Lisboa e Porto (Decretos de 11 e 13 de Janeiro, respectivamente). Referindo o Artigo 1°., "com o fim principal de habilitar alunos com os conhecimentos necessários para seguirem os diferentes cursos das Escolas de aplicação do Exército, e da Marinha, oferecendo ao mesmo tempo os meios de propagar a instrução geral superior e de adquirir a subsidiária para outras profissões científicas"[218].

A Escola Politécnica de Lisboa ficou "debaixo da imediata direcção do Ministério da Guerra", como também refere o Artigo 1°., sendo instalada no edifício do antigo Colégio dos Nobres, recentemente extinto. Herdou todo o seu material, adquirindo outro para a organização e funcionamento dos Laboratórios de Física, de Química e de Ciências Naturais, na mesma altura em que se lhe anexava o Jardim Botânico da Ajuda e o Observatório Astronómico da Marinha. Em 1843, um incêndio destruiu por completo o edifício da Politécnica, que mais tarde havia de ser reconstruído (1877). Por Carta de Lei de 1859, a Escola Politécnica deixou de pertencer ao Ministério da Guerra, passando para o do Reino.

Tal como a Escola Politécnica de Lisboa, a Academia Politécnica do Porto fora criada para atender a necessidades específicas da região envolvente: "plantar no País as Ciências Industriais, que diferem muito dos estudos clássicos, e puramente científicos, e até dos estudos teóricos contendo simplesmente a descrição das Artes e oferecendo para este fim a populosa e rica cidade do Porto a localidade mais apropriada por seu extenso Comércio, e outras circunstâncias"[219], como refere o Decreto da sua criação, de 13 de Janeiro de 1837, vindo a suceder à Academia Real da Marinha e Comércio. Uma Escola Superior de cariz científico, idêntica à de Lisboa, que formou as

218 Cit, in, CARVALHO, Rómulo de (1985), *História do Ensino em Portugal...*, op. cit., p. 569.

219 Idem, pp. 570 e 571.

elites que vieram a desempenhar um papel importante nos anos vindouros, transformando o Porto na "cidade dos Engenheiros".[220]

3.2. A Academia Politécnica do Porto (1837-1862)

Como se acabou de ver, a Academia Politécnica houvera surgido em pleno Setembrismo[221], da transformação da antiga academia Real da Marinha e Comércio (Dec. de 13.1.1837), ocupando o edifício que ainda hoje pertence à Faculdade de Ciências. Pretendia-se criar uma instituição educativa, cujos fins pedagógicos e profissionais se apresentavam como verdadeiramente renovadores e que, em substância, buscavam beneficiar os conhecimentos práticos, científicos e industriais em detrimento do ensino humanista e escolarizante e classicista que predominava ainda na Universidade de Coimbra. O Porto, por seu lado, com a sua actividade mercantil e produtiva, mostrava-se uma cidade especialmente indicada para a instalação da nova mentalidade de formação que o ensino politécnico representava :

220 TORGAL, Luís Manuel Reis (1993), " 'Instrução Pública' – O sentido e a força de um conceito liberal", in *História de Portugal – O Liberalismo*, Vol. V, op. cit, pp. 645 e 646.

221 *"[Passos Manuel] defendera para o Porto a criação de uma escola que substituía a Academia de Marinha, que será a Academia Politécnica, por insistência do seu amigo de sempre, Almeida Garrett. No Porto, além da Academia Politécnica, que logo compra parte do terreno do extinto Convento dos Carmelitas (em parte do qual foram instalados os Guardas Nacionais) para fazer um Jardim Botânico (e, quando o jardim encerra em 1902, parte das plantas são reimplantadas no Jardim da Cordoaria), institui, em 1837, a Academia das Belas Artes (e, finalmente, em 1840, o Liceu Central)."*cit. in. "O Porto Oitocentista" in *História do Porto*, coord. de Luís de Oliveira Ramos, porto Editora, Porto, 1994, p. 476.

"A Academia Politécnica, ainda que conservando o antigo núcleo de formação naval e comercial, dispunha agora de um quadro muito mais vasto de disciplinas. No ponto de vista propriamente pedagógico tinha como finalidade a experimentação científica, mas no ponto de vista da preparação profissional dos seus diplomados tinha como principal objectivo as indústrias : engenheiros civis de todas as classes tais como engenheiros de minas, engenheiros construtores de pontes e estradas, além evidentemente dos oficiais de marinha, dos pilotos, dos agricultores, dos comerciantes e de uma nova modalidade ' os directores as fábricas'"[222]

Segundo Magalhães Basto, nos anos que vão de 1865 a 1882, a Academia partilhou junto com o Liceu do Porto, o velho e pouco adaptado edifício do Colégio dos Meninos Órfãos do Porto, enquanto se esperou que fosse construído o Paço dos Estudos do Porto, segundo o projecto apresentado em 1862, da autoria do Prof. Gustavo Adolfo Gonçalves e Sousa, onde iriam coabitar além da Academia, a Biblioteca Pública, a Academia Portuense de Belas Artes e a Escola Industrial do Porto, esta última com espaços (laboratórios e outros equipamentos) comuns à Politécnica.

Este projecto - o Paço dos Estudos do Porto - que visava a total remodelação do antigo e decadente Colégio dos Meninos Órfão num verdadeiro *fórum cultural,* foi apresentado no Parlamento a 31 de Janeiro de

222 AZEVEDO, Rafael Ávila de (1982), *O Porto na Época Moderna: da Academia Real da Marinha e Comercio do Porto à Academia Politécnica do Porto*, Separata da Revista *História*, Porto, 1982, p. 32. Sobre este assunto ver também: LOPES, Eduardo (1915), *Genealogia duma escola: origem e tradição da Academia Politécnica, actual Faculdade de Ciências da Universidade do Porto 1762-1911*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1915; RIBEIRO, Joaquim Torcato Álvares (1862), *A Academia Politécnica do Porto e a portaria do Ministério do Reino de 14 de Agosto de 1862*, Tipografia de Manuel José Pereira, Porto, 1862; BASTO, A. de Magalhães (1939), *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto por ... precedida da "Memória" sobre a Academia Real da Marinha e Comércio, pelo Conselheiro Adriano de Abreu Cardoso Machado*, Universidade do Porto, Porto, 1939.

1876, mas infelizmente não logrou a ser aprovado. Por esta razão, as salas e o edifício onde Bruno realizou os seus breves estudos politécnicos foram ainda dentro das vetustas paredes do Colégio dos Meninos Órfãos, cujo estado refere eloquentemente esta descrição retirada de um relatório efectuado em 1881:

"[A Igreja] acha-se em tal estado que fora nela proibido pela Câmara todo o culto; a parte do alojamento dos Órfãos correspondente ao lado nascente do claustro está em tal estado de segurança que o corredor provisório sobre esta parte assenta – e que estabelecia a única comunicação interna que havia entre as aulas actuais (1881) da Academia situada ao lado norte e sul do edifício, - se acha especado e ameaça próximo desabamento, e por isso se ordenou interromper a passagem por ele, com considerável transtorno para o serviço académico. O desabamento da Igreja, além das vítimas que pode causar, poria em risco a bela fachada norte do edifício recentemente construída, e abalaria em seus fundamentos a totalidade do mesmo edifício."[223]

Era, pois, num edifício pouco adaptado, tal como acontecia nesses anos com o Liceu Nacional do Porto, aquele em que a Academia ia sobrevivendo, aliás, como a maioria das novas instituições, alojadas em velhos mosteiros e antigos conventos por esse país fora.

Na realidade, Bruno só se veio a inscrever na Academia Politécnica do Porto no ano escolar de 1876/1877, ficando aprovado nas cadeiras de Física, Química e História Natural[224]. Não sabemos se foi por vocação, ou pressão paterna, que Bruno se inscreveu no curso preparatório para as Escolas Médico-

223 BASTO, A. de Magalhães (1939), *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto por..*, op. cit. p. 392.

224 SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno)...* op. cit., p. 37.

Cirúrgicas da Academia Politécnica do Porto[225]. O que sabemos é que Bruno nunca terminou, sequer, esse curso preparatório, tendo ainda realizado no ano lectivo de 1877/1878 as cadeiras de Zoologia e Mineralogia (7° cadeira – 2° classe) e Botânica e Fisiologia Animal (10° cadeira- 2° classe)[226].

De facto, ficamos a saber, através da consulta do *Annuário da Academia Politécnica do Porto*, que se começou, justamente, a publicar em 1877, que José Pereira de Sampaio se inscrevera num dos cursos especiais da Academia, o curso de Directores de Fábricas, matriculando-se em duas das cadeiras que

---

225 A duração do curso era de três anos, compostos da seguinte forma: o 1° ano pela 8° cadeira (Física) , 9° cadeira (Química); 2° ano, 7° cadeira (Zoologia) e o 3° ano pela 10° cadeira (Botânica e Fisiologia Animal). A Academia ministrava dois tipos de cursos, especiais e preparatórios. Os cursos especiais eram os seguintes:

1- Curso de Engenheiros civis:
a) de Minas
b) de Pontes e Estradas
c) Geógrafos
2- Directores de Fábricas;
3- Comerciantes;
4- Agricultores;
5- Artistas;
6- Pilotos.

Os Cursos Preparatórios eram assim compostos:

1- Curso preparatório para as Escolas Médico-Cirurgicas;
2- Curso preparatório para a Escola de Farmácia;
3- Curso preparatório para a Escola Naval;
a) Curso de Oficiais de Marinha;
b) Curso de Engenheiros e Construtores Navais;
4- Curso para a Escola do Exército.

In BASTO, A. de Magalhães (1939), *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto por..*, op. cit. pp. 376 e 377.

226 *Anuário da Academia Politécnica do Porto*, 1877-1878, 1° Ano, Porto, pp. 60 e 65.

compunham o seu currículo: a 1ª cadeira (Desenho de Figura) e a 4ª cadeira (Desenho de Máquinas)[227]. O sucesso não deve ter sido grande, pois no ano seguinte voltaria a ter de se inscrever nessas mesmas duas cadeiras[228].

Sobre as razões do abandono só nos é possível especular: o processo de abandono teria sido motivado pelo desinteresse por um curso que representava uma espécie de obrigação familiar, mas nada das suas aspirações intelectuais ? Ou será que este mesmo abandono já vinha sendo feito em proveito de uma actividade jornalística cada vez mais absorvente ? Talvez as duas razões tenham, de certa maneira, contribuído para esse resultado.

O mito de um Sampaio Bruno formado em medicina persistiu, contudo, fortalecendo-se com os murmúrios que corriam sobre ele ser um dos maiores compradores das teses de medicina da altura, facto comprovado em parte pela existência de inúmeras obras de interesse médico pertença do seu espólio existente na Biblioteca Municipal do Porto[229].

"E houve um tempo – toda a gente o soube – em que José Sampaio, que divagava sobre música, sobre álgebra, sobre astronomia ou sobre a indo-china, com a mesma ciência profusa, foi, secretamente, o arrematante de todas as dissertações finais do curso de medicina do Porto. Ele escrevia, os futuros médicos assinavam, e fizeram-se assim algumas reputações de ocasião."[230]

A dúvida foi instalada por desconhecimento e Cruz Malpique, na biografia que lhe dedicou no Jornal *Região de Leiria* em 1957, afirmou,

---

227 *Anuário da Academia Politécnica do Porto*, 1878-1879, 2º Ano, pp. 97, 99 e 112.

228 *Anuário da Academia Politécnica do Porto*, 1879-1880, 3º Ano, pp. 91 e 92.

229 GAMA, Manuel (1994), *O Pensamento de Sampaio Bruno* ..., op. cit. ver "Selecção de Algumas Obras da Biblioteca Particular de Sampaio Bruno – Ciências Puras e Ciências Aplicadas" pp. 194 a 199.

230 CASTRO, Augusto de (1918), *Fumo do Meu Cigarro*, Ed. Empresa Literária Fluminense, Lisboa, 1918, p. 185.

indignado, que mesmo a *Enciclopédia Luso Brasileira*, que se estava por aqueles anos redigindo, dava Sampaio Bruno como formado em medicina com apenas 19 anos...

Este mito acabaria por ter ressonância em mais escritores. É justamente este o caso de Álvaro Barros Rosa que em 1968, no opúsculo *Médicos Portugueses Notáveis Fora da Medicina*, o dava como tendo concluído o curso de Medicina:

"*Nascido na cidade do Porto em 30 de Novembro de 1857, concluiu o seu curso médico na Escola Médica daquela cidade em 1876, após o que veio frequentar a antiga Escola Politécnica de Lisboa, mas, dado o seu precário estado de saúde, abandonou os estudos em 1878 e passou a dedicar-se exclusivamente à literatura e ao jornalismo.*"[231]

Este equívoco deve-se ter ampliado na medida em que alguns escritores que se dedicaram a fazer a biografia de Bruno recorriam, como é normal, a enciclopédias e transmitiam sem outra confirmação as informações aí contidas. A tautologia acabava repetindo-se indiferente à indignação de Cruz Malpique. Contudo, o próprio Bruno alimentou de certa forma este equívoco dando azo a que alguns o fizessem responsável por algumas teses de licenciatura do Curso de Medicina no Porto, e mais do que isso, entrando nas mais acesas e notórias polémicas médicas que atingiram a sociedade portuense de então, como foi o caso da Epidemia de Peste no Porto (1899-1900)[232].

3.3. Pedro Amorim Viana (1822-1901) - "O mestre dos

231 ROSA, Álvaro Barros (1968), *Médicos Portugueses Notáveis fora da Medicina: Teixeira de Aragão, Cláudio Basto, Sampaio Bruno, Ilídio Amado*, Separata dos *Anais Azevedos*, Vol. XX, N.º 3, Laboratórios Azevedos, Sociedade Industrial Farmacêutica, Lisboa, 1968, pp. 11 e 12.

232 Ver capítulo – Bruno: Um Republicano fora da República.

mestres"

De todos os mestres que Sampaio Bruno teve ao longo da vida, Amorim Viana representa nitidamente um caso à parte. Se no imaginário dos tempos do Liceu existe uma figura que supera todas as outras em importância, deixando em Bruno uma impressão indelével, essa é de facto a do excêntrico "Newton da Academia do Porto".

Na realidade, Pedro Amorim Viana representará para Bruno uma espécie de segundo pai - um "pai intelectual"- que o encaminhará na senda da especulação filosófica. Dele herdará o gosto especulativo, o anticlericalismo, evoluído depois para uma "teologia laica"[233] e uma certa misantropia. "Misantropo-filantropo" lhe chamou o próprio Bruno.

"Da 'Análise da Crença Cristã' (1874) e 'A Ideia de Deus' (1902) verifica-se sem dúvida, amadurecimento, experiências novas e uma reflexão que se enriquece, aprofunda e autonomiza, mas não se entrevê diferença substancial na atitude essencial. Com efeito, se o seu primeiro livro é declaradamente um 'livro de combate', não só ao catolicismo mas ao próprio cristianismo, 'A Ideia de Deus' remate do seu labor indagativo dos fundamentos, apresenta-se, ao olhar de qualquer ortodoxia religiosa, como um inextricável cacho de heresias."[234]

Sampaio Bruno, que dedicara ao pai a *Análise da Crença Cristã* (1874), dedicará a Pedro Amorim Viana *A Ideia de Deus* (1902). De facto, a obra publicada logo a seguir ao falecimento do filosofo portuense (1901) esteve na

233 DIONÍSIO, José Augusto Santana (1961) *Teólogo Laico (Amorim Viana)*, Ed. Seara Nova, Lisboa 1961.

234 SERRÃO, Joel (1958), *Sampaio Bruno* ..., op. cit., p. 61.

iminência de ser chamada justamente Amorim Viana, não fora o editor ter achado o título pouco comercial[235].

Amorim Viana, sempre Amorim Viana. Pois se o livro que, prematuramente, lamentará, o lançou na escrita, *Análise da Crença Cristã* (1874) houvera sido dedicado ao pai, foi-o de certeza inspirado na obra oito anos antes publicada, *Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé* (1866), de Pedro Amorim Viana, que Bruno se inspirou para escrever *A Ideia de Deus* (1902), como abertamente o confessa nestas linhas:

" *Pois na verdade, redargo, não atendeste em que falei daquele meu livro, má coisa, publicado em 1874 ?!*

Eu consagrei esse livro à memória de 'meu pai', falecido a 23 de Fevereiro. Com efeito, era, em parte, o reflexo do ensino que ele me ministrara contra as superstições, e aí estava bem. Mas excedia-o pela vilta de ímpias audácias. E aí não podia estar pior.

Ora, na capa do volume anunciei então outro, a seguir, com o título agora aposto ao presente tomo. Comecei a escreve-lo, mas em que deplorável espírito ! Dele chegou a tirar-se uma tantas, dez, folhas de impressão. Dele, em propósito, deu conta uma sequência da obra de Inocêncio; dele arranquei uma lauda para as páginas dum almanaque literário, organizado por Xavier Pinheiro. Este volume, 'esboço de crítica da teodiceia', acentuaria, como sendo 'ensaio de filosofia materialista', o tom de algumas das páginas do anterior, saído a lume. Sua lição repudiá-la-ia, porém, meu pai, que professara o puro deísmo contido nas páginas do trabalho de Patrique Larroque, que me dera a ler em férias grandes.

Mas, para elaborar o livro que pus na rua em 1874, eu recorreria ainda, eu recorrera já a outros subsídios.

---

235 SERRÃO, Joel (1957),"Sampaio Bruno", in *Estrada Larga – Antologia do Suplemento Cultura e Arte do Comércio de O Porto*, Org. Costa Barreto, Vol. III, Porto Editora, Porto, 1957, p. 119.

Dentre estes originários, contava-se a 'Defesa do Racionalismo'. É obra pensada com profundeza e com nobreza escrita, salvo, por incrível queda, aquele prevaricante lance onde se apela (protestando, sem embargo, é certo) para Lactâncio.

Seu autor fora Pedro de Amorim Viana."[236]

A influência de Amorim Viana em Sampaio Bruno, reconhecida pelo próprio, já foi por diversas vezes apontada, sendo mesmo uma das linhas de compreensão do seu pensamento. Tanto Joel Serrão como Victor de Sá prematuramente o detectaram com especial enfoque nas obras *Análise da Crença Cristã* (1874) e *A Ideia de Deus* (1902), chegando Victor de Sá a considerar Bruno o seu mais relevante discípulo:

"A maior influência exercida por esta obra nota-se em Sampaio Bruno, que em 1874, com 17 anos de idade, iniciou a sua actividade de escritor publicando a 'Análise da Crença Cristã'. Nesse mesmo ano, na 'Tribuna', lamentando que 'à pluralidade dos Portugueses basta um romance imoral e uma poesia sem senso', Bruno salienta a decadência nacional e estabelece este contraste: 'Admiramos ingenuamente a cartilha do padre Inácio e não queremos ler a obra de Amorim Viana, a 'Defesa do Racionalismo, admirável obra de polémica', na qual, porém, lamenta, na sua opinião, 'o espírito de parcialidade injustíssimo contra a França, a confusão dos princípios da Revolução inglesa com os da Revolução francesa, a falta daquela energia para fustigar o erro que caracteriza Voltaire e D. Jacobus, a paixão panteísta do autor que por vezes decai no misticismo melancólico de Theodoro Jouffroy'. Termina: 'Em uma palavra, falta ali, como em Larroque, o passo que de Bonald exigia para o deísta'."[237]

---

236 "Carta Íntima in AID, p. XXXIX.

237 SÁ, Victor de (1981), *Sociologia em Amorim Viana – Obras de Victor de Sá*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1981, p. 121.

Reconhecida a influência que a obra proscrita de Amorim Viana[238], *Defesa do Racionalismo* viria a desempenhar no seu adolescente (e autocriticado) livro , *A Análise da Crença Cristã* (1874), estaria por esclarecer a paternidade intelectual que Amorim Viana viria a ter na construção da obra *A Ideia de Deus* (1902), reflectida, finalmente, em mil espelhos em todos os textos de Bruno que abordaram o tema da Fé e da Razão, da Religião e da Ciência, em suma, da Filosofia e da Metafísica. Isto mesmo vamos encontrar nas páginas finais, de sabor marcadamente profético, de *A Ideia de Deus* (1902) onde Amorim Viana desempenha um papel algo semelhante aqueles que Bruno apelidou de "Cavaleiros do Amor".

"*Escrito com motivo e a propósito de Amorim Viana, a este livro, que é o anelo dum 'misticismo idealista', o fecharei eu anunciando, no frescor, no fervor duma esperança essencial, seu advento. Chegará, lá para os dias mais confiantes do longínquo porvir. Ai de nós os desta geração céptica e maldosa ! Ai dos que próximo hão-de vir, estupidamente escarnecendo, como nós ! Não veremos, destes olhos terrenos, o jorro de luz cujos eflúvios serão o baptismo espiritual dos vindouros, o esplendor genético da verdade.*

Sim. Virá um Buda experimentalista e dialéctico. Um cristo virá, cujos prodígios sejam argumentos."[239]

Que diferença já deste outro propósito enunciado na *Análise da Crença Cristã* (1874) ! Era, evidentemente, um livro de combate anticlerical, promovido pelo livre-pensamento de raiz iluminista voltaireana, com o inevitável "Écrasez l'nfame" que na capa cor de salmão ombreava com subtítulos sonantes: Estudos Críticos sobre o Cristianismo; Os Milagres, a Escravatura e o Cristianismo; Dogmas e Crenças, num livro que vai oscilando

238 A *Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé* (1866), por decreto datado de 17 de Dezembro desse mesmo ano é incluído no *Index Librorum Proibitorum*.

239 AID, p. 359.

sempre entre deísmo e ateísmo[240], "numa Santa cruzada da Luz contra as Trevas"[241].

"*O meu livro é um livro de combate. Filiado na escola dos atletas do século XVIII e dos renovadores da época actual, este volume tem por fim bradar bem alto ao povo que contemple de face os seus ídolos* [...]."[242]

Amorim Viana terá sido para Sampaio Bruno, com certeza, um "Cavaleiro do Amor". Um "Cavaleiro do Amor" que habilitaria a "geração céptica", que todos então eram, a "reacender a alma pelo raciocínio".

De toda a imensa influência que Amorim Viana teve naquele seu discípulo - que por pouco não o foi na Politécnica do Porto[243]- uma ressalta cristalina e fundamental: o mestre Pedro Amorim Viana ajudará o discípulo José Pereira de Sampaio a transformar um anticlericalismo primário, epidérmico, reflectido na *Análise da Crença Cristã* (1874), num "misticismo

240 SERRÃO, Joel (1957), "Sampaio Bruno", op. cit., p. 100.

241 ACC, p. XI. "*As armas do cruzado eram um racionalismo estreme de fonte iluminístico-volatriana, associado ao materialismo mecanicista à moda de Buchner. O objectivo último do combatente, a salvação dele e dos seus semelhantes pelas vias da heterodoxia; mediante um livre-pensamento disposto a cessar a pesquisa apenas quando a razão, nos limites da racionalidade, impusesse retirada estratégica. Ir até ao fim ! E até ao fundo ! Mesmo que de caminho fosse necessário atacar não o catolicismo, não os jesuítas, mas o mesmo cristianismo*", in SERRÃO, Joel (1957), "Sampaio Bruno", op. cit., p. 101.

242 ACC, p. XIV.

243 Sampaio Bruno frequentou a Academia Politécnica do Porto entre 1876 e 1879, ora, segundo António Carlos Leal da Silva em 1876 Amorim Viana é agraciado com um terço do seu salário, contudo, no Anuário da Academia para o ano lectivo de 1877 e 1878 já nada aparece sobre ele. Muito seria de estranhar que Bruno, encontrando nos corredores da Politécnica uma personagem que reconhecidamente tanto o influenciou não o chegasse a mencionar em algum recanto dos seus livros e artigos. SILVA, António Carlos Leal da (1983), Temas Portugueses, INCM, Lisboa, 1993, p. 61.

idealista", profundo, tão extraordinariamente assumido do final de *A Ideia de Deus* (1902) e finalmente projectado em roupagem messiânica n' *O Encoberto* (1906), e no postumamente editado *Os Cavaleiros do Amor ou a Religião da Razão* :

"As Academias são as Lojas. E a 'nova Cavallaria', cá os temos, seus cavaleiros. São os Cavaleiros do Amor; são os Cavaleiros do Espírito. Isto é, são os que professam a Religião da Razão. E, de longuíssima data preparando-a, se encaminham para a Revolução."[244]

Será ainda na "Carta Íntima", texto marcadamente autobiográfico que precede *A Ideia de Deus*, que Bruno traça nostalgicamente o perfil de Amorim Viana, descrevendo a forma como com ele travou conhecimento e a influência que aquele veio a exercer em si e no seu pensamento. Influência da qual nunca se "emancipou", confessa:

"Recordas quanto nos impressionava, ao tempo, a todos os moços mentalmente ambiciosos, a todos os intelectuais do Porto, essa figura romanesca de filósofo solitário..."

Mesmo entre a gente rude se dava essa fascinação suscitada pelo ensino fornecido, em leccionações particulares, aos marítimos por Amorim Viana, professor de capitães de navio. Como o seu homónimo matemático do século XVI o nosso contemporâneo lastimava-se do atraso da cultura nos nossos que exerciam a responsabilizadora arte da navegação; e, se Pedro Nunes escreveu os seus dois tratados sobre a carta de marear, Pedro Amorim Viana tinha em manuscrito um 'Compêndio de pilotagem'. Dele nos faz menção a carta admirativa admirativa que do Porto Inocêncio Francisco da Silva recebeu em 29 de Outubro de 1859. Suas aptidões matemáticas gerais, seus contemporâneos das bancadas escolares lhas galardoavam, de resto, com o epíteto de "Newton", que entre o Povo do Porto se conservou tanto quanto,

244 **PLF**, p. 240.

porém essa é hipérbole plauditiva comum em Coimbra, desde a reforma pombalina, para os que ultrapassam a craveira naquele ensino, consoante da aplicação a alguns conserva a memória, nas páginas da primeira de suas histórias de nossas revoluções liberais, o Sr. José de Arriaga.

[...] *Assim, o perfil de Amorim Viana se nos afiguraria credor de estima; e, como a individualidade era arredia, como ela se esquivava do convívio, logo a fantasia se nos alvoroçava, congeminando.*

Jamais nos emancipamos desta emoção prestigiosa em que, naturalmente, corria algo de simpático exagero que é peculiar à dourada miragem da imaginação anelante.

Ofender-nos-ia a depreciação, que nos melindrava como nossa desvalorização própria. A crítica era sempre respeitosa e o desrespeito desprezavamo-lo, como quando surgia das raivosas fúrias reaccionárias.

[...] *Por mim, na reminiscência de Amorim Viana, nunca se me deliu aquele efeito de juventude. Acompanhou-me, antes, pela vida adiante. De modo que, quando de Lisboa veio para o Porto a notícia de que Pedro de Amorim Viana ali falecera, em uma gazeta portuense saíram, no caso, umas linhas, que, pedidas à última hora, tive de escrever às carreiras, fora de casa, sem apontamentos e sem livros, de retentiva, à maneira boémia do morto, sobre a toalha viscosa dum restaurante pobre, onde fora jantar de afogadilho.*"[245]

Um pouco mais adiante no mesmo texto, as recordações endereçam-no, para a forma como travou contacto com Pedro Amorim Viana, na aventura conjunta da produção da Revista *Museu Ilustrado*, cujo director era David Castro:

"*Entretanto, recordava, com um certo azedume, que entabulara tais quais relações com Amorim Viana. Foi a quando do 'Museu Ilustrado'.*

245 "Carta Íntima" in AID, pp. XXL a XLII.

O promotor dessa revista fora um excelente cavalheiro já falecido, primoroso no trato e de uma bondade de coração exímia. A ele me apresentara, forçando a clausura da minha arisca solidariedade, um condiscípulo meu, que veio a ser conselheiro e nosso embaixador junto a potentados negros.

Foi ele [David Castro] [246]*que veio, ao diante, a mover que fizéssemos conhecimento, eu e estoutro solitário, mais tímido ainda, Pedro Amorim Viana.*"[247]

Depois do seu falecimento, Bruno redigiria uma nota biográfica mais precisa sobre o mestre, mas mesmo essa, refere, escrita à pressa, na mesa suja de um restaurante pobre.

Lamentando a falta de biografias – assinalando o quão interessante seria essa confidência perante o público[248] - Bruno desenha então com mais detalhe o perfil do mestre.

Na realidade, tão ignorado estava Amorim Viana dos portugueses, portuenses ou não, que Joaquim de Araújo (um de "Os do Liceu", igualmente admirador de Amorim Viana), lá de Itália, se veria compelido a enviar correcções aos dados que sobre ele circulavam no 17º volume *Dicionário Bibliográfico*, dirigido então por Brito Aranha. Os erros eram tais que, entre

---

246 O texto é um pouco equívoco. Não sabemos se Bruno refere ao director do *Museu Ilustrado*, ou se àquele condiscípulo seu, o Conselheiro José de Almeida, a quem Trindade Coelho dedicará o livro *Dezoito Annos em África* (1898), e que viria a dar pretexto aos dois artigos denominados "Os do Liceu", publicados por Bruno em 1904.

247 AID, p. XLII.

248 "*Digo mais: lamento a penúria das letras portuguesas em matéria de memórias e autobiografias; creio que, dada a veemência sentimental do temperamento lusitano, seria imensamente interessante que a nossa gente se habituasse a confidenciar perante o público. Dentre a enormidade de desprezível farrapagem que a vaidade haveria de amontoar, quanta lucidíssima pérola não depararia, ainda assim, um exame escrupuloso!*". Idem, p. XLIII.

outras incorrecções, era dado como morto antes mesmo de o estar: "por 1873 com cinquenta anos de idade [...] este malogrado e infeliz escritor".[249]

Isolado, indiferente e por fim ... ignorado, escreve acerca de Amorim Viana, entristecido, quem sabe já profetizando destino idêntico. O artigo é publicado em *O Primeiro de Janeiro*, seis dias depois do seu falecimento, ocorrido no dia de Natal de 1901, e voltaria a ser parcialmente transcrito na "Carta Íntima" precedente de *A Ideia de Deus* (1902). Os dados biográficos são aqui esmiuçados, as ideias contidas no livro transformam-no numa imensa homenagem póstuma a Pedro Amorim Viana.

"Nas folhas de Lisboa, com indizível tristeza, li, há dois dias, esta notícia peca e seca: 'Faleceu o Sr. Pedro de Amorim Viana.'

'Em Lisboa, onde aliás, ele nascera, não se sabia quem era Pedro de Amorim Viana, que ali começara a sua carreira pública, professando a lógica na cadeira respectiva do Liceu, escrevendo um estudo histórico acerca da germânia de Valência, com destino às páginas da 'Revista Peninsular'. O seu nome aparece entre os signatários do protesto dos jornalistas contra o atentado do regulamento vibrado à imprensa por Costa Cabral, 'a lei das rolhas', por caricatura qualificado.

Mas no Porto os homens da minha geração quais deles seriam os que os não tocasse o prestígio subjectivo da personalidade misteriosa de Pedro Amorim Viana ?

Este homem, desleixadíssimo, era singularmente belo, na idealidade escandinava da sua barba loura e do seu olho azul profundo, vago e arisco, habituado a olhar para dentro, como mo definiu Basílio Teles, uma tarde que, de longe, com um estremecimento íntimo fomos do Liceu à Biblioteca, espreitar o sábio no isolamento da sua absorvida leitura. A sua grande mas regular calvície (aos que, como os alunos, na aula, o consideravam descoberto) ajuntava um tom, inexplicável, de intelectualidade superior a esta

249 SÁ, Victor de (1981), *Sociologia em Amorim Viana – Obras de Victor de Sá*, op. cit., p. 100.

figura estranha e impressiva. Disse-me, um dia, o meu mestre e seu discípulo, Sr.Azevedo Albuquerque, que encontrava singulares, extremas parecenças entre os retratos de Amorim Viana e os do alemão Leibnitz e do polaco Wronski.

Já de Coimbra a Amorim Viana o anunciara uma lenda, respeitosa e como que pávida, de intelectualidade e de excentricidade. O Dr. Levy Maria Jordão, mais tarde visconde de Paiva Manso, assinalava-lhe os quilates do saber e do pensar. Nunca os condiscípulos e os seus contemporâneos se libertaram do efeito dominante dos primeiros momentos, conforme se depreende simultaneamente das laudas de Arnaldo Gama e das linhas de Augusto Soromenho.

Viera Pedro de Amorim Viana reger, mediante concurso, para a Academia Politécnica do Porto, as subtis matérias do cálculo diferencial e integral; e então quantas anedotas amigas acerca deste misantropo-filantropo ! O francês Champfleury, que encetou a sua galeria de 'excêntricos' com o perfil do português Gama Machado, o que não daria por conhecer o português Amorim Viana ?!

Como Gama Machado, em Paris vivera também Amorim Viana; a sua adolescência a passara estudando no colégio do frade miguelista Sacra Família, em Fontenai-aux-Roses. Das prelecções do frade miguelista em França resultou em Portugal o filósofo socialista Pedro de Amorim Viana.

No Porto fundaram, Delfim Maia e Costa Almeida, uma revista educativa, A Península intitulada. Associaram-se [a] *Amorim Viana; e o trabalho, excelente, com que ele se apresentou, foi a longa análise do 'Sistema das Contradições Económicas', de Proudhon. A mim, feriu-me sempre a similitude fisionómica, completa a meus olhos, entre Amorim Viana e Felix Pyat; e é curioso que, das duas únicas vezes que vi Amorim Viana no teatro, a primeira fosse a assistir a uma representação do Trapeiro de Paris, melodrama radical, mais famoso quando, da coifa do ofício, Fréderick-Lamaître teve a audácia de, com o gadanho, extrair uma coroa régia.*

Alma intensamente democrática e indiscretamente sincera a daquele solitário ! Em 1865 aparecia, no Porto, esse livro inverosímil ainda hoje em

Portugal, A Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé. No Porto, em 1885, um livro cheio de Schleiermacher e Hegel: no Porto, em 1865, um homem empregando-se a desenrolar, com originalidade discriminante, numa prosa castigada e nobre, deduzida e quente, a confissão árida do judeu holandês Espinosa ! Havia nada mais incongruente ? E mais punível ? Penso que, na imprensa, do volume de Amorim Viana só falou (e de passagem, e em Lisboa) Pinheiro Chagas.

Isolado e indiferente, por último esquecera de todo.

[...]

Eu, como todos os rapazes do Porto – 'quando nós éramos moços !' – assombrei-me, primeiro ! admirei-me, depois, esta rara, única fisionomia metafísica e romanesca. Querem crer ? lamento os rapazes deste tempo, perante os quais já não perpassam dessas visões, misticamente espirituais, esparzindo um rasto inquieto de religiosidade crítica."[250]

Como salienta Victor de Sá, a escassez de dados biográficos foi um facto acerca de Amorim Viana, paulatinamente superado, é certo, pelo próprio autor e um pouco mais tarde por António Carlos Leal da Silva, nos *Dados sobre a vida e obra de Amorim Viana*[251], publicado em 1983.

Victor de Sá explica a raridade das referência biográficas.

"São muitos raros e deficientes os elementos biográficos respeitantes a Pedro de Amorim Viana. Sem descendentes, por um lado, e, por outro, com uma vida dispersa, sem família constituída, sem biblioteca própria legada ou catalogada, sem correspondência que até ao presente tenha sido revelada por alguém, restam apenas informações dispersas geralmente indirectas e frequentemente vagas."[252]

---

250 "Carta Íntima" in AID, pp. XLV a XLVII.

251 SILVA, António Carlos Leal da (1983), *Dados sobre a vida e obra de Amorim Viana*, Colecção Temas Portugueses, INCM, Lisboa, 1993.

252 SÁ, Victor de (1981), *Sociologia em Amorim Viana* ..., op. cit, p. 83.

Esta falha de informações proporcionava a circulação de lendas fantasiosas e de um mar de anedotas que a excentricidade de Amorim Viana só vinha ampliar. Bruno relata algumas dessas histórias, dessa fama construída em Coimbra, que o precedeu a sua chegada ao Porto. Isto, apesar das insinuações "maldosas" de Francisco da Silva Inocêncio afirmarem que eram pelo próprio construídas !

"Ora, Amorim Viana (Pedro) já em Coimbra impressionara fundamente os seus contemporâneos universitários pelas suas raríssimas disposições metafísicas. Como a matemática não tinha para ele dificuldades, lidas e entendidas as lições, faltava às aulas. Aproveitava a cábula, metendo-se na cama, a folhear os filósofos. For a sempre, desde pequeno, muito friorento e de poucas falas. Em Fontenay-aux-Roses, no colégio do frade miguelista Sacra Família lembrava-se-me o seu condiscípulo Eduardo Allen que ele não parava, satisfeito, senão ao pé do fogão, a ler poetas latinos. Chegou a saber de cor todo o Lucrécio e ainda na crise terrível mal último que lhe seu o recitava com o mesmo entusiasmo. Em Coimbra era o Leibnitz, o seu mais que todos meditado e amado Leibnitz. Em 1853, em Coimbra, lhe chamara o 'grande filósofo' o Dr. Levy Maria Jordão, na sua 'Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas', a pag. 29. No Porto lamentava-se que Amorim Viana malbaratasse as suas excepcionais faculdades em polémicas do jornalismo político. Desta incongruência e inaproveitamento se lastima Arnaldo Gama, na resenha crítica que dos escritores portuenses faz para topo e remate do seu romance O 'Génio do Mal'. É injustíssima a suspeita de Inocêncio Francisco da Silva, insinuando que a notícia que do Porto recebera acerca do matemático filosófico procederia do próprio encomiado. Ninguém foi tão morbidamente desprendido como o era Amorim Viana, solitário, acanhado, reflectindo-se e sumindo-se."[253]

253 AID, pp. 95 e 96.

Na realidade, uma das fontes preciosas para o conhecimento do olvidado professor da Academia Politécnica seriam mesmo os livros e artigos de Sampaio Bruno. Além do referido já n' *A Ideia de Deus*, Bruno já tivera oportunidade de escrever sobre Pedro Amorim Viana em alguns jornais. De facto, anos antes do seu falecimento, Sampaio Bruno dedicara três artigos publicados respectivamente na *Revista de Portugal e Brasil* (1874), *A Província* (1874) e *Aurora do Lima* (1889) [254].

O motivo que deu aso à publicação destes dois artigos em 1874, prende-se com a edição em Portugal das *Memórias de Madame Lafarge* , escritas em 1841, e traduzidas por Pedro Amorim Viana em 1873, acompanhada de um estudo moral da autora feito pelo tradutor[255]. A polémica, a propósito da tradução desta obra suscitada por Bruno, representa um caso interessante na relação entre mestre e discípulo.

Vamos um pouco atrás. Bruno acabava de dar à estampa *Análise da Crença Cristã* (1874) no qual o vate fora, como vimos, e o próprio reconheceu, Amorim Viana, a quem Bruno considerava um dos maiores pensadores portugueses, colocado-o mesmo no "grémio dos pensadores mais distintos da Europa culta"[256]. Nisto, eis que sai a lume a tradução, um livro cujo tema e resultado Bruno não considerou de todo à altura do seu tradutor.

"*Surpreendeu-nos, e muito, o ver o nome do autor da Análise das contradições económicas de Proudhon na primeira página duma tradução do*

---

254 *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, 12 de Janeiro de 1874, "Biografias – IV – Pedro Amorim Viana"; *A Província . Diário da Tarde*, Porto, 30 de Novembro de 1889, "Pedro de Amorim Viana"; e *Revista de Portugal e Brasil*, Lisboa, n.º 7 a 12 de 1874, "Biografia: Memórias de Madame Lafarge. Tradução de Pedro Amorim Viana".

255 *Memórias de Madame Lafarge*, 2 Vols, Tipografia de António José da Silva, Porto, 1873. São muito raros os exemplares desta obra, existindo um na Biblioteca Municipal do Porto, segundo informação de António Carlos Leal da Silva.

256 "Bibliografia: Memórias de Madame Lafarge. Tradução de Pedro Amorim Viana", in *Revista de Portugal e Brasil*, Vols.I e II, Lisboa, 1873-1874, p. 191.

francês, e disse imediatamente de mim para mim: Não ! Não é este o papel que cabe a Amorim Viana. Temos o direito de exigir mais dele, bem como ele tem o dever de produzir mais do que uma tradução mal redigida [...] *A tradução do Sr. Pedro de Amorim Viana não é boa. Encontram-se nela, a cada passo, a anfibologia tosca, o galicismo inútil e a cacafonia desagradabilíssima*"[257]

Só a profunda admiração de Amorim Viana professada por Bruno e a sua juventude (17 anos) podem justificar este irritado julgamento da tradução e do "obsoleto estudo moral acerca da autora", que Amorim Viana tinha anexado no final do segundo volume, ocupando 82 páginas[258].

Do que tratavam afinal estas Memórias ? A sua autora, Maria Capelle, nome de solteira, típica "burguesinha parisiense"[259], realizara um desses casamentos de conveniência tão comuns na época, na qual ela propositadamente dispensara o amor em prol de uma vida segura e de bem estar ao lado de um "homem de princípios" (Lafarge).

São dela estas confissões:

"*Não creio já no amor tal como se lê nos poetas, ou melhor, como o baptizamos em nossos sonhos. Estou resignada a aceitar a vida tal qual ela é, e consinto em casamento de conveniência. Porém* [...] *se não exijo um lindo rosto, um espírito amável e delicado, um coração apaixonado, devo ter como indispensável naquele que aceitar, uma posição decente, fortuna suficiente, e um carácter sólido e sobretudo estimável. Serei indulgente para com a idade; habitaria com prazer no campo, ou mesmo alguma cidade de província; pois sou da opinião de César, prefiro ser a primeira numa aldeia, a ser a segunda*

257 Idem, p. 103.

258 SÁ, Victor de (1981), *Sociologia em Amorim Viana ...*, op. cit, p. 125.

259 SÁ, Victor de (1957), "Amorim Viana e Madame Lafarge", in *Estrada Larga – Antologia do Suplemento Cultura e Arte de O Comércio do Porto*, Organização de Costa Barreto, Vol. III, Porto Editora, Porto, 1957, p. 141.

em Roma."[260]

Este era, pois, o retrato que Madame Lafarge compunha de si e das expectativas que nutria acerca do casamento. Contudo, "uma imaginação delirante", provocada por "leituras romanescas" ao abrigo de muitas horas ociosas levaram-na cada vez mais para longe desta profissão de fé que para si mesma tinha. Insatisfeita com o marido, que não estimava nem pelos sentimentos, nem pela posição social, nem pelo carácter, cada vez mais isolada num meio provinciano que nada lhe dizia, é acusada de envenenar o marido com cianeto disfarçado num pastel. Uma história com todos os ingredientes policiais, escabrosos mesmos, para empolar a versátil opinião pública da época. Culpada ou inocente, o caso suscitaria imensas paixões em França, e por reflexo em Portugal onde viria a despertar mesmo o "esquisitão" Amorim Viana a ponto de lhe dedicar a tradução e o estudo moral.

Bruno, criticando Amorim Viana pela escolha inusitada do tema e pelo trabalho de tradução, aponta ainda vários reparos ao seu raciocínio, acusando Amorim Viana de pertencer "ao grupo apaixonado dos anti-lafargistas" e, tal como o tribunal de Tulle, de cometer uma injustiça, condenando-a por um crime que ela não cometera. Em seu socorro Bruno detalha todas as provas, os inquiridos, desfia intricados argumentos utilizados pela acusação dando-os como insuficientes, ou mesmo falsos.

"*A imparcialidade do Sr. Amorim Viana é aparente e, como todas as imparcialidades aparentes, é (na frase de Benjamin Constant) uma parcialidade disfarçada. Pertencendo ao grupo apaixonado dos anti-lafargistas, o Sr. Amorim Viana esforça-se por demonstrar cabalmente a culpabilidade da autora das memórias que traduz. Não o consegue, porém; e deixa na sua acusação muitíssimo a desejar.*"[261]

---

260 Idem, pp. 140 e 141.

261 "Bibliografia: Memórias de Madame Lafarge..., op. cit, p. 186.

A censura áspera feita a Amorim Viana, aquando da tradução das *Memórias*, constitui um *fait-divers* nas relações entretidas entres os dois filósofos portuenses, e o tom de Bruno só se justifica pela reacção algo infantil do discípulo que, colocando o mestre nas mais elevadas esferas, não compreende que ele venha a ter outras preocupações além daquelas que o inspiraram na sua teurgia. Tanto mais que, apesar da tradução não ser de qualidade, o estudo moral revela preocupações sociais perfeitamente entendíveis, numa sociedade tão mediatizada pela cultura francesa, como era a sociedade portuguesa de então. A situação exemplar proporcionada pelo "Caso Lafarge", apresentava-se como um meio útil de rever e criticar determinados comportamentos sociais, reveladores da crise de valores morais que Amorim Viana tão duramente apontava à sociedade portuguesa. Revelava a decadência do modelo social então em vigor, de família e de educação feminina e, portanto, constituía em si uma poderosa tese de mudança que ele, como intelectual militante, sempre defendeu[262]. Mas este aspecto não foi detectado por Bruno. Como já tivemos oportunidade de referir, reagiria epidermicamente.

Este incidente, a propósito da publicação das *Memórias de Madame Lafarge*, não deve obscurecer o essencial das relações e influência entre Amorim Viana e Sampaio Bruno, que Joel Serrão tão abundantemente refere.

"Pôs-se Bruno a lê-lo e a admirá-lo com a sofreguidão própria da idade e do seu carácter. À boa maneira portuguesa, que se não compadece com fraquezas do ídolo, afeiçoado por uma imaginação romântica e ciosa...Acaso por isso, no ano da publicação da 'Análise', a tradução das 'Memórias de Madame Lafarge', levada a efeito por Amorim Viana, é objecto de uma crítica severa do agora ex-discípulo. Diz-lhe das boas ! Critica-lhe o tom universitário de 'magister dixit' e 'lamenta que o Sr. A. Viana se não soubesse conservar à altura onde o levaram os seus estudos na 'Península' e a sua 'Defesa do Racionalismo' e faz votos 'para que, convicto do mau caminho que

262 SÁ, Victor de (1957), "Amorim Viana e Madame Lafarge", op. cit., p. 136.

trilhou, ora se entregue de novo à profundeza de estudos que o colocaram no grémio dos pensadores mais distintos da Europa'. Amor, claro ! Mas não só isso. Também heterodoxa liberdade de crítica do próprio Mestre e, acaso, o desejo subconsciente de ir mais além, de pegar no facho que empalidecia nas mãos do ídolo destronado (Atire a primeira pedra quem se sinta inocente desta ambivalência ante o Mestre amado...)

Se assim não é, como explicar os factos seguintes ? A 'Análise' principia pelo capítulo dos 'Milagres', título de um breve apêndice com que termina a 'Defesa do Racionalismo... No livro de Bruno, A. Viana é citado, claro, mas sem calor, com a isenta objectividade com que cita Descartes ou Jouffroy. Os adjectivos ficam para Vacherot, o 'idealista profundo, para Larroque, 'o renovador', para Voltaire, o 'gigante de Ferney, e para ...Larousse, imagine-se !

A leitura de a 'Defesa do Racionalismo' deve, pois ter ocorrido antes de 1874 e, possivelmente, aí pelos 15 anos. E ela teria sido o elemento aglutinante do torvelinho de sentimentos e ideias do adolescente. A essa obra coube 'orientar' os ensinamentos paternos, as leituras dispersas mas afins, a perplexidade ante o espinho cravado da percepção do mal – e a cristalização de um destino de especulativo."[263]

A herança de Amorim Viana em Bruno pode ser referida em seis aspectos essenciais de temperamento e reflexão. Estes, apesar de não serem aqui tratados exaustivamente, projectam bem a ideia que temos vindo a salientar .

Primeiro: as suas reflexões filosóficas encaminharam-nos para as preocupações religiosas e teúrgicas[264], construindo um edifício metafísico

263 **SERRÃO, Joel** (1958), *Sampaio Bruno...*, op. cit., pp. 21 e 22.

264 *"O que Amorim Viana desejava e pretendia consolidar, dando-lhe o nome de 'racionalismo' era o que mais latamente Sampaio Bruno buscava, na inquietação crítica pela vitória da 'racionalidade'; mas em vez de fixar-se na tentativa de dissolver uma oposição multissecular, ora latente, ora clara, ora negada, ora*

racional, complexo, sustentado numa análise social crítica do catolicismo de então, que nos seus extremos tocava ora no anticlericalismo, ora num misticismo metafísico apurado.

"Para nós, a fé ou adesão do espírito à verdade não difere da convicção racional. Estabelecer dois estados, um de fé, outro de ciência nos parece uma pretensão ilegítima dos teólogos. É um erro psicológico.

Não impede isto, porém que as verdades que se manifestam à razão, sejam revelações do céu."[265]

Segundo: ambos protagonizaram a luta intelectual contra a hegemonização de um positivismo de escola que consideraram redutor nas suas consequências especulativas.

Além disso, estamos de alguma forma convencidos de que o artigo que Amorim Viana publica na revista *Renascença / Órgão dos Trabalhos da Geração Moderna*, em 1878, denominado "A Física e a Metafísica"[266], criticando o positivismo então reinante, terá servido de inspiração ao texto de Bruno "A Propósito do Positivismo"[267], publicado em vários fascículos no *Museu Ilustrado* em 1878, onde, aliás, também escrevia Amorim Viana. O

---

sectariamente afirmada, Sampaio procura na ciência pura do seu tempo justificar com grande lucidez a sua doutrina e as suas conclusões", in ALMEIDA, Vieira de (1857), "Dois Obreiros", in *Estrada Larga – Suplemento Cultura e Arte de O Comércio do Porto*, Organização de Costa Barreto, Porto, 1957, p. 129.

265 Cit. por RODRIGUES; Ana Maria Moog (1993), "Diálogo de Sampaio Bruno com Amorim Viana: A relação da Razão com a Fé", in *Actas do Colóquio Antero de Quental dedicado a Sampaio Bruno*, Secretaria de Estado da Cultura, Aracaju, Brasil, 1995, p. 17.

266 "A Física e a Metafísica", in *A Renascença / Órgão dos Trabalhos da Geração Moderna*, Fasc. I, p. 4, Fasc. II e III, pp. 41 e 42.

267 "A Propósito do Positivismo", in *Museu Ilustrado – Álbum Ilustrado*, Tipografia Commercial Portuense, 1º Ano, Porto, 1878, fasc. 3º a 12º.

artigo de Amorim Viana saiu em Janeiro, e o primeiro fascículo com o artigo de Bruno dois meses depois (Março):

"Na história da cultura portuguesa, estes dois nomes têm de recordar-se. Com meios diferentes e diversa amplitude representam uma reacção salutar contra o catecismo positivista (de que foi Comte a origem mas não o responsável) contra a deformação sistemática, contra a aceitação integral de qualquer código de escola. E esse apelo à análise crítica e à independência mental completa quanto a construções alheias, por mais antigas ou generalizadas, e subordinadas apenas a verdades adquiridas, desde que mesmo para estas se evite extrapolação temerária, paira acima até dos erros particulares que uma obra pode conter."[268]

Terceiro: os dois pensadores colocaram a sua reflexão ao serviço da crítica social e das mudanças políticas, embora neste campo Bruno se mostrasse muito mais politizado, no sentido militante do termo. Acreditavam, sob inspiração prouhdoniana, na via salvífica da educação (moral) do povo como forma de emancipação. E de novo aqui a influência matricial do racionalismo iluminista. O texto crítico de Amorim Viana, sobre o estado do ensino da Filosofia nas escolas portuguesas é também exemplo dessa preocupação[269]:

"Quando uns sejam iguais aos outros. Aqui está o motivo oculto do facto, cuja explicação debalde procurou Buckle na carência de noções acumuladas por banda da moral. Aqui está a razão porque a educação moral falha em parte. É porque uns não são iguais aos outros. E dizer ao escravo: 'Ama o teu semelhante !, quando o seu semelhante é o proletário, pode suscitar escarninho e desprezo.

---

268 ALMEIDA, Vieira de (1857), "Dois Obreiros", op. cit., p. 130.

269 VIANA, Pedro de Amorim (1864), *Análise do Curso Elementar de Filosofia de A. Ribeiro da Costa e Almeida por ...*, Tipografia do Jornal do Porto, Porto, 1864.

Mas dia virá em que os homens se confundam em fraterno amplexo. Dia virá em que não haja mais classes diversificadas e em que em comum, não comunistamente, todos penemos e jubilemos. Não se chorarão mais lágrimas de desesperação, de soberba, de vergonha. Em comum louvaremos o Senhor, por Sua Misericórdia.

Amorim Viana sente analogamente. Amorim Viana tem fé no povo, crê na 'sua crescente ilustração'. Crê no 'seu progresso contínuo para o bem'. Hora, para o povo, chegará em 'que o ouvir a voz lhe brada no peito baste para ouvir, sem intermitência, a voz de Deus.

Nesse momento a necessidade da educação moral cessará. 'Será dispensada toda a prédica, porque cada homem será sacerdote e mestre. Realizar-se-á a pretensão de Schleiermacher. Não haverá clero distinto. Amorim Viana, porém, vai mais longe [...] *'não haverá governos distintos; cada homem servirá a si próprio de norma e de lei'. Porque será assim ? Amorim Viana responde, em sua confiança sublime: 'Porque se verificará então a promessa de Cristo, a terra tornar-se-á um aprisco de irmãos sob as ordens de um só 'pastor', mas esse Pastor será Deus, que falará plenamente ao coração de cada homem, porque em cada homem a vontade se confundirá com os ditames da caridade e da justiça.'"*[270]

Neste excerto encontramos o fundamento do anarquismo que Joel Serrão atribuiu a Sampaio Bruno, já se vê, inspirado também em Amorim Viana, e de que adiante se falará.

Quarto: por temperamento a sua atitude de combate intelectual e de intervenção era contrastante com o seu alheamento das coisas da vida, mais ainda em Amorim Viana que em Bruno. Uma certa misantropia acrescida em ambos à medida que os anos iam passando. Os dois, cada um a seu tempo, passaram dias refugiados nas salas da Biblioteca Municipal do Porto. Assim o viu Bruno ainda rapaz, assim o haveriam de o ver a ele mais velho.

---

270 AID, pp. 158 e 159.

"[...] *terrivelmente individualista, no sentido misantropo, fechado consigo próprio, apreciava viver isolado a congeminar os seus raciocínios; não era sociável. Isso determinava outro aspecto da sua personalidade, o aspecto exterior, de um homem despreocupado consigo, deixando-se arrastar pelas ruas, distraído de tudo, esquecido de si próprio e dos outros, alheio muitas vezes às intempéries que lhe fustigavam o corpo mas não lhe arrefeciam a alma. Solteirão inveterado, só uma irmã de si cuidava por vezes, a qual também vivia no Porto casada com um rico comerciante: era ela quem conseguia tratar-lhe da roupa e que geralmente se encarregava de lhe receber o ordenado, porque os aspectos mundanos e materiais da vida não mereciam a Amorim Viana a menor atenção.*"[271]

Quinto: ambos se afastaram, ou se foram isolando, em grande parte também pelo resultado das polémicas que então travaram . Amorim Viana contra a sociedade instalada e vaidosa, os ministros ou a direcção da Escola Politécnica. Sampaio Bruno contra tudo isso, os positivistas (também A. Viana, mas de uma forma menos acintosa) e ainda o Partido Republicano...

"*Personalidade assim avessa às convenções sociais aliada ao aprumo intelectual de racionalista e á sua altivez moral, estava naturalmente predestinada a travar luta aberta e permanente com o meio, especialmente com os acomodatícios, os vaidosos e os poderosos sem escrúpulos, a quem Amorim Viana nunca temeu atacar de frente. A sua colaboração nos jornais da época é a expressão dum lutador; e a sua obra de pensador é igualmente um esforço de morigeração.*"[272]

A influência de Amorim Viana foi algo de que Bruno reconheceu nunca se ter emancipado. Por tudo isto, acreditamos não exagerar, quando dizemos que o professor da Academia Politécnica do Porto foi para Sampaio Bruno o

271 SÁ, Victor de (1981), *Sociologia em Amorim Viana* ..., op. cit, pp 90 e 91.

272 Idem, p. 91.

"mestre dos mestres", uma omnipresença, uma "obsessão" até, que guiou o seu pensamento - teodiceia como fundamento da filosofia[273]- e acabou mesmo por se projectar nos comportamentos e, finalmente, num certo destino comum: o do afastamento, do esquecimento dos seus contemporâneos.

Sexto e último: Ambos pertenceram a gerações intermédias. Bruno não pertenceu já a "Geração de Setenta" e não pertencia ainda à geração da "Renascença Portuguesa", que tanto se lhe reconhece devedora, de um Teixeira de Pascoais, Leonardo Coimbra, ou Fernando Pessoa, apesar do seu encontro fugaz (pouco mais dois anos, (1913-1915) nas páginas da *A Águia – Órgão da Renascença Portuguesa* (1910-1932), onde publicará os seus derradeiros artigos. Tal assim foi com Amorim Viana, como refere Victor de Sá:

"Por outro lado, o labor intelectual de Amorim Viana desenvolve-se num período de viragem, daqueles que Fidelino de Figueiredo classificaria de cultura intervalar. De facto, já não eram do seu tempo, porque mais velhos, os ideólogos da Revolução Liberal – um Silvestre Pinheiro, um Garrett, ou um Herculano; mas não pertence ainda à geração posterior, de que fez parte um Antero, um Oliveira Martins ou um Bruno, que importou da Europa aquele pensamento novo que resultou das próprias contradições do liberalismo, e que em Portugal se caracterizou especialmente pela feição jacobina e ateia no plano religioso, positivista no domínio filosófico e prodhoniana em matéria económica e social.

Viana situa-se na geração intermédia entre as duas. Viveu quando em

273 " [...] *ambos consideraram que a teodiceia seria o tema por excelência para o fazer filosófico. Ou melhor, consideraram que o tema por excelênciado do qual a filosofia deveria se ocupar – racionalmente – em primeiro lugar seria Deus, razão primeira e última de tudo e portanto de todo o filosofar*", in RODRIGUES; Ana Maria Moog (1993), "Diálogo de Sampaio Bruno com Amorim Viana: A relação da Razão com a Fé", op. cit., p. 429.

Portugal tinham sido destroçadas as tradições culturais de feição monástica e eclesiástica, e antes ainda de se terem criado os novos quadros laicos de cultura nacional. Da mesma maneira no plano cultural, como, no domínio económico, tinham sido abolidos os vínculos de reminiscência senhorial, e estava longe de atingir pleno desenvolvimento a economia capitalista, de que o industrialismo seria a expressão mais consequente."[274]

A questão geracional teve importância para Sampaio Bruno, e voltaremos mais adiante a ela.

3.4. Letras ou ciências – A via difícil do autodidactismo heterodoxo.

Em rigor, o abandono dos bancos da Politécnica deve-se ao facto do desencanto de Bruno com os conhecimentos, métodos ou professores do curso. Muito provavelmente ele teria tomado contacto com o positivismo na Academia Politécnica do Porto, na altura , tal como a Escola Politécnica de Lisboa, verdadeiros alfobres da "ciência nova", como refere Joel Serrão:

"As mais antigas divulgações do positivismo entre nós estão relacionadas com o ensino da Matemática nas Escolas Politécnicas de Lisboa e do Porto e não foram além de círculos estreitos de professores e estudantes universitários. Só a partir de 1870, com o início da publicação das Farpas (1871), de 'Os Traços Gerais da Filosofia Positiva', de Teófilo Braga (1877), da Revista 'O Positivismo' (1878), na qual, além de Teófilo, se destacaram

274 SÁ, Victor de (1957), "Amorim Viana", in *Estrada Larga – Antologia do Suplemento Cultura e Arte de O Comércio do Porto*, Organização de Costa Barreto, Vol. III., Porto, 1957, pp. 134 e 135.

Júlio de Matos (1856-1922) e Teixeira Bastos (1857-1902), a doutrina de Comte se difunde por estratos sociais mais vastos à medida que, simultaneamente, a propaganda republicana ia ganhando adeptos. Nesta fase, entre propaganda positivista e propaganda republicana existem razões que não devem ser elididas."[275]

Do que não resta dúvida é que Bruno seguiria a carreira das humanidades, das letras, em oposição à carreira da ciência que o aguardaria na conclusão do curso da Escola Médica do Porto. O homem de letras tomou a primazia sobre o homem de ciência. Apesar de toda atmosfera republicana e positivista o encaminhar num sentido contrário, até mesmo as suas amizades de liceu, como era o caso de Júlio de Matos, Manuel Laranjeira (1877-1912)[276] ou Ricardo Jorge.

As incursões, por vezes infelizes, nos caminhos de uma ciência que ele abandonou (caso da polémica em torno da Peste do Porto), lançavam-no longe do que seria politicamente correcto num pensador republicano – tanto mais que os médicos foram uma espécie de "padres da República", como salienta Rui Ramos[277]. Escorado, muitas vezes, pelo que pensava serem intuições fundamentais, Bruno deixava-se facilmente arrastar por atmosferas psíquicas sobrenaturais e místicas, as 'descobertas' ou 'revelações':

"Acima de tudo, Sampaio Bruno prestava atenção às 'descobertas' ou revelações que lhe aconteciam , pois elas eram fundamento e consequência da teoria gnoseológica e mística que, após o exílio, havia perfilhado. Refutar o valor das descobertas e teorias de Pasteur; julgar ter renovado, - como afirmou -, "toda a matemática"; inventar nova teoria musical; demonstrar que é errada a localização mediterrânea das façanhas de Aquiles e de

275 SERRÃO, Joel (1958), *Sampaio Bruno*..., op. cit., pp. 72 e 73.

276 Manuel Laranjeira foi colaborador nos jornais *A Pátria* e *A Voz Pública*.

277 RAMOS, Rui (1994), *História de Portugal - A Segunda Fundação* ..., op. cit., p. 343.

Ulissses, porquanto, afinal, os rochedos de Scila e Caribdis deveriam ser localizados no estreito de Behring, - eis, entre outros, cometimentos que julgava ter levado a bom termo, de acordo, muitas vezes, com a interpretação que propunha de textos então considerados mal entendidos, por ignorância do tal princípio místico-metafísico do qual era possível extrair conclusões com o seu quê de mirífico...."[278]

O anti-positivismo, extraordinariamente expresso no artigo do *Museu Ilustrado* (1878), e dez anos depois no *Brasil Mental* (1898), deve ser complementado com o espiritualismo metafísico, crescente espelhado naquela que é considerada a sua obra maior, *A Ideia de Deus* (1902). Para Manuel Gama, contudo, o seu anti-positivismo de vertente mística não datam de 1878, são anteriores. Revelam-se já nos artigos publicados na *Tribuna*[279], e no jornal *O Porto* (1875) denominado "O transcendentalismo"[280].

Todavia não deve causar espanto essa escolha. Numa altura em que a politização intensa da vida nacional apelava a temperamentos apaixonados, que já havia sugado tantas outras vontades para o campo das letras e da polémica político social. Aqui deixamos dois casos paradigmáticos: o de Jaime Cortesão (1884-1960) e o de António Patrício (1878-1930)[281].

"António Patrício foi apanhado na sua juventude por todo esse clima protestativo e pré-revolucionário. Ele pertence a essa juventude intelectual marcada pela ditadura de João Franco, a que foram mais sensíveis todos quantos abriam asas a ensaiar os primeiros voos. A marca da época pode mesmo ter muito a ver com as hesitações na escolha da carreira. Não foi então o único caso.

---

278 SERRÃO, Joel (1958), *Sampaio Bruno...*, op. cit., p. 181.

279 in *A Tribuna*, n.º 42, 1874.

280 *O Porto*, de 2,4,7,14 e 30 de Setembro e 2, 7 e 8 de Outubro de 1875.

281 SÁ, Victor de (1986), *Liberais & republicanos. Obras de Victor de Sá*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1986, pp. 103 e ss.

Estou a lembrar-me de Jaime Cortesão (1884-1960), quatro anos mais novo que Patrício, mas juntos a frequentar a Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Também ele hesitou nos estudos a seguir e igualmente ficou marcado pela ditadura de João Franco. Estudou primeiro em Coimbra, a iniciar-se no Grego e no Direito, que frequentou durante dois anos, e só depois se fixou no curso de Medicina, que completaria no Porto no próprio ano da proclamação da República.

Entretanto, ambos viveram a agitação política do tempo, gritaram as suas primeiras afirmações de criatividade, participaram na greve académia de 1907"[282]

Mas estes casos estavam longe de ser os únicos. Na realidade, parte dos intelectuais oitocentistas portuenses foram autodidactas, ou se mantiveram fora do ensino oficial. Foram os casos de Basílio Teles (1856-1923), amigo dilecto e correligionário de Bruno, tendo também ele abandonando a formação em medicina[283], José Teixeira Rego (1881-1934), considerado um dos seus mais importantes discípulos[284], ou Domingos Tarrozo (1860-1933). Esta "atmosfera espiritual" tão portuense, parece ter sido propícia ao aparecimento deste tipo de intelectuais, como já foi notado por Sant'Ann Dionísio:

"Nenhuma terra portuguesa tem um carácter tão marcado, nem uma atmosfera espiritual tão sua.

Dizer as razões desse poder gerador não é fácil. O certo é que no meio do porto se têm formado e revelado excepcionais homens de ideias.

E o mais singular é que esses homens, embora (alguns) não tivessem sido inteiramente autodidactas, atingiram a sua individualidade pensante à

---

282 Idem, pp. 103 e 104.

283 Exilado após o 31 de Janeiro de 1891, e também ele vítima da mesma misantropia intelectual que abateu Bruno após o exílio. DIONÍSIO, Sant'Anna (1983), *Da Urbe e do Burgo*, Lello & Irmão Editores, Porto, 1983, pp. 135 e ss.

284 Idem, pp. 249 e ss.

margem do ensino oficial. São homens que se fizeram, por assim dizer, a pulso, por eles mesmos. Alguns vêm de Coimbra. Mas o que eles trazem da Universidade, "velha e relha", é justamente o lastro que lhes tolhe o andamento e a procura do verdadeiro rumo. [...]

Impõe-se, portanto, toda a cautela, reconhecendo-se que o Porto como meio catalisante de pensamento filosófico e livre, foi nestes últimos cem anos berço ou lar adoptivo de homens de pensamento diferentes e diversos (no exacto sentido etimológico dos dois adjectivos). Sem quaisquer respeitos humanos, e por obediência rigorosa à verdadeira deontologia do pensar livre, diremos, pois que, aqui, nesta nossa terra materna, têm nascido, meditado e vivido alguns homens dotados de profunda vocação reflexiva, mas não todos de estirpe irreligiosa ou ateísta, como certos ingénuos ou espíritos duros gostariam que se concluísse."[285]

Este era o caso de Bruno, notadamente. Autodidacta, acabou fazendo o seu percurso intelectual à margem de todas as instituições oficiais de ensino, abandonada que foi a Escola Politécnica aos vinte e dois anos (1879). Esta proscrição intelectual levou-o, pouco e pouco, a contrair o síndroma de uma certa intelectualidade de então: a misantropia, muito particularmente depois dos anos de exílio (1891-1892). Tal como Alexandre Herculano[286], Amorim Viana ou Basílio Teles, também se foi "ensimesmando" num mundo cada vez mais de livros, cada vez menos de pessoas, numa "monástica misantropia moral"[287]

"[...] *Bruno relega para o passado, cada vez mais inimigo dos homens e mais amigos dos livros, mais terno e mais evocador do passado, cada vez mais enojado, mais farto do presente.*

285 Idem, pp. 129;130 e 132.

286 MARTINS, Guilherme H. de Oliveira (1881), *Portugal Contemporâneo*, 2 Vols., Lello & Irmão Editores, Porto, 1981, 327.

287 CASTRO, Augusto de (1918), *Fumo do Meu Cigarro*, op. cit., p. 183.

Será isto um modo errado de vêr ? Talvez. Mas é certo que, tendo deposto a um canto a sua velha armadura de combatente, Bruno envergou há muito o burel de beneditino."[288]

Todavia, esta passagem será fundamental ao seu ideário. Estamos convencidos que esta fase de isolamento e misantropia equivaleu também ao acentuar da sua maturidade intelectual. Um Bruno sempre ideólogo, mas cada vez menos propagandista, cada vez mais metafísico. Numa palavra, o infortúnio foi-o conduzindo do mundo fugaz da política para o mundo perene das ideias. Ele sempre o dizia: A questão é de ideias, não é de homens. Desta fase - concretamente da sua "primeira retirada" (1902), assinala Manuel Gama, "segundo exílio" defendemos nós -, uma marca forte: a publicação da *Ideia de Deus* (1902).

Ainda assim, desse grupo de intelectuais *outsiders*, Bruno seria o que teria menos sorte. Falecido prematuramente (1915), não teve oportunidade de beneficiar do reconhecimento, dado a contemporâneos seus, num momento político-mental já bem diverso dos últimos anos da monarquia e dos primeiros anos da República. Apenas por três anos, e já muito combalido de saúde, beneficiou do aparecimento de uma escola da qual ele era, quase por inerência de percurso intelectual, natural fundador: O movimento da "Renascença Portuguesa" instituído em escola em torno da Revista *A Águia* (1911-1932)[289]. Em 1919, Leonardo Coimbra, ensaiando a primeira experiência de Universidade do Porto, chamará muitos destes intelectuais *outsiders*[290]. Bruno falecera já então.

Como nos podemos espantar que Bruno se encaminhasse para a imprensa e para essa literatura tão peculiar como, por vezes confusa, que são

288 "A Crónica – aspectos e Impressões – Bruno", in *A Luta*, 14 de Março de 1912, p. 2.

289 PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1991), *A Pedagogia de Leonardo Coimbra. Teoria e Prática*, Porto Editora, Porto, 1992, pp. 500 a 503.

290 Idem, pp. 576 a 581.

os seus livros, ele que se entendia como um "homem de propaganda" ? Apesar da medicina desse tempo estar recheada de militantes e ideólogos ilustres, caso de Miguel Bombarda (1851-1910), Ricardo Jorge (1858-1939), e do próprio Júlio de Matos (1856-1922), a Bruno atraiu-o o autodidactismo. Se essa escolha foi provocada pela repulsa de uma certa ciência escolar de então, de novo não o sabemos com plena certeza, desconfiamos que sim. O facto é que, abandonada a Politécnica, Bruno não voltou mais a estudar. A estudar no sentido institucional e burocrático do termo, entenda-se, porque estudar foi a sua vida.

Pensamos que esta inflexão de carreira, de destino mesmo, operada durante a frequência da Escola Politécnica, deixou marcas muito profundas na sua forma de pensar e escrever, bem como nos temas a que se dedicou. Bruno trilhou um caminho dificultoso num país de bacharéis, o caminho do autodidacta que vê, por vezes, o seu saber posto em causa e que por falta de um diploma se lhe fecham as portas dos empregos públicos a que ele, eventualmente, gostaria de aceder.

Estamos convencidos que Bruno, pela atenção crítica que sempre dedicou ao ensino, pelo amor e desamor que mostrou aos seus agentes, os professores, pelas causas tão profundas que atribuía à educação na regeneração nacional, estamos convencidos, dizíamos, que ele teria gostado de ser professor. E foi-o. De uma maneira muitas vezes enviesada, polémica e mal acolhida, pelo conteúdo e pela forma, ele foi uma espécie de professor. Professor por vezes sectário, como são todos os homens de propaganda.

O facto de não ter concluído o curso da Escola Médica ter-lhe-á provocado um ressentimento contra a classe dos bacharéis e dos licenciados, sentimento que frequentemente saltava das linhas dos seus textos. Aliás, um sentimento comum à época como magnificamente o descreve Eça de Queiroz nas páginas do *Conde Abranhos* (1925):

"A primeira vantagem da Universidade, como instituição social, é a separação que se forma naturalmente entre 'estudantes' e 'futricas', entre os que apenas vivem de resolver ideias ou teorias e aqueles que vivem do

trabalho. Assim, o estudante fica para sempre penetrado desta grande ideia social: que há duas classes – uma que sabe, outra que produz. A primeira, naturalmente, sendo o cérebro, governa; a segunda, sendo a mão, opera, e veste, calça, nutre e paga à primeira.

Dois mundos – como diz o nosso poeta Gavião – que se não podem confundir e que, vivendo à parte, com fins diferentes, caminham paralelamente na civilização, um com o título egrégio de Bacharel, outro com o nome emblemático de Futrica."

Bruno embirrará com estes bacharéis que denuncia bem, ao jeito queirosiano, como um "mandarinato de mangas de alpalca"[291]. Na polémica em torno da "Peste no Porto" com muitas outras razões vêm ao de cima este enervamento contra os bacharéis e os licenciados, os médicos em particular. Aliás, numa carta de resposta a Eduardo de Sousa, no calor da polémica, Bruno acusava o toque. Depois do seu contendor o criticar duramente num dos artigos que a este assunto dedicou no *Diário da Tarde*, referindo que o seu desconhecimento na matéria em que se resolvera envolver o faziam dizer "heresias de calouro ralaço", Bruno, irado responde:

"Há dias que vem sendo desenrolada certa série de artigos, intitulados, todos, 'Soros e vacinas', que, sob o calor de exposições científicas, inteiramente contestáveis, me visam especialmente, e particularmente me agridem. O homem de ontem, então, rasga, ele mesmo, a mascara: o seu autor, reveladíssimo anónimo, conclama, voz em grita, que é a mim que se refere e que é para mim que fala.

Usa de um direito legitimo; não serei eu que lho conteste.

291 Ver parte II deste trabalho, AID, p. 63.

Somente, no pleito, também, se me permite que tenha opinião e voto – sem embargo da incompetência que á falta de diplomas, me é magnanimamente outorgada. [...]"[292]

O afastamento de um certo republicanismo, dominante nas esferas intelectuais do Porto de então, poderá ter-se iniciado com o insucesso do movimento de 31 de Janeiro 1891, a que se juntaria a antagonização com os positivistas e depois com o próprio aparelho do Partido Republicano em (1902) que atingiu o paroxismo com a agressão de Afonso Costa (11 de Janeiro de 1902), e finalmente ao afastamento da República em 1911. Mas o caso é que a fugaz passagem pela Escola Politécnica, o desencanto que julgamos foi provocado por essa passagem, levou a uma radical inflexão de carreira e deixou as suas marcas que em plano inclinado o levariam ao afastamento daquilo e daqueles de quem, pela lógica intelectual e partidária, supostamente se deveria ir unindo. Este foi o preço da heterodoxia e segundo julgamos, pode ter começado nos bancos da Politécnica do Porto, concretamente, naquele artigo do *Museu Ilustrado* de 1878.

Em 1908, o periódico conservador *A Palavra*, com o qual Bruno tantas vezes polemizara, faz a distinção entre Teófilo Braga, um "emparedado", o "Pontífice da Ciência estreita do contismo", e Bruno, "caracter mais íntegro, incapaz de desesperos biliosos". Na comparação entre os dois, o jornal acabou "optando" por este último:

"E por sinal, muito imparcialmente que, a termos de optar entre Bruno e Teófilo, nós sem o menor 'bairrismo' escolheríamos o primeiro.

No íntimo, é mais progressivo, francamente espiritualista, carácter mais íntegro, incapaz de desesperos biliosos.

Coerência mais perfeita.

---

292 Carta de Bruno a Aníbal de Moraes, redactor do *Jornal de Notícias* do Porto, datada de 29 de setembro de 1899, In SOUSA, Eduardo (1899), *Sóros e Vaccinas por...*, op. cit., pp. 65 e 66.

Erudição mais vasta e mais sólida.

Apenas tristemente parecido no seu sectarismo.

Mas Bruno, convencido por completo de que erra, confessá-lo-á. Teófilo mandará dar sobre o antagonista uma carga feroz dos seus couraceiros e dragões.

Faz a sua diferença."[293]

As marcas desse afastamento são notórias. Ao contrário do tempo do liceu, Sampaio Bruno quase nada refere quanto à Academia Politécnica, ou aos seus colegas de então. Os do Liceu merecem uma lembrança afagada, mas o que aconteceu aos seus colegas da Politécnica, quando, justamente sabemos que muitos deles já o tinham sido nos bancos do Liceu Nacional do Porto ? É verdade que com muitos deles fará parcerias em jornais, numa subtil malha de intelectualidade juvenil portuense que atrás se analisou. Também é verdade que com estes, e com outros, provavelmente, se encontrava no cenáculo da padaria familiar. Mas porque é que esses três anos que frequentou a Politécnica não aparecem registados nessas memórias ? Será porque, se tendo aí iniciado um período de luta intelectual e política mais dura, nomeadamente (nunca é demais referir) contra o positivismo e o cientismo republicano, que é o mesmo que dizer contra os positivistas republicanos, a quem ele, no *Brasil Mental* quase chama de seita religiosa, as relações se tenham degradado? Será porque esse abandono foi visto como tal, e para sempre Bruno se achou de alguma forma diminuído em relação a antigos colegas licenciados, como era o caso de Ricardo Jorge, com quem tão fortemente se inimizou por causa do problema da Peste no Porto ?

293 "Bruno e Teófilo ", in *A Palavra*, 22 de Setembro de 1908, p. 1.

4. Bruno: Um republicano fora da República – Os "três Exílios" (1891-1902-1911)

"Idealismo, o derradeiro luxo da juventude"

4.1. Da adesão ao Partido Republicano à "Revolta de Janeiro de 1891" (1878-1891)

" *Neste instante do nosso lusitano desenvolvimento colectivo, o mote revelador está encontrado. Tão manifesto e evidente ele se antolha que os próprios estranhos que de nós, eventualmente (consoante há dois anos a imprensa italiana), de fugida, se ocupam, o descortinam também. A imprensa italiana, há dois dias. Há dois dias, no periodismo espanhol, Alfredo Vicenti. No jornalismo francês, Paul Ginisty.*

O lema enxerga-se ostensivo.

É ele o da República, esperança final, cujo final aborto significaria indefectivelmente a morte da nacionalidade.

Se ela não sucumbir antes do advento da república; se politicamente não terminar às mãos duma, mais que fiscal, administração estrangeira, longe de

provocar a insurreição, aceite, como infâmia do clero, nobreza e povo; acatada pelo rei e pela grei; obedecida pelo exército e pela marinha.

Para que tal monstruosidade não seja, é preciso que a República seja.

A República é, pois, o recurso in extremis. Não há outro."

O Brasil Mental (1898)

Neste capítulo vamos acompanhar Sampaio Bruno nos treze anos que antecederam a fracassada "Revolução" do 31 de Janeiro de 1891, e o consequente exílio do pensador portuense. Estes anos corresponderam à afirmação como periodista e à sua adesão definitiva ao Partido Republicano Português.

Foram anos de grande actividade intelectual e política. Anos dourados, de idealismo exaltado, bruscamente cortados com a partida para uma terra estranha, com a desilusão de uma revolução falhada, que deixou profundas marcas, para sempre, no seu temperamento, nas suas ideias e na sua vida.

Tal como Douglas Wheeler reparara já, e na sua senda muitos outros investigadores, a republicanização de Portugal[294] foi muito mais completa e intensiva do que a operada em Espanha, entre as décadas de setenta e noventa[295]. Este facto deveu-se sobretudo a uma fortíssima propaganda que , através da imprensa e dos discursos, condicionou fortemente a opinião pública, aproveitando todos os pretextos possíveis para cercear os apoios da monarquia portuguesa, para além daqueles que decorriam do desgaste natural dos sucessivos, rotativos, governos constitucionais.

A corrente republicana portuguesa estabelece-se e consolida-se em entre 1848 e 1883. Não sendo inicialmente um partido, representava uma tendência

294 CATROGA, Fernando (1991), *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2 Vols, Col. Estudos, Faculdade de Letras, Coimbra, 1991, pp. 10 e 11.

295 WHELLER, Douglas L.(1977), *História de Portugal , 1910 – 1926*, Col. Estudos e Documentos, Pub. Europa América, Lisboa, 1978.

de esquerda surgida no interior da família demo-liberal, alicerçando-se o seu projecto numa proposta essencialmente ideológica. Neste sentido, pretendeu ser a um tempo uma alternativa do regime e um projecto que buscava transformar a ordem sociocultural existente, na linha do que houvera sido a proposta iluminista, conseguida agora através da formação de um partido de ideologia e de massas[296].

À propaganda se deve - muitos mais do que às armas ou ao voto (onde os republicanos foram sempre minoritários) - a implantação da República em Portugal. De facto, como D. Carlos se lamentava, Portugal era já nas últimas décadas do século XIX uma "Monarquia sem monárquicos".

"Mais curioso ainda foi o género de argumentos que ajudaram a minar a Monarquia tão rapidamente. Foi uma das campanhas políticas mais indignas, mais ridículas, mais desleais, se bem que das mais inteligentes e bem estudadas, que alguma vez se fizeram para mover a opinião pública da Europa Ocidental.

Porque foi tão destruidora esta propaganda republicana, quase sempre de um aspecto tão simples ? Uma das respostas estava na fraqueza da Monarquia, tão fragmentada e desmoralizada depois da crise de 1890. Os seus partidos não estavam tão bem organizados como o PRP, nem eram tão activos, apesar da manipulação das eleições pelas autoridades civis e, a pouco e pouco, foram perdendo o comando da maioria da imprensa e a simpatia do público.

Uma das medidas do sucesso da propaganda republicana foi a resposta que teve na imprensa. Entre 1890 e 1910, quase todos os jornais mais importantes de Lisboa e do Porto, ficaram abertamente republicanos ou pró-republicanos ou neutros, mas hostis à política monárquica. Sobretudo depois

296 COSTA, Albano (1991), "O 31 de Janeiro: A Última Utopia", in *Nova Renascença*, Vol. X, n.º 40, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1991, pp. 156 a 158.

de 1895, mesmo na imprensa de província , que tinha ficado grandemente conservadora, se notava um aumento de simpatia pelos republicanos. A maioria dos jornais abandonou o apoio aberto aos partidos monárquicos mais importantes e mostrava-se cínica e ressentida em relação à sua política. A imprensa católica pedia que se fizessem reformas imediatas e a tendência crescente da imprensa para uma 'neutralidade' política dava todas as vantagens aos republicanos na sua campanha para chegar ao poder."[297]

Portugal, a Monarquia mais antiga da Europa, fez-se republicano em pouco mais de vinte anos. As fontes de inspiração externa dos republicanos são outro dado para a compreensão do sucesso e da rápida republicanização do país. A Revolução Francesa (1789), a Comuna (1848) e a III República (1870) inspiraram, desde França muitos dos nossos intelectuais revolucionários. A França era, aliás, vista pelos republicanos portugueses como um "laboratório social" onde se prefigurava o futuro inevitável de Portugal[298]. Papel matricial coube igualmente à fugaz República Espanhola (1873-1875), bem como à irreversível República Brasileira (1889). Internamente, mas com ligações internacionalistas, tanto Maçonaria, como mais recentemente a Carbonária (1897), viriam a desempenhar um papel fulcral na preparação das consciências e mobilização das forças[299].

---

297 Idem, p. 53.

298 CATROGA, Fernando (1991), *O Republicanismo em Portugal* ..., op. cit., p. 17.

299 Sobre as festividades cívicas e as cumplicidades com a maçonaria ver: RAMOS, Rui (1994), "A sociedade Maçónica", in *História de Portugal – A Segunda Fundação (1890-1926)*, Dir. José Matoso, Vol. VI, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, pp. 79 a 81 e "Os Centenários de Camões e do Marquês de Pombal" in, SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1986), *História de Portugal (1851-*1890), Editorial Verbo, Lisboa, pp. 63 a 66 e OLIVEIRA MARQUES, A. H. de (1991), "A Propósito do 31 de Janeiro", in *Nova Renascença*, Vol. X, n.º 40, Revista da Associação Cultural "Nova Renascença", Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1991, pp. 159 a 164.

No plano das ideias, o positivismo e cientismo comteano, bem como socialismo proudhoniano, estruturaram aos poucos uma ideologia eficaz, facilmente galvanizável para a revolução através de chavões simples e muitas vezes demagógicos, de impacto formidável, numa população esmagadoramente analfabeta (79-80%). Como se disse, caberia aos intelectuais e ideólogos republicanos promover, através da propaganda, a implantação do novel regime. Tal como Fernando Catroga salienta, e nós já referimos em vários lugares deste trabalho, a revolução republicana pressupunha uma prévia revolução cultural, levada a cabo pela imprensa, clubes, comícios e pelas organizações secretas. Com todos estes factores, não pode surpreender a rápida e definitiva republicanização portuguesa:

"Por outras palavras: a proliferação de jornais, clubes, centros eleitorais ou o sucesso de manifestações cívicas não são só por si factores suficientes para caracterizar uma cabal e definitiva organização partidária. E, como as estruturas de cariz dominantemente ideológico (como foi o caso do Partido Republicano) requerem que um forte movimento de opinião as prepare e as consolide, isso explica o grande investimento propagandístico e educativo que o republicanismo fez durante décadas de oposição."[300]

Aqui se concebe cabalmente o importante papel que Sampaio Bruno, ao lado de outros tantos doutrinadores e ideólogos, representou como formador e condutor da opinião pública através da imprensa. A esta ideia retomaremos na III parte deste trabalho, quando nos referirmos à "missão" dos intelectuais – os verdadeiros apóstolos da revolução republicana:

"Será à luz desta exigência que se terá de inteligir o papel dos agentes ideológicos (intelectuais, imprensa, escolas, associações) desempenharam no cumprimento dessa tarefa. A queda da Monarquia foi uma reivindicação essencial, sem dúvida, embora específica, pois inscrevia-se numa tendência

300 CATROGA, Fernando (1991), *O Republicanismo em Portugal* ..., op. cit., op. 12

que apontava para a realização de objectivos mais vastos: a secularização, ou, talvez melhor, a laicização das instituições e das consciências. À boa maneira iluminista, a chamada 'revolução republicana' pressupunha, portanto, a consumação de uma verdadeira revolução cultural."[301]

Antes e depois do Ultimatum Britânico de 11 de Janeiro de 1890, têm sido apontados como dois momentos nítidos da republicanização portuguesa, a estes irão corresponder igualmente duas diversas gerações de republicanos. Apesar de discutível, esta periodização[302] servirá como baliza temporal, sendo suficientemente reveladora à reflexão que se pretende fazer.

O primeiro momento correspondeu ao que se pode chamar de "via pacífica" ou "gradualista". A este pertenceu a geração de republicanos de José Falcão, Rodrigues de Freitas ou Elias Garcia. Uma geração que acreditava que objectivos como voto universal masculino, eleições directas para as Assembleias Legislativas, milícia nacional, municipalismo, secularização da educação e separação da Igreja e do Estado, seriam atingíveis jogando-se com as regras do partidarismo monárquico. Para conseguir este desidério concorreram às eleições de 1878 fazendo eleger o seu primeiro candidato, Rodrigues de Freitas, presente nessa legislatura (episódio, aliás, que Bruno

301 Idem, ibidem.

302 Devido às múltiplas etapas por que passaram os republicanos portugueses desde a formação dos primeiros clubes (Clube dos Camilos; Associação Patriótica ou o Clube dos Lunáticos entre 1848 e 1868), até à formação propriamente dita do Partido em 1876, como adiante se verá. Sobre as vertentes republicanas, as dissidências federalistas, bem como sobre as aproximações e afastamentos ao movimento socialista ver: SERRÃO, Joel (1983), *Do Sebastianismo ao Socialismo*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, pp. 62 e 63 e também HOMEM, Amadeu Carvalho (1990), *O Radicalismo republicano ou o temor do poder* , Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Coimbra, 1990, pp. 301 a 308.

conta nos *Modernos Publicistas Portugueses*)[303].

Um segundo momento, depois do Ultimatum, marca o fim da solução pacífica[304] e igualmente a morte ou afastamento da "Geração Declamatória"[305]. Basílio Teles no seu livro *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro* definia a afronta inglesa como "o acontecimento mais considerável que, desde as invasões napoleónicas, havia abalado a sociedade portuguesa"[306] . A ribalta política passará, doravante, a ser ocupada por homens mais novos, mais decididos, mais empenhados em criar condições de enfrentamento com os poderes da Monarquia[307]: Afonso Costa, João Chagas, José Relvas, João de Meneses, Malva do Valle e Sampaio Bruno, são alguns deles.

---

303 Na altura da adesão de Bruno ao PRP preparava-se a candidatura de Rodrigues de Freitas, e tinham sido dados passos importantes na estruturação e implantação do próprio partido: Eram passados quatro anos da abertura do *Centro Republicano Federal de Lisboa* (1873), e apenas dois do *Centro Republicano Democrático* (1876), também de Lisboa, data normalmente atribuída ao nascimento do próprio PRP e a criação do seu primeiro Directório. SERRÃO, Joel (1978) "Dois momentos da 'aspiração republicana", in *Temas Oitocentistas*, 2 Vols., Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1978, pp. 259 a 267.

304 "A caminho da via violenta de tomada do poder", idem, pp. 113 em diante.

305 HOMEM, Amadeu Carvalho (1989), *A Ideia Republicana em Portugal – O Contributo de Teófilo Braga*, Col. Minerva História, Livraria Minerva, Coimbra, 1989, p. 229.

306 TELES, Basílio (1905), *Do Ultimato ao 31 de Janeiro. Esboço de História Política*, 2ª ed., Portugália Editora, Lisboa, 1968, p. 81. Cit. in. HOMEM, Amadeu Carvalho (1992), " O 'Ultimato' Inglês de 1890 e a Opinião Pública", in *Revista de História das Ideias*, Vol. XIV, Coimbra, 1992, p. 281, e CORTESÃO, Jaime (1956), "Causas da Eclosão e do Malogro do 31 de Janeiro", in *Nova Renascença*, Vol. X, n.º 40,op. cit. p. 127.

307HOMEM, Amadeu Carvalho (1989), *A Ideia Republicana em Portugal...*, op. cit., p. 230.

Com a alteração de gerações, cada vez mais a via procurada é a via violenta - a da revolução, como condição indispensável à mudança do regime, como refere Amadeu Carvalho Homem:

"A perspectiva republicana teria forçosamente de valorizar o evento. É que o Ultimato suscitou no âmbito do nosso republicanismo um câmbio de chefias e de metodologias políticas, conduzindo à substituição da pedagogia doutrinal e eleitoralista da geração de Manuel Emídio Garcia, de Teófilo Braga e de Elias Garcia pelo evangelho revolucionário de João Chagas, de António José de Almeida e de José Relvas. A intransigência do gabinete presidido por Lord Salisbury e o vexame infligido a Portugal determinaram a eclosão da tentativa de desafronta revolucionária portuense."[308]

Neste compasso não se acertariam os republicanos de 1891 e os de 1910, achando uns que o momento era propício, outros que era prematuro. O resultado trouxe como consequência o adiamento por quase vinte anos da República. Aseguir veremos a significação e consequência do movimento de 31 de Janeiro de 1891 para Sampaio Bruno.

A adesão de Sampaio Bruno ao *Centro Eleitoral Republicano Democrático do Porto* efectuou-se em 1878. Por esta altura frequentava ele, com sucesso duvidoso, os estudos da Academia Politécnica do Porto[309]. Ali, terá contactado com um republicanismo mais estruturado, visto que muitos dos professores daquela casa eram já assumidamente republicanos, alguns deles mesmo nomes notáveis do movimento. Tal era o caso de José Falcão (1841-1893)[310], o pai da *Cartilha do Povo* (1884), que fora o examinador de Bruno

308 HOMEM, Amadeu Carvalho (1992),"O 'Ultimato' Inglês de 1890 e a Opinião Pública"..., op. cit., p. 281.

309 Consultar capítulo 3.2. A Academia Politécnica do Porto.

310 José Joaquim Pereira Falcão, nasceu em Miranda do Douro em 1841, vindo a falecer em Coimbra em 1893. Formou-se em Matemática na Universidade de Coimbra sendo aí docente dessa cadeira. Foi um dos mais notáveis propagandistas da ideia

em Matemática[311]; Joaquim de Albuquerque[312] ; Ricardo Severo[313]; Duarte Leite Pereira da Silva (1864-1950)[314], Alfredo Magalhães [315] ou o próprio Rodrigues de Freitas (1840-1896)[316].

---

republicana. Acérrimo crítico da reforma do ensino secundário, levada a cabo por António Rodrigues de Sampaio, havia de contribuir com a sua obra a *Cartilha do Povo* (1884) para defesa da reforma educativa, bem como para a divulgação das ideias republicanas e democráticas. Em 1878 fundou, juntamente com Augusto Rocha e Alexandre da Conceição, o jornal *A Justiça*. Ver DEUSDADO, Ferreira (1909), *Educadores Portugueses por ..., Seguido de Esboço Histórico da Filosofia em Portugal no Século XIX*, Ficção do texto, prefácio, notas e aditamentos de Pinharanda Gomes, Lello & Irmão Editores, Porto, 1995, p. 504

311 MPP, pp. 264 e 265. Este exame de matemática deve ter ocorrido na Academia, estando o docente ali destacado ou de passagem, porque José Falcão era lente de Matemática em Coimbra, onde se formara.

312 Em 1891 fez parte do Governo Provisório proclamado às varandas dos Paços do Concelho na manhã do dia 31 de Janeiro de 1891.

313 Foi lente da Academia Politécnica do Porto tendo ido posteriormente para o Brasil, São Paulo.

314 Duarte Leite Leite Pereira da Silva (1864-1950) foi professor da Academia Politécnica do Porto e político republicano destacado. Foi igualmente publicista tendo escrito no jornal *A Voz Pública*, onde Bruno tão profusamente colaborou, dirigindo depois o jornal *A Pátria*.

315 Lente da Academia Politécnica do Porto, era de origem alemã, e foi catedrático de Histologia ver, MOROTE, Luís (s/d), *De la Dictadura à la República*, Ed. Sempere y Compañia, Madrid, s/s, pp. 8 e 26.

316 José Joaquim Rodrigues de Freitas, aquele que foi o primeiro deputado eleito pelo PRP, nasceu no Porto, cidade onde viria a falecer. Formou-se em engenharia em 1864 passando a assistente e logo em Maio de 1867 a Lente Proprietário. Pertenceu à redacção do jornal *Eco Popular*, colaborando e correspondendo para os jornais *Comércio do Porto*, *O Século*, *Correspondência de Portugal* e *Jornal do Comércio*. As suas obras mais importantes foram: *A Igreja, Cavour e Portugal* (1864); *Discurso Pronunciado na Academia Politécnica do Porto no Dia 1 de Outubro de 1867* (1867);

Justamente na altura em que Sampaio Bruno se filiava no PRP, este demonstrava um aumento muito significativo da militância, visível no campo das organizações, na fundação de periódicos e revistas, doutrinação e empenhamento eleitoral (1876-1880). De facto, além dos aspectos já apontados, as festividades cívicas nacionais da comemoração do 3° Centenário da Morte de Camões (1880), e do 1° Centenário da Morte do Marquês de Pombal (1882)[317], marcaram uma fase importante de mobilização da opinião

---

Crise Monetária e Politica de 1876 (1876); *Discursos Parlamentares Proferidos na Câmara dos Deputados em 1870-1871*, *Frederico Froebel* (1882) e *Páginas Soltas* (1906), obra póstuma organizada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Duarte Leite. *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses* ..., op. cit., Vol. II, p. 219.

317 Também a este culto das personalidades, como forma de reforçar as energias morais da pátria, foram os intelectuais portugueses, nem todos republicanos é certo, buscar à cultura francesa, muito imbuída no culto das efemérides desde a Revolução Francesa, como Mona Ozouf tão bem fundamentaria na obra *La Fête Révolutionaire, 1789-1799*, Ed. Galimard, Paris, 1976, e que traduzia tantas vezes a intenção de criar um novo imaginário pós-revolucionário, um novo espaço consagrável em novas datas festivas (tal como a criação do calendário republicano francês). Aos "centenários" da década de oitenta vieram-se juntar na década de noventa o 5° Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique (1894), por proposta do Porto; o 7° Centenário do Nascimento de Santo António de Lisboa (1895), e 5° Centenário da Viagem de Vasco da Gama (1895). Como é comumente defendido o aproveitamento político da situação foi quase completamente capitalizado pelas hostes republicanas, apesar, de como se disse, não serem apenas republicanos os mentores das festividades cívicas:

"É uma verdade provada que as festividades foram impulsionadas por figuras eminentes (Teófilo, Ramalho Ortigão, Emídio Garcia). Por outro lado, os seus promotores procuraram dar-lhes uma conotação cívica que, inspirada no positivismo, ia ao encontro da mensagem veiculada pelo movimento a que pertenciam, e o seu móbil político é hoje transparente: apropriaram-se da figura do Épico, símbolo de um período de grandeza pátria, para, em contraponto, fazerem emergir o estado de decadência da sociedade portuguesa, responsabilizando, ainda que implicitamente, a Monarquia e, em particular, a Casa de Bragança, por essa situação. Isto é, com o

pública, numa política cada vez mais nacionalista que viria a culminar em paroxismo no Ultimatum Inglês de 1890 que decretou, a prazo, a queda da Casa de Bragança[318].

Todos estes factores conjugados fizeram com que, entre 1886 e 1887, existissem já cinquenta centros republicanos espalhados pelo país, mas com incidência evidente nas cidades de Lisboa e Porto.

Nos *Modernos Publicistas Portugueses* (1906) Bruno descreverá, então, a filiação num partido, que pelas suas ideias e espírito, de há muito vinha pertencendo. Militara antes ser militante, como continuou a militar mesmo depois de o deixar de ser. Como em tantas outras situações, é com nostalgia e

---

recurso ao mito de uma idade do ouro perdida por culpa de um regime, queriam 'tirar da maior tradição do nosso passado histórico o estímulo para um renascimento, o qual só poderia ser realizado por um projecto político que encarnasse a esperança de uma verdadeira regeneração para a Pátria decaída. E a República era apresentada como um messianismo social.". in CATROGA, Fernando (1991), *O Republicanismo em Portugal* ..., op. cit., p. 45. Sobre este tema ver também: BONIFÁCIO, M. de Fátima (2001), "Nacionalismo, Colonialismo e republicanismo", in *Memória de Portugal – O Milénio Português*, Coord. de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 2001, pp. 468 e 469 e PINTASSILGO, Joaquim (1998), *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa,* Ed. Colibri, Lisboa, 1998, pp. 151 a 171.

318 "*A República apresentava-se como o único caminho para um verdadeiro ressurgimento do país, acentuando no seu ideário as vertentes nacionalistas, colonialistas e anticlerical. A teorização republicana devia-se principalmente a Teófilo Braga, Elias Garcia, Latino Coelho, Basílio Teles e Sampaio Bruno.*" Ver, TAVARES, Adérito (2001), " A Revolução Republicana" in, *Memória de Portugal – O Milénio Português...* , op. cit.,, p. 492; e PEREIRA, Luciano Vilhena (1991), "Sobre o 31 de Janeiro de 1891", in *Nova Renascença*, Vol. X, n.º 40, op. cit., pp. 143 a 149.

acentuada tónica de tristeza desses idos trinta anos[319], que recorda essa fase da vida, apontando o já extenso obituário daqueles que, justamente, houveram sido os próceres da ideia republicana a que ele, rapazinho, aderira.

Naquelas linhas relembra toda uma geração falecida. É assim, desta maneira lutuosa, que Bruno principia por contar como tomou conhecimento da morte de José Falcão, notícia que o apanhou exilado e triste numa fria aldeia da Galiza (Hinojosa del Duero). Das recordações de José Falcão partirá para a dolorida memória de Rodrigues de Freitas, de Elias Garcia, de Oliveira Marreca, de Bernardino Pinheiro ou Augusto César. Tantos, todos eles mortos. Fora o fim de uma época bruscamente terminada, terrivelmente, para ele com o fracasso da "Revolução de Janeiro":

"Naqueles últimos tempos, em verdade, a democracia portuguesa tinha sido asperamente apalpada pelos reveses; ela atravessava uma crise de prova, de que cumpria que emergisse retemperada e triunfante, se bem que dolorosamente compungida pela perda dos mais puros e intemeratos dos seus servidores.[...] *Não. Pelo momento, não quero alongar os olhos entristecidos para fora do Porto, se bem que remotamente distanciado me alargue na lutuosa recordação, e, recapitulando desde início minha existência episódica política, aparece vivaz a já amortecida imagem da primeira agrupação republicana constituída nesta cidade, com tanto embaraço, mas com tanta esperança.*

Falo do 'Centro Eleitoral Republicano Democrático do Porto', cuja sala de sessões estava em um rés-do-chão duma casa da Rua de S. Bento da Vitória, casa que eu ao tempo precisamente frequentava, por isso que aí era a residência de David de Castro, barão de Nevogilde, primitivo proprietário do Paço dos Carrancas, adquirido por D. Pedro V e de então em diante

319 Bruno publicou os MPP quase trinta anos volvidos sobre estes acontecimentos que descreve.

habitação dos monarcas portugueses em suas passagens pela segunda capital de seus reinos "[320]

Sampaio Bruno segue (não sem antes narrar esta pequena ironia: um centro republicano inquilino da hospedaria da Casa de Bragança), revelando mais detalhes sobre a sua filiação e sobre as origens do próprio movimento republicano portuense, inevitavelmente cruzado com as suas sociabilidades de publicista e homem de letras que o fará reencontrar ali os seus antigos mestres e colegas de Liceu. Nessa tarde, com o "coração alvoroçado", se dirigiu Bruno para a sessão que tratava, nada mais nada menos, de apresentar a candidatura de Rodrigues de Freitas a deputado, aquele que viria a ser o primeiro deputado republicano português .

"*Eu fora apresentado a David de Castro pelo meu antigo condiscípulo o actual conselheiro José de Almeida, com motivo duma revista literária, 'O Museu Ilustrado', em cujas páginas como que se estrearam os 'novos' da época: Fialho de Almeida, Eugénio Perdigão, Maximiano de Lemos, Narciso de Lacerda, Joaquim de Araújo, Fortunato da Fonseca, Gaspar de Lemos, Ernesto Cabrita; José da Luz Braga, Francisco Carrelhas, Oliveira Simões, etc.* [...]

Ora, um dia recebi uma participação de que, sem que me propusessem, eu for a aprovado sócio do 'Centro Eleitoral Republicano Democrático do Porto', o qual se reuniria essa noite para se tratar da apresentação da candidatura de Rodrigues de Freitas a deputado republicano, pelo círculo central da cidade, nas imediatas e próximas eleições gerais a que se ia proceder em todo o país. Com que alvoroço receoso, com que entusiasmo acanhado não me dirigi eu, nesse fim de tarde, para esse rés-do-chão ! O coração moço palpitava assim."[321]

---

320 MPP, pp. 265 e 266.

321 Idem, p. 267.

Logo adiante explicará ao leitor quem, como e quando se fundara a primeira agremiação republicana do Porto:

"A iniciativa da constituição do 'Centro Eleitoral Republicano Democrático do Porto' pertence a Alves da Veiga, a mais espontânea e persistente dedicação republicana moderna em Portugal; e a nova agremiação política aparecera em público, com surpresa atónita mas cortês e respeitosa, pela primeira vez numa impressiva solenidade liberal que no Porto se efectuou, com singular, lúgubre imponência. Foi a transladação das ossadas dos enforcados da Praça Nova, recolhidas numa urna do pátio da casa da Misericórdia, à Rua das Flores, e transferidas para o monumento fúnebre que a mesma Misericórdia lhes consagrara no seu cemitério privativo no campo santo do Prado do Repouso. O 'Centro Republicano' fez-se representar no cortejo por uma delegação respeitável, e os anúncios convocatórios saíram nos jornais logo a seguir ao convite oficial da irmandade.

Poucos eram, porém, os republicanos portuenses agremiados, mas a escassez da quantidade encontrava-se brilhantemente compensada pelo lustre da qualidade. Porque, entre os fundadores do novo 'Centro' se contavam um desembargador da Relação (Pereira de Sousa), um engenheiro das obras públicas (José Jerónimo de Faria), um professor do Liceu (Augusto Luso). E logo vinham advogados, Alexandre Braga, Manuel José Teixeira; engenheiros, José Falcão, lentes, Joaquim Duarte Moreira de Sousa; farmacêuticos, Lopes da Silva, Salgado Lencart; leccionistas, O'Neill de Medeiros, médicos, Tito Jorge de Carvalho Malta, jornalistas, Prado de Azevedo. Era uma verdadeira aristocracia intelectual."[322]

Nos anos que se seguiram à sua adesão ao *Centro Eleitoral Republicano Democrático,* Bruno continuou a desenvolver uma actividade cada vez mais

322 Idem, p. 268.

febril em jornais onde era redactor ou colaborava. Destacámos dois deles (*A Discussão* e a *Folha Nova),* para seguirmos as principais ideias de Sampaio Bruno sobre a República, entre o final da década de setenta e década de oitenta.

A Discussão (1883-1887), considerado um dos "melhores diários republicanos do Porto", foi dirigido, numa primeira fase, por Augusto Manuel Alves da Veiga, justamente o fundador do Centro Eleitoral Republicano. Dada esta coincidência, podemos ser levados a pensar que o periódico funcionasse como uma espécie de órgão do próprio *Centro Eleitoral Republicano.*

Eram redactores d' *A Discussão* José Pereira de Sampaio, Ernesto Pires, Aureliano Cirne, José Victorino Ribeiro e Alberto Bessa. Entendendo-se como veículo oposicionista , logrou desencadear e dirigir campanhas contra o poder local, afecto aos governos monárquicos, tais como a luta contra o imposto dos carros e das licenças, ou favor da secularização da capela da Praça Marquês de Pombal[323].

Nos artigos publicados entre Janeiro e Junho de 1884, Bruno defenderá neste periódico os símbolos e as instituições republicanas, salientando a sua inequívoca bondade e virtude em comparação com as imperfeitas e equívocas instituições da Monarquia Constitucional: a bandeira[324], a organização

---

323 BESSA, Alberto (1910), " Jornalismo republicano no Porto", in *O Tripeiro*, Vol. III, de 10 de Novembro de 1910, p. 212.

324 Na discussão em torno da Bandeira Republicana que as Cortes efectuavam que, anos mais tarde, tantos amargos de boca lhe viria causar, alegou que aqueles que contestam não ter esta nenhuma ligação à História Pátria, as mesmas razões haviam de encontrar no pavilhão branco e azul da Monarquia improvavelmente usado por D. Afonso Henrique nos campos de batalha. ver" A Nossa Bandeira", in *A Discussão*, 17 de Janeiro de 1884, p. 1. Logo depois de implantada a República, quase todos os intelectuais republicanos discutiram o projecto da Bandeira a ser adoptada pelo novo regime. Nessa altura, de uma forma bem distante já destas ideias expressas n' *A Discussão,* Bruno defenderá a bandeira azul e branca como símbolo da continuidade entre o passado e o futuro!

constitucional da República[325], o papel da propaganda[326] e o respeito pelo Povo, foram alguns dos temas que discutiu esclarecendo com os leitores d' *A Discussão*.

"A teoria doutrinária terá, como todas, a servi-la na sua primeira hora os doutrinários e, pois, ela se fixará por leis num sistema coordenado de instituições políticas. E, visto que a doutrina desafia a crítica, os resultados serão fecundos como se espera.

O constitucionalismo tem este vício de origem, a disfarçada mas incontestável referência contínua à pessoa do rei."[327]

---

325 Nos dois artigos "Porque é que vale a República" e o "Poder Oculto", Bruno demonstra aos seus leitores as vantagens do sistema republicano, quando comparado com os vícios da Monarquia Constitucional. Em substância, ressalta a velha ideia de Montesquieu, da separação e tripartição dos poderes: porque, na situação em que se encontrava, vistas as fraudes eleitorais e a redutora participação popular do sufrágio censitário, o Parlamento acabava por ser escolhida pelo monarca, o "poder oculto", que dessa forma restringia a escolha do executivo. Existia, assim, uma dependência de poderes, intolerável para a moderna concepção constitucional dos poderes, tendo o executivo, na figura do rei, a omnipotência *de facto* na formação do Parlamento e do Governo. Ver "Por que é que vale a República" e "Poder Oculto", in *A Discussão*, de 24 e 30 de Julho de 1884, respectivamente, p. 1.

326 O texto que escreveu sobre a propaganda é um dos mais notáveis. Analisado adiante, constará do anexo documental apresentado no fim este trabalho. A ideia, cara aos republicanismo, era que sem prévia educação popular as revoluções estão condenadas ao fracasso. É o mesmo já enunciado por F. Catroga, a revolução cultural tem de se efectuar antes da revolução política. Por isso a ideologia e os programas do PRP tendem a mobilizar os agentes culturais necessários a essa transformação. Ver, "A Propaganda", in *A Discussão*, 4 de Março de 1884, p. 1.

327 "O Poder Oculto", idem, ibidem.

Este optimismo messiânico, de que ele próprio amargamente se iria desenganar anos mais tarde, faz parte integrante dos seus vinte e poucos anos, mas também de uma mentalidade utópica, cara aos revolucionários, e reformadores de todas as épocas. O artigo "Utopia" publicado no jornal *A Folha Nova* em 1881, pode servir para exemplificar o que estamos a dizer.

A Folha Nova publicou-se no Porto entre os anos de 1881 e 1888, levando Alberto Bessa a exclamar que do "aluvião de jornais" aparecidos por aqueles anos no Porto dificilmente se encontraria "outro mais vibrante, mais correctamente redigido, e que, sobretudo na sua primeira fase, conseguisse reunir um número tão distinto de colaboradores"[328]. O seu director era Emidio de Oliveira (Spada).

A ideia da República mítica é aqui cuidadosamente sustentada. A defesa da utopia republicana (utópica e ucrónica, como se viria a confirmar) permitia salvaguardar de comparações prejudiciais a futura República Portuguesa. Este argumento, caro a uma certa esquerda, continua ainda hoje a ser utilizado para preservar o comunismo das suas penosas experiências, como tão magnificamente François Furet denunciou na obra *Le Passé d'une Illusion* [329] (1995). Se era bom o regime, então seria a verdadeira república, se não era, se não cumpriu o que prometia, então não era a república. A falácia deste argumento é evidente...

"*Por isso que no facto político nós que possuímos a utopia da República não fazemos mais do que dar a formula teórica que compreenda todos os*

---

328 BESSA, Alberto (1910), " Jornalismo republicano no Porto" ..., op., cit., p. 213.

329 FURET, François (1995), *Le Passé d'une Illusion. Essai sur l'idée communiste au XXè siècle*, Ed. Robert Laffont e Calman Levy, Paris, 1995. Ver também outras obras mais recentes mas já consideradas clássicos; ARON, Raymond (1955), *O Ópio dos Intelectuais*, Coimbra Editora, Coimbra, 1980; MALIA, Martim (1995), *La Tragédie soviétique. Histoire du Socialisme en Russie, 1917-1991*, Éditions du Seuil, Paris, 1995 e LEFORT, Claude (2000), *A Complicação – Repensar a História do Comunismo*, Editorial Notícias, Lisboa, 2000.

fenómenos de ordem política hoje verificáveis pela observação. Os que constituíram as monarquias constitucionais não procedem de outro modo [...]

Por isso, não há nada tão tolo como dizer de qualquer coisa que a teoria é boa e a prática é má. Se a prática é má, a teoria é falsa; e se é verdadeira, a sua objectivação há-de ser exacta.

Ora se a República é melhor em teoria que a Monarquia e se republicas têm abortado, é porque não o eram, não tendo da coisa senão o nome que, quando corresponder ao que abstractamente se designa por ele, há-de significar só liberdade e ordem, dignidade e paz."[330]

Nos anos que antecederam o Ultimato inglês, o PRP continuou a crescer, tendo-se aberto no Porto mais centros e clubes republicanos. Os jornais *A Folha Nova* e *A Discussão* chegaram a representar um si duas correntes, uma mais conservadora liderada por Alves da Veiga, e outra mais progressista. O mesmo Alves da Veiga, dissidindo do primitivo *Centro Eleitoral Republicano*, fundaria o *Club de Propaganda Democrática*, para onde Bruno se passaria.

Mais tarde apareceram, então, o *Club Comercial Republicano*, o *Club Soberania Popular* e o *Club Guilherme Braga*. Também em 1885 o PRP do Porto pode dar sinais claros da sua implantação e força quando se realizou na Rotunda da Boavista a apoteose de Victor Hugo. Muitos dos republicanos portuenses estiveram presentes no cortejo, indo à frente deste o capitalista Marques Marinho.[331]

As comemorações centenárias e o Ultimatum marcaram uma etapa na radicalização da luta dos republicanos portugueses. A resposta seria, doravante, mais dura. Ao Porto, afastado do centro de decisão da capital, afastado mesmo das decisões do Directório de PRP, coube dar aos acontecimentos um rumo mais dramático, cujos sinais se poderiam observar no

330 " A Utopia", in *A Folha Nova*, 12 de Novembro de 1881, p. 1. Artigo parcialmente transcrito nas *Notas do Exílio* (1891-1893), p. 381.

331 "O Partido Republicano do Porto", in *O Tripeiro*, Vol. III, n.º 84, 20 de Outubro de 1910, pp. 179 e 180.

crescente de manifestações públicas, bem como na criação da efémera Liga Patriótica do Norte.

Foi no comício público, realizado no Teatro do Príncipe Real do Porto a 26 de Fevereiro de 1890, que surgiu a ideia de formar a Liga Patriótica do Norte. Passado um mês, num encontro realizado nos salões da Câmara Municipal do Porto teve então lugar "uma grande reunião de cavalheiros indigitados no comício de Janeiro" os quais, depois de um breve debate elegeram uma comissão de cerca de trinta membros encarregues de projectar a Liga, e nomeando seu presidente Antero de Quental.

O poeta era coadjuvado pelos estudantes Francisco Reis Santos (pela Academia), e João Oliveira Ramos (pela Imprensa), nas funções de secretários, tendo como redactores Sampaio Bruno e Basílio Teles. Serão estes quem irá redigir em escassos quatro dias os estatutos da associação. Estiveram ligados a ela um escol brilhante de intelectuais, como Joaquim de Vasconcelos, Maximiano Lemos, Bento Carqueja, Rodrigues de Freitas ou o Conde de Resende. A Liga, que se propunha "promover a defesa material, o fomento económico, a reorganização financeira e todos os progressos" que possibilitassem e garantissem no "futuro, a independência e a prosperidade da Nação"[332], teve, apesar destes objectivos, vida breve, indo aos poucos perdendo a chama até desaparecer de todo,[333] como amargamente se lamentou Oliveira Martins relembrando as palavras de Antero:

"Essa empresa efémera esgotara-se. O ânimo e o entusiasmo iniciais não se traduziram na acção esperada necessária. A certidão de óbito da iniciativa – que se quis unificadora e positiva – fê-la, aliás, o próprio Antero ao dizer logo em Julho de 90: 'Constituiu-se uma Liga Patriótica, no

---

332 MARTINS, Guilherme de Oliveira (1991), "Algumas notas sobre Oliveira Martins e o 'Ultimato', in *Renascença Portuguesa*, Vol. X, n.º 40, Porto, p. 167.

333 SAMUEL, Paulo (1991), "O Porto antes do 31 de Janeiro. Do Positivismo ao Idealismo Republicano", in *Nova Renascença*, Vol. X, n.º 40, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1991, pp. 278 e 279.

Porto, da qual fui eleito presidente, e nesse ponto só tive sérios desgostos, adquiri ao menos experiência do estado de espírito público, que (...) posso dizer ser deplorável. A liga morreu afinal de pura inanição porque ninguém, no fundo, queria saber nem de colónias, nem de desforra, nem de reformas sociais. O que se passou durante este Inverno é a prova mais cabal do estado de prostração do espírito público entre nós."[334]

A madrugada do último dia do primeiro mês do ano de 1891 iria finalmente oferecer ao republicanismo o seu grande mote sentimental e simbólico[335]. A ideia deixava de ser apenas ideia. Era prática e já tinha mártires. Do ponto de vista estritamente ideológico, e ao arrepio do que pensaram as estruturas partidárias do PRP lisboetas, o fracasso da "Revolução de Janeiro de 1891" foi o esteio do sucesso da Revolução de Outubro de 1910. Afinal, o que eram vinte anos para quem exclamava frases como estas ?

"Eu, meu Senhor, não sei o que é a República, mas não pode deixar de ser uma coisa santa ! Nunca na Igreja senti um calafrio assim. Perdi a cabeça então como os outros todos. Todos a perdemos. Atirámos então as barretinas ao ar. Gritámos todos: viva. Viva. Viva a República !"

4.1.1. O Exilado de Madrid – Sampaio Bruno e a "Revolução de Janeiro de 1891"

"Agravava o mal a taxa de péssimo cidadão, que o rei conquistara, emplumachado e rutilante caracolando n'um cavalo de luxo pela Avenida,

334 MARTINS, Guilherme de Oliveira (1991), " Algumas notas sobre Oliveira Martins e o 'Ultimato', op. cit., p. 167.

335 HOMEM, Amadeu Carvalho (1992), " O 'Ultimato' Inglês de 1890 e a Opinião Pública" ..., op. cit., p. 281.

n'esse dia tremendo do 11 de Janeiro, quando as faces de todo o português, ainda o mais humilde, se distinguia a rubra marca da chicotada que a Portugal a Inglaterra infligira com a pita do 'ultimatum'' de Lord Salisbury."[336]

(*Manifesto dos Emigrados da Revolução Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891*)

O "eleven"[337] da Monarquia Portuguesa tem sido abundantemente analisado pelo impacto que teve no deflagrar do movimento republicano do Porto de 31 de Janeiro de 1891 e, portanto, pelo alento que deu à ideia republicana. Tanto Heliodoro Salgado (1861-1906)[338], como Basílio Teles (1856-1923)[339] destacaram à exaustão, em obras coevas (publicadas em 1894 e

336 *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891*, Imprimerie Shiller, Paris, 1891, p. 10.

337 Nome pelo qual os americanos tratam, entre si, o ataque de 11 de Setembro de 2001 ao Word Trade Center.

338 Heliodoro Salgado nasceu em Santo Tirso em 1861, vindo a falecer em Lisboa em 1906. Foi filiado na Maçonaria e conhecido militante do Partido Republicano. Por motivo dos artigos publicados no jornal anarco-sindicalista *A Batalha*, chegou a ser preso. Colaborou em diversos outros jornais republicanos publicando artigos de cunho acentuadamente anticlerical. Publicou *A Igreja e o Proletariado* (1888); *A Insurreição de 31 de Janeiro* (1894), livro escrito a quente, ainda em cima do acontecimento, como facilmente se depreende da sua leitura; *Religião e Ciência* (1903); *Mentiras Religiosas* (1906), e já póstuma a obra *A Religião da Morte* (1909). Consultar *Dicionário Cronológico* ..., op. cit, Vol. II, p. 454.

339 Basílio Teles foi um dos mais importantes e constantes amigos de Sampaio Bruno. Nasceu no Porto em 1856 e faleceu em Matosinhos em 1923. Foi um dos republicanos mais prestigiosos do Porto, filósofo, militou igualmente na Liga Patriótica do Norte e é vulgarmente apontado como um dos principais teóricos do pensamento português no período da transição da Monarquia para a República. Tal

1905, respectivamente), a relação íntima entre a pressão brutal da diplomacia britânica e a revolução de 31 de Janeiro de 1891.

"*Nessa noite* (11 de Janeiro) *podia e devia ter-se dado a transformação do nosso estado político pela proclamação da República. E o povo que, espontaneamente, se aglomerava em grandes massas protestando contra a brutalidade da afronta. O Povo não reclamava outra coisa.*"[340]

O movimento em si, enquanto movimentação civil e militar interessa menos, importando mais pelo o que lhe estava a montante e o que lhe ficou jusante.

A nomenclatura do acontecimento é, em si, equívoca e variável. Revolta, movimento, revolução são alguns dos termos utilizados consoante quem e quando o refere. Bruno, num artigo comemorativo publicado *n'A Voz Publica* a 31 de Janeiro de 1902, afirmava: " [...] *o 31 de Janeiro excedeu os acanhados e, frequentemente, condenáveis ambitos das revoltas: O 31 de Janeiro foi uma revolução*"[341] . Para alguns republicanos ele é e será sempre revolução, "glorioso movimento" ou então, como escreveria Basílio Teles, "o mais luminoso e viril movimento e emancipação que ainda sacudiu Portugal no

como Bruno, raramente se envolveu na acção política directa, exceptuando o 31 de Janeiro, e recusando sempre os cargos que lhe foram oferecidos. Grande ideólogo do republicanismo democrático inspirou-se, tal como muitos da sua geração, no positivismo, sendo igualmente um nacionalista e um pessimista. Escreveu *O Problema Agrícola* (1899); *Estudos Históricos e Económicos* (1901); *Introdução ao Problema do Trabalho Nacional* (1902); *Do Ultimato ao 31 de Janeiro* (1905), posteriormente reeditado em 1968; *As Ditaduras II*; *O Regime Revolucionário III* (1911); *A Questão Religiosa* (1913) e as *Memórias Políticas*, obra póstuma publicada em 1969. Ver *Dicionário Cronológico* ..., op. cit. Vol. II, p. 393 .

340 SALGADO, Heliodoro (1894), *A Insurreição de Janeiro. História, Filiação, Causas e Justificação do Movimento Revolucionário do Porto*, Tipografia Empresa Literária e Tipográfica, Porto, 1894, p. 90.

341 " O 31 de Janeiro", in *A Voz Pública*, 31 de Janeiro de 1902, p. 1.

último século"[342]. Para o governo da Monarquia ele será simplesmente "rebelião e revolta"[343]. Heliodoro Salgado a este propósito esclarecia:

"Victor Hugo, nos 'Miseráveis', estabelece a base de diferenciação entre revolução e revolta. Esta ultima dá-se quando alguém conspira contra a representação legítima da soberania nacional; é o caso das barricadas de Junho de 48, é o caso do almirante Custódio de Mello hoje no Brasil e dos revoltosos do Rio Grande. A 'revolução dá-se quando o movimento é efectuado não contra um regime saído da livre expressão da soberania nacional, mas contra um regime baseado na fatalidade e por aqueles que tendem a fundar o verdadeiro regime da liberdade.

Pelos fins a que mirava, o movimento insurreccional do Porto, em Janeiro de 91, foi uma revolução; pelos homens que quase exclusivamente o levaram a efeito ('levar a efeito' não é a mesma coisa que produzir), essa insurreição tem a designação especial de 'pronunciamento', visto ter vindo das casernas."[344]

Amorim de Carvalho, num artigo publicado no jornal *O Diabo* em 1935, não tem dúvida em optar pelo termo de revolução. O 31 de Janeiro fora para ele, de facto, "a primeira revolução republicana em Portugal":

"O 31 de Janeiro , diz-se, foi um protesto contra o 'Ultimatum' da Inglaterra; a ideia que o animou foi patriótica; a ideia política teve apenas um papel restrito, acessório.

Contestamos. Foi precisamente o contrário. O significado do 31 de Janeiro é de um carácter fundamentalmente político tão compreensivo das

---

342 TELES, Basílio (1905), *Do Ultimato ao 31 de Janeiro*, Lello & Irmão Editores, Porto, 1905, p. 11.

343 "No Porto Rebelião e Revolta militar", in *Diário de Notícias*, 1 de Fevereiro de 1891, p. 1.

344 SALGADO, Heliodoro (1905), *A Insurreição* ..., op. cit., pp. 103 e 104.

aspirações da época, que logo se alarga e se concretiza numa verdadeira afirmação nacional. [...]

Se a filosofia da História pode assim fixar o 'processus' geral de todas as verdadeiras revoluções, esse 'processus', não faltando todo ao movimento de 31 de Janeiro de 1891, deu-lhe todo o carácter de uma revolução política e social.

Os homens de 91, apontando à nação os seus direitos, mostraram-lhe ao mesmo tempo os seus deveres. E a Revolução foi o clamor unânime em que aquelas duas expressões da dignidade nacional de fundiram. A ideia da Revolução simbolizou a nação porque era a única que podia acarinhar a ansiedade geral. O 'Ultimatum' foi apenas o pretexto, o factor determinante mas secundário na explicação íntima dos acontecimentos."[345]

No livro *Eu, Amélia, Última Rainha de Portugal*, um pouco romanceado por Stéphane Bern, a visão do acontecimento, pela óptica de um elemento da Família Real, surge de forma bem diferente, mas ainda assim, ligando ao Ultimato os acontecimentos sangrentos do Porto e ao que estava ainda por vir: o 5 de Outubro de 1910. Para D. Amélia, a revolta de 31 de Janeiro fora o "primeiro aviso". Mais tarde, numa clarividência tardia, incapaz de salvar já a Casa de Bragança, ela associaria às causas do assassinato de D. Carlos e do seu filho (1908) ao Ultimato britânico, dirá: "hoje em dia, creio aperceber-me de que o Tratado Anglo Português de 1890 figura entre as causas longínquas do atentado contra Carlos e Luís"[346]. Mas, nesse ano de 91, ainda pensava ser possível conciliar os contrário, mantendo o "amor recíproco entre o povo português e os seus reis e rainhas":

345 CARVALHO, Amorim de (1935), " O 31 de Janeiro", in *O Diabo*, 10 de Fevereiro de 1935, p. 5.

346 BERN, Stéphane (1997), *Eu, Amélia, Última Rainha de Portugal*, Ed. Civilização, Porto, 1999, p. 114.

"Tivemos um primeiro aviso em 31 de Janeiro de 1891, quando alguns republicanos tentaram organizar uma revolta no Porto, servindo-se das humilhações infligidas à nação portuguesa e das dificuldades económicas e financeiras que tínhamos de enfrentar. Esta revolta, provocada por uma minoria, foi sufocada no próprio dia, pelo que pensávamos que se tratava de um movimento passageiro, e que uma boa diplomacia, acompanhada por uma séria gestão dos assuntos do Estado, reforçaria o amor recíproco entre o povo português e os seus reis e rainhas."[347]

De facto, a agitação criada pelo problema colonial funcionaria como forma de mobilização quase imediata dos republicanos, é, como afirma F. Catroga, um "momento de consenso nacional":

"É um momento de consenso nacional simbolizado em 'A Portuguesa' e em que nenhuma força partidária exercia controlo ou hegemonia, conquanto os republicanos começassem a aparecer como seus líderes naturais. Foi neste contexto que se promoveram as manifestações de Lisboa de 12 de Fevereiro de 1890 e se lançou a grande subscrição nacional. Entroncam ainda no mesmo fermento a formação da Liga Patriótica do Norte – associação cívica pluralista presidida por Antero de Quental – e a criação, em Lisboa, da Liga Liberal, liderada pelo General João Crisóstemo e depois por Augusto Fuschini. Por outro lado, grupos de pressão influentes, como o Grande Oriente Lusitano Unido e outras associações (Sociedade de Geografia, Associações dos Logistas) integram-se neste movimento."[348]

Em 1891, republicanos mais radicais liderados por Homem Cristo, obrigaram o directório do partido a organizar um congresso. Este decorreu efectivamente de 4 a 7 de Janeiro, e dele sairão as medidas a adoptar frente à

347 Idem, ibidem.

348 CATROGA, Fernando (1991), *O Republicanismo* ..., op. cit., pp. 115 e 116.

crise nacional, bem como a aprovação do programa político (11 de Janeiro). Era a vitória da linha mais radical contra o "legalismo eleitoralista" de Elias Garcia[349]. A própria revolta de 31 de Janeiro era a prova cabal que a direcção nacional do partido já não controlava as iniciativas da luta anti-monárquica[350].

Bruno, que terá estado presente nesse congresso, fundava a 19 de Abril no Porto o jornal *A República Portuguesa* (1890-1891), onde era director, tendo como redactores João Chagas e Guedes de Oliveira, e seus proprietários Ilídio Carneiro e Joaquim Bessa. Este jornal terá sido a principal tribuna dos acontecimentos que precederam o 31 de Janeiro[351]. Era o herdeiro do extinto *Commercio Portuguez*, e interrompido com os sucessos de Janeiro, haveria de ser o antecessor *d'A Voz Pública*, periódico onde Sampaio Bruno colaboraria até ao ano do regicídio (1900-1908).

Dessa fase de intensa actividade jornalística e política não consta a publicação de nenhuma obra para além d' *A Geração Nova* (1886), exceptuando alguns prefácios (*Discurso antijesuítico* de Alexandre Braga[352],

---

349 Idem, p. 117.

350 Idem, p. 56.

351 *Houvera sido, além de um de combate, tecnicamente inovador, como conta Alberto Bessa: "Foi a República o primeiro jornal portuense que adoptou transparentes luminosos para comunicar ao público as notícias de maior sensação ou de imediato interesse. Foi até exposta no transparente deste jornal, que quem estas linhas escreve teve o conhecimento da notícia relatando o suicídio de Camilo Castelo Branco.*

Na ocasião, o exemplo não foi seguido pelos outros jornais, mas hoje, quase todos, ou pelo menos o maior número, utilizam o sistema introduzido por aquele periódico republicano portuense.", in BESSA, Alberto (1910), "Jornalismo republicano... op. cit., p. 237.

352 BRAGA, Alexandre (1881), *Discurso pronunciado no Comício anti-jesuítico, realizado no Teatro de São João a 17 de Abril de 1881*, Tipografia Ocidental, Porto, 1881, pp. 5 a 24.

Lira Íntima, do seu colega Joaquim de Araújo[353]; *Aerólitos*, de Pacheco Miranda[354]; e da *História do Cerco do Porto*, de Luz Soriano[355]). Já no exílio terá tempo de sobra para reflectir e escrever publicando as *Notas do Exílio* (1891-1893), uma espécie de continuação d' *A Geração Nova* antecedente, mas de cunho internacional. Da literatura nacional, passará para os grandes nomes da literatura mundial, Renán, Zóla, Galdós, Erásmos, Dostoievski etc., que a situação, neste caso privilegiada, de estrangeiro lhe permitiu observar e conhecer melhor.

4.1.2. Esse dia. Os acontecimentos do 31 de Janeiro de 1891.

"*A incomportável melancolia do exílio evola-se do volume que trato. Todo o envolve, mirra odorante, incensando, no próprio coração, as exéquias dos juvenis enganos*"

(*Notas do Exílio*, 1893)

A revolta fracassada do 31 de Janeiro criaria um mal estar, nunca sanado, entre as várias sensibilidades republicanas de então. Bruno seria uma das vítimas deste sentimento, que foi também afastamento. A organização da revolta seria extemporânea para uns, inoportuna para muitos, para os que ficaram. O próprio Directório do PRP que, segundo Heliodoro Salgado, estivera a par das movimentações para a preparação da revolução, ao saber da

353 ARAÚJO, Joaquim de (1881), *Liria Íntima por ...*, com um Prefácio de José Pereira de Sampaio, Tipografia de Bernardo A de Sá Pereira, Braga, 1884. Teve outra edição da Empresa Horas Românticas de Lisboa, também de 1881.

354 MIRANDA, Pacheco de (Filho), *Aerolitos (1883-1885)*, Porto, 1886.

355 SORIANO, José Simão da Luz, *História do Cerco do Porto*, nova edição ilustrada e precedida de biografia do autor por J. Pereira de Sampaio, Tomo I, Ed. A. Leite Guimarães, Porto, 1889.

derrota desolidariza-se com os revolucionário[356]. O directório "lisboeta" não perfilhou a iniciativa nortenha[357]. Investido desta negativa acusaria os revoltosos de precipitação e inoportunidade. Nas acusações que se seguiram ao fracasso, uns poriam o enfoque na direcção regional do PRP, outros na componente civilista, outros ainda na parte militar[358]:

---

356 "*Dissemos que o Directório entrara em conluios com os chefes revolucionários do Porto, designadamente com Santos Cardoso; e que, se mais tarde, quando com a derrota aparecera o perigo, eles negaram toda a solidariedade aos revolucionários, o fizeram apenas por pusilanimidade de animo.*" SALGADO, Heliodoro (1894), *A Insurreição...*", op. cit., p. 214.

357 Heliodoro Salgado, criticando o Directório do partido, referirá que Elias Garcia se queixara que os acontecimentos o haviam apanhado desprevenido, e que nada estava pronto para um movimento revolucionário.

"*Como se o dever dos chefes de um partido revolucionário não fosse exactamente dispor tudo, com vigilante cuidado, para a primeira eventualidade que a fortuna lhes depare !*

Infelizmente porém a lição não frutificou; e hoje, nas regiões superiores do partido, reina a mesma incúria; de forma que, se os acontecimentos nos vierem convidar à proclamação da República, nós ficaremos inactivos porque a negligência de uns poucos obstará que a República se faça !." in SALGADO, Heliodoro (1894), *A Insurreição* ..., op. cit., pp. 107 e 108.

358 É esta a visão de Heliodoro Salgado. Alves da Veiga, apesar de pressionado pelos oficiais de baixa patente e pelas praças e tentou ainda adiar tudo. Apenas conseguiu que se passasse, de dia 29 para 31. Os sargentos impuseram-lhe o dilema, segundo Heliodoro Salgado, "ou a revolução imediata, ou a dissolução para nunca mais". O resultado seria o que se sabe:

"*Assim, por infelicidade nossa, este descontentamento lançou a indisciplina nas forças revolucionárias; essa indisciplina transformou o que deveria ter sido uma revolução num simples pronunciamento, uma 'sargentada, em que os oficiais superiores, mesmo os que se haviam comprometido, desanimados, se recusaram afinal a tomar parte* [...]. *Além disso, os soldados de caçadores 9 não guardaram a*

"Quando já se fazia sentir já a repressão, que foi imediata e odiosa, como todas as repressões (Emídio Navarro, nas 'Novidades', chegou a pedir a pena de morte para os patriotas do 31 de Janeiro), os espíritos timoratos e os derrotistas, sem a mínima reflexão crítica nem perspectivas revolucionárias, apressaram-se a considerar o 31 de Janeiro uma 'catástrofe' para o movimento democrático português. O próprio Directório do Partido Republicano, assim que a insurreição foi esmagada, afirmou publicamente que a 'nação inteira julgara imediatamente o movimento de 31 de Janeiro pela sua inoportunidade'".[359]

Os revoltosos foram ainda acusados de traição, de tentar matar figuras gradas do regime, de colocar a cidade do Porto a saque, tendo sido posto a correr o boato que se haviam apropriado da "caixa da revolução" como forma de aliciar as tropas, ou de tentar estabelecer a união ibérica[360] (acusação, curiosamente, já dirigida aos revolucionários de 1820).

Hoje parece não existirem muitas dúvidas acerca da má organização da revolta. A parte civilista não se conseguiu coordenar com a parte militar. Os militares, quase todos de baixa patente, padeceram dum amadorismo e ingenuidade suicidários, a que não esteve alheio uma falta quase total de chefia militar. Os erros foram acumulados sem cessar até tornarem o movimento inviável. Assim, o azar acabou também por desempenhar o seu papel.

O movimento, iniciado às primeiras horas da madrugada com a saída do batalhão de Caçadores 9 do seu quartel em direcção ao Campo de Santo

---

disciplina exigida, e entravam e saíam do quartel sem o menor resguardo, falando nas ruas e nas tendas da revolução projectada." In SALGADO, Heliodoro (1894), *A Insurreição* ..., op. cit., pp. 127 e 128.

359 CABRAL, Alexandre (1974), "Prefácio do Manifesto dos Emigrados do 31 de Janeiro por ...", Ed. Seara Nova, Lisboa, 1974, p. 11.

360 Idem, p. 21.

Ovídio[361], a que se juntaram mais tarde os batalhões de Caçadores 18, Guarda Fiscal e Infantaria 10, numa "tentativa absurda de macaquear a Revolução de 1820"[362], contou com a curiosidade popular mas não com um apoio popular

361 Saíram numa madrugada densa de nevoeiro, marchando para Santo Ovídio, desceram a Rua dos Clérigos, subindo depois a Rua do Almada. Já no Campo de Santo Ovídio apareceu o Major José Maria Graça intimando os revoltosos a voltarem para os quartéis. O Alferes Augusto Rodolfo Malheiro recusou respondendo: - É tarde ! Sou português e militar. Não posso suportar por mais tempo a tirania.
O batalhão da Guarda Municipal retira e, entretanto, vão chegando civis vindos dos teatros, das ceias e dos jornais, bem como o Capitão Leitão e o Tenente Coelho que, com as forças da Infantaria 10, se vieram juntar a Caçadores 9, comandadas pelo Alferes Malheiro. Juntam-se ainda em Santo Ovídio os esquadrões de Cavalaria 6 e muitos guardas fiscais conduzidos pelo Cabo Borges, que conseguiram alcançar os outros sublevados. O subchefe de Estado-Maior, Fernando Magalhães e Menezes faz nova intervenção onde exorta os revoltados à obediência. Uma troca de palavras tensas que terminam com a declaração: "A cartada está jogada. Iremos até ao fim !" e foi este o grande brado do que ficou chamado o "Campo da Aclamação". Ver SÁ, Mário de Vasconcelos e (1991), "A Revolução de 31 de Janeiro", in *Nova Renascença*, Vol. X, n.º 40, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1991, p. 135.

362 Tanto Basílio Teles como Heliodoro Salgado hão-de lastimar essa obsessão dos revoltosos em copiar a Revolução de 24 de Agosto de 1820, que tantos resultados negativos traria ao 31 de Janeiro. Tudo fora diferente em 1820, mas os revolucionários do Porto não se conseguiram aperceber a tempo. Consultar, SALGADO, Heliodoro (1894), *A Insurreição* ..., op. cit., p. 128 e TELES, Basílio (1905), *Do Ultimato ao 31 de Janeiro*..., op. cit., pp. 381; 383; 414; 416 e 419:

"*O que explica, em nossa opinião, os erros enormes cometidos pelos chefes, civis e militares, do movimento de Janeiro dissemos, e repetimos, que foi a deplorável mania de copiar o 24 de Agosto. E uma explicação é já um começo de desculpa*". TELES, Basílio (1905), *Do Ultimato* ..., op. cit., p. 419.

"*Nada foi capaz de infiltrar uma dúvida na cabeça dos insurrectos. Copiando lastimosamente a revolução de 1820 – sem recordarem que, nessa época, não só toda a guarnição do Porto, mas consideráveis forças das províncias do Norte, e até as*

sustentado – não foi feita sequer uma tentativa de mobilização das massas populares[363]. Amargamente Basílio Teles o reconheceria, quando era já inevitável o fracasso do movimento, e as últimas tropas, já sem comando algum, se encontravam sitiadas nos Paços do Concelho à mercê das tropas do governo[364]. Isso mesmo dirá Pinheiro Chagas:

"*Os Chefes do movimento* [...] *revelaram em tudo a mais extraordinária imprevidência. Presumindo demasiado valor das forças militares, tinham-se alienado, senão as simpatias, o concurso activo das classes populares, - que não devia ter sido desprezado.*"[365]

---

autoridades superiores da cidade, estavam unidas em volta de Fernandes Tomás, Sepúlveda, Gaspar Teixeira e outras figuras do Sinédrio – depois de regressarem ao Campo, deliberaram dirigir-se aos paços do concelho na praça D. Pedro, isto é, a um lugar baixo, a um verdadeiro buraco, onde seriam exterminados num relance, se os defensores da realeza não constituíssem também um sofrível cenáculo de ineptos, ou de cúmplices passivos. [...]

Percorrida a Rua do Almada, o cortejo chega à praça D. Pedro, e dispõe-se a proceder á proclamação solene da República, seguindo o ritual análogo ao da revolução de 1820, cujos episódios salientes, excluída a missa campal, eram assim copiados, setenta anos depois, com um deplorável servilismo." Cit in TELES, Basílio (1905), *Do Ultimato* ..., op. cit., pp. 381, 382 e 383

363 Idem, p. 427.

364 "*A carência de uma organização civilista, paralela à dos elementos militares, trai-se, nesse interessante minuto, de um modo eminentemente educativo para futuros chefes da revolta.* [...] *Foi a ausência desta disciplina, que supõe necessariamente um objectivo, um plano, um chefe resoluto e hábil, e pessoal inteligente e obediente, que tinha anulado o partido republicano em 12 de Janeiro, 11 de Fevereiro e 17 de Setembro de 1890, e que pela quarta vez o anulava em 31 de Janeiro de 1891.*" TELES, Basílio (1905), *Do Ultimato* ..., op. cit., pp. 410 e 411.

365 Idem, 427.

As várias guarnições da província contactadas para secundarem a revolta não o fizeram a tempo, ou não o fizeram de todo. A organização não contou sequer com um telégrafo ... [366]. Já dia claro tudo foi desabando, como uma baralho de cartas, indiferente à aflição dos envolvidos. Assim, à primeira rajada de tiros da Guarda Municipal, vinda do cimo da Rua de Santo António em direcção às tropas sublevadas que, a resposta foi uma fuga, quase generalizada, um recuo pouco estudado que acabaria para os últimos resistentes no "assadeiro" da Câmara Municipal, cercados e à espera da hora final que acabou por chegar inexoravelmente.

O que fazia Bruno, que não esteve na rua ? Estava de plantão na redacção do jornal *A República Portuguesa*, na companhia de Guedes de Oliveira, à espera de qualquer notícia, qualquer mensagem cifrada, com a missão dobrada de compor as primeiras páginas do jornal e de corrigir as provas[367]. A notícia não veio, ou melhor, não veio aquela por que esperava. Num artigo que escreveria em 1907 para *A Voz Pública* contaria que mesmo a ele, que a desejava tão ardentemente, a Revolução o apanhara desprevenido:

"*A véspera da revolução eu ignorava ainda que ela rebentaria no dia seguinte; a mim me disseram, pela tarde e ao cair da noite, dois companheiros, um deles falecido já, o dr. Aureliano Cirne. Fora melancólico esse cair da noite, vagamente chuvoso; mas em nossas almas inquietas o entusiasmo santo, crepitante, alumiava, nós víamos a patria livre já e feliz enfim.*"[368]

---

366 Idem, p. 424.

367 SAMUEL, Paulo (1995), "Sampaio Bruno e o Idealismo do 31 de Janeiro", in *Nova Renascença*, Vol. XV, n.º 59, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1995, p. 701.

368 Cit. in GAMA, Manuel da (1994), *O Pensamento de Sampaio Bruno* ..., op. cit., p. 78.

Tal como Alves da Veiga, Bruno, que ajudara a preparar o clima de insurreição com os seus "artigos eruditos",[369] temia então pelo sucesso do movimento. A má organização era já tão notória que tudo parecia indicar o fracasso. Tal como Heliodoro Salgado referiu, na redacção da *República Portugueza* havia desde logo "pouca fé no êxito da empresa", de tal maneira que Sampaio Bruno terá desabafado: " – Está tudo perdido, mas a monarquia leva um pontapé de que não voltará a restabelecer-se ..."[370]

4.1.3. A fuga para a Galiza (Vigo - Fevereiro de 1891).

A revolução fracassara e ele, depois de uns momentos que se advinham de consternação passará de salto, numa viagem rocambolesca, como são quase todas as que são feitas por estes motivos, para a Galiza. Instalando-se, debaixo de um tédio depressivo na cidade de Vigo, até que, por ordem do Governo espanhol todos os emigrados políticos portugueses são, para sua segurança, obrigados a abandonar as províncias fronteiriças[371]. Por esta razão se encontrarão muitos deles na capital espanhola a partir de meados de Fevereiro, princípios de Março. Exilado, voltará dois anos depois um homem diferente, de algum modo irremediavelmente derrotado na luta eternamente inglória entre os ideais políticos e a "real politike".

---

369 SALAGADO, Heliodoro (1894), *A Insurreição* ..., op. cit., p. 121.

370 Idem, p. 128.

371 Numa das primeiras cartas ao irmão escritas ainda na Galiza refere: "[...] como V. deve saber pelos jornais, o governo espanhol proibiu a estada dos emigrados na Galiza [...]", in SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno)*..., op. cit., p. 63.

Ele próprio haveria de sofrer a comprovação da teoria que tantas vezes defendera. A República falhara porque o Povo não estava preparado para ela, era preciso doravante "martelar e martelar" para "doutrinar a canalha". É provável que muitos republicanos se tenham apercebido só então da falta dessa fase na implantação da ideia republicana – a doutrinação popular, a verdadeira educação para a república que há tanto tempo Bruno, e outros intelectuais republicanos, apregoavam.

Mau grado, o 31 de Janeiro funcionaria como um *turning point* na gramática revolucionária portuguesa. O que falhara ? Muita coisa, quiçá, mas principalmente a preparação das massas populares, que dotasse o movimento de uma base social de apoio, interventora na altura da revolução, e que em tempo de paz fosse o pilar estruturante do regime. E isto, em 1891, estava ainda longe de existir.

"*Se antes de 1891 tinha sido descurada a preparação duma sólida base social de apoio a partir da pequena burguesia e das classes populares, pensando-se na linha das utopias que varreram o Séc. XIX , que bastava a justeza de um ideal para o impor, a partir do 31 de Janeiro foi levado a cabo um trabalho exaustivo e sistemático de doutrinação da 'canalha' a que se referia Sampaio Bruno, que era a grande esperança de redenção da consciência nacional em crise latente desde o fim do ciclo dos descobrimentos e subitamente agudizada pelo Ultimatum do seu secular aliado.*"[372]

Essa seria a missão que Sampaio Bruno, a si mesmo, e aos intelectuais incumbiria. As causas do fracasso da primeira tentativa revolucionária republicana radicavam na falta de doutrinação política das massas populares e na respectiva inexistência de uma base de apoio ao novo regime. Da sua tribuna, os livros e os jornais, Bruno fará a propaganda. E esta, que se houvera iniciado já em Portugal, continuá-la-á no exílio, apesar de ressentido, como

372 COSTA, Albano (1991), "O 31 de Janeiro: A última utopia", in *Nova Renascença*, op. cit., p. 152

Basílio Teles, Heliodoro Salgado ou João Chagas, com os republicanos que os haviam desamparado, e que no conforto das suas casas os criticavam a eles – "os vencidos". Vencidos eram todos, todos haviam perdido pelas suas contas, a Monarquia, que ficara mais fragilizada, os republicanos porque mostravam não serem ainda alternativa. Vencidos todos, perdera o país mais uma hipótese de regeneração, afirmavam. Mas eles, eles é que iriam padecer agora da "terrível melancolia do exílio"[373].

No dia 2 de Fevereiro, depois de despedidas familiares que se imaginam dolorosas, Bruno viajou no maior segredo do Porto a Viana do Castelo, passando por Braga e Vila Verde, onde foi recebido de madrugada na casa de Guerra Junqueiro. O poeta, nessa mesma manhã, conseguiu-lhe arranjar alguém conhecedor das estradas e caminhos que levavam dali a Caminha, e depois Vigo, furtando assim a vigilância das forças monárquicas colocadas na fronteira com Espanha para apanhar os revoltosos fugidos.

A história desta viagem é magnificamente narrada por João Verde, pseudónimo de José Rodrigues do Vale (1866-1934), inspirado escritor paisagista na sua terra natal (Monção e Galiza), que guardaria para sempre a imagem desse encontro com Bruno, a quem mais tarde visitou já no Porto. Esta

---

373 Basílio Teles faria acidas críticas a Rodrigues de Freitas por este, publicamente, ter desprezado os "humildes" intervenientes no movimento de 31 de Janeiro. Neste ponto estava discordante de Sampaio Bruno que o elogia em 1906 nos *Modernos Publicistas Portugueses*. Ver, MPP, pp. 295 e 296.

"E o Freitas ? Viu o artigo da 'República'? Que tal lhe parece o cretino ? O homem repudia a revolta, pelo que a referida senhora se sente profundamente entristecida. Não percebe o imbecil que está diante de um dos três ou quatro factos mais notáveis de toda a história portuguesa. Nas suas prosápias de grande personagem ... para os Carquejas do país, não quer arranchar com os Felizardos, os Verdiais e os Cardosos, nem lhe passou um momento pela cabeça que são estes humildes os imortais de amanhã. Vê-lhes o lado ridículo mas não lhes compreendeu o grandioso." Cit. In. SOUSA, Fernando de (1991) "(1891-1893), in *Nova Renascença*, n.º 40, Vol. X, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1991, p. 215.

narrativa foi publicada no jornal *O Regional*, a 23 de Novembro de 1915, poucos dias volvidos da morte do pensador portuense.

"Na casa de Jantar de Guerra Junqueiro, recatada e solene, á Bandeira, onde o Poeta me conduzia, achava-se um indivíduo cujas feições eu recordava de há poucos anos, no Porto, mas que no momento não saberia nomear. Encarregou-se disso o dono da casa:

- O snr. José Pereira de Sampaio !

De pé, a um lado da mesa, reconheci 'Bruno', que anos antes aquele loiro poeta, figura de Nazareno, que era Hamilton d'Araújo, me mostrara de passagem e que eu conhecia de sobra, de leitura, entre o cenáculo vibrante de A 'Folha Nova' onde Emídio de Oliveira imperava.

Através das lunetas, os olhos pareciam dois carbúnculos, devido ás anteriores noites de vigília por carreteiras, desde o Porto, por Braga e Vila Verde donde chegara nessa noite, de casa dum querido amigo. Ensimesmado, recolhido, ainda azougado das impressões e horas agitadas da véspera que lhe tumultuavam o cérebro, (a pequena sala tinha para nós um ar lutuoso, como se um grande pesar nos comunicasse) mas nos permitia abordar os recentes acontecimentos.

Os momentos eram séculos. Quando a delicadíssima esposa do grande Poeta dirigia o preparo duma refeição ligeira de que nos servimos de fugida, ouviu-se o trem que parava á porta da casa. Os dois amigos abraçaram-se, desolados ... até quando ?

Na boleia do coupé, o velho Zacarias, de suissas farripadas, um conhecido cocheiro de praça, mal me interrogou com o olhar. Indiquei-lhe a direcção, a portinhola fechou-se e os cavalos abalançaram-se através da cidade adormecida, ganharam a estrada a estrada da Areosa, essa estrada plana por onde, os estores do trem já corridos [...]

Travamos, então, conversa, como se fossemos já dois amigos de longe. Ao longo da costa, de sobre as veigas, erguia-se a neblina ténue e o sol límpido do inverno escorria da serra a encostar a espuma das ondas, pelo mar da Areosa.

O Zacarias, fiel ás instruções, fazia prodígios com a parelha inteligente do velho Marchante. Montedor e Ancora desapareciam-nos. E a breve trecho saltávamos no cais de Caminha, olhando a ria, aguardando o imprevisto que nos surge na pessoa de um pobre catraeiro, desamarrando o bote e oferecendo-nos um passeio "aos Padres da Passagem" ... por três coroas. Fazemo-nos rogados, mesmo saltando para o bote que começou a cortar as aguas impelido pelos quatro braços rijos dos remadores. Cada remada era um doce alívio para o meu companheiro e para mim que ia interrogando os remadores sobre o foguetório bravio, para os lados de Goyaa, anunciando o santo dia, creio que S. Braz.

A mais de meio rio, um dos catraeiros quer saber o que irá pelo Porto, donde as folhas traziam mortes da tropa e do povo e olhando-nos confiadamente tem esta revelação:

- Olhe, meu senhor, se alguém dos que fogem, viesse ter comigo para lhe dar escapatório, só se não pudesse ... o caso é que me pagassem bem.

Tocávamos a margem direita do Minho, em frente a Camposancos. Bruno entressorriu da ingenuidade. Eu abençoei as três coroas ...

Pé em terra, livres enfim do mau quarto de hora, lembrei o alvitre de Junqueiro, visitaríamos, como dois inofensivos touristes o colégio da Passagem onde nos recebem amavelmente, demorando-se o meu companheiro, preferentemente, com a curiosidade de todo o bibliófilo, na livraria respeitável. A preocupação de ledor obliterava as profundas impressões da jornada, do triduo amargurado desse homem cuja fisionomia era toda paz e bondade, já nesse tempo.

Mas a hora do coche para La Guardia aproximava-se, e deixando o silêncio do casarão, aguardamos o veículo que não se fez esperar, azambrado, desconjuntado como todos os veículos de carreira que servem os vilorios galegos, pondo-nos os ossos num feixe. [...]

Foi então que tranquilamente, demoradamente, sobre um banco da 'plazuela' nós pudemos conversar franco e livre. O eminente escritor tivera sempre uma grande admiração pelo autor da Morte de D. João e ele ocupou-nos essas fugitivas horas, primeiras do exílio de Bruno e suficientes para que

eu lhes sentisse o peso acabrunhador ao pensar em que ficava vedada ao meu novo amigo a terra querida da Pátria pela qual ele tanto pensara e lutara com tão decidida fé, com tanto carinho, preso desde moço ao sonho que se desfizera, cruelmente para tantos, três dias antes. Da sua amargura nem por de leve falamos; nos sucessos nem a menor referência. Para quê ? Apenas uma curta frase com que cortou uma pequena indiscrição minha.

- *Há que recomeçar ...*"[374]

Sobre este "transe amargurado da sua existência" ele mesmo haveria de escrever nas *Notas do Exílio* (1891-1893)[375], e no jornal *A Semana Tirsense*. Texto que o seu sobrinho publicará no livro *Sampaio (Bruno). Sua vida e sua obra* (1957), aquando do centenário do seu nascimento:

"*Há vinte anos houve eu de sair, como fugitivo, do Porto; para fora de barreiras, por um caminho desviado me guiou um amigo de infância, ao presente em Angra do Heroísmo, José Carvalho de Miranda Leite. Ali nos metemos num coupé, que fretámos, eu e outro camarada de colégio, António José de Sousa Lima Júnior, seguindo para a propriedade que este cavalheiro possui nas cercanias de Braga, em Prado.*

Em Prado passei a noite e o dia seguinte: no fim da tarde, com Sousa Lima e alguns amigos dele, num caleche que se arranjou, partimos para Viana de Castelo. Saímos da carruagem que a todos nos conduzia, eu e o Sousa Lima, no começo da rua onde à época residia Guerra Junqueiro, na porta do qual Sousa Lima Bateu fortes argoladas.[...]

Naquela casa hospitaleira dormi aquela noite; o escritor insigne leu-me uma extensa carta que estivera escrevendo a Fialho de Almeida, e que é um

374 VERDE, João (1915), "Recordações do Egotismo – Bruno", in *O Regional*, Monção, 23 de Novembro de 19155, p. 1.

375 NE, pp. 317 e 318.

maravilhoso primor. Falávamos da Revolução e da derrota, combinámos o modo da minha retirada.

Ao outro dia de manhã, veio acordar-me e ofereceu-me um rolo de libras de ouro; sua esposa, como eu estivesse tiritando, do grande frio que fazia, trouxe-me uma manta para meu abrigo por esses mundos de Cristo. Almoçei rapidamente e, como não houvesse ainda pão fresco, Junqueiro disse-me, sorrindo tristemente, ao ver-me rilhar com esforço o pão torrado a que o seu regime o obriga: - Vá-se acostumando; é o seu primeiro pão duro do exílio.

Ao exílio me foi ele, um ano depois visitar, em Salamanca, com o seu amigo morto, Ricardo Malheiro, irmão doutro exilado, o alferes Malheiro. Que coração de oiro é o coração do poeta !

No fim do almoço apareceu o amigo de Guerra Junqueiro, a quem ele falara para me conduzir até à Galiza. Era um moço de talento, que escreve com o pseudónimo de 'João Verde'.

Entrámos numa sege que nos esperava a distância e que abalou para Caminha. Metemo-nos aí num barco. Atravessámos. Chegámos à Guardia. Espanha !."[376]

Mas é nas *Notas do Exílio* (1893) que Bruno melhor descreve a aflição que passaram na travessia do rio Minho, quando as insinuações maldosas de um dos barqueiros, percebendo que eram fugitivos, lhes apontando do outro lado os carabineiros, talvez na esperança de lhes conseguir arrebanhar mais umas coroas...

"A meio da corrente, um dos velhos barqueiros (o que eu queria que tu estivesses, para o ouvir!) pousou o remo e, como um cicerone que aponta vistas, discorreu, filosofou para mim, falando ao camarada:

- Estas são as águas de Espanha ! Lá estão os carabineiros. Ali, o casrão grande, é o convento dos Jesuítas. Rica obra. E o guardião, Don Sebastián, mostra as salas todas. Sacerdote de muito respeito. Don Sebastián,

376 SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno)* ..., op. cit., pp. 55 a 57

homem listo, se os há. Mas, bem estudados ou autos, isto, de espanhóis e portugueses, é tudo a mesma canalha. Tolo, digo eu, tolo é quem se deita a perder por causa deles. Como agora esses do Porto. Que cavilas tu, ó Manuel?

Abicámos, não sem tempo. Nos intencionados comentários daquele tosco malicioso, começava a estontear-me o aparente, o amargo cinismo."[377]

4.1.4. Madrid, calle Montera n.º 13 (Março-Abril de 1891)

Depois de algumas semanas de profunda tristeza e tédio, num verdadeiro "exílio mental"[378] passado em Vigo, onde apenas a companhia dos livros lhe logrou dar algum alento, Sampaio Bruno viajou para Madrid. Lá redigirá, juntamente com Alves da Veiga, *O Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa* (1891). Havia que recomeçar, teria dito a João Verde. Este era o recomeço.

Iniciava-se a sua pedagogia desde o exílio. Aquela obra que considerava necessária de educação do povo, sem a qual não se instauraria uma nova ordem, inicia-a aqui neste *Manifesto*, que assinado por todos os exilados de Madrid, foi na realidade escrito pelos dois (Alves da Veiga e Sampaio Bruno).

Tal como Bruno confiava, o desterrado calava e esperava, mas no fim a justiça seria imanente[379]. Por ela escreveria já Bruno o *Manifesto*, a um tempo esperando, mas não calando, uma amnistia que só veio volvidos mais de dois anos.

O texto do *Manifesto* tem em si uma curta história. Redigido na capital espanhola em de Abril de 1891, teve de esperar quase dois meses na esperança que alguma tipografia madrilena o imprimisse. Nada foi conseguido. Só a 31

---

377 NE, pp. 317 e 318.

378 VARELA, Maria Helena (1991), "Sampaio Bruno e o 31 de Janeiro", in *Nova Renascença*, Vol. X, n.º 40, op. cit., p. 253.

379 NE, p. 263.

de Maio, já em Paris conseguiram os autores, finalmente a publicação do também chamado "Manifesto de Madrid"[380]. No início do verão seria já conhecido em Portugal. O jornal *A Revolução* já lhe dá publicidade na sua edição de 15 de Junho.[381]Todos estes episódios haveriam, anos mais tarde, de ser narrados por Sampaio Bruno no *Diário da Tarde*, de 4 de Fevereiro de 1904.

O *Manifesto* foi a um tempo, no sentir dos seus autores, um "protesto" e uma "exortação"[382]. Protesto contra as acusações que a imprensa monárquica - a "estúpida imprensa oficiosa"[383] - lançava contra os revoltosos em geral e contra os emigrados em particular. Desfazer as calúnias[384], e demonstrar aos portugueses e ao mundo civilizado quais os motivos que levaram esses homens

---

380 *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891*, Ed. Imprimerie Schiller, Paris, 1891. O Manifesto foi impresso na Imprensa Schiller, situada no n.º 10 da Rua du Faubourg Montmartre, em Paris, existindo um exemplar autografado pelos dois autores na Biblioteca Nacional de Paris. Na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Biblioteca Municipal do Porto existem exemplares autografados por Sampaio Bruno e Basílio Teles, mas não por Alves da Veiga. SEABRA, José Augusto (1991), "Um Manifesto Patriótico e Cívico", in *Nova Renascença*, Vol. X, n.º 4, op. cit., pp. 182 e 195.

381 CABRAL, Alexandre (1974), "Prefácio ao Manifesto dos Emigrados ..., op. cit., p.18.

382 *Manifesto dos Emigrados* ..., op. cit., p. 28.

383 Idem, p. 14.

384 As acusações passavam por crime de traição e anti-patriotismo na tentativa de união ibérica, no roubo perpetrado na famosa, quanto misteriosa, "caixa da revolução", ou na divulgação da ideia que os militares a tinham realizado para obterem daí promoções pessoais, etc. Os emigrados amiúde se queixarão que de várias maneiras a imprensa "oficiosa" tentava denegrir os "Homens do 31 de Janeiro". Sobre o apuramento de responsabilidades do fracasso do 31 de Janeiro ver: MONTALVOR, Luís de (1932-1935), *História do Regime Republicano em Portugal*, 2 Vols., Empresa Editorial Ática, Lisboa,1935. Este autor assevera que as responsabilidades do fracasso couberam a Santos Cardoso. Vol. I, p. 194.

a agir como agiram, constituíam as causas desse texto[385]. A "exortação" era feita aos valores que mobilizaram o movimento, que se mantinham vivos na mente dos homens afastados de amigos e entes queridos, logo prontos a retornar para o seu país e prosseguir a obra que apenas tinham iniciado.

O recurso a exemplos de momentos culminantes da história portuguesa (1383, 1640, 1820, 1832 ou 1846) servia aos redactores do *Manifesto* como reafirmação de um trabalho de patriotismo a concluir, uma missão momentaneamente interrompida, mas que a consistente doutrinação dos portugueses devia servir para alicerçar e coadjuvar:

"Romper, porém, com a tradição, despresar os ardis; desembainhar a espada, sem escudo que o corpo proteja, contestar toda a autoridade constituída, reclamar-se do simples direito natural e da mera soberania da nação, isto foi o que fizeram os de 1385, isto foi o que fizeram os de 1640, isto foi o que fizeram os de 1891. Honra eterna é e será a eles todos."[386]

Sobre as acusações de terem os revolucionário arquitectado um plano que possibilitasse intenções absorcionistas espanholas, respondem os redactores do *Manifesto* com vários parágrafos inflamados de sentida admiração pelo povo irmão, refutando de absurda tal insinuação, referindo mesmo que difamava Espanha quem abusivamente lhe atribua intenções análogas[387]:

"Os revolucionários amavam Espanha; hoje mais a amam ainda, pela gratidão que lhe devem. E, agora que directamente a conhecem, podem testemunhar de quão profundamente antipática é ao povo espanhol qualquer violência sobre a gente portuguesa.

385 SEABRA, José Augusto (1991), "Um Manifesto Patriótico", op. cit., p. 187.

386 *Manifesto dos Emigrados* ..., op. cit., p. 15.

387 Idem, p. 27.

A Espanha deseja-nos seus amigos, seus irmãos, anseia por que nos conheçamos reciprocamente, por que nos estimemos e por que nos ajudemos uns aos outros; mas à altivez espanhola repugnaria, irrefragavelmente, a subserviência de escravos, graças a anexações ou coacções de qualquer espécie. [...]

A este respeito não há aqui diferenças de escolas ou de partidos; julgam e procederão da mesma maneira desde o republicano mais radical, até ao carlista mais irreconciliável."[388]

O *Manifesto dos Emigrados*, nas ideias e ideais defendidos, é uma peça fundamental para se poderem compreender as vicissitudes da política finissecular e particularmente do republicanismo português. O corolário deste texto pode-se encontrar neste parágrafo de apelo inequívoco à República, e as causas inerentes que faziam necessária a sua rápida implantação – a decadência da "monarquia parasitária" :

"*Não há que duvidar. Uma palavra compendia o conjunto das ideias orgânicas tendentes a resolver a hodierna crise lusitana. Essa palavra está nos lábios de todos os portugueses, é a República. É preciso, urgente, inadiável que se estabeleça a República no nosso país ou está escrito que, com a ignomínia, Portugal desapareça do cadastro das nações autónomas, acorrentado à monarquia parasitária, que, não tendo força para manter a dignidade nacional no exterior, se julgam com autoridade moral para, alegando as necessidades de um convenio, que, todavia, é uma capitulação, sufocar a liberdade no interior.*"[389]

Apesar de noticiados, os acontecimentos do Porto e a presença dos exilados portugueses em Espanha, não parecem ter sido motivo de grande atenção por parte das autoridades, do público, em particular, dos republicanos

388 Idem, ibidem.

389 Idem, p. 24.

espanhóis em especial. Os jornais noticiam é certo, mas não existe um movimento de opinião, mesmo da parte de jornais progressistas ou nitidamente republicanos, os tons são pouco mais que frouxos. A razão é adivinhada em algumas linhas: o movimento do Porto e o seu fracasso mostravam a divisão dos republicanos portugueses. Para quê dar publicidade as essas fragilidades ?

Um certo silêncio desconfortável parece estabelecido ao seu redor, e a dificuldade para arranjar um editor para o *Manifesto* pode servir de indicador. Será relativamente evidente acreditarmos que à Espanha monárquica não seria simpático colaborar em aventuras republicanas, que houvessem posto em causa a legalidade dinástica portuguesa. Tanto mais quanto se esperava para breve o acolhimento do Rei D. Carlos que, retribuindo uma visita do monarca espanhol, se iria deslocar a Madrid no ano seguinte (1892)[390]. Este acontecimento não terá tornado fácil a vida dos emigrados de Madrid, como adiante veremos. Outro factor de obscurecimento da presença deste grupo de exilados, e na realidade de todos os acontecimentos do Porto em geral, era o clima de exaltação provocado pelas próximas eleições em Espanha.

Ainda alheados destas subtilezas, Sampaio Bruno e Basílio haviam-se mudado para Madrid, indo habitar juntamente com o Alferes Malheiro o n.º 13 da Calle Montera (rua que desemboca na centralíssima Plaza del Sol). A estada em Madrid não deve ter sido muito bonançosa para Bruno, já pela sua condição de exilado, já pelas várias tentativas que fez de se mudar. Tal como a muitos republicanos, a permanência na monárquica capital espanhola deveria ser antipática ao republicano Bruno. As comparações entre a Galiza e a capital foram uma maneira de Bruno confessar os seus desconfortos.

Os galegos que encontrara em Vigo possuíam extraordinárias parecenças com a gente portuguesa: "Não há em Espanha, tanto quanto eu conheço, gente mais honrada e bondosa"[391]. Madrid era uma capital cosmopolita, com todas as

390 MARTINEZ, Pedro Soares (1986), *História Diplomática de Portugal*, Ed. Verbo, 2ª ed., Lisboa, 1992, p. 520.

391 SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno)* ..., op. cit., p. 63.

vantagens e desvantagens que daí advinham, mas onde também "reinava o egoísmo mais bárbaro", onde nada se obtinha que não fosse à "custa de dinheiro"[392].

A Paris da III República - a terra de Zola, de Balzac de Michelet, da "grande revolução" e da Comuna de 48 - devia-lhe despertar a imaginação e afagar bem mais a índole republicana. E o Brasil ? É Basílio Teles que nos conta, como nos primeiros meses se viu em dificuldades em convencer o amigo a não viajar para o Brasil, a jovem República de dois anos (1889). Talvez imaginasse também se juntar aos primos "brasileiros", imaginando irreversível a desdita? Não o sabemos, o facto é que Bruno no meio desse indecisão desanimava e engordava.

"A Sampaio já lhe passaram as maluqueiras de se retirar para o Brasil posto que com dificuldade tenho conseguido mantê-lo n'uma atitude de expectativa esperançada. É terrível desalentado este querido amigo, ao contrário do que costuma dar-se com os cínicos que tem por via de regra, uns fígados de tigre. Será talvez influência do adiposo, a principio um pouco abatido, mas de novo com pretensões a preponderar tiranicamente."[393]

Incapaz verdadeiramente, pela sua condição, de ceder à alegria contagiante dos madrilenos e à magia da grande cidade lamentará: "esta cidade é uma grande e bonita cidade, cheia de distracções, mas que não consegue nesta conjuntura alegra-nos e pacificar-nos"[394]

Também Basílio Teles, mais tarde, projectou juntar-se em Paris a Sampaio Bruno, mas os projectos editoriais que ambos alimentavam (como por exemplo a fundação de um bi-semanário ou semanário dedicado a Portugal)

392 Idem, ibidem.

393 SOUSA, Fernando de (1991), "Cartas de Basílio Teles no Exílio (1891-1893)", in *Nova Renascença*, Vol. X, n.º 40,op. cit., p. 214.Carta datada de 8 de Abril de 1891.

394 Idem, p. 65.

acabaram por "falhar miseravelmente"[395]. Abatido, derrotado por fim, seria ele, ironicamente, quem irá para o Rio Grande do Sul trabalhar na loja de um familiar. Que desgosto não teria este intelectual republicano, obrigado a trabalhar atrás de um balcão para sobreviver ? Com que tintas negras pintaria a sociedade brasileira em cartas enviadas aos amigos? Quem sabe se Bruno não se inspirou nelas para escrever algumas das linhas mais acres do seu *Brasil Mental* (1898) ? Enfim, comungavam os dois amigos da mesma amargura do degredo.

Entretanto, o clima entre os emigrados de Madrid não era dos melhores. O comportamento de alguns deles (dois foram presos em Valladolid e quatro em Madrid por falta de respeito às autoridades), motivou comentários muito desagradáveis de Basílio Teles[396]. As autoridades espanholas, pressionadas pelo governo português, passaram a exercer uma vigilância mais rigorosa o que teria levado muitos dos emigrados (tal como Bruno e Basílio Teles) a se dirigirem nos primeiros dias da Galiza para Madrid. Entenderiam as autoridades espanholas ser uma das formas de proteger os exilados, ou será

---

395 Numa carta datada de 4 de Agosto de 1891 lamenta-se:

"Cheguei mesmo a propor-lhe a fundação imediata de um bi-semanário ou semanário destinado a Portugal e que não deixaria de encontrar no nosso público acolhimento favorável. Tudo quanto temos concebidos tem, porém miseravelmente falhado, ficando-nos tão somente o débil recurso de uma Revista e de um jornal que não podemos previamente afirmar que cheguem a ser realidade." SOUSA, Fernando (1991), "Cartas de Basílio Teles no Exílio ..., op. cit., p. 225.

396 De facto, Basílio Teles, que partilhava a casa da Calle Montera n.º 13 com o Alferes Malheiro, queixa-se de serem constantemente assediados por esses soldados de baixa patente, emigrados pouco dados a "respeitarem os oficiais superiores", pedindo-lhes dinheiro e praticando "desatinos, sobre desatinos". Quando Basílio Teles e o Alferes Malheiro abandonam Madrid, indo viver para a periferia, foi principalmente, para evitarem os emigrados. Numa carta referirá escandalizado, que dos emigrados "era melhor nem se falar...". Ver SOUSA, Fernando (1991), "Cartas de Basílio Teles ..., op. cit., p. 217.

que as autoridades portuguesas não queriam novas aventuras vindas das fronteiras? [397].

De facto, pouco mais que meia centena de emigrados do 31 de Janeiro acabou se cruzando nas ruas da capital espanhola. Daquele que grupo que podemos ver a fotografia, com a indicação por baixo do nome, a grande maioria, trinta e tal em quarenta, eram militares de baixa patente, entre sargentos e soldados, com um ou dois jovens oficiais (caso do Alferes Malheiro ou dos aspirantes a médicos navais Trancoso e Aguiar e ainda o aspirante de artilharia Ribeiro). Uns poucos de civis, onde se destacava o Dr. Basílio Teles, Sampaio Bruno, Dr. António Claro, Aníbal Augusto Pereira da Silva, Gabriel José Gomes Lima e o funcionário dos telégrafos que dava pelo nome de Ferrat[398], aos quais se juntaria pouco depois Alves da Veiga, de passagem para Paris.

Pouco mais de cinquenta haviam de assinar o *Manifesto,* publicado já em Paris no dia 12 de Abril de 1891. As afinidades entre os próprios exilados não eram, portanto, grandes. A falta de preparação política e intelectual de muitos deles, como lamenta Basílio Teles[399] não tornaria aprazível reuniões entre si. A ponto de Basílio Teles se mudar com o Alferes Malheiro para os arrabaldes da capital, Carabanchel, como forma de estar ao abrigo dos pedidos insubordinados desse grupo[400]. De facto muitos dos exilados haviam partido directamente para Paris, caso de João Chagas ou de Alves da Veiga, depois de

397 "*Una de las autoridades próximas à Portugal ha recebido un despacho perguntándole si en aquella provincia hay refigiados portugueses procedentes del movimiento de Oporto, y, en caso afirmativo, que se les dê orden de transladar-se à provincia que no sea fronteriza.*" In *La Época*, Madrid, 20 de Fevereiro de 1891, p. 2.

398 Fotografia e legenda publicada em SEABRA, José Augusto (1991), "Um Manifesto Patriótico e Cívico", op. cit., p 185.

399 SOUSA, Fernando de (1991), "Cartas de Basílio Teles", op. cit., p 207.

400 Idem, p. 202.

uma pequena estada deste último em Madrid, à qual se chegam a referir alguns jornais madrilenos como o *El País* e o *Heraldo de Madrid*[401].

O grupo parece não ter vida política ou social, ou sequer dinheiro para isso. Foi só anos mais tarde, que o jornalista republicano espanhol Luís Morote - que várias vezes esteve em Portugal[402] - numa entrevista concedida no Porto por Sampaio Bruno (Setembro de 1904), nos revelou dois episódios interessantes dessa permanência do exilado em Madrid[403]. O Primeiro foi a sua presença, bem como a de outros emigrados portugueses, numa reunião efectuada certa noite no Centro Federal de Madrid. Apesar de terem entrado

401 "Alves da Veiga" e "Álbum El País – Alves da Veiga", El País – *Diário Republicano Progressista*, 16 e 18 de Março de 1891, p. 1. e "Ultima Hora – Alves da Veiga", in *El Heraldo de Madrid – Diário Independiente*, Madrid, 5 de Fevereiro de 1891, p. 3.

402 Esta entrevista de Luís Morote a Sampaio Bruno vinha na sequência de uma rubrica sua denominada: "El Heraldo en Portugal", onde durante várias semanas publicou entrevistas com personalidades políticas e intelectuais da vida portuguesa de então (D. Carlos, Teófilo Braga, Guerra Junqueiro etc), bem como descrições de várias localidades típicas portuguesas. Morote era um daqueles republicanos federalistas que acreditavam que esse projecto só se poderia estabelecer com o prévio conhecimento dos dois povos que, até aí, se desconheciam "Vivimos tan lejos unos de outros ! Hay tanta distancia entre los dos pueblos hermanos." Idem, p. 2.
Em 1907 Luís Morote voltaria a estar em Portugal. Desta sua visita haveria de resultar um livro anti - franquista (contra João Franco, o "Dictador Loco") e apologista da implantação da República em Portugal, denominado: *De la Dictadura a la República – La Vida Política en Portugal*, Ed. F. Sempere y Compañia, Valencia, s/d. Sobre este periodista ver GARZON, Juan Sisino Perez (1975), *Luis Morote – La Problemática de un Republicano (1862-1913)*, Prólogo de Enrique Sebastiá Domingos, Editorial Castália, Madrid, 1976; e GARZON, Juan Sisino Perez (1975), *Luis Morote: Regeracionismo y Democracia*, Separata de *Hispania – Revista Española de História*, tomo XXXIV, pp. 579 a 608.

403 "Oyendo a Pereira Sampaio", in Heraldo de Madrid, Madrid, n.º 5049 de 17 de Setembro de 1904, pp. 1 e 2.

discretamente, foram detectados pelos seus correligionários espanhóis, e Bruno foi compelido, muito a contra-gosto, a discursar.

O segundo episódio, cuja simples lembrança refere Luís Morote, parecia ainda causar grande emoção no seu interlocutor, foi a entrevista daquele a Pérez Galdós, no apartamento da Calle Alcalá. Bruno iria com esperanças de propor a tradução para português das obras do autor de *Doña Perfecta*, principalmente os *Episódios Nacionales*. Contudo, a timidez de ambos acabou gorando essa tentativa, com grande pena de Bruno, que nutria por Galdós uma enorme admiração, por diversas vezes demonstrada nos seus artigos de jornais e livros. Em Paris haveria de lhe dedicar um dos capítulos das *Notas do Exílio* (1893) ...

Fora aquele episódio, por parte dos republicanos de Madrid, não é feita especial referência aos exilados portugueses, como já se disse. A situação destes era incómoda às autoridades pelas razões a que atrás já aludimos. A experiência partilhada das duas nações ibéricas em emigrações e exílios políticos, dava naturalidade ao tom utilizado pelas autoridades espanholas pedindo aos governos provinciais de fronteira para enviarem às províncias não fronteiriças os portugueses exilados, mas nada mais. Nenhum auxílio foi dado de maneira oficial, podendo, contudo alguns portugueses usufruir de apoios financeiros recolhidos através de fundos criados desde 1873 por agremiações republicanas espalhadas pelo país, e publicitadas por periódicos simpatizantes da causa. É este o caso da *Associación Benéfica para Socorrer à los Prezos y Emigrados Políticos Republicanos* da qual o jornal de Madrid *El País – Diário Republicano Progressista* dá noticia nas suas páginas[404].

Os periódicos monárquicos e republicanos falavam da revolta do Porto, fazendo em alguns casos uma descrição detalhada dos acontecimentos, acentuando os jornais republicanos, como o *El País* e o *La República*, as perseguições movidas pelas autoridades portuguesas aos revoltosos, clubes e

404 *El País – Diário Republicano Progressista*, Madrid, 8 de Fevereiro de 1891, p. 2; ou o *La República- Diário Federal*, Madrid, 7, 14, 15 e 18 de Fevereiro de 1891, p. 3.

imprensa republicana[405]. Enquanto os jornais conservadores como o *La Época*, *La Unión Católica*, *Gaceta Universal* ou o *La Fé – Diário Monárquico*, se regozijavam com o rápido estabelecimento da normalidade política portuguesa[406].

Alguns deles, contudo, vão dando pontuais notícias da chegada dos exilados a Espanha, particularmente a Madrid. É o caso do *La Época* que, editando um mini boletim dos emigrados portugueses, relata assim noticia a chegada de Sampaio Bruno à Coruña:

"*Emigrados Portugueses.*

Han llegado a la Coruña el redactor de La República Portuguesa, señor Pereira de San Payo (sic), *Doctor Tellez* (sic), *y tres sargentos más, todos complicados en la sublevación de Oporto.*

Uno de estos sargentos se presentó á la autoridade superior civil de la província.

El doctor Alves da Veiga, estuvo el domingo en la villa de Prado, y alli pasó a Arcos de Val de Vez desde donde se internó en Galicia [...]

También se internó en Galicia el alférez Malheiro que se habia herido en la refriega de la calle de San Antonio. Se ignora todavia cómo pudo fugarse.

---

405 El País – Diário Republicano Progressista, Madrid, 1 de Fevereiro, p. 1; 2 idem, p. 2; 5 idem, p. 3; 8 idem, p. 3; 10 idem, p. 1; 11 idem, p. 1; 16 idem, p. 1; 17 idem, p. 2; 18 idem, p. 1; 19 idem, pp. 1 e 2; 24 idem, p. 2; 1 de Março de 1891 p. 2. *La República – Diário Federal*, Madrid, 1 de Fevereiro, p. 2; 3 idem, pp. 2 e 3; 4 idem de 1891 p. 2.

406 Ver *La Época*, 31 de Janeiro, p. 3; 1 de Fevereiro, p. 2; 2 idem, p. 1; 3 idem; 9 idem, p. 2; 25 idem, p. 2; 27 idem, p. 2; 14 de Março, p. 2. *La Unión Católica*, Madrid, 31 de Janeiro e 2 de Fevereiro, p. 3 de 1891. *Gaceta Universal*- Diário Religioso, Político y Literário, Madrid, 4 de Fevereiro de 1891, p.1. *La Fé – Diário Monárquico*, Madrid, 6 e 9 de Fevereiro de 1891, p. 1 e 2.

José Pereira de Sampaio y Basílio Tellos (sic) *pasaron, como los anteriores, la frontera por el Miño.*

Todavia recorren el território português, sin haber podido pasar la frontera, cerca de 100 militares [...]."[407]

Todas as razões aludidas fizeram com que Bruno acabasse por viajar para Paris, onde chega nos finais de Abril.

4.1.5. Paris não é uma festa. (Abril de 1891 a Fevereiro de 1893)

De qualquer maneira, em Paris, o estado de espírito de Sampaio Bruno não se teria alterado muito. O degredo era-lhe cada vez mais pesado, passados que estavam os deslumbramentos da chegada à "cidade luz"[408]. Nesse meio tempo, em Portugal nada apontava para uma mudança da situação. Ao invés, eles, "os vencidos", aguardavam uma amnistia que lhes seria duro sequer requerer. Um ano depois, já na capital francesa, escrevia Bruno a seu irmão recomendando-lhe que se abstivesse no Porto de toda e qualquer manifestação por altura do 31 de Janeiro, deixando espelhada na carta a amargura pelo tratamento que estava sendo dado aos revolucionários, principalmente por parte dos próprios republicanos. Este ressentimento calaria fundo. Extraordinariamente eloquente é esta carta, repassando um sentimento que já lhe era familiar. Os exilados sentiam-se, como referem num coro magoado

407 *La Época Actual*, Madrid, 16 de Fevereiro de 1891, p. 2. Nos dias que se seguem o jornal notícia novas dos exilados portugueses em Vigo, Pontevedra, Tui, Ferin, etc. *La Época Actual*, Madrid, 17 e 20 de Fevereiro de 1891, pp. 4 e 2.

408 Ver carta do seu amigo íntimo Xavier de Carvalho sobre a alegria de Bruno a chegar a Paris. SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno)* ..., op. cit., pp. 67 e 68.

Heliodoro Salgado, João Chagas, Basílio Teles e Bruno, mais do que "vencidos", "traídos".

"[...] *Uma coisa importante, importantíssima, em que quero que siga à risca as minhas instruções. V. abster-se-á, por completo, de qualquer participação em qualquer manifestação no dia 31. Não estará na loja do barbeiro, que deve ser vigiada. Não lerá na nossa, menos distribuirá, nem andará com exemplares do jornal comemorativo. Dirá, rancamente, redondamente, ao barbeiro e aos demais correligionários que o solicitem que as nossas circunstâncias actuais lhe impõe toda a reserva. Nada de evasivas. Isto francamente. A ida do Moreira e do Índia para aí não augura nada de bom. E eu tenho maus palpites. Veja se lhe davam cabo da pele com alguma corunhada ou se o punham idiota com alguma espadeirada na cabeça. Veja se o prendiam nestas alturas e o tinham retido dois ou três meses. Era rico para os nossos projectos e o nosso futuro. Tremo só de pensa-lo. Portanto abstenção completa. Exigo-o terminantemente. Não dê conta a ninguém deste recado e rasgue logo esta carta. Mas diga que V. não pode agora que as nossas circunstâncias o não permitem.*

E que se fodam. De repúblicas temos visto. Bonda.Bonda. Bonda."[409]

De Paris, viajaria até à Holanda[410], num itinerário que para muitos terá sido iniciático. Tal como salientam Joel Serrão e Manuel Gama, a hiper-excitação do exílio tornara-o sensível a fenómenos psíquicos ampliados por leituras esotéricas então iniciadas[411]. A situação em Paris tornara-se cada vez mais difícil. O afastamento da família, as crescentes dificuldades financeiras e

409 SAMUEL, Paulo (1995), "Sampaio Bruno e o Idealismo do 31 de Janeiro", in *Nova Renascença*, Vol. XV, n.º 59, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, p. 694.

410 NE, pp. 317 e ss.

411 SERRÃO, Joel (1958), *Sampaio Bruno* ..., op. cit., pp. 37 e ss; e GAMA, Manuel da (1994), *O Pensamento* ..., op. cit., pp. 79 e 80.

o desentendimento com alguns seus camaradas de exílio (João Chagas[412]) fizeram desesperar a espera e precipitar a volta a Portugal. Paris, tal como Madrid, encontrava-o frio, incapaz de deslumbramentos que só tem aquele que viaja por opção. As críticas à "cidade luz" sustentavam-se na depressão do exilado.

"Os nossos recursos pecuniários eram escassos, e sempre adiámos uma solução pessoal decisiva, pois que daqui, destas confiantes e abandonadoras terras lusitanas, de onde a onde nos participava ou que ia ser decretada a amnistia ou que a revolução estava a explodir.

Mas como nem a amnistia ciciava decretada nem a revolução explodia clamorosa, sucedeu o que naturalmente, haveria de ocorrer. Sucedeu que nos encontrámos absolutamente na penúria, sem um franco na algibeira.

Atingiu, enfim, a crise o paroxismo; e todos que leram Balzac sabem como é atroz, em Paris, 'la misère en habit noire'. Sob a hipocrisia de sua polidez artificial, a gente do Norte de França é dum egoismo descaroável, áspero, sarcástico, sem limites. A pobreza, ali, considera-se infame; e, depois de 'cobarde, a injúria mortal que pode dirigir a um homem é o chamar-lhe 'mendigo'. 'Lâche' ou 'mendiant' são vocábulos que em Paris se expiam com sangue.

Tornara-se insofrível uma situação que nunca fora senão tolerável (ainda nos melhores momentos)."[413]

A brusca decisão de abandonar Paris, e esperar a amnistia, que se desejava breve, numa pachorrenta e monótona aldeia fronteiriça (Hinojosa del Duero), demonstram o estado de espírito que o acompanhou nos últimos tempos do exílio. Sampaio Bruno exila-se do próprio exílio, promete, faz juras de filho arrependido, de não se envolver em nada, de ter uma vida pacata, familiar e estudiosa:

412 AID, p. 111.

413 AID, pp. 110 e 111.

"*Assim, se vier a amnistia, cujo pedido repelimos, eu irei, por causa da nossa vida, da família, da mãe, se isto não fora, não voltaria, apesar da ausência forçada da pátria ser atroz. Mas, nessa hipotese, não viverei senão para a familia e para as letras, se ainda puder. Não sairei mesmo de casa senão o indespensável.*"[414]

Guerra Junqueiro, que nesse meio tempo conseguira liquidar-lhe as contas, telegrafa-lhe e escreve-lhe ininterruptamente para que voltasse[415]. Guardada no armário do seu quarto - Hotel de Edimburgo, no n.º 20 da Rua Trévise, em Paris -, a uma dessas cartas se agarra depois de uma noite de incerto desespero. Junto com ela outros papéis, "antigas conspiratas estéreis", um guia de comboios e umas luvas, e corre, corre para apanhar o primeiro trem para Espanha na estação de Bordéus, como Carlos da Maia correra para apanhar o eléctrico, o americano...

Salamanca e de novo a Galiza, a pacata aldeia Hinojosa del Duero[416]. Aguardava na modorra fria da aldeola galega alguma notícia. Enganava o tempo conversando com o mestre-escola, lendo Pérez Galdós e continuando a enviar a Heliodoro Salgado os textos que viriam a constituir as *Notas do Exílio* (1891-1893)[417]. A amnistia tão esperada, quanto não pedida, veio finalmente a 25 de Fevereiro de 1893.

---

414 SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno)* ..., op. cit., pp. 66 e 67.

415 AID, p. 111.

416 Sobre os tempos passados em Hinojosa Del Duero, na Galiza, ver ADS, p. 115.

417 "[...] *numa pequena aldeia, em Espanha, onde, aguardando a hora de análoga resolução última, era mente minha haver de organizar, como organizei, o volume (Notas do Exílio) a que Silva Pinto, no seu livro, teve a bondade de referir-se, com nímio favor.*" AID, p. 111.

4.2. A Propaganda acima de tudo - A polémica da peste no Porto (1899-1902)

"Pois que nem sempre o exílio seja desterro, e a proscrição se exerça mesmo, adentro das fronteiras" (In *O Brasil Mental*, 1898[418])

Em Portugal continuaria, apesar da experiência funesta, e das promessas à mãe e ao irmão, a lutar pela república em que acreditava. Esta constituirá inclusive uma das fases mais produtivas da sua vida. De 1893 até à implantação da República em 1910, publicará uma imensidão de artigos de jornais, alguns deles posteriormente constituídos em livros (tal é o caso das *Notas do Exílio*), e as obras *O Brasil Mental* (1898); *A Ideia de Deus* (1902); *O Encoberto* (1904); *Os Modernos Publicistas Portugueses* e *Portugal e a Guerra das Nações*, ambos de 1906; *A Questão Religiosa* (1907); *Portuenses Ilustres* (1907-1908) e *A Ditadura* (1909).

Muitos dos seus textos são assumidamente obra de propaganda republicana, fenómeno mais nítido ainda na sua colaboração em periódicos. O jornal portuense *A Voz Pública*[419], herdeiro do extinto diário *A República Portuguesa* (1890-1891), será a principal tribuna de Sampaio Bruno entre 1893

418 OBM, da nota da p. 18.

419 Em 1895 virá a ocupar o lugar de redactor principal deste periódico. Ver TORRES, Ruy D'Abreu (1975), *Cultura Portuguesa*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1975, p. 149.

e 1908. Nele poderemos seguir os factos mais marcantes da sua vida política e intelectual: o envolvimento na Polémica da Peste no Porto (1899-1902), a polémica com Afonso Costa e o afastamento do Directório Partido Republicano Português (1902), a crítica ao regicídio (1908) que culmina desencanto da política dos republicanos na implantação de uma República que não era a *sua* República. Serão ainda esses quinze anos da sua colaboração no jornal *A Voz Pública* (1893-1908) que permitirão efectuar parte da análise das ideias educativas de Sampaio Bruno a realizar na segunda parte deste trabalho.

4.2.1 A formação de opinião pública como motor político

A polémica em que Bruno se envolveu, por motivo da Peste que se anunciou no Porto em 1899, é um dos factos pouco, ou mesmo nada, estudados da vida do publicista portuense, e contudo grávido de consequências. Mais do que o conteúdo da polémica, que se arrastará por quase três anos (1899-1902), são os efeitos que para si advieram desta contenda que importa revelar. A polémica marcará mais um passo no processo de isolamento que acompanha Bruno desde o primeiro exílio em 1891. Este é um isolamento particularmente importante, porque directamente referido à sua sociabilidade portuense. É disso que se queixa quando escreve em 1900 que toda aquela contenda o tinha inimizado com antigos amigos, e arranjado novos inimigos:

"Que lucro tirei eu disso ? Injúrias, ingratidões, insolências e esquecimento [...] *como inimigo da peste eu fui proscrito, até mesmo de conterrâneos meus e com os quais, infelizmente, andava longos anos."*[420]

420 "Ao Sr. Eduardo de Sousa ... rapaz, traz-me o chicote !.", in *A Voz Pública*, 8 de Agosto de 1900, p. 1.

É por isto que este episódio deve ser confrontado com o exílio de 1891 e com a saída do Partido Republicano Português em 1911. Todos, não sendo os dois últimos exílios, no sentido geográfico do termo, são retiradas, afastamentos que, como já referimos o vão encaminhando cada vez mais para um mundo de livros, cada vez menos um mundo de homens. Esta misantropia transforma-se num traço característico desta geração finissecular de que Bruno faz parte, e de que nós temos tão abundantes exemplos; desde logo o patriarca do liberalismo, "o velho" como lhe chamavam, Alexandre Herculano, auto-exilado em Vale de Lobos. O catastrofismo suicidário (Antero, Camilo, Mouzinho e até mesmo o amigo bem chegado de Bruno, Joaquim de Araújo) é o sinal desses tempos de voragem política transmitida numa nevrose nacional, cujo lado mais alegre ainda foi a ironia literária e mundana dos "Vencidos da Vida".

Pertencer à Geração do Fim, a *Finis Patriae* de Antero, foi o também o sentimento de Bruno que, com grande coragem mental, se recusou a "esconder a negrura dos factos do azul das utopias"[421]. É esse sentimento finissecular, esse verdadeiro "mal do século", que ele descreveu nestas últimas linhas do *Brasil Mental* (1898) - o estado do "Portugal Mental"[422]:

---

421 O Poema "Finis Patriae – Dedicado à Mocidade das Escola", haveria de ser publicado na primeira página do jornal a *República Portuguesa*, acompanhado de dois artigos dos seus redactores: Bruno e João Chagas.. O de João Chagas, intitulado Guerra Junqueiro", começa assim: *"Começa hoje a ser lido em Portugal um poemeto que há-de ter um lugar na história da sociedade portuguesa contemporânea, porque ficará marcando, sob uma das grandes formas eloquentes que ainda se revestiu o sentimento da pátria, o seu estado moral no paroxismo da mais grave crise social e política, que porventura tem atravessado"*, In *A República Portuguesa*, 29 de Dezembro de 1890, p. 1.

422 "Portugal Mental", in *A Voz Pública*, 20 de Outubro de 1904, p. 1.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

"Entretanto, prostrados e abatidos, capitulando sem pelejar, fazemo-nos surdos, porque não queremos ouvir; e cegos nos fazemos porque teimamos em não ver.

Forcejamos por nos estontear com festarolas sobre festejos; esturdiamos; dançamos; rimos às gargalhadas. Qual o desgraçado que um cancro rói ou uma decepção acabrunha, e que nos venenosos vapores do álcool busca efémera ilusão dum esquecimento vingativo.

Bem sabemos; bem calculamos; bem conhecemos que estamos perdidos, se nos não dispusermos ao arranque dum ímpeto salvador.

Mas uma atonia desorganizante impossibilita-nos, paralisa-nos na polé da tortura. Compreendemos, mas não queremos. O mal não é da inteligência, é da vontade. Nós não podemos querer, santo Deus ! nós não podemos querer. E, assim, não sabemos viver nem sabemos morrer.

É atroz.

Destarte, a propaganda resulta quase estéril, porque as convicções estão feitas, mas os ânimos é que não estão dispostos. Covardes, covardes que somos !."[423]

E ainda assim ... E ainda assim, terminava o *Brasil Mental* (1898) com um toque de optimismo que estas linhas, e um futuro próximo, se encarregariam de desmentir: "A República é, pois, o recurso 'In extremis'. Não há outro."[424] Haveria ? - perguntará onze anos depois (1910).

Sobre a importância dos jornais como formadores da opinião pública - numa sociedade "complexa e plural, dividida pelas tensões entre grupos sociais e pólos regionais", e portanto, difícil de governar - escreve Rui Ramos:

"Havia muitas opiniões, mas qual era a 'opinião pública' ?[...] *Álvaro Pinheiro Chagas, jornalistas do 'Diário Ilustrado' e do 'Correio da Manhã'*

423 OBM, p. 319.

424 Idem, p. 322.

descrevia a opinião como 'uma série de pequeninos actos em significação quando isolados', uma 'atmosfera'. A leitura dos jornais, as conversas dos centros políticos, as discussões do Parlamento nada significavam. Para ele, a opinião não era o que se dizia, mas um conjunto de gestos e de deslocações. No seu jornal, Chagas media-a atentando em detalhes como 'assinantes que de súbito suspendem a sua assinatura; outros que inesperadamente aparecem a reclamar o jornal; localidades onde a gazeta nunca tivera relações e nas quais surgem agentes pedindo o jornal para venda, indivíduos pertencentes a classes em que o diário não contava adeptos nem simpatias e que passavam a interessar-se pela folha, como a súbita recusa por parte de indivíduos pertencentes a classes em que o jornal influía; cartas e bilhetes de elogio ou descompostura vindos dos mais diversos pontos e escritos nos mais diferentes estilos; artigos e sueltos de jornalistas de ocasião atacando ou apoiando o que no jornal se diz ou o que o partido fez; visitas que se recebem de gente que nunca se viu'. Esta era a bacteriológica agitação que se devia atender para detectar a opinião."[425]

De facto, num país habituado a torneios intelectuais de forte pendor polemista, recém saído das conturbadas, mas igualmente estimulantes, "Questão Coimbrã" (1865-1866) e Conferências do Casino Lisbonense ou "Conferências Democráticas" (1871), o papel dos intelectuais publicistas havia-se tornado extremamente relevante. Qualquer escritor que se prezasse escrevia abundantemente nos jornais. Estes mesmos intelectuais publicistas que, uma vez envolvidos no enredo político, Portugal gastava com uma facilidade esbanjadora (Herculano, Oliveira Martins, Amorim Viana, Antero ou Bruno, só para citar alguns...). Por sua vez, uma opinião pública volátil e mal informada, ávida de polémicas fortes, estimulava verdadeiras "guerras de

425 "A Busca da Opinião Pública", in RAMOS, Rui (1994), *A Segunda Fundação (1890-1926) – História de Portugal*, Dir. José Matoso, Vol. VI , op. cit., pp. 248 e 249.

papel" ao fazer suas, as opiniões diversas, que faziam correr tanta tinta nos livros e jornais.

O séc. XIX foi, sem dúvida, o século dos jornais, onde os jornalistas se consideravam investidos de uma "missão suprema", representando Bruno, sob este aspecto, um caso protótipal[426]. Fazem-se e desfazem-se reputações, põem-se e destituem-se governos, naquela *bacteriológica agitação*, nem sempre habilitados com os conhecimentos suficientes.

Se esta *intelligentsia* por vezes actuava em campos em que não dominava - falando tanto de política, como de literatura, como de arte e até medicina - o mesmo se poderia dizer do público. Maioritariamente inculto, facilitava o increpar de polémicas, vulgarmente instrumentalizados por esses *opinions makers*. Isso passava-se numa altura em que a importância da imprensa é proporcionalmente directa à incultura, quase generalizada, da população portuguesa. Na realidade, ninguém aferia a competência desses autodidactas em matérias, fossem elas quais fossem, mais ou menos importantes. A divulgação que pressupunha a missão educadora e civilizadora por vezes perdoava muitos excessos, até porque, a mecânica da vulgarização assentava na transformação de conhecimentos complexos que, quando reduzidos a fórmulas simples e facilmente assimiláveis[427], corrompiam a ideia original. Utilizando a mistificação cultural e civilizadora, uma certa

426 Ver capítulo A Missão dos Intelectuais, na II Parte deste trabalho.

427 É justamente o que diz José Tengarrina, comentando alguma má influencia dos jornais sobre o seu público:

"*De facto, não distribuindo senão uma informação fragmentária, superficial e sem continuidade, a imprensa exclusiva ou preponderante noticiosa, se é certo que pode esclarecer o leitor acerca de determinado esclarecimento, não o ajuda a formar uma opinião crítica em face dele. Atendendo meramente aos 'objectivos' não se identifica com o pensamento do leitor nem pretende, pelo menos aparentemente, exercer qualquer influência sobre ele* [...] *É chocante verificar o carácter efémero das alterações de opinião provocadas pela imprensa periódica*", in TENGARRINHA, José (1965), *História da Imprensa Periódica Portuguesa* ..., 2ª ed., Editorial Caminho, Lisboa, 1989., p. 221.

intelectualidade dos "conhecimentos úteis" agitou de tempos a tempos esta bandeira para fins ideológicos ou sensacionalistas[428] :

"No entender de vários intelectuais oitocentistas, a questão essencial era a da divulgação cultural para um público alargado, que importava formar, sobretudo através de dois poderosos meios de comunicação: a imprensa e a escola. Como veremos, a divulgação correspondia a uma profunda necessidade de modernização social: a alfabetização de um povo maioritariamente iletrado e a formação do espírito de cidadania. Constituía uma intenção recorrente entre a 'intelligentsia' nacional da época. A ausência da prática comum e do gosto de leitura tão frequentemente referida pelos redactores dos jornais oitocentistas, era apenas uma das faces, porventura a mais aparente, da questão. Outras condições da vulgarização cultural eram mais raramente consideradas: o perfil dos intelectuais portugueses que a ela se dedicavam, destituídos de uma formação específica, muitos deles literatos voltados para as culturas de importação; a fraqueza de uma opinião pública restrita, em geral mal preparada e pouco interveniente, a par da insipiência das classes médias."[429]

---

428 Também Rui Ramos assinala este fenómeno:

"O êxito da chamada 'imprensa republicana' em Portugal deve-se menos ao republicanismo do que ao facto de terem sido alguns destes jornalistas radicais a fundar em Portugal a imprensa sensasionalista, que nesta época se desenvolveu em todos os países europeus. O 'Diário de Notícias' era um jornal comedido e conservador. Os outros jornais estavam enleados por compromissos partidários com as figuras do regime. Só as folhas republicanas andavam suficientemente à solta para explorar o noticiário sensacional e irresponsável." in RAMOS, Rui (1994), "A Imprensa Imunda", in *História de Portugal – A Segunda Fundação* ..., op. e vol. Cit., p. 50

429 MATOS, Sérgio Campos (1995), *Historiografia e Memória Nacional (1846-1898)*, Edições Colibri, Lisboa, 1999, p.16.

Deste pecadilho não se livrou Bruno, ao envolver-se na fortíssima polémica da Peste no Porto. O resultado da contenda não lhe foi favorável, representando mesmo o seu "segundo exílio", ou seja, o que ele refere como o abandono das polémicas num artigo de 1902[430]. Vejamos, então, como se processou esta polémica que durante mais de três anos arrastou Bruno para uma contenda implacável contra os higienistas, em particular Ricardo Jorge (1858-1939), Eduardo de Sousa (1865-1927), as autoridades municipais e o próprio governo da Monarquia.

"Raramente se reflectiu acerca dos riscos de vulgarização praticada por autodidactas não especialistas, não raro adulterando a mensagem original: a este respeito, Adolfo Coelho e Joaquim António da Silva Cordeiro foram excepções . Se o trabalho de vulgarização é essencial para assegurar a continuidade e permanência das ideias, também é verdade que adaptar um pensamento às possibilidades e exigências do leitor médio se traduz muito frequentemente numa desvalorização do rigor do conteúdo e numa degradação da forma. Disso estava bem consciente Silva Cordeiro, nos finais do século. Distinguia este ensaísta dois momentos, entre a formulação de uma ideia por um autor e a sua apropriação pela consciência popular: um primeiro, de ''complicação efervescente' – um contacto inicial em que a crítica veicula sentimentos e intenções aparentemente alheios à ideia original; e um segundo de 'estratificação simplista', em que o seu conteúdo cristaliza numa fórmula, tornando-o eficaz em termos pragmáticos. Silva Cordeiro diferenciava, pois, muito claramente, a primeira recepção de uma ideia pelos seus intérpretes da ulterior apropriação pelo público. Do seu ponto de vista de psicologia colectiva interessava, sobretudo, aquele momento inicial de recepção em que uma doutrina é objecto de determinada leitura. O seu estudo

430 "Aos amigos conhecidos e desconhecidos. Aos inimigos desconhecidos" in *A Voz Pública*, de 26 de Janeiro de 1902. p. 1.

permitiria desvendar o modo como se estabelece a relação entre o espírito de um autor e o espírito da sua época."[431]

Estas reflexões parecem-nos particularmente pertinentes no caso desta polémica da Peste Bubónica. Bruno escreverá, já em 1900, um conjunto de cinco artigos[432] onde a idiossincrasia contra a vacinação o encaminhará para reflexões detalhadas sobre a microbiologia, o higienismo e os serviços de saúde, podendo-se constatar facilmente a leitura de compêndios, revistas e relatórios que sobre aquela matéria se vinham produzindo em Portugal e no estrangeiro (particularmente em França), mas onde, também, é a ideia condutora – a "absoluta inconsistência" dos pareceres das autoridades sanitárias que levaram a identificação da doença e as medidas profiláticas adoptadas (o cordão sanitário). É a este conjunto de artigos, mas também aos ataques dirigidos a Ricardo Jorge, que Eduardo de Sousa responde no livro *Soros e Vaccinas*, publicado em 1899. Toda a argumentação reduzida, simplificada, foi utilizada como arma política contra as autoridades médicas do Porto (Dr. Ricardo Jorge e a Junta Médica), as autoridades publicas daquela cidade (Governo Civil) e nacionais (Parlamento e o Governo). Simplifica de tal maneira a mensagem num chavão regionalista, que repete em quase todos os artigos: é uma "guerra de Lisboa contra o Porto", e a Peste é apenas o pretexto para Lisboa "infligir humilhações à cidade invicta".

4.2.2. Contornos e significação da polémica

Em 1899 manifestou-se uma epidemia de Peste Bubónica, cujo bacilo se pensou ter vindo de Bombaim. A epidemia provocou 320 casos, 120 deles mortais, entre estes o conhecido microbiologista Dr. Câmara Pestana (1863-

431 Idem, pp. 16 e 17.

432 *A Voz Pública* de 21, 23, 24, 30 e 31 de Janeiro de 1900.

1899)[433], colega então de outra celebridade médica, o higienista Ricardo Jorge (1858-1939) [434]. A situação, seguida por médicos nacionais e estrangeiros, atingiria tal gravidade que o governo e as autoridades sanitárias vieram a decretar o isolamento da cidade, através de um cordão sanitário estabelecido entre 23 de Agosto de 1899 e Fevereiro de 1900. Este cordão causou grande descontentamento nos portuenses, que se mostraram mais preocupados com o impacto económico que o cordão iria causar, do que com as eventuais consequências benéficas para controlo da epidemia[435]. O "Cerco", como lhe

433 Câmara Pestana foi considerado um dos maiores nomes da microbiologia em Portugal. Veio a falecer com apenas trinta e seis anos de idade, vítima de peste bubónica contraída numa autópsia a um cadáver infectado. Além de ter deixado trabalhos relevantes na especialidade, foi ainda o criador do Instituto Bacteriológico em 1892.

434 Ricardo Jorge, um dos mais famosos higienistas portugueses, foi fundador do Instituto de Saúde Pública e Higiene que hoje tem o seu nome. Foi igualmente lente da Faculdade de Medicina de Lisboa. Teve uma actividade literária impressionante, com um profundo domínio da linguagem e de estilo, contando mais de 200 volumes publicados, entre discursos, conferências, artigos de jornais e revistas, crónicas de viagens, biografias (ex. *Ramalho Ortigão* (1915) e *Francisco Rodrigues Lobo* (1920)), tratados médicos (*Um Ensaio sobre o Nervosismo* (1879), *Localizações Motrizes no Cérebro*, 1880; *Ensaios Científicos e Críticos*, 1886; etc.). Foi amigo e admirador de Camilo Castelo Branco, de quem pretendia seguir o estilo. Com o higenismo a medicina confrontava-se com a sua vertente social, na medida que os problemas de saúde aparentavam-se com as questões sociais como a pobreza ou hábitos e tradições de determinados grupos. Ver PEREIRA, Ana Leonor e PITA, Rui (1993), "No Século das Explosões Científicas" in *História de Portugal – O Liberalismo* , Vol. V, op. cit., pp. 664 e 665; *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, 5 Vols., Coord. de Eugénio Lisboa, Instituto Português do Livro e da Leitura, Publicações Europa-América, Lisboa, 1990, p. 411.

435 FERREIRA, Maria Emília (1985), " Epidemias", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, Livraria Figueirinhas, Porto, 1985, p. 407.

chamaram, foi algo que marcou tragicamente a população do Porto, de tal maneira que a cidade não seria mais a mesma, como refere Oliveira Ramos:

"O Porto nunca mais é o mesmo, desenvolve em relação à capital uma atitude de 'corte negativa', a que acrescentava a atitude chauvinista, de um falso desdém e um falso afastamento.

A fé na ciência e a cultura científica são protagonizados por Teófilo Braga, Câmara Pestana; Júlio de Matos e Ricardo Jorge – a cidade do Positivismo e das certezas republicanas".[436]

Nos artigos publicados no jornal *A Voz Pública* e no *Jornal de Notícias,* Sampaio Bruno polemizaria fortemente com Eduardo de Sousa (1865-1927), médico e jornalista. Na realidade, Eduardo de Sousa atacaria duramente Bruno por este utilizar o peso que tinha na opinião pública sobre uma matéria que, segundo Eduardo de Sousa, o "pseudónimo ilustre" não tinha quaisquer conhecimentos[437]. Bruno, por seu lado chamará a este o "líder da peste", e a Ricardo Jorge "o Pina Manique da Saúde"[438], increpando as autoridades sanitárias e o governo se estarem a proceder assim com base numa "inventona médica" cujos requisitos científicos ele se propõe esclarecer nas páginas do jornal, e que em substância se revelavam numa crítica demolidora aos médicos, às vacinas e às políticas higienistas e microbiologistas, que justamente pela mesma altura faziam os aplausos da comunidade científica.

436 RAMOS, Luís de Oliveira dir. (1994), *História do Porto*, Porto Editora, Porto, 1994, pp. 512 e 513.

437 SOUSA, Eduardo (1899), *Sóros e Vaccinas por ...*, Magalhães & Moniz Editores, Porto, 1899.

438 " A Lição das Coisas", in *A Voz Pública*, 14 de Fevereiro de 1900, p. 1. " *O Sr. Ricardo Jorge, que será, por esta lei, o Pina Manique da Medicina, mas um Pina Manique com muito mais autoridade porque, não só será o corregedor da Polícia Sanitária só em Lisboa, mas em todo o País, com os poderes mais extensos e mais absolutos*".

De facto, a epidemia constituiria um motivo amplo de debates científicos que proporcionaram na época vários estudos[439].

Estávamos no verão de 1899, Bruno reinicia a suas intervenções na *Voz Pública*, interrompidas desde Fevereiro, justamente a propósito da Peste que fora declarada no Porto e quando já se "falava em Lisboa de pôr cerco ao Porto". O artigo tinha a retumbante manchete "Peste, Fome e Guerra", acusava os médicos de falta de competência para caracterizar a situação, falando mesmo de uma "peste imaginária" !:

"Todavia, não pertence unicamente aos médicos a resolução do instante e gravíssimo problema, e os seus alvitres que têm até, de ser revisados por um critério superior ao elemento médico, antes de serem adaptados e postos em execução .[...]

Também, se o conjunto das medidas sanitárias adoptadas interrompem a vida económica do Porto e do país, por forma a determinar uma crise, comercial e de trabalhos, sem precedentes na aliás abundante história das nossas calamidades públicas, o Porto e do país terão escapado da moléstia talvez, mas com certeza morrerão da cura. [...] *O Porto teve a peste, a fome e a guerra quando do cerco homérico que experimentou; e a geração altaneira d'esse tempo não tremia diante de micróbios, como não tremia debaixo da*

439 Bibliografia sobre esta temática ver: JORGE, Artur Ricardo (1899), *A Peste Bubónica no Porto*, Porto, 1899; DIAS, Fernanda da Conceição de Sousa Cravo e ALVES, Emília Manuela (1987), *A peste bubónica no Porto em 1899*, Universidade Portucalense, Porto, 1987; HENRIQUES, Artur Alberto de Campos (1900), *A Peste do Porto. Projecto de lei sobre o bill de indemnidade: discurso pronunciado na Câmara dos Deputados*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1900; *O Cerco [visual gráfico]. Comemorativo do Centenário da criação do Instituto Dr. Ricardo Jorge*, fotografias de Aurélio da Paz dos Reis, Centro Português de Fotografia, Porto, 1999; JÚNIOR, António Joaquim de Sousa (1902), *Peste bubónica. Estudos da epidemia do Porto*, Tipografia Artur José de Sousa & Irmão, Porto, 1902.

metralha. Se há coisa hedionda agora, não é a peste infecta, é o medo infecto da peste."[440]

Junto com este artigo de Bruno, *A Voz Pública* garantia colocar-se à disposição de qualquer médico que quisesse contrapor as corporações científicas em artigos publicados naquele periódico. Não sabemos se chegou a aparecer algum médico que combatesse nas folhas do jornal as decisões da Junta de Saúde Pública. O tom de Sampaio Bruno subia no artigo seguinte, declarado que estava "o Cerco", apelidando de "inadmissível" e "ineficaz" o cordão sanitário que por terra e mar se havia montado em torno da cidade. Alguma dramatização era também conferida pela presença invulgar dos militares nas estradas e estações. Bruno denunciava: cidade encontrava-se sequestrada pela doença, ou pelas autoridades sanitárias ?:

"*Vai-se pois, estabelecer imediatamente em torno do Porto um cordão sanitário. Para esse fim o governo ordenou já, como nos comunicaram, que marchassem as tropas necessárias. Também vão ser enviados navios, para impedir as comunicações marítimas. Quer dizer, numa palavra: em Lisboa declarou-se o cerco ao Porto.*"[441]

Dois dias depois um novo ataque, fortíssimo, desta feita à comunidade médica que permitira tal medida. Para Bruno as falhas da preparação profissional advinham de longe, da falta de educação fundamental que os fazia, por exemplo, desconhecer quase por completo as línguas:

"[...] *o motivo critico da desastrosa adopção desta medida absurda provém afinal, da mediocridade da educação dos nossos profissionais.*

Em regra o médico português, das línguas estrangeiras não conhece senão regularmente, o francês – isto não querendo já falar daqueles, aliás, por

440 "Peste, Fome e Guerra" in *A Voz Pública*, 20 de Agosto de 1899, p. 1.

441 "O Cerco do Porto", idem, 22 de Agosto de 1899, p. 1.

desgraça numerosos, que mesmo o francês só imperfeitíssimamente o conhecem.

Já não entendem sequer o espanhol; são incapazes de ler correctamente um livro italiano, mas então que dizer do que eles sabem do inglês e alemão ?

De cem médicos portugueses, pode assegurar-se que não há dez que traduzam sem auxílio de dicionário uma página d'um compêndio escrito em língua inglesa; e que não há três, então, que possam gabar-se de tal ufania pelo que toca ao idioma germânico.

De maneira que, por esta deplorável falta de preparação secundária, o resultado é que a medicina portuguesa não pode, em geral, exceder os limites restritos da ciência francesa [...] *Nós homens do Porto, estamos sofrendo agora, e mais sofreremos ao diante) d'este abuso de autoridade. Os médicos estão mandando onde não têm voz nem voto.*"[442]

A 25 de Agosto nova crítica à classe médica e ao seu corporativismo, cujas características os assemelhavam aos padres[443]:

"*Não increpemos os médicos de que assim procedam, pois que o estímulo corporativo é uma inconsciente freima humana que tanto existe em médicos como em padres (de que os médicos procedem ao tipo do seu específico conjunto), como em militares, como em magistrados, enfim como em todas as corporações fechadas.*"[444]

Adiante denunciava o "cordão comercial" a que o Porto estava sujeito mandado instalar por Lisboa: "Não é da Peste do Porto que em Lisboa se cuidam de defender. É o comércio do Porto que Lisboa pretende atacar."[445],

442 "O Cordão", idem, 24 de Agosto de 1899, p. 1.

443 Veja-se o que atrás se disse sobre os médicos, acusados serem os "padres da República", RAMOS, Rui (1994), *História de Portugal* ..., op. e vol. cit, p. 343.

444 "O que seja preciso fazer", idem, 25 de Agosto de 1899, p. 1.

445 "O Cordão... Comercial", idem, 27 de Agosto de 1899, p. 1.

frisava Bruno ironizando com o "medo do médico" que se instalara mais fundamente que o próprio "medo da peste"[446]. A 31 de Agosto, Sampaio Bruno iniciava a personificação das críticas o visado será o seu colega e conterrâneo Ricardo Jorge (1858-1939). O motivo inicial do ataque ao Director do Instituto Municipal de Higiene foi despoletado pela homenagem que lhe foi prestada pela cidade do Porto, por ter descoberto (identificado) o vírus da peste bubónica. "Imaginem se fosse um Darwin"[447], diz Bruno, despeitado, considerando inadequado tal preito público (recordemos que o médico higienista tinha, justamente, acabado de publicar as obras *A Peste Bubónica no Porto*; e *Demografia e Higiene na Cidade do Porto*, ambas em 1899)[448]. A 2 de Setembro o título da *A Voz Pública* pedia já a demissão do higienista, considerando-o "absolutamente incompatível com toda a população do Porto":

"O Governo central pede à cidade do Porto o obséquio de fazer o sacrifício de alguns dias ainda ... às toleimas e à cobardia da cidade de Lisboa. Assegura que, pelo momento, nada pode fazer a bem do Porto. [...] *Ora o Sr. Ricardo Jorge, médico Municipal e Director do Instituto Municipal de higiene, é um funcionário subalterno da mesma Câmara. Por efeito das circunstâncias que não é lícito apreciar de momento, o Sr. Dr. Ricardo Jorge tornou-se absolutamente incompatível com toda a população do Porto* [...] *é um indivíduo que, com justiça ou sem justiça, o povo do Porto hoje repudia.* [...] *De maneira alguma, aconselhamos a Câmara que demita o Sr. Dr. Ricardo Jorge. Mas pedimos à Câmara que suspenda o Sr. Dr. Ricardo Jorge, como uma satisfação imediata às exigências da cidade* [...] *O santo e a senha que andava em todas as bocas era este. Demissão ! Demissão !."*[449]

---

446 "Isolamento e Desinfecção", idem, 30 de Agosto de 1899, p. 1

447 "O Porto em Perigo ! A miséria e a Fome. Abaixo o Cordão Sanitário", idem, de 31 de Agosto de 1899, p. 1.

448 *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, op. cit. , p. 411.

449 "Demissão, Demissão !", in *A Voz Pública*, de 2 de Setembro de 1899, p. 1; "O Dr. Ricardo Jorge e a Câmara Municipal do Porto – Elogios Irrepresentativos", idem,

Nos números seguintes o jornal continua a crescer de tom, de tal maneira que se tornou alvo das suspeitas oficiais sendo apreendido pelas autoridades nos dias 12 e 17 de Setembro. No final de 1899 o clima estava realmente efervescente, mais a mais porque se aproximavam de novo eleições, onde os republicanos do Porto contavam conseguir uma vitória significativa, facto que veio a acontecer . O resultado das eleições de 24 de Novembro de 1899 daria 4026 votos para a lista republicana e 3782 para a lista Progressista. Os números da vitória foram publicados em grandes parangonas, no jornal *A Voz Pública,* a 18 de Fevereiro de 1900.

Não devem ter sido alheio a estes resultados, os ecos desta polémica, tanto mais que Bruno acentuava as cores anti-Lisboa e anti-governo. O descontentamento capitalizado pela situação de isolamento sanitário da cidade, que Bruno tão bem explorou do ponto de vista político, entenda-se, acabaria, portanto, por se fazer sentir nas eleições de 24 de Novembro de 1899[450]. Apesar desta vitória, o governo mandou dizer às autoridades locais que não aceitava nem realizava a verificação de poderes dos republicanos eleitos. A isto respondem os mesmos com a acusação de mais um vexame imposto à cidade invicta, a que se vinha juntar a obrigatoriedade dos passes sanitários a quem entrasse ou de lá saísse:

" *'Tudo menos republicanos': - foi esta a insolente indicação que, ao que nos informaram, o governo determinou, de Lisboa para o Porto, quando*

12 de Maio de 1900, p. 1. As polémicas jornalísticas, contudo, não foram invulgares na vida de Artur Ricardo Jorge. Veja-se a questão levantada em torno de um concurso para o lugar de sub delegado de saúde, acusado que foi de preterir um dos candidatos a favor do seu próprio filho. JORGE, Artur Ricardo (1911), *Em Verdade. Cartas publicadas no Jornal 'República' de 21 de Junho a 1 de Julho*, Tipografia Adolfo Mendonça, Lisboa, 1911.

450 SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1995), *História de Portugal*, Vol. X, Editorial Verbo, Lisboa, 1995, pp. 86 e 87.

se iniciaram os trabalhos que deram em resultado a eleição que foi anulada pelo Tribunal de Verificação de Poderes.

'Tudo, menos republicanos': - quer dizer que a eleição republicana pelo Porto era considerada pelo regimen como um protesto característico contra a perpetuação de um sistema, destarte condenado pela consciência pública, particularmente afirmada nas urnas da segunda cidade do país.

O Porto não permitirá que o ofendam e agravem á boamente e sem desforço. Novamente agravado está ele sendo com a disposição anteontem tomada em Lisboa, e pela qual os passageiros e mercadorias procedentes desta cidade não poderão seguir nas estações limítrofes das linhas dos caminhos de ferro sem prévia apresentação de bilhetes de sanidade passados pelas autoridades sanitárias especiais do Porto."[451]

Durante esse ano de 1899, quem apareceu para dar a face pelas opções profiláticas decididas pela Junta Médica e Governo, implementadas pelas autoridades Municipais do Porto, foi de facto Eduardo de Sousa, médico e jornalista, num conjunto de artigos publicados no *Diário da Tarde*, posteriormente editados no livro *Soros e Vacinas* (1899). O tom que utilizou contra Bruno foi irónico e violento:

"Há poucas , mesmo muito poucas semanas ainda, que um pseudónimo ilustre, abandonando a sábia reserva que cumpre a todos que pela falta de habilitações especiais em assuntos que não se versam apenas com as vagas abstracções de filósofos mais ou menos abstrusos ou com os hábitos do verme roendo com apetite as velhas e amareladas páginas dos 'in-fólios' ponderosos, veio a público, procurando mistificar uma terra de ignorantes, sempre chinezamente admirativa perante os maiores disparates que tombem como sentenças de quaisquer lábios consagrados, afirmar a falência da bacteriologia e a inutilidade dos laboratórios bacteriológicos.

451 "Partido Republicano – A Eleição do Porto", in A Voz Pública de 28 de Janeiro de 1900, p. 1.

Chegou mesmo a perguntar o pseudónimo eminente, montesinhamente irónico n'este particular, de que serviria um laboratório bacteriológico anexo a um laboratório de higiene, quando, em sua sábia, opinião, um laboratório de higiene só poderia ser, quando muito, uma casa de banhos ! Talvez fosse mesmo, devido a esta sincera crença, que o ilustre pseudónimo não se lembrou nunca de lá por as eruditas plantas para esclarecimento da sua intrigada ignorância, vistas e conhecidas como são as suas práticas em assuntos de higiene e de hidrologia.

É possível que o policiente pseudónimo [...] *ignore mesmo o que seja a bacteriologia, pois que querendo mata-la de uma penada infeliz, caiu acaso n'um erro só desculpável em quem nunca abriu um livro especial ou nunca viu na objectiva do microscópio um bacilo ou a mais insignificante preparação histológica. E como estas coisas não se vêm nem se aprendem com óculos de alcance, mas sim frequentando os tais laboratórios que o insigne pseudónimo não sabe para que sirvam, como confessa, dir-lhe-emos que a sua sabedoria o atraiçoou, levando-o acaso a confundir bacteriologia com bacterioterapia.*"[452]

Já em 1900, no primeiro da série de cinco artigos que continuava a dedicar a Peste, critica a validade das descobertas de Pasteur - a vacinação. Dava exemplos de casos infelizes de cura passados mesmo em Portugal. Estes, deixaram "incrédulo" e "frio", quanto às virtudes da medicina bacteriológica e às suas potencialidades no tratamento da Peste Bubónica no Porto[453].

A 23 de Janeiro continuavam os exemplos e a ironia contra aquele (s) que apelidava de "Jean Valjean da bacteriologia, metido pelos canos da cidade", tal qual um "moinante armado d'um cacete, a cata dos ratos, n'uma tarefa desgraçada e porca"[454]:

452 SOUSA, Eduardo de (1899), *Sóros e Vaccinas por ...*, Magalhães & Moniz Editores, Porto, 1899, pp. 9 a 11.

453 "A Peste", in *A Voz Pública*, 21 de Janeiro de 1900, p. 1.

454 "A Peste", idem, 23 de Janeiro de 1900, p. 1.

"Mas a peste de agora é, nas suas origens e nas suas consequências, nas suas causas e nos seus efeitos [...] *uma peste revolucionária e demagógica, com ressaibros radicais e socialistas, ela altera inteiramente as tradições.*

Como a hidra mitológica, é bicho dissimulado e proteiforme; tem muitas capas e vestiduras, ora silva, rabioso, ora cicia, ao parecer manso e quedo. Propomo-nos estudar, por completo, esta avantesma."[455]

No artigo seguinte combatia a utilidade e conveniência do Laboratório Municipal de Higiene, que adjectivou de "Fábrica de Cães Danados"[456]. Referindo que existia sempre o perigo da fuga bacteriológica, motivada pela falta de cuidado dos funcionários desses laboratórios:

"[...] *tem-se dado lá fora casos alarmantes, derivados da incúria de empregados subalternos, qual foi aquele, célebre, que, pela mesma data rememorou o nosso colega do 'Primeiro de Janeiro', referindo-lhe os pormenores sucessivos* [...] *estando metidos n'uns frascos destapados uns tantos ratos inoculados, tão somente protegidos por um sarrafo de madeira, surgiu um gato, negro como o do conto fantástico do novelista americano Edgar Pöe, salta o demónio do gato pela fresta da bandeira, desvia com a mão* [sic] *o sarrafo, contorna o frasco, como os ratos e vai-se embora todo lampeiro, a seu salvo e regalado.* [...]

Se o bichano não apareceu por então, em triste revindicta, os micróbios pululam á data, aos cardumes. Não havia que duvidar da existência da peste . [...] *Ora, na verdade é que nos meios científicos estrangeiros, onde os estudos se fazem a preceito, aí mesmo é bem raro encontrar dois bacteriólogos que se entendam sobre as suas observações bacteriológicas* [...] *Portanto, não era abusivo que não nos submetêssemos desde o primeiro momento,*

455 Idem, ibidem.

456 "Liga Contra a Peste", in *A Voz Pública*, de 2 de Março de 1900, p. 1.

incondicionalmente, á afirmativa de que se haviam apurado micróbios específicos da doença que nos vinha importunar."[457]

A este tom jocoso já respondera Eduardo de Sousa, numa verrina de alguma dureza contra a falta de preparação académica do jornalista d' *A Voz Pública*. Falta de preparação essa que lhe fazia dizer, sobre esta matéria, "heresias de calouro ralaço":

"*Não nos admiramos que, em geral, se não soubesse o que era o soro Yersin. O que nos causaria pasmo, se não estivéssemos habituados ao costume português de falar-se sempre proficientemente de tudo menos do que se sabe, seria o aprumo com que localistas profissionais e anónimos, tendo apenas o curso dos botequins e frequência dúbia nas aulas do Cadela, nos aparecem de súbito a opinar magistralmente acerca das mais recentes e, debaixo de certos pontos de vistas, mais controvertidas questões das ciências médicas. Mas a regra no jornalismo português é que haja quem escreva, e não quem leia para saber o que escreve, regra que, em geral se cumpre, com restritas excepções. O noticiarista é tudo. Foi agora medico e microbiologista; será amanhã matemático se o 'x' de alguma integral apaixonar a opinião. De tudo sabe, porque tudo ignora. E assim sentenciou sobre o soro anti-pestoso de Yersin, e a opinião recebeu de joelhos, com aumentos consideráveis de tiragem, a palavra sagrada, como numa zoolatria fervente.*"[458]

Depois de todos estes artigos, provada que pensava estarem as "pantominices de Pasteur", Bruno responde magoado às críticas de Eduardo de Sousa, numa polémica que cada vez mais os inimizava e confrontava, a eles, que tinham sido amigos de juventude...:

457 "A Peste", idem, 24 de Janeiro de 1900, p. 1.

458 SOUSA, Eduardo de (1899), *Sóros e Vaccinas por...*, op. cit., p. 28

"O Sr., quando éramos moços, quando eu confiava no Sr., com o Sr. me abria, delatou-me, denunciou-me. Para se eximir de uma culpa comum o Sr. expatriou-me. E eu fechei os olhos a isto, fingi adormecido, afectei não recordar, desculpei-o com a sua juventude, nunca lhe disse uma palavra a propósito.

Porque é que o Sr. me odeia ?

Eu, na crise da Peste, tratei de defender os interesses (legítimos) da minha terra natal, que cuido que também é sua.

Que lucro tirei eu disso ? Injúrias, ingratidões, insolência e esquecimento. Como amigo da peste o Sr. ganhou dinheiro. Como inimigo da peste, eu fui proscrito, até mesmo de conterrâneos meus e com os quais, infelizmente, de parceria andava longos anos."[459]

Eduardo de Sousa chegou mesmo a ameaçar fisicamente Sampaio Bruno, escrevendo acerca dele que "mandara atear fogo a uma padaria", "fizera torpezas na sala de estar de uma senhora" de onde fora "expulso", e por último, que praticara "escroquerias" no exílio, ficando a dever dinheiro a amigos e conhecidos[460]. Numa última carta Bruno, que assina o nome completo, e não o pseudónimo, responde:

"O Leader da Peste – Eduardo de Sousa fez ontem o que tinha feito na véspera. Recusou-se a responder às minhas exigências de explicação ás suas anteriores insinuações. E volveu a insistir que me há-de bater ! Ao 'leader da Peste' direi duas palavras mansas, que me sugere a teimosia desta ameaça insolente e imprópria.

José Pereira de Sampaio"[461]

459 "Ao Sr. Eduardo de Sousa ... rapaz, traz-me o chicote !", idem, 8 de Agosto de 1900, p. 1.

460 "Eduardo de Sousa", idem, 8 de Agosto de 1900, p. 1.

461 "O Leader da Peste – Eduardo de Sousa", idem, 9 de Agosto de 1900, p. 1.

Se nos abstivermos deste *fait-divers*, e nos debruçarmos no significado profunda da carta magoada de Bruno, ressalta inequívoco que toda esta polémica lhe criou um conjunto de inimizades, perda de antigas amizades, em suma, o isolamento ao "notável condutor da opinião" [462].

E na verdade, este assunto teve várias consequências na vida do publicista portuense, provocando mesmo, em conjunto com as discordâncias crescentes com o Partido Republicano, o que Manuel Gama chamou de sua *primeira retirada* (1902) – ou o afastamento das polémicas[463].

As duas causas estarão muito provavelmente ligadas. Ao tentar mostrar o fracasso da ciência no caso da suposta "Peste do Porto", ou ao publicar em 1878 a primeira crítica ao Positivismo, "A Propósito do Positivismo (Relance)" e mais tarde [464] em 1898 o livro *O Brasil Mental,* Bruno estava a confrontar-se directamente com os suportes intelectuais do republicanismo – os positivistas - Teófilo Braga à cabeça, Ricardo Jorge, Câmara Pestana ou mesmo o seu amigo Júlio de Matos – virando as costas à cultura científica dominante em certos círculos republicanos na época.

A crítica ao cientismo republicano, com contornos difusos em 1878, e muito concretos entre 1898 e 1900, durante a polémica da Peste no Porto, acarretar-lhe-iam dissabores futuros. Por isso, e apesar desta polémica ter reforçado os resultados eleitorais republicanos no Porto (24 de Novembro de 1899), Bruno iria recolher daí um conjunto de inimizades de que amargamente se queixou. De facto, para os republicanos, atacar o cientismo positivista, equivalia o sustento ideológicos do movimento, conforme demonstrou Fernando Catroga:

---

462 SOUSA, Eduardo de (1899), *Sóros e Vaccinas* ..., op. cit., p. 69.

463 GAMA, Manuel (s/d) *O Pensamento de Sampaio Bruno*..., op. cit., p. 147 e ss.

464 In *Museu Ilustrado- Álbum Literário* , Sociedade Atenea, Dir. David de Castro, Tipografia Ocidental, Porto, 1878 , fasc. 3º a 12º.

"Sustentamos, assim, que o republicanismo português (aliás, em consonância com o seu émulo francês) foi dominantemente um cientismo, isto é, apresentou a sua filosofia e o seu modelo de sociedade como propostas tiradas do conhecimento científico. Para isso, elevou as ciências naturais (e a metodologia empirista e experimentalista) à categoria de critério último de verdade. Como se compreende, muitas das proposições que em seu nome foram avançadas, de científico tinham somente a pretensão e a ganga terminológica, pelo que esta atitude foi uma espécie de ideologia teórica que, extrapolando algumas conclusões das ciências, as integrou em discursos ideológicos mais totais, pretendendo, deste modo, dar-lhe credibilidade epistemológica de que só o conhecimento científico-natural então gozava."[465]

Depois de 1902 cada vez mais Sampaio Bruno se parecia com o retrato que dele traçou Raul Brandão. Retrato de solitário, tímido e já doente que se arrastava de casa para a Biblioteca e da Biblioteca para casa...:

"Bruno, esse, nunca fez cálculos sobre a vida. Cheio de simplicidade e de modéstia, viveu e morreu como um pobre homem – a arrastar-se, nos últimos anos, da padaria da Rua do Bonjardim para a Biblioteca, da Biblioteca para a Rua do Bonjardim. Punha um pé – parava ; outro adiante – com uns testículos que lhe chegavam aos joelhos, e suspendia a marcha, arrastando-se com os vagares de caracol. Cada vez mais apegado à inocência dos livros, a sua grande alegria era conversar ... - Só se detinha um momento a olhar a gente por cima das lunetas e tinha pena de não poder, como antigamente, correr as ruas do Porto, até de madrugada, com os seus amigos. – Nem ao café vou. Chamam-me talassa ! – Do Porto dizia:

- *É a melhor terra do Mundo para se viver. Nem Paris lhe chega !*

---

465 CATROGA, Fernando (1991), *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2 Vols, Col. Estudos, Faculdade de Letras, Coimbra, 1991, p. 211.

Ora sucedia que este homem extraordinário que sabia tudo e que conhecia tudo – que valia uma biblioteca, conversador admirável, e que era ao mesmo tempo um homem modesto, falando baixinho que, posto à espera dum eléctrico, não se atrevia a fazer o gesto de o mandar parar. Se parava, subia – se não parava, ficava à espera de outro."[466]

Que diferença já desta outra pequena "mancha colorida" onde, de novo, Raul Brandão relembrava outros tempos do pensador portuense:

"*José Sampaio (Bruno), conversador extraordinário, corria altas horas as ruas denegridas e húmidas do Porto, com dois ou três amigos, falando, parando, discutindo até alta hora da madrugada. Vinha tudo à baila. Deus, o universo, os filósofos e a política. Agregavam-se ás vezes àqueles homens alguns rapazes, que os ouviam fascinados. Eu era um deles, e ouvi-lhe, uma noite, estas palavras que nunca me esqueceram:*

- Escusam de procurar ... a nossa ruína não vem dos políticos nem do regime. Mudaremos de regime e ficaremos na mesma. O mal é mais profundo – o mal é da raça.

- A raça ? Mas, com esta raça, descobrimos o Mundo !...

Não me lembro o que ele respondeu, nem mesmo se atendeu à interrogação. Sei que continuou:

- O mal é da raça. Se quisermos modificar o País, temos de fazer exactamente o mesmo que se faz com os cavalos, temos de mandar vir homens do Norte, ingleses, escandinavos, ou suecos, e de montar aqui e além postos de cobrição.

Uma gargalhada acolheu a 'boutade'. E a conversa seguiu logo outro rumo. Aqueles três ou quatro homens, todos notáveis – Basílio Teles, embrulhado no seu gabinardo, o matemático Falcão, que só tinha um prazer na vida. Falar, e por ele esqueciam tudo, o culto Cipriano da Fonseca, que foi

466 BRANDÃO, Raul (1925), *Memórias*, Vol. II, Ed. Perspectivas & Realidades, Lisboa, s/d, p. 174.

um dos fundadores de 'A Pátria' e acabou, mais tarde, no Brasil -, faziam-nos esquecer a noite e as ruas sinistras e ermas do Porto, cheias de sombras a esvoaçar na humidade e no negrume. Seguimo-los deslumbrados."[467]

Na verdade, o monólogo que Sampaio Bruno entretém com a sua caneta na introdução dos *Modernos Publicistas Portugueses* (1906), é um dos mais eloquentes testemunhos desse sentimento de desânimo que tantas vezes o atingia[468], motivado pelos confrontos que a "propaganda dedicada e obstinada" o obrigou a travar ao longo da sua vida. É o balanço de uma vida de escritor e polemista:

"Olho para a minha caneta. Trouxe-me ela a riqueza, posição definida, a independência, a fortuna, a rutilância social, as considerações oficiais ? Granjeou-me o descanso para meus velhos dias, a segurança na vida ? Libertou-me da apreensão do amanhã ? Favoreceu-me com a tranquilidade de espírito, indespensável (se delas fosses capaz) às cogitações altas e desinteressadas, que, honrado cismador, dignificam as sociedades e enobrecem as literaturas ?Conquistou-me a amizade dos meus patrícios, a estima dos meus concidadãos ? Trinta e três anos ! Trinta e um anos ! Pobre, pobre, estéril caneta ! Aborreces-me, enfadas-me. Quase que começo a ganhar-te rancor e ódio.

Porque, se ao menos, não me servindo a mim, antes prejudicando-me nos meus interesses pessoais, alienando-me simpatias, concitando-me animadversões, tu houvesses concorrido para a dignidade da pátria e para a liberdade dos meus concidadãos, em boa hora contasse eu os sacrifícios e de glória reputasse os vexames, tomando a título de preitos e homenagens os

467 "O Sangue" in, BRANDÃO, Raul (1933), *Memórias – O Vale de Josefat*, Vol. III, Ed. Perspectivas & Realidades, Lisboa, s/d, pp. 189 e 190.

468 Por exemplo, quando esteve no exílio, ou em 1902 com a agressão de Afonso Costa, ou depois de 1911 com o encerramento do *Diário da Tarde* por questões políticas.

apodos e ultrages sofridos. Porém toda a tua eloquência, se algum momento a tiveste, foi inútil, e gastaste em pura perda a tua prosa. Fito-te a ti, arma impotente, e vejo-te ridícula, ao cabo de trinta e três anos de esforços que se esgotaram e, esgotando-se e esgotando-me, me deprimem a mim e aos outros."[469]

Implantada a República, em 1910, Bruno seguirá cada vez mais um caminho diverso de muitos dos seus anteriores colegas republicanos. A mudança de regime, como aliás referiria Raul Brandão nestas memórias, não trouxera as alterações esperadas. Dos primeiros artigos apelando à conciliação nacional, à não entrada nas listas eleitorais do Porto, a escolha da Bandeira ou finalmente o desaguisado, que já vinha de longe do tempo do exílio em França com João Chagas, e depois com o próprio Afonso Costa, marcaram o afastamento de Bruno do partido republicano, mas igualmente da política.

4.3. O segundo "exílio" - O abandono do Partido Republicano Português (1902)

Bruno foi republicano sem ser maçon, porque se recusará a pertencer a sociedades secretas. Foi republicano sem ser positivista, julgando a nova ciência uma teologia científica que se vinha substituir à escolástica, imitando-lhe os tiques. Foi republicano fora do Partido Republicano e, por fim, foi republicano sem mesmo pertencer à República, quando a República com que sonhou se quedou corporizada em práticas e homens em que não acreditava mais. Vimos como com a heterodoxia de Bruno ele acabaria resvalando para uma oposição política a alguns dos seus pares republicanos, oposição aos positivistas, oposição a Afonso Costa e às decisões do Directório Republicano.

469 OMP, pp. XIX e XX.

Este afastamento radical no plano da política enunciava outro, mais importante, mais significativo, no campo das ideias. Resultados políticos de um afastamento doutrinal que, por sua vez, viriam trazer consequências intelectuais e mentais. Amargurado, desiludido com certa política, Bruno voltar-se-ia para uma teorização espiritualista, cujos filhos dilectos seriam a *Ideia de Deus* (1902) e o *Encoberto* (1904) e essa outra obra tão singular que é a *Theorie et Notation Finale de la Musique* (1903). Como é possível desligar esta nova fase espiritual, (crise existencial, porque não ?) do aparecimento destas obras, e estas por sua vez, do seu atribulado percurso político entre 1899 e 1902 ?

Não queremos com isto dizer, como Bruno, a quente, na altura o disse, que se afastava da política. Não se afastou. Voltaria a pegar na pena: "martelar, martelar" para assim educar a "canalha" seria sempre o seu lema. Na realidade datam de 1906, pois, a publicação do *Portugal e a Guerra das Nações* e dos *Modernos Publicistas Portugueses*. Bruno voltava à erudição educativa e ao debate político, continuado a seguir com os livros *A Ditadura* (1909) e *A Questão Religiosa* (1907), ambos livros de combate político.

O ensimesmamento, já por diversas vezes notado no percurso brunino, teve causas próximas, pessoais e até físicas. Na verdade, a agressão de Afonso Costa é uma metáfora, tão clarificadora se apresenta. Bruno sentia-se agredido desde 1891, desde o exílio. Quantas vezes não lamentara a posição hostil, ou pelo menos ambígua, do Directório do Partido Republicano, ou dos republicanos lisboetas em relação aos homens do 31 de Janeiro de 1891 ? É exactamente aqui que se inicia a sua caminhada de enfrentamento com Afonso Costa, e parte das estruturas do seu partido. "Os vencidos", também "traídos", mas sobretudo "esquecidos".

Para combater a amnésia nacional, e particularmente a republicana, Bruno, metodicamente, por altura do aniversário do 31 de Janeiro, seguiu publicando um texto alusivo ao tema. Isto representaria um acicate constante a alguns republicanos que haviam combatido o eclodir do movimento e lhe assacavam as culpas de um atrasamento na implantação da República. Este ressentimento recíproco terá tido oportunidade de eclodir na altura em que se

discutiu no Porto a participação nas eleições do PRP no final do verão de 1901, indo num crescendo que terminaria com as acusações feitas à organização e funcionamento do Congresso Republicano de Coimbra, até à agressão de Afonso Costa a Bruno e o consequente afastamento deste do PRP, logo no início do ano de 1902. Este novo sobressalto na vida de Bruno iniciou-se, pois, em Setembro de 1901.

A meados de Setembro de 1901 preparavam-se novas eleições legislativas, quando ainda ecoavam no Porto as frases e os receios em torno da polémica da Peste Bubónica, na qual, como vimos, Bruno obtivera tão acentuado protagonismo contra as autoridades públicas e sanitárias. O alarde na imprensa contra o que acreditava ser a magna conspiração urdida em Lisboa em desfavor do Porto, a coberto dos casos clínicos aí detectados, já lhe valera alguns amargos de boca (ver capítulo 4.3.).

Nesse cenário pré-eleitoral, Sampaio Bruno veio, em artigos publicados n' *A Voz Pública,* criticar a decisão das comissões republicanas do Porto de apresentarem listas para as próximas legislativas. No artigo de 12 de Setembro: "As eleições e o Partido Republicano", Bruno demarcava-se dessa decisão e, para que mais tarde não o acusassem de pactuar com o sistema, e demitia-se da comissão para que fora eleito[470]. Esta declaração era reforçada poucos dias depois (25 de Setembro) com outra: "O Partido Republicano e as eleições – Carta". O tom, agora ainda mais duro, salientava o total afastamento dessa decisão política, que adivinhava de consequências catastróficas:

"Considero a ida do partido às eleições n'esta conjuntura: - como um erro político enorme, de possíveis e graves consequências, próximas e remotas. Com a participação do partido republicano na aparente 'constitucionalidade' do acto eleitoral próximo só perde a República Portuguesa, só ganha a Monarquia em Portugal.

470 "As eleições e o Partido Republicano", in *A Voz Pública*, 12 de Setembro de 1901, p.1.

É, repito, um erro insigne de cuja responsabilidade moral eu repudio a 'menor' parcela."[471]

Esta recusa de entrar no sistema, no jogo fraudulentamente constitucional, mereceu-lhe uma moção de censura por parte do Directório à qual Bruno respondeu, apelidando de "ditatorial" a atitude da direcção do partido, que vinha perverter, tanto a "doutrina", como a "tradição republicana"[472]. Os republicanos dever-se-iam manter fora da monarquia constitucional, derruba-la através de uma revolução, não de votos num sistema eleitoral que considerava irrepresentativo, de eleições fraudulentas. Numa palavra, a apresentação de listas republicanas era uma forma de pactuar com o regime, e a moção que movia a direcção era ela própria uma outra quebra do espírito que deveria guiar o partido. Para que dúvidas não restassem do seu republicanismo (ele que agora acusava a direcção do partido de olvidar esses mesmos princípios), contemporaneamente às suas primeiras declarações sobre as eleições, Bruno publicou um conjunto de três artigos em torno do que considerava 'verdadeiro republicanismo': "Os Princípios Republicanos" (12 Setembro) "Os Sentimentos Republicanos" (19 Setembro); "Linguagem Republicana" (22 de Setembro).

Considerava os "partidos monárquicos partidos de pessoas", enquanto o partido republicano deveria ser um "partido de princípios". O mesmo já houvera dito em 1890 quando se insurgira contra a entrada de republicano num ministério monárquico[473]. A disciplina partidária republicana não devia obedecer "a personalidades", mas sim a princípios. Não era uma relação do

---

471 "O Partido Republicano e as eleições – Carta", in *A Voz Pública* de 25 de Setembro de 1901, p. 1.

472 Idem, ibidem.

473 "A questão entre a Monarquia e a República não é uma questão de homens mas de ideias, seria contraproducente a entrada de republicanos nos gabinetes monárquicos", in "A parvoice da entrada dos republicanos num ministério monárquico", *A República Portuguesa*, 30 de Setembro de 1890, p. 1

"soldado para o seu superior", mas sim de "cidadão para cidadão"[474], a que se estabelecia entre os republicanos. Por isso o verdadeiro republicano não teria jamais o "estofo de um cortesão", nem confundiria o "amor da igualdade com a inveja da superioridade legítima". E se os princípios republicanos entroncavam directamente nas máximas propostas por Saint Martin - bandeira de quase todas as revoluções que se seguiram à Francesa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade - havia agora que anexar-lhes outra: a Bondade, vindo retirar à "fórmula coordenante a rigidez teórica", integrando-a assim no verdadeiro humanismo:

"*A Bondade com a Justiça, ou (o que equivale a dizer o mesmo) a Justiça sobre a Bondade tiram à formula coordenante a rigidez teórica. Ela assume, desde então, um carácter humano, que é o final e conclusivo, completando-se a Liberdade e a Igualdade com a Fraternidade, a qual seja a Bondade coexistindo enfim com a justiça.*

Ora, no serviço déstes princípios republicanos é que concorrem estes sentimentos republicanos".[475]

A pedagogia republicana presente nestes artigos não evitou a moção do directório (ou talvez a tivesse precipitado?). Pretenderam reconduzir Bruno à disciplina partidária, mas tal intento falhou, e falharia tantas quantas fossem as tentativas. A rebeldia era uma das suas características.

Pouco tempo depois, a 1 de Janeiro, os republicanos do Porto apelaram às estruturas directivas do partido para que o congresso que se estava a organizar viesse a decorrer no Porto. Esta proposta foi recusada, vindo a ser Coimbra a cidade onde se realizou o meeting republicano de 5 e 6 de Janeiro

474 "Os Princípios Republicanos", in *A Voz Pública*, 12 de Setembro de 1901, p. 1.

475 "Os Sentimentos Republicanos", in *A Voz Pública*, 19 de Setembro, p. 1.

de 1902[476]. Um novo motivo de crispação entre os republicanos do Porto e de Lisboa, com Bruno no centro da polémica.

No primeiro dia do ano de 1902 Sampaio Bruno publicava n'*A Voz Pública* um artigo sobre "O Congresso Republicano em Coimbra", onde protestava contra a organização dos trabalhos. Esta pressupunha a eleição do directório e só depois o plano de reorganização partidária. Para Bruno isto representava de novo o despotismo de certas pessoas e a corrupção dos princípios republicanos. Pois logo no aviso convocatório do Congresso se "ofendia gravíssimamente a doutrina republicana"[477], porque em todos os anteriores congressos se havia discutido primeiro a reformulação do partido e só depois se elegia o directório[478]. Além de uma prepotência, era o que se chamava colocar o carro à frente dos bois. Numa perspectiva democrática, só depois de reorganizado o partido, se haveria de escolher um directório que melhor se integrasse nesse novo figurino.[479]

A reacção não se fez esperar. Afonso Costa, na sessão do dia 6 de Janeiro, referindo-se ao artigo que julgava escrito por Bruno (aparecera anónimo n'*A Voz Pública*), diria que seria "convenientíssimo que os

---

476 "*Mas, apesar de todos esses motivos, e desejando para as agremiações locais toda a independência e espírito de iniciativa, conforme o diz nesse aviso convocatório, nem por isso o Directório Republicano atendeu o pedido que reiteradamente lhe fizeram as comissões paroquiais republicanas portuenses, para que o Congresso fosse no Porto.*

Todavia, as comissões paroquiais republicanas portuenses são compostas de cidadãos honrados e dedicados, merecedores de alguma deferência. Não os distinguem diplomas académicos nem brilham pelas refulgências sociais, talvez. Mas são republicanos, convictos e leais, prontos a trabalharem despremiadamente, em prol duma causa que, a eles, lhes não confere, em troca vanglória e ostentações." In SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno) ...*, op. cit., p. 80.

477 Idem, p. 78 e 79.

478 Idem, p. 79.

479 Idem, ibidem.

republicanos não andassem publicamente a lavar roupa suja dando um triste exemplo aos adversários". Que os tempos já não eram os de 1891, sendo agora necessária uma nova postura. Porque, se os congressistas se demorassem a sua atenção sobre o programa de 1891[480], este resultaria num "manifesto negativo".

Um "manifesto negativo"! A ofensa a Sampaio Bruno não podia ser mais grave. A intervenção de Afonso Costa era contra ele, contra o que ele representava, contra os homens de 91. Apesar da defesa feita logo a seguir pelo Corregedor da Fonseca, (colega de redacção e redactor *d'A Voz Pública*). A impressão ficara lá, indelével, insanável.

No dia seguinte Bruno reagia, referindo as "desconsiderações" que Afonso Costa lhe dirigira, afirmando que a elas já se habituara.[481] A esta mágoa se juntariam as críticas que o mesmo Afonso Costa lhe fizera na altura em que Bruno se manifestara a favor da abstenção eleitoral (atrás referida). Inculcando-as como falta de republicanismo e lealdade, sugerindo mesmo ao jornalista portuense que "quebrasse a pena"[482]. A estas acusações respondeu Bruno num texto que selaria o seu destino de Bruno no PRP:

"Bruno – Declaração

Meus prezados colegas da Voz Pública.

Peço-vos a inserção, no n.º próximo do nosso jornal, destas linhas, que hoje mando igualmente para A Vanguarda, de Lisboa:

---

480 Refere-se ao programa do PRP saído congresso de 1891, que antecedeu em dias o Movimento do 31 de Janeiro, e que, de maneira muito fiel, se iria reflectir no *Manifesto dos Emigrados*.

481 Desde o tempo em que lhe redigira insistentes pedidos, quando este era deputado, para que intercedesse pela amnistia a favor de dois dos mais emblemáticos homens do 31 de Janeiro: o Alferes Malheiro e o Capitão Leitão. Nada adiantaram os pedidos, esquecidos e completamente "desdenhados", como os exilados. Nenhuma resposta teve aos pedidos.

482 Idem, p. 87.

Considero a nova organização do Partido Republicano, aprovada no Congresso de Coimbra, como inteiramente anti-republicana.

Considero-a como ofensiva do sufrágio popular. Considero-a como ofensiva da dignidade pessoal e jornalística. Considero-a como ofensiva da autonomia das agremiações

Considero-a como facciosa e absolutista.

Ela é incompatível com os princípios e os sentimentos democráticos. A meus olhos, onde não é antipática é ridícula.

Para mim, ajuntando-se a muitos outros (de longa e dolorosa data) foi o motivo final que determinou a minha decisão.

Entendo, pois, que me cumpre o dever de tornar público o exercício dum direito; e, em consequência, declaro desligar-me, desde hoje em diante, da disciplina partidária, deixando de pertencer, como deixo, ao partido republicano, assim organizado.

Recupero a minha liberdade plena: de homem, de cidadão e de escritor.

Politicamente (Assim como 'A Vanguarda' é, conforme o seu subtítulo o diz, um 'jornal republicano independente') assim também, de hoje em diante, eu passarei a ser um jornalista republicano independente.

Porto, 8 de Janeiro de 1902."[483]

Três dias depois, em plena Sá da Bandeira, dá-se a famosa agressão de Afonso Costa a Sampaio Bruno, que tanto brado deu na época[484].

---

483 Idem, pp. 89 e 90.

484 Ver SAMPAIO, José Pereira (1957), *Sampaio (Bruno)*..., op. cit., pp. 90 a 94; GAMA, Manuel da (1994), *O Pensamento de Sampaio Bruno* ..., op. cit., pp., 147 a 149 e SERRÃO, Joel (1986), *Sampaio Bruno* ..., op. cit., p. 51.

Afonso Costa teve apoiantes neste gesto brutal, como demonstram as cartas de Inácio de Magalhães Basto e Artur Costa poucos dias depois do incidente:

Nos dias seguintes ao episódio, Sampaio Bruno revelava um significativo afastamento das sociedades secretas, explicando porque nunca pertencera à maçonaria. Ele mesmo faz a ligação entre a sociedade secreta e um determinado tipo de republicano que ele, até fisicamente, confrontava: Afonso Costa (1871-1937)[485], maçon republicano por excelência.

"[...] *filho de maçon com altos cargos na Ordem, eu nunca pertenci à Maçonaria. Respeito a sua tradição histórica; e sei que os serviços que ela prestou à causa da liberdade na Europa e na América a tornam digna de veneração a todos os espíritos progressivos* [...] *Todavia – quero ter a coragem de dizê-lo, consoante mui rapaz me atrevi a dizê-lo a meu próprio pai - em regra, e como princípio geral superior – não simpatizo com associações secretas, e não simpatizo com associações secretas porque é*

"[...] *Jamais me passou pela mente que V. Ex^a se dignasse a conceder a Bruno a grande honra de lhe bater.*

Naturalmente desinfectou-se em seguida ao acto de correcção que se viu forçado a praticar ! se não o fez lembro-lhe. A natureza tem as vezes caprichos que nos confundem, como este por exemplo de conceder uma grande inteligência a um ente tão imundo como o tal Bruno [...]" De Inácio Magalhães Basto para Afonso Costa, Lisboa, 13 de Janeiro de 1902.

"[...]*Larga-os e despreza-os, como devias ter desprezado esse bêbado do Bruno, porque escusavas de ter sofrido desses incómodos morais. Eu, confesso-o, não dormi na noite anterior e a Isabel sofreu imenso, coitada, sonhando que presenciou o duelo e que viu dar os tirrros !!! etc., etc..*" De Artur Costa para Afonso Costa, 13 de Janeiro de 1902. In COSTA, Afonso (1896-1910), *Correspondência Política*, Org. e Prefácio de A.H. de Oliveira Marques, Editorial Estampa, Lisboa, 1982, p. 105.

485 Apesar de A.H. de Oliveira Marques o dar como iniciado na loja *Futuro* só em 1905, Afonso Costa há-de ascender a todos o graus da hierarquia maçónica, tendo sido indigitado para Grão Mestre da Maçonaria Portuguesa no ano da sua morte (1937). Consultar MARQUES, A.H. de Oliveira (1986), *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Editorial Delta, Lisboa, 1986, col. 419 a 421.

força da sua essência que elas façam prevalecer sobre a ideia de justiça para todos a ideia da protecção para alguns, e, assim, sacrifiquem o direito do profano à iniquidade do iniciado, com cuja causa o laço da misteriosa solidariedade se aperta."[486]

Seguiram-se as cartas, os gestos de desagravo daqueles que de perto lidavam ou eram seus amigos. Mas a decisão, o que até ela levara, e as suas consequências permaneciam e permaneceriam, cremos, que para sempre. Bruno caminhava para o segundo exílio, este dentro do seu próprio país, talvez por isso mesmo ainda mais penoso. Recentragem e ensimesmamento e uma decisão ainda: a promessa do afastamento das polémicas que já tantas mágoas lhe haviam causado[487]*. Por quanto tempo ? Não, Bruno não quebrou a pena, antes continuou, isolado, isolando-se, mas perseguindo a sua pedagogia, defendendo ao extremo sempre a verticalidade, os princípios a lealdade ao ideal que o guiou toda a vida. Caminho tão difícil, então e sempre. Continuaria, até morrer, a doutrinação que faltava e que continuou a faltar, ainda assim.*

No capítulo seguinte vamos seguir os últimos anos do publicista portuense, anos que assistiram à implantação da República em Portugal e ao seu derradeiro exílio. Exílio motivado por aquilo que lhe desgostou tanto verificar: a implantação de uma "República de sectários", ao invés de uma "República de todos".

---

486 "Aos amigos conhecidos e desconhecidos. Aos inimigos desconhecidos", in *A Voz Pública*, de 26 de Janeiro de 1902. p. 1.

487 Ver artigo da *Voz Pública* de 14 de Dezembro de 1902 onde se lamenta igualmente da polémica travada a propósito da Peste Bubónica em 1899, continuada verdadeiramente até 1902. Ver GAMA, Manuel da (1994), *O Pensamento de Sampaio Bruno* ..., op. cit., p. 149.

4.4. O derradeiro exílio – Um republicano fora da República (1903-1915)

"Portanto, é preciso, 'por amor da pátria', que todos, antigos monárquicos e antigos republicanos, façamos causa comum e consolidemos a República. Todas as dissidências de opinião se têm de produzir dentro d'este critério supremo e conciliatório: a conciliação da república. Mas, assim sendo, nem por isso deixa de permanecer a liberdade de crítica, exercida aliás com circunspecção, o tino e o cuidado que, como disse atrás, o melindre da ocasião actual reclama e exige.

De resto, na república claro está que se têm de diferenciar os vários matizes de opinião individual. Haverá a opinião moderada; haverá a opinião radical; haverá a opinião socialista; haverá a opinião anarquista [...].

Na república, haverá ainda as opiniões retrogradas ou monárquicas e elas gozarão da mais completa liberdade, desde que respeitem a lei e não conspirem, comprometendo-se ou prejudicando a paz pública, que é o de que Portugal agora essencialmente precisa.

Pela minha humilde parte, já neste jornal, ao iniciar a série destes artigos, o disse, e hoje, ao reatá-la, o repito: - eu pertencerei, na República Portuguesa, á opinião moderada."[488]

Bem pode considerar-se este texto o testamento político de Sampaio Bruno. Espécie de sumula das ideias que defendeu ao longo da vida, tais como a liberdade de expressão, o enaltecimento do sistema constitucional, e a valorização da tradição como factor constitutivo da "pátria republicana", partindo de um envolvimento de todas as sensibilidades sociais e políticas .

488 "A República Portuguesa", in *A Pátria*, 13 de Novembro de 1910, p. 1.

A doutrinação periodista desenvolvida por Bruno entre 1908 e 1911, anos de grande comoção nacional, é verdadeiramente o esteio de uma escola de moderados. O próprio dirá que fora um "radical" durante a monarquia, mas pretendia ser um moderado na república.

A moderação, numa época de extremos, cria sempre dificuldades. Bruno viu-se na contingência, entre os anos 1908 e 1915, de defender estes princípios e por isso confrontou-se com o republicanismo radical, personificado por Afonso Costa, seu opositor e inimigo desde 1902. Esta postura valer-lhe-á o afastamento de qualquer lugar político, que o seu percurso deveria fazer natural merecedor. Talvez não o aceitasse, é certo, mas também não foi convidado[489].

Amargurado, afastou-se. Apesar da defesa que lhe promovem os amigos e os apelos sentidos para que voltasse à plana política para exercer o seu magistério impregnado de "bom senso e moderação"[490].

Ele, que tão duramente combatera a ditadura franquista[491] (1906-1908), viu-se logo nos primeiros meses da República confrontado com extremismos e violências indiscriminadas sobre velhos monárquicos e republicanos, que o fizeram afastar "completamente enojado da vida política portuguesa"(18 de Fevereiro de 1911). Não era o primeiro, nem foi o último. A República seguirá a sua tendência autofágica até sucumbir no golpe militar que abriria as portas ao Estado Novo (28 de Maio de 1926). As forças do Portugal antigo e

489 Em 1911 o *Diário da Tarde*, citando o seu correligionário, A República, de Lisboa, dava entender que Bruno fora chamado por essa altura a ocupar um cargo político mas que fugira do "mesmo a sete pés". Não temos nenhum outro informe que assim tenha sucedido, quem foi chamado e não aceitou, do grupo mais íntimo de Bruno, foi Basílio Teles. Ver *Diário da Tarde*, 24 de Janeiro, 1991, p. 1.

490 GRAVE, João (1915), "Bruno", in *Folha de Viana*, 16 de Novembro de 1915, p. 2.

491 Entende-se como franquismo o período de governação da monarquia constitucional de João Franco, iniciado a 17 de Maio de 1906 e terminado a 1 de Fevereiro de 1908, com o regicídio.

religioso, que Bruno tantas vezes tentara conciliar nesse Portugal que se pretendia novo, insurgiram-se e o regime soçobrou nas fendas que ele próprio abrira aos seus pés.

O radicalismo político, e particularmente a "questão religiosa", retiraram os apoios que a jovem república tanto necessitava. O resultado foi que, nesse dia 28 de Maio de 1926, muitos políticos republicanos estavam tão sós e frágeis como estivera a Família Real no 5 de Outubro de 1910. Tal como dezasseis anos volvidos, ninguém levantou um dedo para salvar esses que assim a tinham conduzido ...

Bruno tentou conter a onda de violência e insanidade que varreu a primeira República Portuguesa nos primeiros e anos, mas não conseguiria. A revolução, como Saturno, devorava dos próprios filhos. Em Fevereiro de 1911 Bruno era novamente um *outsider*. Em boa verdade nunca deixara de o ser. Daí ao esquecimento foi um passo. O revolucionário de 1891 passará a ser o talassa de 1911. Razões ideológicas estarão por detrás desse "esquecimento", a que a dificuldade de leitura de algumas das suas obras não terá facilitado. Bruno será recuperado, anos mais tarde, pelos mentores da "filosofia portuguesa". Passou-se com Bruno o que Georges Gusdorf descreve no seu clássico, *La Conscience Révolutionaire – Les Idéologues*[492] denominando esse fenómeno como o "mistério da geração perdida". Ou seja, conjunto de intelectuais ligados à revolução francesa que são física ou ideologicamente *apagados* da memória colectiva: "La génération perdue a été la victime d'une conspitration du silence"[493].

4.4.1. Os "dois Brunos" – Sampaio Bruno heterónimo de si

492 GUSDORF, Georges (1978), *La Conscience Révolutionnaire. Les Idéologues*, Ed. Payot, Paris, 1978, ver capítulo "Le Mystére de la Génération Perdue", pp. 21 a 38

493 Idem, p. 25.

mesmo.

Afastado da vida partidária depois dos desentendimentos com o Directório do PRP, que culminaram com o episódio da agressão de Afonso Costa atrás narrado, Bruno continuaria, porém, a missão de apóstolo da república utilizando como tribuna as páginas do jornal a *A Voz Pública*.

No entanto, parece que assistimos a uma cisão na personalidade literária deste intelectual: acompanhando a pedagogia republicana, outras páginas, outras ideias mais espirituais, menos militantes, mais esotéricas, indicam um percurso mental divergente. Parecem assim cindir-se de um mesmo autor duas personalidades literárias. O articulista da *Voz Pública* (1893-1909), da *Pátria* (1909-1910) e do *Diário da Tarde* (1911), autor igualmente das obras *A Questão Religiosa* (1907), os *Modernos Publicistas Portugueses* (1906) ou *A Ditadura* (1909) é o mesmo das páginas iniciáticas da *Ideia de Deus* (1902), do *Encoberto* (1904), da *Teoria da Nova Antiguidade* (1914-1915 ?) e dos *Cavaleiros do Amor* (1914-1915 ?). Simplificando, talvez em demasia, esta dualidade, podermos arriscar que a partir de 1901/1902 vemos surgir um Bruno filólogo, enquanto continua o Bruno publicista. Um Bruno heterónimo de si mesmo. Mais público um, mais privado o outro.

Também deveremos levar em conta a alteração provocada na vida de Bruno, com a nomeação para o cargo de bibliotecário da Biblioteca Municipal do Porto (10 de Janeiro de 1908)[494]. No final desse mesmo ano Bruno deixará de escrever na *Voz Pública*, jornal para onde trabalhava desde a volta do exílio, em 1893, e que era, como já tivemos oportunidade de referimos, a continuação do seu *República Portuguesa*. Fosse por essa, ou por qualquer outra razão, que desconhecemos, o diário republicano terminará a sua publicação a 30 de Setembro de 1909. Nos anos seguintes, 1910 a 1911, Bruno

494 CABRAL, Luís (1984), *Biblioteca Pública Municipal do Porto* – "A Direcção de Sampaio Bruno, 1909-1915", Exposição no 150º Aniversário da sua Fundação, 1833-1983, Biblioteca Municipal do Porto, Porto, pp. 35 e 36.

publicará nos jornais portuenses *A Pátria* (1909-1910), e no jornal que ele próprio fará ressurgir, *O Diário da Tarde* (1911)[495].

Fora no "primeiro" *Diário da Tarde* que Bruno estreara, nos anticlericais artigos de 1872-1873; e por ironia do destino será justamente na segunda série do mesmo periódico ressuscitado por ele, que virá a encerrar o seu famoso publicismo político.

Será, aliás, da tribuna conferida por esses dois jornais que se servirá, para dirigir os ataques contra os excessos da recém implantada república, utilizando, tal qual, o mesmo sentido educativo, moralizador e cívico que empregara durante os anos de combate à monarquia[496].

Mas partir de 1912 dar-se-á uma brusca alteração. É praticamente o silêncio. Bruno escreverá pouco e para poucos jornais. Os artigos são pequenos excertos ou capítulos dos livros que tinha em mãos: vão assim aparecendo os capítulos que mais tarde vêm a compor a *Teoria da Nova Antiguidade*, dispersos e talvez publicados ao sabor da sua redacção (cartas que ia escrevendo a Victor Berard, autor do livro *Os Fenicios e a Odisseia* (1903)[497]), nos jornais lisboetas *A Discussão, Diário de Notícias* e no portuense *O Primeiro de Janeiro*. Passou-se isto entre os anos de 1912 e 1913[498]. *Os Cavaleiros do Amor* apareceram também eles dispersos páginas da

---

495 Foi, Sampaio Bruno, segundo o seu sobrinho, que fez reaparecer a segunda série deste jornal a 2 de Janeiro de 1911. Ver SMAPAIO, José Pereira (1957), *Sampaio (Bruno)* ..., op. cit., p. 45.

496 GAMA, Manuel da (1994), *O Pensamento* ..., op. cit., p. 150.

497 TNA, p. 7 e 8.

498 Cf. Listagens apresentadas por SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno)* ..., op. cit., pp. 148 a 179 e GAMA, Manuel da (1994), *O Pensamento de Sampaio Bruno*..., op. cit., pp. 243 a 262.

inovadora revista *A Águia* (1911-1915)[499] , entre os anos de 1911 e 1915 (ver capítulo: Os "Profectas Ibéricos" – A Missão dos Intelectuais).

Sabemos também que nesses sete últimos anos o seu labor intelectual é ocupado com a publicação e estudo de fontes importantes da História portuguesa, códices pertença da Biblioteca Municipal do Porto, tais como *O Livro da Corte Imperial* e *O Livro da Virtuosa Benfeitoria* (1910) *Livro da Fastigímia* (1911)[500]. Deste trabalho de investigação e divulgação cultural, que empreendeu enquanto director da Biblioteca Municipal do Porto, nos ocuparemos mais adiante.

O resultado de tudo isto foi que, entre 1912/1915, foram desaparecendo das páginas dos jornais os seus artigos doutrinários. Houvera, Bruno, dado cumprimento então ao que prometera na declaração de 17 de Fevereiro de 1911? Retirara-se realmente e definitivamente da política portuguesa ? Assim parece de facto, ele que já então vivia "quase sempre estranho à política partidária", como dirá em 1911 a João Correia de Oliveira, jornalista do *Novidades*[501].

A produção intelectual destes últimos quatro anos da sua vida (1911-1915) gizou-se sobretudo pela pesquisa e pela erudição dos fundos encontrados na Biblioteca Municipal do Porto. Os resultados destas investigações será dado à estampa nas obras de história local que constituem a colecção dos *Portuenses Ilustres* (1907-1908) e *O Porto Culto* (1912).

Nesses últimos quatro anos acentuou-se também a sua degradação física. O problema congénito, que nunca o abandonou, obrigava-o a uma vida

499 *A Águia – Revista quinzenal ilustrada de literatura e crítica* , Porto, 1911. Foi dirigida sucessivamente por Álvaro Pinto, Teixeira de Pascoais, Leonardo Coimbra entre outros.

500 Por este motivo viajará mais de uma vez em missão científica, por exemplo a Madrid, onde consultará a Biblioteca Nacional e a Academia de História Espanhola

501 "Uma 'interview' – Ouvindo José Sampaio", in *Diário da Tarde*, 3 de Fevereiro de 1911, p. 1.

retirada, penosa, que contemporâneos seus tão vivamente descreveram[502]. A simples viagem da sua casa na Rua do Bonjardim para o gabinete da Biblioteca Municipal tornara-se um suplício ultrapassado com "vagares de caracol"[503]. Ao mesmo tempo, uma timidez cada vez mais acentuada, quiçá motivada pela origem da doença, fazia-o evitar mesmo os amigos e conhecidos. Fazendo alguns desconfiar que o velho republicano, o herói de 91, que no auge da tormenta revolucionária apelara à conciliação dos espíritos e à concordância das acções em prol da regeneração nacional, se havia transformado num monárquico, num talassa ![504].

Que atmosfera de injustiça deve ter pairado nos seus últimos dias ? Este *Sócrates da República*, este herói intelectual que a todos espicaçava com o seu incómodo inconformismo, com o seu incomensurável saber, haveria de ter a mesma pena, não a morte que o tempo não estava já para cicutas, mas o ostracismo, o esquecimento, pena tanto mais dura quanto as esperanças de anos haviam sido risonhas. E tudo para quê, terá perguntado ? O "exílio mental"[505] cumpria-se, enfim, mais terrível, irredimível para quem, como ele, defendera sempre que a pátria estaria onde estivesse a liberdade.

4.4.2. A Luta contra o franquismo e a crítica ao regicídio (1906-1908)

A oposição à "ditadura" franquista conseguiu galvanizar o ânimo de Sampaio Bruno no período imediatamente anterior à implantação da

502 BRANDÃO, Raul (1925), *Memórias* ..., op. cit., p. 174.

503 Idem, ibidem.

504 Idem, ibidem.

505 VARELA, Maria Helena (1991), "Sampaio Bruno e o 31 de Janeiro", in *Nova Renascença*, Vol. X, n.º 40, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1991, p. 253.

República. Bruno tinha então cinquenta anos, e desde 1902 se encontrava, como sabemos, afastado das lides partidárias. Além das questões doutrinárias, que tradicionalmente já o opunham à monarquia como regime, os problemas motivadas pelo governo musculado e pessoalista, de João Franco, tais como as restrições à liberdade de imprensa[506], foram a frente de coalizão dos opositores do franquismo, muitos deles políticos e jornalistas, entre os quais ele se encontrava.

Esta época coincide com a radicalização da luta entre os monárquicos e os republicanos, mas igualmente com a fragmentação dos partidos tradicionais, provocando uma inevitável instabilidade parlamentar que o ministro João Franco tentou evitar com mais recurso à força do que complexas alianças[507].

O estado da política nacional nesses anos apresentava-se pouco menos que caótico, a solução franquista foi o recurso extremo da monarquia para se salvar de uma deriva eminente. Não resultou, antes pelo contrário, muitos dos analistas de então, e mesmo a opinião pública de vários sectores, acabaria por atribuir a esse governo as culpas mais directas no regicídio. João Franco tentara salvar a monarquia dos políticos monárquicos e apenas conseguira concatenar os esforços da oposição, incentivando a cada vez mais atrevida campanha anti-dinástica e republicana, terminando por ser apontado como o responsável último dos acontecimentos trágicos de 1 de Fevereiro de 1908.

Testemunha destes acontecimentos é Luís Morote, o jornalista republicano espanhol que pela segunda vez se desloca a Portugal, entre 1907 e 1908, e tal como em 1904[508] altura em que entrevista Bruno e outro líderes

---

506 Provocadas pelos escândalos publicitados na imprensa que envolveram membros do governos e da Família Real, nomeadamente a célebre questão dos adiantamentos à Casa Real. Ver, RAMOS, Rui (1994), *História de Portugal – A Segunda Fundação* ..., op. cit., pp. 283 e 284.

507 Idem, pp. 278 e ss.

508 Ver reportagens publicadas no *Heraldo de Madrid* entre Julho e Setembro de 1904. Algumas destas peças são republicadas na obra *De La Ditadura a la República*, é o caso da entrevista a Guerra Junqueiro, Teófilo Braga e Brito Camacho.

republicanos, escreve os pormenores dessa visita numa extensa reportagem onde narra algumas das suas conversas com os revolucionários do Porto (Rómulo de Oliveira, José Coelho, Duarte Leite, Pereira Osório, etc), publicada em Madrid anos depois, com o título *De La Ditadura a la República*. Descrevendo a situação política portuguesa de então "La crisis de una nación", descreve os "ukases" contra a liberdade de imprensa do "ditador louco" e todo o "desvairamento"[509] onde se prova, em síntese, a tese que a situação política portuguesa estava "madura" para a república depois do consulado de João Franco[510].

Para Bruno, neste governo que se iniciava com um beija-mão, costume "absolutista", tudo lhe era desagradável e nocivo. Aliás, o beija-mão de João Franco em 1906 equivalia-se ao de Oliveira Martins de 1891, acontecido justamente na altura da visita dos soberanos ao Porto depois do rescaldo do movimento do 31 de Janeiro. A subserviência de Oliveira Martins irritava Bruno[511], da mesma forma que o beija-mão de 1907 pressagiava o que estava para vir[512].

---

509 Chega a publicar os antecedentes hereditários de João Franco que lhe haviam sido fornecidos por um médico, nesse "relatório" o pai de João Franco era um "degenerado com tendências criminosas, um avarento", a mãe era uma "histérica" e assim por diante. Estas tentativas de assassinato de caracter não eram invulgares nesta altura, Veja, a propósito da contenda de Bruno com Eduardo de Sousa, onde este o acusa na imprensa de actos terríveis, ou ainda mais célebres as campanhas contra membros da Família Real acusando-os de degenerações várias. Ver MOROTE, Luís (s/d), *De la Dictadura a la República*, Ed. Sempere Y Compañia, Madrid, p. 11,

510 Idem, p. 24.

511 João Franco teria por Oliveira Martins uma grande admiração, procurando, quando subiu, ao poder ser seu herdeiro e continuador, in CATROGA, Fernando (2001), *Antero de Quental. História, socialismo, política*, Ed. Notícias, Lisboa, 2001, p. 238.

512 O episódio é descrito em *A Ditadura* (1909):

"Viera a regia família ao Porto que em protesto contra a próxima e vencida revolução, improvisaram-se com larga antecedência festejos pomposos, preparando-

"João Franco fora ao poder e estava no poder para destruir a ideia republicana em Portugal; este era o seu fito e o povo não se enganava vendo em João Franco, apesar do seu apregoado moderno liberalismo, ainda mesmo que ele fosse sincero, e sobretudo se ele fosse sincero, o seu maior inimigo.

Se João Franco triunfasse de todo, o advento da republica em Portugal ficaria adiado indefinidamente n'este país; a monarquia, remendada e rebocada, perpectuaria indefinidamente o seu vício de origem, a sua sofismação dos princípios liberais, a sua sistemática depravação dos caracteres, a sua burla e o seu privilégio. Era assim iminentemente maquiavélico o propósito desse estadista, e nenhum inimigo público maior do que o seu projecto."[513]

---

se com cuidadoso esmero a surpresa de espontâneas ovações. Ao Paço de Carrancas acudiu a render homenagens o escol aristocrático, conservantista e reaccionário da cidade; e na turba encasacada, vistosa e flamejante, ia também um homem que era, e é, morto já, uma das figuras proeminentes da literatura histórica e filosófica portuguesa moderna. Duma janela interior o avistou o príncipe herdeiro e de cima gritou-lhe: - Cobre-te, Oliveira Martins. Sobe cá cima, Oliveira Martins.

Mais derreado se curvou este homem descoberto e testemunhou, a vozes, a sua gratidão profunda pela incomensurável honra da familiaridade daquela criança: - Agradeço muito a Vossa Alteza. Eu vou já, meu senhor.

Cobre-te, Oliveira Martins. Não sou eu, criança ignorante, que me honro de que comigo fale e palestre um dos mais notáveis literatos do meu país. É esse literato eminente que se honra de que eu o trate por tu, como trato o criado que me serve à mesa ou o cocheiro que me conduz a passeio – Agradeço muito a Vossa Alteza. Eu vou já, meu senhor." In ADS, p. 23.

Vem a propósito referir que por mais de uma vez Bruno dirige comentários acrimoniosos a Oliveira Martins, provavelmente não lhe perdoando que tivesse posto alguma vez a notável erudição e sabedoria, o génio literário histórico, ao serviço da monarquia. Como neste episódio tão elucidativamente fica descrito.

513 ADS, pp. 52 e 53.

João Franco, taumaturgo político perigosíssimo[514], persistia na ideia de reconstruir a monarquia constitucional, acenando com os fantasmas da revolução republicana. Sobre isso Bruno desfazia as dúvidas: os republicanos eram de facto revolucionários, o que não queria dizer que desejassem soluções violentas, antes defendendo a "ordem verdadeira como condição fecunda do progresso político"[515]. Mais tarde Bruno terá oportunidade de provar o quanto acreditava e defendia esta doutrina.

A agitação do espectro da revolução, o atordoamento dos grupos políticos em torno da Família Real, através da politização extrema de questões político-financeiras, obrigaram as autoridades a tomar medidas contra o que se consideravam abusos da imprensa. A comoção ideológica que esta medida causou em alguns meios intelectuais só encontra páreo na anterior proclamação da "Lei das Rolhas" do tempo de Costa Cabral. Esta lei congregou o protesto da Associação dos Jornalistas de Lisboa e Porto, no qual Sampaio Bruno se haveria igualmente de associar.

Sobre o projecto-lei aprovado sobre a Liberdade de Imprensa (28 de Novembro de 1906) - que previa o funcionamento do que ficou conhecido como os "Gabinetes Negros" (gabinetes de censura), que iniciaram a actividade a 22 de Maio de 1907 – haveria Bruno de dizer:

"Mas não bastava bater no povo; era preciso faze-lo calar. Como ? Amordaçando a imprensa. Metera João Franco mãos à obra e nos primeiros dias desse Dezembro, tão lugubremente enxertado a tiro pelo franquismo, o franquismo apresentou a sua lei de imprensa.

Lei ?! Seja: lei.

''Monstruosa', se lhe chamou com flagrante precisão, no anúncio convocatório da reunião a que convidou a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, em protesto contra o projecto regulador da imprensa que se pretendia fazer aprovar no parlamento [...]

514 Idem, p. 53.

515 Idem, p. 57.

Mais, João Franco ainda nesse ponto deitava a barra adiante de Costa Cabral; a mesma famosa 'lei das rolhas' ao pé dessa de então e de agora se nos mostrava e mostra insignificante e inocente. Nunca, pela palavra, nunca houvera até então um arrojado desplante assim, essa lei só deveria ser referendada pelo conde de Basto. É, em boa verdade, uma coisa sinistramente monstruosa."[516]

Defendendo a liberdade de imprensa, como salvaguarda da opinião pública, Bruno ressaltava que a questão não era de interesses de classe, mas antes a forma de respeitar um dos mais clássicos pilares da liberdade em si, aquela que o jornalista, como agente dessa liberdade, representava:

"*A liberdade de imprensa não é uma questão de classe, porque não exprime tão só, a sua opinião pessoal; ele representa a opinião dos seus assinantes e compradores. Ora, visando a nova lei de imprensa a fazer emudecer, pelo terror do castigo, a voz do jornalista de mais curso no país, este acto significava, no fim e ao cabo, a imposição da vontade da minoria da nação à sua maioria, o que acrescenta ainda à hediondez do projecto que se tratava de levar de afogadilho, como é regra praticarem-se delictos colectivos, de surpreza.*"[517]

Sobre a questão da liberdade de imprensa, e da "mostruosa lei" que contra ela atentava, haveria ainda de publicar diversos artigos na *Voz Pública*[518]. Porém, se a sua actuação durante o franquismo foi de feroz crítica,

516 Idem, pp. 100 e 101.

517 Idem, p. 102.

518 Ver no jornal *A Voz Pública* os textos "Censura, Tolerância, Direito", 27 de Dezembro de 1906; e "Contra a Imprensa" a 4 de Abril de 1907, posteriormente continuado a 14, 18 e 21 do mesmo mês e ano.

o regicídio – que, como vimos, a este período parece aparece normalmente associado como sua natural consequência – foi um gesto criticável. Resultado directo da "ditadura" levada a cabo por esse "pigmeu desprezível"[519] a "catástrofe"[520], a "sanguinolenta tragédia"[521] o "terrível acontecimento"[522] do Terreiro do Paço fora provocada por esse homem, que abusando da própria monarquia constitucional, a precipitara no abismo[523].

Não queria com isto dizer Bruno que isentava de todas culpas o monarca. Não, apenas que a situação política interna provocada pela mão de ferro do ministro fora maior responsável pela tragédia, pois, se o "terrível" decreto de 31 de Janeiro de 1908 fora ideado por João Franco, havia sido assinado por D. Carlos[524].

Mas ainda assim Bruno, pela sua cultura política humanista, não alinhou com os extremismos dos seus correligionários que aplaudiram o acto chamando aos regicidas, os "mártires do Terreiro do Paço", e ao acto a

---

519 ADS, p. 242.

520 Idem, p. 272.

521 Idem, p. 283.

522 Idem, p. 282.

523 Idem, pp. 280 e 281.

524 Um decreto real de 31 de Janeiro, assinado em Vila Viçosa, e que previa e expatriação e exílio dos opositores do regime, com perda de todos os seus bens, terá sido para, Bruno, a gota final para o regicídio:

"*Um dos ensinos derivados da análise do contexto horrendo do decreto de 31 de Janeiro é que o banditismo político de João Franco, não poupando a liberdade, não respeitando a vida dos seus adversários, não lhes perdoava sequer a fazenda e haveres; depois de ser um assassinato era um latrocínio* [...] *Eis a perspectiva do futuro português após o decreto de 31 de Janeiro; estávamos todos inteira e absolutamente perdidos. Tudo isto parece um mau sonho, o desvairamento de um pesadelo; e todavia, é a horrível, incrível realidade. Se imaginarem que exagero, leiam e interpretem o decreto de 31 de janeiro, e encontrarão que me limito à estrita verdade. Esta era a situação no dia 1 de Fevereiro de* 1908." In ADS, pp. 279 e 280.

"execução"[525]. A "Catástrofe" é o título atribuído ao último capítulo da *Ditadura* (1909), onde o regicídio aparece como ordem natural desse "desvairo político". Apesar disso, o termo tiranicídio, tantas vezes empregue na história dos povos, era desadequado na pessoa do rei: o tirano era João Franco, a culpa de D. Carlos fora a de permitir as "atrocidades" praticadas pelos seu ministro. Neste sentido também, o regicídio fora excessivo, apesar de ser o corolário lógico de tudo o que lhe estivera a montante[526].

Dois meses antes do regicídio (24 de Outubro de 1907), Bruno viajara pela Europa por causa, refere, de "uns assuntos sempre adiados"[527] mas sobretudo para fugir à "irrespirável atmosfera moral luzitana"[528] . Viajou por Espanha, França e Itália, continuando a enviar desses países para o seu jornal, *A Voz Pública*, os artigos, denominados "Impressões"[529], onde, com o óculo dos jornais de opinião estrangeiros (*El Liberal*, *Le Temps*, *La Tribuna*, etc), comentava os sucessos da política portuguesa, misturados com curiosidades locais.

Entrando de novo em Portugal pelo Norte, no início do fatídico ano de 1908 (2 de Janeiro), não deixa de se lamentar amargamente:

"Adeus, Espanha, França, Itália, onde a esperança de um ganho honesto, a visão de um negócio remunerador me trouxe ! Adeus, gente de alegria, de trabalho ! Adeus países de liberdade ! Adeus Salamanca !

---

525 RAMOS, Rui (1994), *História de Portugal*, Vol. VI, *A Segunda Fundação* ..., op. cit., 292.

526 ADS, pp. 282 e 283.

527 ADS, p. 175.

528 Idem, ibidem.

529 Ver *A Voz Pública*, "Impressões", 24 e 29 de Outubro, escritos de Barcelona e Marselha; 3, 7, 10, 14, 17, 21, 28 de Novembro, respectivamente de Génova, Roma, Florença, Milão, Turim, Lyon e Nimes; 8, 15, 22, 29 de Dezembro de 1908, enviados de Bayona, Irun, Medina del Campo e Salamanca. Do cruzamento de informações da *Ditadura* (1908) e do jornal *A Voz Pública* .

Eis-me pronto a partir para o caminho de ferro, e sigo com a pungitiva certeza de que bem mais livre (consequentemente, bem mais dignificada) era a gente nossa próxima preterita, do tempo do Camilo, que andavam de carroção. Adeus, Salamanca, que me vou para Portugal !"[530]

Ao terminar o livro *A Ditadura* (1909) Bruno encerrava dois anos de crónicas, factos e reflexões sobre a ascensão e morte do franquismo, cujo fim último era, como estabelece na introdução, o "acautelar os presentes" e de "instruir os vindouros"[531]. Fechava-se um ciclo para o país, com o regicídio, mas fechava também um ciclo para si. O homem da propaganda republicana era nomeado, por ordem da Assembleia da Câmara Municipal do Porto, de 10 Janeiro de 1908, 2° oficial conservador da Biblioteca Municipal. Do seu gabinete assistiria ao regicídio, e dali escreveria, talvez, os últimos artigos para o *seu* jornal, *A Voz Pública* que iria fechar as portas depois do verão de 1909.

4.4.3. A República de Afonso Costa– "Um franquismo de barrete frígio." [532]

"*Tendo sido na Monarquia um radical e um revolucionário, serei na República um moderado e um conservador.*" in *A Pátria*, 15 de Outubro de 1910.

Se a implantação da República vinha dar corpo a um sonho que acalentava há quase quatro décadas, Sampaio Bruno, que assiste a essa concretização atrás da secretária de Director da Biblioteca Municipal do Porto - não consegue preservar as ilusões por muito tempo contra a desagradável

530 ADS, pp. 235 e 236.

531 ADS, p. V.

532 In *A Pátria*, 24 de Novembro de 1910, p. 1.

realidade dos factos. O radicalismo que o novo regime veio a assumir, com a predomínio das sensibilidades republicanas afectas a Afonso Costa, levou- o a entrar em confronto de novo com um certo tipo de republicanismo, com que ele, em outras circunstâncias, anos antes se houvera debatido.

A crítica à ditadura imposta pelo Governo Provisório (5 de Outubro de 1910 - 1 de Setembro de 1911), o apelo à conciliação nacional de monárquicos e republicanos, a valorização da tradição na construção da "nova Pátria", a exemplar na questão da bandeira nacional, irão ser a linha condutora que nos levam à compreensão do afastamento de Sampaio Bruno da vida política portuguesa em 1911.

Num espaço de menos de dois anos, Bruno combaterá tanto a monarquia como a república. Não eram dois, de facto, os inimigos, era um só: o espírito totalitário das ditaduras por ambos impostas. O cerne intrinsecamente democrático e liberal de Bruno exasperou-se com as medidas persecutórias da jovem república de Afonso Costa ("O João Franco da República"[533]), tanto como se havia indignado contra os actos ditatoriais do franquismo. O inimigo era o mesmo, a prepotência, a falta de escrúpulos, a raiz da tirania, viesse ela transvestida de que forma fosse, república ou monarquia, tão odiosas umas como outras.

O eterno combatente da emancipação do povo, indignou-se que aquela república viesse corromper o espírito da "verdadeira república" que ele sonhara. As razões da sua indignação foram a causa do afastamento, sem retorno, da vida política, e quase pública, de um dos mais importantes intelectuais da nossa contemporaneidade.

533 RAMOS, Rui (1994), *História de Portugal* ... op. cit., Vol. VI, p. 466.

4.4.4. O poder tribunício - Bruno volta à peleja de ideias (A colaboração na *Pátria* (1909-1910) e no *Diário da Tarde* (1911))

Depois de alguns meses de relativo silêncio, que acompanharam o desaparecimento da *Voz Pública* no final de 1909, Bruno voltaria à ribalta jornalística motivado pelos recentes acontecimentos em Espanha: o fuzilamento de Francisco Ferrer y Guardia. Ao contrário do celebérrimo *Affair Dreyfus* (1898-1899), que o apanhou completamente absorvido no meio da polémica da Peste Bubónica (1898-1902), e apenas lhe mereceu um frouxo e tardio artigo de defesa da III República Francesa[534], o caso Ferrer, talvez porque se apresentassem mais contrastadas as duas posições, monárquica e republicana, serviu para Sampaio Bruno lançar, fazendo eco com a imprensa democrática internacional, um duro ataque ao ultramontanismo espanhol. Estas questões iremos desenvolve-las mais adiante, no capítulo: "A Missão dos Intelectuais".

As intervenções sobre o "Caso Ferrer" (1909) marcaram, pois, o reaparecimento de Bruno nos editoriais de um novo diário republicano: *A Pátria*. Será assim nas suas páginas que comentará os primeiros meses da República (Outubro e Novembro). Mas é, posteriormente, já como director político do *Diário da Tarde* que fará os ataques mais certeiros às prepotências do Governo Provisório, bem aos desmandos da populaça facciosa, de quem acabará também por ser também vítima.

A nota sensível dos textos de Bruno, pós cinco de Outubro, é o constante apelo ao processo de conciliação nacional. Repetido à exaustão, mais ainda como tentativa de freio dos excessos revolucionários, é o mote de construção da república com todas as forças vivas do país – ou seja, fazendo uso dos "homens de valor", monárquicos e republicanos.

534 "Dreyfus", in *A Voz Pública*, 6 de Fevereiro de 1903, p.1

Bruno percebera há muito que o Portugal "Novo" não se poderia fazer sem o Portugal "Velho". Este apelo à conciliação e à pacificação das famílias políticas residia na crença fundamental - que guia o seu pensamento em muitos aspectos - que a tradição tem de ser um factor *a adquirir* na construção da "nova pátria". Como alguém diria mais tarde, os povos que negam o passado não têm futuro, e Bruno viu-o com surpreendente lucidez.

A crítica aos actos do Governo Provisório, desde logo a sua perpetuação e resistência em promover eleições livres para nova Assembleia Constituinte, ou a defesa da conciliação dos portugueses, da tradição, estes derradeiros textos políticos de Sampaio Bruno valem pela verdadeira *pedagogia cívica* que emana dos seus princípios. A república sim, mas não a qualquer custo. Nunca fazendo tábua rasa do passado, nunca se construindo de costas para uma parte da nação. Era preciso que a República fosse o resumo das forças vivas da nação portuguesa[535], e não uma "república de sectários"[536].

Este republicano histórico, verdadeiro profeta dos valores da democracia, haveria de utilizar a discussão em torno dos símbolos do novo regime – a bandeira – para pôr em evidência as suas teses sobre a conciliação nacional entre o passado e o presente e, portanto entre os monárquicos e os republicanos. É por isto que os textos, (*sueltos*, como gostava de dizer) que escreveu sobre a questão da bandeira são reveladores e importantes. Por sua causa destes Bruno veria o seu jornal (um diário republicano), atacado pela turba furiosa. Estes, cegos com o facciosismo político estimulado por líderes demagógicos, viram em Sampaio Bruno, nas posições que assumiu pós-revolução, não um dos heróis do 31 de Janeiro, mas um conservador, um talassa e até um reaccionário: - "Nem ao café vou. Chamam-me talassa !"[537].

Se Bruno suportara tantas vezes, com a coragem das circunstâncias, o ostracismo provocado pelos seus opositores políticos, magoá-lo-ía ainda mais

535 "As Constituintes", in *Diário da Tarde*, 28 Janeiro de 1911, p. 1.

536 "O 31 de Janeiro – Sua razão e sua significação", in *Diário da Tarde*, 1 de Fevereiro de 1911, p. 1.

537 BRANDÃO, Raul (1925), *Memórias*, Vol. II, op. cit., p 174.

esta incompreensão popular ? É provável, porque foi na sequência das ameaças "da turba" ao seu jornal que Bruno fez a declaração, desta vez cumprida, de se retirar "completa e absolutamente enojado da vida política portuguesa"[538].

A força anímica parece ter-se esgotado então. Ele, que repetira no seu apostolado a necessidade da educação dos gentios, claudicava agora, quem sabe descrente das ideias que sempre defendera. A porta do gabinete da Biblioteca do Porto fechou-se. A imagem de um Bruno sentado e cansado, gordo e grisalho, de barba crescida e olhar triste, é o espelho das comoções políticas, as derradeiras por que passou. É a imagem de 1911.[539]

4.4.5. O Projecto da Bandeira Nacional – A tradição como pilar da "Pátria Nova".

"Eu arvorei, como me cumpria, na frontaria do edifício da Biblioteca desta cidade, a bandeira vermelha-e-verde e compreende-se com que jubilo fiz. Mas considerei então como considero hoje e considerava hontem, essa heroica bandeira, agora gloriosa pelo combate de Lisboa, como a bandeira da Revolução, que convem hastear intemerata e orgulhosamente no periodo revolucionário que ainda estamos atravessando, mas que não pode ser a bandeira da nação desde que decisiva e definitivamente se entre em cheio na ordem da normalidade nova, legalizada pela soberania popular nas

538 *Diário da Tarde*, 18 de Fevereiro de 1911.

539 In *A Águia*, II, série, n.º 48, Dezembro de 1915

deliberações do próximo Congresso Constituitivo [...] *Respeitosamente perante essa comissão apresento o meu alvitre, que é que as cores da bandeira portuguesa devem continuar a ser o azul-e-branco e que a bandeira deve ser a mesma, sómente tirando-lhe a coroa; e nada mais. A coroa deve ser, a meu juízo, substituída por uma estrela de ouro.*"(In *A Pátria*, 12 de Outubro de 1910)

Uma das primeiras preocupações do novo regime, dentro da já aprendida cartilha revolucionária, foi o de criar os seus próprios símbolos e transforma-los num culto nacional como forma de auto-propaganda[540]. Estão neste caso o hino, escrito por H. Lopes de Mendonça e musicado por Alfredo Keil[541], ("A Portuguesa" inspirado na "Marselhesa"), e a bandeira a que se seguirá depois a toponímia, o calendário e os demais símbolos afectos ao regime anterior. Como refere Joaquim Pintassilgo[542].

"*Nos momentos de ruptura política – é o caso da revolução republicana – o combate simbólico ganhava uma maior acuidade. Impunha-se ao novo regime a tarefa de erradicar a simbologia tradicional, ao mesmo tempo que se tentava criar uma nova simbologia, procurando que os cidadãos se identificassem gradualmente com ela. Era a forma de favorecer a sua adesão*

---

540 PINTASSILGO, Joaquim (1998), *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*, Ed. Colibri, Lisboa, 1998, pp. 171 a176.

541 Ao contrário da bandeira republicana, o hino já existia há cerca de vinte anos, pois nascera no ambiente anti-britânico do *ultimato*, contudo as tonalidades anti-dinásticas fizeram uma quase natural escolha depois do cinco de Outubro.

542 Nenhum regime, desde a República, passando pelo Estado Novo até ao 25 de Abril soube resistir a essa tentação terceiro mundista da mudança dos nomes das ruas e monumentos. Este "tique político-cultural" vinha justamente dar razão aos receios que Bruno tinha da não absorção, e empurramento do presente em relação ao passado, facto que achava empobrecedor e lamentável.

aos novos valores e às novas instituições, uma adesão que, mais do que meramente formal, fosse afectiva e sentimental, logo mais profunda e duradoura"[543]

A questão da bandeira foi extremamente importante[544] e viria a envolver os republicanos numa ampla discussão interna, alinhada já pelas fracturas que já estavam a aparecer no PRP (moderados e radicais)[545].

Logo nos primeiros meses que se seguiram à implantação da República, o Governo Provisório nomeou uma comissão para que esta se manifestasse sobre as cores e desenho da futura bandeira. A Comissão era composta por João Chagas, Ladislau Pereira; Abel Botelho, Francisco Assis Campo e Columbano Bordalo Pinheiro. Apesar do funcionamento desta comissão, muitos foram os intelectuais e políticos que quiseram dar a sua contribuição para a definição da futura bandeira nacional[546].

Para além da simbólica, foram fruto de acesa discussão as cores da bandeira, o azul e branco da monarquia, ou vermelho dos revolucionários do cinco de Outubro. Curiosamente, o destino desta polémica seria directamente inverso às propostas de Sampaio Bruno. Enquanto ele advogava a manutenção

---

543 PINTASSILGO, Joaquim (1998), *República e Formação de Cidadãos.*, op. cit., p. 171.

544 Dois textos de referência sobre esta problemática: MEDINA, João (1985), "A bandeira republicana – de pendão insurrecto a bandeira nacional", in *História Contemporânea de Portugal*, vol. I, Ed. Amigos do Livro, Lisboa, 1985; e TEIXEIRA, Nuno Severiano (1991), "Do azul-branco ao verde-rubro. A simbólica da Bandeira Nacional", in *A Memória da Nação*, dir. BETTENCOURT, Francisco CURTO, Diogo Ramada, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1991, pp. 319 a 377.

545 RAMOS, Rui (1994), *História de Portugal* ..., op. cit., pp. 426 e 427.

546 Foi o caso de Guerra Junqueiro que apresentou um projecto de bandeira azul e branca, com uma esfera armilar no centro, e em seu redor cinco estrelas (verdes, encarnadas e douradas) SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1989), *História de Portugal* ...op. cit., Vol. XI, pp. 63 e 64.

das cores azul e branca como forma de respeitar a tradição, opondo-se à permanência dos símbolos monárquicos (a coroa real) a decisão da comissão para a bandeira nacional foi justamente a manutenção de símbolos tradicionais (as quinas de D. Afonso Henriques e a esfera armilar de D. Manuel), e a alteração das cores para o vermelho e verde. O verde da "esperança" no "ressurgimento nacional", e o vermelho das classes trabalhadoras"[547]. Vale a pena, contudo, seguir a sua argumentação acerca do símbolo do novo regime pelos aspectos representativos que lhe estão assinados.

De facto, meses antes de ser implantada a República, já Bruno escrevera no jornal *A Pátria* um artigo denominado "A Nossa Bandeira". Este era o mesmo que houvera escrito a 18 de Janeiro de 1884, vinte e seis anos antes. Justificava-o, dizendo que, se os inimigos repetiam há anos as "mesmas objecções inanes"[548], havia pela idêntica razão que repetir-lhes as mesmas ideias. E a ideia era combater uma afirmação proferida nesse tempo por Fontes Pereira de Melo, na qual acusava os republicanos de não respeitavam os símbolos da nacionalidade. Contra-argumentava Bruno, dizendo que a bandeira nacional, não era propriedade da monarquia. Debaixo dela se tinham acolhidos os vencedores de Junot em 1811, bem como os liberais de 1820 e os de 1834. Além do mais, salienta, haviam sido justamente as ofensas à nação e à soberania nacional (*Ultimatum*) que haviam motivado os homens do 31 de Janeiro de 1891[549].

No mesmo diário republicano publicará Bruno, ao longo de Novembro de 1910, um conjunto de cinco artigos[550] onde irá abordar a questão da bandeira, a par dos apelos à reconciliação nacional para bem da república e das críticas aos desvios do novo regime. Na plena liberdade de expressão, que lhe

547 Cit. in PINTASSILGO, Joaquim (1998), *A República e a Formação* ..., op. cit., p. 174 e VICENTE, António Pedro (1998), "República. Propaganda e Iconografia", in *A Primeira República* ..., op. cit., pp. 213 a 222.

548 "A nossa bandeira", in *A Pátria*, 29 de Maio de 1910, p. 1.

549 Idem, ibidem.

550 Artigos datados de 13, 17, 20, 24 e 27 de Novembro de 1910.

conferia a sua "situação não oficial"[551], Bruno voltava a declarar "abusivo e artificioso" o facto de se considerem as cores azul e branca como património da monarquia. Pois não tinham elas o carácter constituinte e democrático outorgado pela Revolução de 1820 ? A revolução vintista que fora, segundo ele, a "mãe de tudo em matéria de liberdade e democracia, até do 31 de Janeiro no Porto ao 5 de Outubro em Lisboa"[552] ?

Dias depois, respondendo a acusações que o faziam de advogado, por desconhecimento da História, das cores adoptadas por D. Pedro IV[553], Sampaio Bruno sentiu-se obrigado a historiar, para leitores e opositores, o aparecimento do azul e branco na bandeira portuguesa. Recua, pois, aos idos de 1821 quando as primeiras cortes liberais discutiram a necessidade de ter um laço nacional (ao exemplo do laço tricolor da França revolucionária). As Cortes iriam decidir que esse laço haveria de ser azul e branco por "serem aquelas que formaram a divisa da nação portuguesa, desde o princípio da monarquia em mui gloriosas épocas da sua história"[554]. Retorna então Bruno, ao seu opositor: como podiam, pois, dizer que aquela era a bandeira da Carta de 1834 ? Só "torcendo e alterando o passado", com afirmações gratuitas que ele, de ora avante, passaria a "retorquir com factos"[555].

Tem exactamente as mesmas intenções e o mesmo tom o artigo seguinte, publicado na *Pátria,* a 20 de Novembro de 1910. Mais factos, mais provas para um assunto que, de todo, não "considera frívolo"[556]. A 24 de reage às propostas de bandeiras efectuada por Guerra Junqueiro e Teófilo Braga,

551 "A República Portuguesa", in *A Pátria*, 13 de Novembro de 1910, p. 1.

552 Idem, ibidem.

553 Refere-se aos artigos publicados por Santos Ferreira no *Diário de Notícias* , a 11 e 13 de Outubro de 1910. Ver " A República Portuguesa", in *A Pátria*, 27 de Novembro de 1910, p. 1.

554 Idem, ibidem.

555 Idem, Ibidem.

556 "A República Portuguesa", in *A Pátria*, 20 de Novembro de 1910, p. 1.

entretanto dadas à publicidade. Acabará, então, no mesmo artigo por apelar à serenidade, propondo duas soluções:

"A bandeira d'uma nação não pode ser deste ou daquele, não pode ser o produto de uma imaginação individual, tem de ser uma criação colectiva, tem de ser anónima, não pode ser nominada.

Eis porque não posso aceitar a bandeira de Guerra Junqueiro, porque ela seria não a bandeira de Portugal, mas sim a bandeira de Guerra Junqueiro. Eis porque não posso aceitar a bandeira de Teófilo Braga, porque ela seria a bandeira de Teófilo Braga, não a bandeira de Portugal.

[...] *Em suma, nesta questão da bandeira um dilema a que não se pode fugir está posto. A bandeira da República Portuguesa, de duas uma. – ou tem de ser a bandeira da tradição nacional, com a mera modificação da coroa regia substituída pela estrela republicana, ou se desastrada ou desastrosamente se quer romper com a tradição nacional, então a bandeira da República Portuguesa não pode, realmente, ser senão a bandeira vermelha e verde, sem emblema algum, reduzida a sua simbólica, pura e simplesmente às suas cores constitutivas. Porque esta bandeira vermelha e verde recebeu o duplo baptismo do fogo e do sangue no 31 de Janeiro no Porto e no 5 de Outubro em Lisboa. E, principal e substancialmente, porque ela não pertence ao indivíduo A ou ao indivíduo B; é uma iniciativa popular, é uma improvisação da massa anónima."*[557]

A bandeira vermelha e verde era a bandeira do período revolucionário em que Portugal, "infelizmente", ainda se encontrava. Aliás, esta situação de ilegalidade democrática, imposta pela ditadura do Governo Provisório, era profundamente chocante com os seus princípios democráticos, e não podia ser senão brevíssima. Por essa razão, para Bruno era mais que urgente apressar as eleições. Ele que tanto se chocara ao ler na imprensa a opinião que o Governo

557 " A República Portuguesa", in *A Pátria*, 24 de Novembro de 1910, p. 1.

Provisório dever-se-ia manter em ditadura por mais dois anos em ditadura, replicou: "Que a Constituinte venha já, já, quanto antes", porque senão "isto não é a República Portuguesa; é o Franquismo de barrete frígio"[558]

"Em vez de gritar , como o sr. Alfredo Pimenta: - Ditadura ! Ditadura !, eu grito e gritarei: - Eleições ! Eleições !

Venham as Eleições e venham as Eleições pelo Sufrágio Universal !

E sufrágio universal, sincero, integro, completo, sem evasivas, manhas, artifícios ou sofismas ...

A Constituinte ! A Constituinte ! Eleições ! Eleições !

Sufrágio Universal ! Sufrágio Universal !

Nada de Provisórios perpectuos, nem sequer demorados !

A Constituinte ! A Constituinte !"[559]

Prosseguia, assim, a sua pedagogia cívica e moderada, apontando os valores que deveriam ser os do novo regime: democracia directa baseada no sufrágio universal; integração no sistema, e em prol dele, de todas as "forças vivas do país"; valorização da tradição enquanto base da "nova pátria" e como salvaguarda dos princípios de soberania nacional.

É este espírito profundamente moderado, porque profundamente culto, quem defende, logo na primeira frase do primeiro artigo que publica depois da implantação da República: "Está feita a República em Portugal, e está feita não só em prol da aspiração política dos republicanos como ainda para bem da tranquilidade pessoal dos monárquicos"[560].

Se os dez artigos da *Pátria*, escritos entre Novembro e Dezembro de 1910, haviam de denunciar já alguns males da situação, mais ainda os seus textos do *Diário da Tarde* (Janeiro e Fevereiro de 1911). Constituem estes um discurso doutrinário e denunciador e, como tal, altamente conflitivo para as

558 Idem, ibidem.

559 Idem, ibidem.

560 "A República Portuguesa" in *A Pátria*, 8 de Outubro de 1910, p. 1.

autoridades constituídas pelos sectores mais radicais do PRP: O mote vezes sem conta repetido, da necessidade de conciliação entre as várias forças da nação para salvaguarda da República é interrompido pelo alerta da formação de uma "república de sectários", contrária ao espírito da "república nacional", que se pretendia.

A radicalização empolava os actos de vandalismo que iam ocorrendo por todo o país. As perseguições ao clero, e aos monárquicos, obrigando centenas deles a fugir para Espanha (Galiza), de onde se pensava estarem a organizar-se as forças da contra-revolução, davam cada vez mais razão aos apelos repetidos de Bruno[561].

No artigo "Pátria e República", talvez o mais notável desta série do *Diário da Tarde*, Bruno depurava as ideias de renovação e tradição que apresentara já no jornal *A Pátria*. A construção da "pátria nova", o papel que aí desempenhariam a razão e tradição história, a bandeira, e o respeito pelo papel do indivíduo frente à soberania popular, etc., são algumas das ideias-força deste texto:

"*Uma pátria nova quer simplesmente dizer a pátria antiga depurada, melhorada, aperfeiçoada, civilizada, progressiva – mas, intima e substancialmente, a continuação da pátria tradicional no que esta tivera de nobre, de elevado, de alto.* [...] *A República Portuguesa ha-de ser um conjunto institucional logico e sábio; há-de afirmar-se nos conceitos de razão pura e nas admoestações da tradição histórica* .[...]

Já la vai o tempo em que era permitido recorrer para a soberania popular como para tribunal infalível, do qual não havia apelo nem agravo.

561 "A emigração na Galiza", in RAMOS, Rui (1994), *História de Portugal* ..., op. cit., Vol. VI, pp. 458 e 460 e ROBINSON, Richard A. H. (1998), "Os católicos e a Primeira República", in *A Primeira República Portuguesa – Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Dir. António Costa Pinto e Nuno Teixeira, Livros Colibri, Lisboa, 2000, pp 91 a 105.

[...] *Um indivíduo só (se está no seu direito) vale mais do que a humanidade toda, se esta quiser violar os princípos daquele.*"[562]

Nesta linha de princípios Bruno advogaria também o desmembramento do PRP: - "sempre pensei que o partido republicano português deixaria de existir no dia imediato ao da proclamação da república"[563] – que deveria dar lugar a dois novos partidos, o partido republicado conservador e moderado (que seria o seu, seguramente) e o partido republicano radical e socialista.[564] Com isto punha a descoberto as muitas fracturas que o partido já vinha sofrendo com o desgaste dos novos acontecimentos.

De facto, em 1911 já eram vários e importantes, os republicanos desiludidos a situação, especialmente com a ditadura e o radicalismo do Governo Provisória. Nomes históricos do movimento como Machado dos Santos, Carlos da Maia, Ladislau Pereira, Teixeira Gomes ou José Relvas[565] seriam, além de Bruno, eram alguns desses desiludidos e, como tal, potenciais dissidentes.

A defesa das transformação do espectro partidário nacional pela, inclusão de todas as sinergias políticas, particularmente contra esse "desastroso refugamento para fora de aqueles cidadãos portugueses que queriam vir para a

562 "Pátria e República", in *Diário da Tarde*, 4 de Janeiro de 1911, p. 1.

563 "Partido & Partidos", in *Diário da Tarde*, 23 de Janeiro de 1911, p. 1.

564 " *Essa proposta seria para que estando proclamada a República em Portugal e instalado em Lisboa o seu Governo Provisório, o partido republicano português desse por concluída a sua missão histórica, dissolvendo-se desde logo como corpo político e reconstruindo-se imediatamente e na mesma ocasião, em dois novos partidos de propaganda e governo, um partido republicano português conservador e moderado, o outro o partido republicano português radical e socialista.*" Idem, ibidem. Em 1912 Afonso Costa iria defender a mesma solução, aliás, desde de 1910 inevitável...

565 Ver SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1998), *História de Portugal* ..., op. cit., Vol. XI, pp. 75, 76 e 83.

república" [566], fazia Bruno desabafar que se esta república "não era 'res-publica', coisa pública, *commonweath*" então ele, que toda a vida fora republicano, não sabia o que ela era[567].

No artigo "As Constituintes – Como elas deverão ser compostas", Sampaio Bruno fazia um verdadeiro exercício de democracia, pondo em prática o princípio que anteriormente defendera: era preciso que a Constituinte Portuguesa fosse "um resumo das forças vivas da Nação em República"[568]. Este texto, interessantíssimo, permite-nos visualizar, entre outras coisas, o que Bruno entendia ser os espectro político existente na sociedade portuguesa, talvez em parte projectando o desejo do que ele gostaria que fosse[569].

Propunha, então, a apresentação de três listas. A primeira incluindo os republicanos históricos, os operários socialistas e os utopistas libertários e anarquistas; a segunda "daqueles que não sendo republicanos criticam a monarquia", o "anonimato intelectual de Portugal"; e a terceira, de militantes monárquicos de boa intenção, que fossem a um tempo "técnicos experientes na prática governativa"[570].

---

566 "Partido & Partidos", in *Diário da Tarde*, 23 de Janeiro de 1911, p. 1.

567 Idem, ibidem.

568 "As Constituintes – Como elas deverão ser compostas", in *Diário da Tarde*, 28 de Janeiro de 1911, p. 1.

569 Não estão presentes sensibilidades ainda e então existentes, monárquicos conservadores, miguelistas, comunistas, talvez estes integrados nos utopistas libertários ?

570 "As Constituintes – Como elas deverão ser compostas", idem. Isto representava também uma espécie de resposta aos opositores que acusavam os republicanos de não terem quadros experientes em governação, quando se preparavam para fazer um saneamento político no funcionalismo do Estado. Será esta, pensamos nós, além das razões de ordem política, a causa de Bruno apelar para esta "mais valia" dos "monárquicos de boas intenções".

Numa entrevista dada ao jornalista do *Novidades*, João Correia de Oliveira, Bruno definia assim a sua missão e em 1911. Poucos dias faltavam já para o seu afastamento.

"[...] *eu não sou nem nunca fui um político. Quase que tenho vivido sempre estranho às organizações partidárias. Como jornalista só me interessa a política geral, subordinando toda a minha* ***propaganda a este conceito fundamental que é o da necessidade de reunião das Constituintes****, na data mais próxima possível.* [...]

A minha aspiração – que alguns acolmam de visionismo poético – é que a República seja um regime nacional para todos, e não para um partido ou partidos. A perduração do próprio partido republicano, como organismo especial e próprio dentro da República, não a entendo. [...]

A República será feita pelo voto, legitimada pelo voto. As eleições impõem-se, porque a sua protelação excessiva determinará, entre nós, a guerra civil – senão a de facto, a do sangue, pelo menos a latente nos espíritos – que é às vezes , pior.

As ***constituintes devem ser uma escola superior de cidadãos****. Bom será, até, que lá haja monarquicos, para que do debate de princípios, da discussão, eles saiam redimidos da culpa de o não terem sabido ser...*"[571]

A partir de meados de Fevereiro as críticas à perpetuação e às medidas tomadas pelo Governo Provisório crescem de tom, e serão elas as responsáveis pelo afastamento brusco de Sampaio Bruno. Revolução não se podia fechar num "desconfiado facciosismo partidário". Todos os "sinceros patriotas" deviam ser chamados a dirigir os negócios públicos[572]. Mas não eram apenas

571 "Uma 'interview' – Ouvindo José Sampaio", in *Diário da Tarde*, 3 de Fevereiro de 1911, pp. 1 e 2.

572 "O Governo Provisório e o 31 de Janeiro", in *Diário da Tarde*, 8 de Fevereiro de 1911, p. 1.

estes temas que desagravam a Bruno quando observava a actuação do recente governo.

A forma como a República lidou com a Igreja e a religião contristaram-no profundamente. Bruno, sendo anticlerical, estava muito longe de ser um ateu. Os desmandos que o Governo Provisório fazia, ou permitia que se fizesse, acentuavam cada vez mais esse clima de radicalização que tão nefasto era à República. "Quem haveria de dizer", referindo-se ao ano de 1875, "que em 1911 o traço distintivo do espírito novo dos avançados em Portugal seria uma irreligião ignorante e petulante ?"[573], desabafa. Também aí o intolerantismo repugnava o caracter moderado de Sampaio Bruno.

Apesar disso, não concordara com questões profundas de doutrina assumidas pelos republicanos no poder, tais como a primacial da separação do Estado e da Igreja (Decreto de 20 de Abril de 1911). Nessa solução, vira Bruno a falência de alternativas e o empobrecimento geral do sistema. O divórcio já havia, também , sido por ele condenado, pela degradação que antevia para condição feminina[574]. A "questão religiosa", pela maneira que foi tratada haveria de ser a responsável pelo afastamento de uma grande parte da opinião pública do governo da 1° República Portuguesa. A indignação varreu o país, fazendo-se pública na voz de personalidade como Guerra Junqueiro e José Relvas, deixando o país à beira da guerra civil, como refere Veríssimo Serrão[575].

Assim, ao mesmo tempo que parte da imprensa elogiava vigorosamente os valores que dirigem a pedagogia de Bruno, o seu divórcio com a República era cada vez mais inevitável:

"*Estes homem moderno que apresenta as ideias mais modernas e mais racionais, encadernadas numa lógica de ferro* [...] *quizeram-no trazer para*

573 Cit in GAMA, Manuel (1994), *O Pensamento* ..., op. cit., p. 76.

574 Ver capítulo "A Mulher – o elo fraco da cadeia".

575 SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1998), *História de Portugal* ..., op. cit., vol. XI, p. 80 e 81.

Lisboa, a ocupar um alto cargo. Esteve cinco dias – e fugiu, voou, a bamboar a sua enorme barriga, a arregalar mais os olhos espantados, como quem foge a sete pés de uma grande, imutável espiga."[576]

A folha *Vitalidade* de Aveiro, referia-se assim ao seu trabalho:

"*É a voz do bom senso que assim fala pela pena prestigiosa de um espírito esclarecido, e essa voz, sincera, e autorizada, deve ser escutada, deve ser ouvida, e acatada nas altas regiões do poder, especialmente, acatando-a também todos aqueles que estão constituídos sem autoridade na hora presente.*"[577]

A popularidade que lhe iam auferindo os seus artigos no meio de uma imprensa, também ela moderada, seria proporcionalmente inversa ao apoio político por parte das estruturas mais radicais do partido. Por esta razão, e já depois do episódio das ameaças de assalto à redacção do *Diário da Tarde*, Sampaio Bruno foi afastado das listas apresentadas pelo Porto à futura constituinte. O jornal *O Intransigente – Diário Republicano Radical*, dirigido por Machado dos Santos, denuncia a constituição destas listas que deixavam de fora valores republicanos como os de Basílio Teles, José Pereira de Sampaio, Júlio de Matos, Guerra Junqueiro, João Chagas, Capitão Malheiros e Major Coelho, que para tudo serviram antes da República[578]:

---

576 Parcialmente transcrito do jornal de Lisboa *A República*, propriedade de António José de Almeida, para o *Diário da Tarde*, 24 de Janeiro de 1911, p. 1.

577 *Diário da Tarde*, 24 de Janeiro de 1911, p. 1.

578 "*O Partido Republicano ficou também enfraquecido quando alguns dos seus antigos fiéis se recusaram a participar e se retiraram da política, desgostosos com o caminho seguido pelo Governo republicano e com a sua política. Em fins de 1911 estavam nesta situação Basílio Teles – que tinha recusado um lugar no Governo Provisório – o poeta Guerra Junqueiro, Sampaio Bruno e Machado dos Santos, todos republicanos históricos e agora afastados. Tinham retirado o seu apoio ao Partido*

"Quando nos arraiais republicanos, a gente era escassa, os esquecidos de hoje para tudo serviam, fundar jornais, arengar às turbas, provar as enxovias do rei, emigrar e sofrer todos os dissabores. Mas agora, que esses arraiais de transformaram no vasto campo explorável duma República modelar compreende-se perfeitamente que os eleitores servidos incluam esses homens de valor no justo esquecimento do pouco que fizeram"[579]

Seria esse mesmo jornal a promover um abaixo assinado para que o "ínclito cidadão" Sampaio Bruno " voltasse a "reocupar, na política portuguesa, o elevado posto que tinha" depois do "episódio lamentável de 18 de Abril de 1911", ele que era um "exemplo de civismo para as novas gerações"[580]

De facto, num clima alterado pelos motins populares que a meados de Fevereiro de 1911 afectaram a capital do Norte, também Bruno viria a sofrer ameaças de que a redacção do *Diário da Tarde* haveria de ser assaltada[581]. Em vista do clima agitado que então se vivia no Porto, com o assalto aos jornais monárquicos e a perseguição dos seus jornalistas (é o caso de Álvaro Pinheiro Chagas, que se viu obrigado a refugiar em Espanha[582]), levará Sampaio Bruno a fechar o seu jornal e a declarar a 17 de Fevereiro que a cidade (Porto) se

---

Republicano dirigido por Afonso Costa, e lamentavam não só a entrega de postos-chaves aos membros mais radicais do Partido Democrático mas também a legislação feita pelo Governo Provisório.", in WHEELER, Douglas (1978), *História Política de Portugal* ..., op. cit., p. 101.

579 "O Porto na futura Constituinte", in *O Intransigente*, 30 de Abril de 1911, p. 1. Ver também " Candidatos pelo Porto", idem, 2 de Maio de 1911, p. 1.

580 "José Pereira de Sampaio (Bruno)", in *O Intransigente*, 9 de Maio de 1911, p. 1.

581 SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio* ..., op. cit., p. 46

582 SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1990), *História de Portugal*, op. cit., Vol. XII, p. 381.

achava numa "situação intolerável", e que ele mesmo "não tinham confiança nas autoridades constituídas"[583].

Valeu-lhe esta atitude o ser conduzido para interrogatório ao Governo Civil. A humilhação foi tal que no dia seguinte, 18 de Fevereiro, portanto, pediu a vários periódicos que lhe publicassem a seguinte declaração de renúncia:

"*Rogo-lhes o obséquio de darem publicidade no seu jornal a esta declaração que entendo dever fazer, e é de que, desta data em diante, me retiro, completa e absolutamente enojado, da vida política Portuguesa.*

Porto, 17 de Fevereiro de 1911."[584]

Os apelos do abaixo assinado publicado pelo Intransigente acabaram por dar os seus frutos. E também ele, juntamente com mais quarenta e dois assinantes, no meio dos quais se encontram nomes do que alcunha de "velho republicanismo" como Joaquim de Azevedo Albuquerque, Júlio de Matos, José Carlos da Maia, António Claro, Machado dos Santos e Ladislau Parreira, dá à estampa o "Manifesto ao eleitorado português", esperança num último apelo para que os resultados das eleições legislativas fossem apaziguadores da vida política portuguesa, como um bom princípio para a reconstrução nacional.

"[...] *uma aliança de todos os portugueses honrados, qualquer que tivesse sido o seu passado político e qualquer que seja a sua classe especial, qualquer mesmo que sejam as suas opiniões particulares, desde os conservadores aos radicais, qualquer que seja a sua fé religiosa e seja qual for o seu sentir, contanto que estejam de acordo nos principios fundamentais e cuja disciplina a República Portuguesa se submeteu desde o primeiro instante da sua existência, adoptando por lema a divisa: Ordem e Progresso.* [...]

---

583 SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio* ..., op. cit., pp. 46 e 47. e SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1998), *História de Portugal*, op. cit., Vol. XI, pp. 68 e 69

584 Idem, p. 49.

Estes deputados fomentaram as iniciativas propulsoras da ordem e do trabalho, cuidando escrupulosamente da educação e da instrução pública e darão impulso às obras necessárias ao desenvolvimento mais urgentedas riquesas naturais do pais. Não descuidarão de estudar as medidas reclamadas em benefício do comércio e da indústria e da agricultura, assim como também o que disser respeito às questões pendentes que interessam às classes operárias. [...]"[585]

Mas para quem, como Bruno, o "fundamental sentimento democrático" era o sentimento da dignidade pessoal"[586] - o episódio das ameaças que levaram ao encerramento do seu jornal, atacando o valor que mais estimava – o da liberdade de expressão - e culminando tudo com a humilhação de se ver chamado a prestar justificações por uma situação em que era ele o ofendido (ameaçado), deve ter sido terrível, coisa que nunca lhe tinha acontecido no tempo da monarquia, como se queixa. Afastado, enfim da vida política, Bruno não foi, pois, mais sensível aos apelos que amigos e admiradores lhe fizeram. Ainda em 1914 A. Beja Sarmento lamentava o isolamento e pedia "o milagre da ressurreição política desse homem que aí vemos atravessar a cidade no seu passo de tartaruga, e que é indubitavelmente, um dos cérebros mais poderosos, melhor organizados, desta linda terra portuguesa"[587] .

O estado de saúde acabou se agravando. A hidrocele que desde os quatro anos o acompanhava, e que por problemas insondáveis de timidez, uma "viciosa vergonha, nunca tratou convenientemente, levou-o ao hospital da

585 "Manifesto ao eleitorado português", in *O Intransigente,* 15 de Maio de 1911, p. 1.

586 OEN, p. 291.

587 BEJA, A. Sarmento (1914), *Silhouettes* , Desenhos de Manuel Monterroso, Livraria Chardron, Porto, 1914.

Ordem do Terço, onde foi operado[588]. Não resistiu à operação vindo a falecer no dia 11 de Novembro de 1915. As cerimónias católicas do enterro suscitaram debates na imprensa da época[589], facto que nunca se esclareceu. Mas isso, realmente importava?

João José Grave, seu amigo e sucessor na direcção da Biblioteca Municipal, escreveria na *Folha de Viana* uma biografia curta em memória do "grande morto", um epitáfio justíssimo, do haviam sido as ideias e o temperamento de José Pereira de Sampaio:

"[...] *Em religião, era, cria sinceramente, numa força, numa energia imanente. Esta crença intrinseca levava-o muitas vezes a dizer, como Hamlet: - 'Entre terra e céu, existem muitas coisas que escapam à nossa filosofia'. Em política, era um republicano convicto, mas tolerante, respeitando as ideias e as opiniões alheias, que considerava como um direito inalienável de cada consciência. Venerava as tradições, que julgava imprescindíveis à ordem, à disciplina, aos progressos mentais e morais e materiais dos povos.*

Como homem era o coração mais puro, a alma mais enternecida de bondade que me tem sido dado tratar. Ingénuo como uma criança, doce,

588 A operação não deve ter sido a primeira. Já em 1914 diria que se encontrava a recuperar de uma intervenção. A Hidrocele, ou Hidrocelo, consiste numa acumulação de líquido numa cavidade em forma de saco, habitualmente o escroto. No Hidrocelo, que pode ser resultado de uma lesão, o líquido acumula-se entre as camadas de tecido que revestem os testículos. Esta intumescência é indolor, mas pode tornar-se incómoda, em virtude do aumento das bolsas escrotais. Outrora era praticado o vazamento do líquido da camada exterior dos tecidos, mas as recidivas eram certas. Por esta razão, o tratamento deste problema é hoje cirúrgico. MILLER, Benjamin (1972), *Grande Livro da Saúde*, S Reader's Digest, Lisboa, 1972, p. 644.

589 SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno)* ..., op. cit., pp. 105 e 106; SERRÃO, Joel (1956), *Sampaio Bruno* ...op. cit., p. 53; GAMA, Manuel (1994), *O Pensamento* ...op. cit., pp. 161 e 162.

encantador, generoso, afectivo, nunca a sombra dum ódio lhe roçou o sentimento com a ponta envenenada da sua asa."[590]

II PARTE

DA REALIDADE À IDEALIDADE EDUCATIVA

590 GRAVE, João (1915), "Bruno", in *Folha de Viana*, 16 de Novembro de 1915, p. 2. Ver ainda os necrológicos feitos por António Granjo "José Pereira de Sampaio (Bruno)" e Abilio Maya, "Bruno – Vítima da Demagogia", respectivamente no *O Flaviense – Semanário Republicano Independente* de 21 de Novembro de 1915, p. 1; e *no O Valenciano* de 28 de Novembro de 1915, p. 1.

Da realidade à idealidade educativa

"Como tese geral, nós rejeitamos o princípio revolucionário. Entendemos que a nenhum indivíduo, por consequência, a parte nenhuma da nação, por mais justa e esclarecida quem seja, assiste o direito de impor pela força ou pela audácia a sua vontade à grande massa que se dá bem, se se dá, com as condições da vida social de que usufrue. Sabemos que expor este

princípio no absoluto das teorias seria, na história, decretar o imobilismo e seria mesmo santificar todas as vexações da tirania sobre populações entorpecidas pelo terror e pela ignorância de seus recursos. [...]

Ora, que importa a vitória d'uma revolução, que no dia seguinte ao do seu êxito entregará a arma de sufrágio universal ao povo para ele fazer fogo sobre si próprio ? Que republicanos sairão d'essa plebe fanatizada que labuta nos campos ou desse proletariado das grandes cidades que todos nós vemos vender-se á porta das igrejas, por duas moedas, de 500 reis cada ? [...]

Que ha, pois a fazer ? Martelar, continuamente martelar no erro, no preconceito, na ignorância; espalhar verdades pela pena e pela palavra; criar proselitismo pelo prestigio do exemplo regenerar a atmosfera moral pelo singular contraste da abnegação e do desinteresse. Com o andar dos tempos, das novas camadas, da mocidade, se destacarão sucessivamente legionário para a nossa fileira; e dos homens dos nossos dias e da geração que nos procedeu os elementos puros existentes se agregarão"[591]

("A Propaganda", in *A Discussão*, Porto, 4 de Março de 1884)

1. Introdução à problemática – Bruno e a centralidade do problema educativo.

1. Ao descrever o que **era a educação** do seu tempo; particularmente o que considerou negativo nos tempos em que frequentou a escola primária, o liceu ou a Escola Politécnica; passava de alguma maneira a explicitar o que **aquela deveria ser**. Ao realizarmos esta passagem - da constatação para a reflexão - já nos encontramos na segunda parte deste trabalho: a construção da **ideia de educação para a República**.

[591] "A Propaganda", in *A Discussão*, de 4 de Março de 1884, p. 1.

Estas reflexões de carácter autobiográfico foram, portanto, a matéria base de que partiu para a reflexão do que deveria ser a educação. Mas não só. A ideia de educação que vai construindo é omnipresente em quase toda a sua obra. Muitíssimo ampla, verdadeira **paideia** no sentido Jaegeriano do termo[592], ela não se refere apenas a instituições ou práticas educativas, mas acima de tudo o processo dialéctico fundamental entre educação e cultura, capaz por si só de auto-gerar novos processos de educação e cultura. A educação estabelece um *elán vital* entre o indivíduo e a cultura de seu povo, este princípio assumirá nas obras de Bruno uma ligação luminosa com à cultura pátria[593].

---

592 JAEGER, Werner (1936), *Paideia – A Formação do Homem Grego*, trad. De Artur M. Parreira, Editorial Aster, Lisboa, 1969.

593 Descreve-a Delfim Santos:

" *A pedagogia pressupõe sempre, claramente ou não, uma tipologia humana. Cada homem tem diferentes possibilidades de ordem vital que condicionam a sua forma de pensamento e conformam os seus conteúdos de consciência que, por sua vez, lhe permitem a melhor ou pior compreensão do espírito objectivo da cultura de que faz parte. Como é sabido, uma cultura diferencia-se de outra pelos valores que a orientam; isto, que muitas vezes é dificil de notar em momentos sucessivos da história, é claro que quando escolhemos para termos de comparação culturas afastadas no tempo: a cultura grega era animada por valores diferentes dos que orientaram a cultura medieval e a cultura contemporânea, mas a educação, apesar desta mutação de valores, mantém sempre a mesma finalidade: inserção do indivíduo na cultura de que ele organicamente faz parte* [...]

Em resumo, pode dizer-se que a educação tem por finalidade favorecer o trânsito do indivíduo à pessoa e, porventura, à personalidade. Mas como ? Propondo valores e métodos de realização desses valores, tendentes a criar o tipo de homem conveniente e útil à ordenação social vigente ou em elaboração. Como esta, porém, é mutável, também os métodos e processos educativos vão mudando, embora fundamentalmente algo permaneça como desígnio último da educação: a formação da pessoa moral."

In, SANTOS, Delfim (1943) "A Finalidade da Educação", in *Obras Completas*, 2ª ed., Vol. III, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, , p. 404.

2. Já foram reconhecidas e estudadas as semelhanças existentes entre o pensamento de Sampaio Bruno e o de Leonardo Coimbra (1883.1936). A mais relevante de todas elas é a ligação perene que ambos estabelecem entre educação, cultura e liberdade. Como refere Manuel Ferreira Patrício, a educação para Leonardo Coimbra, tal como para Bruno, era "exercício de liberdade"[594], conferindo mesmo "a medida da liberdade humana"[595].

Como em Sampaio Bruno, a teoria da educação relaciona-se, indissoluvelmente com a cultura, isto porque "o problema da educação é o problema da transmissão da cultura"[596], num claro privilégio da *teoria da educação* em relação à *pratica da educação*.

Ambos têm uma visão política da educação, como Bruno tão extraordinariamente expressou no excerto do artigo "A Propaganda". Em suma, para os dois, educação é **demopedia**, ou seja **paideia do povo.** Mas educação é, também e sobretudo, a forma de *redenção dos povos*[597].

3. Em Sampaio Bruno, o sucesso da demopedia conduziria ao "progresso histórico", mas sobretudo, quando enlaçado na sua metafísica, permitia explicar o próprio "progresso cósmico"[598], entendendo-se este como redenção da Humanidade e a sua (re) integração na Unidade.

Existem, assim, duas espécie "mensagens cifradas" na padeia brunina. Por um lado, Bruno fala-nos do homem, sobretudo do intelectual, como agente

---

594 PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1991), *A Pedagogia de Leonardo Coimbra . Teoria e Prática*, Porto Editora, Lisboa, 1992, p. 51.

595 Idem, 51.

596 Idem, ibidem.

597 Idem, p. 55.

598 ARAUJO, Alberto Filipe de Abreu (1994), *O "Homem Novo" no Discurso Pedagógico de João de Barros*, Universidade de Minho, Instituto de Educação, Braga, 1994, p. 119.

da demopedia, entendida esta como paideia colectiva; por outro, esta padeia era ela própria agente, no plano metafísico e ontológico, da redenção da Humanidade (redução do múltiplo ao Uno Primordial, passando pela reintegração dos Seres com o Criador). Duas dimensões estão assim subentendidas na sua ideia educativa: a dimensão histórica, onde se desenrolará o "progresso histórico" (dos povos), e uma dimensão a-histórica, porque metafísica, onde se encenará o "progresso cósmico" (do Universo), enquanto redenção seres (todos os seres, não apenas os homens) e a sua reintegração na Unidade.

No plano histórico, ao dar uma sentido tão abrangente à ideia educativa, Bruno estará quase sempre a falar de educação, mesmo quando parece, de acordo com moldes actuais, que fala de cultura ou de política. Ele fala de educação, porque assim o diz, e também porque nitidamente subordina a política e a cultura à educação. Esta, tendo um papel tão marcadamente político, diríamos até **militante**, teria para Bruno a prioridade em relação à cultura, ou melhor, ao conceito de cultura que hoje em dia é mais comum[599]. Ela é a *via da cultura*, mas em certo sentido é a *própria cultura*. Defendemos, pois, que a **ideia de educação é transversal a todo o pensamento brunino**. A ideia de República é uma ideia instrumental, tal como a ideia de cultura. A República servirá apenas para apressar o progresso humano.

---

599 Amorim de Carvalho, referindo quanto para Bruno era fundamental a ideia de Cultura e Civilização conseguido através do Cosmopolitismo das nações, refere:

" Este [ensino] terá de se basear numa teoria da cultura, e uma teoria da cultura é uma ideia de Civilização e de Humanidade. [...] É este, nele, o sentido dum ensino dum ensino que é Cultura e duma Cultura que é Civilização – integradora das partes no todo, dos povos na Humanidade. O caminho para essa integração terá de começar pela aproximação dos povos com afinidades, pelos grupos com predomínio irremediável do que, em cada grupo, tem as condições melhores de universalização, coordenação e síntese.", in CARVALHO, Amorim de (1960), *O Positivismo Metafísico de Sampaio Bruno*, Colecção Lusíada, Ed. Fundação Lusíada, Lisboa, 2001, p. 98.

4. De facto este conceito, de sentido muito amplo e polissémico para Bruno, como temos vindo a analisar, tem por agentes jornalistas, escritores, políticos, educadores, em suma **intelectuais**, na construção de uma **cultura e opinião pública esclarecida**. Ao Povo deverão ser fornecido os pilares de uma cultura literária nacional de base, onde as bibliotecas, os museus, o teatro e, claro está, as escolas de todos os níveis, jogam igualmente um papel importante. Esta verdadeira **paideia educativa**, pretende envolver todos os agentes passivos e activos, numa obra fundamental que é a educação do povo.

Uma ideia que organizava o pensamento, um pensamento que mobilizava a acção. Este seria o papel dos **intelectuais**, particularmente dos intelectuais republicanos. De facto, nesta transformação teriam um papel fundamental, grupo que como adiante se verá, Bruno dará o maior relevo, seja na pele de jornalistas, escritores ou políticos – numa palavra - **homens de propaganda**, como ele próprio se reconhece:

"*Interpretando-se em sua amplitude ou sua variabilidade, á frase compondo-a, o republicano socialista Pedro José-Proudhon, em seu tempo e quase que até hoje em dia famosíssimo, escreveu que democracia é demopedia; dêmos é uma palavra grega que significa povo; kratos outra que quer dizer governo; 'paideia' ainda outra que significa instrução, educação, como enciclopédia, por exemplo, composta de en, em; 'Kuklos', circulo, ciclo; 'paideia', instrução (livro que trata de todas as ciências, que as abraça a todas como em um circulo* [...]

Mas, no seu peculiarismo, cuidava eu que o jornalista é também um professor e, assim pensando, entendia que o lugar do artigo de fundo devia ser ocupado, intercalarmente na política com escritos atenientes ainda aos mais variados objectos mas que concorram por igual para disciplinar os entendimentos na concordância de uma doutrinação ou explicadora ou sugestionante. Este era o motivo por que, de certo tempo aquela parte com mais frequência, me tinha entregue, no lugar primacial da folha onde colaborava, a divagações de crítica literária, a rememorações históricas,

etc."[600]

Esta propaganda era feita essencialmente através do debate de ideias e da divulgação de cultura, utilizando, quer a imprensa periódica, as revistas ou os livros. Os artigos de jornais funcionavam como uma espécie de ***digest*** [601], uma versão concentrada do texto com fins de divulgação a um público apressado, iletrado ou mesmo analfabeto que havia que educar por meios eficazes.[602]

Na introdução das *Notas do Exílio* (1893), Bruno definiria claramente a sua postura de intelectual militante, verdadeiro homem de propaganda. Ideia que sublinhará por diversas vezes nos seus textos mais ideológicos:

"[...] *eu não sou um homem de letras, eu não quis jamais ser outra coisa de que um homem de propaganda. Não sou literato, sou um sectário; sou um jacobino, não sou um estético.*

Por isso, não me amofino. Não discorro para iguais; falo para quem,

---

600 OPC, p. 185.

601 Sobre esta ideia de *digest*, ver ROCHA, Clara (1985), *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1995.

602 "*Ora, se utilizamos aqui a imagem do 'digest' para caracterizar certas revistas de literatura ou de cultura, é porque elas têm por finalidade apresentar ao leitor as novidades em versão resumida, acessível e doseável, porque cumprem a função de divulgação que referimos no capítulo anterior.*

Por exemplo, e mais concretamente, as secções de recensões críticas que, como já vimos, aparecem com bastante frequência nas revistas e jornais literários, servem este propósito: ao mesmo tempo que dão notícia sobre as publicações mais recentes, convidando à leitura, na prática fazem muitas vezes com que o leitor fique a 'conhecer' um livro sem o ter lido". Idem, p. 117. Acrescente-se que num país com índices de analfabetismo tão elevados nos finais do Séc. XIX a leitura dos jornais, "das novidades", como então se dizia, era feita em locais públicos, em voz alta, barbearias, cafés, clubes, etc.

mentalmente, menos seja. Os de cima que outramente se regalem. Se há para baixo, que, aprendendo, se orientem. Este, aqui, como no que precedeu, como no que há-de seguir, este, aqui, meu único, desdenhoso, indiferente intuito.[603]

Tal como nesta obra, também nos *Modernos Publicistas Portugueses* (1906), ou na *Geração Nova* (1886) Bruno se encarregará de proceder a uma espécie de *digest* dos nossos autores mais conhecidos, referindo criticamente a sua obra, ou obras, correntes literárias e tipos de publicações, num claro intuito de divulgação cultural[604]. O mesmo mecanismo de divulgação utilizou na "educação política", sendo disto exemplo os múltiplos artigos que escreveu sobre a República, seus princípios e potencialidades, etc.[605]

Este papel de divulgador cultural sempre o realizou Bruno através do que ele apelidou de "actividade dispersiva e cruel do proselitismo jornalístico"[606], e dentro dessa mesma intenção propagandística, gizou quase toda a sua carreia literária e de homem público, como tivemos oportunidade de ver.

5. Notamos que as reflexões de Bruno sobre a educação sua contemporânea incidiram muito mais vezes no ensino secundário, do que em qualquer outro nível de escolaridade. Isto poderá ter tido três causas: porque lá permaneceu mais tempo, obviamente, e/ou porque o que lá vivenciou foi mais

---

603 NE, pp. VIII e IX.

604 Nas *Notas do Exílio* (1893) começa por Ernest Renan (1823-1892), onde fará uma apreciação da impressionante e ainda então polémica *Vie de Jésus* (1863), integrada nos sete volumes da *Histoire des Origines du Christianisme* (1863-1881), seguindo depois para autores como Émile Zola (1840-1902), Benito Pérez Galdós (1845-1920), Dostoievski (1821-1881), August Bebel (1840-1913), e por aí adiante.

605 Vejam-se, por exemplo, os artigos "A República Portuguesa", publicados no jornal *A Pátria* a 8, ,9, 12, 15 de Outubro e 7, 17, 20, 24 e 27 de Novembro.

606 Cit. in TAIPA, Orlando (1955), *Sampaio Bruno – Alguns aspectos do seu pensamento*, Edições SER, Vila do Conde, 1955, p. 64.

marcante do ponto de vista afectivo (iniciação literárias com o grupo de amigos de "Os do Liceu", etc), mas talvez também porque se ajustaria melhor a alguns dos grandes debates da educação republicana, socialista e anarquista da época: A questão da liberdade de ensino, o anti-congregacionismo, e muito especificamente o antijesuitismo; a educação das classes operárias, o analfabetismo, o estatuto e o papel dos professores, a situação das escolas, os currículos e a articulação entre a educação prática e a educação teórica, os manuais e a sua escolha, os inspectores, as faltas, o ensino da História, a literatura infantil e por aí adiante, são temas presentes nos textos de Sampaio Bruno.

6. Não nos podemos esquecer a influência que a obra escolar da III República Francesa (1875-1940) teve nos republicanos Portugueses, em especial a ideia de que a completa laicização da escola se faria através da completa separação entre Estado e Igreja, e com a implementação de uma escolaridade obrigatória gratuita e, consequentemente, laica[607]. À Lei de Jules Ferry (1881), Bruno haveria de chamar um verdadeiro "golpe de estado escolar"[608].Isto significa que em França, como aqui, a questão religiosa foi inseparável da questão educativa. Neste excerto Bruno dá a tónica do que foi para ele a raiz desse combate:

"Os portugueses foram educados pelos jesuítas durante três séculos sem estorvos nem embaraços, e aquilo que hoje constitui o curso dos liceus (e a que se chama o ensino secundário) pertenceu-lhes exclusivamente.

Se, portanto, ha nação na Europa que possa servir de exemplo da vantagem ou desvantagem do ensino jesuíta é, por sem dúvida, este país.

---

607 CATROGA, Fernando (1988), *A Militância Laica* ..., op. cit., p. 207. As bases da educação laica foram lançadas em França, especialmente com a Lei de Jules Ferry (1881), e a de Paul Bert (1882). Durante o Governo de Waldeck-Rousseau seria estabelecida a separação entre a Igreja e o Estado (1901)

608 NE, p. 71.

Pois bem, de decadência em decadência, de obliteração em obliteração – as coisas chegaram a termos de um tremendo assombro e espantoso horror. A mentalidade lusitana não podia descer mais baixo do que desceu, ao cabo d'esse continuo empenho de entorpecimento"[609]

O combate antijesuíta, pela a influência que estes haviam detido, e voltavam a deter no ensino secundário, é uma das peças essenciais para compreender as ideias educativas de Bruno, tanto mais que, como vemos neste texto, ele associava a educação jesuítica à decadência moral da nação. Tese, também ela, muito caro aos republicanos europeus.

7. Assim, apesar de referir quase todos os grandes núcleos das polémicas educativas de então, devemos acentuar que o impacto do pensamento de Bruno, nas gerações contemporâneas e vindouras, não se irá fazer tanto com base na desconstrução de questões institucionalistas, onde sem dúvida haveria outros intelectuais muito mais bem preparados tecnicamente que ele - como João de Barros (1881-1960), Ferreira Deusdado (1858-1918), Adolfo Coelho (1847-919) ou Bernardino Machado (1851-1944), só para citar alguns nomes - , mas sobretudo na construção da tal ideia de educação / cultura que largamente extravasa o papel das escolas públicas ou privadas que lhe cumpriu frequentar.

8. Como se sabe, o pensamento de Bruno haveria de inspirar uma linha forte do pensamento português que reconheceu, e reconhece ainda (passado quase um século), Bruno como um dos seus inquestionáveis genitores. Estamos claramente a falar do movimento da "Renascença Portuguesa", movimento formado em torno da Revista *A Águia* (1911-1932)[610], que foi,

609 "A Educação Congregacionista" in *A Voz Pública*, 26 de Abril de 1901, p. 1.

610 A revista, *A Águia – Revista quinzenal ilustrada de literatura e crítica*, iniciou-se no Porto, em 1910, tendo cinco séries que se prolongaram até 1932. Foi dirigida

segundo Rui Ramos "a mais ambiciosa organização de intelectuais alguma vez vista em Portugal". [611] . A Revista teve entre os seus fundadores e dirigentes nomes como os de Teixeira de Pascoais (1879-1952), Manuel Laranjeira (1877-1912), Jaime Cortesão (1884-1960), Leonardo Coimbra ou Raul Proença (1884-1941).[612] A partir da sua 2° série passaria mesmo a ser considerada órgão oficial da "Renascença Portuguesa". Através do movimento da "Renascença Portuguesa" o republicanismo ganhou uma dimensão espiritual e redentora, no qual Bruno foi uma das raízes.

Dali iria surgir, a partir do final da década de quarenta, a denominada corrente ou escola "Filosofia Portuguesa", cujos fundamentos não cabe agora

---

sucessivamente por Álvaro Pinto, Teixeira de Pascoais, Leonardo Coimbra, entre outros.

611 RAMOS, Rui (1994), "A Traição dos Intelectuais", in *História de Portugal- A Segunda Fundação (1890-1926)*, Dir. José Matoso, Vol. VI, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa,1994, p. 532.

612 Com o movimento da *Nova Renascença*, iniciado no Porto em 1980, que tem como figuras proeminentes Santa'Anna Dionísio e José Augusto Seabra, entre outros, pretendeu-se dar, sob o título de associação cultural independente, continuação ao Movimento da "Renascença Portuguesa", consubstanciado na revista homónima:

"*Oriunda de um sector de intelectuais de espírito pluralista e dialogante, que a partir do Porto e do Norte, na linha de uma renovação e actualização dos valores herdados da 'Renascença Portuguesa', lançaram uma revista aberta aos mais diversos domínios – literários, artísticos, científicos – da criação e do pensamento contemporâneo, tanto no plano nacional como internacional, ela tem-se mantido sempre acima de querelas sectárias, defendendo uma postura tolerante, em que possam convergir todos quantos tenham uma palavra a dizer ou uma obra a perfazer, universalmente projectadas, sem fronteiras.*" "A 'Nova Renascença' e a Política Cultural, In *Nova Renascença*, Outono de 1995, p. 503.

aqui aprofundar[613]. Tão somente agora vamos reproduzir parte do manifesto feito por Álvaro Ribeiro, na obra *O Problema da Filosofia Portuguesa,* pelo interesse óbvio que tem para a educação e cultura nacionais, bem como pelas suas ligações evidentes ao pensamento brunino:

"*Não é de filosofia em Portugal mas de filosofia portuguesa que a nossa cultura verdadeiramente carece* [...]

Tudo depende, não de aclimatar, não de continuar, mas de recomeçar uma tradição, tudo depende da eleição do ponto de partida e da acção de um escol que venha revelar em actual expressão ontológica o pensamento implícito nos documentos teológicos, políticos e literários que assinalam os decisivos passos da vida do nosso povo e que venha a formular, em sistema ou sistemas, a filosofia própria da fisionomia nacional.

Quem diz escol, diz escola. O problema da filosofia portuguesa é, por agora, o problema do ensino" [614]

Mais de vinte anos passados sobre estas palavras, ainda em 1956, Álvaro Ribeiro reforçava a ideia da paternidade de Bruno no "mais importante acontecimento cultural" da história do Porto ("A Renascença Portuguesa"). Lamentando o olvido em que tinha caído aquele "último homem de génio" que, por se ignorar a influência que havia tido sobre os seus conterrâneos, "resultavam muitos erros de história literária e política".[615] O texto chamava-

---

613 Apesar deste tema constituir para alguns autores matéria polémica. Vide ALMEIDA, Onésimo Teotónio (1985), "Filosofia Portuguesa –Alguns equívocos", in *Cultura – História e Filosofia*, Vol. IV, INIC, Lisboa, 1985, pp. 219 a 254.

614 RIBEIRO, Álvaro (1943), *O Problema da Filosofia Portuguesa*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1943, pp. 22 e 23.

615 É a tão divulgada imagem de Sampaio Bruno como verdadeira enciclopédia humana, dizendo mesmo alguns, que debaixo de toda aquela gordura haveriam chumaços de livros!

se justamente: "Sampaio Bruno fundador da filosofia portuguesa"[616]. Já em 1995 a Revista *Nova Renascença*, dentro do espírito fundacional referido, publicava um número temático dedicado a Sampaio Bruno (Vol XV)[617].

9. É, portanto, sobretudo neste campo do debate de ideias sobre a educação - não tanto instrução, que nos parece significante a mensagem de Bruno. Isto vem colocar parte significativa da reflexão brunina num patamar de resolução quase a-histórico, e talvez seja justamente esta a razão que torna intemporais os temas educativos e filosóficos que abordou[618]. Do que **"é a educação"** para o que **"deveria ser educação"** é assim o transito obrigatório para compreender a ideia de educação para a República que Bruno defendeu.

---

616 RIBEIRO, Álvaro (1956), "Sampaio Bruno, fundador da filosofia portuguesa", in *Estrada Larga – Antologia do Suplemento de Cultura e Arte de O Comércio do Porto*, Organização de Costa Barreto, Vol. I, Porto, 1956, pp. 271 e 272.

617 Sobre este tema, a paternidade de Sampaio Bruno na Filosofia Portuguesa, consultar também TAIPA, Orlando (1955), *Sampaio Bruno – Alguns aspectos do seu pensamento*, Edições SER, Vila do Conde, 1955, pp. 9 a 25; e BERNARDINO, Teresa (1991), "Sampaio Bruno e a Ideia de Deus", in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa: Homenagem ao Professor Victor de Sá /Humberto Baquero Moreno*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1991, p. 413. Claro que sobre a polémica em torno da Filosofia Portuguesa existe muitíssima mais literatura, mas escusamo-nos aqui de a referir, pois esse não é por agora o âmbito do trabalho.

618 Como refere Delfim Santos destacando a perspectiva a-histórica da Cultura:

"*O fundamento da cultura terá sempre de ser prospectivo, e não apenas histórico, e a confusão que faz da história fundamento de cultura – ou seja o historicismo é uma lamentável revelação de incultura. O fundamento de uma cultura, sendo indispensável para lhe dar força, coesão e harmonia, não necessita de ser sempre o mesmo, como a perspectiva historicista pressupõe.*", in SANTOS, Delfim (1943), *Obras completas*, 3 Vols., 2ª ed., Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982, p. 341.

2. Bruno e a educação republicana

"É indispensável ir de antemão traçando o rumo que se há-de seguir a Pátria Nova e esse rumo há-de ter por baliza capital a educação do povo."

(António José de Almeida , 1907)

O problema educativo foi uma das questões fundamentais da propaganda republicana. Educar o homem era formar o cidadão. Este foi um dos mais célebres *leit motiv* republicanos. A invenção de um tempo regenerado (A República) e de um homem *novo* (o republicano), eram parte da equação do progresso da Humanidade. A República tem aspectos de movimento com características messiânicas e populistas, onde a educação e a escola - em particular a escola primária - representavam a base dessa evolução.

Bruno foi um republicano antes da República, e continuou a sê-lo depois de se afastar do PRP em 1911. Foi sem dúvida um livre-pensador, como ele mesmo o afirma em *A Questão Religiosa*[619]. Os problemas da educação assumiram também para ele, em muitos momentos, forma muito nítida, e até primária, de luta partidária, especialmente quando nos referimos ao seu antijesuitismo. Todavia, republicano, livre-pensador Bruno foi também um democrata, quase socialista, quase anarquista. A democratização da educação espelha bem as suas preocupações nessa matéria. Educar todos igualmente, educar todos para a igualdade, educar todos para a verdadeira democracia. Desta maneira se compreende como **projecto pedagógico e projecto político** se cruzam em Bruno exemplarmente.

A **republicanização** serve de nó górdio para a compreensão da equação educativa e cultural brunina: o papel a desempenhar pela República seria fundamental, mas antes do advento do novo regime era necessário, para o autor dos *Modernos Publicistas Portugueses* (1906), a educação: não haverá República sem educação, a emancipação dos espíritos terá se ser **anterior** à emancipação política. A educação terá de ser prévia à revolução.

Claramente, e ao contrário de alguns políticos republicanos, para Bruno, a anterioridade da educação do Povo era obrigatória à própria revolução. O que lhe ensinara a experiência depois do golpe falhado, por precipitado, de 1891 ? Talvez isso mesmo: não faz a República sem republicanos, e estes não se fazem sem educação.

Desejaria Bruno ver "multidões reclamantes" pelo "efeito da propaganda democrática sistemática, conduzida durante largos anos, no jornalismo, na tribuna, pela associação e pela votação", escreve no artigo "Incultura", publicado na *Voz Pública*, a 26 de Março de 1908[620].

Esta é a tese primitiva do autor: **a emancipação far-se-á pela educação, ela levará por si à mudança permanente de regime, porque levará à**

619 AQR, p. 199.

620 "Incultura", in *A Voz Pública* , 26 de Março de 1908, p. 1.

mudança permanente dos espíritos. Se a educação jesuíta tinha sido a causa desta degenerescência nacional, como Bruno à saciedade repetirá em quase todos os seus livros, então a educação republicana seria a causa da equivalente redenção e da formação do "homem novo", mitologema caro aos republicanos, como refere Alberto Araújo621. Porque, justamente, a educação deveria funcionar como garantia individual facultativa da emancipação cívica, tal como a descreve Joaquim Pintassilgo [622]. Bernardino Machado diria, em 1904, condensando esta ideia: "Ser instruído é ser livre".

Prócere destas ideias, da educação como forma de emancipação individual e colectiva, Alexandre Herculano, define-as assim, num conhecido texto intitulado exactamente "Instrução Pública" :

" [a Instrução Pública] *realiza o direito que tem qualquer cidadão de aperfeiçoar o seu entendimento, não só para se ajudar desse aperfeiçoamento no género de indústria a que se dedica, mas também para poder avaliar o estado das coisas públicas, os actos, as opiniões dos que governam* [...] *erguendo-se assim de feito à dignidade de Homem Livre.*"[623]

O quadro pedagógico e mental dentro do qual Sampaio Bruno gizou a sua ideia de educação para a República, era formado, como já tivemos oportunidade de ver, pelo ascendente em Portugal da escola cientista e positivista. Apesar de combater muitos dos seus princípios, daí retiraria a ideia

621 ARAUJO, Alberto Filipe de Abreu (1994), *O "Homem Novo"* ..., op. cit., pp. 104 e ss.

622 PINTASSILGO, Joaquim (1998), *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa,* Ed. Colibri, Lisboa, 1998.

623 Cit. in CALAFATE, Pedro (1993), "O Saber na Escola Portuguesa – Referências Históricas Paradigmáticas (Do Humanismo à I República)" in, *Pensar a Cultura Portuguesa Homenagem ao Prof. Doutor José da Gama Caeiro*, Ed. Colibri, Lisboa, 1993, p. 135.

de **progresso**, como evolução da humanidade, e também a ideia da defesa de uma nova cultura prática, de acordo com as novas exigências económico-sociais, de forma ultrapassar a antiquada e pedante "cultura livresca".

Do mititantismo republicano, recolheria o **anticlericalismo**, que no seu caso foi mais **antijesuitismo**, como meio de transformar a **escola num instrumento de laicização das consciências**. Como já foi estudado por Fernando Catroga, o cientismo positivista constituiu a "principal arma ideológica do laicismo no final de oitocentos"[624], sendo a ciência, então utilizada, um instrumento científico para legitimar a ideologia republicana [625].

Esta nova ideologia cientifico-positivista, adoptada pelos republicanos, pressupunha também uma nova moral. A moral positiva dever-se-ia opor à moral católica, e assentava numa síntese afectiva altruísta, que pressupunha valores e comportamentos como a submissão das paixões, a vontade forte, a confiança na educação científica o fortalecimento de carácter ou a apologia do altruísmo[626].

A verdadeira revolução das mentalidades, feita através do esforço demopédico, a realizar num tempo longo, alimentava a utopia que os republicanos portugueses não resistiram a apregoar: *O Tempo Novo do Progresso* - através daquilo que Raimond Aron denominou de "Religião Secular". Este *Tempo Novo do Progresso* deveria ser conseguido através da acção regeneradora da educação. Formar o *Homem Novo*, ideologema caro aos republicanos, seria fruto, também ele, de um *Tempo Novo*, forte e sagrado, opondo-se ao Passado (tempo antigo, fraco e profano)[627]. Como é evidente a

---

624 CATROGA, Fernando (1988), *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal 1865-1911*, Tese Policopiada, Vol. I, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1988, p. 35.

625 Idem, 37.

626 ARAUJO, Alberto Filipe de Abreu (1994), *O "Homem Novo"...*, op. cit., p. 108.

627 1Idem, p. 109 e 110.

escola jogaria aqui um papel fundamental. Associado a ela, o professor, especialmente o professor primário, visto como o "obreiro desta nova civilização. A Lei de 30 de Março de 1911, citando no final Emílio Zola, consagraria todas estes princípios: "um dia a Humanidade feliz será a humanidade que saiba ler e escrever e que disponha de uma vontade forte"[628].

Como se viu, a trilogia educativa republicana: escola laica, gratuita e obrigatória teve nele o seu eco. Contudo, a defesa do ensino livre e da liberdade de ensino, contra a governamentalização da escola, demonstra, até que ponto, Bruno considerava falível os mecanismos então existentes para operar as mudanças desejadas.

Para a **propaganda republicana** quase todos os problemas tinham causas políticas, e como tal, tinham de ter igualmente uma solução política. Esta absolutização do político está também presente nas reflexões em torno da educação. Por isso, para a propaganda essa resolução será, como sabemos, a mudança de regime com a implantação da República. Assim, mais do que críticas de alcance meramente educativo ou pedagógicos, estas foram armas políticas numa campanha muito bem orquestrada contra a Monarquia Constitucional. Esta campanha fará da educação primeira bandeira política num republicanismo que, depois da década de setenta, se afirmaria fruto de influências europeias (quer da Revolução Espanhola de 1868, quer da III República Francesa de 1875).

O republicanismo português legitimava o seu espaço político institucional no que o espírito liberal houvera iniciado em terras portuguesas em Agosto de 1820[629]. Contudo, hoje sabemos como o republicanismo foi no

---

628 Diário do Governo, Direcção Geral da Instrução Primária, 30 de Março de 1911, capítulo IV do Preâmbulo.

629 HOMEM, Amadeu Carvalho (1989), *A Ideia Republicana em Portugal. O Contributo de Teófilo Braga*, Livraria Minerva, Coimbra, 1989, p. 236.

campo das realizações, muito mais programático que pragmático[630]. Como

---

630 Neste sentido vale a pena transcrever o preâmbulo da Lei de 30 de Março de 1911, emitida já pela Direcção Geral da Instrução Primária, porque consigna, do ponto de vista teórico, as mais importantes ideias elaboradas pela propaganda republicana no que concerne à escola:

Diário do Governo

Quinta Feira 30 de Março de 1911

Direcção Geral da Instrução Primária

"O homem vale, sobretudo, pela educação que possui, porque só ela é capaz de desenvolver as suas faculdades, de maneira a elevarem-se no máximo em proveito dele e dos outros.

A educação exerce-se, como que automaticamente, durante toda a vida, só com a diferença de que, na idade adulta, o homem confia a si mesmo a missão de seu próprio educador, ao passo que, na idade infantil, precisa de um guia, que é conjuntamente família e o mestre.

Educar uma sociedade é fazê-la progredir, torna-la um conjunto harmonico e conjugado das forças individuais, por seu turno desenvolvidas em toda a plenitude. E só se pode fazer progredir e desenvolver uma sociedade, fazendo com que a acção continua, incessante e persistente de educação, atinja o ser humano, sob o tríplice aspecto: físico, intelectual e moral.

Portugal precisa de fazer cidadãos, essa matéria prima de todas as pátrias, e, por mais alto que afirme a sua consciência colectiva, Portugal só poderá ser forte e altivo no dia em que , por todos os pontos do seu território, pulule uma colmeia humana, laboriosa e pacífica, no equilíbrio conjugado da força dos seus músculos, da seiva do seu cérebro e dos preceitos da sua moral.

A República libertou a criança portuguesa, subtraindo-a à influência jesuítica, mas precisa agora de a emancipar definitivamente de todos os falsos dogmas, sejam os de moral ou os de ciência, para que o seu espírito floresça na autonomia regrada, que é a força das civilizações.

A máxima que, neste momento, mais do que nunca deve presidir à educação infantil

cifra-se nestas palavras: desenvolvimento do caracter, pelo exercício permanente da vontade.

Ora o laboratório da educação infantil está para as camadas populares, sobretudo, na escola primária, e é lá que verdadeiramente se ha de formar a alma da pátria republicana.

A instrução foi sempre um dos principais elementos da educação. Sem instrução, a educação, foi, em todos os tempos, deficiente, por falta de equilíbrio no seu significado mais alto. Seria hoje, nesta época de progresso arrebatado, totalmente impossível. Ha homens de uma moralidade excelsa, que mal sabem ler, e ha criaturas de uma grande cultura de espírito, que são moralmente celerados. É certo; mas as excepções não alteram a regram, e só pela e experimental o homem pode adquirir o esteio que há-de firmar o edificio moral da sua alma. A moral moderna é diferente da antiga. Ela traz, á hora presente, uma porção de revolta tal, que o velho mundo de preconceitos oscila nos seus alicerces seculares. Para interpretar e seguir, é preciso comparar os sentimentos dos homens, analisar o caracter dos povos e perscrutar os próprios desígnios da História. E para isso é preciso saber ler, conhecer de maneira elementar, ao menos, esse alfabeto maravilhoso, onde se estratifica a notícia dos acontecimentos e se agita a opinião dos homens. O abc, segundo a velha designação, é por isso hoje o fundamento lógico do caracter, e, quem o ensina e evangeliza, o guia supremo da consciência dos povos.

Mas na escola primária não se ministra apenas educação. Ministra-se também educação directamente, nas suas consequências e resultados, fornecendo á criança, pela prelecção, pelo conselho e pelo exemplo, as noções morais de carácter.

Um relancear de olhos pelo esquema desta lei indica desde logo a feição do ensino que vai adoptar em Portugal.

Esse ensino é graduado, concêntrico e metódico, mantendo, numa harmonia constante, o desenvolvimento orgânico e psicológico, e o desenvolvimento intelectual e moral.

[...]

A criança, enfim, vai ser reintegrada na natureza, não para ficar abandonada ás suas forças tempestuosas, mas para as aproveitar no fim supremo de dar a si própria unidade moral e aos seus semelhantes solidariedade afectiva.

E eis porque a República deu tamanha atenção ao problema da instrução primária, e com tanto desvelo distingue e mais se propõe ainda distinguir o professor de

instrução primária, que é o grande obreiro da civilização.

É que se torna indispensável e urgente que todo o português de geração, da geração que começa , seja um homem, um patriota e um cidadão.

II

Pelas disposições deste diploma, entregam-se às câmaras municipais as regalias administrativas do ensino primário. Honra-se assim a obra da Revolução, e a República, fazendo-a, cumpre uma das disposições do seu programa, sobre que mais incidiu a palavra dos seus propagandistas. Descentralizou-se o ensino; mas, fazendo-o, acautelaram-se inilludivelmente os interesses das escolas e os interesses dos professores. Nem sempre as câmaras municipais têm mostrado desvelo pela causa da instrução. Os tempos hoje, porem, são outros. O espírito libertador e transformador da Republica animou a nação de intuitos novos. Tudo vai mudando na vida nacional. Também ha de transformar-se pela força das circunstancias a velha orientação desmoralizadora, que a política local imprimiu a muitos municípios que deixaram de ser defensores dos direitos do povo, para serem os serventários dos grandes influentes eleitorais. E para aqueles que não entrarem desde logo no caminho do saneamento moral, que a Revolução impôs a todo o país, penalidades, por vezes severas, serão o natural castigo de descuidos ou desvarios, que a marcha do progresso não pode tolerar.

Ao lado da máxima liberdade, a máxima responsabilidade. [...]

III

Os professores são beneficiados com esta reforma. Não o foram tanto como era desejo do Governo Provisório, mas tanto quanto possível, nas condições da economia nacional, que a monarquia defraudou, por mil formas diversas. Sê-lo-ão de futuro melhor. Tudo o que se faça a esses beneméritos trabalhadores, no intuito de aumentar os seus títulos de capacidade e de remunerar condignamente o seu esforço de educadores, nunca será demais.

Eles têm vivido até hoje quase que na miséria e no abandono. Os seus magros

ordenados mal chegam para um passadio mesquinho, e, a respeito de consideração por parte dos poderes públicos, têm sido tão desprezados, que era na verdade preciso ter coragem e abnegação, para não abandonarem a infância confiada aos seus desvelos.

O ensino normal, como fica instituído por este decreto, elevará cada vez mais o nível intelectual do professorado, tornando-o apto para a sua missão social. A escola normal, agora decretada, corresponde ás exigências da pedagogia moderna. O Governo orientou-se neste assunto pelo que ha de mais perfeito, procurando adaptá-lo com justeza e critério á modalidade espiritual dos portugueses. E nem só o Governo se preocupou em fundar, em bases científicas, a escola normal, para educar professores de instrução primária. Deliberou já, para a seu tempo ser executada em harmonia com os recursos do Tesouro, a criação da escola normal superior, onde se habilitem os professores que hão de educar os professores primários.

Por outro lado, os aumentos sucessivos que aos professores primários a Republica ira fazendo nos seus ordenados contribuirão grandemente para formar para formar mais solida, mais respeitável e mais bela, a sua acção moral, dentro da escola. Se ao professor de ciências ou de letras é exigida uma moralidade extrema, muito mais o deve ser ao professor primário, porque ele vai ser o arbitro dos destinos morais da Pátria, e é preciso, portanto, para que a sua obra seja fecunda, dar-lhe independência material, porque sem ela, o educador ficará aquém da sua missão, visto faltar-lhe o prestígio do exemplo pessoal.

IV

A religião foi banida da escola. Quem quiser que a dê á criança, no recanto do lar, porque o Estado, respeitando a liberdade de todos, nada tem com isso. A moral das escolas, depois que a Republica se fundou, só tem por base os preceitos que regulam a justiça entre os homens e a dignidade dos cidadãos. Varreu-se da pedagogia nacional todo o turbilhão de mistérios e dos fantasmas que regulavam, até então, o destino mental das crianças.

A escola vai ser neutra. Nem a favor de Deus, nem contra Deus. Dela se banirão todas as religiões, menos a religião do dever, que será o culto eterno desta nova igreja cívica do Povo.

A moral de agora firma-se no exemplo pratico da solidariedade. O critério antigo

refere Rogério Fernandes[631], as realizações ficaram muito aquém das

lisonjeava o espirito de hostilidade permanente da colectividade contra o indivíduo e a luta dos indivíduos entre si, esse estado social, em que, no dizer de Montaigne, o interesse de um é sempre o prejuízo de outro.

Hoje, ideias diversas começam a orientar os homens, triunfando um pouco no domínio dos códigos, e triunfando imensamente no domínio das consciências. O homem só é digno desse nome, quando é útil a si e aos seus intentos, sem lesar os intentos dos outros.

Esta moral é, pois, sadia inteira da contemplação da vida real. E só a pode quem tiver compostura mora, para se impor pelo exemplo.

Daí a necessidade de exigir que o professor seja competente e cumpra rigorosamente os seus deveres, e a necessidade de o acarinhar, elevar e proteger, para que revista, em toda a plenitude severa, a toga do educador, que não receia que, entre o que ele prega e o que ele faz, o aluno possa descobrir desconexão ou incoerência.

Esta lei, em resumo, pelo plano de estudos que adoptou, pelos processos de descentralização que pôs em pratica, sob o ponto de vista administrativo, pelas normas da fiscalização que seguiu, sob o ponto de vista pedagógico, e pela consideração que deu ao professor, melhorando as escolas normais que o hão de preparar, e aumentando-lhe os vencimentos, para lhe dar independência, - esta lei satisfaz as exigências actuais da consciência pública em Portugal. E, terminando, podemos adaptar ao nosso país liberto pela Republica, estas palavras de Zola: "um dia a humanidade feliz será a humanidade que saiba ler e que disponha de uma vontade forte". In Diário do Governo, Direcção Geral da Instrução Primária, 30 de Março de 1911.

631 *"O advento do regime republicano não alterou substancialmente as obstruções socio-económicas à democratização da educação e da cultura. A classe operária e os trabalhadores rurais não lograram obter melhorias nas suas condições de vida. Pelo contrário, viram frustradas as promessas socializantes que o Partido Republicano associara insistentemente à sua propaganda política."*, ver FERNANDES, Rogério (1983), *Bernardino Machado e os Problemas da Instrução Pública*, Livros Horizonte, Lisboa, 1985.p. 202.

intenções

Para Bruno questão política era posterior à questão educativa, entendendo, portanto, ser necessário uma prévia "revolução cultural" à revolução política. Dizia que o problema era de ideias, não de homens, como refere num artigo publicado a 31 de Setembro de 1890 no jornal *A República Portuguesa*[632]. Dizer isto é de novo assumir que Sampaio Bruno subordinava a questão política à questão educativa e cultural. A República tinha um valor instrumental, mas essa mesma República de nada valeria sem uma anterior preparação dos espíritos.

Por essa mesma razão, pela necessidade da sobredita "revolução cultural", a questão educativa perpassaria toda a obra brunina. A ela retorna sempre. Agora, que ainda estamos a construir a imagem que tinha da educação sua contemporânea, análise que faz sempre com um cunho autobiográfico muitíssimo associado, isso torna-se mais evidente. As críticas que aí fará ao ensino público permitem desocultar algumas destas reflexões.

3. Reflexões sobre a educação contemporânea

3.1 A Educação Primária e Secundária (castigos corporais, livros, currículos e exames)

"A Instrução das primeiras letras, indispensável e fundamental, é, portanto a base da arquitectura moral do homem"

(António José de Almeida, 1907)

632 "A parvoice da entrada de republicanos num ministério monárquico", In *Republica Portuguesa*, 31 de Setembro de 1890. p. 1.

Pela abundância de referências, este capítulo deve ser lido em estreita comunhão com os capítulos da I Parte deste trabalho: 1. "A Infância (1857-1867)"; 2. "O Tempo do Liceu (1866-1874); 3. "A Passagem pela Academia Politécnica do Porto (1876-1879)". Pela mesma razão devem ser compulsados os textos em anexo no final deste trabalho.

1. Se a nostalgia lhe fez recordar alguns mestres e colegas do Liceu com grande bonomia, o mesmo não se aplica ao ensino primário que recebeu no Colégio Podestá. A imagem mais forte que guardou foi a dos castigos corporais, seguida um pouco mais atrás pelo completa desmotivação provocada pelos métodos obsoletos e matérias pouco atraentes de ensino. A figura do professor primário sobressai, pela negativa, de entre as demais. O uso da palmatória e dos outros castigos, que os mestres eram tão imaginosos a criar, foi para ele de tal forma marcante que as recordações de escola quase se esgotam aí. Por isso, crítica que faz ao ensino primário que frequentou, e que estende a todo o ensino primário público, é extremamente dura.

Na avaliação que Sampaio Bruno faz dos métodos de ensino praticados na escola primária, mostrava-se herdeiro de Ribeiro Sanches[633] e de Luís António de Verney. Foram estes os primeiros a censurar a barbaridade com que se praticavam os castigos corporais na escola, contrariando o que ainda muitos pedagogista do Séc. XVIII defendiam em máximas populares como estas: " O que perdoa á vara, aborrece o filho; mas o que o ama com o tempo o castiga"; "O repreender, e castigar os filhos a tempo, nenhuma coisa prejudica ao amor paterno". O hábito de aplicar castigos corporais aos alunos pouco aplicados ou mal comportados, era perfeitamente banal em todo o Portugal de Antigo Regime, como bem o demonstrou António Gomes Ferreira[634].

Luís António de Verney critica os castigos excessivos, não negando que

633 SANCHES, Ribeiro (1759), *Cartas Sobre a Educação da Mocidade*, Editorial Joaquim Barreira, Porto, s/d, p.135.

634 FERREIRA, António Gomes (2000), *Gerar. Criar. Educar. A Criança no Portugal do Antigo Regime*, Ed. Quarteto, Coimbra, pp. 317 a 334.

devessem existir castigos; mas estes, em todo o caso, deviam era ser proporcionados ao erro[635], e nunca por falta de estudo: "Falo sómente do castigo que se dá por causa de não acertar nos estudos". Para este efeito, considerava a emulação ou a repreensão como métodos muito mais benéficos[636].

Estas reflexões acompanhavam na Europa toda uma tradição de pedagogistas, radicada em Rousseau (17121778)[637] e Peztalozzi (1746-1827)[638], que já se vinha insurgindo contra estes aspectos, bem como contra o estudo memoralista. A bondade, a natureza e o sentimento, acreditavam, era a melhor forma de educação das crianças. Isto estava directamente relacionado com a valorização do papel da criança, que se vinha configurando desde o Humanismo do Séc. XV e XVI[639]. Esta não era mais vista como um "homúnculo" (homem imperfeito), mas já como criança, um ser com características próprias, que haveria de efectuar um processo de evolução e crescimento natural, conduzido também pela educação[640].

Fosse como fosse, as impressões contra as "casas de tormentos" e a menina dos cinco olhos lá ficaram". Por mais de uma vez Bruno os associaria à brutalidade dos costumes portugueses.

2. Um outro aspecto a reter da sua instrução primária era a desmotivação

635 VERNEY, Luís António de (1746), *Verdadeiro Método de Estudar*, Prefácio e Notas por Joaquim Ferreira, 3º Ed., Editorial Domingos Barreira, Porto, s/d., p. 76.

636 Idem, p. 77.

637 ABBAGNANO, N. e VISALBERGUI, A. (s/d), *História da Pedagogia*, 4 Vols., Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1981, pp. 493 a 510.

638 Idem, pp. 589 a 603.

639 GÉLIS, Jaques (1990), "A Individualização da Criança", in *História da Vida Privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*, Vol. III, Dir. Roger Chartier, Ed. Afrontamento, Porto, 1990, p. 311 a 329.

640 Idem, ibidem.

provocada pelos maus livros, ou pela leitura de livros desadequados àquelas idades. Entre eles, contava-se o do conselheiro Rodrigues de Bastos, que a única coisa que conseguia promover nas jovens cabeças era "uma modorra de indiferentista sonolência"[641]. Anos mais tarde, nos *Modernos Publicistas Portugueses* (1906), aplaudirá a preocupação que já se fazia sentir nos escritores e pedagogos na educação *ab ovo*, dotando-a de materiais didácticos motivantes. Neste exacto sentido elogiará as obras de literatura infantil escritas por Ana de Castro Osório[642], e em especial um "primoroso livro de leitura" para as escolas de instrução primária, aprovado por Decreto de 4 de Setembro de 1903. Este era resultado de um trabalho conjunto de vários nomes de conhecidos escritores da nossa praça: Maximiliano de Azevedo, Raul Brandão, e D. João da Câmara: "O livro de leitura organizado por aqueles literatos satisfaz, cabalmente aos mais miúdos requisitos exigidos e exigíveis neste ordem de composições". Desde logo a qualidade muito cuidada da edição, com as letras acessíveis às crianças. A utilização de imagens sugestivas. A própria linguagem escolhida era excelente, "espécie melindrosa de trabalhos", que reside na selecção da linguagem que "cumpria falar àquelas curiosidades, tão móveis e fatigáveis"[643]. E aqui o livro excedia-se, diz Bruno, pela simplicidade e claridade de estilo, maravilhando os adultos por uma "inconsciente mas vívida evoção", fazendo sentir que aquele era "o tom da linguagem didáctica infantil"[644]. Mas não era ainda tudo, através daquela literatura explanavam-se conselhos morais[645] com "perfeita mestria"[646],

641 MPP, P. 342. Ver também artigo "Educação", in *A Voz Pública*, 23 de Outubro de 1903.

642 Defesa da educação moral feita por essa escritora principalmente através dos seus "lindos contos", promovendo a defesa da literatura infantil. "A Educação", in *A Voz Pública*, 23 de Outubro de 1903, p. 1.

643 MPP, p. 344.

644 Idem , ibidem.

645 Ver também "A Educação Moral", A Voz Pública, 28 de Abril de 1900, p. 1.

como aqueles que aconselhavam a ter respeito pelos deveres, pelos animais e, principalmente, pela Pátria:

"E no coração varonil do educando as últimas palavras do seus mestres se esculpirão como um timbre indelével 'Quero estudar, trabalhar, viar a ser um homem honrado, e assim honrar um dia a minha Pátria, o meu Portugal."[647]

3. Sampaio Bruno procede depois a um relato minucioso da educação portuguesa a que não escapa o número de escolas, o estatuto dos professores, os planos de estudos, vendo com aguçada crítica as disciplinas então leccionadas, sobretudos as do ensino secundário, não sem antes utilizar o adjectivo que os autores das *Farpas* aplicavam à instrução pública: "a canalhice pública":

"Entre nós, na fase da candura, nos seus bons tempos, os redactores das 'Farpas' definiram de uma vez a instrução oficial, dando-lhe o nome que lhe compete: uma canalhice pública.

Relacione-se, com efeito, o número das crianças a educar com o número de escolas que funcionam pobremente, por esse país fora. Constate-se a miséria indecorosa em que se deixa vegetar o desgraçado professor primário, obrigado a fornecer papel, penas e livros aos alunos em extremo necessitados. Verifica-se a não existência de sérias escolas modelo em que lá for a (no aonde estas coisas gravíssimas, de que depende o futuro mesmo das nacionalidades, se atendam como merecem) se criam preceptores idóneos e á altura da missão a que se propõem. Veja-se, por outro lado, como os dinheiros públicos se malbaratam em conservar, fomentando-lhes o desenvolvimento, todas as instituições sociais de carácter retrogrado e anti-civilizante. E diga-se se as palavras duras não sobem aos lábios e se as violências de frase não

646 Idem, p. 345.

647 Idem, p. 346.

lembram naturalissimamente."[648]

Terminado este apodo certeiro da educação primária pública, Bruno prossegue a mesma análise, mas agora da educação secundária praticada nos Liceus públicos. Vejamos, pois, algumas das reflexões de Sampaio Bruno a este respeito:

"*Quando se sobe do exame da instrução primária para o da secundária e mesmo, em certa medida, para o da superior, análogo espectáculo desolante se oferece à nossa consideração. Os planos de estudo são redigidos num espírito atrasadíssimo, humanista e retórico, que deixa, ao cabo da disciplina de anos pela frequência dos estabelecimentos chamados de ensino, o indivíduo que a eles concorre inteiramente desarmado para o áspero conflito da vida moderna. De nenhuma das teorias circulantes no mundo contemporâneo do entendimento se dá íntegra, proba conta ao que procura que o eduquem. Imobilizam-no na repetição automática de velhas doutrinas caquécticas, hoje sem significação nem préstimo.*

Sai-se dessas aulas estéreis sem uma noção clara, sem a aquisição de um princípio justo, mas cheio de um palavreado oco, irritantemente pretensioso, com que se dissimula a carência absoluta de critério, a falha inteira de generosos princípios prolíficos.

O menino premiado, abandonando os bancos dos nossos liceus, oferece este lastimoso espectáculo: - se o mandarem trabalhar, arrancar a concorrência dos interesses o quantum necessário à sua persistência no agregado social, ele, incapaz para o labor mercantil, sem o conhecimento de um ofício, sem uma longa aprendizagem prévia de uma profissão, achar-se-ia duramente embaraçado. Ou mendigará pelas secretarias ou será vergonhosamente batido pelo primeiro chegado, desde que portador de uma divergente centelha natural. Até que, reorganizado o seu critério na

---

[648] NE, p. 336.

inclemente experiência, única escola de que se recebem lições reprodutivas, ele tenha enviado ao mais profundo e ao mais justo esquecimento vingador toda a farrapada retórica que foi buscar aos liceus"[649]

Bruno refere as nefastas consequências para a capacidade de reflexão dos alunos, consequências essas que advinham de cadeiras cuja forma e conteúdo deveriam justamente habilitar as jovens mentes a essa capacidade de reflexão – referir-se-ia a cadeiras como a Filosofia Racional e Moral ou os Princípios de Direito Natural[650] . Assim, corrompido por uma educação inútil, pedantesca, antiquada e oca, o estudante liceal tristemente chegaria à conclusão de que teria de "refazer toda a sua educação":

"*Se se quiser entregar às meditações independentes, às abstractas empresas da ciência, da filosofia, da arte, ele, no topo de dois minutos de reflexão e exame de consciência, verificará, com amargura, que tem de recomeçar integralmente a sua educação mental, não se achando, ao partir das escolas, de posse nem de um princípio exacto nem, miserrimamente, de um método de trabalho.*

Senão, veja-se. entra-se para os liceus nas melhores disposições, nesse período confiante em que a curiosidade intelectiva começa a despertar-se, com toda a vivacidade das primeiras sugestões. Deseja-se saber, investigar tudo, encontrar explicação aos variados fenómenos que solicitam a inteligência das crianças.

Mas logo este primeiro movimento de uma aspiração tão a aproveitar é destruído pela tortura do estudo doutrinário das línguas a que se adstringe o neófito. A primeira coisa de que ali se trata é de corromper a curiosidade mental com os artifícios por que se geram os pedantes"[651]

---

649 Idem, p. 337.

650 Consultar nota 66.

651 Idem, p. 338.

Segue-se a análise das cadeiras, a Língua Portuguesa, o Latim, a História e a Geografia, a Física e a Química, a História das Literaturas, ou a Filosofia todas elas analisadas e adjectivadas por Bruno:

"*A língua portuguesa é geralmente ensinada sob todas as preocupações humanistas das escolas jesuíticas. Segue-se o árido, o inútil, o absurdo, o criminoso ensino do latim, que gasta anos anos e onde se acaba, quase sempre, por perder o gosto para novos trabalhos intelectuais.*

Não há muito tempo que a geografia e a historia eram fornecidas por antigos ripanços idiotas, o miguelista Sacra-família, o Dória conspícuo. Gastava-se no estudo da esfera de Ptolomeu o melhor do ano lectivo e era-se reprovado irremediavelmente, se não se soubesse ao que é que chamavam os Antigos o Ponto Euxino ou quantos filhos teve Noé, aquele que recolheu num batel todas as espécies vivas.

Nos elementos de física, química, zoologia, botânica e geologia, que se atrapalha tudo numa cadeira, vai-se, ainda hoje, o tempo a descrever aparelhos, nas suas mais acessórias minudências. A máquina deste, o barómetro daquele, o areómetro daquele outro. Nessa enceleiração fastidiosa de factos desconexos, só por acaso se ministra ao aluno a claridade de uma doutrina geral que coordene esses factos e os torne inteligíveis.

A história das literaturas é alguma coisa ali de fantástico; o que se deseja apurar é quantos sermões pregou afinal, o padre Vieira e se João de Barros é Tácito, Lívio, Suetónio ou que diabo é ele.

Falar do que se intitula filosofia racional e moral é tarefa que não tentarei, tanto me falece a coragem. Basta que se saiba que o Estado usa mandar, nos seus programas, as opiniões já feitas. Decreta-se a demonstração; comina-se multa à duvida e raposa ao espírito de análise. Lembro-me de um desses programas periódicos que preceituava: - Demonstrará o aluno que a religião católica é a única verdadeira (textual). De resto, o leitor esclarecido compreende que seria barbaridade empregar a faina do tipógrafo a definir o que seja essa mistificação chamada pelo

legislador filosofia."[652]

4. No remate desta apreciação efectuada nas páginas das *Notas do Exílio* (1893), Sampaio Bruno não deixará de culpar os poderes políticos instituídos pela inoperância das reformas implementadas[653]. Na mira estava muito concretamente a Monarquia Constitucional, que acreditava ser a raiz de todos os problemas com que Portugal se debatia.

"*Ora, este estado miserável da instrução secundária têm-se proposto os parlamentos sucessivos minora-lo, se não pudessem de todo reformá-lo num sentido alevantado e científico.*

Reúnem-se comissões; fazem-se discursos; apregoa-se, por fim a vitória.

Agora é certo. Sobre a douta assembleia, quiçá devido à presença de vários legisladores tonsurados, esvoaçara desta feita o santo espírito das inspirações superiores. Concorda-se em que se conseguira enfim confeccionar uma sábia organização do ensino, que não deixa nada a desejar. Antes mete num chinelo, confundindo-os de vez, a todos os descontentes que costumam andar por aí a murmurar que da deliberação colectiva de assembleias tão sabedoras com as que, deste constitucionalismo funciona entre nós, se têm precipitado umas atrás das outras, raramente surdiu a bem da instrução nacional projecto proveitoso e valorizável."[654]

5. Sobre o analfabetismo dirá que é justamente a causa que faz com que o Povo português desconheça a situação em que se encontra. As classes

652 Idem, pp. 338 e 339.

653 Sobre a críticas às reformas elaboradas para o primário e o secundário ver artigos da *Voz Pública*, "Ensino Primário", 28 de Setembro de 1902, p. 1; e "Ensino Secundário", 30 de Setembro de 1902, p. 1 e também "Proletários e Intelectuais", de 1 de Junho de 1903.

654 Idem, pp. 339 e 340.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

dirigentes mantêm-no propositalmente na ignorância para proveito próprio[655]. De tal maneira se mostrava negro o quadro do analfabetismo português que Bruno perguntava: "Portugal são quatro milhões de analfabetos. Quatro milhões de analfabetos: é isto porventura uma Pátria ?"[656]. A luta contra o analfabetismo era para ele, evidentemente, uma das mais prioritárias tarefas da verdadeira "educação democrática".

6. Contra outro velho hábito lusitano, o empenho ou a "empenhoca", como refere - pedido de protecção dos pais dos alunos ou dos alunos aos professores na época de exames e concursos - também se insurgiu Bruno, apesar de referir que este costume não se encontrava apenas no ensino, mas bem disseminado no nosso modo de vida. Era sim uma coisa nossa, "bem portuguesa":

"*Em época de exames e concursos, como essa então tinha decorrido e ia decorrendo, ferve o empenho, que é fruta de todo o ano, de resto, e que constitui feição mui especial especialmente característica da nossa sociedade lusitana. O 'empenho' há-o em toda a parte do mundo, como o vinho, pouco mais ou menos; mas, como o vinho, o bom, o legítimo, o fino, o autentico, o superior, o impiedoso e furioso 'empenho' é coisa nossa portuguesa*"[657]

Concluindo. Sobre a instrução primária e secundária podemos, assim, apresentar algumas das ideias defendidas por Sampaio Bruno: a) a crítica aos costumes bárbaros dos castigos corporais na escola; b) a necessidade de se melhorarem os materiais didácticos utilizados; c) a urgência da alfabetização

655 "Incultura", in *A Voz Pública*, 16 de Abril de 1910. Aqui refere a existência do analfabetismo de 1º ou de 2º grau, chegando à conclusão que o de 2º grau é pior porque "é preconceituoso" e assenta igualmente na falta de cultura geral.

656 "Analfabetos", in *A Voz Pública*, 2 de Novembro de 1897, p. 1.

657 Idem, p. 362.

como construção da própria nacionalidade; d) a importância do ensino prático para as classes trabalhadoras, e politécnico e o fim do ensino do latim esterilizante; e) o fim do ensino do latim "esterilizante" e a equivalente defesa da ensino das línguas vivas, especialmente francês e inglês; f) defesa do ensino moralizante, não religioso, são algumas dessas ideias que procuramos aqui sintetizar.

Contudo, a reflexão sobre o ensino não termina aqui. Depois de uma irónica critica do mandarinato de bacharéis, partiremos para a análise de três temas importantes que deixamos propositalmente de lado: O Ensino Livre e a Liberdade de Ensino; O antijesuitismo educativo e defesa da educação feminina como estratégia de republicanização.

3.2. Os Bacharéis – "Um mandarinato de mangas de alpaca" [658]

"A mocidade que sai das escolas, depravada, pela gíria metafísica com que as dificuldades se iludem e as incógnitas se suprimem, vem a constituir esse Estado da bacharelice pedinde de que se extraem os grandes homens do constitucionalismo."

(Sampaio Bruno, "O Dever", 12 de Junho de 1896[659])

Este julgamento do ensino público que frequentou, não com grande brilhantismo, se anexará a experiência de uma passagem efémera pela Escola Politécnica do Porto (1876-1877). Esta experiência cristalizaria nele o preconceito contra os bacharéis, os frutos mais maduros desse ensino público em que não acreditava. Desta aparente desilusão com a Escola Politécnica; a que se unira os problemas de saúde, já aí fazendo estragos naquele que viria a ser o seu percurso intelectual; dá-nos um colorido registo Joel Serrão:

"Apesar dos estudos extra-escolares e da vagabundagem intelectual,

658 In AID, p. 63.

659 "O Dever", in A Voz Pública, 12 de Junho de 1896, p. 1.

coroados pelo escândalo e pelo êxito da venda da 'Análise da Crença Cristã', Bruno lá foi fazendo o seu liceu, aliás, sem grande brilhantismo. Concluído o curso médio, dispôs-se a fazer os preparatórios de Medicina, acaso no trilho aberto pelo sonho do pai. Mas nem a saúde nem as suas disposições íntimas permitiram que o plano vingasse.

Em 1875 a doença não lhe permitiu a matrícula, como desejava, na Academia Politécnica do Porto. Fê-lo no ano seguinte e submeteu-se com aprovação aos exames de Física, Química e História Natural. Em 1879 é distinguido, juntamente com Basílio Teles, pelo Conselho da Academia. No entanto, interrompe de vez os estudos oficiais, por doença, diz-se, mas estamos em crer que outra razão terá havido: o desencontro com o curso e as respectivas matérias, o malogrado sonho de 'outra coisa'; ou porventura tudo isso conjugado."[660]

O anti-bacharelismo nacional, aliás, foi escutado em escritores tão prestigiados como Eça de Queiroz ou Teófilo Braga. Todavia, este preconceito, da parte de Sampaio Bruno, poderia também andar associado algum ressentimento pelo facto de ser dado a estes (bacharéis), a este "mandarinato público" o tão almejado emprego público, (encontrar uma descrição de Eça sobre isto) posto que Sampaio Bruno tarde na vida usufruiu. O seu primeiro emprego público como segundo oficial da Biblioteca do Porto foi-lhe dado em 1909, contava já Bruno com cinquenta e dois anos !Mas foi bem mais do que isso: A falta de um diploma acabaria por lhe dificultar a carreira política, como adiante se verá.

3.3. A Questão da Liberdade de Ensino - O Ensino Livre

660 SERRÃO, Joel (1958), *Sampaio Bruno* ..., op. cit., pp .22 e 23.

Um dos debates pedagógicos que mais se evidenciou nesses quarenta anos que marcaram transição da Monarquia para a República, ou mais concretamente a republicanização do país, segundo Fernando Catroga, foi decerto a questão do Ensino Livre e da Liberdade de Ensino. Dentro da bandeira educativa, que ambos os campos souberam desfraldar, com vantagens evidentes para o lado republicano a partir da década de 70/80, a questão da Liberdade de Ensino e do Ensino Livre jogou um não menos importante papel. Fazendo parte da equação educativa, a batalha do Ensino Livre foi igualmente travada pelos dois lados.

Por mais de uma vez Bruno irá referir este problema, tanto mais que a ele andaria associado à superlativa questão da Liberdade de Ensino, mas sobretudo a um sem número de outras questões basilares para a educação, tais como a qualidade dos docentes; a velha questão religiosa, o currículo oficial, os manuais, a qualidade das escolas, os exames, etc.

Num país onde só muito tardiamente se instalou uma rede oficial de ensino, a realidade do sistema educativo não oficial representou durante largas décadas a norma e não a excepção. É justamente na fase em que se começa a dar a institucionalização da rede de ensino oficial que começarão os conflitos e os debates entre as virtudes e os defeitos atribuídos ao ensino oficial e particular. No final do século XIX este tema seria politizado em extremo, convergindo, não só, com o tema aparentemente superficial da Liberdade de Ensino, mas em rigor com o debate em torno da Liberdade de Culto, e portanto, do ensino confessional ou laico.

Para além da hegemonia de mais de duzentos anos da Companhia de Jesus no campo do ensino secundário, é necessário recordar que extintas as ordens religiosas em 1834, grande parte deste clero regular acabaria por se dedicar às tarefas tradicionais da educação em colégios ou seminários[661]. Bem como assim o clero secular que, preparado muito dele pela Universidade

661 Sobre a profissionalização do corpo docente e a sua composição no séc. XIX ver: NÓVOA, António (1986), *Le Temps des Professeurs*, Vol. I, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1987, p. 406 .

de Coimbra, durante anos formou o escol que forneceu o corpo docente da própria universidade, mas também começaria a fornecer elementos seus para o corpo docente dos recém criados Liceus[662].

Como já tivemos oportunidade de referir o problema educativo teria neste anos uma politização extraordinária. Os ideólogos de ambos os lados perceberam a sua importância transversal para toda a educação. Muitas vezes o tema educativo extravasa as questões técnicas, políticas, sociais para se transformar para todos estes ideólogos, a classe política, enfim, em todos os intelectuais de então, na questão central da vida pública.

Bruno, como ideólogo e publicista, estaria também no cerne desta polémica sobre o Ensino Livre e a Liberdade de Ensino, quer nas *Notas do Exílio*, quer em alguns dos artigos que escreveu para o jornal *A Voz Pública*, entre 1900 e 1903. Ali, Bruno, discutirá o vasto problema da Liberdade de Ensino, do qual as instituições de Ensino Livre ou os Lecionistas Particulares constituem apenas um dos pólos da discussão.

O ponto de partida de Bruno será, a exemplo de todos os outros defensores da Liberdade de Ensino, a má qualidade e a insuficiência do ensino oficial. A tese era esta: se o ensino oficial era incapaz de dar resposta quantitativa e qualitativa às necessidades educativas da nação, era mister manter-se, e desenvolver-se até, um ensino privado livre. Na realidade estes princípios já haviam sido enunciados por Sampaio Bruno quando, criticando sempre o ensino liceal seu contemporâneo, se havia manifestado contra a obrigatoriedade de assistência às aulas e o correlato sistema de faltas, bem como o hábito das chamadas, esses pequenos exames extemporâneos, cujo objectivo declarado era verificar a submissão dos desprevenidos estudantes à doutrina proclamada pelo mestre.

Defensor sempre de um regime livre de aulas, onde a motivação dispensasse as faltas e as temíveis chamadas, Bruno escreveria nos *Portuenses Ilustres* (1908) que mais valia acabar com as faltas do que continuar com os

662 Veja-se por exemplo, a composição do corpo docente do Liceu Nacional do Porto na altura em que Bruno o frequentava.

vergonhosos expedientes das justificação das mesma com atestados médicos tantas vezes falsos. Estes casos, passados também na Universidade, só seriam terminados com o fim dessa "velhacaria de marcar faltas". A actualidade desta questão é ainda hoje evidente. O regime de assiduidade que Bruno aceitava como mais produtivo e justo era o regime livre, sem faltas e sem chamadas, de maneira a não infantilizar os alunos. O aluno aproveitaria as boas aulas e o professor avaliaria o cabal trabalho dos seus alunos sem recurso a esses métodos que considera menorizantes.

"O mal vem da perpetuação injustificável da prática obsoleta da frequência obrigatória. Corta-se o mal pela raiz; que, retirada a causa, tolhido resulta o efeito.

Em toda a parte do mundo civilizado se terminou este expediente, que é o único recurso contra o sofisma da diploma a fingir e que representa, simultaneamente, a garantia da dignidade dos cursos."[663]

Sem o receio das faltas e das chamadas, uma aula cheia de alunos atentos era a prova mais eloquente de um bom ensino e de uma boa aprendizagem.

De seguida refere o exemplo do sistema de ensino francês. Numa primeira fase, em França começara-se por considerar obrigatória a frequência, fazendo depender também da assiduidade a aprovação final da licenciatura. Numa segunda fase, um novo sistema, um sistema intermédio, marcava-se falta, mas por cada falta o aluno era igualmente penalizado pecuniáriamente. Este método mereceu também de Bruno a total desaprovação, "fora uma lembrança desastrosa"[664], esta multa pecuniária. E Bruno acaba parodiando esta "farsa" com uma citação dos *Miseráveis,* de Victor Hugo, aquela em que o antigo aluno Bossuet faz a oração fúnebre do lente Blondeau, o qual "tinha um nariz de verruma que gostava imenso de farejar os ausentes":

663 PI, p. 359.

664 Idem, p. 360.

"Aqui jaz Blondeau, Blondeau Nariz, Blondeau Nazica, o boi da disciplina, 'bos disciplinae', o molosso da pauta, o anjo da chamada que foi recto, justiceiro, pontual, rígido, honesto e medonho. Riscou-o Deus, como ele me riscou a mim."[665]

E termina remarcando o princípio segundo o qual deveria ser o mérito do professor a promover, naturalmente, a motivação e a assiduidade, sem necessidade de se recorrer a faltas, justificações ou chamadas, meios que só promoviam a menoridade do educador e do educando:

"Aos depois, em França, deixou-se de exigir-se a frequência do banco. Não se marcam faltas. Vai à aula quem quer ; quem não quer ou não pode não vai. No fim do ano, no acto, é que se apuram as contas.

Porque será que não se resolvem aqui o mesmo e a acabar com essa velhacaria de marcar faltas.

De par e passo, porque não findará também essa outra velhacaria de chamar á lição, como se os cursos superiores fossem frequentados por crianças?

O professor que leccione e discurse; o aluno que ouça, retenha e aprenda. No acto, dará provas de haver ou não aproveitado. Será, em consequência, aprovado ou reprovado.

Mas em Portugal matem-se uma rotina secular, com afagos e carinhos que se não possuem para inaugurar iniciativas civilizadoras"[666]

Júlio de Matos, seu antigo colega de liceu, haveria de escrever em abono da descentralização do ensino que se deveriam "abolir todos os obstáculos, promover a livre concorrência dos professores, colocar frente a frente o ensino

665 Idem, p. 358.

666 Idem, p. 360.

oficial e particular para que da luta resultasse o aperfeiçoamento de ambos ou a selecção de um".[667] Este apelo à liberalização do ensino, envolvia não só uma crítica ao ensino oficial, mas ainda uma estratégia de furtar às autoridades constitucionais alguns estabelecimentos para aí se proceder à reeducação democrática. Um pouco na senda do que Ferrer Y Guardia houvera feito em Espanha, com a criação da "Escola Moderna"[668]. Neste sentido, terminar com a hegemonização educativa, era fracturar um dos apoios institucionais do regime.

Ferreira Deusdado, no seu livro *Educadores Portugueses* (1894), dedica todo o capítulo VIII à defesa do Ensino Livre[669]. Neste estudo, Ferreira Deusdado defende a liberdade de ensinar do professor e a liberdade de aprender do aluno. A competência dos professores e as capacidades dos estabelecimentos de ensino, e não o Estado, deviam servir de fiel para a escolha entre instituições. Ao Estado competia, pois, "promover o ensino", mas "não dirigi-lo":

"*Todos os monopólis são detestáveis, mas o pior de todos eé o monopólio do ensino. Compreende-se que uma seita religiosa queira o monopólio do ensino para dirigir as consciências pelo seu dogma, mas que o queira um país de governo constitucional, não se concebe.* [...] *Um governo que compreenda nitidamente o alcance da sua missão vai preparando o povo para a anarquia, tomado este termo na acepção prouhdónica.* [...] *O ideal em matéria de ensino, nos seus diversos ramos, deve ser que o estado não tenha*

667 MATOS, Júlio de (1881), *A Última Reforma da Instrução Secundária* ..., op. cit., p. 17.

668 DIAZ, Alonso Capitán (1994), " La 'Escuela Moderna' anarquista de Ferrer Guardia", in *História de la Educación en España*, Pedagogía Comtemporánea, Vol. II, Ed. Dykinson, Madrid, 1994, pp. 437 a 451.

669 Este estudo houvera sido publicado pela primeira vez em 1886 na Revista *Educação e Ensino*, Vol. I, pp. 10 a 16 com o título ligeiramente alterado: "Ensino Livre Perante o Estado Ensinante".

por conta senão examinadores e inspectores. Cada um estude onde quiser, reservando-se o governo somente para nomear examinadores que verifiquem a aptidão dos candidatos que se destinam aos cargos do estado. Passado o seu diploma de capacidade, o indivíduo habilitado exerça a sua profissão onde lhe aprouver."[670]

Estas ideias eram muitos semelhantes àquelas que Bruno preconizava. Também para ele, a educação não podia ser património do estado nem de classes. Contra os inspectores do Liceu, que autorizavam ou não a docência privada dos colégios privados e dos leccionistas particulares, bem como contra o pagamento das propinas discriminativas, se insurgiu nas *Notas do Exílio* (1893):

"Compreendo que, num país livre, a instrução não deve ser património de classes, eles, por uma mesquinharia fiscal, divertem-se, de quando a quando, a levantar o preço dos exames. Pelas propinas, tornando-os só acessíveis às classes ricas. Fechando, com impiedade implacável, as portas dos estabelecimentos públicos aos filhos da vil canalha que tivesse veleidades criminosas de fazer ascender na escala social os seus representantes moços. [...]

Sem a autorização do senhor inspector do liceu, eu não podia comunicar o B A-BA. Sem o beneplácito do senhor inspector do liceu, eu não podia desfazer a ignorância alheia. O senhor inspector do liceu tinha, pelo direito da lei, o direito de entrar na minha casa, a ver o modo como eu ensinava. Se entendesse que eu propagava doutrinas funestas, ele cerrava-me o escritório, trancava-me a janela, cortava-me os víveres. Punha-me os alunos em debandada e mandava-me filosofar sózinho."[671]

---

670 DEUSDADO, Ferreira (1894), "Ensino Livre Perante o Estado", in *Educadores Portugueses*, Lello & Irmão Editores, Porto, pp. 427 e 428.

671 NE, pp. 340 e 341.

Combatendo esta tirania dos inspectores, que considerava fiscais do ensino mesmo em termos doutrinais, Bruno haveria ainda de defender a Liberdade de Ensino e o Ensino Livre igualmente através de Cursos Livres . Estava aqui, em embrião, o sonho que mais tarde Leonardo Coimbra, Sant'Anna Dionísio e Teixeira Rego haveriam de puder concretizar na abertura da efémera Universidade Livre do Porto.

Os Cursos Livres, organizados de tal maneira que os alunos a eles acorressem da forma que lhes conviesse, em especial aqueles que trabalhavam, podendo, no final do ano, se apresentar também por livre iniciativa ao exame do Estado.

"Abolindo-se a existência da frequência nos cursos superiores, sucederia que cidadãos que não podem frequentar as aulas, porque necessitam de ganhar sua vida às horas em que elas funcionam, se matriculariam tão só e se habilitariam estudando, em suas casas, naquelas outras horas que lhes restam livres. Como se não marcariam faltas, esses cidadão apresentar-se-iam, no fim de cada ano, a exame em cada uma das respectivas cadeiras do curso, e segundo a chamada idónea da pauta geral. Compreende-se que estes se não abalançariam a semelhante prova sem estarem perfeitamente preparados; e pode dizer-se afoitamente que seriam examinados esses os destinados a colher as palmas dos prémios.

Assim, as aptidões que hoje se perdem aproveitar-se-iam; e o estadista que em tal sentido legislasse teria feito obra eminentemente democrática e civilizadora[672]"

Concluindo. A questão do Ensino Livre e da Liberdade de Ensino colocava-se, por um lado na exacta proporcionalidade da insuficiência e má qualidade do ensino oficial. Mas também como contraponto doutrinal em relação ao ensino praticado nas escolas oficiais, especialmente, como contraponto ao ensino religioso oficializado. Neste sentido apoiará o funcionamento de Cursos Livres, e toda a filosofia que lhe estava associada, como a de permitir a possibilidade de prosseguimento dos estudos aos trabalhadores, liberdade de escolha das cadeiras, e dos mestres. Pondo em

672 "Cursos Livres", in *A Voz Pública*, 31 de Agosto de 1902, p. 1.

relevo, como o faz na questão das faltas, o mérito dos professor como estímulo de assistência às suas disciplinas, sem recurso a esses medidas coercivas.

O contraponto do ensino religioso oficial foi para Sampaio Bruno um dos argumentos relevantes. Apesar de alguns republicanos temerem que a proliferação de instituições privadas pudesse levar a que estas viessem a cair nas mãos das corporações religiosas, diminuída a capacidade de intervenção e fiscalização do Estado[673].

O capítulo que se segue procura dar resposta àquele que era considerado um velho fantasma educativo dos republicanos: os jesuítas, a "negra milícia", como se chamavam então. Grande parte da estratégia republicana de laicização assenta no combate anticlerical e muito especialmente no combate antijesuíta. Bruno foi nesta matéria paradigmático e, por vezes, de um republicanismo quase primário.

3.4. "Negros Hábitos" – Bruno e a educação jesuítica.

"Homens negros, de onde vindes ?

Vimos debaixo da terra

Meio-raposas, meio-lobos

A nossa regra é um mistério.

Somos filhos de Loyola;

Sabeis porque nos exilaram.

Voltámos; pensem em calar-se !

E que vossos filhos sigam as nossas lições.

Somos nós que castigamos

E voltaremos a castigar

673 CATROGA, Fernando (1988), *A Militância Laica* ..., op. cit., p. 494.

Os lindos garotos, os lindos rapazes"

(Pierre Jean Bèranger, *Ouvres Completes*, 1819)

3.4.1. Breve balanço da "Questão Religiosa" em Portugal no Séc. XIX.

A "Questão Religiosa" tornou-se, a partir do liberalismo oitocentista, numa questão central da vida política portuguesa. Com a extinção das ordens religiosas em 1834, os liberais davam o sinal que privilegiavam o clero secular em detrimento do regular, acusado, entre outras coisas, de obscurantismo, promoção de valores anti-sociais como o celibato e a improdutividade.

Um outro motivo de oposição do liberalismo à Igreja Católica baseava-se na cumplicidade que esta mantinha com as monarquias europeias, a aliança entre o "Trono e o Altar", como então se dizia. Esta havia sido, de facto, uma realidade. Depois da Revolução Francesa (1789), e durante as campanhas liberais europeias, a Igreja fora o mais poderoso apoiante dos partidos legitimistas.

Fruto da ideologia liberal, após a sua vitória em 1834, as ordens religiosas foram extintas (nacionalizadas as suas casas e bens), pelo ministro de D. Pedro IV, Joaquim António de Aguiar (1792-1871). O famoso decreto de

28 de Maio de 1834 estipulava a total e imediata extinção das ordens regulares do sexo masculino: "conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as ordens regulares, seja qual for a sua denominação, instituto ou regra."[674]

Apesar desta legislação, o Estado Liberal não conseguiu impedir que, a partir da década de sessenta, fossem entrando em Portugal, de uma forma clandestina mas insistente, várias ordens religiosas[675]. A "Questão das Irmãs de Caridade" (1857-1867) vinha exactamente pôr a descoberto esse ponto de fricção entre católicos e liberais, supostamente resolvido com a legislação de 34.

Contudo, quando a "Questão das Irmãs de Caridade" deflagrou em Portugal, vindo relançar o militantismo anticlerical, coincidiu com um ambiente internacional de restauração católica. Ambiente esse, que se fazia sentir por toda a Europa. A consagração do *Dogma da Imaculada Conceição* (1857); da encíclica *Quanta Cura* e do *Syllabus* (1864)[676], com a "condenação

674 SERRÃO, Joel (1985), "AGUIAR, Joaquim António de (1792-1871)", in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I, Ed. Figueirinhas, Porto, 1995, pp. 69 e 70.

675 NETO, Vítor (1998), *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, INCM, Lisboa, 1998, p. 299.

676 Vítor Neto explica qual a importância destes dois textos no confronto político-ideológico da época: " *Ora, os textos papais destinavam-se, entre outros aspectos, a combater as ideias assumidas pelos católicos liberais franceses, reunidos em torno do jornal 'Le Correspondant'. Na encíclica eram condenados os princípios que fundamentavam a ordem política liberal, a autonomia da razão humana e o valor da*

dos erros modernos" e a proclamação da "Infalibilidade do Papal" (1870) eram a prova da resposta da Igreja a mais de quatro décadas de perseguição. O catolicismo reforçava assim o seu papel político e social[677].

Todos estes sinais demonstravam como as duas partes em confronto se preparavam para um duro e longo conflito. Portugal haveria de se tornar um campo de ensaio desse confronto, particularmente a partir das décadas de sessenta e setenta do Séc. XIX, com a afirmação das doutrinas republicanas e socialistas. Muitas das correntes filosófico-políticas, que então haviam se instalado em Portugal, apresentavam fortes tendências laicistas, especialmente o positivismo, socialismo e o republicanismo[678].

---

ciência. O pontífice rejeitava o racionalismo, o naturalismo, o galicismo, o liberalismo e o socialismo. No catálogo de 80 proposições (Syllabus) condenavam-se os "erros" do tempo. De entre estes sublinhemos a laicicidade do Estado, a liberdade de consciência e de cultos, a liberdade de imprensa, a soberania do povo, o direito da sociedade civil se intrometer nos assuntos religiosos, a supressão do poder temporal do papa, o progresso e a civilização moderna." In NETO, Vítor (1998), *O Estado, a Igreja e a Sociedade* ..., op. cit., p. 383.

677 FERREIRA, António Matos (2000), "Anticlericalismo", in *Dicionário de História Religiosa*, Vol. I, Dir. de Carlos Moreira de Azevedo, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 2000, p. 81.

678 Ver especialmente os trabalhos de CATROGA, Fernando (1977), "Os Inícios do Positivismo em Portugal", in *Revista de História das Ideias*, Vol. I, Coimbra, 1977; e

A militância laica, que tinha como principal objectivo o fortalecimento do Estado, encontrava na Igreja um obstáculo poderoso à afirmação e autonomia desse mesmo Estado. Na linha do que haviam feito séculos antes os legisladores regalistas[679], cujo expoente no Séc. XVIII fora o próprio Pombal, também os pensadores laicistas sabiam que era justamente na erosão do poder eclesiástico que se encontrava a fórmula de autonomização e construção do Estado moderno. Foi sob este argumento que o laicismo se transformou em anticlericalismo, assumindo-se como uma ideologia política cheia de potencialidades para os novos combates que se avizinhavam.

Nas últimas três décadas (1880-1910) estes combates subiram de tom, terminando com a separação entre Estado e Igreja em 1911. A República consagrava assim o que defendera em décadas de propaganda anticlerical.

Como vínhamos salientando, todas estas situações carrilharam um anticlericalismo crescente e a consequente reacção católica para a segunda metade do Séc. XIX português. Um marco nesse confronto foram as posições públicas, e muito publicitadas, de alguns intelectuais portugueses como Alexandre Herculano, Eça de Queiroz, Gomes Leal, Sampaio Bruno, Guerra Junqueiro, Antero de Quental, Oliveira Martins entre outros. O combate anticlerical assumia várias frentes, mas tinha sobretudo um cunho urbano e

idem (1988), *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal* ..., op. cit..

679 NETO, Vítor (1998), "A Prática Regalista", in *O Estado, A Igreja e a Sociedade* ..., op. cit., pp. 45 a 90.

panfletário muito forte. A refutação do "catolicismo obscurantista" fez-se tanto através de obras filosóficas, como literárias ou dispersos jornalísticos. Algumas deles vinham pôr em causa a própria crença cristã, mas também os sentimentos católicos e as práticas religiosas[680].

A crítica anticlerical da "Geração de Setenta", assentava nas seguintes ideias: crítica à ignorância dos padres; ao papel desestabilizador que estes tinham no seio da família; reforço da politização da confissão auricular; condenação do celibato eclesiástico; sobrevalorização dos aspectos de culto em detrimento dos aspectos de espírito; feminização crescente da religião e ataque ao ensino religioso como "esterilizador das mentes jovens".[681]

A sociedade portuguesa fragmentou-se em duas partes face aos confrontos Estado / Igreja e Ciência / Religião. Por esta altura, clericalismo e catolicismo foram termos que passaram a andar associados, opondo-se à verdade racional e à ciência. A religião, e o espírito clerical, eram vistos por estes intelectuais como obstáculos à "civilização moderna".

---

680 Como, justamente, a juvenil *Análise da Crença Cristã* (1874); *O Anti-Cristo* (1881) de Gomes Leal, ou *A Velhice do Padre Eterno* (1885), de Guerra Junqueiro, ou mesmo as muito famosas e proibidas obras de Eça, *O Crime do Padre Amaro* (1875) e *A Reliquia* (1887).

681 GUEDES, Ana Isabel Marques (1990), *Algumas considerações sobre a "Questão Religiosa" em Portugal (meados do séc. XIX a início do séc. XX), O Anticlericalismo e o espírito republicano*, Ed. Oiro do Dia, Porto, 1990, p. 9.

3.4.2. O republicanismo e o combate à Educação Jesuítica.

Ao congregacionismo, particularmente ao jesuitismo, eram assacadas responsabilidades históricas pelo atraso e estado de decadência do Portugal contemporâneo. Grandes nomes, como o de Oliveira Martins, Antero de Quental ou Pinheiro Chagas vieram à liça, com o seu "peso imenso de homens públicos", demonstrar em trabalhos "científicos", históricos ou filosóficos, a raiz desse atraso estrutural. O texto de Antero de Quental apresentado nas "Conferências do Casino" (1881), *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares,* acusava o "catolicismo tridentino" de fazer parte do "ultramonstanismo invasor", mas sobretudo o ideal de educação jesuíta de "promover um povo de crianças mudas, obedientes e imbecis"[682]. Pelo mesmo diapasão afinava Oliveira Martins na sua *História da Civilização Ibérica* (1879):

"Se quisermos resumir em poucas palavras as causas da desorganização da sociedade peninsular, achamos três que nos dão a chave do problema: o Individualismo, o Jesuitismo e as Conquistas."[683]

682 Cit., in FRANCO, José Eduardo e REIS, Bruno Cardoso (1997), *Vieira na Literatura AntiJesuítica (Sec. XVIII-XX)*, Roma Editora, Lisboa, 1997, p. 74.

683 Idem, p. 76.

Na *História de Portugal* (1867-1874), de Manuel Pinheiro Chagas, também a educação jesuítica é apontada como responsável por esse atraso: "tinham os melhores pregadores do país", cujo objectivo era, infelizmente, o de "suspender o progresso [...] obscurecer as consciências e moderar a luz da ciência."[684]

Apesar de tudo, parte desta geração era formada por liberais constitucionais Por isso, ao mesmo tempo que assinalavam os efeitos nefastos da educação jesuítica, assumiam que esta continuava a vingar na proporção directa da péssima qualidade do ensino público que então se praticava nas escolas oficiais. Muitos deles, como Eça de Queiroz ou Oliveira Martins, criticavam mesmo os "excessos" praticados em França contra as ordens religiosas (expulsão das ordens religiosas do ensino em 1880), pela razão de serem os mesmos que o faziam, supostos defensores da "liberdade de pensamento".

A geração propriamente republicana, ou republicanizada, extremaria estas posições. O exemplo da França da III República era para eles soberano. Paris era nessa altura , segundo Jean Lacouture, a "capital mundial da eloquência" antijesuíta[685]. O seu inimigo na luta anticlerical estava criado e era

---

[684] Idem, p. 85.

[685] LACOUTURE, Jean (1992), *Os Jesuítas – II Parte: O Regresso*, Ed. Estampa, Lisboa, 1992, p. 89.

inequivocamente a Companhia de Jesus. Por esta razão, o esforço medular da campanha anticlerical republicana incidiu, sobretudo, nos jesuítas.

Há muito que na Europa a "Milícia Negra" congregava os mais exaltados ódios republicanos, anarquistas e socialistas. Portugal não foi excepção sob esse aspecto. O "Mito Jesuíta", tão antigo como a própria ordem, não se esgotara no liberalismo, assumia agora com os republicanos novos contornos e requintes, ampliados por toda uma literatura que fazia do jesuíta um personagem sinistro, sempre pronto a delatar, intrigar e conspirar, numa obediência cega aos seus superiores. A literatura panfletária construíra para ele um estereótipo:

"O jesuíta é magro, glabro e de cabelo muito curto, tonsurado até aos ossos. Não possui a barriga do capuchinho nem a obesidade rústica. Palpebras baixas, voz aflautada, gesto comedido, sotaina limpa e de bom corte, barrete lustroso de escovadelas, sabe estar à mesa, tecer uma anedota e citar Tácito, La Bruyère e mesmo Voltaire . Nada de gula nem de imbróglios bons para o baixo clero e os prelados barrigudos.

Sinuoso nas diligências, modesto na postura, mas presunçoso de aspecto, implacável e enfezado, segue o seu caminho, do confessionário aos gabinetes das senhoras, da direita e da esquerda – estilete resvalando entre a missão e a 'Imitação', entre a sotaina e o cilício de veludo, 'da majorem Dei gloriam [...]."[686]

686 Idem, p. 87

Na "literatura antijesuítica de exportação"[687] a tese do "complot" jesuíta é eternamente repetida[688]. Autores como Jules Michelet, Edgar Quinet, Alexandre Dumas ou Eugène Sue vulgarizam os boatos que corriam em torno da Companhia, numa incidência obsidiante. Aqueles eram especialmente acusados de conspirações intermináveis para dominarem o mundo, socorrendo-se mesmo do regicídio, que defendiam em doutrinas supostamente por eles sustentadas[689].

Em 1908, logo após o atentado, quando as forças religiosas e monárquicas atacavam os republicanos acusando-os de responsáveis por aquela tragédia, Sampaio Bruno contra-atacou, dedicando dois artigos à teoria da conspiração regicida jesuítica: "A reacção clerical e o jesuitismo" e "Processos do jesuitismo políticos"[690].

A célebre "Monita Secreta" (instruções secretas), posta a circular em 1612 por um padre expulso da congregação (Zahorowski), vinha servir de prova aos opositores da Companhia, demonstrando as estratégias que os

687 Idem, pp. 87 e 88.

688 Idem, ibidem.

689 Idem, pp. 92 e 93.

690 "A reacção clerical e o jesuitismo" e "Processos do jesuitismo políticos", in *A Voz Pública*, 12 e 19 de Março de 1908, respectivamente. Este tema era candente para Bruno, a eles já se tinha dedicados anos antes: "O Regicídio e o Jesuitismo", 14 de Agosto de 1900; e "A História Jesuítica", 2 de Março de 1901. O argumento é sempre o mesmo: a teoria da conspiração que fazia dos padres da Companhia monarcómanos.

mesmos tinham para obter o poder e as heranças dos crentes[691]. Insinuam-se junto dos reis e dos poderosos, manobram nos bastidores para conseguir os seus intentos: "velhacaria nos meios e megalomania nos fins"[692]. A "Conspiração Negra", de que fala Eugène de Sue no *Le Juif Errant*, vinha acrescentar maior popularidade à imagem já mitificada da Companhia[693].

Na década de oitenta, os jesuítas expulsos de França por Jules Ferry (1880-1881), no âmbito do seu "golpe de estado educativo", como lhe chamou Bruno[694], entram em grande número em Portugal. Ferry ir-se-ia utilizar da "lenda negra jesuíta" para os expulsar das escolas francesas. A sua entrada em Portugal irá provocar, por parte dos republicanos, uma fortíssima reacção[695].

Na realidade, foi a vocação da Companhia para a docência que a tornou alvo das maiores críticas e das mais graves insinuações. De facto, era na educação que os jesuítas eram mais temidos: os processos maquiavélicos que os acusavam de utilizar, de maneira a formatar as "juvenis cabeças" numa obediência cega, embebida de uma cultura obsoleta, demonstravam o seu

691 LACOUTURE, Jean (1992), *Os Jesuítas...*, op. cit., p. 91.

692 Idem, p. 102.

693 Idem, p. 113.

694 NE, p. 71.

695 GUEDES, Ana (1990), *Algumas Considerações sobre a "Questão Religiosa" ...*, op. cit., p. 8.

"proclamado ódio às Luzes"[696]. Por esta razão, eram adjectivados em França como os "Cavaleiros do Apagador"[697], cujo mote era "apaguemos as Luzes e acendamos o Lume !"[698], numa clara apologia da Inquisição. Desses processos educativos escreve mordazmente Michelet:

"*Com eles tem de fieira cinco ou seis jesuítas gramáticos que, apertando-lhe gradualmente o cérebro (pela arte das Caraíbas) e achatando-lhe o crânio, entregam essa cabeça dominada e pontiaguda a uma segunda operação: a do director jesuíta.*"[699]

De acordo com os seus críticos, a educação jesuítica assentava nos seguintes pressupostos: submissão à autoridade, recusa da reflexão; arte suprema de bem reprimir. Um verdadeiro *programa de regressão cultural*, que, apoiado no aristolelismo, ao mesmo tempo que rejeitava Kant e Condillac[700]. A tese de que a dominação absoluta do jesuitismo podia levar um povo à esterilidade intelectual, era particularmente propagandeada, tanto pelos países protestantes, como por liberais e republicanos. Para dar crédito à sua

696 LEROY, Michel (1999), *O Mito Jesuíta – De Bèranger a Michelet*, Roma Editora, Lisboa, 1999, p. 165.

697 Pequeno instrumento em forma de cone que se utiliza para apagar as velas.

698 Idem, p. 167.

699 Cit. in, LEROY, Michel (1999), *O Mito Jesuíta* ..., op. cit., p. 169.

700 Idem, p. 170.

teoria apontavam para o atraso cultural dos países meridionais, como Itália, a França, Espanha ou Portugal, onde a política tridentina se havia tornado efectiva.

Estas ideias transportam-se na íntegra para Portugal. A tradição antijesuítica pombalina, consagrada no famoso *Compêndio Histórico* (1771)[701], haveria de ter longa vida no século e meio seguinte. Mas foi, como dissemos, a entrada sub-reptícia dos jesuítas franceses em 1881, que veio provocar a onda de reacção antijesuítica mais forte que até aí se verificara em Portugal[702].

Este facto coincidiu, praticamente, com a estreia de Bruno nas lides políticas. Muitas das manifestações antijesuíticas desta década passaram-se no Porto, e quase todas elas conduzidas pelos núcleos republicanos, como se pode ver neste excerto do "Manifesto do Centro Eleitoral Republicano do Porto", organização para onde Bruno entrara em 1878:

---

701 O nome completo da obra é: *Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e directores que a regiam, pelas maquinações e publicações dos novos estatutos por eles fabricados*, e foi apresentado ao Marquês de Pombal a 28 de Agosto de 1771. Obra que o próprio Bruno possuía na sua biblioteca particular, ver Anexo II.

702 A princípio a sua actuação era tímida, mas com o passar dos anos foi-se tornando mais arrojada, de tal maneira que em 1910 já possuíam mais de vinte casas, com um total de 386 membros.

"Na ciência prega, não o amor à verdade, à meditação racional, à reflexão interna da consciência, mas sim à abdicação das nossas faculdades intelectuais, o sacrifício das nossas ideias no altar da fé. A instrução e a instrução superior, as escolas menores e as Universidades, encontram nele um inimigo implacável, que não cessou de combate-las até que as dominou, e dominadas que foram, fez-lhes perder a importância, transformando o ensino numa casuística intelectual, própria para afastar os espíritos da ciência, e lança-los na ardentes regiões do cepticismo místico [...]

O atraso relativo da indústria, do comércio e da instrução, em Portugal, explica-se pela influência combinada da inquisição, do jesuitismo e da monarquia absoluta, que mataram os voos à imaginação deste povo audaz, aventureiro, revelador de mundos perdidos na imensidade dos mares, protagonista da civilização europeia no momento em que a Humanidade saí de longa noite da Idade Média para se transformar ao contacto de uma nova luz.

Na família, os jesuitismo exerce a mais perniciosa influência. Ensina as filhas a iludirem os pais, aconselha as esposas a abandonarem os maridos, influencia no espírito dos moribundos para obter pingues heranças, transformando assim o lar doméstico, de paraíso desta vida, em teatro de

discórdias onde por vezes se consumam inacreditáveis dramas. 'Tudo para maior glória de Deus'!".[703]

Bruno defenderia as mesmas teses. A educação jesuítica era a responsável pelo atraso cultural que Portugal enfrentava. Repeti-lo-ia muitas vezes nos seus livros, como nestes excertos da *Geração Nova* (1886) e dos *Modernos Publicistas Portugueses* (1906):

"O jesuitismo activou por toda a parte a sua tarefa de entenebrecimento das consciências e em Portugal ao messianismo das missões guiou-lhe a marcha o fogoso predicante, temível conspirador da noite moral, João Rademaker.

Uma literatura especial surgiu no propósito indicado, de levar mais longe e mais duradouramente pela vibratilidade emocional, a propaganda intentada; assim, o romance foi uma estrada militar que não se desprezou."[704]

"As futuras gerações ! Eis o alvo de todo o esforço consciente; por isso o jesuitismo do que principalmente cura é de se apossar da educação das crianças; e ele, o jesuitismo, constitui uma das nódoas porque se revela em

---

703 Cit., in FRANCO, José Eduardo e REIS, Bruno Cardoso (1997), *Vieira na Literatura AntiJesuítica...*, op. cit., pp. 167 e 168.

704 AGN, pp. 56 e 57.

Portugal e Espanha essa corrupção moral de que fiz o lamento e de que o queixume exarei-o."[705]

Combater esse atraso, era sobretudo combater o ascendente da congregação no campo da educação. Devido à vulnerabilidade da mulher, era aí que se deveria exercer o maior esforço. Esta era a tese que Jules Michelet defendera em nas aulas de História e Moral do Colégio de França (entre 27 de Abril e 6 de Junho de 1843), que tanta celeuma haviam dado, provocando mesmo a sua expulsão. Estas aulas dariam, três meses mais tarde, origem ao clássico *Le Préte, la Femme et a Famille* (1843)[706], livro cujas teses Sampaio Bruno utiliza para defender a educação feminina, como iremos ver no capítulo seguinte.

3.5. Bruno e a educação feminina como estratégia de republicanização

"*Chegará, creio eu, uma época em que legisladores filósofos prestarão manutenção séria à educação que as mulheres devem receber, às leis civis que as protegem, aos deveres que se lhes deverão impor, à felicidade que se lhes pode garantir, mas, no estado actual, não se encontram, na sua maior parte, nem na ordem da natureza nem na ordem da sociedade. O que é sucesso para umas é perda de outras; umas vezes, as qualidades são-lhes prejudiciais,*

705 MPP, pp. 334 e 335.

706 LACOUTURE, Jean (1999), *Os Jesuítas* ..., op. cit., p. 108.

outras vezes os defeitos servem-lhes; ora são tudo, ora não são nada. O seu destino assemelha-se, sob certos aspectos, ao dos libertos ao tempo dos imperadores; se querem adquirir ascendente, o poder, que as leis lhes não concederam, é considerado um crime; se se mantêm escravas oprime-se-lhes o destino".[707]

Anne-Louise-Germaine Necker, Baronesa de Staël-Holstein (1766-1817)

No mesmo ano em que Sampaio Bruno partia para o exílio, a Universidade de Coimbra abria as suas portas à primeira mulher: Domitila de Carvalho, inscrita no ano lectivo de 1891-1892, que se haveria de licenciar em Matemática, Filosofia e Medicina, sendo uma das três primeiras deputadas portuguesas[708]. Que diferentes destinos o deste intelectual da República "velha" e o da deputada do Estado Novo?

Para que uma mulher entrasse no bastião universitário masculino fora necessário que já se tivesse percorrido uma boa parte do longo caminho que deveria conduzir à emancipação feminina. De facto, a defesa da educação feminina fora, em quase toda a Europa pós revolução francesa, a principal bandeira das reivindicações feministas. Apesar disto, as contemporâneas de

707707 Cit in PERROT, Michelle e FRAISSE, Geneviève (1991), *História das Mulheres – O Século XIX*, Ed. Afrontamento, Porto, p. 606.

708 Domiltila Hormezinda Miranda de Carvalho (1871-1966) nascera a 10 de Abril de 1871 em Travanca da Feira, Distrito de Aveiro. Foi a primeira mulher a entrar para a Universidade de Coimbra, facto que se deu no ano lectivo de 1891-1892 em que se veio a licenciar em Matemática (1894) Filosofia (1895) e Medicina (1904). Foi reitora do primeiro liceu feminino de Lisboa, o Liceu D. Maria Pia, actualmente, Maria Amália Vaz de Carvalho, onde, durante muitos anos, foi igualmente professora de matemática. Foi ainda Vogal do Conselho Superior de Instrução Pública, Vice-Presidente da 3ª sessão da Junta Nacional de Educação, Vice-Presidente da Obra das Mães pela Educação Nacional; Comissária Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina. Foi deputada na I e II Legislaturas. Pelo seus prestimosos serviços à causa educativa foi condecorada com o grau de Grande Oficial da Ordem de Instrução Pública.

Sampaio Bruno oscilavam ainda e sobretudo entre dois pólos - "miseráveis e gloriosas"[709] - estatuto ambivalente que lhe conferia por um lado o discurso pseudo-científico sustentado pelo evolucionismo positivista , e por outro o romantismo na imagem de fragilidade e vulnerabilidade que a literatura sentimental, tão em voga na época, apregoava[710]. A "eterna doente"[711], um ser que pelas suas características, o homem deveria sempre proteger.

O Código Civil de 1867 representava profundamente esse espírito. Inspirado no Código Napoleónico de 1807, nele a mulher não é senhora dos seus bens, estando sujeita ora à autoridade paterna, ora marital ou em caso de falta destas duas figuras um irmão ou um filho assumem esta tutela sobre o seu património. O art.° 1185 consagrava essa subordinação obrigando a mulher a "prestar obediência ao marido". Era a lógica patriarcal que regia o ordenamento da família, projectando-se então no estatuto sócio político das mulheres[712]. A República haveria de lhe conceder algumas liberdades, como o direito ao Divórcio (1911), e revogando esse mesmo art.° 1185 equiparando os cônjuges em liberdade e igualdade (art.° do Dec. Lei n.° 1 de 25-XII-1910) , da mesma forma se equiparavam adultérios para efeitos de separação de pessoas e bens (art.° 4, n.°s 1 e 2 do Dec. Lei de 3-XI-1910). Mantinha-se ainda assim um rol de limitações[713], entre elas a negação dos direitos políticos básicos (o direito de voto pelo qual tanto se bateram e bateriam as sufragistas), que se conjugava com um plano de educação feminino, pouco mais representando do que intenções dos legisladores pouco concretizadas na prática.

---

709 VAQUINHAS, Irene (2000), *'Senhoras e Mulheres' na Sociedade Portuguesa do Séc.* XIX, Ed. Colibri, Lisboa, 2000, pp. 19 e 21.

710 Idem, p. 20 e 23.

711 KNIBIEHLER, Yvonne (1991), "Corpos e Corações", in *História das Mulheres* ..., op. cit., p. 361 a 364.

712 CATROGA, Fernando (1988), *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal 1865-1911*, Tese Policopiada, Vol. I, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1988, pp. 351 a 354.

713 Idem, p. 354.

3.5.1. A Educação Feminina na transição do séc. XVIII para o séc. XIX

"O caminho está pois nitidamente traçado: fundar escolas, libertar as futuras gerações femininas da ignorância e da superstição, de preconceitos mesquinhos e de prevenções dogmaticamente incutidas, 'pregar-lhe o evangelho do trabalho'. Urge, acima de tudo, desenvolver as tendências nativas das futuras mães, por meio de educação intelectual, moral e física apropriadas, e pela instrução doméstica, científica ou artística"[714].

Carolina Michaëlis de Vasconcelos, 1902.

Para Bruno a ideia da educação feminina deve ser entendida como parte do projecto demopédico, projecto educativo este, vocacionado a abranger todos os portugueses, sem distinção de classe social, crença política ou sexo. Verdadeiro esteio da emancipação colectiva, a educação, à boa maneira iluminista, permitiria ao povo português por fim a todas as seculares tutelas.

Tal como para toda uma geração de pensadores e políticos republicanos, a educação feminina representava, também ela, uma peça fundamental de dignidade e libertação nacionais. Emancipação de uma parcela da nação, que mais do que qualquer outra , se encontrava "subjugada pelo confessionário". A libertação feminina desta tutela religiosa é, naturalmente, um dos episódios do conflito existente ao longo dos séculos XIX e XX entre o Estado e a Igreja. O processo de secularização e laicização, levado a cabo pelas primeiras gerações

714 VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1902), "O Movimento feminista em Portugal" publicado nos dias 11, 12, 13, 14, 16 e 18 de Setembro de 1902 no jornal O Primeiro de Janeiro. Cit. in SILVA, Maria Regina Tavares da (1981), *Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do séc. XX*, 2ª ed., Cadernos da Condição Feminina, Lisboa, 1992, p. 49.

de liberais portugueses encontrou, assim, evidente continuidade no pensamento e acção dos republicanos.

O tema da educação feminina - tratado com atenção, desde o séc. XVIII, por diversos pedagogistas portugueses, tal como Luís António de Verney (1713-1792) - encontrava apesar disso novos rumos e novos argumentos. A educação da mulher assinalada no *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), dizia respeito a uma minoria da sociedade, e se o "Barbadinho proscrito" a defendia com base num critério de necessidade social, suportado por idênticas capacidades intelectivas masculinas e femininas, ainda assim se podem encontram no currículo aí desenhado os vetustos temas e competências de uma educação ainda aristocrática e elitista.

De qualquer maneira, o seu livro moveria montanhas. A crítica ao escolasticismo da cultura portuguesa de então é de tal modo revolucionária, que o que naquelas páginas fica dito sobre a educação da mulher nos deve alegrar, na medida em que, derrubado parcialmente o edifício intelectual que a coibia, a educação feminina aparecerá, de ora em diante, como uma necessidade social a que os governantes deviam prestar atenção. Mas a premissa fundamental, a que deve ser destacada do pensamento de Luís António de Verney, é aquela que diz que "a diferença de sexo não tem parentesco com a diferença de entendimento"[715]. A ideia igualitária sustentada

---

715 Ver FERNANDES, Rogério (1978), *O Pensamento Pedagógico em Portugal*, Col. Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1978, p. 68. Como refere o infelizmente malogrado Professor Joaquim Ferreira Gomes no prefácio à obra de Verney:

"Verney era testemunha desolada deste conservantismo retrógrado da Universidade, centro principal da nossa instrução pública. Não quis enconchar-se num silêncio cobarde. Seria cúmplice. E propôs o no 'Verdadeiro Método de Estudar' uma pedagogia revolucionária – mas revolucionária no bom sentido do vocábulo. Vinha conduzir-nos a uma nova cenestesia estética e política na solução dos imbróglios da cultura. Talvez retivesse na mente, à maneira de pórtico votivo, as memoráveis palavras de Francisco Sanches: 'O meu fim é fundar a ciência o mais

nesta frase, quando levada às últimas consequências, quase duzentos anos depois, encerraria em si uma verdadeira revolução cultural[716].

"Quanto à necessidade (eu acho-a grande) que as mulheres estudem. Elas, principalmente as mães de família. São as nossas mestras nos primeiros anos da nossa vida: elas nos ensinam a língua; elas nos dão as primeiras ideias das coisas. E que coisa boa nos hão-de ensinar, se elas não sabem o que dizem? Certamente que os prejuízos que nos metem na cabeça, na nossa primeira meninice, são sumamente prejudiciais em todos os estados da vida, e quer-se um grande estudo e reflexão para se despir deles ."[717]

A quantos anos estávamos já da *Carta de Guia de Casados* (1651), escrita por de D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666). Nem tantos, mas a que distância tremenda dos seus enunciados, caricaturas de uma época[718]:

---

solidamente que me for possível; não a quero, porém, fundar em quimeras e ficções, alheias à verdade do objecto, e que são aptas para mostrar a grande subtileza do engenho de quem escreve, e não para ensinar coisas." Cit por Joaquim Ferreira Gomes no Prefácio ao livro VERNEY, Luís António de (1746), *Verdadeiro Método de Estudar*, Prefácio e Notas por Joaquim Ferreira, 3° Ed., Editorial Domingos Barreira, Porto, s/d., pp. 43 e 44.

716 Claro que nos referimos à feminização do ensino superior, verdadeira revolução silenciosa que tomou posse dos últimos anos do século passado e princípios deste. Que consequências terá nas mentalidades e no mundo do trabalho, é questão ainda por apurar.

717 "Necessidade de se instruírem as Mulheres", Idem, p. 216.

718 Ver CAEIRO, Maria Margarida (2001), "A Mulher na Família nos Séculos XVI e XVII", in *A Mulher na História – Actas dos Colóquios sobre a Temática da Mulher 1999/2000*, Câmara Municipal da Moita, Moita, pp. 191 a 202. Sampaio Bruno não deixou de assinalar, n' *A Ideia de Deus* (1902), a importância "deste precioso trabalho" de Luís Verney, no que refere ao pensamento português e às suas consequências educativas:

"Óh, como folgo de ver uma mulher ignorar aquilo que não havia de saber ! [...] Deus me guarde de uma mula que faz him, e da mulher que sabe Latim".[719]

O problema da educação feminina sofreria, a partir do séc. XVIII, avanços e recuos[720]. A sociedade burguesa originada com as revoluções liberais, mostrar-se-ia muito mais limitativa, no que aos direitos femininos respeita, do que a sociedade aristocrática anterior. Esta, ao menos, deixou brilhar nos seus salões, mulheres, que duas ou três gerações adiante, fatalmente se encerrariam nas acanhadas soireés familiares das saletas burguesas, atrás de

---

"*A carta décima sexta, com que se remata este precioso trabalho, documento incomparavelmente revelador da psicologia nacional, consagra-se sinteticamente à explanação da doutrina geral para regular os estudos e nela se inclui, concomitantemente e solidariamente, um plano de instrução para o sexo feminino. Dando uma ideia do modo de instruir as mulheres, não se limita Verney exclusivamente nos estudos, mas preceitua na economia, com utilidade da República, assim o proclama*". In AID, p. 4.

719 MELO, D. Francisco Manuel de (1651), *Carta de Guia de Casados, para que o caminho da prudência de acerte com a casa de descanso*, T.C. Hazard, Londres, 1820, p. 76.

720 É o caso da obra de GARRETT, J. B. de Almeida (1824), *Da Educação – Cartas a uma Senhora*, Ed. Sustance e Strecht, Londres, 1824. Concebida em pleno liberalismo representa contudo uma visão conservadora da mulher: "*Não que a mulher deva servir ao homem: o termo nem é galante, nem polido nem justo. Mas que a mulher deve estar em certa sujeição ao homem porque dele depende* [...]. *A mulher deixa de ser mãe, para o que a natureza a formou; é erudita, é autora, é estadista, é tudo menos mulher: com todos os vícios do nosso, não tem nenhuma das virtudes do seu sexo.*", pp. 192, 193 e 194. Era a eterna ameaça da perda da feminilidade ao entrar no "mundo intelectual e político masculino".

novelas e contos, verdadeiras fábricas de "Luísas" e "Amélias", as "Bouvarys" lusitanas[721].

Mas é justamente na altura em que o cerco parece apertar que a luta pelos direitos e emancipação femininos se vai estabelecendo com mais prioridade[722]. O séc. XIX assiste ao nascimento e morte da sociedade burguesa, enquanto padrão único de cultura e moral. A época vitoriana marca o fim de uma hegemonia a partir de então impossível. A proletarização do trabalho e a transformação da sociedade interagiriam na criação de uma nova hierarquia de

---

721 Sobre as imagens femininas da literatura queiroziana ver: AGN, pp. 169 e 170. Dirá sobre estas esperanças goradas Françoise Mayer:

"A Revolução Francesa, sob este aspecto herdeira de Rousseau, produziu poucas reflexões sobre a educação feminina e ainda mesmos legislou sobre ela. Distingiu-se no entanto uma corrente em favor da igualdade intelectual entre rapazes e raparigas, que pressuporia uma igualdade de conteúdos se não prevalecesse o princípio de uma partilha das tarefas entre os dois sexos. Os rapazes destinam-se à vida pública, ao trabalho das armas e das leis. As raparigas são educadas para o lar e a vida conjugal. Na medida em que as preocupações políticas estão sempre na base dos planos de educação, a mulher, afastada 'naturalmente de qualquer debate cívico, é negligenciada [...]. *Os textos de Mirabeau relativos à educação feminina ilustram princípios vulgarmente admitidos. As mulheres, escreve ele, são feitas para a 'vida interior', ou seja, o lar. O autor reclama somente a manutenção de aulas de leitura, de escrita e de aritmética que existem para as raparigas, e a sua criação em todas as municipalidades que as não possuam, segundo o modelo das escolas de rapazes. A parte escolar da educação feminina é portanto, para ele, reduzida aos primeiros rudimentos e ao seu aspecto prático, quando não utilitário que se deixa à 'indústria' – entenda-se 'iniciativa – privada."* Cit. In MAYEUR, Françoise (1991),"A Educação das raparigas. O modelo laico", *História das Mulheres – O Séc. XIX*, Vol. IV, Ed. Afrontamento, Porto, 1994, p. 279.

722 Sobre esta progressão ver o interessante artigo de SERRÃO, Joel (1985) "A Situação da Mulher Oitocentista" in *A Mulher na Sociedade Portuguesa- Visão Histórica e Perspectivas Actuais, Actas do Colóquio*, Vol. II, Coimbra, 1986, pp. 325 a 352.

valores. A família, as crianças, a mulher deveriam sofrer alterações profundas no que respeita às expectativas dos seus papéis. Novos valores, novos padrões, nova sociedade, nova educação por fim.

O surgimento de temas como o divórcio ou o casamento civil, do registo civil ou do sufrágio feminino datam, no plano das ideias, entenda-se, o fim de uma época em que a mulher representava ainda a célula base de todo o edifício social, que a todo o custo se tenta preservar, sempre com o sacrifício da individualidade do mesmo elemento – a mulher.

A educação feminina, quando defendida, era entendida como maneira de pré-formatar a mulher para os papéis que dela se esperavam: filha, esposa ou mãe. Mais, para quê ? Mais podia ser uma aberração perigosa. Tanto mais perigosa que, sendo a mulher a base da sociedade, não cumprindo o seu papel era toda a sociedade que colocava em perigo. Políticos e tratadistas republicanos e monárquicos partilharam essa mentalidade conservadora, e não tiveram pudor de defender modelos sociais e educativos, em que a mulher, limitada nos seus direitos, servia de sustento a ordem instituída. Fizeram-no e escreveram-no sem rebuço, durante décadas, com cumplicidades femininas que, sustentando-os neste discurso moralista, acabavam por as transformar nas suas principais vítimas, como se advinha neste excerto de um texto de Maria Amália Vaz de Carvalho:

"*Se a educação das mulheres pode ser considerada como erradíssima e funesta nos seus resultados, não é em virtude das mulheres receberem uma instrução muito inferior àquela que os homens recebem, é porque não se tem pensado devidamente em as preparar, dando-lhes fortes noções morais, para os seus laboriosos deveres de mães, de esposas, de donas de casa, de educadoras da primeira infância* [...] *não para doutora nem para sábia, não para concorrente às carreiras oficiais nem liberais mas para companheira*

útil, prestável, inteligente e forte do homem, que por ela se completa e que por via dela se ha-de ir aperfeiçoando moralmente."[723]

Claro e escuro se mostrou assim o séc. XIX no que à mulher refere. Portugal. Sempre muito influenciado pela França, importaria de lá os temas do Casamento Civil, do Divórcio ou do Sufragismo ou do Amor Livre. Armas poderosas empregues na luta anticlerical dos liberais e republicanos portugueses.

Apesar de estar há muito identificada a educação feminina como factor de emancipação colectiva, a realidade era bem diferente. Em 1870, D. António da Costa (1824-1892)[724], um dos maiores defensores da instrução feminina, reconhecia o tanto que havia ainda que fazer quando os números do analfabetismo feminino andavam ainda em torno de uns assustadores 89,3%. Em 1888 foram criados finalmente os primeiros três liceus femininos, em

---

723 CARVALHO, Maria Amália Vaz de (1891), *Cartas a uma noiva*, Editores Santos e Vieira, Lisboa, s/d, pp. 153 e 161.

724 António da Costa de Sousa Macedo foi um dos mais notáveis defensores de um Ministério de Instrução Pública, e nesse particular da educação da mulher. Foi nomeado Director-Geral e o primeiro Ministro do efémero Ministério de Instrução Pública (1870), tendo no seu fugaz governo de 69 dias elaborado reformas que, se cabalmente aplicadas, teriam sido revolucionárias. Reconhecendo a incapacidade do sistema público de prover a educação a uma larga faixa da população, propôs, por Dec. de 15 de Junho de 1870, a generalização da liberdade de ensino e mais tarde a descentralização do mesmo. Contudo, onde a sua política mais se destacou foi na defesa da educação da mulher, argumentando que a educação primária deveria ser feita por mulheres. Neste sentido, legislaria para a criação de duas escolas Normais do sexo feminino em Lisboa e no Porto, criando ainda um Instituto de Educação Feminina, reunindo um conjunto de recolhimentos já existentes num só, onde se deveria promover: "a educação física, moral, intelectual e profissional às crianças do sexo feminino, das classes desvalidas, tendendo a formar verdadeiras mães de família". Ver CARVALHO, Rómulo de (1985), *História do Ensino* ..., op. cit., pp. 601 a 603.

Lisboa, Porto e Coimbra. Mas para que as palavras passassem a actos, e estes a realizações concretas de fomento do ensino femininos, iriam demorar ainda quase vinte anos[725].

3.5.2. As duas faces de Jano - O cientismo e as imagens da Mulher.

A situação da educação feminina era, na altura em que Bruno se envolveu também a seu respeito, pouco menos que confrangedora. Esmagadoramente analfabeta, abandonada a todo o tipo de explorações que a ignorância permite enquanto proletária, ou recolhida em leituras fúteis no seio do lar burguês, a mulher portuguesa era vista pelos intelectuais republicanos ou monárquicos como uma presa fácil da superstição e da ignorância. Sustentando esta mentalidade patriarcal, que os excessos da época e das modas realçavam, havia agora as confirmações da ciência.

A criatura frágil do Romantismo, era o ser biologicamente diminuído de algumas correntes pseudo-científicas contemporâneas. O discurso da arte compaginava o da ciência, no que parecia ser uma conspiração intelectual contra as capacidades femininas. Assim o provavam as novas teorias do antropólogo italiano Césare Lombroso (1836-1909), ou do cirurgião francês Paul Broca (1824-1880), como refere Ana Leonor Pereira:

---

725 O Liceu Maria Pia em Lisboa, o primeiro liceu feminino, ainda hoje denominado Maria Amália Vaz de Carvalho, só abriria as suas portas como tal em 1906. Ver FUENTE, Maria José de la (1989), *O Ensino Secundário Feminino – Os primeiros vinte anos da escola Maria Pia*, Tese de Mestrado policopiada, FCSHUNL, Lisboa, 1989, p. 59; e CARVALHO, Rómulo de (1985), *História do Ensino* ..., op. cit., p. 646.

" *'Lombroso declarou que em todo o reino animal a inteligência está na razão inversa da fertilidade. O trabalho cerebral torna o indivíduo nervoso; e as mulheres nervosas são mães más que preparam a decadência da raça.'* [...]

Eusébio Tamagnini, na esteia de conceituados naturalistas, sobretudo franceses e italianos, advoga o determinismo sexual de todo o psiquismo feminino, o que faz da mulher um ser menos qualificado nos planos da sensualidade, da sensibilidade, da memória, da vontade e da inteligência."[726]

Mas a fonte de conhecimentos científicos (a biologia evolucionista) que servia para a coibir, era a mesma que a libertava. Duas correntes contemporizavam duas visões da mulher no séc. XIX. Se, como vimos, certas correntes naturalistas estipulavam à mulher os papéis que o determinismo biológico e animal lhe consagrava (maternidade), outras havia que colocavam nela as esperanças da evolução da espécie. Estamos a falar do evolucionismo darwinista, pois segundo esta teria a "espécie ganharia vantagens psicológicas com o aumento da descendência das mulheres instruídas"[727]. Apesar de Ana Leonor Pereira reconhecer que este dogma eugénico não implicaria necessariamente a democratização intelectual entre os dois sexos, o facto é que criava um esteio muito favorável para que tal pudesse vir a acontecer.[728]

Este dois discursos da ciência sobre a Mulher foram, como já referimos, contemporâneos de Sampaio Bruno. Na sua biblioteca encontram-se várias obras de Charles Darwin, entre elas a *Origem das Espécies*, bem como as obras de Césare Lombroso[729]. Apesar de Sampaio Bruno advogar a igualdade intelectual dos sexos, os argumentos que utilizava para justificar a importância da educação feminina, reflectem a um tempo à lógica das teorias

726 PEREIRA, Ana Leonor (2001), *Darwin em Portugal (1865-1914) Filosofia. História. Engenharia Social*, Livraria Almedina, Coimbra, 2001, p. 524.

727 Idem, p. 526.

728 Idem, 527.

729 Ver GAMA, Manuel da (1994), *O Pensamento* ..., op. e anexo cit., p. 195 e 197, respectivamente.

evolucionistas da época, que faziam da evolução (leia-se educação) da mulher a mola da evolução da humanidade, mas igualmente projectam um conjunto de preconceitos e dogmas sócio- político-científicos que faziam da mulher um ser "angelizado"[730], frágil e , como tal, vulnerável à piores influências – nomeadamente a dos padres.

3.5.3. A Mulher: O "elo fraco da cadeia"

O triunfo dos "clericais" pareceria esmagador, para quem, nascido nos meados do séc. XIX, como Sampaio Bruno (1857), verificava como se haviam perdido os arroubos libertários de 1820 e 1833. As ordens expulsas haviam regressado mais fortes do que então. A Europa era pouco mais do que conservadora, passadas que estavam as aventuras bonapartistas e fracassada a revolução de 1848. A Espanha refazia-se da fugaz experiência republicana (1873). Portugal regenerava-se e conservava à superficie, mesmo quando focos de republicanismo, capitalizando apoios da maçonaria e da carbonária eclodiam em actos falhados como o 31 de Janeiro de 1891.

Se a monarquia aparentava algum desgaste, a Igreja, ao contrário, parecia ter ampliado o seu raio de influência, apesar das polémicas em torno da instalação das Irmãs de Caridade em Portugal (1857-1862)[731] ou do Caso Calmon (1901)[732]. Os republicanos, como Bruno, sabiam que para mudar de regime era necessário controlar, ou mesmo, acabar com essa influência clerical. Porém, como sagazmente observou Sampaio Bruno, a exigência da separação entre a Igreja e o Estado exigida pelos republicanos (e cabalmente consagrada na Constituição de 1911), representava já por si uma derrota daqueles, porque aos republicanos, incapazes de "domesticar" a Igreja e de a

730 SERRÃO, Joel (1985) "A Situação da Mulher Oitocentista"..., op. cit., p. 343.

731 AQR, pp. 207 e ss.

732 Idem, p. 193.

transformar numa peça cooperante de uma nova ordem política, só lhe havia subsistido a alternativa da separação.

De entre todas as ordens, os Jesuítas corporizavam os receios do Portugal republicano. O antijesuitismo foi, juntamente com a defesa do ensino livre, uma eficaz bandeira na rápida republicanização portuguesa (adiante analisaremos cada uma destas questões em separado). Para os republicanos, o perigo representado pelas ordens religiosas era tanto maior quanto maior era a influência destas na educação primária e secundária. De facto, depois da expulsão dos jesuítas em 1759, a educação secundária ficaria durante décadas, até ao seu retorno, debilitada. A educação primária, sempre com recurso a instituições privadas e a leccionistas, ia ainda assim mantendo o score altíssimo do analfabetismo português (76% - 80%).

Enfim, para os republicanos como Bruno, não havia duvidas quanto ao cerne da questão: a republicanização do país teria obrigatoriamente de passar pelo afastamento das ordens religiosas e da Igreja da educação dos jovens, bem como pelo fim do "império do confessionário" a que, segundo eles, todas as mulheres se achavam naturalmente sujeitas. Neste sentido, a educação da mulher era o recurso único e fundamental para a subtrair da influência clerical. Salvando-a, salvava-se a sociedade, porque era ela a primeira educadora, a esposa a irmã e a mãe de quem o padre se servia para atingir o maridos, o irmão e os filhos. Era ela, para eles todos, o elo fraco da cadeia...

Como já referimos, para Sampaio Bruno a educação era um problema prioritário, e de tal forma importante que do seu sucesso fazia depender a possibilidade da implantação do novo regime republicano. Afundado em séculos de educação jesuítica, o povo português não conseguiria a emancipação se não lhe fosse dada essa espécie de antídoto : uma educação ao invés: racionalista, científica, laica e cívica.

Bruno, a quem foi dado o nome da primeira secção liceal feminina do Liceu do Porto (1919)[733], reflectiria sobre o problema da educação feminina,

733 Depois de se tornar secção feminina do Liceu do Porto (Dec. de Dezembro de 1917) ser-lhe-ia dado o nome do publicista por Dec. de 28 de Março de 1919.

enquanto estratégia ideológica[734], enquadrando-o no cenário da luta anticlerical que travaria em várias frentes. Para ele, também a mulher representava o elo fraco da cadeia, na medida em que era através dela que o padre lograva "infiltrar-se" na família e na sociedade. A educação da mulher era para si uma necessidade iniludível, tal como de resto era a educação em geral, mas aquela detinha um carácter de urgência particular.

Na senda de Michelet, ou de Alexandre Herculano[735], Bruno acreditava que a vitória só seria conseguida através do combate dessa influência, até

---

734 CATROGA, Fernando (1985), "A laicização do casamento e o feminismo republicano", In *A Mulher na Sociedade Portuguesa – Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, Actas do Colóquio, Vol. I, Coimbra, 1985, p. 142.

735 Alexandre Herculano (1810-1877) é, acreditamos, tal como Jules Michelet, um dos autores que mais influenciou Sampaio Bruno na ideia de combate à influencia anticlerical na mulher. A obra consagrada de Alexandre Herculano sobre esta matéria é o conhecido *Manifesto da Associação Popular Promotora da Educação do Sexo Feminino*, datado de 1858:

"Em 1858, em Lisboa, da Imprensa União Tip., em 4º, saiu um manifesto vibrante: 'Ao partido Liberal Português, A Associação Popular Promotora da Educação do Sexo Feminino'. São 43 páginas de uma elevada eloquência. Escreveu-as Alexandre Herculano. Ora, a Associação de que o ilustre escritor foi órgão neste manifesto finou-se apenas constituída, sem deixar (que a Innocêncio conste) outros vestígios da sua existência. E Inocêncio exclama: 'Isto não é raro em Portugal !'

Porém, o mal aqui não é Portugal; é do Partido Liberal de toda a parte do mundo católico, conforme recentissimamente se tinha visto, em 1903. É que na sua mediocridade de coragem, que resulta a consequência da sua falta de sinceridade, o liberalismo, mormente, nos países pouco adiantados, pretende resolver uma questão 'religiosa' por todas as formas possíveis, menos por uma forma 'religiosa'. Desta incongruência, procede mesmo nos países avançados, como em França, que a vida do liberalismo no concernente ao jesuitismo se resumia na alternativa rítmica de fechar os olhos ou de expulsar as congregações." In AQR, p. 150.

Ver AQR, p. 150 e HERCULANO, Alexandre (1858), *Manifesto da Associação Popular Promotora da Educação do Sexo Feminino*, In *Opúsculos*, Vol. I,

porque acreditava que era do "destino social da mulher" que, em grande parte, dependia "o desenvolvimento da civilização"[736].

Para além de alguns artigos avulsos de jornal, as obras em que Sampaio Bruno mais detalhadamente analisa o problema da educação feminina são as *Notas do Exílio* (1891-1893) e *A Questão Religiosa* (1907).

De maneira a que não subsistissem equívocos de qualquer espécie, nas *Notas do Exílio* (NE) Bruno enunciava a sua tese central: enquanto o génio católico soube sempre compreender a importância da mulher, o liberalismo, ao contrário, menosprezou-a. A consequência seria o que estava à vista de todos: o magistério de influência que os padres ainda, e então, detinham sobre a *alma feminina.*

"É uma das glórias do cristianismo o haver contribuído a tornar solidária a humanidade, pela sugerida intuição de que as eminentes qualidades afectivas, se bem que parcelaristas, da mulher tenderiam, convenientemente regularizadas, a exercer a disciplina moral do homem. A Idade Média, no período heróico das castas vencedoras, assinala-se pelo respeito da mulher, elevado á categoria de um culto, que a renovação religiosa de Augusto Comte se propunha estabelecer. [...]

Organização, Introdução e Notas de Jorge Custódio e Manuel Garcia, Ed. Presença, Lisboa, 1982, pp. 329 a 363.

736 NE, p. 347. Também Catroga refere que:

"[...] *os conteúdos das propostas feministas apareceram eivados de uma crença igualmente compartilhada à luz da qual, a emancipação feminina, tal como a do género humano, requeria o acesso da mulher à educação e à ciência, e a sua consequente emancipação do confessionário, isto é, da tutela clerical. Em suma, a democratização do país seria impossível enquanto não se desse uma reconversão do estatuto social da mulher, o que implicava a sua dessacralização e intelectualização, através de uma educação racionalista e o reconhecimento como um sujeito com direitos e deveres civis iguais aos do homem. E isso, pensavam, só a República poderia realizar.*" Cit., In CATROGA, Fernando (1985), "A laicização do casamento e o feminismo republicano ..., op. cit., p. 142.

Entre nós, porém, não se passa, por enquanto, da compreensão de que a mulher é um belo animal inconsequente e caprichoso, que convém fique definitivamente preocupado com figurinos e rendas. Não indo além do mundo pequenino que lhe talham e tendo por toda educação do gosto o martelamento de operetas estapafúrdias no manicórdio de família.

Como por toda compreensão da sociedade e da natureza as quatro ideias confusas que o seu cérebro extrai de uma literatura fútil, de novelas sem crítica e de versalhadas sem sentimento humano e verdadeiro.

De tal forma se viciou o critério que, considerada a mulher como objecto de luxo e prazer, o que realmente é uma insolência se transforma num preito e homenagem.

Não foi assim, e é uma das suas grandes forças que o génio católico compreendeu a mulher. Ele tem sabido, com profundo conhecimento da alma peculiar à igreja, interessar a mulher nos mais altos destinos humanos, inculcando-lhe, acrisolando-lhe essa fé que ainda hoje lhe dá o domínio do mundo.

O resto de uma burguesia degenerada, céptica e hipócrita, debalde procura seduzir pelo aparato do luxo, pelas mil frivolidades petulantes das modernas existências ricas, o reduto temeroso da alma feminina, a única que mantém, firme e intimorata, o seu ideal antigo.

E de uma tal constância e dedicação feminina a disciplinam e fortificam que é a mulher quem reivindique a iniciativa das regressões ao passado, que, infelizmente em vão, se tem querido tentar depois da grande explosão de 89."[737]

A tradução em 1896 do livro de Jules Michelet (1798-1874)[738]*Do Padre, da Mulher e da Família* (1845)[739] voltava a dar pretexto a Sampaio Bruno de

---

737 NE, pp. 348 e 349.

738 Jules Michelet (1798-1874) foi um dos principais historiadores da Revolução Francesa. Professor no Colégio de França desde 1830, seria suspenso da sua cátedra por duas vezes, acusado de falta de objectividade, tendenciosamente liberal e

desenvolver o crucial tema urgente da educação feminina. A tradução, efectuada por um dos jornalistas do *Correio Elvense*, José Maria Andrade Ferreira (1823-1875), foi de facto o motivo de vários textos de Bruno sobre esta matéria.

O estudo sócio político, obra "apaixonada" e de "combate", como reconhece Bruno - dizendo que o "são sempre as produções mentais dos espíritos crentes" e dos "amantes da liberdade" - foi um dos textos base na argumentação "científica" dos republicanos portugueses contra a influência clericalista no seio da família. Escrito, refere, "quando mais acesa ia a luta entre a universidade e os jesuítas" que, "aproveitando a reacção política que precedeu a tormenta revolucionária de 48", iam "medrando e desenvolvendo-se, ameaçando esterilizar com a sua propaganda mefítica as conquistas da Revolução"[740]. Nele é, pois, apontado o nó górdio da questão que urgia enfrentar:

"*A interferência do padre na família, sob o pretexto de dirigir a consciência da mãe e da prole, eis o que ele combate considerando a confissão*

---

revolucionário. Não podia, por isto, deixar de ser um autor estimado por Sampaio Bruno. Possuía este, aliás, na sua biblioteca várias obras deste autor, de entre elas os nove volumes da *Histoire de la Révolution Française*, Paris, 1878, e, para o tema, *Les Femmes de la Révolution*, s/l, s/d; *L'Amour*, Paris, 1870; *La Sorciére*, Paris, 1878, etc. Ver GAMA, Manuel (s/d), *O Pensamento de Sampaio Bruno. Contribuição para a História da Filosofia em Portugal,* Col. Temas Portugueses, INCM, Lisboa, 1994, pp. 205 e 211.

739 A primeira edição da obra que encontrámos no Biblioteca Nacional de França, data de 1845: *Du prétre, de la femme, de la famille*, Editións Hachette, Paris, 1845. Existe uma segunda edição de 1871, onde o título foi ligeiramente alterado: *Le prétre, la femme et la famille*, Nouvelle Edition, Michel Levy, Paris, 1871. Pensamos que esta será aversão mais utilizada em Portugal, porque é assim que Bruno se lhe refere. Contudo, nas obras que foram pertença de Sampaio Bruno não encontramos esta. Que edição terá Bruno utilizado, é uma questão que gostaríamos de averiguar.

740 "O Padre, a Mulher e a Família", In *A Voz Pública*, 15 de Outubro de 1896, p. 2.

da esposa como um adultério espiritual, pois que no confessionário ela vai revelar a um estranho segredos do coração que ocultaria talvez a seu marido.

O ultramontanismo pretende apoderar-se da criança e nesse intuito começa por se apoderar da mulher.

A mulher traz em si a mocidade do futuro, e é contra esse futuro que o ultramontanismo assesta as suas baterias.

O homem é forte. Evite à mulher o laço que o ultramontanismo lhe arma, ou procure sempre companheira capaz de o compreender, e de lhe respeitar as convicções do seu espírito, e de sentir as suas alegrias, quando ele, triunfante, volta dos centros onde mais se expande a sua actividade, aclamado, vitoriado."[741]

Quase seis anos volvidos, num artigo publicado no jornal *A Voz Pública*, a 24 de Abril de 1901, Sampaio Bruno retomaria esta obra e ainda mais cristalinamente a tese, aportuguesando-a, ou seja, adequando-a à sociedade portuguesa sua contemporânea. Os factos teimavam em conservar-se naquela que era por ele apontada como "a causa da vitória do jesuitismo":

"*Um dos homens que mais intimamente percebeu as delicadezas e escrúpulos da alma feminina foi, seguramente, o francês Júlio Michelet, e, com este tema, ele escreveu um livro célebre que deveria ainda hoje ser meditado, com respeitosa atenção por todos quantos se interessam nos problemas do progresso moral. Intitula-se: O Padre, a Mulher e a Família. Aí se explana a situação e se mostra que da educação feminina é que depende tudo. Os homens são aquilo que as mulheres os fazem. Pretender conservar a mulher em ideias e sentimentos que não sejam compartilhados pelo homem é prejudicar a integridade moral da família, e, pelo carinhoso influxo da mãe sobre o filho, modificar sucessivamente a sociedade no* sentido *materno. Por*

741 Idem, ibidem. Ver também: GAMA, Manuel da (1994), *O Pensamento de Sampaio Bruno* ..., op. cit., p. 54.

isso é que o jesuitismo se empregou sempre em obter o ensino, e, do ensino, preferentemente o ensino das meninas.

Depois, a verdade verdadeira é que o Liberalismo, tal qual ele é formulado no egoísmo da sua doutrinação (como uma teoria de orgulho e força) não tem respeito pela dignidade feminina. A todo o instante ofende o brio da mulher, que considera como um ser inferior, animal de luxo e de prazer.

Nunca lhe fala de coisas sérias e elevadas: reputa-a uma criatura frívola e sem consequência. Na linguagem do homem para mulher há sempre um pensamento reservado de oculta obscenidade.

A única pessoa que aparece á mulher discorrendo-lhe dos motivos nobres da alma, falando-lhe de Deus, da outra vida, da responsabilidade, enfim, dirigindo-se-lhe como a uma consciência análoga, como a um ser não só amado mas ainda estimado: é o padre. Aos olhos da mulher ele tem de prevalecer, porque é o único que lhe liga consideração.

Dada esta situação física, aquele sacerdote que abuse da confiança que captou, desvairando a subjectividade feminina e aproveitando-se da sua lealdade para propósitos terrenos, tem segura na mão a dominação política e vence sem grande esforço."[742]

Questão política e questão cultural eram, para Bruno, particularmente no caso da educação feminina, o mesmo axioma. Segundo estas reflexões, a mulher era o esteio por passava reacção, fruto dessa educação burguesa dissolvente, mas por onde deveria também passar o progresso. Linfático da sociedade, deveria ser na mulher, através da educação, que se operariam as mudanças prioritárias da cultura e dos valores. Nenhum modo social poderia ser duradoiro sem a cumplicidade da mulher, e a isto deveria estar atento o novo regime:

742 " A causa da vitória do jesuitismo", In *A Voz Pública*, de 24 de Abril de 1901, p. 1.

"Com efeito, um dos assuntos para que tem de aplicar-se a atenção reflectida da democracia portuguesa, que, desinteressadamente, se propõe levar a cabo, quando governo, uma série de reformas tendentes a reorganizar em bases duráveis o edifício vacilante da nossa nacionalidade, é, com certeza, o da educação da mulher lusitana. No sentido de, por um desenvolvimento integral das suas faculdades atrofiadas, robustecer-lhe o critério, hoje maculado das mais grosseiras superstições e das crendices mais obsoletas."[743]

Integrada na reforma da educação nacional, a educação feminina deveria crescer para os liceus à semelhança do que, "exemplo notabilíssimo"[744], se fazia com a recente organização dos liceus femininos franceses. Esta ampliação dos estudos femininos era igualmente tarefa prioritária dos revolucionários, ainda que não faltando já exemplos das capacidades intelectuais de mulheres que, ao longo da História, souberam evidenciar as suas capacidades, facto que, segundo Sampaio Bruno, nenhum "critério barbudo"[745] conseguiria obliterar.

Bernardino Machado (1851-1944), um monárquico captado posteriormente para o republicanismo, seria um dos principais defensores no parlamento, desde 1883, do ensino secundário feminino português: "Sou antigo soldado desta campanha. Pugnei sempre pela tripla causa, da criança, do povo e da mulher", escrevia ele em 1924.[746] Também para ele, a educação da

743 NE, p. 345.

744 Idem, ibidem.

745 NE, p. 345.

746 Sob sua proposta é apresentado e aprovado na Assembleia da República, sem grande entusiasmo, a lei de criação dos liceus femininos (1887). FERNANDES, Rogério (1985), *Bernardino Machado e os problemas da Instrução Pública*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa 1985, pp. 157 a 162. O primeiro liceu seria o Maria Pia, futuro Maria Amália Vaz de Carvalho. Ver FUENTE, Maria José de la (1989), *O Ensino Secundário Feminino – Os primeiros vinte anos da escola Maria Pia*, Tese de Mestrado policopiada, FCSHUNL, Lisboa, 1989.

mulher representava verdadeiramente a "reconstrução da sociedade a partir dos seus fundamentos", de tal maneira a considerava "vital"[747].

Mas a defesa da educação feminina não era, como se viu, coutada apenas de republicanos. Nem D. António da Costa, nem Maria Amália Vaz de Carvalho, nem Carolina Micaëlis de Vasconcelos, nem Bernardino Machado tão pouco, se podem reduzir a essa etiqueta política. Nem sequer todas as feministas foram republicanas, como é evidente o contrário, nem todas as republicanas eram feministas. A malha das sensibilidades políticas é muito mais fina e subtil, não se lhe podendo aplicar sem estudo aprofundado, desconfiando do jargão ideológico que um certo republicanismo lograva divulgar e que era parte constitutiva da sua propaganda.

No mundo da "intelectualidade feminina lusitana"[748], Sampaio Bruno destacará na obra *Os Modernos Publicistas Portugueses* (1906), figuras literárias do "moderno movimento do feminismo em Portugal"[749], Ana de Castro Osório (1872-1935) e Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925), sublinhando na primeira os seus contos infantis, e na segunda os seus trabalhos sobre a raiz cultural portuguesa. Segundo ele, aliás, não faltavam exemplos de uma "expansão do cérebro feminino", e eram "tantos e tão brilhantes" que bastavam de critério a todo aquele que se desse ao incómodo de reflectir um pouco[750].

A literatura infantil é um dos temas que Sampaio Bruno vulgarmente convoca para ressaltar o papel pedagógico das mulheres escritoras, colocando em contraponto a desmotivação que na sua escola primária causavam leituras dos "graves textos éticos desse Conselheiro Rodrigues Bastos" arrastando-nos

747 FERNANDES, Rogério (1985), *Bernardino Machado*..., op. cit., pp. 160 e 161.

748 OMP, p. 341.

749 Idem, p. 340.

750 NE, p. 348 e "Feminismo", in *A Voz Pública*, 4 de Outubro de 1903. Neste artigo realça, igualmente, o papel da escritora brasileira Júlia Lopes de Almeida também autora de literatura infantil, como as *Histórias da Nossa Terra*.

para uma "modorra de indiferentista sonolência" que nos "narcotizava" [751], desabafa. Por esta razão dirá de Ana de Castro Osório:

"[...] *nas nossas letras, apareceu uma excepcional aptidão na pessoa da escritora nossa portuguesa D. Ana de Castro Osório. A sua vasta colecção de contos 'Para as Crianças' é uma obra discreta e primorosa, tão cabal e idónea que o título de perfeita lhe pode e deve ser sem esforço atribuído e os mais amplos elogios lhe podem e devem ser dedicados.*

D. Ana de Castro Osório com maestria se extremou primacialmente, de entre suas companheiras nas lides da publicidade, por estes seus trabalhos de suave insinuação moralista aos menores, onde é frequente encontrar admiráveis pequenos achados, encantadores e deliciosos.

A nobreza moral do intuito literário de D. Ana de Castro Osório não carece que a destaquem, pelo que concerne aos seus contos, firmemente educativos, para as crianças, essa intenção recuperadora se compreende ainda no resignado pessimismo solicitante das suas histórias de infelizes, das pobres almas inferiores que ela evocou [...]."[752]

Nas *Notas do Exílio* (1893) concluirá dessa missão incontornável, e tanto mais urgente no seio da família burguesa ociosa, porquanto na família operária, a mulher ao trabalhar, furtava o seu tempo ao confessionário e à sacristia. A operária emancipada, emancipava. Logo, a sua família, estaria mais protegida contra a má influencia, ainda que necessário fosse instruí-la para que limitada, não limitasse os filhos, maridos e irmãos. A emancipação da mulher significa a emancipação da sociedade num contínuo de progresso social e histórico. A emancipação conseguida pela educação espalhar-se-ia para a mulher numa estrelária de direitos como o do trabalho, do divórcio e da liberdade, enfim.

751 OMP, p. 342.

752 OMP, pp. 340 a 342

"A nós, revolucionários, cumpre não perder de vista este ponto de orientação. Assim, longe de manter o espírito da mulher nas trevas interiores em que o catolicismo o submergiu, haveremos, pelo contrário, de ministrar-lhe, sob uma adequada educação integral, a elasticidade, compatível, de compreensão exame, a que o homem tem atingido.

Nenhum modo de ser social novo pode ser durativo e benéfico sem a colaboração, sem a cumplicidade feminina. [...]

No grupo familial, a mulher carece de uma independência, progressivamente ascendente. Essa expansão acarretará, necessariamente, mais tarde, uma energia correlativa nas vastas zonas políticas e sociais. Esta é a tendência moderna, para que, mais ou menos conscientemente convergem as disposições, mais amplas, dos códigos, a lei do divórcio, a entrada das mulheres no processo criminal, nas profissões liberais, etc. [...]

Resumindo, é obra democrática tudo o que se resolver no sentido de ampliar integralmente o espírito feminino, como é obra de retrogradação tudo o que se esforce por perpetuar a condição mental da mulher dos nossos tempos.

Dessa educação prévia dependem, indissoluvelmente, todos os corolários, de ordem familial, civil, política e social, concernentes à situação da mulher nas sucessivas fases da civilização."[753]

Catorze anos volvidos, e Bruno retomava o tema da educação feminina em A *Questão Religiosa*, obra datada de 1907. Das esperanças elevadas em 1893, reflexo da evolução que ele, como exilado em França, observara e escrevera nas *Notas do Exílio*, não se compadece uma realidade que teimava em se perpetuar no solo português. O pessimismo de 1907, contrastante com o optimismo de 1893, parece instalado no seu pensamento, passada que estava mais de uma década de esperanças perdidas. A ditadura de João Franco (1906-1908) fazia sobressair, para Bruno, o que nos últimos anos a monarquia

753 Idem, pp. 350 e 352.

constitucional tinha de pior[754]. De facto, a melindrosa e explosiva "questão religiosa", parecia mais actual que nunca, ampliada pelo fracasso (também pessoal) do movimento republicano de 31 de Janeiro de 1891, e pelo franquismo recém instituído que Bruno, sem peias, apelidou de ditadura.

Em *A Questão Religiosa* (1907), Sampaio Bruno não se compadece apenas com fórmulas optimistas e vagas do projecto de emancipação feminina já noutros pontos abordados. A situação social e política é agora estudada com detalhe. Bruno aponta problemas e fornece soluções. A crise assim obrigava , a luta, pois era de luta que se tratava, era sem quartel e à militância jesuítica cumpria agora responder com militância republicana – o triunfo jesuíta era, pois, uma evidência. As quimeras que sustentara em relação às classes operárias, da impotência clerical nesses meios, estavam agora derrotadas. O progresso para uma sociedade socialista não se havia operado, bem pelo contrário, também ali as "mãos negras do inimigo" se haviam estendido:

"A educação das novas gerações está nas mãos dos reaccionários, e mesmo nas classes trabalhadoras eles exercem influência, por meio de agremiações especiais, denominadas círculos católicos e círculos operários [...] *toda a questão religiosa se deve resumir para o liberalismo nessa questão de saber qual a maneira seja de conseguir que a mulher não continue sendo, moralmente escrava do sacerdote, investigação preliminar se impõe a qual se formula na pergunta seguinte. Porque é que a mulher é, moralmente, uma escrava do sacerdote ?*

E a resposta surge logo: - Porque o sacerdote toma ou finge tomar a mulher a sério. Para o sacerdote a mulher é uma pessoa moral; o padre tem influência sobre a mulher porque a considera ou finge considera-la 'alguém' e ao seu interesse máximo, o matrimónio, o santifica pelo sacramento. Para o

754 BRUNO, José Pereira de Sampaio (1909), *A Ditadura. Subsídios morais para o seu juízo crítico*, Ed. Rolim, Lisboa, 1987.

sacerdote, é um ser humano a mulher, não um animal de prazer, mas uma consciência capaz de responsabilidade."[755]

A questão era idêntica à que anos antes Bruno formulara, mas a situação, como lamenta, não era igual, piorara. O domínio religioso era agora mais extenso do que até então fora, tudo isso devido ao crescente número de ordens religiosas instaladas em Portugal, com o beneplácito da ditadura franquista. Por esta razão, diria Bruno, a tentativa de separar a Igreja do Estado era já em si uma confissão de derrota. Não se fizera anos antes o que deveria ter sido feito, agora tudo estava mais comprometido.

Segundo ele, a educação dos portugueses, mesmo dos mais "avançados" e "liberais" ,"republicanos"ou "radicais", era agora feita nas "entenebrecedoras escolas lazaristas"[756]. O jesuitismo era Legião; Companhia; Ordem de maneira que, para o Liberalismo "vencer de vez o jesuitismo – carecia também, definitivamente, de ser: Legião, Companhia; Ordem."[757] . O mote estava assim dado.

3.5.4. A crítica ao divórcio, ao "Amor Livre" e a defesa do celibato religioso.

Na defesa do divórcio, "essa viuvez civil", vira Bruno um grave atentado à família e mais uma prova da vitória do jesuitismo contra o liberalismo. O projecto de Reboredo de Sampaio e Melo, defendendo o Divórcio e a separação de pessoas e bens para efeitos civis, apelidou-o Bruno

755 AQR, p. 103.

756 AQR, p. 165.

757 AQR, p. 197.

de "subitâneo e inexplicável [...] filho das incongruências típicas da indisciplina mental destes tempos"[758].

Nesta temática mal andava o liberalismo defendendo uma causa onde, não apenas a mulher, mas a família saíam lesadas. Ao invés, lastima-se Bruno, os jesuítas e a Igreja que sacralizavam o casamento, constituído o "interesse máximo"[759] da mulher, defendiam esta e a sociedade. Por isso, dirá, estas propostas são feitas por falsos liberais, verdadeiros "homens da reacção"[760]

"*Enquanto que o padre sustenta a indissolubilidade do casamento, que garante a mulher, o liberalismo, doutrina masculinista até aqui, remata no excesso da doutrina do divórcio, que é uma ameaça à estabilidade do lar e à dignidade da mulher* [...] *O divórcio não seria um progresso social; seria uma regressão a fórmulas primitivas da sociabilidade; de maneira que estabelecer o divórcio não é andar para diante, é andar para traz.*"[761]

---

758 AQR, p. 164.

759 Segundo Fernando Catroga, o casamento passava, assim:

"[...] *a ser entendido como um acordo de vontades, originariamente civil e, por isso, só presumivelmente indissolúvel. Em consequência, podia dissolver-se não só por morte dos conjugues, mas também através do recurso do divórcio. Correlativamente, a introdução da obrigatoriedade do registo civil (1911) e a exigência da prévia cerimónia laica antes da optativa consagração religiosa vincavam a superioridade da legitimação civil sobre esta última, isto é, traduziam simbolicamente a politização e a laicização do contrato.*" CATROGA, Fernando (1985), "A laicização do casamento ..., op. cit., p. 144.

760 "O Divórcio", in *A Voz Pública*, 8 de Março de 1900, p. 1.

761 AQR, pp. 163 e 164.

Portanto, para Bruno, era de facto a Igreja quem aqui defendia os interesses femininos e não o liberalismo. Alfredo Naquet[762]- o "judeu semi-lunático"[763] - diria Bruno, com a sua teoria do divórcio, precipitava a mulher para o abismo[764]. Esta ideia assentava no pressuposto conservador que o casamento era a prioridade feminina[765], e que o divórcio, citando o incontornável Michelet, "degradaria" a mulher, passando esta a valer menos aos olhos da sociedade:

"*A mulher mais simples compreende bem que toda a mudança é contra ela; que, com trocar, se degrada rapidissimamente, que do primeiro homem para o segundo, ela perde já cem por cem.*"[766]

Bruno, nos artigos que publicara na *Voz Pública* sobre esta temática, e que haveriam de reaparecer mais tarde nas páginas da *Questão Religiosa* (1907) seguiria exactamente a mesma doutrina que o historiador francês. O

762 O divórcio foi aprovado em França pela primeira vez através da lei revolucionária de 20 de Setembro de 1792, sendo proibido na Restauração a 8 de Maio de 1816. No período liberal foram várias as tentativas de o restaurar (1830, 1831, 1834 e 1848). Contudo, em 1878, foi apresentado por Alfredo Naquet um novo projecto, mas sem resultado ainda. Só a 27 de Julho de 1884, já estando a França sob a influência laicizante da III República, se viria a restabelecer o divórcio. Em Portugal ele é apresentado por Duarte Gustavo Roboredo de Sampaio e Melo, deputado do partido Progressista pela Guarda, a 1 de Março de 1900. Será esta proposta que motivará os textos de Sampaio Bruno.

763 AQR, pp. 180 e 181.

764 AQR, p. 188.

765 O casamento era visto como "pedra angular da condição feminina" ficando reservado para as solteiras ou as viúvas uma situação de inferioridade social. Ver DAUMARD, Adeline (1990), "A Mulher na Sociedade Burguesa em França no Séc. XIX", in Revista *Ler História*, n.º 20, 1990, pp. 114 a 122.

766 AQR, p. 168.

divórcio, conduzindo a modelos sociais primitivos, como a poligamia, representava a "degradação da mulher" e punha em causa a própria instituição familiar[767]. Não podemos esquecer que defesa do divórcio se inseria na estratégia de laicização da sociedade, e no correlato esforço do estabelecimento do Registo Civil.[768] Afastado o divórcio, como sendo nocivo tanto à família como à mulher, interessava garantir o casamento, como base da sociedade, mas desta feita livre da influência religiosa: o casamento civil é a solução. A defesa do registo civil, para salvaguarda dos actos mais relevantes da vida da sociedade, substituindo-se e Estado à Igreja nestes momentos, não é de todo nova, e dela fazem parte antigas aspirações liberais[769].

---

767 "O Divórcio", in *A Voz Pública* de 6 e 8 de Março de 1900, p. 1.

768 Ver CATROGA, Fernando (1988), *A Militância Laica* ..., op. cit., pp. 354 a 368.

769 Segundo Rui Cascão, os últimos anos da Monarquia assistiram à intensificação da propaganda a favor do divorcio:

"[...] *nomeadamente através da já citada obra de D. Alberto Bramão (1865-1944), onde o autor defende a vantagem da adopção de uma lei do divórcio. Esta lei não só beneficiaria a situação da mulher e elevaria a sua dignidade moral e social, mas permitiria também resolver graves problemas da família, em especial o do estatuto dos filhos adulterinos.*

Um dos primeiros actos legislativos do Governo Provisório saído da revolução de 5 de Outubro foi a Lei de 3 de Novembro de 1910, vulgarmente conhecida como Lei do Divórcio. Decalcada em grande parte sobre o projecto de Luís Mesquita de Carvalho, assenta na ideia do casamento como instituição humana de carácter civil e como contrato bilateral eventualmente dissolúvel, ao contrário do Código Civil de 1867 que o considera como um contrato perpétuo e indissolúvel. Também o princípio geral da igualdade de ambos os sexos perante o matrimónio está subjacente nesta lei, o que sobressai na enumeração das causas que são rigorosamente idênticas para indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino." Ver CASCÂO, Rui (1985), "Família e divórcio na primeira república", in *A Mulher na Sociedade Portuguesa-*

A solução, em relação ao matrimónio, não era pois o divórcio, mas um sacramento feito pelo Estado, igualmente perpetuo e indissolúvel – a laicização do casamento. Aqui Bruno, utilizava novos argumentos sobre velhos pressupostos, como o do casamento ser o "interesse máximo da mulher", a degradação social da mulher divorciada ou separada, ou a questão do adultério:

"*Era o adultério o crime específico feminino. É o que destroi a honra feminina, não só a honra sexual mas ainda a honra burguesa, porque semelhante acção, como o marcou o mesmo Schopenhaeur, compreende um dolo e uma grosseira falta de palavra, afasta os homens de convenções matrimoniais e compromete, portanto, o interesse geral de todo o sexo feminino cujo bem estar consiste exactamente em adquirir, pela posse do sexo masculino, o usufruto dos bens terrenos que não pode contestar, em competência, nem pela força muscular, nem pela força intelectual.*"[770]

A argumentação de Bruno sobre o divórcio, o amor livre ou o poder político feminino está, como se poderá verificar, muito longe das teorias que as suas correligionárias, Elina Guimarães (1904-1991), Adelaide Cabette (1867-1935), Maria Velela (1871-1955), Ana de Castro Osório (1872-1935) ou Angelina Vidal (1853-1917) defendiam já então[771].

Outra das soluções apontadas por Bruno, como forma de combater o "ascendente de confessionário", era o de se acabar com o celibato religioso: O casamento deveria ser obrigatório, e a idade de ordenamento alta, depois dos 30: "casados ou capados", ironiza Bruno, citando um correligionário seu[772]. Qual era a diferença aduzida com esta alteração ? A mulher, sabendo-o casado,

---

Visão Histórica e Perspectivas actuais, Actas do Colóquio, Vol. II, Coimbra, 1986, p. 155.

770 "O Divórcio", in *A Voz Pública* de 7 de Março de 1900, p. 1.

771 SILVA, Maria Regina Tavares da (1992), *Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do inicio do Séc. XX*, cadernos Condição Feminina, Lisboa, 1992.

772 AQR, p. 440.

hesita em fazer-lhe confissões, que seguramente irão parar aos ouvidos da esposa do padre. O pudor nascido desta situação era uma poderosa antepara à interferência clerical.

" *Desde que o padre seja casado, toda a mulher hesita em ir confessar mistérios que ela presume, invariavelmente, que serão comunicados pelo sacerdote à sua própria esposa. O pudor e o orgulho a inibem, pois.*"[773]

Daqui adviriam um sem número de consequências benéficas: casados os padres, a Igreja nacionalizaria automaticamente, acabando-se a influência nociva de Roma, "desromanizava-se"[774]. Este clero, assim constituído, defensor natural dos interesses nacionais, também ele cidadão, dedicar-se-ia a à tarefa para a qual tinha já particular vocação: o ensino. A educação primária, obrigatória, seria garantida por este novo funcionário público (era o Estado e não a Igreja que o sustentava) já todo ele, porque não ? devotado à causa democrática e republicana. O antigo inimigo era agora o mais forte dos aliados: "O clero português, secular, casado e dotado pelo Estado, não como clero, mas por um serviço de instrução pública."[775]

Mas tudo isto era sonho. Bruno devaneia a solução nas linhas do livro. *A* "Questão Religiosa" mantinha-se uma questão política. Assim, nada mais restava do que a separação efectiva entre Estado e a Igreja. Sampaio Bruno teria gostado de outra solução que permitisse aproveitar algo do "génio católico". Esta solução, tal como o divórcio, empobrecia todos. Separar a Igreja do Estado, soube-o ver Bruno, era manter divorciado algo que se deveria conceber unido, a lei e a espiritualidade. Anticlericalista precoce, Sampaio Bruno nunca deixou por isso de reconhecer o "génio católico", como extraordinário factor civilizacional, pelo qual tinham entrado tantos valores

773 Idem, ibidem.

774 AQR, p. 441.

775 AQR, p. 443.

profundos na nossa cultura. O tributo que lhe presta em obras como *A Ideia de Deus* (1902) e o *Encoberto* (1904), não pode deixar sobre isto alguma dúvida.

No tema da educação feminina, vimos que a preocupação central, a exemplo das suas leituras de Michelet e Alexandre Herculano, era furtar a mulher ao sacerdócio, ao confessionário. Reconhecendo-a como factor fundamental do desenvolvimento social, Bruno defende a sua educação como forma de a subtrair à ignorância, porta por onde comumente entrava a superstição.

A demopedia só seria completa e eficaz assim: "Insistindo, só com a instrução intensiva para os que a actual normalidade social predispõe, extensiva para os restantes, integral para os dois sexos; só assim se habilita o povo a prescindir de tutelas"[776]. Uma educação em pé de igualdade com a do homem. Capacidades ? Aí estavam as suas contemporâneas para o provar, professoras, escritoras, intelectuais, em suma, o exemplo acabado de que a mulher se poderia elevar aos mesmos horizontes mentais do homem.

Mais acanhado se mostra o seu pensamento no que se refere ao divórcio ou ao adultério. Conservador, vê a mulher também como um ser "relativo" à sociedade e família: ela deve ser educada para preservar a família e a sociedade da influência clerical. O divórcio é-lhe prejudicial, e igualmente é mau para a família e a sociedade em geral – a condição da mulher é ser a base da sociedade. A individualidade feminina não é aqui projectada. Nessa visão de degradação não compreende Bruno os problemas que se podem invocar um caso de divórcio, e que o recurso a este se faz em situações muitas vezes problemáticas para a própria mulher, até mesmo como salvaguarda física e patrimonial.

Degradação social via-a, igualmente, na ideia do "amor livre": aqui os homens voltavam ao estado natureza, a um primitivismo insuportável, degradante e anárquico que de novo vinha pôr em causa a família:

776 NE, p. 353.

"Os homens e as mulheres casarão e descasarão quando lhes apeteça e convenha. E o Estado não intervirá, com cerimonial algum, em tais e semelhantes convénios privados, que as partes contratantes arranjarão e desarranjarão consoante melhor ou pior entendam. [...]

Mas aquela moral obscena estava, ainda assim, exactamente bem, se o homem fosse, tão só, um animal biológico. Mas o homem é também, acima de tudo, um animal sociológico. E isto é o que o diferencia do restante da biologia. [...] *Porque, repita-se, no matrimónio, o amor é condição necessária, mas não é suficiente. Falta ainda outra. Qual é essa outra ? É a justiça. Ora, qual é o órgão da justiça ? É o Estado. Quem concretiza, incarna, humaniza, representa o Estado ? É o magistrado* [...] *Para jantar, não se carece de sanção do magistrado, para casar, é, porém, precisa essa sanção."*[777]

Este burguês republicano, celibatário impenitente, que da companhia de mulheres só lhe conhecemos a de sua mãe, vê a família como baluarte da sociedade numa visão que tem muito de conservador.

3.5.5. O fim das esperanças: A República (1910)

Vimos que a educação feminina tem para Sampaio Bruno um valor que podemos chamar de instrumental. A Mulher, célula base da sociedade, devia ser educada pelos efeitos positivos que teria nos outros membros da família, desde logo os filhos. Em cem anos de defesa da educação feminina este era o argumento prioritário Efeitos positivos e igualmente profiláticos, eram os que impediam o "ascendente do confessionário". Aqui a argumentação resvalava para o campo político ideológico republicano. Educar a Mulher era salvá-la das "garras" dos padres.

---

[777] OPC, pp. 174 e 175.

Bruno está, pois, muito longe de ser considerado um feminista. As posições sobre o divórcio, o adultério ou o "amor livre" marcam bem essa fronteira. Nitidamente podemos ver que a promoção da educação feminina por Bruno não pretende estabelecer nenhuma prioridade em relação aos direitos políticos daquela, factor prioritário da emancipação feminina. Sobre estes, deixemos falar o próprio Bruno: " Seria pois, tão absurdo" assegura, "induzir, das considerações antecedentes, que nós desejamos ver a nossa sala de S. Bento, campo das glórias constitucionais, povoada amanhã de saias, como é supinamente inepto tentar ridicularizar hoje as ideias a que o futuro reserva o seu dia"[778]. Nem uma palavra sobre o voto feminino, pelo qual tão arduamente se batiam as sufragistas de então, intelectuais que ele conhecia e estimava como Carolina Micaëlis de Vasconcelos (1851-1925) ou Ana de Castro Osório (1872-1935).

Temos boas razões, aliás, para acreditar que Bruno achasse que atribuído o voto à mulher ignorante, tal como ao povo ignaro, se tenderia a promover a vitória das instituições e ideias que apelava de reaccionárias. De modo que, enquanto a mulher se encontrasse encerrada nessa espécie de menoridade que lhe dava a falta de educação e cultura, seria melhor alhea-la da cena política. Bruno procedia na consciência que aquelas mulheres que cita como "brasões de educação e intelectualidade portuguesa" eram apenas a excepção à regra, percursos excepcionais, no mais eram criaturas deseducadas, impreparadas e vulneráveis a toda a espécie de más influências.

Em conclusão, podemos dizer que a defesa da educação feminina feita por Sampaio Bruno se enquadrou mais numa estratégia ideológica republicana, de combate à influencia clerical na sociedade, do que numa assunção plena de um estatuto de igualdade, onde a educação era apenas uma das peças, tal como previa para o homem a ideologia republicana do tempo.

De facto, não seria apenas Sampaio Bruno a sair defraudado com a República implantada em 1910. As esperanças feministas foram, também elas frustradas. Os republicanos não quiseram ir mais além na defesa da

778 NE, p. 352

emancipação feminina, por exemplo na questão do direito de voto, ou num plano concretizável e desassombrado de educação da mulher, com receio de desagradarem às suas bases de apoio[779]. As feministas, que por tantas vezes se haviam colocado ao lado do republicanismo, haveriam de continuar a lutar, sós, por direitos invisíveis ou unicamente existentes no papel[780]. A ironia era ainda maior. A República, que lhes iria buscar a imagem para se representar em busto, havia de lhes negar a sua própria.[781]

---

779 " *Se os homens compreenderam claramente que já não lhes interessava a presença de mulheres, e mesmo que isso lhes traria manifestos prejuízos internos e internacionais, elas não compreenderam com a mesma clareza que eles não só não estavam, como nunca tinham estado, interessados num verdadeiro estatuto de igualdade. Cumprida a 'tarefa positivista' que lhes conferiam em termos de propaganda, desinteressaram-se da questão. A igualdade de direitos, naquilo que essa igualdade representava dentro da maçonaria, o direito de representação, o direito de voto, era coisa que lhes não queriam conferir*". Ver, COSTA, Fernando Marques da (1985), "Mulheres, elites e igualitarismo na 1° República", In *A Mulher na Sociedade Portuguesa* ... , op. cit., pp. 380 e 381.

780 As principais organizações femininas que continuaram ou iniciaram actividade depois da implantação da República foram, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1909-1911), a Associação de Propaganda Feminina (1911), o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1915) e a Associação Feminina de Propaganda Democrática (1915). Ver sobre estas instituições o estudo de ESTEVES, João (2001), "O movimento sufragista em Portugal na 1° metade do século XX (1896-1947), In *A Mulher na Sociedade Portuguesa - Visão Histórica e Perspectivas Actuais, Actas do Colóquio*, Câmara Municipal da Moita, Moita, 2001, pp. 239 a 260.

781 "*Da valorização da pátria levada ao exacerbamento no fim do século XIX pelo republicanismo, passa-se à valorização da mulher, sobretudo da mãe, nessa pátria em ponto pequeno que é a família, o lar. E, neste jogo complexo e subtil de associações inconscientes em que a pátria se transfigura numa mulher e em que cada mulher se esconde a pátria , ambas, porque mulheres, parecem participar de um destino comum, ou pelo menos paralelo.*

Destino paralelo e também concentração simbólica. O progresso da sociedade, tal como este é entendido pelo pensamento saint-simoniano de uma

4. Educação e Progresso – A Missão dos Intelectuais

"Só ficaria, por fim, um último quadro a traçar, o das nossas esperanças, dos progressos que estão reservados às gerações futuras e que a constância das leis da natureza parece assegurar-lhes. Seria preciso mostrar, nele, através de que graus aquilo que nos parece hoje esperança quimérica deve sucessivamente tornar-se possível e até fácil; por que razão, apesar dos êxitos passageiros dos preconceitos e do apoio que recebem da corrupção dos governos e dos povos, somente a verdade deve obter um triunfo verdadeiro; e por que laços a natureza uniu indissoluvelmente os progressos das luzes e os da liberdade, da virtude, do respeito pelos direitos naturais do homem; e como os únicos bens reais que possuímos, embora tantas vezes separados que se julgou mesmo a considera-los incompatíveis, devem, pelo contrário, tornar-se inseparáveis, desde o momento em que a luzes tenham atingido um certo nível num maior número de nações ao mesmo tempo; e em que tenham penetrado a massa inteira dum grande povo, cuja língua fosse universalmente difundida e cujas relações comerciais abarcassem toda a extensão do globo. Uma vez já realizada esta unificação em toda a espécie de homens esclarecidos, entre eles

---

caminhada sempre ascendente, cujo o pólo de atracção está no futuro, acompanha – ou é acompanhado – pela valorização crescente do papel social das mulheres", In, VAQUINHAS, Irene (2000), 'Senhoras e Mulheres' ..., op. cit., p. 41.

só se contaria, desde então, com amigos da humanidade ocupados, de comum acordo, em celebrar o seu aperfeiçoamento e a sua felicidade."[782]

(Antoine-Nicolas de Condorcet, 1743-1794)

Para quem, como Bruno, nasceu entre a publicação da obra *Hipótese de Desenvolvimento* (1852) de Herbert Spencer (1820 – 1903) e a *Origem das Espécies* (1859), de Charles Darwin (1809-1882) seria natural ficar marcado pela euforia evolucionista que então se vivia. A *biofilosofia* nascia assim, fruto dos novos conhecimentos, tendo entre os defensores alguns dos quais Bruno se iria inspirar para a construção da *Teurgia da Redenção* - resposta metafísica às reflexões sobre a decadência e o progresso nacional, - tais como Herbert Spencer (1820-1903)[783], Eduardo de Hartmann (1842-1906)[784], Henri Bergson (1859-1941)[785] e Fredrich Schelling (1775-1854)[786].

---

782 CONDORCET, A. N. de (1804), *Esquisse de um Tableau Historique des Progrès de l'Espirit Humain*, cit in GARDINER, Patrick (1964), *Teorias da História*, Ed. Caloust Gulbenkian, 3° ed., Lisboa, 1984, p. 65.

783 O pensador inglês Herbert Spencer (1820-1903) pretendeu estender os conceitos de evolução a outras áreas (sociologia, ética e política), que não apenas a da biologia, defendendo a transmissão dos caracteres do adquiridos mesmo na ordem moral. As consequências sociais da sua filosofia levaria que, por motivo da selecção natural, os mais fracos socialmente, os pobres, seriam eliminados. A suas obras principais sobre esta temática são a já citada *Hipótese de Desenvolvimento (1852), e Les Primiers Principes (1902).* Spencer formulou a lei do desenvolvimento embrionário (epigénese). Segundo esta o desenvolvimento embrionário consistia na passagem de uma homogeneidade primordial, a um estado terminal de heterogeneidade, através de uma diferenciação progressiva. Ela acabaria aplicando esta lei do desenvolvimento epigenético a uma fórmula filosófica universal. Ver PEREIRA, Ana Leonor (2002), *Darwin em Portugal (1865-1914). Filosofia. História. Engenharia Social*, Ed. Almedina, Lisboa, 2002, p. 47.

784 A teoria do filósofo alemão Eduardo de von Hartmann defendia o carácter irracional do desenvolvimento do inconsciente, salvaguardando que a libertação da

vontade se alcançaria mediante a consciência, através da via do progresso cultural. A sua principal obra foi *A Philosophie de L'Inconscient* (1877). Sobre Hartmann e a influência deste em Bruno ver CARVALHO, Amorim de (1960), "Sampaio Bruno e Eduardo de Hartmann", in, *O Positivismo Metafísico de Sampaio Bruno ...*, op. cit, pp. 135 a 206.

785 O filósofo francês Henri Bergson (1859-1941) criou a *filosofia de vida* baseando-se na intuição que, segundo ele seria o único a não falsear o impulso criador, ou *elán vital* , que estava na base da evolução criadora. Principal obra sobre esta matéria é L'Evolution *Créatrice* (1907). Bergson, que foi um dos mais prestigiados professores do Colégio de França, ganharia o Prémio Nobel em 1927.

786 Fredrich Wilhelm Joseph Von Schelling (1775-1854), filósofo alemão que foi um dos expoentes do idealismo romântico. Para ele a natureza não era o oposto ao *eu* mas um organismo vivo e activo, uma tendência infinita que se explicava a partir da oposição dialéctica dos contrários. A arte, ao se manifestar a divindade presente na consciência e nas coisas, é a forma mais perfeita da intuição intelectual, pois incluía o absoluto. Este autor haveria igualmente de influenciar Sampaio Bruno na construção da sua teodiceia, relativamente à essencial questão da *queda primitiva*. Isto mesmo diz Manuel Ferreira Patrício:

"Schelling influi poderosamente no nosso José Pereira de Sampaio. É em Filosofia da Religião, de 1804, que encontramos em Schelling a clara influência do neoplatonismo. Aí se confronta o grande filósofo alemão com o problema do mal, problema que será de igual modo capital tanto para Sampaio Bruno como para Leonardo Coimbra. Para explicar e mal recorre Schelling à ideia de Jacome Bohme de uma 'queda cósmica'(ideia que é parte fundamental do esquema teodiceico de Sampaio Bruno). Só uma violenta separação do absoluto pode explicar a origem do mundo material. Com efeito, no pensamento de Schelling, não há transição contínua do absoluto para o real, pelo que a origem do mundo sensível só é pensável como uma completa ruptura do absoluto, à maneira de um salto, inopinado. Este salto, esta queda, é a criação, a qual não ocorre no tempo, mas é eterna, fora de todo o tempo, como o próprio absolutop e o mundo das ideias." In PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1994), A Pedagogia de Leonardo Coimbra ., op. cit., p. 331.

Mas o conceito de progresso, associado à ideia de evolução, não era, apesar disso, radicalmente novo[787]. O Iluminismo tinha constituído o progresso como sinónimo da evolução humana, sustentado no optimismo antropológico que o "bom selvagem" de Rousseau popularizaria doravante, até às idades futuras[788].

A perseguição de uma felicidade terrena[789] assentava num contínuo de conquistas, cujo corolário era a liberdade, e o principal argumento o saber. O conhecimento, como factor de emancipação, elevaria à categoria principal a cultura e a educação dos povos. O saber liberta, diriam por outras palavras Kant (1724-1803) e Condorcet (1743-1794), e com eles a maioria dos intelectuais europeus, momentaneamente conjugados num dos mais ambiciosos projectos de educação pública alguma vez montado: a *Encyclopédie ou Dictionaire Raisonné des Sciences des Arts et des Métiers* (1750-1759)[790].

---

787 Os conceitos de progresso e civilização surgem nas línguas francesa e inglesa a meados do séc. XVIII, nessa época se estavam publicando também as obras de Montesquieu, Voltaire e Gibbon onde a ideia de decadência ocupa uma grande centralidade, cuja referência é muitas vezes Império Romano. Muitas das ideias sobre as causas da decadência do Império Romano acabaram por estar presentes na historiografia portuguesa oitocentista, Ver MATOS, Sérgio Campos (1998), *Historiografia e Memória Nacional* ..., op. cit., p. 353.

788 "*O século XVIII quase que monopolizou a glória dum critério cosmopolita, compreendendo na fraternidade duma disciplina critica universal a todas as gentes, sem distinções e sem prevenções, e, para isso, teve preliminarmente de desembaraçar o caminho duma questão que o impedia com um tropeço que convinha superar; e estava em assentar, duma vez por todas, que o homem não era nativamente mau*", in OMP, p. 51.

789 HAZARD, Paul (s/d), "A Felicidade", in, *O Pensamento Europeu no Século XVIII*, Ed. Presença, Lisboa, 1983, pp. 23 a 33.

790 *Encyclopédie ou Dictionaire Raisonné des Sciences des Arts et des Métiers*, (articles choisis), Discours Péliminaire, par D'Alambert (texte integral), Chronologie,

As preocupações educativas estavam omnipresentes em quase todas as vertentes filosófico-políticas de então. De facto, para o escol de filósofos a educação, superior à instrução, implicava a autonomização intelectual do aluno enquanto ser humano em desenvolvimento. Na verdade, quer para Rousseau, Kant, ou Condorcet, importava muito mais "ensinar a pensar" do que "ensinar pensamentos"[791], numa crítica explícita à pedagogia escolasticizante dos séculos anteriores. O progresso do espírito humano, fundado na educação, seria a via de emancipação da humanidade. Era este o *leit motiv* da ilustração, tal como o refere Kant neste excerto da *Pedagogia* (1803):

"É arrebatante imaginar que a natureza humana se desenvolva cada vez melhor mediante a educação, e que esta possa adquirir uma forma adequada para a humanidade. Isto nos abre a perspectiva de um futuro género humano mais feliz."[792]

A humanidade tinha, pela primeira, vez um objectivo a perseguir: a sua libertação, mas essa libertação radicaria na educação, e para desempenhar essa tarefa de ilustração, essa mesma humanidade irá confiar num grupo, não de imperadores, papas, reis ou chefes, mas de pensadores: os ilustrados seriam os *condottieri* dos novos tempos, os intelectuais de um futuro breve.

Bruno cresceu e viveu numa época marcada por estas ideias. O capital ideativo do Iluminismo do séc. XVIII transitara para os vários liberalismos, republicanismos e socialismos do séculos XIX e XX. O património ideológico

introduction et bibliographie par Alain Pons, Publié avec le concours du Centre nacional des Lettres, Flamarion, Paris, 1986.

791 KANT, Emmanuel (1803), *Pedagogía*, trad. de Lorenzo Luzuriaga e José Luís Pascual, Prólogo y notas de Mariano Fernández Enguita, 2ª ed., Akal / Bolsilho, Madrid, 1991.

792 Tradução da autora de KANT, Emmanuel (1803), *Pedagogía...*, op. cit., p. 20.

e intelectual de Sampaio Bruno foi, portanto, marcado pelo paradigma progressista-evolucionista, presentes na sua Teurgia da Redenção, bem como pelo papel do intelectual enquanto educador popular, bem visível na sua militância publicista.

Iremos analisar todos estes aspectos da seguinte maneira: em primeiro lugar trataremos da ideia de educação como factor de compreensibilidade da evolução humana nas suas duas vertentes, de **Teurgia da Redenção**, e a de **Filosofia da História**. E em segundo lugar abordaremos a ideia de ***demopedia***, enquanto **Missão dos Intelectuais**, construindo o conceito tal como nos aparece no séc. XVIII e XIX, e fazendo-o posteriormente convergir para o imagético que Bruno destaca aos **Intelectuais da História Portuguesa** – os "Cavaleiros do Amor" - os heterodoxos da sua *teosofia da libertação.*

4.1. E no Fim seria o Verbo - A Teurgia da Redenção

É impossível compreender a ideia de Educação em Sampaio Bruno sem descer aos alicerces do seu pensamento ôntico. Na essência, o seu projecto filosófico assenta, todo ele, numa dimensão dinâmica de "ascensão na convergência do retorno"[793], para o qual procura recuperar a metafisica do labirinto que o racionalismo e o positivismo a tinham lançado. Recusará, assim, as soluções simples do monismo bem como a do dualismo cartesiano, preferindo antes, como refere Pedro Calafate, a solução de um *saber misto*, não exclusivista, na procura dos fins últimos: do enigma de Deus, do Mal e do Bem e do papel do Homem, como criatura de um universo diminuído, porque

793 CALAFATE, Pedro (1993), "A Filosofia da História em Sampaio Bruno", in *Colóquio Antero de Quental dedicado a Sampaio Bruno*, Aracaju, 1995, p. 18. A maior parte dos artigos publicados nesta edição seriam também no Vol. XV da Revista *Nova Renascença*, também em 1995.

separado do seu criador.

Justamente, a crítica ao positivismo baseava-se na ideia deste sistema ser incapaz de responder aos problemas acima enunciados, e que por tradição intelectual haviam sido pelouro da teologia e da metafísica, destronada anteriormente pelo racionalismo cartesiano.

Como se sabe Bruno, faria parte, juntamente com Antero de Quental, Domingos Tarroso (1860-1933)[794] ou José Maria da Cunha Seixas (1836-1895)[795], entre outros, desta corrente criticista responsável pela renovação do pensamento espiritualista em Portugal. A denúncia era feita ao dogmatismo positivista - não ao *positum*, isto é, à exterioridade do real - porque conduzia à negação das explicações metafísicas, numa auto-suficiência dogmática que se revelava um sério obstáculo a renovação mental exigida pelo progresso científico. Para esses pensadores o positivismo era, assim, insuficiente como resposta às indagações ontológicas que poderiam revelar os aspectos mais

---

794 Natural de Ponte de Lima, Domingos Tarroso foi, tal como Bruno, um autodidacta precoce que aos 21 anos esboçou um sistema filosófico que, apesar de se opor ao positivismo, colocava a metafísica ainda na dependência do cientismo. O seu pensamento, particularmente estudado na época, caracterizou-se por um monismo materialista, pessimista e céptico que se resolve numa cosmogonia evolucionista, de pendor retornista na linha de Eduardo de Hartmann. A sua principal obra sobre esta questão foi a *Filosofia da Existência – Esboço Sintético duma Filosofia Nova* (1881).

795 Formado em Direito na Universidade de Coimbra em 1864. Concorreu a um posto de docência do Curso Superior de Letras, tendo sido preterido a favor de Consiglieri Pedroso, um discípulo de Teófilo Braga, justamente pelas suas posições anti-positivistas. O seu sistema filosófico, denominado pantiteísmo partia da intuição matricial de que Deus estava em tudo, construindo-se com base numa ontologia e metafísica pluralista, cujo vértice era o Absoluto e o dinamismo orientado por uma teologia do Bem que se haveria de repercutir nos planos históricos, jurídicos e antropológicos. O seu sistema está disperso pelos seus vários livros, mas foi completamente apresentado na obra póstuma *Princípios Gerais de Filosofia da História* (1878), *O Pantiteísmo na Arte* (1883), *Os ensaios de crítica filosófica* (1884), *Tratado de Filosofia Elementar* (1887), *Princípios Gerais de Filosofia* (1897).

metafísicos e recônditos da "alma portuguesa", sem os quais eram insuficientes as respostas que exigiam daqueles (eles mesmos) que se preocupavam com a regeneração e o progresso pátrios. Antero, numa carta em resposta a Domingos Tarroso, sobre o juízo que este tinha feito do positivismo, lamentava:

"A sua maneira de julgar o positivismo é a de toda a gente que sabe pensar, e concebo a sua irritação ao contemplar a epidemia positivista que por aí lavra, mas devemos considerar que, com a nossa total inexperiência filosófica e a nossa educação francesa e superficial, aquele resultado era inevitável. O positivismo, como todas as coisas banais, e particularmente as banalidades francesas, parece claro, simples e capaz de explicar tudo: não pede, além disso, esforço algum de inteligência para ser compreendido. É finalmente cómodo como todos os dogmatismo."[796]

A ideia da renovação da metafísica, expurgada das extrapolações palavrosas, preparada para arguir velhos problemas com novas questões, é uma das mais arrojadas tarefas que a filosofia então se propunha. Pondo cobro, segundo Antero e Bruno, à "lamentável penúria Lusitana em matéria filosófica"[797], levando ao espanto de mestres e pedagogos, "desvairados pela

---

796 Cit. in CATROGA, Fernando (2001), *Antero de Quental. História, Socialismo, Política*, Ed. Notícias, Lisboa, 2001, p. 15.

797 É bem conhecido o texto de abertura do primeiro capítulo da *Ideia de Deus* (1902) denominado justamente, "Filosofia e Metafísica":

"Nunca os portugueses mostraram queda para as altas especulações filosóficas, e a metafísica à nossa gente pareceu sempre ludíbrio fátuo de celebrações senão já de raiz mórbidas, perturbadas, contudo, na normalidade clara duma pachorrenta irrigação sadia. Não impediu esta originária indisposição, estrutural, de natureza e essência, que, à laia do demais, como dever de ofício e encargo de profissão, nas aulas públicas, de todo o tempo, se lesse, entre nós, de filosofia e que até pretendesse o engenho pátrio, de onde a onde, aqui ou aliança premiar-se à região vaga das

semi-reflexão e confiança das vítimas"[798] (os alunos), quando alguém (como Luís António de Verney), lhes viesse dizer o quão decaída andava a "mente culta lusitana"[799].

Neste aspecto merece destaque a coragem intelectual de Bruno, exercida num ambiente hostil, dominado pelas explicações positivistas e pelo cientismo. Andar no arame, verdadeiramente, é o que se pode dizer da atitude metal de Bruno, e de outros como ele que, não querendo seguir a vetusta metafísica escolástica que combatiam, também não aceitavam os exclusivismos científico-positivos da ideologia cultural dominante.

A reacção de Bruno contra o ambiente positivista da época foi já abundantemente estudada por Álvaro Ribeiro[800], vendo aí, o autor, a marca de um pensamento genuinamente português[801], ou Amorim de Carvalho que logrou defender o pensamento brunino como um aparentemente paradoxal "positivismo metafísico"[802], e mais recentemente por Joel Serrão e Manuel Gama[803].

---

cogitações metafísicas, que em regra, uma invencível, preguiçosa antipatia formalmente sentenciara e categoricamente condenara." In, AID, p. 1.

798 Idem, ibidem.

799 Idem, pp. 1 e 2.

800 RIBEIRO, Álvaro (1947), *Sampaio (Bruno)*, Prefácio e selecção de ..., Antologia do Pensamento Português, Edições do SNI, Lisboa, 1947; *Os Positivistas. Subsídio para a História da Filosofia em Portugal*,Edições do SNI, Lisboa, 1951.

801 RIBEIRO, Álvaro (1956), "Sampaio Bruno, fundador da filosofia portuguesa", in *Estrada Larga – Antologia do Suplemento de Cultura e Arte de O Comércio do Porto*, Organização de Costa Barreto, Vol. I, Porto, 1956, pp. 271 e 272.

802 CARVALHO, Amorim de (1960), *O Positivismo Metafísico de Sampaio Bruno*, Colecção Lusíada, Ed. Fundação Lusíada, Lisboa, 2001.

803 SERRÃO, Joel (1958), *Sampaio Bruno* ..., op. cit., pp. 70 a 81; e GAMA, Manuel da (1994), *O Pensamento* ..., op. cit., pp. 95 a 114,

Na sequência do seu artigo publicado no *Museu Ilustrado* em 1878[804], *O Brasil Mental* (1898), vinte anos depois, insistirá na condenação da filosofia e da moral positivista, que em nome da ciência se propunha organizar a mais odiosa das tiranias[805]. Ideias que sempre defendera, como a autonomia do indivíduo, igualdade civil e política, abolição da pena de morte e por aí adiante são, segundo ele, negadas pelos positivistas. Por outro lado, também, a construção da religião positiva, imitando na arquitectura o edifício católico, lhe pareceu uma total aberração, tanto mais quando a espiritualidade estiolava à sombra de tal edifício que não se compadecia, sequer, com a resolução de problemas fundamentais como o da existência de Deus[806].

Orlando Taipa, apesar de reconhecer que muitos dos argumentos utilizados contra o positivismo não foram da autoria de Sampaio Bruno, não tem dúvidas em assumir as consequências que esta crítica teve como esforço reflexivo relevante para a História das Ideias em Portugal [807].

---

804 "A Propósito do Positivismo", in *Museu Ilustrado – Álbum Ilustrado*, Tipografia Moderna Comercial Portuense, 1° ano, Porto, 1878, fasc. 3 a 12. Ver capítulo 3.2. da I Parte: Pedro de Amorim Viana (1822-1901) – "o mestre dos mestres".

805 TAIPA, Orlando (1955), *Sampaio Bruno – Alguns aspectos do seu pensamento*, Edições SER, Vila do Conde, 1955, p. 86

806 Idem, pp. 64 a 77.

807 "*Se, como dissemos, a crítica não tem importância pela originalidade, adquiria quando considerada no que revela do próprio pensamento, sem falar da importância que tem na história das ideias em Portugal, pois que é a mais completa e pertinente saída da pena de um escritor português.* " in, Idem, p. 87. As principais fontes anti-positivistas de Bruno foram, além de Maximilien Paul Emile Littré (1801-1881), que se demarcou dos dogmas da Religião da Humanidade que Comte houvera desenvolvido na parte final da sua obra, incompatíveis com as ideias sensualistas e agnósticas defendidas por este autor; Charles Pellarin, G. Tiberghien, E. Poitou, Mme. Clémence Royer, entre muitos outros, onde se prefiguravam os portugueses Oliveira Martins e Couceiro da Costa. Ver GAMA, Manuel da (1994), *O Pensamento* ..., op. cit., pp. 106 e 107.

Como já foi analisada, a via gnoseológica que Sampaio Bruno perseguira, inspirara-se nas teorias evolucionistas de Herbert Spencer (1820-1903), Eduardo de Hartmann (1842-1906) e Henri Bergson (1859-1941), bem como na enigmática doutrina da "reintegração dos seres", difundida pelo igualmente misterioso *taumaturgo ibérico*, Pascoal Martinez (séc. XVIII)[808].

Será através da sua triologia fundamental - *O Brasil Mental* (1898), *A Ideia de Deus* (1902) e *O Encoberto* (1904) – que Bruno explanará a sua Teurgia da Redenção. Um teoria trifaseada, cujo último momento é justamente o da redenção no retorno: "o espírito da homogéneo e puro que foi e há-de voltar a ser"[809], revelando já alguma coisa dessas "saudades do futuro" de que nos falaria Fernando Pessoa.

---

808 Pascoal Martinez, ou Martínez Pascoal, como lhe chama Menendez Pelayo, também conhecido como o "filósofo desconhecido", viveu nos finais do século XVIII, sendo de facto uma figura bastante enigmática, de que Bruno falará n'*O Encoberto* (1904) pp. 292 e ss.. Foi um fundador da seita mística dos "Martinistas", continuada depois por Louis Claude de Saint-Martin. Baseava a sua teoria emanentistas, consagrada na obra , *Tratado de la reintegración de los seres en sus primeiras propriedades, virtudes y potencias espirituales y divinas*, publicada parcialmente em 1801, totalmente em 1899. Neste defende a teoria da emanência na qual seres espirituais comunicavam com os homens. Contudo, estes seres espirituais, "instigados pela soberba e pelo espírito maligno" haveriam de tentar imitar Deus. Este castiga-os e desterra-os para zonas do "universo físico". A *queda* destes implicaria a queda do homem de todas as criaturas, que desde aí procuram a *reintegração*, ou seja, reunir o que foi dividido. Para tal Pascoal Martinez aconselhava a "purificação espiritual e certas práticas teúrgicas". Ver MENENDEZ-PELAYO, D. Marcelino (1880-1882), *História de los Heterodoxos Españoles – Regalismo y Enciclopédia. Los Afrancesados y las Cortes de Cádiz. Reinados de Fernando VII e Isabel II. Krausismo y Apologistas Católicos*, 2ª ed., Prólogo de Arturo Farinelli, Editorial Porrúa, México, 1998, pp. 226 a 232. Ver ainda CARVALHO, Amorim de (1960), " Sampaio Bruno e Martínez Pasqualis", in *O Positivismo Metafísico* ..., op. cit., pp. 209 a 216.

809 AID, p. 343

4.1.1. Bruno – "Filho de um Deus Menor"

A cosmogonia brunina desenhava-se assim: no início existia o homogéneo uno, Deus e Universo, a *queda* precipitara o afastamento de ambos, o homogéneo transformara-se em heterogéneo, Deus afastara-se do Universo, e como tal do Homem e das Criaturas. O Mal nascera desta separação, permanecendo desde aí a nostalgia da unidade. Assim, Deus é para Bruno omnisciente, mas não omnipotente[810]. Deus tem conhecimento do Mal, mas não é por ele responsável. O Mal houvera sido precipitado no mundo depois dessa queda primitiva.

José Marinho diria mesmo que Leonardo Coimbra (1883-1936) interpretara todo o pensamento de Bruno como a metafísica do Mal e a sua redenção[811]. A *teurgia profética* (segundo conceito utilizado por J. Marinho[812]), era assim enunciada no final de *A Ideia de Deus* (1902) :

"No princípio era a Perfeição, o espírito homogéneo e puro. No segundo momento, mercê do efeito dum mistério, temos o espírito diminuído e a seu par a diferença que se tornou heterogénea. Assim, três são os instantes supremos do crescimento. Um: é o espírito homogéneo e puro, que foi e há-de voltar a ser. Eis o ponto de partida e eis o ponto de chegada. Outro: é o espírito puro mas diminuído actualmente, pelo destaque separativo do Universo, que aspira a regressar ao homogéneo inicial."[813]

---

810 AID, p. 348.

811 MARINHO, José (1957), "Deus e Redenção em Bruno", in *Estrada Larga – Antologia do Suplemento de Cultura e Arte de O Comércio do Porto*, Organização de Costa Barreto, Vol. III, Porto, s/d, p. 84.

812 Idem, p. 87.

813 AID, p. 343.

A Teurgia, e não teologia, como diz Pedro Calafate[814] remete pois para um presente de nostalgia do passado, que se realizará num futuro mercê da missão redentora do Homem. O fim último do Homem é justamente eliminar o Mal, o Mal como consequência da separação ontológica[815]. Um dever para com toda a natureza, não apenas para com os outros homens, mas para com todas as criaturas, recusando Bruno a tradicional visão antropocêntrica na intenção dos fins, visto que nos princípios, é ao Homem que cabe esta missão de *herói da humanidade*, numa lógica cara aos filantropismos do séc. XVIII e XIX.

O homem, libertando-se a si e aos seus irmãos, contribuirá para a libertação universal, passo fundamental para a reintegração na unidade homogénea primitiva, cúpula finalista da Teurgia da Redenção de Sampaio Bruno. José Barata Moura notará que, ontológicamente, o esquema proposto por Sampaio Bruno parecia recuperar um certo emanatismo neoplatonizante,

---

814 CALAFATE, Pedro (1993), "A Filosofia da História em Sampaio Bruno", op. cit., p. 16.

815 "*Verdadeiramente levitado pela ansiedade de compreensão mística, o pensador tenta em palavras breves e por vezes tocadas de temeridade, explicar o mistério do mal.*

Bruno nem aceita o dualismo teísta, nem o ateísmo, nem o panteísmo, nem o monismo espinozista ou nirvânico, nem o monismo dialéctico. Seu pensamento é profundamente teodiceico, mas 'sui generis'. A análise da prova ontológica [...] *convence-o da sua fragilidade ; a prova da ordem física do mundo afigura-se-lhe inconsistente; a da necessidade de uma primeira causa, artificiosa e escorregadia. A única comprovação que o comove e ilumina é a experiência viva do 'mistério'*". In, DIONÍSIO, Sant'Anna (1957), "A Teodiceia de Bruno", in *Estrada Larga – Antologia do Suplemento Cultura e Arte do Comércio de O Porto*, Organização de Costa Barreto, Vol. III, Porto Editora, Porto, 1957, p. 82.

onde a ênfase fundamental surge colocada no processo de retorno[816]. Assim era.

O que a Bruno interessava era de facto o progresso humano, que consistia em realizar na ordem social a trindade revolucionária , propagada que fora por Saint-Martin, apóstolo da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade[817], fazendo, como avança Bruno "da luta pelo presente um tributo devido pela honra do futuro"[818].

Qual era pois o fim do homem ? Não era sofrer, como previa a doutrina pessimista cristã, nem a felicidade, como pretendia o pensamento materialista. A resposta vem ainda nas páginas de *A Ideia de Deus* (1902):

"Não que nos seduza a expectativa de felicidade. Porque o fim do homem não é esse. O homem não está neste mundo nem para saber nem para gozar. É o engano comum do espiritualismo e do materialismo, do idealismo e do positivismo, do deísmo e do ateísmo. Paralelamente, o engano da religião (cuja índole intrínseca é o positivismo) consiste em supor para a criatura o carácter fixo do sofrimento).

Nem para padecer, nem para folgar veio o homem ao mundo. [...]

Porque o desfecho e remate de homem não é gozar, repita-se. Se o mundo não existe para que o homem o saiba, odioso seria fantasiar que o Universo continua subsistindo para que o desfrute o homem. Este erro antropocêntrico é a imoralíssima moral dos filósofos evolucionistas, aqueles aliás que mais bradam a advertir-nos da ilusão antropocêntrica, quando perante eles o problema pendente se manifeste teológico ou metafísico.

---

816 MOURA, José Barata (1996), "Tópicos para um panorama da filosofia em Portugal no século XX", in *Estudos de Filosofia Portuguesa*, Col. Universitária, Ed. Caminho, Lisboa, 1998, p. 254.

817 SERRÃO, Joel (1958), *Sampaio Bruno* ..., op. cit., p. 93.

818 AQR, p. XXII.

O fim do homem neste mundo é libertar-se a si, libertando os outros seres."[819]

Um pouco mais adiante Sampaio Bruno especifica essa missão redentora do homem, constituído em verdadeiro *herói da humanidade*:

"*Não foi Tolstoi. Quem encontrou a palavra do enigma foi o poeta alemão Novalis. Novalis escreveu que: - 'o fim do Homem é ajudar a evolução da Natureza'. Esta palavra vai até ao fundo do abismo. Nunca nenhuma assim sublime brotou de lábios inspirados. 'O fim do Homem é ajudar a evolução da Natureza'.*

Como ? Trabalhando, para saber, a fim de poder. E, podendo, cumpre-lhe esquecer-se, não acreditando, em soberbia, como até aqui, que a decifração dos mistérios é para que a sua curiosidade se satisfaça; para que, redundantemente, seus prazeres aumentem. O homem tem de dar contas do supremo dever que lhe incumbe, o dever para com a natureza inteira. Libertando-se a si, libertando os seus irmãos de espécie, ele contribuirá já para a libertação universal."[820]

Aceitando o que do evolucionismo podia concorrer para a sua Teurgia da Redenção, a ideia de progresso, portanto de evolução positiva tal como a defenderam os homens do século XIX, rejeitava daqueles as precipitadas finalidades propostas, como a felicidade ou os fins puramente biológicos para os quais apelavam o lamarkismo ou o darwinismo, por exemplo. A ideia de progresso em Sampaio Bruno estava, de facto, muito mais próxima de "progressão do espírito humano" que Condorcet ou Emanuel Kant haviam defendido, do que dessa ideia de evolução biológica ou física que implicava conceitos como luta pela vida, raça, hereditariedade, selecção natural utilizado por evolucionistas naturalistas. A raiz biológica da evolução chocava com os

819 AID, p. 349.

820 AID, p. 351.

seus fins.

Retirava, então, a ideia de progresso, as leis, a evolução da metafísica positiva era sujeita a leis, inspirada na faseologia da "Lei dos Três Estados" comteana, mas que para Bruno se perdiam num espaço e num tempo, "sem deslizar dos lemas generalizantes da ontologia para os teoremas científicos"[821] que não regulava , ou seja, não pactuando nem com os dogmas teológicos, nem com os princípios das leis científicas ou sociológicas que Comte e toda uma linhagem depois dele definira[822].

"A reorganização prévia das opiniões e dos costumes constitui a única base sólida sobre a qual possa efectuar-se a regeneração gradual das instituições sociais, à medida que o espírito público for adoptado livremente os princípios fundamentais do regime final ao qual tende o conjunto do passado da elite da humanidade. Assim, a sadia instrução popular torna-se hoje a primeira condição do verdadeiro carácter apropriado para o término orgânico da grande revolução. Esta necessidade é compreendida sobretudo pelos próprios operários que, apesar da admirável espontaneidade de seus nobres instintos, percebem o quanto a cultura sistemática é indispensável para isso.

Do acordo com um duplo direito, agora incontestável, ao livre ensino e à livre associação, venho pois anunciar a recente fundação de uma Associação independente que, sob a divisa característica 'Ordem e Progresso', desempenhará, tanto quanto possível, tal função social."[823]

Bruno não podia concordar com a tese cultural elitista exposta neste

821 AID, p. 178.

822 Veja-se o capítulo Contingente e Necessário de *A Ideia de Deus* (1902), pp. 161 a 215.

823 COMTE, Auguste (1830), "Ordem e Progresso – Associação Livre Para a Instrução Positiva do Povo em todo o Ocidente Europeu", in *Discurso Sobre o Espírito Positivo*, Martins Fontes Editora, São Paulo, 1990, pp. 105 e 106.

texto de Augusto Comte. Se bem que perfilhasse a ideia de revolução cultural subjacente. A educação proveria a cultura de todos, a emancipação seria colectiva ou não seria. Como se acabariam as tutelas se assim não fosse ?

"*A causa desta anomalia* [anarquia mental que leva à contra-revolução, refere ao caso da França*] é a mais simples; ela consiste e procede, funda-se e consubstancia-se com a ignorância do povo* [...] *O Estado, volvido então de explorador da massa no seu fiel serviçal, fará a educação popular e criará destarte, gerações amadurecidas pela ciência e pela ciência adquirindo o grau de robustez cerebral que habilita o homem a prescindir de mestres que o levem pela mão, pois se acha desde logo no caso de marchar sozinho.*

Então não se percebe mais a necessidade do grande homem; a sua existência não será uma fatalidade social e o povo não continuará à mercê das catástrofes individuais, o que é a negação mesma da democracia."[824]

Tal como na construção do seu ideário político-ideológico, Bruno recusava as posições extremas, produzindo em alternativa uma teoria (e praxis) política-ideológica que buscava conciliar o futuro com passado histórico, ou seja, Progresso com a Tradição[825].

Fosse como fosse, esse sincretismo filosófico, o progresso e evolução continuavam sendo duas ideias chave do pensamento de Sampaio Bruno. Nelas o Homem jogava o papel principal. Cabia à criatura ajudar o criador, que diminuído pela separação, aguardava o tempo sem tempo da redenção universal, onde a "homogeneidade do absoluto será"[826], numa odisseia cósmica que de longe nos lembra modernas teorias como a do "big bang" inicial, ou dos "buracos negros".

---

824 NE, pp. 334 e 335, e também CARVALHO, Amorim de (1960), *O Positivismo Metafísico* ..., op. cit., pp. 116 e 117.

825 Ver capítulo 4.4.3.: "A República de Afonso Costa – " Um franquismo de barrete frígio", na I Parte deste trabalho.

826 Tal é a forma como termina *A Ideia de Deus* (1902), ver AID, p. 361.

O comunicação entre o Homem e Deus faz-se, segundo Bruno, através de *seres angélicos*. Pensador profundamente místico, teriam total cabimento na sua Teurgia da Redenção, os anjos, a revelação, os milagres e a oração[827].

"Agora compreende-se a Providência e o milagre passa a ser racional, como a oração se antolha que resulte eficaz. A oração é a aspiração do espírito alterado para o espírito puro; subordina-se a uma lei transcendente de atracção. O milagre é a emanação que impulsiona o espírito alterado a avançar na libertação. A Providência é o concurso do espírito puro diminuído com o espírito alterado para, pela libertação deste, se completar, reintegrando-se o absoluto."[828]

Tudo se passa como se estabelecesse uma espécie de "fraternidade misteriosa" entre os *seres divinos* ou *angélicos*, os homens e animais, Deus e Universo, enfim, no trabalho de redenção que a todos envolveria[829]. Esses *seres espirituais superiores* revelariam ao homem, de tempos a tempos, o futuro. Profecias, sinais, códigos transmitidos aos homens (os eleitos) por *anjos espirituais* que, constituídos em sociedades secretas (pelas quais Bruno tanto interesse revelou), fariam derramar esses conhecimentos pelos seus conterrâneos através da educação.

Esta perspectiva implica uma visão escatológica da cultura e da educação, na medida em que no seu âmago se profetizam os fins últimos da humanidade (a redenção como reintegração do Universo em Deus): a unidade. A missão, acometida a alguns intelectuais (Cavaleiros do Amor), tinha como fim a libertação universal, constituídos os eleitos em profetas do progresso, ideia que já adiante iremos analisar.

---

827 BRAGA, José Teixeira (1915), "A Unidade de pensamento em Sampaio Bruno", in *A Águia – Órgão da Renascença Portuguesa*, Vol. VIII, 2ª série, Porto, Agosto-Dezembro de 1915, p. 185.

828 AID, pp. 347 e 348.

829 MARINHO, José (1957), "Deus e Redenção em Bruno", op. cit., pp. 85 e 86.

"A quarta conclusão é que a predeterminação do Universo é conhecida por seres espirituais superiores a nós e existindo fora de nós, mas que, quando o queiram ou lhes seja cometido (que sabemos a propósito ?), no-la podem comunicar, fazendo-nos conhecer com antecedência o – necessitado e libertado – futuro, pelo que toca, restritamente, a certo ou certos dos episódios constituitivos desse porvir. Logo, a angeologia é intuição positiva e a profecia é a realidade anómala."[830]

A Teurgia da Redenção radicava assim o seu esforço nas capacidades libertadoras do homem sobre o homem, a quem Deus vinha comunicando a tarefa refractada, porque codificada, de emancipação, utilizando-se para este fim da mediação dos *seres espirituais superiores*. Claro que a leitura pode ser e é também política. A libertação era igualmente uma libertação política, libertação conseguida através do saber: "trabalhando para saber, afim de poder" dirá Bruno dessa incoercível tarefa imposta à humanidade. O conhecimento é o apanágio da liberdade na Teurgia da Redenção. "Sapere aude", houvera dito Kant nesse texto extraordinário : *Was ist Aufklärung* ? (*Resposta à Pergunta: O que são as Luzes?*):

"As Luzes são o sair do homem da menoridade que ele próprio é responsável. A menoridade é a incapacidade de se servir do seu entendimento sem que outro o dirija. O homem é responsável por esta menoridade se a sua causa não está ligada a uma falta de entendimento mas a uma falta de decisão e coragem para o usar fora de uma decisão alheia. 'Sapere aude' ! Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento. Eis a divisa das Luzes.

A preguiça e a cobardia são as razões por que uma tão larga soma de homens, mesmo quando a natureza os emancipou, de há muito, de tutela alheia (naturaliter maiorennes), permanece, entretanto, com muito gosto, em

830 AID, p. 129.

menoridade para toda a vida; e por essa mesma razão é, por demais fácil, a outros exercer a sua tutela sobre eles."[831]

Retira-se daqui um enunciado evidente: para Sampaio Bruno o conhecimento veiculado pela educação, aparece constituído como motor do progresso humano, que de acordo com o seu sistema culminaria com a profética vinda do Paracleto. Um Buda experimentalista e dialéctico, um Cristo cujos aprodígios seriam argumentos, reconhecíveis e compreensíveis por meio de uma teodiceia positiva[832].

" *'Deus existe': a humanidade de amanhã só aceitará esta afirmativa quando para ela essa afirmativa revista o carácter da evidência abstrata das matemáticas, da evidência concreta da físico-química. A crença em Deus cumpre que seja mais do que uma vantagem. A Ideia de Deus cumpre que se torne uma verdade. Acessível, pois, humanamente e humanamente inobjectável. Assim, portanto, as almas têm de reacender-se pelo raciocínio; e a fé há-de emergir do cálculo. Virá um Buda experimentalista e dialectico. Um Cristo virá, cujos prodígios sejam argumentos.* [...]

No tom do movimento universal, o movimento individual, pelo exercício da sabedoria e pela prática da santidade (o que virá então a consistir no mesmo), convergirá idescrepantemente, para a absorção recuperadora. A ressorção do cosmos ultimará a reintegração da unidade do infinito perfeito. Haverá Deus, e um Deus só, e só Deus. [...]

Redimido o diferenciado, na consumação dos séculos, como o foi antes dos séculos: - a homogeneidade do absoluto será."[833]

---

831 KANT, Immanuel (1784), *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung*, Koenigsberg, Prússia, 1784, cit. in PEREIRA, José Esteves (1984), "Kant e a 'resposta à pergunta: o que são as Luzes'", in *História e Filosofia*, Vol. III, INIC, Lisboa, 1984, pp. 160 e 161.

832 AID, p. 358.

833 AID, pp. 358 a 361.

No fim seria o Verbo, como o fora no princípio[834]. O Verbo, a palavra da sabedoria, a ideia consubstanciada, não no dogma, mas no argumento[835]. Numa razão imbuída de Fé, que Bruno agora libertava das peias de um ateísmo céptico e cansado, esgotado em si mesmo, sem força anímica capaz de mover o mecanismo pesado da evolução humana.

4.2. A Filosofia da História em Bruno: A Teleologia do Progresso

A Teurgia da Redenção de Sampaio Bruno, que temos vindo a analisar, na medida em que nos esclarece acerca dos mecanismos e fins da evolução humana, atribui um peso consistente, ao tempo[836] e como tal, ao devir histórico.

---

834 " *Em seu versículo primeiro, o metafísico quarto evangelho debuta dizendo-nos que no princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era com Deus. Na penúria filosófica ou, antes, na opulência virtual da filosofia, é de cuidar que no princípio era o homodénio, e o homogéneo estava com Deus, e o homogéneo era Deus. O homogéneo era infinito e invariável, permanente e contínuo, absoluto e necessário.*" AID, p. 290.

835 Já Antero de Quental, no seu Ensaio sobre as tendências gerais da Filosofia na segunda metade do Século XIX, se propunha o exame das correntes filosóficas alemãs e espiritualistas, para quem de facto *in principio erat verbum*, ou seja a ideia, contra as teorias positivo-científicas francesas que exigiam a prova deduzida da observação da realidade, não induzida, como a filosofia alemã sustentava. Seriam estes os últimos sons do vigoroso combate secular que opunha a filosofia à ciência ? . Ver CIDADE, Hernani (1955), "O Santo Antero", in *O Século XIX – A Revolução Cultural em Portugal e Alguns dos seus Mestres*, Editorial Presença, Lisboa, 1985, pp. 103 e 104.

836 Bruno afirmará mesmo que no *mistério da evolução*, o único factor que nos era acessível seria o Tempo:

Portanto, perfila-se assim nas entrelinhas desta *teodiceia* uma Filosofia da História, que Joel Serrão denominou de "prospectivismo"[837]. Aqui o conceito de liberdade, objectivo último da redenção da humanidade, em torno do qual se estabelecem as prioridades do progresso humano[838], desenha uma espécie de lei do devir histórico, que apesar de nunca plenamente desenvolvido , despontará amiúde nas suas obras. A marcha da História far-se-ia de acordo com os progressos científicos e intelectuais da humanidade que implicavam a derrota das forças obscuras que o clericalismo e o jesuitismo representavam:

"*Acreditamos na derrota final do jesuitismo, primeiro que tudo por um motivo de ordem transcendentemente moral. Pertencendo ao número dos que reputam a história humana governada por uma lei recondita de justiça imanente, cujo desenvolvimento na consciência é o que se chama, sintecticamente, o 'progresso'.*"[839]

É impossível não ver na Filosofia da História presente em Bruno a ideia provencialista, onde tudo se passa como se a humanidade se desenvolvesse de forma ascendente, em direcção a uma "idade ideal", conduzida pelas vozes

---

"[...] *uma única noção nos é acessível deste tipo, para nós existência real e existência lógica; uma única, deste tipo, é, objectivamente e subjectivamente. É o Tempo* [...] *Não é um atributo de Deus. É (como a acessível forma única originária da ideia suprema mesma) Deus." Segundo ele o Tempo puro, que era Deus, houvera-se também alterado (passagem para o heterogéneo - diversidade), chamando-se a partir daí, Espaço*. Ver AID, pp. 290 e 291.

837 SERRÃO, Joel (1958), *O Pensamento* ..., op. cit., cap. 2.3. O Prospectivismo, pp. 110 a 131.

838 PEREIRA, José Esteves (1995), "A Liberdade em Sampaio Bruno", in Revista *Nova Renascença*, Vol. XV, Ed. da Fundação António José de Almeida, Porto, 1995, p. 585.

839 AQR, pp. 396 e 397

desses *seres superiores* a quem por sua vez, *Deus ex-máquina* sopraria farrapos de futuro que seriam transmitidos aos homens.

O conceito de progresso do séc. XIX implicava muitas vezes um juízo de valor positivo. Evoluía-se para melhor, tal como acentua Magalhães Vilhena, a ideia de um progresso que era sinónimo de movimento para a perfectibilidade[840]. Além do mais, estando o homem integrado na natureza, era quase compelido a evoluir com ela, de tal maneira, que as leis do processo histórico foram por muitos consideradas idênticas às leis da evolução natural. Este princípio vitalista da História - a humanidade evoluindo como um organismo vivo - já houvera sido defendido, entre outros, por Johann G. Herder (1744-1803)[841]. Também, como notou R. G. Collingwood em *A Ideia de História,* o progresso "humano seria a substituição do bom pelo melhor":

"*Num certo sentido, chamar evolutivo a um processo natural é a mesma coisa que chamar-lhe progressivo, porque, se uma dada forma específica pode resultar apenas da modificação de uma já estabelecida, o estabelecimento duma dada forma presupõe aquela, de que é uma modificação, e assim por diante.* [...] *É claro que dizer isto não tem qualquer implicação, quanto ao*

840 "*Disse-se primeiro que a ideia de Progresso implicava a ideia de movimento; viu-se depois que esse movimento era orientado no sentido particular que a estimação dos valores numa dada época determina; e reconheceu-se agora, pela leitura de alguns passos de um diálogo célebre, serem esses dois elementos insuficientes para, por si só, definirem o Progresso. E a razão é simples: há ainda uma terceira noção a ter em conta: a da perfectibilidade.*", in MAGALHÃES-VILHENA, Vasco de (1939), *Progresso. História Breve de uma Ideia*, 2ª ed., Col. Nosso Mundo, Ed. Caminho, Lisboa, 1979, p. 73.

841 A Filosofia da História de Herder dava relevo a conceitos como carácter nacional e de meio ambiente ao descrever e interpretar a evolução e a mutação histórica, acreditando em leis de crescimento e decadência que presidiam à evolução do *organismo nacional*. Ver GARDINER, Patrick (1959), "Herder – Ideias para a Filosofia da História da Humanidade", in *Teorias da História*, 3ª ed., Ed. Fundação Caloute Gulbenkian, Lisboa, 1984, p. 43.

motivo porque se verificam as transformações ou porque são profundas ou superficiais. Neste sentido da palavra 'progresso', progressivo significa apenas ordenado, isto é, ordem exposta.

No entanto, o progresso na natureza – ou evolução – tem sido frequentemente entendido num significado mais vasto: isto é, a doutrina de que cada nova forma é não só uma transformação da anterior mas também um aperfeiçoamento dela. Falar de aperfeiçoamento é implicar uma escala de valores."[842]

Enquanto objectivo a atingir, no plano da redenção metafísica, no tal tempo sem tempo (tempo primordial), a liberdade fora ao longo da história humana perfilhada, com mais ou menos sucesso, por um conjunto de ideologias (iluminismo, liberalismo, republicanismo, socialismo ou democracia) que haviam tentado erigi-la em pilar de diversos sistemas políticos. A presença ou a ausência desta liberdade na constituição política de um determinado país, era para Bruno, a prova mais eficiente do estado de evolução de um tal povo.

"*Que isto aconteceu em Portugal certifica-o o histórico desenrolar do conjunto de aspirações dignificadoras a que se chamou sucessivamente o regalismo, o liberalismo, o republicanismo, o socialismo. Elas se integram todas no conceito da emancipação individualizada, solidária com a integração livre. São os denominados sentimentos democráticos; e a disciplina moral, neles originária e derivando em conduta tanto quanto possível sistemática, perdeu a adusta feição severa da primitiva urgência de combatividade áspera e irredutível; humanou-se, suavizou as teóricas agruras. Prosseguia assim a marcha da genérica evolução.*

842 COLLINGWOOD, R. G. (s/d), "O Progresso tal como ele foi criado pelo pensamento histórico", in *A Ideia de História*, 5ª ed., Editorial Estampa, Lisboa, 1983, pp. 387 e 388.

De facto, a rígida fidelidade aos princípios marcou o ciclo heróico da democracia moderna; as almas que na inconsciente previsão das provações próximas, amoldaram-se às necessidades extremas de um rigor lógico inquebrantável."[843]

Neste sentido, a implantação da República em Portugal assumiria a função de acelerar o processo histórico, não tendo dúvidas que mesmo que tal se viesse a implementar no seu estado mais puro, a República, ainda assim, representaria apenas um estádio do progresso humano, imperfeito e como tal transitório. A realidade encarregar-se-ia de lhe comprovar o quão mais dura era que a teoria. Para a desilusão do que fora a 1ª República Portuguesa nada o parecia ter preparado. Ao invés, Joel Serrão garante que Bruno não acarinhava essa "ingénua ilusão", mas então porquê tão forte desilusão? De facto, Bruno não acreditava que a República fosse o "fim da História[844]", mas sobretudo o que ele se recusou foi a acreditar que o regime instaurado a 5 de Outubro de 1910 fosse sequer a República ![845]

"*Nunca pensou, nem antes nem depois do 31 de Janeiro de 1891, nem antes nem depois do 5 de Outubro de 1910, que a República pudesse ser uma solução radical, o termo do 'processus' histórico português. Encarou-a sempre, e fundamentalmente, como um meio de apressar a evolução histórica nacional e, simultaneamente, um passo dado no sentido da liberdade. Teria ele acaso acreditado que a proclamação da República resolveria 'milagrosamente' todos os nossos problemas ? Nada, absolutamente nada, permite a admissão, no pensamento de Bruno, de tão ingénua crença. Aquilo*

843 OEN, pp. 288 e 289.

844 É esta a conhecida e controversa tese de Francis Fukuyama. Ver FUKUYAMA, Francis (1992), *O Fim da História e o Último Homem*, Trad. de Maria Goes, Ed. Gradiva, Lisboa, 1992.

845 Veja-se o capítulo 4.4.3. da I Parte, A República de Afonso Costa – " Um franquismo de barrete frígio".

que com ele terá ocorrido foi apenas isto : proclamada a República, e coerentemente com o que pensava e com aquilo a que aspirava, iniciou novo combate, preparou-se para novo esforço ...

A República era um sonho bom, que importava manter íntegro, mesmo através da necessária imperfeição das repúblicas, visando a utópica perfectibilidade. Na remota esteira de Platão, de F. Bacon, de Hartmann e de tantos outros."[846]

A questão da Filosofia da História em Bruno entronca com uma das vertentes mais características do seu pensamento: o messianismo. Joel Serrão, propondo o termo alternativo de "prospectivismo", para o pensamento de Bruno sobre a evolução histórica, conscientemente afastava a hipótese, tantas vezes sustentada pelos estudiosos do pensador portuense, de ter sido o seu ideário profundamente messianista, sendo *O Encoberto* (1904) a obra onde cabalmente defenderia essa tese.

Acreditamos que o era; isto apesar de Sampaio Bruno em diversos textos seus defender genericamente que a questão é de ideias e não de homens, e que o culto dos grandes homens constituía uma pecha para a humanidade, uma prova de menoridade, aliás como já Kant defendera sustentando-a na própria abdicação intelectual e política dos cidadãos num mentor, ou tutor [847] .

Sampaio Bruno era, segundo cremos, messianista, não um messianismo personalista, a esperança da redenção não assentava num homem, mas num tempo, numa época de plenitude, numa ideia. A época perfeita, caracterizada pelo triunfo da liberdade do homem e das criaturas, antecâmara do retorno à perfeição homogénea , onde o espírito puro já havia reintegrado o Universo em Deus. E que dizer do Paracleto, do Buda dialéctico e experimentalista, do Cristo cujos prodígios seriam argumentos ?

---

846 SERRÃO, Joel (1958), *Sampaio Bruno* ..., op. cit., pp. 129 e 130.

847 KANT, Immanuel (1784), *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung*, Koenigsberg, Prússia, 1784, cit. in PEREIRA, José Esteves (1984), Kant e a "resposta à pergunta: o que são as Luzes", op. cit., p. 161.

Já alguém disse que o pensamento de Bruno operava por reacção. De facto, vemos em diversos textos Bruno reagir contra o espírito decadentista da geração anterior à sua. O alvo das suas diatribes será muitas vezes Oliveira Martins, a quem justamente começou por criticar logo no início de *O Encoberto* (1904).

A posição de Sampaio Bruno não se mostrava fácil, pois ele culturalmente pertencia a uma geração "inter-genésica", visto ser demasiado novo para pertencer à chamada "Geração de Setenta", e demasiado idoso, até porque morto prematuramente, para chegar a pertencer à geração da "Renascença Portuguesa", formada em torno da Revista *A Águia,* aparecida em 1911[848]. A crítica às posturas que considerava decadentistas de Oliveira Martins (1845-1894) e de Antero de Quental (1842-1891)[849], assentava numa diferente visão da História. E para contrapor o princípio decadentista dos estudos de Antero e Oliveira Martins, Bruno foi obrigado, também ele, a utilizar o historicismo[850] como recurso pedagógico da demonstração do contrário.

Teria sido muito interessante, para bem analisar a desmontagem que Bruno se propunha fazer da ideia decadentista se houvesse, tal como estava programado, escrito e publicado o vol. VI da *História de Portugal* de Henrique Schaeffer (1794-1869)[851]. Tanto mais que este se iria iniciar no pós-Revolução

---

848 GAMA, Manuel da (1994), *O Pensamento* ..., op. cit., p. 21.

849 Relevante para este problema sua a realização da sua célebre conferência, pronunciada no âmbito das chamadas *Conferências do Casino* (1871), dedicada ao tema *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos* (1871).

850 BERNARDINO, Teresa (1991), "Sampaio Bruno e a Ideia de Deus", in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa: Homenagem ao Professor Victor de Sá /Humberto Baquero Moreno*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1991, p. 414

851 Heinrich Schaeffer, historiador alemão e professor da Universidade de Gissen, foi autor, não só da *História de Portugal (1830-1859)*, mas igualmente de uma *História de Espanha*.

de 1820. Infelizmente, por razões que desconhecemos, Bruno nunca completou a História de Schaeffer, apesar do anúncio que ele próprio faz nas últimas páginas do V volume da edição portuguesa de 1893-1899[852], e vem impresso em todas as páginas de abertura dos volumes.

Como salienta Sérgio Campos Matos, a ideia de decadência da nação portuguesa constituiu, no século XIX, uma espécie de obsessão cultural:

"A ideia de decadência da nação portuguesa constituiu no século passado uma obsessão cultural, tanto no campo literário como na divulgação histórica. Mais do que um conceito de contornos definidos, exprime, frequentemente, tão-só, um sentimento ou uma ideação difusa. No discurso historiográfico tornou-se um lugar comum, de tal modo a sua ocorrência é

852 "Nota Histórica da Edição", in *História de Portugal Desde a Fundação da Monarquia até à Revolução de 1820, vertida fiel, integral e directamente, continuada, sob o mesmo plano, até aos nossos dias por J. Pereira de Sampaio (Bruno)*, Empresa Editora, Porto, Vol. V, pp. 865 e ss.
Sampaio Bruno lançava-se numa empresa arrojada, não só, com o auxílio de F. Assis Lopes, fazer a tradução do alemão para o português, como ficando por sua conta a continuação da obra de 1820 para diante. A Revolução do 31 de Janeiro fá-lo interromper esse trabalho que retoma com a publicação do 1º volume em 1893. A publicação está completa em 1899, mas desde o III volume (1895) que o nome de F. Assis Lopes desaparece como colaborador.
Existia, de facto, uma primeira tradução da obra de Schaeffer feita, por sua vez, da tradução francesa H. de Soulange-Bodin dos dois primeiros volumes de Schaeffer (1840) feita por José Lourenço Domingos de Mendonça e António Joaquim Moreira em 1842-1843, ficando assim por editar na nossa língua três dos volumes do historiador alemão. A tradução era má e muito criticadas pelos estudiosos, entre eles Pinheiro Chagas, que a classificou de "detestável". Idem, p. 872.

frequente. Para além disso, adquiriu um lugar destacado no plano das filosofias da história em voga na época."[853]

Para além de *A Ideia de Deus* (1902), o livro onde, de uma forma mais extensa, é possível analisar a Filosofia da História de Bruno, é sem dúvida *O Encoberto* (1904). Logo no primeiro capítulo, procurando criticar a ideia geracional da decadência de Portugal, põe em destaque as teses sustentadas por Antero de Quental e Oliveira Martins, nas obras *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos Três Séculos* (1871) e *História da Civilização Ibérica* (1879)[854].

De acordo com as ideias federalistas, que tanto sucesso faziam então[855] ambos autores consideram a península ibérica uma unidade geográfica-

---

853 MATOS, Sérgio Campos (1998), *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Séc. XIX (1846-1898)*, Ed. Livros Colibri, Lisboa, 1998, pp. 350 e 351.

854 " *Assim, para connosco, Espanhóis e Portugueses, acontece no respeitante às causas da decadência dos povos peninsulares nos três últimos séculos. Este foi o tema da conferência famosa de Antero de Quental nas salas do Casino Lisbonense, e anos volvidos, discorrendo da história da civilização ibérica, Oliveira Martins, com assegurar que desse discurso a 'ideia-mãe' se 'lhe afigura incompleta e insustentável 'a luz da história' e, tendo tratado, por sua banda, de buscar numa quimérica reacção das forças naturais contra o heroísmo as verdadeiras causas da decadência dos povos peninsulares, contractamente define a sua doutrina particular com escrever: ' se quisermos resumir em poucas palavras as causas da desorganização da sociedade peninsular, achamos três que nos dão a chave do problema: o Individualismo, o Jesuitismo e as Conquistas.*", in OEN, pp. 15 e 16.

855 CATROGA, Fernando (1977), *O Republicanismo* ..., op. cit., pp. 63 a 83 e MATOS, Sérgio Campos (1998), *Historiografia e Memória Nacional*..., op. cit., pp. 278 a 313. Bruno não foi nunca um iberista, mas chegou a ser um defensor da federação ibérica, justificando a sua doutrina do ponto em que Portugal pela posição geoestratégica seria a parte mais privilegiada desse bloco. As intenções iberistas considerava-as impatriótica e vexantes para Portugal, opondo-se mais tarde, também, à doutrina federalista. Ver MPP, p. 280.

político-cultural, buscando na História e na Geografia, essa justificação. O passado comum (1580-1640) garantira essa unidade reforçada por factores religiosos e mentais, tais como a Inquisição e os Jesuítas, bem como pela gesta das conquistas – *A Fé e o Império*[856] –, haviam funcionado como *elan* das duas nações peninsulares.

Apesar disso, intenta Bruno, no capítulo final "Decadência e Progresso", demonstrar que, ao acentuarem a tónica da decadência peninsular, estavam os mesmo autores a comprometer a ideia de progresso que buscavam defender para o futuro de Portugal:

"Assim, aqueles que, aliás com luzimento, inquirem das causas da decadência dos povos peninsulares, conferindo ao vocábulo 'decadência' uma amplitude absoluta não reparam que, partidários da teoria do progresso geral, concomitantemente se contradizem. Desatendem a que, pertencendo esses povos à porção da humanidade civilizada progressiva, haveriam de seguir incluídos no movimento comum."[857]

Analisados todos os factores compósitos da recente história ibérica, Bruno retoma a ideia de que era necessário precisar esse termo 'decadência'. Havia tentado demonstrar que o que houvera decaído era o *Estado Político*, não o *Estado Social e Moral*. Esse tinha até progredido na "igualização crescente da dignidade jurídica das classes"[858].

Portugal e Espanha, fazendo parte de um bloco maior que era a Europa, por força da perda do império e das alterações económicas daí decorrentes, viram-se forçados a progredir. De tal forma que o retorno ao absolutismo era já impossível. Duas razões garantiam essa impossibilidade, uma da ordem das relações internacionais, outra de ordem económica e social

A primeira era que a Europa Ocidental, onde Portugal e Espanha se

856 "A Fé e o Império", in OEN, p. 15 e ss.

857 OEN, p. 280.

858 OEN, p. 279.

encontravam integrados sob a "tutela moral da França" republicana, tal não iria permitir. A segunda assentava na alteração condições económicas e sociais e culturais dos dois povos peninsulares, tornando já impossível a reposição de um regime desses, que a impor-se só o conseguiria pela violência, violência essa necessariamente transitória.

"O primeiro é o consenso da Europa Ocidental. Por mais que no Ocidente civilizado se chalaceie que a África começa nos Pirinéus, o certo é que a Europa não poderia tolerar uma plena reintegração do despotismo monárquico e clerical na Península Ibérica. Em França, por menos república que seja, sempre há uma república, e a tutela moral da França sobre as nações latinas, ela não deseja perder, como timbre do seu orgulho. De modo que, se os portugueses quisessem voltar a queimar judeus em Lisboa, ou a enforcar liberais no Porto, as nações estrangeiras não o deixariam [...]."[859]

Não deixa de ser interessante verificar como Bruno se utiliza já de uma análise marxista da História, como já foi estudado por Manuel Gama[860], explicando que cada regime político está associado a um modo de produção que lhe é propício. Portanto, o tempo do absolutismo não era assim mais possível, porque o modo de produção que lhe estava associado não existia. O materialismo histórico brunino está bem presente neste excerto:

"Outro obstáculo externo que estorva uma regressão integral ao passado histórico, vem das condições económicas da sociabilidade contemporânea.

O constitucionalismo destruiu o tipo rudimentar agrícola, que era o fundamento estável do absolutismo governativo. Vendeu os bens dos frades; aboliu os morgadios; estabeleceu a igualdade nas sucessões.

---

859 OEN, pp. 284 e 285.

860 GAMA, Manuel (1985), " Sampaio Bruno e a introdução e divulgação do marxismo em Portugal", in *Gil Vicente*, Guimarães, 1985, 21 e 24, pp. 9 a 17.

Daqui proveio uma consequência de ordem psicológica, que foi a dissociação do princípio de autoridade contracta, na família, de tipo patriarcal, pela impossibilidade dos deserdamentos e pela igualdade dos irmãos uns para com os outros. Destarte, o despotismo não pode ser em Portugal, hoje, senão uma violência franca, pois que se não molde na simpatia do exemplo da vida familial arcaica."[861]

Resumindo. Ao desmontar a ideia de decadência de Oliveira Martins e Antero de Quental[862], Bruno esclarece que essa decadência só pode ser entendida quanto ao *Estado Político*, não ao *Estado Social e Moral*. De facto, para ele os aspectos sociais e morais tinham mesmo progredido. Assim, a questão da decadência estava mal colocada: o que existia em Portugal era uma *decadência acidental* do poder político e económico, com *progresso fundamental* da dignificação popular:

"O motivo de extravio consiste em dar uma extensão indevida, tornando-o 'geral', a um fenómeno real mas 'particular'. O que decai, com efeito, nas nações peninsulares é o Estado 'político', em sua correlação 'internacional'; mas simultaneamente progride o estado 'social' na igualização crescente da dignidade jurídica das classes, e progride o estado 'moral' geral, na suavização dos costumes e na melhoria irrefragável dos sentimentos pessoais. Há, pois, um duplo fenómeno aí onde os críticos viram, aliás, tão-só, um único. A par da decadência do poderio político, há o progresso da sociabilidade.

A nação retrograda na prevalência internacional; o país avança na dignificação popular. Existe, assim, a par com o progresso, a decadência; mas a par com a decadência progresso existe. E nos domínios afectivos e efectivos, nas zonas superiores e inferiores. Portanto, a conclusão vasta e

861 OEN, p. 285.

862 GONÇALVES, Viriato (1935), "Bruno, Historiador", in *O Diabo* , Lisboa, 10 de Fevereiro de 1935, p. 2.

última, geral e suprema, é que, através da decadência 'acidental, se realizou progresso 'essencial'."[863]

Paradoxalmente - apesar de ter perdido competitividade com o fim do domínio colonial dos mares, achando-se numa situação de debilidade económica do ponto de vista internacional - haviam sido, para Portugal, justamente, essas mesmas alterações económicas (a perda do monopólio colonial, entre outras) a permitir a evolução do modelo social e, portanto , o progresso moral do país. De tal maneira, que haviam tornado impossível um retorno a fórmulas monárquicas absolutistas. A análise das causas económicas presentes na evolução histórica portuguesa, bem como o papel da comunidade internacional - Portugal pertencendo agora por afinidade cultural à Europa Ocidental - foram os motivos desse avanço silencioso que tornava impossível um retorno ao passado. O *dogma do progresso*, aliás, que se coadunava perfeitamente com a "tradição do grande temperamento espiritual lusitano", um "elemento étnico da mentalidade colectiva."[864]

Como se disse, também na Espanha contemporânea se poderia verificar o mesmo fenómeno. Apesar da existência de um "período de reacção" protagonizado por Isabel II (1856-1868), em Espanha também já não era possível *regredir* ao passado:

"*Agora de lá mau volve o informe. Galiza, Catalunha, toda a Espanha apresenta uma feição, hoje em dia, consoante Portugal, de clericalismo, jesuitismo ou como quer que queiram chamar à revivescência presente do fanatismo tradicional; e o regionalismo, peculiarmente o catalão, não está indemne de tão triste responsabilidade. Porém, a Espanha de hoje em dia não pode medir-se, no tipo, com a sua antecessora, e , todavia, a retrogradação, quase que ovante então, não vingou, contudo.*"[865]

863 OEN, pp. 279 e 280.

864 AGN, p. 307.

865 OEN, p. 286.

Mau grado esta ideia de *progresso histórico incoercível* - pois mesmo que existissem retrogradações políticas elas seriam passageiras, porque a *moral social* de um povo progride de acordo com os mecanismos da evolução económica, tendentes para a *socialização* e *democratização* dos povos, (Democracia que, aliás, Bruno associava à República[866]) - não deixava Sampaio Bruno de volver os olhos esperançados para a vizinha Espanha, no desiderato que ali, uma vez implantada a república, isso não deixasse de ter reflexos imediatos em Portugal.

4.3. "A Lição de Espanha" - O mito da Espanha republicana

"Como o disse ontem, creio profundamente no futuro de Espanha, sem embargo da sua decadência actual, estou convencido de que há-de ser uma das primeiras nações civilizadas da Europa.

E, como ela, assim nos cabe a nós. Assim como a Espanha de hoje tem fé na outra Espanha d'amanhã, assim é preciso que o Portugal de hoje tenha fé no outro Portugal de amanhã, e que nos aprestemos sempre a voltar a ser gente no mundo, como ela se preparará para o vir novamente a ser."

(Bruno - "Em Espanha", *A Voz Pública*, 8 de Maio de 1903)

Pela mesma razão que se opunha à tese pessimista da decadência irremissível dos povos peninsulares, Bruno acreditava na solução política

866 *"A democracia, pelo momento próximo, na ordem governativa (pois ainda não é hora da eliminação integral da ideia de autoridade) define-se nessa fórmula positiva que Hartmann considerou como o desfecho do desenvolvimento histórico. Ora tal símbolo que é que quer dizer ? A palavra, que o expressa, é uma palavra portuguesa, que vem de duas latinas: 'res' (que significa 'coisa') e 'publica'. Significa, portanto, República 'coisa publica', a coisa de todos."* in, OEN, p. 290.

ibérica, tendo sido federalista nos "verdes anos"[867]. Bruno será sempre sensível à ideia defendida por Proudhon de federação e solidariedade dos Povos sob a bandeira da república[868]. Acreditava que parte da solução política de Portugal passaria pelos acontecimentos da vizinha Espanha. Da mesma maneira o pensaram antes Henriques Nogueira[869] (1823-1858) Antero de Quental , Oliveira Martins, Ladislau Estevão da Silva Batalha (1856-1939), Carrilho Videira, entre outros.

Por outro lado, na recente "Europa das nacionalidades" era necessário encontrar uma nova lógica de alianças e afinidades, em alternância àquela que por essa altura tão nefasta se mostrava à integridade do território nacional – a aliança britânica[870].

---

867 Uma imagem menos entusiástica do federalismo dá-nos Bruno nos quatro artigos denominados "Federação", publicados no jornal *A Voz Pública*, de 20, 24, 27, 31 de Dezembro de 1903.

868 PROUDHON, Pierre J. (1868), *Du Principe Fédératif et de la Necessite de Reconstituer le Parti de la Révolution si les Traités de 1815 ont Cessé d'Existir*, Nouv. Edition, Paris, 1868.

869 Foi um dos primeiros a defender em Portugal a associação do republicanismo com federalismo inspirando-se na obra de Proudhon, Tocqueville, Vacherot, Pi y Margal, Stuart Mill, nas Constituições Americana e Suíça e no programa democrático de Castellar. O primeiro programa deste grupo federalista foi publicado no Centro Federal de Lisboa em 22 de Junho de 1873.CATROGA, Fernando (1977), *O Republicanismo* ..., op. cit., p. 63; Idem, (1985), "Nacionalismo e Ecumenismo", in *Cultura. História e Filosofia*, Vol. IV, Lisboa, 1985, pp. 419 a 463; MATOS, Sérgio Campos (1998), *Historiografia e Memória Nacional* ..., op. cit., pp 278 a 313.

870 "Divide, para dominar – A Inglaterra, Portugal e a Espanha – Como é que na questão inglesa só a República nos pode salvar"; e "Portugal isolado por ser monarquia – Com alianças, se fosse república", in *A República Portuguesa*, 29 de Outubro , e 7 de Setembro de 1890. Ver também DÍOS, Ángel Marcos de (1996), " A Lusofilia Espanhola", in *Revista de História das Ideias*, Vol. XVIII, Coimbra, 1996, pp. 149 a 165; PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (1991), "Representações das Relações de Portugal e Espanha e da Questão Ibérica na 'Revue des deux Mondes'

Em 1881 escrevia no jornal *A Folha Nova*, inspirado pela famosa obra de Pi Y Margall (1824-1901)[871], *Las Nacionalidades* (1852)[872], que, apesar de em Portugal ainda não se terem dados todos os passos para essa unidade[873], ela já representava um "horizonte de claridade":

"O horizonte enche-se de claridade e tanto quanto a previsão abrange podemos assegurar o desenvolvimento das nacionalidades em vastas federações republicanas, que até onde os elementos de que hoje dispõe a sociologia nos autorizam as presunções.

Aí, assegurada a paz pelo pacto contratual dos povos, proceder-se-á então ao desarmamento geral, aproveitar-se-á a vasta soma de numerário hoje despendida em aprestos bárbaros e os tantíssimos homens perdidos na ociosidade da caserna readquirir a dignidade de trabalhadores."[874]

Dentro do seu conceito de Europa - como *vaso comunicante entre todas as suas nacionalidades compósitas*, possuidora de mecanismos político-culturais homeoestáticos – perspectivava Bruno que o que em Espanha acontecesse viesse a ter consequências para Portugal. Bruno chegou a defender uma federação das duas nações ibéricas, onde a questão do regime estaria naturalmente resolvida, e Portugal importaria como a melhor parte da

(1831-1880)", in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa, Homenagem ao Professor Victor de Sá /Humberto Baquero Moreno*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1991, pp. 303 a 327.

871 ALBORNOZ, Álvaro (s/d), *El Partido Republicano*, Ed. Biblioteca Nueva, Madrid, s/d.

872 "O Federalismo", in, *A Folha Nova*, 5 de Novembro de 1881, p. 1.

873 "É certo que a tendência dos organismos sociais, como a dos organismos biológicos, é para a unidade específica, mas não se segue que desta evolução se tenham dado no momento presente as fases necessárias a firmar essa unidade." In "O Federalismo", in *A Folha Nova*, 7 de Novembro de 1881, p. 1.

874 " O Federalismo", in *A Folha Nova*, 8 de Novembro de 1881. p. 1.

federação[875]. Porque, unificado frente a uma Espanha dividida pela anterior fronteira das províncias, representaria a parte dominante dessa federação:

"*Dado que o desenvolvimento das antigas energias intelectuais e industriais que se estão manifestando no organismo português se alargue e fortifique, como cremos, livres das compressões governativas que hoje as esterilizam por uma tão grande parte, aconteceria que na federação ibérica Portugal é que teria a exercer a supremacia intelectual e comercial, reflectida desde logo na orientação do Estado federal, vindo o nosso país aí a representar um papel hegemónico.*"[876]

Anos mais tarde haveria de penitenciar-se dessa "errada doutrina da federação peninsular "como meio de se criar um grande estado: A Ibéria, a opor à Inglaterra, à França, à Rússia, à China, se calhasse."[877] Na verdade, o princípio que lhe parecia supremo da integração dos povos, acabava atraiçoado com estes cálculos políticos. E esta ideia de Portugal representar na federação ibérica um papel hegemónico, era, de facto, tão abusiva quanto aquela que defendiam os iberistas de se anexar Portugal como uma província da Espanha[878]. A ideia da União Ibérica era-lhe profundamente antipática, porque

875 No pensamento federalista de Sampaio Bruno foram também influentes os textos dos espanhóis Sinibaldo de Mas, *A Ibéria* (1852), e os de Fernando Garrido, *La Rebelion Carlista, La Religion Católica y la República Federal en España* (1874); *Los Estados Unidos de Ibéria* (1881) que, aliás, ofereceu um exemplar autógrafo a Bruno remetido para "el cidadano Bruno", e ainda Ribera y Rovira, como ele também colaborador da Revista *A Águia*, "A Educação dos Povos Peninsulares", Revistas *A Águia, Órgão da Renascença Portuguesa*, Vol. II, 2ª Série, Porto, 1912, pp. 52 a 58.Ver "Federação", in *A Voz Pública*, 31 de Dezembro de 1903, p. 1.

876 MPP, pp. 115 e 116.

877 MPP, p. 113.

878 Sampaio Bruno associava o iberismo à União Ibérica, e esta a uma pretensão espúria dos monarcas de ambos os países. " A união ibérica é uma ideia

a considerava fruto das ambições reais, ao passo que a ideia de federação ibérica implicava o "princípio democrático da organização política das nações".[879]

Mas não é apenas do ponto de vista político, mas também cultural, que Sampaio Bruno amiúde fala de Espanha nos seus livros. É na óptica dos interesses portugueses que lhe dedicará tantas páginas. Interessa-lhe a sua cultura, a sociedade e a política na medida em que perfeitamente entendeu que numa sociedade de nações, como já o era a Europa de então, Portugal não ficava indiferente ao que de bom e mau se passasse em Espanha. À Espanha considera-a a "segunda pátria dos portugueses"[880], mas infelizmente é obrigado a reconhecer que os dois povos se desconheciam e ignoravam, sempre de costas voltadas, na lógica de uma história que os fizera mais inimigos que irmãos. Como refere Bruno no início das *Notas do Exílio* (1891-1893), criticando a miopia francófila portuguesa:

"*Nós outros, separados politicamente da Espanha e quase moralmente esquecidos dela, de tal sorte nos embebemos de livros parisienses que, frequentemente, pelos navios do Havre e Bordéus, nos caixotes de remessas para as nossas bibliotecas, recebemos, em recâmbio, ideias cuja iniciativa seríamos menos expeditos em, exclusivamente, atribuir à actividade mental francesa, se nos déssemos ao trabalho de reatar previamente o conhecimento com o vizinho da esquerda, com quem vivemos amuados há perto de três séculos.*"[881]

São os mesmos intelectuais (portugueses e espanhóis) defensores, em registos diferentes consoantes as épocas, claro está, da aproximação ibérica,

essencialmente monárquica, porque a ambição natural dos príncipes é ampliar seus reinos". Ver "Iberismo", in *A Voz Pública*, 29 de Novembro de 1906, p. 1.

879 Idem, ibidem.

880 "Espanha e Espanha", in *A Voz Publica*, 4 de Maio de 1898, p. 1.

881 NE, p. 31.

que denunciam o desconhecimento mútuo dos dois povos irmãos. Portugal desconhece a Espanha, que desconhece Portugal. E, apesar de por de lado algumas das ideias do seu federalismo inicial, não pode causar surpresa o peso que Bruno atribui à cultura espanhola na cultura portuguesa. Boa prova dessa evidência está no livro *Os Cavaleiros do Amor* cuja progénese é nitidamente ibérica, e não apenas portuguesa, como notou Joel Serrão.

Dessa maneira lamentou a queda da República Espanhola em 1875, enquanto esperava um volte-face da situação que pareceu chegar com o desgaste provocado pela questão de Cuba[882]. Ao mito da Espanha Republicana[883] foram sensíveis muitos dos nossos intelectuais, de tal modo que o iberismo português seria nesta sua forma inicial uma nostalgia do que fora essa fugaz Espanha republicana. Boa parte do primitivo federalismo português se desenhava nessa afinidade nostálgica da República Espanhola de 1873-1875, cujo presidente Pi Y Margal fora ele também, como já se disse, um defensor da ideia de uma ibéria republicana.

---

882 No ânimo nacionalista espanhol o "Desastre de Cuba" de 1898, representava uma espécie de equivalente, se bem que com consequências mais desastrosas, do *Ultimato* Britânico de 1891 para os portugueses. De facto, a consequência mais imediata em Portugal fora o reforço dos sentimentos anti-britânicos e anti-dinásticos, que haveria de conduzir ao 31 de Janeiro de 1891. Não nos deve espantar que Bruno depositasse nessa comoção espanhola as esperanças de uma tentativa de implantação da República.

883 Ver as obras clássicas CARR, Raymond (1969), "La Restauración y El Desastre", in *España 1808-1975*, Ed. Ariel, Barcelona, pp. 336 e ss; GALÁN, Pedro Cerezo (1993), "El 98: La Generación Trágica", in *História de España de Menéndez Pidal, La Edad de Plata de la Cultura Española (1898-1936)*, Tomo XXXIX, Vol. I, Ed. Espasa-Calpe, Madrid, 1993, p. 133 e ss.; ZAMORA, José María Jover (1982), *Realidad y Mito de La Primera República*, Prólogo de José António Maravall, 2ª ed., Ed. Alianza, Col. Austral, Madrid, 1991 e ainda NAVARRO, Miguel Ángel Esteban (1994), "De la esperanza a la frustación 1868-1873", in TOWNSON, Nigel (1994), *El Republicanismo en España (1830-1877)*, Editorial Alianza, Madrid, 1994, pp. 87 a 112.

No livro *Portugal e A Guerra das Nações* (1906), tal como outros, colectânea de diversos artigos publicados em jornais (principalmente *n'A Voz Pública*) é bem evidente essa preocupação de olhar para os problemas portugueses como refracções da política europeia. Nessa medida, ressalta aí claro o papel que atribui aos desenvolvimentos políticos em Espanha, referentes à guerra com os Estados Unidos por causa de Cuba. O que ficou conhecido na História espanhola como o "Desastre de Cuba" (1898), marcando toda uma geração que passaria à história com o nome de "Geração de 98"[884]. Esperavam muitos republicanos, como Bruno, que a "catástrofe colonial" (perda das colónias de Cuba, Porto Rico e Filipinas em 1899), servisse de tónus a uma revivescência nacional[885], como anos antes o *Ultimatum* servira para a eclosão do 31 de Janeiro de 1891. Mais, Bruno desejou mesmo a derrota política da Espanha monárquica contra os republicanos Estados Unidos[886]:

"*Espanha ia perder Cuba* [...] *Perdendo-a, a república parecia que viria a ser a revindicta do orgulho castelhano, em conflito com a realeza, inrepresentativa, de Madrid.*

Estabelecida, em revindicta, a republica em Espanha, a monarquia em Portugal não poderia durar."[887]

---

884 "La Literatura del Desastre y el desastre de la Literatura", in,VARELA, Javier (1999), *La Novela de España. Los Intelectuales y el problema español*, Ed. Tauros, Madrid, 1999, pp. 111 a 143 e VILLACORTA- BAÑOS, Francisco (1980), *Burguesía y Cultura. Los Intelectuales españoles en la Sociedad Liberal (1808-1931)*, Siglo Veitiunco de España Editores S.A., Madrid, 1980, pp. 90 a 110.

885 CATROGA, Fernando (2001), *Antero de Quental* ..., op. cit., p. 241.

886 Ver os artigos "Espanha"; "Vitória da Monarquia Espanhola"; "Espanha e Espanha", "A República em Espanha e a República em Portugal – Ordem e Desordem"; *A Voz Pública* de 3 de Novembro de 1896; 22 de Abril , 4 de Maio e 17 de Maio de 1898, respectivamente.

887 PGN, p. 283.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Não só Espanha, como Portugal (por arrasto), beneficiariam desta circunstância. Só por si, diria Bruno, a implantação da República em Espanha viria a alterar "por completo toda a fisionomia europeia", promovendo-se assim a antiga utopia dos Estados Unidos da Europa sob a hegemonia de um *renovado e conciliador pan-latinismo* !:

"Ora, se assim fosse, o lucro que, na sua vida interna, da proclamação da República a Espanha houvesse de auferir era já imenso, mas resultariam simplesmente prodigiosos, para a significação moral da Espanha, os corolários do facto de ela haver proclamado e firmado a republica. O estabelecimento da República na Espanha alteraria, por completo, a fisionomia política de toda a Europa.

Da Espanha republicana, pela lógica dos princípios e pela força das coisas, se haveria de aproximar a França. O exemplo da Espanha, tarde ou cedo, se havia de reflectir para lá dos Alpes e determinar a republicanização da Itália [...] *para a nossa raça despontaria prestes o dia sublime em que se tornasse uma realidade a antiga utopia dos Estados Unidos da Europa. A lição de Espanha partiria os últimos elos, precipitaria o desfecho, promoveria a grande federação das nações romanicas. Ao pan-germanismo e ao pan-slavismo, finalmente contrastando-os, surgiria, de novo, imperativo conciliador, mercê das suas eminentes qualidades de messianismo cosmopolita, - o pan-latinismo."*[888]

Tal como aguardara, já então desesperançado[889] as mudanças que se pudessem operar em Portugal por motivo da implantação da República no

888 PGN, p. 304.

889 "*Orientado por um novo critério político, a influência, moral e mental, do Brasil extravasou já, tão breve, das fronteiras. Galgou águas, venceu o ignaro orgulho dos desdenhosos colonizantes. Alargará, irá mais além, decerto.*
Começou por nós. Porque, se, na ideia, tivemos o iniciado, no facto, a impulsão pertence aos nossos queridos irmãos de além-mar" in, NE, pp. 381 e 382.

Brasil (15 de Novembro de 1889)[890], Sampaio Bruno reconhecia que depois de 98 era para a Espanha que as esperanças republicanas portuguesas se deveriam voltar.

Rejeitava assim, as teses decadentistas, vendo decadência apenas nos sistemas políticos. A evolução da moral social de Portugal fazia-se silenciosa, mesmo ante os escolhos colocados pela política e pela religião. A prova estava à vista : a ferocidade, a brutalidade dos costumes dos povos ibéricos, estava agora mais atenuada. Acabara a Inquisição, proibiram-se os touros de morte, e finalmente já se considerava um crime bater na escola às crianças ... Esses factos demonstravam a tal evolução subterrânea que se fazia par das modificações económicas e pela integração de Portugal na Europa Ocidental.

Dois movimentos, duas velocidades ou durações diferentes faziam assim parte da evolução da História Portuguesa. No "tempo curto" Portugal caminhava cada vez mais para a *integração* como país civilizado nessa Europa que naturalmente pertencia, nesse aspecto seria crucial a implantação da República provocando uma aceleração dessa mesma integração por afinidade com os países já republicanos ou, pelo menos, republicanizados. Por outro lado, num "tempo muito longo", em termos metafísicos e espirituais, Portugal e toda a humanidade iam percorrendo o lento caminho da redenção para o "homogéneo uno" para os quais se tornavam necessárias as pequenas evoluções ocorridas no tempo curto, ou tempo histórico. Evolução, portanto, do homem enquanto indivíduo, mas do Homem enquanto Humanidade, enquanto espécie.

Em qualquer um destes "dois tempos" a educação e a cultura desempenhavam sempre a função motora, porque aperfeiçoando o homem o

890 "*Viva o Brasil Republicano* [...] *O estimulo há-de aproveitar-nos, para que os nossos irmãos não venham a ter que se envergonhar do seu parentesco. Por enquanto limitamo-nos a saudar o Brasil glorioso. Com a tristeza na alma, com o rubor nas faces, mas com nobre inveja e fundada esperança, os 'súbditos' portugueses aplaudem e saúdam os 'cidadãos' brasileiros.*", in "Viva o Brasil Republicano", *A República Portuguesa*, de 19 de Setembro de 1890, p. 1.

conduziam na via política à Democracia ou República, e na via metafísica a reintegração na Unidade, para a qual inevitavelmente a humanidade caminhava. A educação e a cultura importavam, pois, para a evolução do Homem enquanto indivíduo, mas também do Homem enquanto Humanidade, enquanto espécie.

O optimismo filosófico de Sampaio Bruno está bem presente nestas ideias. Pois, mesmo que a história política (superficie) parecesse que era contrária a essa evolução, ela continuava-se processando (na profundidade), tal como defendera Miguel Unamuno em relação à tradição[891] mesmo porque os acontecimentos políticos e os regimes contrários à escatologia prevista entrariam, mais tarde ou mais cedo, numa inevitável *entropia*, levando ao aparecimento de um novo modelo, um novo degrau do progresso humano.

A *Teleologia do Progresso* marca, assim, a ideia de História em Sampaio Bruno: "O progresso misterioso e teleológico que domina, providencialmente, a natureza e a história, a humanidade e o homem"[892].

Em qualquer um dos planos (Histórico ou Metafísico) que se jogasse a evolução humana, o próprio Homem era fundamental para que isso pudesse acontecer. Ele era responsável pela libertação dos seus semelhantes, e de todas as demais criaturas do Universo. No capítulo seguinte iremos analisar essa missão atribuída a alguns desses homens – os eleitos. Os eleitos são, para Sampaio Bruno, escritores, poetas, políticos, homens e mulheres, que ao longo da História Portuguesa foram criando as condições necessárias à libertação dos seus irmãos, pelos escritos, pela palavra, pela acção ou pelos exemplos. Eles são de todas as épocas, reagindo contra todas as opressões, eles são os "Profetas Ibéricos" na feliz expressão de Joel Serrão, ou os "Cavaleiros do Amor", como Bruno lhes prefere chamar. São os **intelectuais**, e a ***demopedia*** libertadora a sua ***missão***.

---

891 UNAMUNO, Miguel de (1913), *Del Sentimiento Trágico de la Vida*, Ed. Alianza, 9ª ed., Col. Austral, Madrid, 1999, pp. 54 e 55.

892 MPP, p. 91.

5. A Missão dos Intelectuais

5.1. O Homem: Herói da Humanidade

"Portanto, aqui temos como a filosofia moderna, partindo do pessimismo de Hobbes, 'Homo homini lupus', vem a bater no optimismo de Feuerbach, da filosofia do qual o remate (como início o fora igualmente) é o conceito antinómico e oposto: 'Homo hominis deus'."

(*Os Modernos Publicistas Portugueses*, 1906)

Como se acabou de ver no capítulo antecedente, para Sampaio Bruno a ideia de progresso identifica-se com a ideia de evolução, e esta por sua vez com a acção do Homem. A "redenção" universal far-se-ia através da actividade desse *herói*[893] – desse *'Homo hominis deus'*. Bruno tem o cuidado de especificar que o herói não é o mesmo de outros tempos, tão asperamente

893 De acordo com Phillipe Sellier pode-se definir herói como o "filho da união de um deus ou de uma deusa com um ser humano" o que simbolizaria a "união das forças celestes e das forças terrestres". Esta palavra teria também sido aplicada aos chefes gregos na Guerra de Tróia, e posteriormente a todos os guerreiros que mostrassem um valor extraordinário, ou aos homens que se evidenciaram pela força de carácter ou por qualquer outra virtude notável. Em latim passou a significar "homem célebre". Ver SELLIER, Phillipe (1970), *Le mythe du héros*, Paris, 1970, pp. 14 e 15, ver DURAND, Gilbert (1989), *As Estruturas Antropológicas do Imaginário. Introdução à Arquetipologia Geral*, Editorial Presença, Lisboa, 1989. Diz o autor: "*A cristandade herda , bem entendido , este arquétipo do herói combatente. Os dois protótipos cristãos do bom combatente são um arcanjo e um príncipe mítico: São Miguel e São Jorge* [...]. *O tema do herói encontra-se, enfim, nos contos populares sob a forma eufemizada do "príncipe encantado" que afasta e frustra os maleficios, liberta, descobre e acorda*." (Idem, *ibidem*, p. 113.)

criticado no culto dos "grandes homens", não é sequer o Povo, é o Homem: "Dissipe-se a nuvem que encobre o herói. O herói não é um príncipe predestinado. Não é mesmo um Povo. É o Homem." [894]. É assim o *herói anti-herói*, aquele de que não falam as lendas e narrativas, que não aparece deificado nas páginas dos livros ou dos jornais, mas o Homem enquanto Humanidade[895].

---

894 OEN, p. 332.

895 A crítica aos grandes homens é feita por Bruno neste excerto, alegando a velha tese da menoridade intelectual e necessidade de tutela, proposta por Kant. O maquiavelismo educativo que os republicanos assacavam à monarquia:

"*A causa desta anomalia é a mais simples; ela consiste e procede, funda-se e consubstancia-se com a ignorância do povo.*

A multidão é, com efeito, mantida pelos governos tradicionais na mais crassa das ignorâncias. Ela não tem, a vigiar-lhe o critério, o esboço sequer de um sistema de pensamentos concretos; ela não vê, acerca do mundo e do homem, mais do que os erros, as rotinices do chamado bom senso, que é, em grande parte, a acumulação das banalidades consuetudinárias de uma observação imperfeita e de uma experimentação revisenda. Depois, desviam-na as crenças de uma superstição religiosa que bebeu com o leite. Está por isso incapaz não só de chegar à construção teórica de quaisquer concepções orgânicas mas nem mesmo sabe como há-de emancipar-se das trevas que a circundam e lhe escondem um futuro, para o qual, todavia, experimenta as mais nobres e justas aspirações.

Deste estado, a necessidade, lastimosa, de tutores, os quais, a fim de conservarem em tutela o menor que exploram, se abstêm cuidadosamente de lhe ensinar mais do que o indispensável para lhe multiplicarem a expansividade do trabalho a taxar. [...]

O Estado, volvido então de explorador da massa no seu fiel serviçal, fará a educação popular e criará destarte, gerações amadurecidas pela ciência e pela ciência adquirindo o grau de robustez cerebral que habilita o homem a prescindir de mestres que o levem pela mão, pois se acha desde logo no caso de marchar sozinho.

Então não se percebe mais a necessidade do grande homem; a sua existência não será mais uma fatalidade social e o povo não continuará à mercê das catástrofes individuais, o que é uma negação mesma da democracia." NE, pp. 334 e 335.

À primeira vista poderíamos ser tentados a ver aqui uma sugestão democrática, onde todo o homem é responsável pela sua libertação e pela libertação dos outros. De igual modo pode-se entender esta ideia como uma crítica à então célebre obra de Thomas Carlyle (1795-1881)[896], *On heroes* (1841). Neste livro, Carlyle sustenta uma posição antidemocrática, fazendo a apologia de uma aristocracia do talento que deveria dirigir os destinos dos povos. Segundo o autor, infelizmente, a vinda inexorável da democracia iria fazer submergir na "mediocridade" essa aristocracia de talento: os "grandes homens"[897].

Mas não é de facto assim que Bruno pensa. Este *herói* de que nos fala, quer do ponto de vista espiritual ou operacional, está muito longe de ser um anónimo, e de maneira nenhuma é um anódino. Ao longo das suas obras ele vai-nos revelando essas personagens providenciais, cruciais para a evolução e redenção de Portugal.

A longa trança começa a deslaçar-se na *Geração Nova* (1886), continuando nas *Notas do Exílio* (1891-1893), passando depois pelo *Encoberto* (1904) e pelos *Modernos Publicistas Portugueses* (1906), até ser finalmente destrançada/revelada, ainda que de uma forma incompleta, na enigmática obra póstuma Os *Cavaleiros do Amor ou a Religião da Razão* .

Do que se trata afinal ? Quem são esses heróis ? E a resposta aparece cristalina: Os *heróis* são a "moderna cavalaria", são, em suma, os intelectuais: poetas, escritores, artistas, reis e rainhas que do fundo da nossa História, no âmago da nossa cultura popular, foram fazendo a "grande obra", cuja missão libertadora é inequivocamente revelada por Bruno.

Há muito tempo atrás essa cavalaria gnóstica vem tecendo as malhas que libertam, indicando o caminho e afastando os escolhos com que a

---

896 Thomas Carlyle, historiador e crítico social escocês, foi influenciado pelo moralismo calvinista e pelo idealismo alemão. Este místico visionário viria a tornar-se um dos mais importantes pensadores da sua época.

897 CARLYLE, Thomas (1841), *On heroes, hero-workship and the heroic in history*, Ed. Chapman and Hall, Londres, 1907.

Inquisição e a educação Jesuítica vinham submergindo a alma portuguesa. Eles foram os profetas de um novo tempo que em pensamento e acção tornou possível a mudança e o progresso desembaraçando, num trabalho preparado longamente, os entraves que a ortodoxia obscurantistas semeara no solo pátrio. Eles foram, tal como ele era, intelectuais *dissidentes*.

A extraordinária tese defendida por Sampaio Bruno não assenta na descoberta de novos textos ou fontes, mas sim numa hermenêutica nova, com novos problemas colocados aos textos e à História Portuguesa, tal como salienta Joaquim Domingues[898]. Este "filão oculto"[899] deveria ser revelado num dos muitos livros prometidos por Bruno: *A Teoria da Evolução Portuguesa,* que anunciara nas *Notas do Exílio* (1893), mas que nunca chegou a escrever, apesar de Joel Serrão ver a sua concretização parcial nos *Cavaleiros do Amor*[900]. Aliás, seria interessante fazer uma análise desta *literatura invisível* de Sampaio Bruno, que apesar de não chegar a ver a luz do dia, revela a intenção de escrever, e como tal pressupõe um plano mental do autor. Ele próprio o refere quando anuncia: "o mais interessante da obra do escritor é o que ele não logra escrever"[901].

Na sua maioria, estas obras seriam complementos de outras que ele realmente publicara. Assim, tanto no *Brasil Mental* (1898), como nos *Modernos Publicistas Portugueses* (1906), Bruno anunciou o livro *O Brasil Social*[902]. Anos depois, por altura da publicação da *Questão Religiosa* (1907) referia a sua intenção de escrever uma *Síntese da Crença Cristã,* precedida de dois volumes preparatórios ! [903] Nesses planos dos livros a fazer encontra-se a

898 DOMINGUES, Joaquim (1995), "De Ourique ao V Império", in *As Linhas Míticas do Pensamento Português – Colóquio,* Coordenação de Elísio Gala e Paulo Samuel, Ed. da Fundação Lusíada, Lisboa, 1995, p. 26.

899 Idem, ibidem.

900 GAMA, Manuel da (1994), *O Pensamento* ..., op. cit., p 137.

901 OBM, p. 62.

902 OBM, p. 33 e MPP, p VII.

903 AQR, p. XXXII.

própria continuação da *História de Portugal* de Schaeffer, que acabou, também, nunca escrevendo[904].

De entre outras razões, esta é seguramente uma das que levaram os seus estudiosos a ter que aceitar que o pensamento de Sampaio Bruno não foi ainda revelado na sua totalidade[905]. E alguma vez o será ?

Seja como for, é suficientemente clara nas obras de Bruno a tese da missão histórica dos intelectuais[906]. Por vezes ocultos, vítimas de verdadeiras conspirações de silêncio, a sua desocultação é a equivalente revelação e redenção da própria nacionalidade. O messianismo, enfim, como *marca de água* presente em tantos dos seus livros.

5.2. O nascimento do intelectual moderno e a sua missão demopédica (séc. XVIII e XIX).

Como é que os intelectuais vêm a substituir, na modernidade, os guerreiros e os santos do ponto de vista heróico ? Para responder a esta questão é necessário, pois, compreender a ideia de intelectual, tal como é concebida

904 Ver "Nota Histórica da Edição", in SCHAEFER, Henrique (1899), *História de Portugal desde a fundação da monarquia até à Revolução de 1820 vertida fiel integral e directamente por F. de Assis Lopes, continuada, sob o mesmo plano, até aos nossos dias por J. Pereira de Sampaio (Bruno)*, 5 Vols., Tip. da Imprensa Literária e Tipográfica, Porto, 1899, pp. 866 a 873.

905 Isto mesmo refere um artigo escrito nos dias seguintes ao seu falecimento: *"Como pensador, como escritor [...] não está nesses livros, não chegou a revelar-se, será, por infelicidade para todo o sempre ignorado das multidões ilustradas"*. In *Folha de Viana*, 16 de Novembro de 1915, p. 2.

906 GAMA, Manuel (1994), *O Pensamento* ..., op. cit., p. 151.

na Europa do século XIX, partindo da sua genealogia para chegar à compreensão do conceito[907].

Desde pelo menos cem anos a esta parte que o pensamento ocidental se preocupa com estes novos actores sociais. De facto, eles desempenharam um papel fundamental na preparação de todas as revoluções liberais que se iniciaram com a revolução de 1789. O seu protagonismo político é evidente ao longo se todo o século XVIII. Os *philosophes* reformistas haveriam de dar lugar ao revolucionários liberais. A grande alteração do papel dos intelectuais na Europa, verifica-se pois, na transição do séc. XVIII para o XIX.

O intelectual como "filósofo especulativo", dá origem ao intelectual como "filósofo de acção"[908]. Este ascendente, que desde há séculos o fazia conselheiro dos reis e dos poderosos, é agora sustentado por uma auto-percepção do seu papel. O intelectual, ou "homem de letras", abandona o sua função de censor moral e reveste-se dos atributos dos homens de acção, fazendo-se bandeira da defesa do bem público, benfeitor da humanidade e defensor do progresso. Encarna assim de um papel político que, cingido de uma ética associada à sua condição de intelectual, amplia através dos recursos fornecidos pelos meios de comunicação social. Entre todos eles, os jornais,

---

907 Perspectiva interessante é-nos dada no estudo de Margarida Amoedo sobre o pensamento educativo de Ortega y Gasset. Neste, a autora demostra o caso exemplar do pensador espanhol como o de um intelectual empenhado na modificação político-social através da educação. Os termos: *chefe espiritual*, *actividade enérgica*, *postura renovadora*, são alguns dos que utiliza para definir o seu papel como intelectual associando este papel ao de educador / professor: "[...] *enquanto publicista Ortega foi intelectual, enquanto intelectual, professor e enquanto professor, filósofo.*", in AMOEDO, Margarida Isaura Lourenço da Silva Almeida (1997), *José Ortega y Gasset: A Aventura Filosófica da Educação*, Dissertação de Doutoramento policopiada, Universidade de Évora, Évora, 1997, Vol. I, p. 444 e Vol. II, p. 689, respectivamente.

908 CASTRO, Demetrio (1993), *Burke, La Revolución y los Intelectuales*, Institut de Ciències Polítiques I Socials, Barcelona, 1993, p. 13.

essa "literatura do asfalto"[909], na verdade a mais poderosa forma de condicionamento da opinião pública desde o séc. XVIII

Já está estudado e demonstrado o extraordinário incremento da imprensa periódica no século XIX, e as consequências que daí advieram para a formação de uma opinião publica agilizável pelos *opinions makers*. O aparecimento do intelectual moderno está obrigatoriamente associado a opinião pública, e aos meios de comunicação social que a enformam. O intelectual moderno é muitas vezes um político, mesmo quando recusa este atributo, e portanto um homem de acção, revestido de uma missão que deve fazer vingar por motivo da profunda eticidade com que assume revestir o seu pensamento e acção: o intelectual como um político imbuído de ética – um homem virtuoso - capaz de revalidar a sua acção justamente com base nesse argumento.

É essa a imagem que transparece, e que ele insiste em fazer passar, quer na imprensa, quer na literatura. É alguém que desce da sua "torre de marfim", como ironizam alguns, à liça política, para fazer vencer uma ideia que considera correcta, através do seu prestígio de homem de letras, ideólogo, ou "profissional da inteligência"[910]. O caso mais exemplar é o de Émille Zola (1840-1902) no *Affair Dreyfus* (1894-1906)[911], ou de uma forma mais ibérica e recente o do próprio Bruno, João Chagas ou Simões Coelho no *Caso Ferrer Y*

---

909 DIRKS, Walter (1968), "Las criaturas que preocupan a la Iglesia", in HOFFMAN, Kurt, *Poder e Impotência de los Intelectuales*, Ávila Editores, Caracas, 1970, p. 35.

910 ARON, Raymond (1955), *O Ópio dos Intelectuais ...*, op. cit., p. 298.

911 Ver sobre este tema, e as suas repercussões em Portugal, "O Caso Dreyfus em Portugal", in Revista da Faculdade de Letras n.º 16 / 17, 5º série, Lisboa, 1994; *Dreyfus e a responsabilidade intelectual*, in *Cadernos de Cultura - Suplemento da Revista Cultura*, n.º 2, Centro de Historia da Cultura, Lisboa, 1999 e também, Muñoz-Alonso, Alejandro (1998), *Influências de los Intelectuales en el 98 Francês: El Asunto Dreyfus*, Fundación para el Análises y los Estudios Sociales, Madrid, 1999

Guardia (1907-1909)[912]. Qualquer um deles fornece o exemplo da mobilização dos intelectuais em defesa de uma causa que consideram justa. Este é bem um

---

912 O caso de Dreyfus, como envolvia um julgamento incómodo da III República Francesa, apenas valeu a Bruno um artigo, "Dreyfus", publicado na *Voz Pública*, a 6 de Fevereiro de 1903, portanto, já quando assunto estava em vias de resolução. Ao contrário, o caso da condenação e morte de Ferrer y Guardia (1907-1909) mereceu-lhe vários empolgados títulos na *Pátria*. "Em Espanha", "Espanha Trágica"; "Espanha Lúgubre", "Espanha Casuística"; "Espanha em Crise"; respectivamente a 2 de Setembro de 1906 e 13, 14, 16 e 29 de Outubro de 1909.

Ferrer Y Guardia (1849-1909), o mentor da Escola Moderna, onde se defendia uma educação racionalista e anti religiosa, fora condenado pelas autoridades espanholas dado como evolvido nos acontecimentos da "Semana Trágica" de Barcelona em 1907. Ferrer tornana-se, para os republicanos espanhóis e portugueses, uma das mais poderosas bandeiras ideológicas do princípio do século contra a monarquia. A par de Bruno, João Chagas, nas suas *Cartas Políticas* dedicaria duas ao pedadogo e activista espanhol: " No País dos Frades – Carta a um Civilizado, depois do Fuzilamento de Ferrer", 16 e 18 de Outubro de 1909, n.º 45 e 46, respectivamente. Também Campos Monteiro lhe dedicaria um poema *A Paixão de Ferrer*, Guimarães Editores, Lisboa, 1909, tendo José Simões Coelho apresentado uma biografia do "mártir": *Quem é Ferrer – Crítica e Documentação de sua Obra*, Ed. Guimarães, Lisboa, 1909, já na segunda edição.

Sobre este tema, que iremos desenvolver numa ocasião próxima, existem em Espanha uma literatura abundantíssima ver, por exemplo: RIBAS, António Fabra (1909 ?), *La Semana Trágica – El Caso Maura. El Krausismo*, Prólogo de Alberto Pérez Baró, Seminários y Ediciones S.A., Madrid, 1975; FERNÁNDEZ, Francisco Molins (1991), *La Absolvicion de Ferrer I Guardia*, SPP, S L, Barcelona, 1991; *Barcelona a Francesc Ferrer I Guardia- 80º Aniversari 1909-1989, Recull de Documents, 13 d'Outubre de 1909 / 13 de d'Outubre de 1989*, Fundació Francesc Ferrer I Guardia, Ajuntament de Barcelona, Barcelona, 1989.; FERRER, Sol (1943-1947), *Le veritable Francisco Ferrer, d'après des documents inedits, par sa Fille...*, Ed. Les Deux Sirères, Paris, 1948.; DELGADO, Buenaventura (1979), *La Escuela Moderna de Ferrer I Guardia*, Ed. CEAC, 2ª ed., Barcelona, 1982.; MUNÕZ, V. (1971), *Correspondência selecta de Francisco Ferrer Guardia*, Supplement au "Cenit", n.º

fenómeno emergido do século XIX, a função do intelectual enquanto formador da opinião pública nas causas justas, e portanto a missão do intelectual enquanto mestre, enquanto educador.

Não é, de facto, apenas a sua intromissão na esfera política que dá o timbre da contemporaneidade a este novo intelectual. Directamente associado aos meios que lhe garantem o ascendente social, os jornais, revistas e os livros, este novo intelectual consegue viver da sua profissão. Ou seja, consegue a autonomia económica que antes dificilmente possuía. Esta autonomia económica transforma-se na sua fonte directa de liberdade de acção. Os proventos da sua colaboração em jornais, ou as receitas provenientes da vendas dos seus livros, permitem-lhe uma liberdade até aí raramente usufruída pelos seus pares.

Resumindo, o que caracteriza então este intelectual moderno ? O ter passado a ser também um homem de acção, um político que se crê revestido de ética[913]; a liberdade económica que o salvaguarda de dependências de toda a ordem; um formador da opinião pública por excelência. Em suma, o intelectual moderno, tem mais poder do que jamais algum outro do seu grupo poderia ter sonhado.

Esta modificação do estatuto e função não se fez sem críticas. No livro *La Traition des clercs* (1927), que tanto brado haveria de dar no pós-guerra ,

198, Imprimiere des Gondoles, França, 1971.; PARRILHA, Jaime Martínez (1992), *Francesc Ferrer I Guardia*, Col. "Gent Nostra", Ed. Labor, Barcelona, 1992.; GUARDIA, Francisco Ferrer I (1978), *La Escuela Moderna*, Ed. Zero SA, Madrid, 1978.; FERRER, Sol (s/d), *La vie et l'ouvre de Francisco Ferrer, un Mártir au XX^a siécle*, Librarie Fischbacher, Paris, 1962; LÁZARO, Monés, Sola (1977), *Ferrer Guardia y la Pedagogia Libertária – Elementos para un debate*, Introdución de Jaume Carbonnel, Ed. Icaria, Barcelona, 1980; e ainda a monumental recolha de documentos de D. M. SIMARRO, L. (1910), *El Proceso Ferrer y la Opinión Europea – Tomo I – El Proceso*, Madrid, 1910.

913 DIAZ, Elias (1990), *Ética Contra Política. Los Intelectuales y el Poder*, Ed. Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 1990, e ARON, Raymond (1955), *O Ópio dos Intelectuais...*, op. cit., p. 8.

Julien Benda (1867-1956)[914] desenvolve a tese que a atracção pelo mundo "realista", pela causas nacionalistas, pelo abandono, enfim, do estatuo de isolamento característico dos verdadeiros "clercs" (sacerdotes), o intelectual tinha corrompido a sua função e caído numa cilada de onde dificilmente se conseguiria libertar. Entrara num jogo que não devia ser o seu, cedera às paixões políticas[915] e aos jogos ideológicos, com que passara a instrumentalizar as suas acções e conhecimentos ao serviço de outros. Esta queda original do "intelectual engage" precipitaria o fim de séculos de prestígio que houvera usufruído junto da sociedade, pois tal como Cristo o seu "reino não deveria ser deste mundo"[916]. Na mesma penada acusava os intelectuais nacionalistas, que negavam o espírito universal atraiçoando os seus princípios, e os "escritores de tese"[917], ou seja, aqueles que punham a literatura ao serviço de uma qualquer ideologia. Esta era a sua "traição", e se calhar o seu fim[918].

Bruno defende a tese oposta. O intelectual brunino é politicamente empenhado numa ideia e, filiado ou não num partido, defende através do seu ofício as ideias em que acredita. Ele mesmo se entendia como um "homem de propaganda"[919], como já tivemos oportunidade de ver. A admiração, em

---

914 Julien Benda, ensaísta francês de grande projecção que, baseando-se nos pensadores clássicos do seu país, denunciou as tendências vanguardistas da literatura moderna. A fonte da sua crítica vinha terrível experiência que a Europa tinha passado com a chamada "Grande Guerra" (1914-1918), fruto essencialmente dos nacionalismo exacerbados. Benda critica muito particularmente os intelectuais nacionalistas, que esquecidos da sua vocação universalista, se engajaram nas políticas territorialistas e demagógicas dos seus países.

915 BENDA, Julien (1927), *La Traición de los Intelectuales*, Biblioteca de Sociologia, Argentina, 1974, p. 45.

916 Idem, p. 44.

917 Idem, p. 69.

918 Idem, p. 57.

919 NE, pp. VIII.

diversos pontos da sua obra, que reparte por autores como Victor Hugo (1802-1885), Emílio Zola (1840-1902), Alexandre Herculano (1810-1877), ou por Pérez Galdós (1843-1920)[920] tem essa causa. A "literatura de tese" com fins sociais e políticos que todos eles, com as dividas proporções, praticaram. O próprio Bruno seria justamente o exemplo do intelectual comprometido que Julien Benda tão severamente criticava.

A sua vocação cultural do intelectual, potenciada pela capacidade de mobilizar a opinião pública, fazem dele um agente excepcional da educação popular, e como tal da **demopedia**. É justamente assim que se assumem muitos dos escritores e publicistas portugueses do séc. XIX e XX. É assim, também, que Sampaio Bruno encara o seu trabalho. **A missão dos intelectuais era essa: formar a opinião pública, ou seja, educar o povo**, tal como escreve nos *Modernos Publicistas Portugueses* (1906):

"Ninguém de boa-fé contesta, consoante aqui o frisei já, a ignorância do povo português; ela é mui lamentável. [...] *Assim, força lhe é recorrer aos e*

920 Pérez Galdós, muito citado por Bruno; não apenas nas *Notas do Exílio* (1893), é tido como um escritor modelo; isso porque junta o talento de escritor à critica social nas causas que defende. Particularmente nos *Episódios Nacionales*, exerce ele, segundo Bruno, um verdadeiro magistério literário. Foi de facto em Espanha um dos escritores mais populares do seu tempo, apesar dos seus críticos dizerem que os seus romances e novelas "cheiravam a cebola e alho", no sentido que eram "popularuchos". Ver sobre as novelas de tese de Perez Galdós LLANAS, Maria Pilar A. (1982), *Las Novelas de Tesis de Benito Pérez Galdós*, Institución "Mila y Fontenalas", Barcelona, 1982; e ainda BATLLORI, Francisco Rodrigues (1983), *História y Novela en Los' Episódios Nacionales'*, Imp. Travilla, Madrid, 1983; GALDÓS, Benito Pérez, *Galdós, Periodista*, Ed. Banco de Crédito Industrial, Madrid, 1981; HUAR JR, Leo J. (1968), *Benito Perez Galdoz y la Revista del Movimiento Intelectual de Europa, Madrid 1865-1867*, Ed. Insula, Madrid, 1968; UTT, Roger Lockwood (1979), *Benito Pérez Galdós: Liberalis, Journalism, Iberism (1868-1873)*, University of California, Santa Bárbara, PH. D., 1979

confiar nos profissionais: confiar nos letrados, nos publicistas e nos políticos"[921].

Está claro que o intelectual não surge apenas neste dois últimos séculos. Ele existiu sempre ao longo da história, tendo os seus mais antigos antepassados entre as comunidades filosóficas da Grécia Antiga. Jacques Le Goff demonstrou-nos como o seu papel foi importante na Idade Média, muitas vezes já como "as criaturas que preocupava m a Igreja"[922], entre os quais Pedro Abelardo (1079-1142) e Guilherme de Ockam (1295-1350) [923].

No Renascimento voltamos a encontrá-los. São os Humanistas e Cientistas, muitas vezes condicionados por um mecenato que lhes amplia a função criativa em detrimento da capacidade crítica. Nos séculos XVI e XVII estes "clercs" progridem à sombra dos grandes combates religiosos que opõem a Fé à Razão, Erasmo de Roterdão (1466-1536) ou Inácio de Loiola (1491-1556) são os exemplos das duas milícias em confronto[924] assistindo-se no final do séc. XVII a uma laicização progressiva dos intelectuais num

---

921 MPP, p. 135.

922 DIRKS, Walter (1968), "Las criaturas que preocupan a la Iglesia ...", op. cit., pp. 33 e ss.

923 GOFF, Jaques Le (s/d), *Os Intelectuais da Idade Média*, Ed. Gradiva, Lisboa, 1984, pp. 38 e ss.

924 Ver a este propósito os clássicos: ALBA, Vitor (1976), *História Social der los Intelectuales*, Ed. Plaza Janes S.A., Barcelona, 1976; GRAMSCI, António (1963), *La Formación de los Intelectuales*, Colección 70, Barcelona, 1974, pp. 21 a 36; GARCIA, Rafael y Garcia de Castro (s/d), *Los 'Intelectuales' y la Iglesia*, Ediciones Fax, Madrid, 1935; SANCHES, Lorenzo Dias (1977), *La Función Social y Política de los Intelectuales, K. Marx, F. Engels, Mao Tse-Tung, A. Gramsci, G. Lukács, E. Mendel y R. K. Merton*, Ed. Taller de Sociologia, Madrid, 1977; MORILLAS, Juan Lopez (1959), *Intelectuales y Espirituales*, Revista de Ocidente, Madrid, 1962; LORCA, A. Martinez (1979), *El Problema de los Intelectuales y el Concepto de Cultura en Gramsci*, Universidade de Málaga, Málaga, 1981e NAVILLE, Pierre (1975), *La Revolución y los Intelectuales*, Ed. Galba, Barcelona, 1976.

cenário que Paul Hazard haveria de apelidar de "Crise da Consciência Europeia".[925]

O século das Luzes surgiu já grávido de novidades. Ali, os intelectuais assumem um papel extraordinariamente relevante e algo inédito: a auto percepção, a percepção como grupo, foi fundamental para esta mudança. Estes ilustrados, os *philosophes*, assumem-se não só como um grupo, mas também como um grupo com uma missão, dotados já daquilo que Gusdorf denominou de "consciência revolucionária"[926]: Mas foi a busca de reformas, não a de revoluções, que seduziu este novo grupo[927]. Essas reformas haveriam de assentar na capacidade de ilustrar, ou seja educar, de maneira a conduzir os súbditos dos monarcas ilustrados a uma felicidade terrena, desta vez não adiada. O século XVIII ficou por isso conhecido como o século da educação[928]. Ela constitui o desiderato máximo dos intelectuais, dos quais reis como Frederico II, da Prússia (1712-1786) ou Catarina , a Grande (1729-1796) se cercaram. A actividade deste grupo pode ser magnificamente sintetizada na *Enciclopédia* (1750-1759), o mais importante projecto de instrução pública até aí estabelecido. O projecto enciclopedista ambicionava fazer surgir um novo código de acção e de pensamento. Um verdadeiro triunfo, fruto da colaboração dos intelectuais europeus[929].

---

925 HAZARD, Paul (1940), *A Crise da Consciência Europeia,* Ed. Cosmos, Lisboa, 1971.

926 CASTRO, Demetrio (1993), *Burke, La Revolución y los Intelectuales* ..., op. cit., p. 12; e GUSDORF, Georges (1978), *La Conscience Révolutionnaire*. Les Ideólogues, Ed. Payot, Paris, 1978.

927 HILL, Christopher (1980), *Las Orígines Intelectuales de la Revolución Inglesa*, Ed. Crítica, Barcelona, 1980, p. 17

928 HAZARD, Paul (s/d), *O Pensamento Europeu no Século XVIII*, Ed. Presença, Lisboa, 1983, ver cap. VI, "A Educação", pp. 183 a 191.

929 GUSDORF, Georges (1978), *La Conscience Révolutionnaire* ..., op. cit., pp. 21 a 40; e HAZARD, Paul (s/d), *O Pensamento Europeu*..., op. cit., p. 193 a 205.

Cumpre referir dois aspectos. Por um lado, apesar do que ficou dito atrás, estes "meios sábios"[930] (enciclopedistas), conforme na altura alguns espíritos ironizaram, tinham uma função de *divulgadores do saber* mais, do que *produtores*[931]. Por outro, os próprios *philosophes* assumiam-se como alimentavam sobretudo um "espaço de discussão entre si"[932], mais do que formar a opinião pública, tal como é modernamente entendida. Em França, no Séc. XVIII, era concebida, tão só, como "opinião popular" ou "largamente partilhada"[933].

Todavia, podemos afirmar o princípio de que a missão do intelectual no Séc. XIX já é essencialmente uma missão educativa. Surgida no séc. XVIII, com este grupo dos *philosophes*, foi posteriormente ampliada no séc. XIX pelos publicistas e escritores, "homens de letras" em geral, através de recursos enformadores da opinião pública cada vez mais versáteis. A opinião pública não é mais considerada só "opinião popular", mas uma opinião construída com base em conhecimentos divulgados por esses mesmos intelectuais.

A figura do intelectual era, como vimos, bem mais remoto. Bruno compreendeu bem esta ideia, e nos seus estudos de genealogia da gnose portuguesa recuará até aos confins da Idade Média para recuperar esses *cavaleiros,* que de uma forma oculta desocultavam a alma nacional. Um pouco mais adiante, no séc. XVI, as suas proezas e a sua coragem seriam proporcionais à determinação do inimigo tridentino: O Santo Ofício e os Jesuítas. Os da sua geração teriam outros tantos combates pela frente ...

930 *Encyclopédie ou Dictionaire Raisonné des Sciences des Arts et des Métiers*, (articles choisis), Discours Péliminaire, par D'Alambert (texte integral), Chronologie, introduction et bibliographie par Alain Pons, ..., op. cit., p. 28 e 29.

931 Idem, p. 46.

932 Idem, ibidem.

933 Idem, ibidem.

5.3. A demopedia como trabalho da "Geração Nova"

"Os homens da mocidade de Alexandre Braga cumpriram nobremente o seu dever; deixaram-se atravessar de todas as teorias, de todas as verdades, de todos os entusiasmos, de todas as utopias do seu tempo, vindos na esteira dos reformadores filantropos do século passado, eles tiveram todas as quimeras generosas que a prolixa educação clássica que receberam lhes fez germinar. Acreditaram na regeneração humana por meio de leis sábias, justas, pedindo agora a abolição da pena de morte, depois da proibição do tráfico de escravos, logo a severidade administrativa contra os contractores de má fé, tais como os engajadores etc., e conseguiram por um processo, de resto empírico, produzir o 'quantum' de felicidade social que este processo podia comportar. A nós, homens de um período difícil, em que a energia moral desfalece, de modo a não corresponder em geral a acção à despesa especulativa, cumpre-nos aprender destes que nos precederam a inalterável lealdade, a escravização consciente da alma recta ao ideal que uma vez se formou."[934]

(Sampaio Bruno, Prefácio ao *Discurso antijesuitico de Guilherme Braga*, 1881)

Em 1897 Domingos Tarrozo publicava estes versos, escritos na juventude que dedicara "À Geração Nova", e dos quais nós salientaremos algumas estrofes:

"[...]
Quem educa a criança ? As velhas tiranias.
Quem prepara o futuro ? Os férreos pedagogos.

---

934 BRUNO, José Pereira de Sampaio (1881), "Prefácio", in *Discurso pronunciado no Comício anti-jesuítico, realizado no teatro de D. João a 17 de Abril de 1881 pelo Dr. Alexandre Braga*, Tipografia Ocidental, Porto, p. 20.

Evoquemos da sombra a aurora d'outros dias
Que traga à mocidade a voz d'um novo Logos.

No livro, nos jornais, nos palcos e na praça
Que o pensamento brilhe e a luta se desate.
Demos á lira nova os cantos da arruaça,
Deixemo-la entoar os hinos de combate.

De noite, a construir prisões, mina o terreno
O velho jesuitismo, a escola doa ateus.
Para conter o Imenso um templo é tão pequeno !
Em toda a natureza é onde existe Deus.

D'um lado o despotismo e a sombra do verdugo;
Do outro o fanatismo e a velha inquisição,
Deslisam para nós ... Chamemos Victor Hugo
E vamos despertar a alma de Proudhon.
[...]

Ó geração moderna ! Ajoelha, e com respeito,
Diante do estertor d'essa agonia infinda,
Levanta a pátria-mãe, levanta-a sobre o peito
E dá-lhe o próprio sangue – a ver se acorda ainda.
[...]"[935]

935 TARROZO, Domingos (1897), *Á Geração Nova*, Liv. de António Maria Pereira, Lisboa, 1897. Com este mesmo título também a obra de VEIGA, Simões (1911), *A Nova Geração – estudo sobre as tendências actuais da Literatura Portuguesa*, Tip. França Amado, Coimbra, 1911.

A ideia de educação nacional como trabalho de um *escol*, de uma geração, é recorrente nos intelectuais portugueses de oitocentos[936]. Este grupo de homens de letras formado em torno da "Questão Coimbrã" e das "Conferências do Casino" tinha consciência que formava um grupo de dissidentes – uma "República de Homens das Letras" - ainda que muitas vezes desavinda por questões pessoais e literárias[937]. O sucesso editorial de alguns destes autores, tal como Camilo Castelo Branco (1825-1890), Eça de Queiroz ou Oliveira Martins, entre outros, conjugado com a maximização dos meios de comunicação e divulgação de ideias, que acima referimos, fez com que esta "Geração Nova" usufruísse de um enorme prestígio e influência junto da sociedade portuguesa de então[938]

Muitas vezes o termo "Geração Nova" não se esgota com estes intelectuais da, também chamada, "Geração de Setenta". Incluía outros, pelo seu espírito de dissidência e/ou intervenção social e artística, ou se calhar tudo junto.

Fosse como fosse, as ideias decadentistas do final do século eram directamente proporcionais às grandes esperanças colocadas num futuro

---

936 Ver sobre este tema MARÍAS, Julian (1949), *El método histórico de las generaciones*, Revista de Ocidente, Madrid, 1949. Borja Arquer referindo-se à solidariedade da geração dos intelectuais de 98: "*Por ello, los representantes genuinos del 98 se dinguén por ser autenticos franco-atiradores. Seu espírito geracional nasce y se conjura por la soledad que acompaña a cada uno de sus componentes*", in ARQUER, Borja (1967), *La Generación del 98 Hoy*, Ed. Ramon Sofena, S.A., Barcelona, 1968, p. 24. Do mesmo tema tratou Hernani Cidade neste seu conjunto de ensaios primeiramente publicados em 1956, *Século XIX – A Revolução Cultural em Portugal e Alguns dos Seus Mestres*, Editorial Presença, Lisboa, 1985; onde as figuras de Almeida Garrett, Herculano, Eça, Teófilo Braga, Antero de Quental ou Ramalho Ortigão, são analisadas em termos da sua autoria na revolução cultural portuguesa oitocentista.

937 RAMOS, Rui (1994), "A Nação Intelectual", in *História de Portugal, A Segunda Fundação* ..., Vol. VI., op. cit., p. 56.

938 Idem, p. 59.

próximo, bem como nas gerações que poderiam operar essa mudança. De facto, a consciência geracional constituída em torno das capacidades deste grupo multimodo, constituído por romancistas, jornalistas, críticos, poetas é sob vários aspectos conhecido através do seu legado literário e histórico.

A similitude da histórica ibérica fez com Júlio Garcia Morejón elaborasse uma comparação entre nossa "Geração de Setenta", e a "Geração de 98" espanhola: "aquéllos , los portugueses, son un precedente ibérico luminoso de éstos. Muchas ideas y posturas intelectuales de los regeneracionistas hispánicos, nos traen a la memória actitudes de los revolucionários de Coimbra"[939]. Uns e outros se caracterizam pelo seu europeísmo, autodidactismo e anarquia de leituras, espírito universitário, patriotismo, crítica ao espírito pós-tridentino (Inquisição e Jesuítas), ao absolutismo e à dependência colonial.[940]

Em Abril de 1871 Antero de Quental (1842-1891) publicitava na capa da conferência que produziu no Casino Lisbonense a obra "Programa dos Trabalhos para as Gerações Novas", um texto que se pretendia arrojado, e do qual foi dando notícias a alguns dos amigos (Teófilo Braga, Oliveira Martins e Lobo de Moura). A intenção última consistia em captar "*a verdade e a realidade da revolução, ou melhor, dar o íntimo pensamento da revolução em meia dúzias de ideias claras, ligadas entre si e de que tudo naturalmente se deduzisse*"[941]. Desapontado com a insuficiência das respostas para as perguntas que efectuara, Antero vem a abandonar o projecto entre 1874 ou 1875[942]. De qualquer maneira, Antero representou bem o espírito dessa missão geracional,

939 MOREJÓN, Julio Garcia (1964), "Dos Gerenaciones Ibericas: Paralelismo y asincronia", in *Unamuno y Portugal*, Ediciones Cultura Hispanica, Madrid, 1964, p. 175.

940 Idem, pp. 196 a 208.

941 SERRÃO, Joel (1988), *Antero e a Ruína do seu Programa (1871-1875)*, Ed., Livros Horizonte, Lisboa, 1988, e CATROGA, Fernando (2001), *Antero de Quental* ..., op. cit., p. 22.

942 Idem, ibidem.

por mais de uma vez referindo-se à "missão do escritor" como um "sacerdócio" um "ofício público e religioso" (*Odes Modernas*, 1865), atribuindo claramente uma função social à literatura e à arte[943].

Como refere Óscar Lopes: "*Antero não mais deixará de se conceber investido de uma grande responsabilidade como escritor, mesmo quando substitui o ideal revolucionário pelo de um 'novo misticismo'*".[944]

Igualmente Oliveira Martins (1845-1894), monárquico e socialista, se deslumbrou com essa ideia da geração nova, dedicando-lhe o III capítulo do II Volume da *História Contemporânea de Portugal*: "As Gerações Novas". É a geração da Regeneração com Fontes Pereira de Melo e Pinheiro Chagas, Tomás Ribeiro ou José Estevão à cabeça, "*traçando o quadro das ideias*[945] *que vieram substituindo a da liberdade no espírito das gerações novas e nos homens destacados dos partidos antigos*"[946].

Tal como demonstrou Manuel Ferreira Patrício, Teixeira de Pascoais- Homem da "Renascença Portuguesa" - anos mais tarde, haveria de formular ideias idênticas: o poeta vê a educação portuguesa como actividade realizadora de *ser português*[947], que culminaria na formação do patriota. Por isso ensinar a todos os portugueses a *arte de ser português* era a obra de revitalização de que

---

943 LOPES, Óscar (1983), "Missão social e moral da poesia e da arte", in *Antero de Quental – Vida e legado de uma Utopia*, Col. Universitária, Ed. Caminho, Lisboa, 1983, pp. 29 e ss.

944 Idem, p. 32.

945 Fomentismo, capitalismo, iberismo, republicanismo e socialismo, ver, MARTINS, Guilherme H. de Oliveira (1884), *Portugal Contemporâneo*, 2 Vols., Lello & Irmão – Editores, Porto, 1981, p. 358 e ss.

946 Idem, p. 358.

947 PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1996), *O Messianismo de Teixeira de Pascoais e a Educação dos Portugueses*, Col. Temas Portugueses, INCM, Lisboa, 1996, p. 36; e DIAS, José Manuel Barros (1995), *Miguel de Unamuno e Teixeira de Pascoais. Compromissos Plenos para a Educação dos Povos Peninsulares*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora, Évora, 1995, Vol. II, pp. 808 a 1117.

a *raça* tão necessitada estava[948]. Na sua senda, assim pensarão e trabalharão Leonardo Coimbra (1883-1936), António Sérgio (1883-1969), ou António Sardinha (1887-1925), "renascentistas", "seareiros" ou "integralistas" conjugados pontualmente em esforços de emancipação colectiva através da educação e da cultura[949]. Em Leonardo Coimbra[950], também existe uma forte e clara visão política da educação fundamental, como havia em Sampaio Bruno. A educação é o grande meio de redenção dos povos e dos homens."[951]

Tal como para muitos outros escritores e pensadores de então, no âmago da questão nacional estava a equação educativa e cultural. Por essa razão, qualquer obra válida no campo social e político supunha um trabalho prévio de "moldagem" pedagógico-cultural[952]

A ideia de geração é muito forte, e até precoce, em Bruno. Os artigos que dedica a "Os do Liceu" são reveladores dessa consciencialização. Desde jovens, desde os bancos do Liceu Nacional do Porto, havia qualquer coisa que já predestinava aqueles "talentozinhos escolares", fadando-os para grandes tarefas e trágicas funções:

"A boa (?) estrela que propiciou essa geração ! Geração predestinada, grandemente fatal ... [...] *Todavia, este Liceu do Porto de 1871-72, para ser aquilatado devidamente cumpriria correlaciona-lo com as duas próximas gerações que o precederam com as duas imediatas camadas que se lhe seguiram conviria conjuga-lo*"[953].

---

948 Idem, p. 37.

949 RAMOS, Rui (1994), "A Traição dos Intelectuais", in *História de Portugal* ...op. cit., p. 529 a 561.

950 Como bem o demonstrou PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1991), *A Pedagogia de Leonardo Coimbra – Teoria e Prática*, Porto Editora, Porto, 1992.

951 PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1991), *A Pedagogia de Leonardo Coimbra* ..., op. cit., p. 55.

952 PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1996), *O Messianismo de Teixeira*...,op. cit. p. 37.

953 "Os do Liceu - I", in *A Voz Pública*, 28 de Abril de 1904, p. 1.

O objectivo de descobrir os trabalhos das geração precedentes marca, aliás, claramente o objectivo vários dos seus livros, *A Geração Nova* (1886), *Modernos Publicistas Portugueses* (1906), *O Porto Culto* (1912) ou o *Plano de um Livro a Fazer – Os Cavaleiros do Amor ou a Religião da Razão* (1915). Na *Geração Nova* (1886), por exemplo, Bruno diz seguir o repto lançado por Eça de Queiroz: saber o paradeiro dessa "*extraordinária geração*" que, "educada já fora do catolicismo e romantismo, ou tendo-se dele emancipado dele, se reclamava exclusivamente da Revolução e para a Revolução."[954]. Bruno responde com uma nova pergunta, que é a justificação da obra – apurar os trabalhos desta "extraordinária geração":

"É com o intuito de responder a esta pergunta que, na medida das nossas apoucadas forças, ousamos fazer correr público este modesto volume, a que outros se seguirão, tomando o problema por os seus diversos aspectos a mais e que cumpre atender, até que se possa tentar uma vista de conjunto, compreendendo as variedades de especulação intelectual e dos actos efectivos em que se evidencia o labor, quer que seja, dos que surgiram, em letras e em política, à vida pública, a partir desse movimento de 1865, reivindicando-se dele, concorrendo para o seu objectivo, criticando-o ou alargando-lhe os horizontes.

O conservantismo, desde o começo, compreendeu bem que entrava em cena uma entidade nova; denominou-a imbecilmente de Escola Coimbrã. Depois, Ramalho Ortigão deu o nome que a esses trabalhadores, chamou-lhes 'Os dissidentes'. Teófilo Braga aplaudiu a escolha do termo e caracterizou o movimento. No fim, esses disidentes são a geração nova. Que tem ela feito?"[955]

Também nos *Cavaleiros da Amor* (1915) diz Sampaio Bruno seguir a abandonada proposta de Antero de Quental, que seria a "razão de ser psíquica

954 AGN, p. 5.

955 AGN, pp. 5 e 6.

do seu autor"[956], e que fora o malogrado *Programa para os Trabalhos da Geração Moderna* (sic)[957]. Assim, também a ele, que nunca podera usufruir duma "confiança irreflectida no futuro"[958], lhe assaltara a pretensão de escrever um livro:

"[...] *para o comum da nossa gente mirífico de surpresas, bem que, na sua aparente bizarria, dignificado pela seriedade dum ensino salutar, fecundo de estranhas verdades inesperadas e reveladoras. Obra que seria esotérica e esotérica, complicada e simples, em claro-escuro, misteriosa e ambiciosa.*"[959]

A intenção desses livros era clara, e idêntica à dos *Modernos Publicistas Portuguese*, ou às *Notas do Exílio*: Educar através da divulgação da cultura, "para o comum das nossas gentes", defende Bruno. Provando, com nos seus livros, o "quanto as modernas gerações literárias" se tinham ocupado com "atenção e escrúpulo dos interesses vitais da sua pátria"[960]. Em suma, dar o povo a conhecer-se a ele mesmo, ou seja, a conhecer a sua cultura e portanto os seus poetas, seus escritores, jornalistas, artistas, etc. Intenção semelhante, mas de âmbito regionalista, está expressa nos conteúdos dos 3 volumes dos *Portuenses Ilustres*, completado pelo *O Porto Culto*, que vieram a lume na cidade invicta entre 1907 e 1912.

Esta tarefa de divulgação cultural, feita também através dos muitos artigos que escreveu, já foi salientada atrás, referindo-se o conceito de *digest.*

"*O literato é sempre o intérprete encarregado de fixar no papel as ideias e os sentimentos do homem; a que escritor não cumpre hoje pegar na pena como de uma espada para o combate, que homem de letras, verdadeiramente*

956 PLF, p. 11.

957 SERRÃO, Joel (1988), *Antero e a Ruína do seu Programa* ..., op. cit., pp. 88 a 95.

958 Idem, ibidem.

959 Idem, ibidem.

960 MPP, p. 342.

digno do conspurcado nome, não deve ter por alvo Lanfrey, o fazer do seu pensamento um acto ?"[961]

Esta tarefa da educação através da divulgação foi um desiderato muito comum dos escritores e pensadores contemporâneos de Bruno. Teófilo Braga (1843-1924)[962], Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895)[963] ou Oliveira Martins (1845-1894) foram responsáveis, dentro da área da Literatura e da História de vários trabalhos de síntese cujo objectivo era justamente esse da educação e instrução popular. No prospecto de divulgação da monumental colecção da "Biblioteca das Ciências Sociais", iniciada em 1879 com a publicação da *História da Civilização Ibérica* (1879), justificava assim Oliveira Martins as intenções do projecto:

"*Esta biblioteca* [...] *destinada a vulgarizar entre nós conhecimentos essenciais à vida de uma nação, destina-se não só ao público em geral, mas também ao ensino secundário, que é o alicerce indispensável da sólida ilustração de um Povo* [...] *Generalizar em todas as classes médias portuguesas uma ordem de conhecimentos que, sem ofensa dos nossos brios,*

961 AGN, p. 82.

962 Dentro das principais obras de estudo divulgação da Literatura Portuguesa de Teófilo, não isenta de um certo nacionalismo empenhado em demonstrar o "génio nacional", encontram-se *A História da Literatura Portuguesa, Introdução*, Porto, 1870; *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, Porto, 1892 ou a *Teoria da História da Literatura Portuguesa*, Porto, 1872. Ver HOMEM, Amadeu de Carvalho (1989), *A Ideia Republicana* ..., op. cit., p. 87

963 Pinheiro Chagas, um dos mais importantes e populares escritores de então, escreveria com intuito instrutivos a famosa *História de Portugal* (1867); os *Portugueses Ilustres*, Lisboa, 1869; e os *Brasileiros Ilustres*, Lisboa, 1879, nos quais, pensamos, Sampaio Bruno se haveria de inspirar para escrever os *Portuenses Ilustres* (1907-1908) e o *Porto Culto* (1912). Dentro das preocupações pedagógicas de Pinheiro Chagas incluem-se os vários artigos publicados na colecção "Educação Popular".

se pode dizer ignorarem. [...] *Não será possível rasgar de par em par essa estrada e abrir à juventude a via gloriosa da cidade intelectual ?*"[964]

O objectivo demopédico, muito inspirado nas ideias de proudhonianas, foi comum a homens como Antero de Quental, Oliveira Martins, Teófilo Braga ou Sampaio Bruno, como se sabe. Encarado como responsabilidade intelectual, assentava no princípio, liminarmente sintetizado por um de "Os do Liceu", Júlio de Matos:

" [...] *as revoluções só darão resultado positivo e útil quando* [...] *elas se fizerem nas ruas e nas praças depois de feitas nos cérebros e nos corações* [...] *antes de se fazer as revoluções armadas é preciso ter feito as revoluções psicológicas. Estas só se conseguem derramando largamente a instrução, isto é fornecendo ao povo noções justas sobre a natureza e as sociedades pelo meio mais amplos e simples que se conhece – a imprensa*"[965]

Assim, esta demopedia, prévia a qualquer evolução (que não apenas revolução), era missão dos intelectuais, subassumidos naturalmente por si (enquanto grupo) e pela sociedade, como educadores populares, que, em paralelo com um sistema escolar público e privado muito insuficiente e precário, deveriam prover a essa divulgação cultural, utilizando para o efeito os modernos meios que a imprensa periódica e a literatura permitiam. O trabalho da *geração nova* era esse.

---

964 Além das já conhecidas *História de Portugal* (1879) e *Portugal Contemporâneo* (1881), Oliveira Martins publicaria neste colecção a *História da República Romana* (1885), *Os Filhos de D. João I* (1891), etc. Ver SERRÃO, Joel (s/d), "MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira", in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. IV, Ed. Figueirinhas, Porto, 1985, p. 212. Sobre a divulgação da História portuguesa ver MATOS, Sérgio Campos (1998), *Historiografia e Memória Nacional (1846-1898)* ..., op. cit., especialmente Capítulo III: "Meios Sistemáticos de Divulgação Histórica", pp. 131 a 196.

965 HOMEM, Amadeu de Carvalho (1989), *A Ideia Republicana* ..., op. cit., p. 229.

O papel dos jornalista, e dos jornais, foi essencial. O jornalista, uma espécie de *procurador dos cidadãos*, é uma das personagens em destaque deste projecto intelectual oitocentista. A educação não se esgota no conhecimento da História ou Literatura pátrias, nem na compreensão das novas técnicas, ou na discussão das recentes correntes filosófico-científicas, a educação é sobretudo **educação cívica**, educação de direitos e responsabilidades políticas. Especialmente para a mundividência político-ideológica republicana era importante este conceito de educação cívica.

Tal como Alberto Araújo assinalou, a ideia de formar o *homem novo*, presente nas ideias messianistas de regeneração contemplada nas abundantes imagens utilizadas na época, "Pátria Nova", "Nova Era", "Tempo Novo" "Vida Nova", etc., passava pela laicização das consciências, e pela transmissão de uma cultura cívica, como condição prévia ao triunfo do credo democrático e republicano[966].

O jornalista e o publicista, também eles intelectuais por excelência[967], assumem então este papel de educadores. Na apresentação do programa do novo jornal *A Voz Pública*, a 19 de Abril de 1901, Bruno fala do seu papel como uma "missão na arena santa", que numa época de crise, alguns jornalistas como ele, "meteram a seus ombros o duro encargo de aconselhar e orientar a opinião nacional".[968] Neste outro texto publicado no mesmo jornal a 5 de Janeiro de 1901, Sampaio Bruno descreve a importância dos jornalistas, "procuradores dos cidadãos", verdadeiros "escritores públicos", fundamentais para a salvaguarda de direitos e liberdades cívicas, sendo os seus jornais focos de difusão dessa *pedagogia cívica* que estamos a falar:

---

966 ARAÚJO, Alberto Filipe Ribeiro de Abreu (1994), *O 'Homem Novo' no Discurso Pedagógico de João de Barros* ..., op. cit., pp. 103 e 104.

967 Todo o escritor, ou romancista, colaborava nessa altura em jornais, o que constituíam também uma forma de publicidade à sua obra.

968 "*A República – A Voz Pública* – O Nosso Programa", in *A Voz Pública*, 19 de Abril de 1901, p. 1.

"Ora, uma das verdades que directa e proximamente interessam á vida das nações é que o jornalismo político é o veículo natural, adequado, idóneo e fácil. O prejuízo, pois, do jornalismo é, indirecta, mas seguramente, o prejuízo da nação, e o cidadãos livre deveria considerar como uma ameaça aos seus direitos e aos seus interesses toda a coacção exercida sobre a pena dos jornalistas. Os cidadãos nunca deveriam esquecer que, para os distinguir dos outros (poetas, romancistas, etc.,) lá fora só para os jornalistas é que se reserva o nome de escritores públicos. Porque que é que se chama aos jornalistas os escritores públicos ? Porque eles são como os procuradores dos cidadãos. Se o procurador estiver coacto, a parte não poderá fazer valer o seu direito.

Se o jornalista não poder escrever, o cidadãos não poderá falar em público."[969]

De facto, Bruno assumiria plenamente a sua missão de "homem de letras", não apenas como jornalista, mas também como escritor e ainda como bibliotecário[970]. Três meios distintos de exercer a sua "missão intelectual" com um objectivo comum.

Não deve ser relativizado o papel de Sampaio Bruno na direcção da Biblioteca Municipal do Porto, entre 1909 e 1915. Nesses seis anos, ele trabalharia na divulgação de fontes manuscritas inéditas tais como a *O Livro da Corte Imperial* (1910) , *O Livro da Virtuosa Benfeitoria do Infante Dom Pedro* (1910) ou *Fastigimia* (1911) *Anacrisis Historial* (1912), aos quais acrescentou estudos introdutórios. A edição foi a sua prioridade, mas procuraria também melhorar os serviços e a acessibilidade do público à Biblioteca, através da ampliação do edifício, benefício das instalações e melhoria de acessibilidade e conforto dos leitores.

Defensor e frequentador assíduo da Biblioteca Municipal do Porto,

969 "O Jornalismo", in *A Voz Pública*, 5 de Janeiro de 1901, p. 1.

970 GAMA, Manuel (1994), "O perfil moral e intelectual de uma figura de mestre", in *O Pensamento* ...,op. cit., pp. 152 a 160.

Bruno foi um entusiasta das Bibliotecas Populares, como meios fundamentais de educação das classes operárias e do povo em geral. A questão educativa passava também pela auto-educação ainda que nesse princípio de séculos as taxas de analfabetismo fossem, como se sabe, tão elevadas[971].

Este excerto do seu artigo "Bibliotecas Populares" foi publicado em 1907, justamente no ano em que editava dois estudos sobre as bibliotecas mais importantes do Porto: A Biblioteca Municipal e a Biblioteca do Ateneu Comercial, na revista *Serões*[972], posteriormente reeditados no Vol. III dos *Portuenses Ilustres* (1908)[973] . Estes estudos exemplificam bem o relevo educativo que o autor dava às bibliotecas em geral, e ao incremento das bibliotecas populares em particular.

Na segunda metade do Séc. XIX cada vez mais as bibliotecas públicas representavam uma fonte de formação e informação. Um público muito heterogéneo, no mais das vezes com poucos recursos para aceder à compra de livros, é o seu frequentador. A circulação e leitura de livros nas bibliotecas era, como se sabe, um indício evidentemente da própria ampliação da cultura geral. Esta leitura estabeleceu-se crescentemente como fonte essencial de auto-educação científica, cultural e estética de um público, cada vez mais ávido de conhecimentos, habilitado já a aumentar os seus recursos instrutivos através de bibliotecas de acesso público[974].

---

971 Em 1911 a taxa de analfabetismo (masculino e feminino) rondava os 75 % da população portuguesa, Ver, CARVALHO, Rómulo de (1986), *História do Ensino em Portugal* ..., op. cit. p. 710.

972 " A Biblioteca Pública do Porto – I – Sua Fundação e Instalações (n.º 16); Idem, - II Os Impressos (n.º 17), idem, III Os Manuscritos (n.º 18) idem, IV Conclusão (n.º 20), in *Serões – Revista Mensal Ilustrada*, Lisboa, 1907.

973 PI, Vol. III, pp. 7 a 77.

974 LISBOA, João Luís (1998), *Mots (dits) Écritis: Formes et Valeurs de la Difusion de Ideés ao 18 Éme siecle au Portugal*, Instituto Universitário de Florença, Florença, 1998 e NUNES, Maria de Fátima (s/d), "A Leitura em Portugal 1851-1910", texto dactilografado policopiado, Universidade de Évora, Évora.

"As bibliotecas populares instruiriam operários nas minudências dos progressos técnicos de suas artes e ofícios, e nelas estudiosos aplicados poderiam adquirir noções úteis, científicas e filosóficas. A mesma cultura estética dispõe o espírito para os reptos generosos e elevados, ela é um indirecto mas eficaz processo de educação e de sentimento cívico."[975]

Podemos assim dizer que em Bruno coexistiram três formas diferentes de educação : os jornais, as bibliotecas e os livros. De todas eles, os livros, alguns livros, como *A Ideia de Deus* (1902), *O Encoberto* (1904) ou *Os Cavaleiros do Amor* (1915), pelos seus conteúdos, temas, escrita e estrutura, representavam uma espécie iniciática de educação, para a qual o leitor, de forma a descobrir a causa "última e misteriosa", teria (e terá) de possuir razoáveis conhecimentos filosóficos, metafísicos e mesmos esotéricos, sob pena de lhe passar ao largo[976] esse trabalho de *gnose colectiva* que Sampaio Bruno tentou levar a cabo.

Neste último capítulo escolhemos analisar a obra *Os Cavaleiros do Amor* (1915). Não porque seja a sua última obra, mas porque é paradigmática dessa espécie iniciática de educação, terceiro e último plano educativo, que em diversas profundidades e registos, Bruno nos deixou.

975 "Bibliotecas Populares", in *A Voz Pública*, 13 de Outubro de 1907, p. 1 e tb. PI, Vol. III, pp. 128 a 133.

976 E ainda assim, pensamos como muitos, que a obra de Bruno não está completamente decifrada, ou sequer algum dia o será. Ficar-nos-á sempre a interrogação se os livros que Bruno pretendia escrever, e que seriam reveladores de toda a sua teoria, a tal *literatura invisível* que atrás se falou, viria esclarecer ou adensar o mistério...

5.4. Os Cavaleiros do Amor – A educação como *"gnose* [977] *colectiva"*

"Uma nova cavalaria apareceu sobre a terra da incarnação [...] *É nova e ainda não experimentada no mundo onde trava um duplo combate, tanto contra adversários de carne e osso, como contra o espírito do mal dos céus. Os seus cavaleiros resistem pela força do seu corpo a inimigos corporais, o que não considero maravilhoso por não ser raro. Mas que façam guerra pela força do espírito contra os vícios e os demónios, a isso acharei eu não só raro, como digno dos maiores louvores concedidos ao religioso* [...] *O cavaleiro é verdadeiramente destemido e irrepreensível porque protege a sua alma com a armadura da fé, tal como cobre o seu corpo com a cota de malha."*[978]

(S. Bernardo de Claraval, referindo-se em 1130 aos Templários, por altura da pregação da II Cruzada)

Somos da opinião de Joel Serrão quando este afirma que *Os Cavaleiros do Amor* (1915). É um livro "bem estranho". Uma obra onde se "cristalizam todas as virtualidades positivas e negativas do escritor e do pensador"[979]. Uma verdadeira "história dos iniciados ibéricos"[980], *cavalaria espiritual* do Amor e da Razão[981].

Curiosamente este livro parece o negativo da célebre obra de Menendez y Pelayo (1857-1912) (abundantemente citada por Bruno) *História de Los*

---

977 Para compreensão deste conceito, e das suas relações com a cultura portuguesa, consultamos o livro de HOLDING, Marta (1997), *A Influência Gnóstica na Literatura Portuguesa*, Ed. Fundação Lusíada, Lisboa, 1997.

978 MARILLIER, Bernard (1998), *Templários*, Ed. Hugin, Lisboa, 1998, p. 7.

979 SERRÃO, Joel (1957), " Sampaio Bruno", in *Estrada Larga* ..., op. cit., p. 113.

980 Idem, 124.

981 Sobre o historial da publicação desta obra póstuma, consultar o Posfácio de Joaquim Domingues feito à edição de 1996, da Imprensa-Nacional da Casa da Moeda.

Heterodoxos Españoles (1880-1882). A presença da obra de Pelayo é tão forte, quanto é evidente que Sampaio Bruno parece combatê-la em cada página destas suas enigmáticas páginas.

De facto, *Os Cavaleiros do Amor*, que Joel Serrão apelidou de "iniciados ibéricos", representam a mesma linhagem intelectual daqueles que D. Marcelino apelidou de *heterodoxos espanhóis*. E se para o filólogo espanhol eles vinham desde a Idade Média representando a desnacionalização da cultura e da raça espanhola - só sustida pelos laços culturais e espirituais do catolicismo, a custo mantidos pelo "benéfico trabalho" da Santa Inquisição nos países pró-tridentinos (Espanha, Itália e Portugal) -, para Bruno eles são os redentores que, há distância de séculos, se conjuram na libertação de Portugal. Libertação, portanto, daquela mesma força que D. Marcelino acreditava haver fundido a Península Ibérica, mero território geográfico, numa unidade efectiva e afectiva, cultural e, por momentos, até política (1640-1668): A Fé Católica[982].

Na realidade, sabemos que discussão em que envolve estes dois pensadores vem desde as brumas da Europa medieval. Já então opondo os nominalistas e realistas no torneio intelectual emblemático denominado por "Querela dos Universais"[983], onde Pedro Abelardo (1079-1142) se confrontou

---

982 Sobre D, Marcelino Menéndez y Pelayo ver, CAYELA, Arturo (1939), *Menendez Y Pelayo Orientador de la Cultura Española*, Editora Nacional, Madrid, 1939; EMBID, Florentino Prez (1962), "Menéndez Pelayo y los Krausistas", in *Textos Sobre Espana*, 2ª ed. Biblioteca del Pensamiento Actual, Ed. Rialp, Madrid, 1962; pp. 59 e ss.; BLANCO, Edmundo Gonzáles (1930), *Menéndez Pelayo y sus Ideias*, Col. "Hombres e Ideas", Ed. Jason, Barcelona, 1930 e ABELLÁN, José Luís (1988), *História Crítica del Pensamiento Español – La Crisis Contemporânea I, La Restauración Canovista (1875-1897)*, Ed. Círculo de Leitores, Madrid, 1993.

983 Debate fundamental da lógica e da filosofia medievais, especialmente vivo entre Pedro Abelardo e Guillaume de Champeaux. Os nomes comuns, de géneros ou de espécies são os *universais* que se podem aplicar a um sem número de objectos particulares, mas, e a questão era esta, poderão eles se aplicar a outras tantas realidades ou a outras tantas essências ? Ou serão apenas puras criações da

com o seu antigo professor, Guillaume de Champeaux (1068-1122). O eterno combate entre a Fé e a Razão (pois não é outra a raiz) assume na História do Pensamento Europeu toda a sorte de nomes e formas, mas haveria de encontrar, pós revolução francesa, uma tónica comum no extremamento de posições das forças em confronto.

As vagas produzidas por esse embate submergiram grande parte da discussão político-intelectual do ocidente oitocentista. Os binómios tradição e progresso, liberdade e opressão, castiços e estrangeirados, razão e religião e por aí adiante, foram travados em debates empobrecidos, por vezes, por um manicaísmo estiolante em termos de ideias.

A *teoria da conspiração* dos intelectuais estrangeirados já havia sido ensaiada com muito sucesso, por parte do pensamento conservador, pelos autores Joseph de Maistre (1753-1821)[984] , o Abade de Barruel (1741-1820) ou Edmund Burke (1729-1797).

A tese da conspiração maçónica, dos intelectuais europeus unidos em torno de lojas, com o fim explicito de derrubar o Trono e o Altar, ganhou extraordinária popularidade com a obra do Abade de Barruel, *Mémoires pour servir à l'histoire du jacobinisme*, (1797-1798). Para o famoso contra-revolucionáro francês, a conspiração filosófica, aliada à conspiração maçónica, fez parte de uma estratégia há muito preparada, que haveria de culminar em 1789 com a Revolução Francesa. Como refere Raul Girardet, para Barruel: "*a génese e a conduta da Revolução Francesa eram essencialmente atribuíveis*

inteligência humana – nomes ou *nomina* ? Guilherme, ou Guillaume de Champeaux, inclina-se para o realismo, enquanto Pedro Abelardo defende o nominalismo, sendo um dos primeiros nominalias nesta famosa Querela dos Universais, ao lado de Roscelin (1020-1120). Ver GILSON, Étinne (1986), *A Filosofia na Idade Média*, Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1995, 288-291 e 339 a 362, GOFF, Jacques le (1964), *A Civilização do Ocidente Medieval*, Ed. Estampa, Lisboa, 1984, Vol. II, pp. 93 e 94 e 350

984 Foi um dos principais adversários das doutrinas da Revolução Francesa. Em 1799 esteve ao serviço de Carlos Manuel IV da Sardenha, sendo igualmente embaixador em Sampetersburgo entre 1802-1817 de onde assistiu a derrota napoleónica.

às maquinações da franco-maçonaria, herdeira de uma longa tradição de ódio para com a Monarquia e a Igreja."[985]

Para Burke, no seu livro *Réflexons on the Revolutions in France* (1789), a revolução Francesa fora o resultado de uma conspiração de ideias, levada a cabo por ateus e descrentes, associados a novos interesses crematísticos de classe (burgueses). Os "novos fanáticos do poder popular arbitrário", usufruindo de um "monopólio literário"[986], essa "gens de lettres"[987], verdadeiros "agentes revolucionários"[988], resolveu, espuriamente, envolver-se na política, para a qual não se achavam minimamente dotados, devido, tanto às suas tendências abstracionistas, quanto à inexperiência governativa. O resultado estava à vista: monarquia francesa e a França arrastadas para a tragédia, que por sua parecia querer se alastrar aos outros países [989]. A História confirmaria o tom profético desta afirmações.

---

985 GIRARDET, Raul (1986), *Mitos e Mitologias Políticas*, Ed. Companhias das Letras, São Paulo, 1986, p 33. Em Portugal esta polémica ganha contornos mais regionais opondo castiços e estrangeirados, e depois de 1789 ou da Revolução Liberal de 24 de Agosto de 1820, com a oposição entre um Borges Carneiro ou um Agostinho de Macedo, ou entre um Fernandes Tomás ou um Fortunato de S. Boaventura, e por aí em diante. Dividindo-se por aqui a linha entre revolucionários e contra-revolucionários. Ver, DIAS , J. Sebastião da Silva (1953), *Portugal e a Cultura Europeia,* Universidade de Évora, Évora, 1993 ; idem, *A Política Cultural da Época de D. João III* , Coimbra, 1969 ; idem, *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século*, Coimbra, 1973 ; idem, *A Congregação do Oratório de Lisboa , Regulamentos Primitivos* , Coimbra, 1966; TORGAL, Luís Manuel Reis(1973), *Tradicionalismo e Contra-Revolução , o Pensamento e a Acção de José da Gama e Castro* , Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 3 a 5

986 CASTRO, Demetrio (1993), *Burke, La Revolución y los Intelectuales ...*, op. cit., p. 9

987 idem, p. 11.

988 Idem, p. 19.

989 Idem, pp. 18 e 19

A tese da conspiração antimonárquica e anticatólica[990] era assim por demais conhecida de D. Marcelino Menéndez Pelayo, quando escreveu a sua

990 "*Entendeu-se, durante muito tempo e erradamente, a contra-revolução como um fenómeno político pobre, um fenómeno de mera reacção, coincidente ou posterior à "grande revolução" de 1789. Os estudos actuais, liderados pela historiografia francesa, têm vindo a desfazer, desde alguns anos a esta parte, este equívoco. Hoje, não só é ponto assente a anterioridade do pensamento contra-revolucionário à revolução, como também se sabe que este pensamento, convertido, é preciso assinalar, noutro conceito mais abrangente e enriquecedor de pensamento conservador, é tão velho como o mundo, tal como a luta entre o pensamento conservador e o pensamento progressista é tão antiga quanto a própria história da humanidade.*

A miopia que levou a ver a contra-revolução como um fenómeno de mera reacção à revolução foi, entre outras razões, a que se devem juntar as razões de ordem ideológica, causada pela preponderância da análise política dos fenómenos revolucionários e contra-revolucionários que, por consequência, acabava por dar um papel de subalternidade temporal e mesmo intelectual ao pensamento contra-revolucionário. Mas, à medida que a historiografia ajustou o seu óculo de análise para os fenómenos culturais e mentais e, por outro lado, iniciou a arqueologia das gerações perdidas, esta imagem pulverizou-se e dela nasceu, pela primeira vez, a consciência da importância que o pensamento conservador (de que o contra-revolucionário é apenas um dos seus reflexos) assumiu para a história da cultura ocidental, por exemplo, a partir do séc. XVI como resposta às heterodoxias religiosas. O conflito entre estas duas maneiras de ver o mundo- progressista e conservadora - tem marcos históricos de agudização de que, para não nos afastarmos mais, apontaríamos apenas os movimentos da Reforma e Contra-Reforma. Mais tarde, a luta contra o filosofismo, as suas ideias "ímpias" e o seu "braço armado" (a maçonaria) foi, durante o séc. XVIII, o pomo da discórdia entre estes dois modelos. Num e noutro momento, a Religião, ou melhor a Igreja, constituíram a vanguarda e a guarda do pensamento conservador e integrista[990]. Assim, quando em 1789, e nos anos que se seguiram, a instituição monárquica foi posta em causa, esta tornar-se-ia natural aliada da Religião. A defesa do Trono e do Altar parece ser uma realidade

História de Los Heterodoxos Españoles (1880-1882). Também Bruno, ao redigir os textos que compõem os *Cavaleiros do Amor*, a conhecia, como bom republicano e livre pensador[991]. A conspiração tinha, contudo, sinal inverso[992]. A sua conspiração é uma espécie de "conspiração branca", onde os personagens, muitas vezes os mesmos que ameaçaram a *Espanha eterna* de D. Marcelino, faziam aqui papel de heróis em vez de vilões[993]. Temos a sensação de ver um de filme de cowboys ao contrário! É esse, justamente, o caso do

---

política operante a partir de 1789, se bem, é certo, que a sua aliança seja muito mais remota.

Pelas circunstâncias históricas conhecidas, tinha de caber à França a maternidade do pensamento e da acção contra-revolucionários como fenómeno político dos séculos XVIII e XIX. Em Portugal é muito mais tardio o aparecimento de obras de defesa da Religião e da Monarquia, e estas surgem inicialmente como reflexo dos acontecimentos franceses, reflexo este que deve ser visto na óptica profiláctica anticontágio jacobino. Quando a 24 de Agosto de 1820 se desencadeou no Porto o movimento revolucionário que daria espaço ao primeiro liberalismo português, não estavam desprevenidos os pensadores contra-revolucionários nacionais, educados contra 30 anos de experiência revolucionária francesa.", In PEREIRA, Sara Marques (1995), *D. Carlota Joaquina e os 'Espelhos de Clio" – Actuação Política e Figurações Historiográficas*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1999, pp. 134 e 135.

991 No *Encoberto* refere-se a ela deste modo:

"O conde José de Maistre reserva-se escrevendo que não diz que todo o 'iluminado' fosse franco-mação; que diz, tão somente, que todos quantos ele conheceu, em França sobretudo, o eram. [...] *Estabelecido nestes desproporcionados termos o conceito, ele é quimérico e indigno de uma cabeça filosófica; mesmo o vulgo, no fim, se recusará, pelo simples bom senso, a acreditar que as revoluções foram tramadas com alguns séculos de antecedência por uma centena de conspiradores adentro dos seus misteriosos conventículos; é o desvairamento pelo exagero, duma rota estreita.*", in OEN, pp. 296 e 297.

992 SERRÃO, Joel (1986), *Sampaio Bruno* ..., op. cit., p. 168.

993 LEVI- STRAUSS, Claude, *Mito e Significado* , Edições 70, Lisboa, 1989, cap. IV "Quando o mito se torna história", p. 63

misterioso personagem luso espanhol, Pascual Martinez, já trás referido. Para ele os conspiradores eram os jesuítas a "negra milícia" e a Inquisição, comandados à distância pelo Vaticano. Como refere R. Girardet, o século o XIX haveria de fomentar, fascinado, estas teorias de conspiração e contra-conspiração num jogo de espelhos sem fim:

"*No limite, nesse jogo desconcertante e praticamente infinito de espelhos invertidos, todo o Complô, todo o empreendimento de manipulação clandestina tende a assegurar a sua legitimidade apresentando-se como um contra-complôt, um contra-emprendimento de manipulação clandestina.* [...] *Resta constatar esse espantoso movimento de fascínio que faz do século XIX europeu e de seus prolongamentos imediatos o que se pode considerar a idade de Ouro da Conjuração.*"[994]

Menendez Pelayo[995], que Bruno adjectiva de "católico militante"[996] e "autor da sanguinária fumosa *História de los heterodoxos españoles*"[997], representava o tipo de intelectual católico integrista que, fazendo a História de Espanha da frente para trás, descobria as raízes dessa descrença dissolvente da contemporaneidade espanhola (liberalismos, socialismos ou republicanismos, etc)[998].

---

994 GIRARDET, Raul (1986), *Mitos e Mitologias* ..., op. cit., p. 60.

995 D. Marcelino fora director da Biblioteca de Madrid entre 1898-1912, e grande frequentador da Academia Real de História de Madrid, na calle de León, onde aliás tinha um gabinete. Seria muito interessante saber em que data, precisamente, Bruno tomou contacto com a sua obra (*Los Heterodoxos*) ou se, nas suas idas a Madrid já como bibliotecário, se terá encontrado com ele.

996 Idem, p. 62.

997 PLF, p. 67.

998 De acordo com a teoria romântica, tanto Menéndez Pidal como M. Pelayo, acreditavam na existência de uma *personalidade nacional* e no *génio do povo* e da

Para ele, a longa e soturna conspiração iniciara-se logo com Pedro Abelardo: "*todas los yerros de la filosofia gentil , todas las aberraciones y delirios de la mente humana* [...] *tivieron algunos, si bien que raríssimos, sectarios aun en los siglos más oscuros de la Edad Media*"[999]. A obra seguia, depois, elaborando uma lenta e longa arqueologia dessa linhagem de intelectuais suspeitos, acabando por ser uma das mais poderosas e magníficas sínteses do pensamento hispânico do seu tempo[1000].

---

raça. A unidade da civilização espanhola fora lavrada pelo 3º Concílio de Toledo. Diz Menéndez Pelayo:

"*Hay en el pensamiento iberico tales caracteres y aptitudes, tales rasgos de identidad a través de los siglos y de las civilizaciones más distintas* [...] *que es sino rigorosa justicia, conceder a nuestra raza un lugar aparte en la História de la Filosofia*", in MENENDEZ-PELAYO, D. Marcelino (1881-1884), *La Mística Española*, Ed. Afrodisio Aguado S. A., Madrid, 1956, "Prólogo", p. 71.

999 PELAYO, D. Marcelino Menéndez (1882), *História de los Heterodoxos Españoles. Regalismo y Enciclopédia. Los afrancesados y las Cortes de Cádiz. Reinados de Fernando VII e Isabel II. Krausismo y Apologistas Católicos*, Ed. Porrúa, México, 1998, p. 3.

1000 ABELLÁN, José Luís (1988), *História Crítica del Pensamiento Español*, pp. 377 a 431. A obra e o pensamento de D. Marcelino haveria de fazer escola numa parte importante da intelectualidade espanhola, de entre os quais poderemos contar Adolfo Bonnilla y San Martín, Miguel de Unamuno ou mesmo o próprio José Luís Abellan. Ver, por exemplo, de UNAMUNO, Miguel de (1943), *En Torno al Casticismo*, Ed. Espasa Calpe Argentina, México, 1952, o Capítulo "A Tradição Eterna (1895)": "*el mundo de los silenciosos, en este fundo del mar, abajo de la história, es donde vive la verdadera tradición, la eterna, en el presente, morre el passado muerto para siempre y enterrado en cosas muertas*", p. p. 29. Sobre a ideia unamuniana de Progresso a partir da Tradição, que aliás, também Bruno defende, ver DIAS, José Manuel Barros (1995), *Miguel de Unamuno e Teixeira de Pascoais* ...op. cit., p. 257.

É, pois, com intenção oposta que Sampaio Bruno parte igualmente para a ontopsicologia[1001] portuguesa, guiado pelos "Cavaleiros do Amor", de forma a "*revelar aos portugueses de modo concreto e tangível o segredo da terrível contingência histórica em que o destino nos situou*"[1002] na construção do *logos* nacional, talvez mais *heterologos*[1003], como refere Maria Helena Varela:

"*A nossa existência histórica perdeu-se na 'Distância' e na 'ficção'. Só existimos longe, for a de nós, no Oriente do sonho, ou no Ocidente impensado ainda. Ora exageramos o explendor épico da viagem, ora nos rendemos inferiorizados e fascinados pelos estrangeiros modelos, atribuindo-lhes funções salvíticas, mítico mágicas. Mas o sentido que tivemos e ainda temos de nos julgar orientados por um providencialismo transcendente parece constituir a explicação mais profunda da nossa cultura, mais do que qualquer leitura positivista dos factos. Por isso, em António Vieira, Sampaio Bruno, Fernando Pessoa, Agostinho da Silva e tantos outros, um projecto universalista e messiânico, uma 'missão' numinosa e transcendente parece dominar, dos mitemas sebásticos e quinto imperialistas, aos filosofemas algo impuros, como uma espécie de arquétipo fundador do nosso insconsciente colectivo.*"[1004]

1001 ABELLÁN, José Luís (1988), *História Crítica del Pensamiento* ... op. cit., p. 409.

1002 DOMINGUES, Joaquim (1996), "Posfácio" in, Plano de um Livro a Fazer ..., op. cit., p. 311.

1003 VARELA, Maria Helena (1996), *O heterologos em língua portuguesa: Elementos para uma antropologia filosófica situada*, Ed. Espaço e Tempo, Rio de Janeiro, 1996.

1004 VARELA, Maria Helena (2002), "A Cultura Portuguesa. Um Percurso na Terceira Margem", in *Conjunções Filosóficas Luso-Brasileiras*, Ed. Fundação Lusíada, Lisboa, 2002, pp. 277 e 278.

A busca, no sentido de *quest intelectual*, pela cultura portuguesa, e também ibérica, fá-lo-á andar em caminhos muitos próximos dos trilhados por Menéndez Pelayo. A Literatura peninsular era antiga fórmula da libertação da Humanidade das novas prisões em que agora se achava, tal como o diz neste elucidativo artigo da *Voz Pública*:

"*Literatura Peninsular – É uma História dis Iniciados Ibéricos que há-de preparar a revolução, que se concebe como todo o esforço contra a guerra, a escravatura, a tirania, a exploração do homem pelo homem; a revolução é toda a doutrina e todo o acto que encaminha para a paz; que dê aos homens a Liberdade, a Igualdade, a Fraternidade.*"[1005]

Antes, foram a Inquisição e os seus Índices expurgatórios[1006] que obrigaram as suas vítimas a uma verdadeira diáspora intelectual. Pois que, diz Bruno "*desses monstros uivantes contra a Razão, nenhum foi mais tremendo e cruel que o Santo Ofício da Inquisição*"[1007]. Na *Questão Religiosa* (1907) retoma esta tese por diversas vezes, realçando os efeitos nocivos no estado do nosso *Portugal Mental*:

"*Assim sucedeu na Espanha e em Portugal com o estabelecimento do tremento tribunal do Santo-Ofício da Inquisição e com os Indices expurgatórios, pelo exame e censura, correcção ou condenação dos livros.*

A bitola da intelectualidade média vai baixando a olhos vistos e consideravelmente de época para época, concomitantemente decai a craveira da dignidade cívica, na convergência rapida para se prostrar de rojos".[1008]

1005 "A Humanidade", in *A Voz Pública*, 24 de Setembro de 1904.

1006 PLF, P. 91 A 98.

1007 PLF, p. 98.

1008 AQR, p. 417.

Por tudo isso, se explicará, que esses cavaleiros, "santos e heréticos"[1009] - organizados por vezes em lojas, as Academias, utilizando como espada a razão em vez da fé - preparassem desde de longe a revolução:

"As Academias são as Lojas. E a 'nova cavalaria', cá os temos, seus cavaleiros. São os Cavaleiros do Amor; são os Cavaleiros do Espírito. Isto é, são os que professam a Religião da Razão. E de longuíssima data preparando-a, se encaminham para a Revolução."[1010]

Sobre o Amor, brasão tão singular dessa cavalaria, explica-o também Bruno no texto "Do Amor – Não Amor":

"De modo que os fiéis-do-Amor são os fiéis, não do amor, mas do contrário de Roma. Os fieis-do-Amor são os infiéis de Roma. Os que são pelo Amor são contra Roma. Como os fiéis-de Roma são os infiéis do Amor, os contrários ao Amor, os inimigos do Amor. Exemplo formidável: a besta-fera, o mostro horrendo do Santo Ofício da Inquisição, essa 'esfinge humana' do pastor, fiel-do-Amor, Fernão Álvares do Oriente.

Em suma: Amor não é amor; Amor é Anti-Roma."[1011]

Tal como eles, o leitor terá, ele próprio, de se *iniciar* nessa "renda de bilros cultural" que Sampaio Bruno vai tecendo:

1009 São alguns deles, o casal real D. Dinis e a Rainha Santa Isabel, os poetas e escritores João de Barros, Gil Vicente, Duarte Galvão, Alexandre Caetano Gomes; Manuel Veiga Tagarro, Francisco Rodrigues Lobo, Joséphin Péledan, Álvaro Pais, frei Soeiro Gomes, S. Frei Gil, o Betato Amadeu, Diogo Camacho, Manuel Faria de Sousa e António José da Silva, conhecido como "O Judeu", condenado pelo Santo Ofício.

1010 PLF, p. 240.

1011 PLF, p. 37.

"Eles constituirão uma irmandade, por degraus sucessivos ascendendo na posse da lenta plenitude da Razão, suavemente obedecendo, suavemente mandando, usufruidores duma liberdade que coexiste com a obediência, crescente, segundo avançam nos graus da iniciação e consoante cada vez mais cada qual progride na aquisição perfeita dos escondidos mistérios"[1012]

O anti-romanismo faz parte, portanto, deste programa educativo e iniciático, que passa por conhecer os nossos antepassados "libertadores", envolvidos numa "conspiração de silêncio", mas todo eles unidos e guiados pela razão, opondo-se a uma Igreja obscurantista que muitas vezes os censurou, perseguiu e ostracisou, através da Inquisição, do Índex e enviando ainda uma ordem que nivelasse os espíritos e precavesse dissidências – Os jesuítas.

Para Bruno, Portugal assiste desde há séculos a uma luta silenciosa (porque silenciada), entre as forças da *luz* e as das *trevas*. Os heróis, "moderna cavalaria espiritual" (simbolizando o Amor), são os mesmos intelectuais dissidentes e heterodoxos, que as forças das trevas (simbolizadas por Roma) vêm combatendo. A missão de conduzir os Portugueses para o Progresso é correlata, porque inclusa, à missão de conduzir a Humanidade para a mesma perfeição, antecâmara, na consumação dos séculos, da *reintegração na unidade*. Bruno, procurava assim no passado colectivo de Portugal, a História do Futuro num messianismo de novas cores e antigas intenções[1013]...

1012 PLF, p. 238.

1013 " *A história chega para dar sentido à vida de um povo. Só o pode recapitular. Antes da plena consciência de um destino particular – aquela que a memória, como crónica ou história propriamente dita, revisita -, um povo é já um futuro e vive do futuro que imagina para existir. A imagem de si mesmo precede-o como as tábuas da lei aos Hebreus no deserto. São projectos, sonhos, injunções, lembranças de si mesmo naquela época fundadora que, uma vez surgida, é já destino e condiciona todo o seu destino. Em suma, mitos.*" in LOURENÇO, Eduardo (1997), *Portugal Como Destino Seguido de Mitologia da Saudade*, Ed. Gradiva, Lisboa, 1999, p. 10.

"Toda a nação deve, pois, possuir uma missão a tornar efectiva, sem que esta ideia de missão nacional seja compreendida no velho sentido metafísico que assinalava a cada povo um destino, preenchido o qual o seu papel histórico havia terminado [...] *Para este outro, sempre existe uma missão nacional, desde que a nação se conheça a si mesma como um corpo colectivo diferenciado, tendo cada cidadãos da sua existência como tal noção clara e perfeita."*[1014]

1014 AGN, p. 214.

CONCLUSÃO

1. Chegados ao fim deste trabalho, apesar de cientes das fragilidades que lhe possam ser apontadas, acreditamos ter contribuído para demonstrar a forma como o "Pensamento Pedagógico de Sampaio Bruno" se constituiu em "Ideia de Educação para a República".

2 . Partimos de uma biografia deste autor, que passou pela sua escolaridade, iniciação ao jornalismo e à vida política, como maneira de levar o leitor a compreender que as particularidades do seu pensamento pedagógico foram fruto de uma vivência singular (como todos os pensamentos na realidade são). A sua (má) experiência escolar terá sido a raiz de muitas das críticas que lançou ao sistema de ensino seu contemporâneo. Da mesma forma que o afastamento do republicanismo extremista, e por fim mesmo do próprio Partido Republicano Português, entre 1902-1911, veio a ter consequências no seu percurso mental. Pudemos, então, verificar não só uma alteração de sentido das suas reflexões sobre a política (entre elas a tentativa de conciliação entra a tradição e progresso), mas sobretudo uma nova disponibilidade intelectual que logrou permitir-lhe uma vivência especulativa, cujos frutos mais imediatos foram justamente a sua obra magna: *A Ideia de Deus* (1902), posteriormente seguida de *O Encoberto* (1904).

Tal como muitos pensadores, também Bruno, à medida que foi amadurecendo, deixou para trás um radicalismo com o qual já não se identificava. Os anos foram passando e cada vez mais a reflexão foi tomando o lugar da acção. Estamos seguros de que esse percurso terá sido marcado pela crescente desilusão da realidade e práticas políticas que o circundaram, não tendo tido papel menor o desaire do 31 de Janeiro de 1891. O isolamento pessoal acabou por ser um isolamento espiritual, saliente nos traços de misantropia que tanto os contemporâneos como os estudiosos lhe atribuem. A dedicação ao mundo das ideias tomou cada vez mais espaço, permitindo que construísse esse pensamento tão original, como por vezes obscuro, que o havia de distinguir de

entre os outros pensadores republicanos do seu tempo.

3. Bruno viveu numa época de grande e enriquecedor debate político-cultural. O republicanismo, na sua crítica à Monarquia, teve no plano das ideias e da cultura o empenho da "Geração de Setenta", cujo mote fora dado nas célebres "Conferências do Casino". Uns e outras deixariam indelével a crítica ao Portugal clerical e conservador que a Monarquia, então, parecia representar. Intergenésico, Bruno não pertenceu a essa geração, como pouco beneficiaria do contacto com aqueles a quem tanto havia de inspirar: Teixeira Rego, Leonardo Coimbra ou Fernando Pessoa. Mas foi um homem do seu tempo, politicamente empenhado. Nacionalista pelo seu amor a Portugal e à terra natal, o Porto, foi sobretudo um idealista, que acreditava no tão propagado projecto de renovação nacional através da renovação cultural e espiritual.

4. Esse projecto de renovação nacional fora para ele a República. Acreditou nessa ideia tanto quanto as suas forças e a funesta realidade da política partidária o permitiram. Por um novo País pensava num novo regime, e por estes dois haveria de dedicar a sua vida a educar o Povo. Acreditava-se escolhido para uma missão, tal como os da sua geração, e assim a assumiu enquanto jornalista nas dezenas de jornais onde colaborou, escrevendo talvez milhares de artigos. Os novos tempos exigiam novos homens. Por isso, segundo Bruno, devia ser toda uma geração chamada a esse "trabalho santo". Apesar de algumas quimeras, Sampaio Bruno teve consciência que só pela educação se poderia modificar de forma permanente e segura o atavismo nacional. De facto, abundantemente defendeu que só uma sistemática educação popular, prévia a qualquer revolução, faria esta triunfar. Convocava, assim, o espírito da ilustração e do liberalismo, para os quais a verdadeira liberdade só seria assegurada pela educação. Só esta emancipava duradouramente os povos, sendo a maior servidão a ignorância em que se encontravam. Por esta razão haveria de defender, através de artigos nos jornais e nos seus livros, a educação feminina, como forma de libertação da família das "grilhetas clericais", o ensino livre como contrabalanço do medíocre e limitado ensino público, a educação dos operários como forma de emancipação cívica e o especial cuidado que haveria de ser posto na educação das crianças, a verdadeira educação *ab ovo*.

Essa missão fundamental de regeneração nacional, com base na educação, deveria de ser levada a cabo pelos intelectuais. Era essa, justamente, a missão que atribuía aos da sua geração. Escritores, políticos, jornalistas, artistas, homens de letras quase todos, deviam, cada um através do seu ofício, exercer esse magistério fundamental.

Bruno valorizou muito a educação literária, tanto que a si mesmo se considerou uma verdadeira "vítima do livro". Acreditou, por isso, que a divulgação da nossa cultura poderia ser feita através de revistas, jornais ou livros. Não apenas a literatura, mas todos os conhecimentos poderiam ser fornecidos por esse meio. A justificação da sua função como publicista radica aí. Os jornais foram muitas vezes o espaço que utilizou para promover essa demopedia. Por essa razão entendeu, como muitos dos políticos e pedagogos de então, que o principal inimigo era o elevado nível do analfabetismo nacional.

Como republicano que era, o tema educativo foi muitas vezes utilizado como arma política, atribuindo à Monarquia as culpas dessas elevadas taxas, agitando mesmo a bandeira que a ignorância era uma estratégia do regime para a sua auto-manutenção

5. Demopedagogo, defendeu uma educação que radicasse no conhecimento do que era *nosso*, dos nossos escritores, poetas e demais homens de letras. Mesmo quando o exílio o obriga a estar ausente, é sobre Portugal que reflecte, é para Portugal que reflecte. A política ou a cultura estrangeira despertam-no na medida em que é para a Pátria que dirige as vistas. Desejou a República em Portugal e por isso a desejava também em Espanha, pensando que, quanto mais rápido se implantasse lá, mais rápido se instalaria aqui. Pelas mesmas razões se haveria de congratular com a instauração da República no Brasil, admirando sempre o exemplo da III República Francesa.

6. Estudou a História e a Cultura nacionais, os seus antigos mestres, profetas que do passado anunciavam os "novos tempos". *Os Cavaleiros do Amor*, obra póstuma, haveria de lhes ser dedicada. Mas cedo entendeu que a questão "não era de homens, era de ideias", e são essas mesmas ideias, perenes na História Portuguesa e Ibérica, que procura numa genealogia até aí inédita.

Aos "Profetas Ibéricos"- espécie de intelectuais do passado - vai ele

procurá-los naqueles por quem a Inquisição se houvera "interessado", pois, desde sempre, a História vinha seguindo um trilho, misterioso por vezes, mas que conduzia a um fim inexorável: o progresso. Qual era a alavanca do progresso, não apenas de Portugal, mas deste enquanto parte da Humanidade ? A educação. A República tinha um fim instrumental: acelerar a evolução e promover o progresso que levaria, numa teoria de dimensões supra-humanas, à reintegração de todos os seres do Universo com Deus- *Teurgia da Redenção*.

6. No final deste trabalho, e sob este prisma, toda a obra brunina aparece cristalinamente interligada numa unidade fundamental. Por isso, quando escrevia nos jornais artigos inflamados sobre a nociva influência dos jesuítas na educação, ou criticava as últimas medidas governamentais de João Franco, ou ainda as arbitrariedades e prepotências do Directório do Partido Republicano, quando mergulhava nas águas profundas da tradição nacional, perscrutando o significado de autores e obras passadas, quando tentava refazer toda uma teologia que considerava obsoleta, tinha um sentido e um fim: era descobrir o enredo dessa História que conduziria ao progresso e à *redenção dos tempos*.

Desta forma, a ideia educativa de Bruno, para ser completamente compreendida, deverá ser relacionada com a sua Ideia de História e de Progresso, bem como com o seu pensamento ôntico-ontológico, de fundamentos metafísicos.

A sua obra tem o tom profético e escatológico das grandes obras místicas e, nessa medida, os estudos que efectuou ao longo da vida foram uma espécie de iniciação. Assim teve de ser também o nosso trabalho.

7. Não podemos, por último, deixar de salientar a modernidade e actualidade de tantas das suas ideias educativas. Nomeadamente, a da extrema importância da educação como factor civilizacional, sem a qual não são possíveis as mudanças necessárias ao progresso da Humanidade. Na mesma medida em que são consideradas frustradas todas as alterações sócio-políticas que não fundassem na educação popular. Pois só a democratização da educação e do ensino, poderá promover duradouramente as mudanças que se entendiam como positivas.

Chegamos ao final desta caminhada plenamente convencidos de que o

estudo da figura e das ideias de Sampaio Bruno deve constituir, cada vez mais, via incontornável ao conhecimento da nossa portugalidade, no tempo que é o nosso, como no tempo que foi o dele.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. OBRAS DE SAMPAIO BRUNO

1.1.Livros

A Ditadura. Subsídios Morais para o seu Juízo Crítico (1909) prefácio de Cecília Barreira, Ed. Rolim, Lisboa, 1987.

A Geração Nova. Ensaios Críticos. Os Novelistas (1886), Lello & Irmão - Editores, Porto, 1984.

A Ideia de Deus (1902), Lello & Irmão - Editores, Porto, 1987.

A Questão Religiosa, Lello & Irmão - Editores, Porto, 1907.

Análise da Crença Cristã (Estudos Críticos sobre o Cristianismo), Porto, 1874.

Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portugueza de 31 de Janeiro de 1891, Imprimerie Schiller, Paris, 1891.

Notas do Exílio. (1891-1893), Lello & Irmão - Editores, Porto, 1986.

O Brazil Mental. Esboço Crítico (1898), Lello Editores, Porto, 1997.

O Encoberto (1904), Lello & Irmão - Editores, Porto, 1983.

O Porto Culto. Obra Para Servir de Remate e Conclusão à dos 'Portuenses Ilustres',

Livraria Magalhães & Moniz Editora, Porto, 1912.

Os Modernos Publicistas Portugueses (1906), Lello & Irmão - Editores, Porto, 1983.

Plano de um Livro a Fazer. Os Cavaleiros do Amor ou a Religião da Razão, Organização, posfácio e notas de Joaquim Domingues, Col. Pensamento Português, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1996. (póstuma)

Portugal e a Guerra das Nações, Lello & Irmão - Editores, Porto, 1906.

Teoria da Nova Antiguidade. Actualização do texto por Luísa Alonso e Manuel Joaquim Gandra, tradução dos Apêndices por António Barahona, Lisboa, 1975. (póstuma)

Théorie Exacte et Notation Finale de la Musique, Porto, 1903.

Portuenses Ilustres, 3 vols., Livraria Magalhães & Moniz Editora, Porto, 1907-1908.

1.2. Prefácios e Posfácios

ARAÚJO, Joaquim de (1881), *Lira Intima*, Empresa Horas Românticas Editora, Lisboa, 1881.

BERNARDES, Padre Manuel (s/d), *Nova Floresta ou Silva de vários apótemas e ditos sentenciosos, espirituais e morais,. com reflexões em que o útil da doutrina de allia com o vario da erudição, assim divina como humana oferecida e dedicada á Soberana Mãe da Divina Graça Maria, Santissima Senhora Nossa pelo .....*, nova edição com um Preambulo de J. Pereira de Sampaio, Primeiro Tomo, Livraria Chardron de Lello & Irmão, Porto, 1909.

BOTELHO, Artur (1914), *Alma Lusitana*, com Prefácio de José Pereira de Sampaio (Bruno), Tipografia Costa Carregal, Porto, 1914.

BRAGA, Alexandre (1881), *Discurso pronunciado no Comício anti-jesuítico*, Tip. Ocidental, Porto, 1881.

BRAGA, Guilherme (1895), *O Bispo. Nova "Heresia" em Verso*, com Prefácio de J. Pereira de Sampaio, Porto, 1895.

CARNEIRO, João Borges (1908), *Esboços Pálidos (Contos)*, com um Prefácio de J. Pereira de Sampaio, Livraria Magalhães & Moniz, Porto, 1908.

CASTRO, D. João de (1603), *Paráfrase e Concordância de Algumas Profecias de Bandarra, Sapateiro de Trancoso*, reprodução Fac-Simile com a sua "Notícia Bibliográfica" por José Pereira de Sampaio (Bruno), Oficina Tipográfica de A. F. de Vasconcellos, Porto, 1901.

Colecção de Manuscritos Inéditos Agora dados à Estampa – I O Livro da Corte Imperial, com Prefácio de José Pereira de Sampaio (Bruno), Tip. Progresso, Porto, 1910.

Colecção de Manuscritos Inéditos agora dados à Estampa – II O Livro da Virtuosa Benfeitoria do Infante Dom Pedro, com Prefácio de José Pereira de Sampaio (Bruno), Oficinas do "Comércio do Porto", Porto, 1910.

COSTA, Joaquim (1909), *Alma Portuguesa – Ensaio de Critica Literária*, Prefácio de José Pereira de Sampaio (Bruno), Magalhães & Moniz Lda. Editores, Porto, 1910.

CUNHA, Euclides (1907), *Contrastes e Confrontos*, Prefácio de José Pereira de Sampaio,

Empresa Literária e Tipográfica – Editora, Porto, 1907.

HUGO, Victor (s/d), *Os Génios*, Col. Primores, Pref. sobre as traduções portuguesas por Sampaio Bruno, Empresa Editores, Artes e Letras, Porto, 1905.

JOAQUIM, António (1905), *Rapsódia Camiliana*, com um Prefácio de José Pereira de Sampaio (Bruno), Livraria de Alfredo Barbosa de Pinho Lousada – Editora, Porto, 1905.

JUNQUEIRO, Guerra (1904), *O Melro, Notável Poesia Dramática*, Biografia por Sampaio (Bruno), s/ed., Porto, 1904.

LOPES, Moreira (1896), *Lagrimas d' Amor. Poemeto por ...*, com um Prefácio de Bruno (José Pereira de Sampaio, erudito scintilante escriptor portuense), Sousa Brito & C^{a}, Editores, Porto, 1896.

MARÇAL, Orlando (1908), *Iluminuras – Prosas Rápidas*, Com um Proemio de José Pereira de Sampaio (Bruno), Livraria Central, Lisboa, 1908.

MIRANDA, Pacheco de (Filho), *Aerólitos (1883-1885)*, Porto, 1886.

NOBRE, António (1902), *Despedidas (1895-1899)*, Prefácio de José Pereira de Sampaio, Ed. Augusto Nobre, Porto, 1902.

NOVAIS, Manuel Pereira de (1912), *Colecção de Manuscritos Inéditos agora dados à Estampa – IV Anacrisis Historial por Manuel Pereira de Novaes-* Volume I, com Prefácio de José Pereira de Sampaio (Bruno), Tip. Progresso, Porto, 1912.

RICCA, Maximiano (1903), *Líricas*, com Prefácio de J. Pereira de Sampaio (Bruno), Livraria Magalhães & Moniz Editora, Porto, 1903.

SCHAEFER, Henrique (1899), *História de Portugal desde a fundação da monarquia até à Revolução de 1820 vertida fiel integral e directamente por F. de Assis Lopes, continuada, sob o mesmo plano, até aos nossos dias por J. Pereira de Sampaio (Bruno)*, 5 Vols., Porto, Tip. da Imprensa Literária e Tipográfica, Porto, 1899.

SILVA, Augusto Luso da (1907), *Últimos Versos*, Poesias Inéditas com um Prefácio de José Pereira de Sampaio e o retracto do autor, Imprensa Nacional, Porto, 1907.

SORIANO, José Simão da Luz (1889), *História do Cerco do Porto*, nova edição ilustrada e precedida de biografia do autor por J. Pereira de Sampaio, Tomo I, Ed. A. Leite Guimarães, Porto, 1889.

VEIGA, Tomé Pinheiro da (Turpin), *Colecção de Manuscritos Inéditos agora dados à Estampa – III Fastigímia*, com Prefácio de José Pereira de Sampaio (Bruno), Tip. Progresso, Porto, 1911.

2. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

2.1. Nacionais

A Águia, Revista Quinzenal Ilustrada de Literatura e Crítica, Porto, 1911-1915.

A Arte, Órgão do Movimento Intelectivo Internacional, Porto, 1885.

A Aurora do Lima, Tri-semanário, Viana do Castelo, 1873-1874.

A Defesa, Semanário Republicano, Vila Nova de Gaia, 1908.

A Discussão, Diário Democrático da Manhã, Porto, 1883-1885.

A Discussão, Ovar, 1912-1913.

A Folha da Noite, Porto, 1899.

A Folha Nova, Porto, 1881-1884.

A Folha, Jornal Literário, Noticioso, Comercial, Localista e Independente, Ponta Delgada, 1906.

A Geração Nova, Jornal Quinzenal de Arte, Porto, 1894.

A Harpa, Revista Literária, Porto, 1873-1874.

A Ideia Livre, Mensário de Ideias, Factos e Comentários, Porto, 1913.

A Luta, Diário da Tarde, Lisboa,1882.

A Palavra, Lisboa, 1908.

A Pátria Livre, Número Único, Porto, 1911.

A Pátria, Diário Republicano do Norte, Porto,1909-1910.

A Província, Diário da Tarde, Porto, 1889.

A Razão, Revista Literária, Porto, 1883.

A Renascença, Revista Mensal de Crítica, Literatura, Arte e Ciência, Lisboa, 1914.

A Republica Portuguesa, Diário, Porto, 1890-1891.

A Republica Portuguesa, Folha Semanal. Órgão do Partido Republicano de Coimbra, n.° 7, Coimbra, 1873.

A Republica Portuguesa, Semanário, Rio de Janeiro,1895.

A Revista, Ciências e Letras, Mensal, Porto, 1903-1904.

A Semana Tirsense, Santo Tirso, 1911.

A Tribuna, Porto, 1874.

A Voz Pública, Porto, 1893-1908.

Álbum do Zé Povinho do Porto, Porto, 1908.

Almanaque do Norte para 1885, Coimbra, 1884.

Armas e Letras, Número Único, Porto, 1886.

Aurora do Cávado, Barcelos, 1873-1875.

Democrata, Porto, 1979.

Diário da Tarde, Folha Popular, Porto, 1872-1873.

Diário da Tarde, Folha Republicana, Porto, 1911.

Diário de Noticias, Lisboa, 1912-1913.

Diário Ilustrado, Lisboa, 1902.

Folha de Viana, Viana do Castelo,1915

Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, Porto,1899.

Galeria Portuguesa, Revista Semanal Ilustrada, Porto, 1893.

Gazeta do Realismo, Órgão da Última Boémia, Porto, 1979.

Herculano, Revista Quinzenal de Literatura à Memória de Alexandre Herculano, Porto, 1878.

Homenagem a Magalhães Lima, Número Único, Lisboa, 1904.

Ilustração Transmontana, Porto, 1908.

Independente Regoense, Folha Bissemanal, Régua, 1910.

Jornal da Manhã, Porto, 1888.

Jornal de Noticias, Porto, 1913-1915.

Jornal para Todos, Porto, 1899.

Lágrimas e Dores, Número Único, Porto, 1888.

Letras e Sport, Revista, Porto, 1910.

Límia, Revista Mensal Ilustrada de Letras, Ciências e Artes, Viana do Castelo, 1910.

Lusitânia, Número Único, Porto, 1890.

Museu Ilustrado, Álbum Literário, Porto, 1878.

Nova Alvorada, Revista Mensal Literária e Científica, Famalicão, 1898.

O Alferes Malheiro, Número Único Comemorativo do 31 de Janeiro de 1891, Porto, 1893.

O Benavente, Publicação Mensal, Benavente, 1901.

O Combate, Semanário Republicano Radical, Porto, 1878.

O Dia, Lisboa, 1908.

O Diabo, Semanário de Crítica Literária e Artística, Lisboa, 1935.

O Flaviense – Semanário Republicano Independente, Chaves, 1915.

O Ideal, Revista Literária de Publicação Quinzenal, Porto, 1894.

O Indispensável, Publicação Mensal, Porto, 1894.

O Intransigente, Diário Republicano Radical, Lisboa, 1911.

O Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar, Annaes Geográficos, Porto, 1896.

O Laço Branco, Semanário de Literatura e Questão Religiosa, Porto, 1872-1873.

O Leme, São Miguel de Seide, 1913.

O Norte Republicano, Folha Semanal, Política e Noticiosa, Porto, 1881.

O Porto, Folha Oferecida ao Partido Liberal, Porto, 1875.

O Porto, Publicação Bimensal, Viana do Castelo, 1909.

O Povo de Felgueiras, Quinzenário, Felgueiras, 1910.

O Povo do Norte, Folha Semanal, Vila Real, 1904.

O Primeiro de Janeiro, Porto, 1913-1914.

O Regional, Noticioso, Agrícola, Literário e Político, Hebdomanário, Monsão, 23 de Novembro de 1915.

O Século, Lisboa, 1882.

O Tripeiro, Repositório de Noticias Portucalenses, Porto, 1908-1912.

O Valenciano, Semanário, Valença, 1880-1919.

O Vampiro, Semanário, Porto, 1873.

Oito de Setembro, Número Único, Porto, 1889.

Porto Elegante, Diário, Porto, 1892.

Pró-Descanso, Número Único, Porto, 1906.

Pró-Justiça, Número Único, Lisboa, 1889.

Revista de Portugal e Brasil, Quinzenal, Lisboa, 1874.

Revista Moderna, Porto, 1888.

Seara Nova, Revista Quinzenal de Doutrina e Crítica, Lisboa, 1959-1960.

Serões, Revista Mensal Ilustrada, Lisboa, 1907.

Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal, Lisboa, 1908.

31 de Janeiro, Número Único Comemorativo do 20º aniversário da Revolta de 31 de Janeiro de 1891, Lisboa, 1911

Zé-Barros, Semanário de Caricaturas, Porto, 1885.

Zoófilo, Sociedade Portuguesa dos Animais, Lisboa, 1903.

2.2. Estrangeiras

El Heraldo de Madrid: Diario Independente, Madrid, 1880

El Nuevo Régimen: Semanario Federal, Madrid,1891

El País: Diario Republicano - Progresista, Madrid, 1887

Gaceta Universal, Madrid, 1878-1891

La Bandera Federal, Madrid, 1891

La Epoca Actual, Madrid, 1849-1936

La Época, Madrid, 1849-1936

La Fé: Periódico Monárquico, Madrid, 1876-1891

La República: Diario Federal, Madrid, 1884-1891

La Unión Católica: Diario Religioso, Político y Literario, Madrid, 1887-1899

La Unión, Diario Publicado Bajo la Alta Inspección y Patronato de la Junta Superior Directiva de La Unión Catolica, Madrid, 1882-1887

3. BIBLIOGRAFIA GERAL

ABBAGNANO, N. e VISALBERGUI, A. (s/d), *História da Pedagogia*, 4 Vols., Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1981.

ABELLÁN, José Luís (1988), *História Crítica del Pensamiento Español – La Crisis Contemporânea I, La Restauración Canovista (1875-1897)*, Ed. Círculo de Leitores, Madrid, 1993.

ADÂO, Áurea (1999) "Os primeiros anos de ensino liceal: realidades, necessidades" in *Para a História do Ensino Liceal em Portugal – Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895)*, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Centro de Estudos em Educação e Psicologia – Universidade do Minho, Braga, 1999.

ALBA, Vitor (1976), *História Social de los Intelectuales*, Ed. Plaza Janes S.A., Barcelona, 1976.

ALBORNOZ, Álvaro (s/d), *El Partido Republicano*, Ed. Biblioteca Nueva, Madrid, s/d.

Almanaque do Liceu do Porto para o ano lectivo de 1871/ 1872, Tipografia de José Coelho Ferreira, Porto, 1872.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio (1985), "Filosofia Portuguesa –Alguns equívocos", in *Cultura – História e Filosofia*, Vol. IV, INIC, Lisboa, 1985.

ALMEIDA, Vieira de (1857), "Dois Obreiros", in *Estrada Larga – Suplemento Cultura e Arte de O Comércio do Porto*, Porto, 1957.

AMADO, Casimiro Manuel Martins (2000), *O Impacte do Associativismo Mutualista do Professorado Primário Oficial Português no Associativismo de Classe (1925-1930)*, 2 Vols., Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora, Évora, 2000.

AMOEDO, Margarida Isaura Lourenço da Silva Almeida (1997), *José Ortega y Gasset: A Aventura Filosófica da Educação*, Dissertação de Doutoramento policopiada, Universidade de Évora, Évora, 1997.

Analise do Parecer da Junta Consultiva de Instrução Pública sobre a Representação do Conselho do Liceu Nacional do Porto pedindo às Cortes a Reforma geral da Instrução Pública, Tipografia de Manuel José Pereira, Porto, 1871.

ANDRADE, Adriano da Guerra (1999), *Dicionário de Pseudónimos e Iniciais de Escritores Portugueses*, Ed. da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1999.

Anuário da Academia Politécnica do Porto, 1877-1878, 1° Ano, Porto.

Anuário da Academia Politécnica do Porto, 1878-1879, 2° Ano, Porto.

Anuário da Academia Politécnica do Porto, 1879-1880, 3° Ano, Porto.

ARAUJO, Alberto Filipe de Abreu (1994), *O "Homem Novo" no Discurso Pedagógico de João de Barros*, Universidade de Minho, Instituto de Educação, Braga, 1994.

ARAÚJO, Joaquim de (1881), *Liria Íntima por ...*, com um Prefácio de José Pereira de Sampaio, Tipografia de Bernardo A de Sá Pereira, Braga, 1884.

ARON, Raymond (1955), *O Ópio dos Intelectuais*, Coimbra Editora, Coimbra, 1980.

ARQUER, Borja (1967), *La Generación del 98 Hoy*, Ed. Ramon Sofena, S.A., Barcelona, 1968.

AZEVEDO, Maria da Conceição Fidalgo Guimarães Costa (1994), *Filosofia da educação em Fernando Pessoa: encontro de si próprio, consciência de missão, fidelidade ao ser*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1994.

AZEVEDO, Rafael Ávila de (1982), *O Porto na Época Moderna: da Academia Real da Marinha e Comercio do Porto à Academia Politécnica do Porto*, Separata da Revista *História*, Porto, 1982.

Barcelona a Francesc Ferrer I Guardia- 80º Aniversari 1909-1989, Recull de Documents, 13 d'Outubre de 1909 / 13 de d'Outubre de 1989, Fundació Francesc Ferrer I Guardia, Ajuntament de Barcelona, Barcelona, 1989.

BARROSO, João (1999), "A Influência do Regime de Classes na Organização Pedagógica e na Administração do Liceu", in *Para a História do Ensino Liceal em Portugal – Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895)*, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Centro de Estudos em Educação e Psicologia – Universidade do Minho, Braga, 1999.

BASTO, A. de Magalhães (1939), *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto por ... precedida da "Memória" sobre a Academia Real da Marinha e Comércio, pelo Conselheiro Adriano de Abreu Cardoso Machado*, Universidade do Porto, Porto, 1939.

BATLLORI, Francisco Rodrigues (1983), *História y Novela en Los' Episódios Nacionales'*, Imp. Travilla, Madrid, 1983.

BEBIANO, Rui (1993), "Organização e Papel do Exército", in *História de Portugal*, Vol. V *O Liberalismo*, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.

BEJA, A. Sarmento (1914), *Silhouettes*, Desenhos de Manuel Monterroso, Livraria Chardron, Porto, 1914.

BENDA, Julien (1927), *La Traición de los Intelectuales*, Biblioteca de Sociologia, Argentina, 1974.

BERN, Stéphane (1997), *Eu, Amélia, Última Rainha de Portugal*, Ed. Civilização, Porto, 1999.

BERNARDINO, Teresa (1991), "Sampaio Bruno e a Ideia de Deus", in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa: Homenagem ao Professor Victor de Sá /Humberto Baquero Moreno*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1991.

BESSA, Alberto (1910), " Jornalismo republicano no Porto", in *O Tripeiro*, Vol. III, de 10 de Novembro de 1910.

BLANCO, Edmundo Gonzáles (1930), *Menéndez Pelayo y sus Ideias*, Col. "Hombres e Ideas", Ed. Jason, Barcelona, 1930.

BONIFÁCIO, M. de Fátima (2001), "Nacionalismo, Colonialismo e republicanismo", in *Memória de Portugal – O Milénio Português*, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 2001.

BRAGA, Alexandre (1881), *Discurso pronunciado no Comício anti-jesuítico, realizado no Teatro de São João a 17 de Abril de 1881*, Tipografia Ocidental, Porto, 1881.

BRAGA, Guilherme (1874), *O Bispo, Nova "Heresia" em Verso*, com Prefácio de J.

Pereira de Sampaio, Porto, 1895.

BRAGA, José Teixeira (1915), "A Unidade de pensamento em Sampaio Bruno", in *Águia – Órgão da Renascença Portuguesa*, Vol. VIII, 2ª série, Porto, Agosto-Dezembro de 1915.

BRANDÃO, Raul (1925), *Memórias*, Vol. II, Ed. Perspectivas & Realidades, Lisboa, s/d.

- (1933), *Memórias – O Vale de Josefat*, Vol. III, Ed. Perspectivas & Realidades, Lisboa, s/d.

CABANAS, José Maria Quintana (1988), *Teoria de la Educación. Concepcion Antinómica de la Educación*, Ed. Dykinson, Madrid, 1988.

CABRAL, Alexandre (1974), "Prefácio do Manifesto dos Emigrados do 31 de Janeiro por ...", Ed. Seara Nova, Lisboa, 1974.

CABRAL, Luís (1984), *Biblioteca Pública Municipal do Porto*, Exposição no 150º Aniversário da sua Fundação, 1833-1983, Biblioteca Municipal do Porto, Porto.

CAEIRO, Maria Margarida (2001), "A Mulher na Família nos Séculos XVI e XVII", in *A Mulher na História – Actas dos Colóquios sobre a Temática da Mulher 1999/2000*, Câmara Municipal da Moita, Moita, 2001.

CALAFATE, Pedro (1993), "A Filosofia da História em Sampaio Bruno", in *Colóquio Antero de Quental dedicado a Sampaio Bruno*, Aracaju, 1995.

- "O Saber na Escola Portuguesa – Referências Históricas Paradigmáticas (Do

Humanismo à I República)" in, *Pensar a Cultura Portuguesa Homenagem ao Prof. Doutor José da Gama Caeiro*, Ed. Colibri, Lisboa, 1993.

CARLYLE, Thomas (1841), *On heroes, hero-workship and the heroic in history*, Ed. Chapman and Hall, Londres, 1907.

CARR, Raymond (1969), "La Restauración y El Desastre", in *España 1808-1975*, Ed. Ariel, Barcelona, 1969.

CARVALHO, Adalberto Dias de (2001), "A Filosofia da Educação: Prespectivas e Perplexidades", in *Filosofia da Educação: Temas e Problemas*, (vários), Ed. Afrontamento, Porto, 2001.

CARVALHO, Amorim de (1960), *O Positivismo Metafísico de Sampaio Bruno*, Colecção Lusíada, Ed. Fundação Lusíada, Lisboa, 2001.

- (1935), " O 31 de Janeiro", in *O Diabo*, 10 de Fevereiro de 1935.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de (1891), *Cartas a uma noiva*, Editores Santos e Vieira, Lisboa, s/d.

CARVALHO, Rómulo de (1985), *História do Ensino em Portugal – Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Regime Salazar-Caetano*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985.

CASCÃO, Rui (1985), "Família e divórcio na primeira república", in *A Mulher na Sociedade Portuguesa- Visão Histórica e Perspectivas actuais, Actas do Colóquio*, Vol. II, Coimbra, 1986.

CASTRO, Augusto de (1918), *Fumo do Meu Cigarro*, Ed. Empresa Literária Fluminense, Lisboa, 1918.

CASTRO, Demetrio (1993), *Burke, La Revolución y los Intelectuales*, Institut de Ciències Polítiques I Socials, Barcelona, 1993.

CATROGA, Fernando (1985), "A laicização do casamento e o feminismo republicano", In *A Mulher na Sociedade Portuguesa – Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, Actas do Colóquio, Vol. I, Coimbra, 1985.

- (1988), *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal 1865-1911*, Tese Policopiada, Vol. I, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1988.

- (2001), *Antero de Quental. História, Socialismo, Política*, Ed. Notícias, Lisboa, 2001.

- (2001), "O Livre Pensamento contra a Igreja", in Revista de História das Ideias, Vol. 22, Coimbra, 2001, pp. 255 a 354.

- (1991), *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2 Vols, Col. Estudos, Faculdade de Letras, Coimbra, 1991.

CASULO, José Carlos de Oliveira (1997), *Filosofia da Educação em Teixeira de Pascoais*, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, 1997.

CAYELA, Arturo (1939), *Ménendez Pelayo Orientador de la Cultura Española*, Editora Nacional, Madrid, 1939.

CIDADE, Hernâni (1955), *Século XIX – A Revolução Cultural em Portugal e alguns dos seus Mestres*, Editorial Presença, Lisboa, 1985.

COLLINGWOOD, R. G. (s/d), *A Ideia de História*, 5ª ed., Editorial Estampa, Lisboa, 1983.

CONDORCET, A. N. de (1804), *Esquisse de um Tableau Historique des Progrès de l'Espirit Humain*, Ed. Masson et Fils, Paris, 1822.

COMTE, Auguste (1830), *Discurso Sobre o Espírito Positivo*, Martins Fontes Editora, São Paulo, 1990.

CORTESÃO, Jaime (1956), "Causas da Eclosão e do Malogro do 31 de Janeiro", in *Nova Renascença*, Vol. X, n.º 40, Porto.

COSTA, Afonso (1896-1910), *Correspondência Política*, Org. e Prefácio de A.H. de Oliveira Marques, Editorial Estampa, Lisboa, 1982.

COSTA, Albano (1991), "O 31 de Janeiro: A Última Utopia", in *Nova Renascença*, Vol. X, n.º 40, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1991.

COSTA, Dalila Pereira da (1995), "Sampaio Bruno e Giordano Bruno, tentativa de aproximação", in *Nova Renascença*, Vol. XV, Porto, 1995.

COSTA, Fernando Marques da (1985), "Mulheres, elites e igualitarismo na 1º República", in *A Mulher na Sociedade Portuguesa- Visão Histórica e Perspectivas actuais, Actas do Colóquio*, Vol. II, Coimbra, 1986.

D. M. SIMARRO, L. (1910), *El Proceso Ferrer y la Opinión Europea – Tomo I – El Proceso*, Madrid, 1910.

DELGADO, Buenaventura (1979), *La Escuela Moderna de Ferrer I Guardia*, Ed. CEAC, 2ª ed., Barcelona, 1982.

DEUSDADO, Ferreira (1909), *Educadores Portugueses por ..., Seguido de Esboço Histórico da Filosofia em Portugal no Século XIX*, Lello & Irmão Editores, Porto, 1995.

- (1894), "Ensino Livre Perante o Estado", in *Educadores Portugueses*, Lello & Irmão Editores, Porto, 1894.

Dezoito annos em África – Notas e documentos para a biografia do Conselheiro José de Almeida, Tipografia de Adolfo de Mendonça, Lisboa, 1898.

DIAS , J. Sebastião da Silva (1966), *A Congregação do Oratório de Lisboa , Regulamentos Primitivos* , Coimbra, 1966.

- (1969), *A Política Cultural da Época de D. João III* , Coimbra, 1969.

- (1973), *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século*, Coimbra, 1973.

- (1953), *Portugal e a Cultura Europeia,* Universidade de Évora, Évora, 1993.

DIAS, Fernanda da Conceição de Sousa Cravo e ALVES, Emília Manuela (1987), *A peste bubónica no Porto em 1899*, Universidade Portucalense, Porto, 1987.

DIAS, José Manuel Barros (1995), *Miguel de Unamuno e Teixeira de Pascoais. Compromissos Plenos para a Educação dos Povos Peninsulares*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora, Évora, 1995.

DIAZ, Alonso Capitán (1994), " La 'Escuela Moderna' anarquista de Ferrer Guardia", in

História de la Educación en España, Pedagogía Comtemporánea, Vol. II, Ed. Dykinson, Madrid, 1994.

DIAZ, Elias (1990), *Ética Contra Política. Los Intelectuales y el Poder*, Ed. Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 1990,

Dicionário Cronológico de Autores Portugueses, 5 Vols., Instituto Português do Livro e da Leitura, Publicações Europa-América, Lisboa, 1990.

DIONÍSIO, José Augusto Sant'Ana, "A Teodiceia de Bruno", in *Estrada Larga – Antologia do Suplemento Cultura e Arte do Comércio de O Porto*, Vol. III, Porto Editora, Porto, 1957.

- (1983), *Da Urbe e do Burgo*, Lello & Irmão Editores, Porto, 1983.

- (1961), *Teólogo Laico (Amorim Viana)*, Ed. Seara Nova, Lisboa 1961.

DÍOS, Ángel Marcos de (1996), " A Lusofilia Espanhola", in *Revista de História das Ideias*, Vol. XVIII, Coimbra, 1996.

DOMINGUES, Joaquim (1995), "De Ourique ao V Império", in *As Linhas Míticas do Pensamento Português – Colóquio*, Ed. da Fundação Lusíada, Lisboa, 1995.

DURAND, Gilbert (1989), *As Estruturas Antropológicas do Imaginário. Introdução à Arquetipologia Geral*, Editorial Presença, Lisboa, 1989.

EMBID, Florentino Prez (1962), "Menéndez Pelayo y los Krausistas", in *Textos Sobre Espana*, 2ª ed. Biblioteca del Pensamiento Actual, Ed. Rialp, Madrid, 1962.

Encyclopédie ou Dictionaire Raisonné des Sciences des Arts et des Métiers, (articles

choisis), Discours Péliminaire, par D'Alambert (texte integral), Chronologie, introduction et bibliographie par Alain Pons, Publié avec le concours du Centre Nacional des Lettres, Flamarion, Paris, 1986.

ESTEVES, João (2001), "O movimento sufragista em Portugal na 1° metade do século XX (1896-1947), In *A Mulher na Sociedade Portuguesa - Visão Histórica e Perspectivas Actuais, Actas do Colóquio*, Câmara Municipal da Moita, Moita, 2001.

FERNANDES, Rogério (1985), *Bernardino Machado e os problemas da Instrução Pública*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa 1985.

- (1978), *O Pensamento Pedagógico em Portugal*, Col. Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1978.

FERNÁNDEZ, Francisco Molins (1991), *La Absolvicion de Ferrer I Guardia*, SPP, S L, Barcelona, 1991.

FERREIRA, António Gomes (2000), *Gerar. Criar. Educar. A Criança no Portugal do Antigo Regime*, Ed. Quarteto, Coimbra, 2000.

FERREIRA, Alberto (1959), "Pensamento e Interpretação de Sampaio Bruno", in *Seara Nova*, n° 1373, Lisboa, Março de 1960.

FERREIRA, Maria Emília (1985), " Epidemias", in *Dicionário de História de Portugal*, Porto, 1985.

FERRER, Sol (s/d), *La vie et l'ouvre de Francisco Ferrer, un Mártir au XX[a] siécle*, Librarie Fischbacher, Paris, 1962.

- (1943-1947), *Le veritable Francisco Ferrer, d'après des documents inedits, par sa*

Fille..., Ed. Les Deux Sirères, Paris, 1948.

FUENTE, Maria José de la (1989), *O Ensino Secundário Feminino – Os primeiros vinte anos da escola Maria Pia*, Tese de Mestrado policopiada, FCSHUNL, Lisboa, 1989.

FUKUYAMA, Francis (1992), *O Fim da História e o Último Homem*, Trad. de Maria Goes, Ed. Gradiva, Lisboa, 1992.

FURET, François (1995), *Le Passé d'une Illusion. Essai sur l'idée communiste au XXè siècle*, Ed. Robert Laffont e Calman Levy, Paris, 1995.

GALÁN, Pedro Cerezo (1993), "El 98: La Generación Trágica", in *História de España de Menéndez Pidal, La Edad de Plata de la Cultura Española (1898-1936)*, Tomo XXXIX, Vol. I, Ed. Espasa-Calpe, Madrid, 1993.

GALDÓS, Benito Pérez, *Galdós, Periodista*, Ed. Banco de Crédito Industrial, Madrid, 1981.

GAMA, Manuel (1994), *O Pensamento de Sampaio Bruno. Contribuição para a História da Filosofia em Portugal*, Col. Temas Portugueses, INCM, Lisboa, 1994.

- (1985), " Sampaio Bruno e a introdução e divulgação do marxismo em Portugal", in *Gil Vicente*, Guimarães, 1985.

GARCIA, Rafael y Garcia de Castro (s/d), *Los 'Intelectuales' y la Iglesia*, Ediciones Fax, Madrid, 1935.

GARDINER, Patrick (1959), *Teorias da História*, 3ª ed., Ed. Fundação Caloute Gulbenkian, Lisboa, 1984.

GARRETT, J. B. de Almeida (1824), *Da Educação – Cartas a uma Senhora*, Ed. Sustance e Strecht, Londres, 1824.

GARZON, Juan Sisino Perez (1975), *Luis Morote – La Problemática de un Republicano (1862-1913)*, Editorial Castália, Madrid, 1976.

- (1975), *Luis Morote: Regeracionismo y Democracia*, Separata de *Hispania – Revista Española de História*, tomo XXXIV, Madrid, 1976.

GÉLIS, Jaques (1990), "A Individualização da Criança", in *História da Vida Privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*, Vol. III, Ed. Afrontamento, Porto, 1990.

GILSON, Étinne (1986), *A Filosofia na Idade Média*, Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1995.

GIRARDET, Raul (1986), *Mitos e Mitologias Políticas*, Ed. Companhias das Letras, São Paulo, 1986.

GONÇALVES, Viriato (1935), "Bruno, Historiador", in *O Diabo* , Lisboa, 10 de Fevereiro de 1935.

GRAMSCI, António (1963), *La Formación de los Intelectuales*, Colección 70, Barcelona, 1974.

GRAVE, João (1915), "Bruno", in *Folha de Viana*, 16 de Novembro de 1915.

GUARDIA, Francisco Ferrer I (1978), *La Escuela Moderna*, Ed. Zero SA, Madrid, 1978.

GUSDORF, Georges (1978), *La Conscience Révolutionnaire. Les Ideólogues*, Ed. Payot, Paris, 1978.

HAZARD, Paul (s/d), "A Felicidade", in, *O Pensamento Europeu no Século XVIII*, Ed. Presença, Lisboa, 1983.

- (1940), *A Crise da Consciência Europeia*, Ed. Cosmos, Lisboa, 1971.

HENRIQUES, Artur Alberto de Campos (1900), *A Peste do Porto. Projecto de lei sobre o bill de indemnidade: discurso pronunciado na Câmara dos Deputados*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1900.

HERCULANO, Alexandre (1841), *Da Escola Politécnica e do Colégio dos Nobres por ...*, Tipografia da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, Lisboa, 1841.

- (1858), *Manifesto da Associação Popular Promotora da Educação do Sexo Feminino*, In *Opúsculos*, Vol. I, Ed. Presença, Lisboa, 1982.

HILL, Christopher (1980), *Las Orígines Intelectuales de la Revolución Inglesa*, Ed. Crítica, Barcelona, 1980.

HOFFMAN, Kurt, *Poder e Impotência de los Intelectuales*, Ávila Editores, Caracas, 1970.

HOLDING, Marta (1997), *A Influência Gnóstica na Literatura Portuguesa*, Ed. Fundação Lusíada, Lisboa, 1997.

HOMEM, Amadeu Carvalho (1989), *A Ideia Republicana em Portugal. O Contributo de*

Teófilo Braga, Livraria Minerva, Coimbra, 1989.

- (1990), *O Radicalismo republicano ou o temor do poder* , Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Coimbra, 1990.

- (1992), " O 'Ultimato' Inglês de 1890 e a Opinião Pública", in *Revista de História das Ideias*, Vol. XIV, Coimbra, 1992.

HUAR JR, Leo J. (1968), *Benito Perez Galdoz y la Revista del Movimiento Intelectual de Europa, Madrid 1865-1867*, Ed. Insula, Madrid, 1968.

INOCÊNCIO, Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1885.

JAEGER, Werner (1936), *Paideia – A Formação do Homem Grego*, trad. De Artur M. Parreira, Editorial Aster, Lisboa, 1969.

JORGE, Artur Ricardo (1911), *Em Verdade. Cartas publicadas no Jornal 'República' de 21 de Junho a 1 de Julho*, Tipografia Adolfo Mendonça, Lisboa, 1911.

JORGE, Artur Ricardo (1899), *A Peste Bubónica no Porto*, Porto, 1899.

JÚNIOR, António Joaquim de Sousa (1902), *Peste bubónica. Estudos da epidemia do Porto*, Tipografia Artur José de Sousa & Irmão, Porto, 1902.

KANT, Emmanuel (1803), *Pedagogía*, trad. de Lorenzo Luzuriaga e José Luís Pascual, , 2ª ed., Akal / Bolsilho, Madrid, 1991.

LACOUTURE, Jean (1992), *Os Jesuítas – II Parte: O Regresso*, Ed. Estampa, Lisboa,

1992.

LÁZARO, Monés, Sola (1977), *Ferrer Guardia y la Pedagogia Libertária – Elementos para un debate*, Ed. Icaria, Barcelona, 1980.

LEFORT, Claude (2000), *A Complicação – Repensar a História do Comunismo*, Editorial Notícias, Lisboa, 2000.

LE GOFF, Jacques (1964), *A Civilização do Ocidente Medieval*, Ed. Estampa, Lisboa, 1984.

- (s/d), *Os Intelectuais da Idade Média*, Ed. Gradiva, Lisboa, 1984.

LEVI- STRAUSS, Claude, *Mito e Significado* , Edições 70, Lisboa, 1989.

LISBOA, João Luís (1998), *Mots (dits) Écritis: Formes et Valeurs de la Difusion de Ideés ao 18 Éme siecle au Portugal*, Instituto Universitário de Florença, Florença, 1998.

LLANAS, Maria Pilar A. (1982), *Las Novelas de Tesis de Benito Pérez Galdós*, Institución "Mila y Fontenalas", Barcelona, 1982.

LOPES, Eduardo (1915), *Genealogia duma escola: origem e tradição da Academia Politécnica, actual Faculdade de Ciências da Universidade do Porto 1762-1911*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1915.

LOPES, João Alberto (1953), *Esquema e dificuldades do pensamento de Sampaio Bruno – Para a História das Ideias em Portugal*, Separata da *Revista Filosófica, Coimbra*, 1953.

LOPES, Óscar (1983), "Missão social e moral da poesia e da arte", in *Antero de Quental – Vida e legado de uma Utopia*, Col. Universitária, Ed. Caminho, Lisboa, 1983.

LORCA, A. Martinez (1979), *El Problema de los Intelectuales y el Concepto de Cultura en Gramsci*, Universidade de Málaga, Málaga, 1981.

LOURENÇO, Eduardo (1997), *Portugal Como Destino Seguido de Mitologia da Saudade*, Ed. Gradiva, Lisboa, 1999.

MAGALHÃES-VILHENA, Vasco de (1939), *Progresso. História Breve de uma Ideia*, 2ª ed., Col. Nosso Mundo, Ed. Caminho, Lisboa,1979.

MALIA, Martim (1995), *La Tragédie soviétique. Histoire du Socialisme en Russie, 1917-1991*, Éditions du Seuil, Paris, 1995.

MALPIQUE, Cruz (1957), "Perfil de José Pereira de Sampaio (Bruno)...", in *Região de Leiria*, Leiria, 1957.

Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891, Imprimerie Shiller, Paris, 1891.

MARÍAS, Julien (1949), *El método histórico de las generaciones*, Revista de Ocidente, Madrid, 1949.

MARILLIER, Bernard (1998), *Templários*, Ed. Hugin, Lisboa, 1998.

MARINHO, José (1957), "Deus e Redenção em Bruno", in *Estrada Larga – Antologia do Suplemento de Cultura e Arte de O Comércio do Porto*, Vol. III, Porto, s/d.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1991), "A Propósito do 31 de Janeiro", in *Nova Renascença*, Vol. X, n.º 40, Revista da Associação Cultural "Nova Renascença", Porto, 1991.

- (1986), *Dicionário de Maçonaria*, Editorial Delta, 2 Vols., Lisboa, 1986.

- (1986), *História da Maçonaria em Portugal*, Editorial Presença, 3 Vols., Lisboa, 1990.

MARTINETS, Pasquallys de, *Tratado da reintegração dos seres criados nas suas primitivas propriedades, virtudes e poderes espirituais e divinos*, Introdução de Manuel Gandra, Edições 70, Lisboa, 1979.

MARTINEZ, Pedro Soares (1986), *História Diplomática de Portugal*, Ed. Verbo, 2ª ed., Lisboa, 1992.

MARTINS, Guilherme de Oliveira (1991), " Algumas notas sobre Oliveira Martins e o 'Ultimato', in *Renascença Portuguesa*, Vol. X, n.º 40, Porto, 1991.

MARTINS, Guilherme H. de Oliveira (1881), *Portugal Contemporâneo*, 2 Vols., Ed. Lello & Irmão, Porto, 1981.

MATOS, Sérgio Campos (1995), *Historiografia e Memória Nacional (1846-1898)*, Edições Colibri, Lisboa, 1999.

MATOS, Júlio de Melo e (1919), *Materiais para a Monografia do Liceu do Porto coordenados por ...*, Tipografia Mendonça, Porto, 1919.

MAYEUR, Françoise (1991),"A Educação das raparigas. O modelo laico", in *História das Mulheres – O Séc. XIX*, Vol. IV, Ed. Afrontamento, Porto, 1994.

MEDINA, João (1985), "A bandeira republicana – de pendão insurrecto a bandeira nacional", in *História Contemporânea de Portugal*, Vol. I, Ed. Amigos do Livro, Lisboa, 1985.

MELO, D. Francisco Manuel de (1651), *Carta de Guia de Casados, para que o caminho da prudência de acerte com a casa de descanso*, T.C. Hazard, Londres, 1820.

MENENDEZ-PELAYO, D. Marcelino (1880-1882), *História de los Heterodoxos Españoles – Regalismo y Enciclopédia. Los Afrancesados y las Cortes de Cádiz. Reinados de Fernando VII e Isabel II. Krausismo y Apologistas Católicos*, 2ª ed., Prólogo de Arturo Farinelli, Editorial Porrúa, México, 1998.

- (1881-1884), *La Mística Española*, Ed. Afrodisio Aguado S. A., Madrid, 1956.

MIRANDA, Pacheco de (Filho), *Aerolitos (1883-1885)*, Porto, 1886.

MONTALVOR, Luís de (1932-1935), *História do Regime Republicano em Portugal*, 2 Vols., Empresa Editorial Ática, Lisboa,1935.

MOREIRA, Alberto (1959), " A Harpa – Uma ligeira resenha deste interessante periódico portuense – desde há muito considerado raridade bibliográfica", in *O Tripeiro*, Ano XIV, 5ª Série, 1959-1959.

MOREJÓN, Julio Garcia (1964), "Dos Gerenaciones Ibericas: Paralelismo y asincronia", in *Unamuno y Portugal*, Ediciones Cultura Hispanica, Madrid, 1964.

MORILLAS, Juan Lopez (1959), *Intelectuales y Espirituales*, Revista de Ocidente, Madrid, 1962.

MOROTE, Luís (s/d), *De la Dictadura a la República*, Ed. Sempere Y Compañia, Madrid, s/d.

MOURA, José Barata (1996), "Tópicos para um panorama da filosofia em Portugal no século XX", in *Estudos de Filosofia Portuguesa*, Col. Universitária, Ed. Caminho, Lisboa, 1998.

MUNÕZ, V. (1971), *Correspondência selecta de Francisco Ferrer Guardia*, Supplement au "Cenit", n.º 198, Imprimiere des Gondoles, França, 1971.

NAVILLE, Pierre (1975), *La Revolución y los Intelectuales*, Ed. Galba, Barcelona, 1976.

NÓVOA, António (1986), *Le Temps des Professeurs*, Vol. I, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1987.

NUNES, Maria de Fátima (s/d), "A Leitura em Portugal 1851-1910", texto dactilografado policopiado, Universidade de Évora, Évora.

O Cerco [visual gráfico]. Comemorativo do Centenário da criação do Instituto Dr. Ricardo Jorge, fotografias de Aurélio da Paz dos Reis, Centro Português de Fotografia, Porto, 1999.

PALMA-FERREIRA, João (1984), "Sampaio Bruno", in *Literatura Portuguesa – História e Crítica*, Vol. I, Col. Temas Portugueses, INCM, Lisboa, 1985.

PARRILHA, Jaime Martínez (1992), *Francesc Ferrer I Guardia*, Col. "Gent Nostra", Ed. Labor, Barcelona, 1992.

PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1991), *A Pedagogia de Leonardo Coimbra. Teoria e Prática*, Porto Editora, Porto, 1992.

- (1996), *O Messianismo de Teixeira de Pascoais e a Educação dos Portugueses*, Col. Temas Portugueses, INCM, Lisboa, 1996.

PEREIRA, Ana Leonor (2002), *Darwin em Portugal (1865-1914). Filosofia. História. Engenharia Social*, Ed. Almedina, Lisboa, 2002.

PEREIRA, Ana Leonor e PITA, Rui (1993), "No Século das Explosões Científicas" in *História de Portugal – O Liberalismo* , Vol. V, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.

PEREIRA, José Esteves (1984), "Kant e a 'Resposta à pergunta: o que são as Luzes'", in *História e Filosofia*, Vol. III, INIC, Lisboa, 1984.

- (1992), *Sobre a História das Ideias. Intervenções e recenções (1982-1988).*,Centro de História da Cultura, FCSHUNL, Lisboa, 1992.

- (1995), "A Liberdade em Sampaio Bruno", in Revista *Nova Renascença*, Vol. XV, Ed. da Fundação António José de Almeida, Porto, 1995.

PEREIRA, Luciano Vilhena (1991), "Sobre o 31 de Janeiro de 1891", in *Nova Renascença*, Vol. X, n.º 40, 1991.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (1991), "Representações das Relações de Portugal e Espanha e da Questão Ibérica na 'Revue des deux Mondes' (1831-1880)", in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa, Homenagem ao Professor Victor de Sá /Humberto Baquero Moreno*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1991.

PERROT, Michelle e FRAISSE, Geneviève (1991), *História das Mulheres – O Século XIX*, Ed. Afrontamento, Porto, 1991.

PINTASSILGO, Joaquim (1998), *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*, Ed. Colibri, Lisboa, 1998.

PIRES, António Machado (1980), *A Ideia de decadência na Geração de 70*, 2º ed., Ed. Vega, Lisboa, 1992.

PROUDHON, Pierre J. (1868), *Du Principe Fédératif et de la Necessite de Reconstituer le Parti de la Révolution si les Traités de 1815 ont Cessé d'Existir*, Nouv. Edition, Paris, 1868.

RAMOS, Luís de Oliveira dir. (1994), *História do Porto*, Porto Editora, Porto, 1994.

RAMOS, Rui (1994), "A sociedade Maçónica", in *História de Portugal – A Segunda Fundação (1890-1926)*, Vol. VI, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.

- (1994), "A Traição dos Intelectuais", in *História de Portugal- A Segunda Fundação (1890-1926)*, Vol. VI, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa,1994.

REALE, Miguel (1977), *Experiência e Cultura*, 2º ed. ,Ed. Bookseller, Campinas, 2000.

REGO, José Teixeira (1915), "A unidade de pensamento em Sampaio (Bruno)", in *A Águia*, 2ª série, n.º 48, Porto, 1915.

REIS, Artur Duarte de Sousa (1896), *Jornais do Porto*, Edição Fac-similada, Ed. Biblioteca Municipal do Porto, Porto, 1999.

RIBAS, António Fabra (1909 ?), *La Semana Trágica – El Caso Maura. El Krausismo*, Prólogo de Alberto Pérez Baró, Seminários y Ediciones S.A., Madrid, 1975.

RIBEIRO, Álvaro (1943), *O Problema da Filosofia Portuguesa*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1943.

- (1951), *Os Positivistas. Subsídio para a História da Filosofia em Portugal*, Edições do SNI, Lisboa, 1951.

- (1956), "Sampaio Bruno, fundador da filosofia portuguesa", in *Estrada Larga – Antologia do Suplemento de Cultura e Arte de O Comércio do Porto*, Vol. I, Porto, 1956.

- (1947), *Sampaio (Bruno)*, Prefácio e selecção de ..., Antologia do Pensamento Português, Edições do SNI, Lisboa, 1947.

RIBEIRO, Joaquim Torcato Álvares (1862), *A Academia Politécnica do Porto e a portaria do Ministério do Reino de 14 de Agosto de 1862*, Tipografia de Manuel José Pereira, Porto, 1862.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (1993), " A Restauração da Carta Constitucional - Cabralismo e Anti-Cabralismo", in *História de Portugal*, Vol. V-*O Liberalismo*, Ed. Circulo de Leitores, Lisboa, 1993.

ROBINSON, Richard A. H. (1998), "Os católicos e a Primeira República", in *A Primeira República Portuguesa – Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Dir. António Costa Pinto e Nuno Teixeira, Livros Colibri, Lisboa, 2000.

ROCHA, Clara (1985), *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1995.

RODRIGUES; Ana Maria Moog (1993), "Diálogo de Sampaio Bruno com Amorim Viana: A relação da Razão com a Fé", in *Actas do Colóquio Antero de Quental dedicado a Sampaio Bruno*, Secretaria de Estado da Cultura, Aracaju, Brasil, 1995.

ROSA, Álvaro Barros (1968), *Médicos Portugueses Notáveis fora da Medicina: Teixeira de Aragão, Cláudio Basto, Sampaio Bruno, Ilídio Amado*, Separata dos *Anais Azevedos*, Vol. XX, N.º 3, Laboratórios Azevedos, Sociedade Industrial Farmacêutica, Lisboa, 1968.

SÁ, Victor de (1957), "Amorim Viana e Madame Lafarge", in *Estrada Larga – Antologia do Suplemento Cultura e Arte de O Comércio do Porto*, Vol. III, Porto Editora, Porto, 1957.

- (1986), *Liberais & republicanos. Obras de Victor de Sá*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1986.

- (1981), *Sociologia em Amorim Viana – Obras de Victor de Sá*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1981.

SALGADO, Heliodoro (1894), *A Insurreição de Janeiro. História, Filiação, Causas e Justificação do Movimento Revolucionário do Porto*, Tipografia Empresa Literária e Tipográfica, Porto, 1894.

SAMPAIO, José Pais de (1853), *Os Meus Queixumes Contra os Vogaes do Acordam do Supremo Conselho de Justiça Militar de 31 de Agosto de 1850*, Tipografia, J. R. de Oliveira, Lisboa, 1853.

SAMPAIO, José Pereira de (1957), *Sampaio (Bruno) - Sua vida e sua Obra*, Editorial Inquérito Lda., Lisboa, 1959.

SAMUEL, Paulo (1991), "O Porto antes do 31 de Janeiro. Do Positivismo ao Idealismo Republicano", in *Nova Renascença*, Vol. X, n.º 40, Porto, 1991.

- (1995), "Sampaio Bruno e o Idealismo do 31 de Janeiro", in *Nova Renascença*, Vol. XV, n.º 59, Fundação Eng. Eugénio de Almeida, Porto, 1995.

SANCHES, Lorenzo Dias (1977), *La Función Social y Política de los Intelectuales, K. Marx, F. Engels, Mao Tse-Tung, A. Gramsci, G. Lukács, E. Mendel y R. K. Merton*, Ed. Taller de Sociologia, Madrid, 1977.

SANCHES, Ribeiro (1759), *Cartas Sobre a Educação da Mocidade*, Editorial Joaquim Barreira, Porto, s/d.

SANTOS, Delfim (1943) "A Finalidade da Educação", in *Obras Completas*, 2ª ed., Vol. III, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982.

SEABRA, José Augusto (1991), "Um Manifesto Patriótico e Cívico", in *Nova Renascença*, Vol. X, n.º 4, 1991.

SELLIER, Phillipe (1970), *Le mythe du héros*, Paris, 1970.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1985), *História de Portugal (1832-1851)*, Vol. I a XII, Ed. Verbo, Lisboa, 1977-1990.

SERRÃO, Joel (1988), *Antero e a Ruína do seu Programa (1871-1875)*, Ed., Livros

Horizonte, Lisboa, 1988.

- (1985) "A Situação da Mulher Oitocentista" in *A Mulher na Sociedade Portuguesa- Visão Histórica e Perspectivas Actuais, Actas do Colóquio*, Vol. II, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1986.

- (1978) "Dois momentos da 'aspiração republicana", in *Temas Oitocentistas*, 2 Vols., Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1978.

- (1983), *Do Sebastianismo ao Socialismo*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1983.

- (1985), "MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira", in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. IV, Ed. Figueirinhas, Porto, 1985.

- (1959), "Movimento e Futuro no Pensamento de Sampaio Bruno", in *Seara Nova*, nº 1359, Lisboa, Janeiro de 1959.

- (1957),"Sampaio Bruno", in *Estrada Larga – Antologia do Suplemento Cultura e Arte de O Comércio do Porto*, Vol. III, Porto Editora, Porto, 1957.

- (1958), *Sampaio Bruno - O Homem e o Pensamento*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1986.

- *Temas da Cultura Portuguesa*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1983.

SILVA, António Carlos Leal da (1983), *Dados sobre a vida e obra de Amorim Viana*, Colecção Temas Portugueses, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1993.

SILVA, Augusto Luso da (1907), *Últimos Versos, Poesias Inéditas com um Prefácio de*

José Pereira de Sampaio e o retracto do autor, Imprensa Nacional, Porto, 1907.

SILVA, Maria Regina Tavares da (1981), *Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do séc. XX*, 2ª ed., Cadernos da Condição Feminina, Lisboa, 1992.

SIMÕES, Manuel G. (1998), *A Correspondência entre Joaquim de Araújo e Emílio Teza (1895-1910)*, Edições Colibri, Lisboa, 1998.

Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Centro de Estudos em Educação e Psicologia – Universidade do Minho, Braga, 1999.

SORIANO, José Simão da Luz, *História do Cerco do Porto*, nova edição ilustrada e precedida de biografia do autor por J. Pereira de Sampaio, Tomo I, Ed. A. Leite Guimarães, Porto, 1889.

SOUSA, António Soares de (1998), "Sobre a Génese do Ensino Politécnico", in *Comércio do Porto,* 14 de Novembro de 1998.

SOUSA, Eduardo (1899), *Sóros e Vaccinas por ...*, Magalhães & Moniz Editores, Porto, 1899.

SOUSA, Fernando de (1991) "Cartas de Basílio Teles no Exílio (1891-1893), in *Nova Renascença* , n.º 40, Vol. X, Porto, 1991.

TAIPA, Orlando (1955), *Sampaio Bruno – Alguns aspectos do seu pensamento*, Edições SER, Vila do Conde, 1955.

TARROZO, Domingos (1897), *Á Geração Nova*, Liv. de António Maria Pereira, Lisboa, 1897.

TAVARES, Adérito (2001), " A Revolução Republicana" in, *Memória de Portugal – O Milénio Português*, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 2001.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (1991), "Do azul-branco ao verde-rubro. A simbólica da Bandeira Nacional", in *A Memória da Nação*, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 1991.

TOWNSON, Nigel (1994), *El Republicanismo en España (1830-1877)*, Editorial Alianza, Madrid, 1994.

TELES, Basílio (1905), *Do Ultimato ao 31 de Janeiro*, Lello & Irmão Editores, Porto, 1905.

- (1905), *Do Ultimato ao 31 de Janeiro. Esboço de História Política*, 2ª ed., Portugália Editora, Lisboa, 1968.

TENGARRINHA, José (1965), *História da Imprensa Periódica Portuguesa ...*, 2ª ed., Editorial Caminho, Lisboa, 1989.

TORGAL, Luís Manuel Reis (1973), *Tradicionalismo e Contra-Revolução , o Pensamento e a Acção de José da Gama e Castro* , Universidade de Coimbra, Coimbra, 1973.

TORGAL, Luís Manuel Reis (1993), "Instrução Pública" – O sentido e a força de um conceito liberal", in *História de Portugal – O Liberalismo*, Vol. V, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.

TORRES, Ruy D'Abreu (1975), *Cultura Portuguesa*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1975.

UNAMUNO, Miguel de (1913), *Del Sentimiento Trágico de la Vida*, Ed. Alianza, 9ª ed., Col. Austral, Madrid, 1999.

- (1943), *En Torno al Casticismo*, Ed. Espasa Calpe Argentina, México, 1952.

UTT, Roger Lockwood (1979), *Benito Pérez Galdós: Liberalis, Journalism, Iberism (1868-1873)*, University of California, Santa Bárbara, PH. D., 1979.

VALENTE, Vasco Pulido (1973), *O Estado Liberal e o Ensino – Os Liceus Portugueses (1834-1930)*, Gabinete de Investigações Sociais, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1973.

VAQUINHAS, Irene (2000), *'Senhoras e Mulheres' na Sociedade Portuguesa do Séc.* XIX, Ed. Colibri, Lisboa, 2000.

VARELA, Javier (1999), *La Novela de España. Los Intelectuales y el problema español*, Ed. Tauros, Madrid, 1999.

VARELA, Maria Helena (2002), *Conjunções Filosóficas Luso-Brasileiras*, Ed. Fundação Lusíada, Lisboa, 2002.

- (1996), *O heterologos em língua portuguesa: Elementos para uma antropologia filosófica situada*, Ed. Espaço e Tempo, Rio de Janeiro, 1996.

- (1991), "Sampaio Bruno e o 31 de Janeiro", in *Nova Renascença*, Vol. X, n.º 40, Porto, 1991.

VARELA, Maria Helena (1989), *"Sofia" e "Profecia" na Filosofia da História de*

Sampaio Bruno, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, 1990.

VEIGA, Simões (1911), *A Nova Geração – estudo sobre as tendências actuais da Literatura Portuguesa*, Tip. França Amado, Coimbra, 1911.

VENTURA, António (2000), *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal. As convergências possíveis (1852-1910)*, Edições Cosmos, Lisboa, 2000.

VERDE, João (1915), "Recordações do Egotismo – Bruno", in *O Regional*, Monção, 23 de Novembro de 1915.

VERNEY, Luís António de (1746), *Verdadeiro Método de Estudar*, 3° Ed., Editorial Domingos Barreira, Porto, s/d.

VIANA, Pedro de Amorim (1864), *Análise do Curso Elementar de Filosofia de A. Ribeiro da Costa e Almeida por ...*, Tipografia do Jornal do Porto, Porto, 1864.

- (1873), *Memórias de Madame Lafarge*, 2 Vols, Tipografia de António José da Silva, Porto, 1873.

VILLACORTA- BAÑOS, Francisco (1980), *Burguesía y Cultura. Los Intelectuales españoles en la Sociedad Liberal (1808-1931)*, Siglo Veitiuno de España Editores S.A., Madrid, 1980.

WHELLER, Douglas L.(1977), *História de Portugal , 1910 – 1926*, Col. Estudos e Documentos, Pub. Europa América, Lisboa, 1978.

ZAMORA, José María Jover (1982), *Realidad y Mito de La Primera República*, 2ª ed. , Ed. Alianza, Col. Austral, Madrid, 1991.

ANEXO 1

SELECTA DE ARTIGOS DE SAMPAIO BRUNO SOBRE EDUCAÇÃO

Nota explicativa:

Esta selecção de artigos sobre educação que Sampaio Bruno publicou, maioritariamente no jornal portuense *A Voz Pública*, periódico para onde escreveu quase ininterruptamente durante quinze anos, entre 1893 a 1908, pretende dar um visão mais detalhada das preocupações deste autor acerca do problema educativo. Para este efeito socorremo-nos, do levantamento publicado inicialmente 1957 por José Pereira de Sampaio, na obra que dedicou ao seu tio, *Sampaio (Bruno)* (Ed. Inquérito, Lisboa, 1957); posteriormente complementado pelo Prof. Doutor Manuel da Gama, em 1994 O *Pensamento de Sampaio Bruno* (INCM, Lisboa, 1994).

Apesar de alguns destes textos serem completamente inéditos, outros haviam sido já publicados por Bruno nos seus livros que, como se sabe, eram muitas vezes compostos pela colagem de artigos anteriormente escritos para os muitos jornais que colaborava. É por esta razão, como tivemos oportunidade de referir também, que algumas das suas obras se apresentam como verdadeiras mantas de retalhos, ora saltando de um assunto para outro, ora retomando o tema mais adiante, com o prejuízo evidente para a paciência e compreensão das ideias pelo leitor desprevenido.

Acreditamos que esta selecta toca em questões realmente fundamentais para a compreensão da ideia educativa em Sampaio Bruno, tendo-nos, por isso, parecido a sua inclusão um significativo complemento para este trabalho. Por último, sendo nossa intenção facilitar a leitura, procedemos à actualização ortográfica dos textos.

ÍNDICE

O Dever.....498
A Voz Pública, 12 de Junho de 1896
O Padre a Mulher e a Família.....501
A Voz Pública, 15 de Outubro de 1896
Analfabetos.....503
A Voz Pública, 2 de Novembro de 1897
A Nova Geração.....506
A Voz Pública, de 10 de Junho de 1898
Homenagem (a Zola) promovida pelos Operários do Livro em Portugal.....511
Jornal Pró Justiça, 1899
Transcrição educativa.....512
A Voz Pública, 18 de Abril de 1900
Instrução democrática.....516
A Voz Pública, 20 de Abril de 1900
Instrução democrática.....519
A Voz Pública, 21 de Abril de 1900
Educação moral.....522
A Voz Pública, 28 de Abril de 1900
Estudantes e operários.....527
A Voz Pública, 16 de Março de 1901
A educação congregacionista.....529
A Voz Pública, 26 de Abril de 1901
A instrução municipal e o governo.....533
A Voz Pública, 2 de Junho de 1901
Cursos livres.....536
A Voz Pública, 31 de Agosto de 1902
Educação do povo.....539
A Voz Pública, 14 de Setembro de 1902
Ensino primário.....543
A Voz Pública, 28 de Setembro de 1902
Ensino secundário.....547
A Voz Pública, 30 de Setembro de 1902
Proletários intelectuais.....551
A Voz Pública, 11 de Junho de 1903
Ensino.....554
A Voz Pública, 8 de Outubro de 1903
Educação.....557
A Voz Pública, 23 de Outubro de 1903
Bibliotecas Populares.....562
A Voz Pública, 13 de Outubro de 1907
Incultura.....565
A Voz Pública, 26 de Março de 1908
Educação cívica.....568
A Voz Pública, 31 de Maio de 1908
Incultura.....572
A Pátria – Diário Republicano do Norte, 16 de Abril de 1910

O Dever

A Voz Pública, 12 de Junho de 1896

[...] A instrução nacional é alguma coisa de tão extraordinariamente estéril que difícil seria encontrar uma formula suficientemente precisa a defini-la e caracteriza-la. Sem plano e sem ideal ela contenta-se em ministrar aos cérebros que pretende fortalecer para a áspera luta da vida moderna um palavreado oco, vago, balofo na sua importância prodhounesca, que faz, torcido e retorcido pelos retóricos do professorado, do jornalismo e do parlamento, o encanto de todo um mundo de cretinos. A mocidade que sai das escolas, depravada pela gíria metafísica com que as dificuldades de iludem e as incógnitas se suprimem, vem a constituir esse Estado no Estado da bacharelice pedinte de que se extraem os grandes homens do constitucionalismo.

[...] E, na indiferença pública , tratados ruinosos vão alienando a melhoria da vastidão dos nossos domínios ultramarinos garantia da progressão da raça cada vez mais insontemente (sic) comprometida.

O jornalismo conservantista, quando se não emprega a injuriar os democratas, esgota-se na discussão do indiscutível, se o grande homem um tal é ou não um Cícero, se tem o verbo facundo de um Demostenes, se aquele traz ou não na dextra *o facho reluzente da civilização iluminando as estradas do Porvir*.

Mas, sintoma consolador, por debaixo de tudo isto, sente-se o surdo fermentar da indignação e, de onde a onde, o protesto irrompe, dentre a comedia funambulesca que se desenrola. A palavra generosa e convencida de algumas naturezas superiores que se não deixaram corromper acudiram de todos os lados do país adesões entusiásticas. Um novo espírito de reforma começou enfim a circular. Aos poucos, o povo adormecido vai, pois, despertando. E a ficção, a odiosa ficção, há meio século, nos escraviza, envolvendo-nos, principia o soro da realidade a desfaze-la. Vai-se compreendendo, afinal que o regime existente é incompatível com o direito, e com as mais próximas necessidades sociais.

Observa-se que é absurdo persistir na adoração de fórmulas que se esgotaram dentro do lapso, relativamente medíocre, de cinquenta anos.

E sente-se que alguma coisa existe, definida, racionalmente deduzida, nos livros dos publicistas e de que a parte mínima, até há pouco passada á concreta realidade do facto social recebera da experiência a consagração única que legitima as teorias.

Neste momento de crise, perante a intolerância da perseguição, recapitulemos conduta e fixemos proceder.

Dado que a actual ordem de coisas entro na sua fase negativa, estabelecido que as instituições, os factos regulamentadores da actividade social, se acham em pleno trabalho de íntima dissolução , compreendido que o existente se dissocia espontaneamente, sob o efeito das causas de salutar decomposição que o trabalham, cumpre ir desde já precisando o critério que tem de vir a presidir na obra de recomposição que se ha de suceder naturalmente, a esta desorganização, já tão adiantada.

Os princípios que serviram ao artificial agenciamento deste moribundo corpo político devem ser submetidos a uma apreciação severa, de maneira a uma refutação de erro corresponder e determinar a determinação de exactos teoremas e opostos.

Estes não escasseiam se o doutrinarimos (sic) do princípio do século, reacção metafísica contra a filosofia experimental do século passado, produziu os constitucionalismos hoje agonizantes, o critério positivo, triunfante afinal, apesar de todos os esforços em contrário, ser-nos-ia guia seguro para a eliminação e substituição de anacronismos que o espírito do nosso tempo repele e repudia.

Os redactores de esta folha não desconhecem a pesada responsabilidade que a si mesmo se impuseram.

Sabem que os seus talentos pessoais não estão à altura da vastidão do problema pendente. Que importa se o que os move não é a preocupação egoísta do interesse pessoal.

De resto, o que faz a força dos homens não reside, numa suposta aptidão

divina, graça privilegiada de certos, mas deriva das verdades, que cada um pôde ir colhendo da reflexão e do exame. E, se a série de *grandes homens*, que se tem disputado a posse desta infeliz terra, se extinguiu, sem deixar de si nada de proveitoso, sem firmar coisa alguma de fecundo; se o génio apregoado destes e daqueles se perdeu nos baixos expedientes de quem não possui ideias; se a obra dos *enormes talentos* das *capacidades assombrosas* que a rotina se esforçou por manter numa admiração inconsciente se resolveu na banca rota fim final pavoroso de tudo o que criaram, força é a emancipação da tutela destas supostas superioridades, o estudo, por cada um feito, dos fenómenos entregues a umas escassas minorias dirigentes, na certeza de que o erro é menos de temer quando os que procuram a verdade crescem de número.

Por consequência, a todo o que conhecer um facto, a todo o que encontrar uma relação, a todo o que descobrir uma lei, a todo o que tiver formulado um princípio, em qualquer departamento do espírito corre o dever de, pela publicidade desse seu esforço, por mínimo, concorrer para disciplinar opiniões, unifazer o critério, solver as antinomias, dissipar os preconceitos, de classe, de partido, de grupo, afim de que se constitua um corpo de doutrina tão homogéneo no seu todo como desenvolvidos completos nos seus pormenores.

Exercem, pois, os redactores desta folha um direito iniludível, ou antes cumprem um dever inadiável.

Posto isto, eles, hoje como no primeiro número do jornal, poderiam á frente do seu trabalho inscrever, consoante a expressão do seu talento, a nobre divisa francesa: *Fais ce que dois, advienne que pourra.* (faz o que puderes, virá o que for possível – nota minha)

BRUNO.

O Padre a Mulher e a Família

A Voz Pública, 15 de Outubro de 1896

Acaba a empresa do nosso prezado colega *O Correio Elvense* de publicar e pôr à venda a tradução portuguesa desta bela obra de combate publicada em França por Michelet, quando mais acesa ia a luta entre a universidade e os jesuítas que, aproveitando a reacção política que precedeu a tormenta revolucionária de 48, iam medrando e desenvolvendo-se, ameaçando esterilizar com a sua propaganda mefítica as conquistas da Revolução.

É uma obra apaixonada como a são sempre as produções mentais dos espíritos crentes, e Michelet tinha a crença inabalável, entusiástica e ardente da Liberdade.

Alma profundamente religiosa, Michelet acreditava em Deus e na liberdade humana; o que não podia, por isso mesmo que reclamava para o seu espírito a plena liberdade de acção, era subordinar-se aos dogmas das religiões reveladas. E, como quer que, sob o pontificado do autor do *Syllabus* o catolicismo esteve a pique de transformar a cruz divina de Jesus num pendão negro dum partido sanguinolento, é contra o clero católico, especialmente que o impertérrito lutador brande a sua clava colossal.

A interferência do padre na família, sob o pretexto de dirigir a consciência da mãe e da prole, eis o que ele combate considerando a confissão da esposa como um adultério espiritual, pois que no confessionário ela vai revelar a um estranho segredos do coração que ocultaria talvez a seu marido.

O ultramontanismo pretende apoderar-se da criança e nesse intuito começa por se apoderar da mulher.

A mulher traz em si a mocidade do futuro, e é contra o futuro que o ultramontanismo assesta as suas baterias.

O homem é forte. Evite á mulher o laço que o ultramontanismo lhe arma, ou procure sempre companheira capaz de o compreender, e de lhe respeitar as

UNIVERSIDADE DE EVORA

convicções do seu espírito, e de sentir as suas alegrias, quando ele, triunfante, volta dos centros onde mas se expande a sua actividade, aclamado, vitoriado.

Nada mais triste do que acharmos o caloroso aplauso nos estranhos, quando a esposa, indiferentes, nada pode compreender do nosso triunfo e por isso o não pode partilhar...

Eis, em pequeno e mal alinhavado resumo, toda a obra de que *O Correio Elvense* nos proporciona agora a tradução.

BRUNO.

Analfabetos

A Voz Pública, 2 de Novembro de 1897

Decididamente, Portugal vai-se á vela, consoante a anedota pombalina refere, quando, nas palestras á lareira, se narra de como arrancaram o medalhão do marquês do monumento do Terreiro do Paço de como o substituíram por um navio; de como o estadista, desgraçado e zombeteiro, comentou o desaforo.

Vai-se á vela, ave; e horrorosa coisa foi que sois desta geração fossemos os condenados a ser actores e comparsas nesta tragédia lúgubre cujas peripécias excederão em horror tudo o que as imaginações mais inflamadas possam conceber e conjecturar.

Ora, se estivermos perdidos, estamo-lo porque nunca a grande massa da população lusitana mereceu das classes directoras o cuidado de que a fossem afeiçoando na compreensão dos seus direitos e no simples entendimento dos seus deveres.

Frequentemente se ouvem vozes de estranheza perante o desolador espectáculo da triste indiferença do povo português para com as mais flagrantes e intensas calamidades colectivas , cuja previsão é segura e cuja proximidade resulta quase incontestável.

Essa indiferença destaca com um relevo tão poderoso que ela seria ininteligível, se fosse consciente. Pois poderia haver povo tão estúpido que não soubesse buscar remédio a um mal evidente e gravíssimo ou, então, tão preguiçoso que se não quisesse dar à canseira de se mexer, ainda quando sabendo que lhe vinha a casa desabar em cima ?

Não poderia haver; imbecilidade assim ou indolência análoga excedem os limites racionais da presunção.

A causa do insolente fenómeno deve, pois, ser outra. E é. Ela reside na pavorosa ignorância do povo português.

O povo português é analfabeto. O povo português não sabe ler nem escrever. Por isso o povo português desconhece e desconhecerá a angustiosa

situação. E, até ás últimas, deixar-se-á ficar, como se nada com ele fora. Nada com ele por enquanto é, na verdade. Pois que o analfabeto não pode prever. Ele só raciocina e delibera e procede no instante mesmo, preciso e exacto, do acontecimento. Antes de que surja, como poderia adivinhar ?

Sobre todos os demais, este é o grande crime do egoísmo dos governantes, ou antes, a sua grande inépcia, visto como, perdendo-nos, se perderem eles, também, não perdendo com isso, aliás, grande coisa.

Sem embargo, o quadro é de arrancar as lagrimas,.

Apareceu, um destes dias, um opúsculo acuradamente redigido pelo Sr. José Simões Dias, professor do liceu de Lisboa. Constitui o primeiro volume da série de *Ensaios de crítica e historia*; e intitula-se *A Escola Primária em Portugal*. A edição pertence é empresa da *Educação Nacional* que é folha especial, elaborada com escrupulosa competência.

À leitura do folheto do Sr. Simões Dias importa uma revelação critica. Sua lição nos explica antinomias que se afigurariam irredutíveis.

Sabe-se, em sintético resumo, sabe-se a moral degradação onde vegetamos.

O autor estriba-se em dois trabalhos de caracter oficial, e, portanto, confessa que superiores a qualquer suspeita de facciosismo ou de má fé.

Esses documentos são o relatório publicado pela direcção geral de instrução pública em 1890, ao dar conta ao país do estado em que no ano anterior estava este ramo de serviço público, e a recente publicação feita pelo ministro das obras públicas acerca do senso da população do reino, verificada no dia 1 de Dezembro do mesmo ano de 1890.

Desde então até hoje as condições gerais do país, assevera, justamente, o Sr. Simões Dias que não tem sido modificadas tão profundamente, nos serviços de instrução primária que tais modificações possam influir nas consequências a tirar, ou anular os cômputos assentes nos documentos públicos.

Ora, á face dos elementos de informação recolhidos, destacam-se, diz, dois números que, na verdade, desde logo atraem a atenção; a esmagam e fulminam, com efeito.

Esses dois números, apresentados em frente um do outro, "como duas espadas coruscantes", dizem simplesmente isto:

População do reino: 5:049:729

Analfabetos :4:000:957

Estas espadas coruscante, conforme aos nefandos algarismos chama poeticamente o Sr. Simões Dias, a quem deveriam ferir, como castigo idóneo e merecidíssimo ?

Fosse a quem fosse, o facto é que aqui é que está o motivo da nossa desgraça:

Portugal são quatro milhões de analfabetos . Quatro milhões de analfabetos: é isto, porventura, uma pátria ?

Quatro milhões ?! Só ?

Muito mais, aliás porque ha a descontar no escasso milhão de letrados (?) que resta os que só sabem ler mas já não sabem escrever e os que, figurando inscritos na tabela de aproveitamento como habilitados, na realidade mal conseguem silabar.

Afora de esta massa inerte, existe o semi-analfabetismo, como seja esse da percentagem considerável, nas classes chamadas cultas, das pessoas que não sabem francês.

O poeta alemão Goethe dizia que quem sabia só a sua língua não a sabia, e que aprender uma língua nova era nascer outra vez. Dada a universalidade do francês, idioma onde se encontra traduzida a melhoria do pensamento cosmopolita, não saber francês equivale para o homem que sabe ler e escrever, a não saber ler nem escrever.

É um analfabetismo do segundo grau. Ora, não já felizmente a maioria, mas ainda muitíssima gente ilustrada em Portugal não sabe francês. Mesmo, certos dos que, por dever de profissão o aprendem nas aulas secundárias, aprendem-no mal, e esquecem-no depressa.

Nestes termos, compreende-se esta derrocada fabulosa. O inverosímil torna-se caso fácil, correntio e acessível.

Por isso, também, passou e passará despercebido o caso da Grécia

[estabelecimento da administração estrangeira na Grécia]. Até que chegue, decisivamente, o caso de Portugal.

Criticamente o analfabeto está como que adormecido. Mas ao rude golpe da administração estrangeira o sono de Portugal, por profundo, não logrará resistir. É encontrar esse que o há-de acordar por força.

Ora, estremunhado, e ainda por cima aperreado, a cólera do pobre povo português deve ser, naturalmente, terrível.

Ai, então, deles, que o perderam, e de nós, que não o soubemos salvar.

Com sua fúria, não escolherá...

BRUNO.

A Nova Geração

A Voz Pública, de 10 de Junho de 1898

Pelo desenvolvimento progressivo das civilizações, pelo dia a dia crescente, fomento de novos arranjos e coordenações nos diversos capítulos por que se exerce a actividade, as instituições, quer dizer os factos sociais que ajudaram e protegeram a felicidade humana em certos momentos da história, passam a ser estorvos, embaraços e perigos, desde que pretendam perpetuar-se para fora e alem da sua razão lógica de existência.

É assim que o feudalismo, a monarquia absoluta, a tortura, a escravatura, odiosas tiranias contra os direitos da razão, exerceram já um papel civilizador, prestaram já, e inconscientemente, serviços na evolução geral da humanidade, serviços que ao depois se transformaram em funestíssimos impedimentos.

É assim que a monarquia constitucional no nosso país realizou este grande passo de transição necessária do governo despótico do povo, considerado um

rebanho de escravos exploráveis, por o príncipe e os seus aliados naturais, a aristocracia, civil e eclesiástica, para um estado social em que o mesmo povo escolhesse, pela via eleitoral, os corpos dirigentes do Estado e em que os direitos humanos passam a ser garantidos pela lei.

Aqui termina, porém, o papel benéfico da monarquia constitucional. Depois disto, depois desta transigência da antiga realeza para com os seus escravos, de outrora, nada mais se podia esperar de uma instituição que, pelo seu caracter essencialmente transitório, havia de, tarde ou cedo, recair nos mesmos erros, nas mesmas faltas e, porventura, nos mesmo crimes da forma política que viera substituir.

Com efeito, se lançarmos os olhos pela história do constitucionalismo entre nós, o que vemos ? Encontramos uma série ininterrompida de mentiras, embustes e traições; o povo reagindo contra as prepotências do alto e abandonado por aqueles em cuja palavra confiara, quando a esses miseráveis o paço acenava com as prebendas e colocações rendosas e amordaçantes. Essa foi a vergonha da história do reinado de D. Maria II, uma das páginas mais tristes da decadência nacional. Esse reinado constituiu o desengano dos que alguma fé haviam posto no constitucionalismo, que quando se viu em risco de soçobrar, mercê dos seus erros, não hesitou em se tornar réu de alta traição, de lesa nacionalidade, chamando os espanhóis de Concha para que vissem firmar um sólio vacilante.

Dessa ominosissima (sic) data para cá o que é que tem sido o constitucionalismo ? Porque é que ele se tem resolvido ? A que estado nos tem levado ?

Estamos em 1896, ao encerrar de um ciclo; tivemos a honra de pertencer a este glorioso século XIX, que determina a criação das novas ciências, que resolve os problemas postos em equação pelas idades que nos precedem, que assiste, sereno, á penetração das consciências por um sobre de reflexão e exame. Assistimos ao rejuvenescimento da nobre França, exemplo de nações, ressurgindo vitoriosa da derrota, graças á sublime eficácia do processo político que adoptou para a sua reconstituição, só por ele possível, e achamo-nos a

braços com uma dívida pavorosa, encargos orçamentais prodigiosos, dificuldades económicas de escura resolução, sem fé no que existe, sem coragem para o que ha de vir, irresolutos, indecisos como um homem que começa a sair de um prolongado torpor...

Pois bem ! Parece ser tempo de sair desta anarquia; sente-se que soa a hora de repelir este pesadelo, chega, talvez, o momento de salvar a pátria comprometida.

A nós outros, homens que começamos a dobrar a crista da montanha de sacrifícios e desilusões, é nos já permitido contemplar, num relance de esperança a nova geração que terá de continuar e concluir a nossa obra.

Com sinceridade, declaramos que depositamos fé no seu critério mental e na sua cívica virtude.

É certo que, pelos processos maquiavélicos da instrução oficial, o Estado se não tem esquecido da faina ímpia de corromper a inteligência da mocidade.

Basta atentar na funesta tendência que se apercebe claramente nos sucessivos legisladores de programas escolares. Todos convergem no propósito de centralizar o ensino.

Isto traz como corolário a rotina dos métodos, a imposição de doutrinas, a subserviência dos caracteres , a depressão no raciocínio, a esterilização dos espíritos.

Seria, ao contrário, preciso habituar o estudante a exercer as suas faculdades de comparação e escolha, dar-lhe pela liberdade a independência de opinião, robustecer-lhe a faculdade crítica no processo de aquisição de conhecimentos, na metodizarão (Sc) deles; nunca conviria fomentar-lhe a preguiça cerebral, fornecendo-lhe um plano feito, fora do qual não lhe seja lícito saber.

Assim procediam os jesuítas no seu humanismo bestificante, e os que declamam contra o jesuitismo e apregoam as excelências do modo de ser social, dentro de cuja órbita entenderam que a humanidade deve ficar sem progresso, estão-lhes imitando servilmente os processos, como deles receberam a mania do domínio intelectual.

Atendam todos os que, frequente e inconscientemente, a saúdam, nesta constante negativa da liberdade, precisamente no domínio onde ela tem de exercer o mais benéfico influxo. Não basta gritar saudações, é preciso possuir no coração o que os lábios não dizem, é necessário sobretudo, do que num povo livre deve ser mais pronta a crítica do que apoteose.

E, assim, quando nos lembramos da obra surda que terrivelmente vão fazendo, pela corrupção das inteligências desabrochantes, os que ainda sonham com a revivescência do regime católico-feudal, e vendo como se calcam aos pés os decretos, discutíveis, aliás, do marquês de Pombal e de Joaquim António de Aguiar, impudentemente, porém, fixando-se e desenvolvendo-se nesta terra a negra milícia de Loyola, por todo o país, o nosso espírito confrange-se e quer-nos bem parecer que a todo o patriota convicto , a toda a alma liberal sincera, não é a alegria das manifestações irreflectidas que acode, mas o amargo desconsolo dos que se sentem ludibriados.

Tem sido na irreflexão e no fácil entusiasmo que as tiranias se estabelecem e a irreflexão colectiva activamente o obscurantismo a fomenta, em todos os períodos históricos do seu viver.

Entendemos oportuno relembrar o efeito funesto destas apoteoses apócrifas, que nos últimos tempos se têm repetido com uma insistência maligna.

Com efeito, se é realmente nobre o entusiasmo com que o cidadão livre saúda a memória dos verdadeiros grandes homens, representantes da benemerência colectiva, ou as instituições que se destacaram do seu esforço, como o sangue do seu sangue, não ha também nada mais triste do que o arremedo de um calor, que se extinguiu, ou a agitação, frenética, na sua impotência final, dos que não têm intuito, por não possuírem a compreensão do seu tempo e imaginarem, na vacuidade do seu pobre entendimento, que uma sociedade se não altera a cada instante, mas fica interminavelmente na mesma ordem de ideias e sentimentos, experimentando as mesmas necessidades, satisfazendo-se com idênticas aspirações.

Quando tal provisoriamente sucede, ao que se assiste é ao desagregar da consciência colectiva, à perda do interesse comum, à indiferença recíproca, e a

pátria acaba por não passar de uma vã palavra que estranhos insultam, sem que por isso os mesmos que a dirigem se sintam englobados no aleive, antes não chegando a compreender o sentimento que dita o protesto, como ainda há poucos anos se viu no triste exemplo da censura do nosso governo infligida ao major Quillinan, quando se tratou do incidente Brigth na câmara dos Comuns em Londres.

A mocidade meditou, por certo, e aprendeu largamente nos terríveis ensinamentos da contemporaneidade histórica da pátria a que pertence.

Assim, temos, por certo que, se logicamente a nova geração respeita a obra de seus maiores, não se imobiliza, todavia, nela, pois os seus olhos não pairam tristemente em brumas longínquas, antes ilumina-os o clarão do sol que vem nascendo. Se os pais representam o passado, os filhos não só anunciam como garantem o futuro, e a mocidade, se sabe venerar a memória honrada dos que lidaram na sua fé, não ignora também que a ciência, que, apesar de todos os sofismas deletérios, lhe fazem adquirir, lhe impõem o dever de não se nutrir de ilusões e quimeras. com orgulho, ela as rejeita.

BRUNO.

Homenagem (a Zola) promovida pelos Operários do Livro em Portugal

Jornal Pró Justiça, 1899

Hugo-Zola

O parentesco profundo que existe entre os dois temperamentos literários tão aparentemente diversos como os de Emílio Zola e Victor Hugo, revelou-se ostensivamente, patenteando-se com flagrância ainda perante os espíritos mais desatentos, neste caso da intervenção do romancista, indignado contra as prepotências dumas tantas corporações exclusivas e intolerantes. A iniciativa de Zola condiz com a análoga de Voltaire no fim do século passado; mas o naturalista moderno introduz no ímpeto da sua reivindicação todo o entusiasmo lírico e toda a misticidade humana que caracterizaram soberanamente Victor Hugo no percurso do ciclo glorioso deste século, conforme testemunha a colecção típica intitulada *Actos e palavras*. De procedência italiana um, de derivação espanhola outro, estes dois homens representam, assim, culminantemente, os dotes intrínsecos de uma raça, nos seus característicos essenciais. E compreendem a generalidade do desenvolvimento estético colectivo, por isso que a marcha lógica da sua ideação os levou da Retórica para a Moral; isto é, da Arte para a Vida. Zola deve satisfazer Tolstoi; pela conduta pessoal, como pela elaboração psicológica, com a vantagem de que a rectidão de espírito peculiar da nossa raça o liberta das aberrações teológicas do eslavo. Não reverte Zola para o cristianismo, religião de desespero e morte. O seu esforço é uma aspiração contínua – e nisto habita a significação, recôndita e vivaz da sua obra. Como são belos estes títulos: *Germinal, Fecundidade* ! Como são belos e quanto dizem ?!

BRUNO.

Transcrição Educativa

A Voz Pública, 18 de Abril de 1900

A Pátria, de Lisboa, publica, em seu número da passada segunda-feira um antigo escrito demagógico intitulado *Luiz XVI* e fazendo a apologia do regicídio.

Esse artigo foi redigido e estampado pelo actual presidente do conselho de ministros, o qual não pôde, no domingo, por motivo de saúde, assistir à recepção no paço.

A Pátria entendeu oportuno, mercê de por considerações várias de ordem política, rebuscando da bagagem literária do Sr. José Luciano de Castro, reproduzir esse trecho no lugar de honra da gazeta.

Aplaudimos esta ideia; e vamos insistir nela republicando também, por nossa vez e também no lugar de honra da nossa folha, esse famoso libello (sic) do Sr. José Luciano de Castro, presidente do conselho de ministros da monarquia portuguesa.

Para aqueles dos nossos leitores que não estejam bem ao facto da história universal, explicaremos que Luiz XVI foi um rei de França, decapitado, como o rei Carlos I, de Inglaterra, por uma revolução republicana.

A doutrina moral do Sr. José Luciano de Castro é detestável; a sua teoria histórica é absurda; e os erros de facto (como aquele que atribui o cadafalso de Cinq-Mars a Luiz XIV) são de palmatória.

Mas, o que é educativo é a contradição moral que exara o exemplo destes antigos demagogos, fazendo a apologia entusiástica de fatalidades tristes, e volvidos – anos depois – por mero egoísmo o extremo interesse pessoal: em reaccionários ferrenhos.

Hoje exibimos, tomando-o de *A Pátria*, esse artigo republicano, da lavra juvenil do Sr. José Luciano de Castro.

Por iníquo e, sobretudo, por grosseiro – repudiamos esta espécie de republicanismo.

Mas – enfim – era, sempre, um republicanismo.

O artigo diz assim:

«LUIZ XVI

Luiz XVI! Sim, senhores! Não corramos a esponja sobre essa, cabeça, ensopada no seu próprio sangue! A morte amedronta-nos. 0 cutelo do algoz terrifica-nos.

Mas entre a morte de um rei e a de um povo, entro o cutelo do algoz e o cutelo das nações: não sabemos hesitar. O sangue de um cadafalso gela-nos o coração; mas o sangue de um povo corta-nos a vida.

O último suspiro de um rei – soltado nas escadas da morte, espanta-nos como um remorso; mas a agonia de um povo espanta-nos como um crime. O sacrifício de um rei não vale a hecatombe de uma nação. O brilho de uma coroa não vale a consciência de um povo.

Carlos I morreu, e a Inglaterra não o seguiu ao túmulo. Luiz XVI também morreu; e a França prosseguiu na sua gloriosa cruzada.

A morte do rei podia remover a tempestade. A sua existência podia chamá-la. Por isso, entre o sangue duma vítima e a ruína de um povo, a França escolheu a cabeça de Luiz XVI. A justiça dos povos não se curva diante de um espectro nem se dobra ao pé de um marco funerário.

E não era que a Convenção quisesse celebrar os esponsais da liberdade sobre uma lapide tumular.

A Convenção queria a liberdade; mas a liberdade pedia a morte. A Convenção queria o progresso; mas o progresso pedia uma vítima. A Convenção queria a redenção; mas a redenção pedia uma cabeça!

Seria a da França ou a de Luiz XVI? A Providência apontou para um lado, e a cabeça de Luiz XVI caiu!

Confessamos que foi um excesso; 'mas nós não nos atrevemos a condená-lo'. A história vê-os, julga-os – mas não os condena. Quando há sangue chora, mas quando há justiça chora e julga.

Por isso, condenamos *alguns* excessos da Revolução, mas não dizemos que os seus *frutos* foram só excessos. Mas, apesar disto, não penseis 'que

condenamos todos os seus excessos'. Há muitos que a história não repele.

Tem-se condenado a Convenção, porque se serviu do terror. Tem-se condenado Robespierre Danton, Desmoulins e Marat; quanto a nós, não há nisso muita justiça.

O terror era a salvação da França: era a glória de uma época. O terror era Dumouriez ganhando trofeus em Valmy e Jemmapes. O terror era Jourdan salvando Dunkerque do furor britânico.

O terror era a vitória decretada como um preceito, e a glória exigida como uma lei. O terror era a Gironda morrendo para salvar Danton, era Danton morrendo para salvar Robespierre; era Robespierre morrendo para salvar a sua glória e a França.

E depois quem matou Luiz XVI, foi também o manifesto que Brunswick atirou ao meio a França. Em lugar da aliança, ofereceram-lhe a guerra. Em lugar de tréguas, deram-lhe a morte.

Quando a convenção viu aproximarem-se as bandeiras retalhadas de Frederico II, ou havia de entregar-se, como uma vítima, ou resistir com o heroísmo.

Por isso, decretou o terror, porque o terror era a segurança no interior, e a glória no exterior. Decretou o terror, porque o terror era o espectro ensanguentado que a animava para a luta.

E, depois o terror não é só uma atribuição da Convenção, é também um crime das monarquias. Os excessos não pertencem só a um partido.

Luiz XIV levantou o cadafalso de Chalais e de Cinq-Mars. Luiz XVIII ergueu o de Ney e de Labédoyére. E um rei de Nápoles ensopou o seu manto no sangue de Murat.

Os excessos pertencem a todos.

José Luciano de Castro.»

*

Este constante exemplo da apostasia interesseira e da prevaricação da consciência resulta do mais pernicioso efeito sobre a educação da juventude lusitana. Acostuma-a a fazer-se impudente desde as bancadas escolares.

Argumenta com a lição alheia.

Poderá replicar-se que a todo o homem assiste direito de mudar de opinião; que até tem o dever de reconhecer sinceramente o erro em que laborou; e que é, mesmo, uma má acção o insistir, por simples orgulho, no engano de que, uma vez, se fez fé.

Assim está, na verdade.

Mas com esta simples cláusula: – de que se não ganhe materialmente com a mudança.

Se assim acontecer, há motivo, pelo menos, para ponderadas dúvidas sobre a sinceridade de uma conversão que redundou em lucro pessoal.

Por isso é que a passagem de um Victor Hugo, no começo do século, do absolutismo para o liberalismo; a passagem, no fim do século, de um Gabriel d'Annunzio do conservantismo para o radicalismo – são nobres acções que a consciência geral recompensa, promovendo as simpatias.

Outro tanto sucederá ao abandono, pelo Sr. José Luciano de Castro feito, do seu republicanismo primitivo, por menos estimável e coerente que esse republicanismo fosse, aliás?

BRUNO.

Instrução Democrática

A Voz Pública, 20 de Abril de 1900

O curso dos liceus não deveria exceder cinco anos; e os liceus seriam organizados de modo a não prejudicar nem a indústria livre dos colégios particulares nem o exercício das funções pedagógicas dos leccionistas e professores de ensino privado.

Para a admissão aos liceus e para a feitura de exames dos estudantes externos, não se exigiria o pagamento de nenhuma espécie de imposto, sob forma de propina, assinatura de termo e outras alcavalas. Antes, pelo contrário, haveria em todos os liceus um fundo de subsídio para estudantes pobres, fornecido pelo Estado e pelos municípios, no tipo do que os franceses, chamam *bourses* escolares. Só se toleraria a conservação do sistema actual das propinas desde que elas fossem (pagas pelos alunos ricos) exclusivamente aplicadas no aumento do número dessas *bourses* para alunos pobres.

Nos liceus não se admitiria o regime do internato, como erradamente se usa em França. E aceitar-se-ia a ideia do Sr. Ramalho Ortigão, de um compromisso mitigado de semi-internato. O internato nos colégios particulares ficaria sujeito a uma inspecção oficial, assídua e rigorosa, fazendo-se adoptar a instalação semi-celular que é de uso em certos institutos da Companhia de Jesus (como aqui ao pé da porta, no colégio da Guardia, da Galiza) e que resulta perfeitíssima.

A hora de abertura dos liceus seria as sete da manhã. Cada aula não funcionaria mais de uma hora. E haveria um intervalo de dez minutos de aula para aula. Ao meio dia, retirar-se-iam os alunos, para jantar; e o edifício reabriria às duas horas da tarde, considerando-se como de descanso os sessenta minutos decorridos da urna hora até às duas.

Em cada liceu haveria montado um serviço de bufete, de maneira que os alunos que habitassem a grande distância do liceu pudessem, querendo, fazer-se servir o jantar, *a preço de custo*, pelo próprio estabelecimento.

Das duas às três horas da tarde, seria ministrada (em aulas adequadas) aos alunos a aprendizagem de um ofício mecânico, de sua escolha. Isto não só os habilitaria para o combate da vida dentro e fora do seu país, garantindo-lhes sempre a subsistência, na pior hipótese, como os habituaria ao respeito do trabalho manual, destruindo o prejuízo fidalguesco que determina o desdém dos meninos limpos pelas crenças do trabalho e que cava, desde os primeiros tempos, o abismo dos ódios de classe e dos vão orgulhos.

Das três às seis horas da tarde, o tempo seria consagrado ao estudo (em comum) das lições do dia seguinte, sob a inspecção de repetidores e explicadores idóneos.

Às seis horas da tarde, as crenças retirariam para as casas de suas famílias.

As quintas-feiras e os domingos seriam empregados na ginástica, não na ginástica absurda que pretende constituir atletas de circo, mas sim numa ginástica racional, rica esteira dos conselhos do Herbert Spencer.

Adoptar-se-ia o uso dos exercícios naturais, dando-se a preferencia à *canotage* e à natação. Ensinar-se-iam a esgrima e os exercícios de tiro ao alvo, fixo e móvel; a equitação, etc..

Haveria aulas de canto coral e de declamação. E seria obrigatório o conhecimento de um instrumento músico qualquer. Escusado é dizer que obrigatória seria também a frequência de aulas especiais de desenho: geométrico, de figura, de ornato, da estampa o do gesso, etc..

As tardes desses dias reservar-se-iam para passeios em comum.

As férias seriam empregadas na organização de espectáculos teatrais, onde, como se faz nas Universidades inglesas de Oxford e de Cambridge, se habituassem às novas gerações à emoção, estética e moral, das obras primas de todas as literaturas, especialmente da portuguesa e da espanhola.

Aí teriam cabida também as produções literárias, poéticas e musicais dos alunos, que, presentes ao Conselho Escolar, merecessem sua aprovação.

Haveria um sistema de prémios para todos os alunos aproveitados; e os castigos seriam sempre exclusivamente morais e sistematicamente brandos e tolerantes. Para o aluno reconhecido, porém, como incorrigível – a pena seria a

expulsão rigorosa e sem apelação. As penas corporais (ainda em uso em alguns colégios particulares) seriam absolutamente proibidas; e a infracção desta disposição seria severamente castigada.

Quanto às matérias do ensino e sua disposição temática, – isso será objecto de outro artigo.

BRUNO.

Instrução Democrática

A Voz Pública, 21 de Abril de 1900

Cumpre-nos completar hoje o exame da linha genérica desta questão essencial.

Ontem apresentámos uma das faces da medalha. Logicamente, sem perda de tempo, teríamos de apresentar hoje a outra.

Ontem falámos da instrução aristocrática, que é coisa estéril; hoje falaremos da instrução democrática, que seria coisa fecundíssima.

Infelizmente, a organização do ensino em Portugal é restritamente tratada pelos profissionais exclusivistas, que, no especialismo de sua cultura, tomam os meios como fins; e, por isso que *ganham a vida* a ensinar, estão sempre dispostos a crer que os pais mandam os seus filhos a estudar, só e unicamente para estudar.

0 ministro a essas sucessivas reformas assina-as sempre de cruz. E a situação, de ano para ano, se agrava e exacerba.

Ora, o problema da educação portuguesa só deixará de receber soluções, absurdas no momento em que dele se ocuparem não os *professores* mas sim os *políticos*, desde que os políticos sejam os *verdadeiramente «políticos»*, isto é aqueles dos cidadãos que se preocupem desinteressada e primacialmente com os interesses gerais da Nação.

Sucede que a questão geral da Nação, considerada no seu ponto de vista mais amplo, consiste, nisto: – Portugal é um país pobre e tão pobre que caminha rapidamente para uma ruína completa e para uma miséria total.

Cumpre fazer, pois, no mais curto lapso de tempo, do Portugal *pobre* um Portugal *rico*. Para isto – urge dar a Portugal, inculto, uma rápida cultura *prática*. Portanto, o modelo dos países lá de fora a seguir na educação em Portugal – não pode ser nem a Alemanha, erudita e sábia, nem a França, literária e humanista. Portugal não precisa de astrónomos, nem de linguistas,

nem de poetas, nem de pintores, nem de analistas que consigam integrar e diferenciar, nem de micro-gráfos que saibam alfinetar insectos ou colar, à goma arábica, criptográficas em setinosas laudas.

Portugal do que precisa, é de construtores, de lavradores, de tintureiros químicos, de serralheiros mecânicos, de fiandeiros, de caixeiros-viajantes: de toda esta turbamulta especialista que cria as mercadorias e faz girar o negócio. Literatos e sábios – para Portugal – é praga.

Consequentemente, o modelo das nações lá de fora a aproveitar para o nosso caso educativo são os Estados Unidos da América do Norte.

Seria preciso acabar com os cursos chamados, impropriamente, *superiores*; seria preciso dar-lhes um carácter inteiramente prático e imediato. 0 curso de matemática, por ex., ficaria reduzido a um simples curso de engenharia e arte de construções. Acabaria o pedantismo de uma cultura abstractiva de cadeiras inúteis, de mecânica celeste e outras à laia. Mas também não haveria, mais, a vergonha de que o engenheiro sabido das Politécnicas se veja forçado a pedir ao condutor de Obras Públicas que lhe ensine a haver-se com um teodolito.

O advogado esquivar-se-ia a saber as opiniões de Savigny sobre o direito romano. O médico pouparia tempo a conhecer da história dos sistemas, e empregá-lo-ia mais utilmente com frequentar as enfermarias, que deveriam ser subordinadas (consoante em França) a um regime de internato. Todos estes cursos especiais não deveriam consumir mais de três anos, à laia do que ocorreria com a engenharia, na famosa escola de Syracusa, da Norte-América.

Para as aptidões distintamente dotadas, haveria então uma Escola de Altos-Estudos, compreendendo desde as matemáticas puras até à ciência das religiões, instituto transcendente para que poderia aproveitar-se o edifício da Universidade de Coimbra, onde se estabeleceriam também as Escolas Normais superiores. Quanto ao ensino do direito, ele deveria ser ministrado em aulas especiais funcionando em Lisboa e no Porto.

Muito mais grave surge a questão de ensino secundário.

Depois do ensino primário, o ensino secundário tem de ser a ocupação

escrupulosa da democracia. E, em democracia, o ensino secundário deve revestir um caracter eminentemente prático. Insistamos. Repisemos. Eminentemente *prático*.

Sob este critério, revolta-nos como uma ofensa colectiva, que uns tantos *fruit-secs* do pedantismo oficial português impusessem à mocidade de Portugal a tortura de sete anos, inúteis, de um **latim** esterilizante.

Este agravo da consciência pública resulta tanto mais ofensivo desde que, concomitantemente com a tirania do latim, ao aluno lusitano se deu, como se deu, à liberdade do inglês.

Entenderam os legisladores portugueses que um português ilustrado o pode hoje ser desconhecendo o inglês.

E, dadas as relações, comerciais e políticas, de Portugal com a Inglaterra, os homens de Estado de Portugal julgaram que a juventude portuguesa pode muito bem não saber inglês. Já se viu fábula mais espantosa? Descoco mais acabado?

Não, caríssimos senhores; não.

O adolescente, português não precisa de saber latim; mas precisa (como de pão para a boca) de saber francês, inglês e alemão. Para francês, inglês e alemão é que nós queremos os sete anos do curso dos liceus. E para latim (e grego) daríamos, uma cadeira num ano – de rudimentos e de generalidades.

Este é um dos aspectos *positivos* do nosso tipo de ensino secundário, tal como o concebemos, em democracia.

Os restantes ficarão paca a artigo subsequente.

BRUNO.

Educação Moral

A Voz Pública, 28 de Abril de 1900

Suscitado pelo triste caso ocorrido no Asilo das surdas-mudas de Lisboa, apareceu nas colunas de vários jornais, tanto de Lisboa como do Porto, o problema da educação moral. Foi lembrado que, de por si, a simples instrução e cultura da inteligência e da memória resultam trabalho incompleto e insuficiente, se esse processo construtivo não for acompanhado duma adequada educação moral.

Disse-se que sem esta, a instrução torna o mau pior, porque o habilita para a sua perversidade dotando-o de expedientes e enriquecendo-o com armas mais certeiras e perigosas.

Assim é, na verdade. Mas, dizer is to e não dizer coisa alguma, tudo equivale.

Porquanto: se houvermos de aceitar a doutrina dos criminalistas italianos que sustentam a existência de um tipo irredutível de delinquente, a que chamam o *criminoso-nato*, então é evidente que todo o ensino moral resulta burla quando aplicado a essa espécie antropológica, inacessível, de raiz e por natureza, a ele.

Assim como o *criminoso-nato* é insusceptível de corar sob o influxo das inalações do nitrato de amido, – assim também o *criminoso-nato* é insusceptível de modificar-se sob o influxo de práticas, sermões e homilias.

Se, pois, o *criminoso-nato* existe, para ele, pelo menos, a educação moral não vale nada.

Pela nossa parte humilde, reservamos a opinião sobre a existência do *criminoso-nato*. Entendemos que a escola italiana exagera o alcance das suas investigações concretas e passa diplomas de *criminosos-natos* a muitíssimos dos delinquentes que o não são senão por efeito e como consequência da injustiça da organização social presente.

Neste ponto estamos inteiramente de acordo com os humanitaristas, como

o conde de Tolstoi, que acusam a ciência materialista moderna de cumplicidade com o capitalismo e de servilismo para com a autoridade e os seus representantes.

Os detestáveis exemplos de subserviência para com o Estado italiano, e suas tiranias, dados por um Lombroso, por um Garofalo, por um de Gubernatis, confirmam e corroboram a suposição severa do conde de Tolstoi.

Todavia, há, na verdade, criminosos-natos. Mas esses são, felizmente, num número enormemente restrito; e devem entender-se não numa ciência especial de criminologia, mas sim a dentro de um capítulo particular da ciência geral da psiquiatria. São degenerados de um modulo característico. São doidos de uma categoria específica. Não devem ser castigados. Devem ser curados. Não pertencem aos juizes, pertencem aos médicos. Cumpre não os recolher em cárceres, mas sim interná-los em manicómios

Quanto, porém, à questão da educação moral em geral, parte-se do princípio de que ela é aproveitável para todas as criaturas sãs, que criminosos-natos não sejam, afim de impedir que prevariquem e tolher-lhes as eventuais aberrações.

Todos estamos concordes com isto.

Todos?

Cumpre registrar (esse é o móbil deste artigo) a original divergência do inglês Henrique Thomaz Buckle, que foi uma das inteligências filosóficas mais perspicazes deste século.

Henrique Thomaz Buckle, morrendo prematuramente, não conseguiu levar a cabo a sua *História da Civilização na Inglaterra*, de que não logrou efectivar mais do que alguns volumes de simples introdução, sem sequer haver entrado na matéria mesmo.

Porém, esses volumes de introdução constituem um dos maiores monumentos da crítica histórica na nossa idade contemporânea.

Logo de começo Buckle estabelece que as acções humanas as governam leis mentais e leis físicas, e passa a explicar como as leis mentais são de duas espécies: ou morais ou intelectuais.

Seguidamente faz um paralelo entre as leis morais e as leis intelectuais e deita-se à investigação de apurar qual o efeito produzido por cada uma destes géneros sobre os progressos da sociedade.

Conclui que as leis intelectuais são as que dominam e que a lei moral tem um efeito muito mais restrito do que o que geralmente se cuida.

Vejamos como Buckle procura demonstrar a sua surpreendente asserção:

Toda a ideia de progresso implica, naturalmente, a ideia de mudança.

Ora, a moral não muda. Sem contestação, não se encontrará no mundo coisa alguma que tenha sofrido tão poucas mudanças como esses grandes dogmas que compõem o sistema moral. Portanto, se a moral, como o declara James Mackintosh, não comporta descobertas, é evidente que o agente do progresso não pode ser senão o agente intelectual; este é que é o motor real.

Depois de uma demonstração directa, Buckle apoia-se em uma argumentação colateral. E vem a ser que a acção moral é muito menos útil, porque é de uma duração curta. Fundamenta-se numa frase do naturalista Cuvier, que disse: «O bem que se faz aos homens, por maior que seja, é sempre passageiro; mas as verdades que se lhes deixem são eternas.»

Mas, depois, Buckle penetra mais profundamente no âmago da sua ideia, e defende então o inverso da proposição que tem sido aventada nos jornais portugueses, como motivo originado nos desatinos e protervas do caso de Lisboa.

Os jornalistas portugueses dizem que a instrução sem a educação moral produz monstros. Buckle afirma que a educação moral sem a instrução determina monstruosidades.

Como assim?

Promovendo o fanatismo, o orgulho da virtude, a intolerância – que se estribam, ou numa ignorância completa ou numa cultura insuficiente. Cria-se, dessa arte, o tipo do sectário que tem a ilusão do absoluto e que se faz, consequentemente, implacável, duro e abominado.

Buckle comprova o seu conceito por meio de dois exemplos históricos. Um tirado das perseguições dos pagãos contra os cristãos; outro tirado das

perseguições dos cristãos contra os heréticos.

Sucede que os imperadores romanos mais detestáveis, depravados e infames, como, um Cómodo e um Heliogabalo, não perseguiram a nova fé nem adoptaram contra ela a menor disposição; enquanto que o maior inimigo do cristianismo foi Marco-Aurelio, homem cheio de benevolência e de uma honestidade inabalável e a toda a prova, mas cujo reinado se assinalou por uma perseguição de que ele se absteria se a sua superstição moral o não excitasse.

A Espanha fornece a Buckle o segundo exemplo. Nunca houve na história humana uma instituição mais feroz o hedionda do que a inquisição espanhola; e, contudo, a crítica moderna reconhece hoje que os inquisidores foram sempre, salvas raríssimas excepções, homens de uma probidade pessoal inconcussa e magistrados de um escrúpulo rigoroso e perfeito. Somente, o fanatismo moral (consoante eles entendiam a moralidade) desvairava-os, tornando-os atrozes.

Mas o ilustre Buckle não faz concessão alguma à ideia da educação moral. Professa que é a coisa mais infantil que há no mundo pretender destruir a perversidade humana pela via ingénua de práticas e sermões pregados aos homens.

Desde que o mundo é mundo, têm-se empregado milhares, para não dizer milhões, de sacerdotes e missionários a clamar ao homem: não mates, não roubes, não odeies o teu semelhante, ama-o como se fosse teu irmão. Mas tudo é baldado: o homem continua a matar, a roubar e a odiar o seu semelhante.

Ora, uma experiência que compreende nada menos do que toda a existência, histórica e não-histórica, da humanidade, desde que ela se encontra sobre a superficie da terra, parece decisiva e concludente. A educação moral não consegue resultados.

E, todavia, o mal moral tem diminuído no âmbito dos progressos históricos da humanidade.

Mas como?

Pelo efeito da educação moral?

Não.

Pelo ricochete da instrução intelectual.

Buckle demonstra esta asserção com o exemplo das guerras.

Esta grande calamidade foi sempre condenada pelos moralistas e teólogos de todos os tempos; modernamente, os filósofos e os publicistas organizam congressos e associações moralistas visando ao acabamento das guerras. Estas intenções são boas mas são ridículas. As guerras diminuem unicamente, segundo Buckle, por o efeito de progressos intelectuais. Um deles está exactamente no avance concomitante dos instrumentos de combate. Assim, a primeira coisa que acabou por ser eminentemente útil para os interesses da paz foi a invenção da pólvora.

O aperfeiçoamento sucessivo dos engenhos de destruição tende a ultimar este processo de pacificação, originariamente determinado pela descoberta da pólvora.

O segundo movimento intelectual que diminui a possibilidade das guerras são as descobertas da economia política, mostrando que o ciúme comercial pode muito bem se coadunar com um regime de solidariedade cosmopolita.

Neste lance, Buckle está ainda nas consequências dos princípios do livre-câmbio, feitos prevalecer pelo génio de Adam Smith, na sua obra fundamental *Wealth of Nations*.

Finalmente, a terceira das grandes causas que determinaram o enfraquecimento do espírito belicoso foi a descoberta do vapor e a sua aplicação à locomoção, o que facilitou as comunicações entre os diversos países e, dessa arte, contribuiu para destruir aquele estúpido desprezo que uma nação está naturalmente inclinada a ressentir contra outra. Com rara candura filosófica, Buckle regozijava-se, no seu tempo, da simpatia, que supunha crescente, entre ingleses e franceses.

Como este escrito vai já muito extenso, reservaremos para outro subsequente os comentários a Buckle; e, com os comentários a Buckle, o que nos pareça prático e efectivo neste tema melindroso da educação moral.

BRUNO.

Estudantes e Operários

A Voz Pública, 16 de Março de 1901

Pronuncia-se uma simpática tendência de aproximação, com fundamento da questão jesuítica, entre a classe académica e a classe operaria.

No movimento de protesto contra a reacção ultramontana e de reivindicação das garantias civilistas, cabe a primazia à classe académica, à qual, por isso mesmo que foi a iniciadora, em um dos nossos artigos na *Voz Publica*, nós pedimos que tomasse a dianteira de uma marcha de conjunto, em que todas as classes e profissões deveram estar representadas.

Havendo-se constituído no Porto uma agrupação de homens liberais, distintos pelos seus méritos e posição social, eles elaboraram uma representação, prestigiosa pelo talento com que está redigida.

Não era assim que tínhamos concebido a publica orientação; e, repetidamente, na *Voz Publica*, apelamos para um comício, de onde surgisse, pelo voto colectivo, uma união corporativa de todas as forças liberais da cidade.

Republicano, não podíamos deixar de pretender o exercício da soberania popular, que é a fonte originaria de todos os poderes em democracia.

Assim o entendeu – e justamente; – também, a Comissão Municipal Republicana do Porto, na sua última moção, que aprovou e publicou nos jornais do partido.

Sem embargo, a congregação dos elementos liberais que se realizou no Porto merece-nos aplauso, não só pelo caracter estimável dos seus membros, homens de ilustração e de trabalho, como porque todos os esforços se devem prezar e bem-querer, em uma tarefa complicada e difícil, contra um inimigo ardiloso e poderoso.

Assim também, esta aproximação que se desenha entre operários e estudantes nos parece merecedora dos maiores louvores e se nos afigura prometendo os mais fecundos resultados.

A Educação Congregacionista

A Voz Pública, 26 de Abril de 1901

Costuma defender-se a causa dos jesuítas, alegando que eles são excelentes educadores da mocidade o que nos seus colégios as crianças aprendem mal e melhor do que a aulas laicas.

Este asserto passou em julgado e ganhou foros de incontestável verdade, que sobreleve a quaisquer críticas criminosas e se imponha, custe o que custar.

Ora, à *ratione*, é, desde que se pense no caso do poucochinho, manifesto e ostensivo que não pode ser boa uma educação cujo alvo se fixa em afeiçoar o aluno para obedecer irrefragavelmente ao princípio da autoridade, suspeitando das forças da razão, como de uma miragem tentadora e felizes, fértil de erros e ilusões.

O que é que pode ensinar um jesuíta a uma criança que lhe pergunte quem foi o marquês de Pombal, de quem ouvira faltar em casa, à mesa; nas férias? Que fora um monstro que oprimira o rei e o povo e que não causara senão danos e prejuízos a Portugal.

Se a criança, já homenzinho, o interrogar acerca de altíssimos vultos do pensamento humano, consoante um Pascal, cristianismo aliás, o ensino jesuítico não poderá satisfazer a aspiração do cérebro curioso senão retorquindo que esses homens foram perversas criaturas calamitosas, porque combateram, com todas as suas forças mentais, a Companhia de Jesus.

Ouça rumorejar um menino da Revolução Francesa: o que poderá dizer-lhe um jesuíta da «Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão»? Que é um monumento de soberba diabólica, e que os vassalos devem curvar-se submissos às exigências do poder espiritual e do poder temporal, representados respectivamente ao Estado e na Igreja.

Portanto, a educação congregacionista, não convergindo para criar cidadãos independentes a para formar consciências autónomas, é péssima, se a

encararmos pelo seu aspecto subjectivo: isto ó da construção dos sentimentos morais no ânimo dos educandos.

Ora, a sociedade moderna é uma terrível arena de combate e a lei que a domina é a da concorrência. Aquele adolescente, sabido das escolas jesuíticas, entrará no mundo com a faculdade essencial no mundo (isto é a *vontade*) abatida e quebrada. Ele estará destinado a deploráveis derrotas, se não recompuser no ambiente livre, à custa de muito desgosto e da perda de esforço, consumido a habilitar quem devia notar já, habilitado.

Compensará talvez a educação jesuítica esta depressão subjectiva por vantagem de ordem objectiva...

Quer dizer: – talvez que, falho na história, falho no direito, falho na filosofia, o estudante saia dos colégios jesuíticos conhecedor seguro da matemática, da física, das ciências naturais...

Mas ignora alguém que, mesmo nos tempos áureos da educação jesuítica, essa parte, dos estudos da ciência positiva, foi regular e vastamente descurada nos seus estabelecimentos de ensino?

Os portugueses foram educados pelos jesuítas durante três séculos sem estorvos nem embaraços, e aquilo que hoje constitui o curso dos liceus (e a que se chama o ensino secundário) pertenceu-lhes exclusivamente.

Se, portanto, há nação na Europa que possa servir de exemplo da vantagem ou desvantagem do ensino jesuítico é, por sem dúvida, este país.

Pois bem! De decadência em decadência; de obliteração em obliteração – as coisas chegaram a termos de um tremendo assombro e espantoso horror. A mentalidade lusitana não podia descer mais baixo do que desceu, ao cabo desse contínuo empenho de entorpecimento.

Surgiu um homem insigne, que levantou o grito de alarme, mostrando a vergonha da nossa ignorância e (o que é pior do que a ignorância) da nossa falsa ciência. Esse homem chamou-se Luís António Verney, e a obra notável em que fez a análise do ensino português: *Verdadeiro método de estudar*. Ainda mais elucidativas do que as acusações deste benemérito propugnador do progresso são as defesas dos obstinados factores e obscurantismo. É inacreditável o que se

lê naquelas páginas de réplica, sobranceira e ignara. A seguir, haveria Pombal de justificar, com as suas reformas do ensino público, os protestos do doutíssimo censor.

Retorquir-se-nos-ia que se passou isso em tempos relativamente remotos, que as épocas mudaram, que o jesuitismo hoje se aprimora no ensino?!

Porém, outro exemplo (este, então, contemporâneo) rebate essa presunção.

Deu-se em França, a 2 de Dezembro de 1851, o grande desastre do golpe de estado, com o presidente da República, Luiz Bonaparte, traiu o seu juramento, para, pelo crime triunfante, vir a massacrar-me sob o pseudónimo de Napoleão III, proclamando o Império.

Entendeu este celerado que lhe convinha, como a todos os déspotas, encarregar o ensino da mocidade francesa nas mãos do jesuitismo, o qual se encarregaria de a nutrir, espiritualmente num objecto amor da escravidão e num repulsivo ódio da liberdade. Assim o fez; e não se enganou. O jesuitismo honrou-lhe a confiança. A mocidade francesa timbraria em manifestar-se servil.

Mas ao mesmo tempo ela revelava a mais crassa ignorância. Não sabia nada de nada. Não sabia as mais elementares regras das artes, como não sabia os rudimentos das ciências. Apareceu também um homem para, como o fizera Verney de Portugal, proceder lá ao inquérito sistemático do estado do ensino em França. Esse laborioso, eminente e prestante, foi Michel Bréal.

Entre nós, o jesuitismo regulariza-se, para ensinar e para fazer beneficência em asilos e albergues, não à custa deles mas das esmolas alheias sustentadas. Recebe, primeiro, do país, a esportula com que o país o há de socorrer depois.

Lembra isto (já lembrou ao velho amigo espanhol, D. Fernando Garrido, que nos fez rir, notando-no-lo, éramos nós crianças) lembra isto aquele usurário castelhano que, por testamento, legou todo o fruto de suas rapinas para a criação de um hospício.

Construiu-se a pousada dos enfermos; e no dia da sua inauguração solene apareceu, colado no portão de entrada, este pasquim:

El señor don Juan do Robres,

Con caridad sin egual,

Hizo este santo Hospital...

Pero antes hizo los pobres.

Aos pobres, o jesuitismo os ampara das esmolas de pobres e ricos; e, a pobres e ricos, ele ministra um ensino nefasto:

Nefasto porque, moralmente, é o constante conselho da extirpação da vontade.

Nefasto porque, como aquisição de conhecimentos praticamente úteis, não presta para nada.

BRUNO.

A Instrução Municipal e o Governo

A Voz Pública, 2 de Junho de 1901

Em tempos dissemos nesta secção da *Voz Publica*, das obrigações que, a nosso parecer, incumbem aos municípios ilustrados e propugnamos, com fundamento de causa, pela autonomia municipal.

Não abandonámos ainda os princípios que então professamos, pois que, forcejando por não afirmar de leve e precipitadamente, é nos grato que não nos vejamos forçado ao dever, imperativo mas deprimente, dos desmentidos.

Agora julgamos pela mesma maneira e cuidamos que os membros de cidades civilizadas andarão avisadamente procedendo em harmonia com o critério por nós neste lugar da folha, largamente explanado e defendido há meses.

Hoje, porém, entendemos que esta simples declaração de persistência nos nossos pontos-de-vista passados não basta, por categoria e leal que ela seja e assim o exaramos.

Cumpre-nos, ainda, neste momento, desenvolver a matéria consignada, fazendo o com motivo de a Câmara do Porto haver notado, na sessão passada, que a verba que o Governo exige para *Instrução* primária é, números redondos, 93 contos, quando a despesa monta apenas a 44 contos.

Ora, a nota especificada desta despesa, colhida em fonte oficial, demonstra-se pelo quadro que desenrolamos em seguida.

Quer dizer:

O Tesouro exige do Porto 93:255$539 réis.
E gasta aqui:
Com a Escola Normal – 18:106$990.
Com as demais Escolas:
No *Bairro Oriental*:
12 professores . . . . . 1:674$000
12 professoras . . . . . 1:534$000
10 serventes . . . . . 600$000
Subsídios de residência . . 1:611$000

Gratificações	125$000	
Pessoal adido	1:182$000	6:726$000
No *Bairro Ocidental*:		
14 professores	2:104$000	
20 professoras	2:770$000	
17 serventes	1:020$000	
Subsídios de residência	2:218$000	
Gratificações	180$000	
Pessoal adido	564$000	8:856$000
		15:582$500

MATERIAL E DIVERSAS DESPESAS
RENDAS DE CASAS, PRÉMIOS, SEGUROS

No *Bairro Oriental*		3:257$865
No *Bairro Ocidental*		6:155$075
		9:412$940
Para amortização da dívida		
– quota respectiva	1:222$810	
Ou reja, recapitulando:		
Com a *Escola Normal*		18:106$990
Com as Escolas nos 2 bairros		15:582$500
Com o material e diversas despesas		9:412$940
Amortização da dívida		1:222$810
		44:325$240
1 professor aposentado		125$000
		44:450$240

O orçamento geral da receita e despesa da instrução primária, no Porto, para o exercício de 1901 assim o explica.

Isto é, repetindo:

Pede ao Porto 93 contos, para se gastarem, com o Porto, *apenas* 44!

Esta abusiva vergonha não é isolada, antes condiz com as feições salientes de um quadro de genérica ignominia.

Todos sabemos quanto é miserável aquilo que se despende em Portugal com a instrução; por isso, não pode o Porto ser acusado de egoísmo, increpando os que dirigem a administração pública, sob razão deste extravio injustificável de nada menos do que *49 contos*, que, devendo aplicar-se à Instrução primária do Porto, da Instrução primária do Porto são solertemente desviados, aliás, consoante se vê.

Na verdade, o Governo, ainda impondo aos Municípios quotas ou

subsídios especiais, ganha sempre. Ele consegue sempre a fantástica maravilha, ou a maravilha ardilosa, de gastar pouquíssimo nesse ramo da Instrução Pública.

Os ordenados aos professores resultam irrisórios e o número das aulas é insignificante. De tal maneira que os redactores das Farpas, Srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, tiveram carradas de razão quando, ocupando-se do assunto, escreveram aquela frase cruel, mas infelizmente justíssima: – de que em Portugal a Instrução primaria era uma «canalhice pública.» É desta arte ainda hoje.

Esta insigne pérfida explica-se pela vontade, peculiar de todos os absolutíssimos, mais ou menos disfarçados, de conservarem o analfabetismo, a cuja triste sombra prosperam e medram.

Todavia, o Porto é que, por sua parte, não deve permitir a procrastinação de um sacrifício que não foi consultado para fazer e a que não deseja continuar a sujeitar-se, porque esse sacrifício estéril não aproveita a nada de grande e fecundo, a nada de nobre e proveitoso.

Bem bastam as misérias que já por cá vão. Nem são elas tão pequenas e minguadas que a situação da cidade se não torne sucessivamente mais apertada e difícil.

O que o Porto dê para a Instrução popular do Porto dá-lo-á sempre de muito boa vontade, pois que deseja ser uma cidade cada vez mais ilustrada e culta. Mas é preciso que essa quota paga pelo Porto para a Instrução do Porto seja realmente para a Instrução do Porto.

Agora; – pagar anualmente, para as suas aulas primárias, 93 contos e gastarem-se com essas suas aulas primárias, tão só, 44 contos: eis aqui, na realidade, uma burla escarninha, que, com dignidade, se não pode tolerar e sofrer...

A conclusão prática destas considerações críticas resume-se no lema da *autonomia municipal*, que já desenrolámos nestas mesmas colunas.

Não rejubilamos, todavia, por que os factos viessem a corroborar os nossos assertos teóricos, pois que tal comprovação redunda em dano e em desdouro para os nossos compatrícios.

Mas não podemos, também, abstermos de chamar a atenção dos portuenses que amam a sua terra para estas lições, dignas de que se meditem, para regra do espirito e para norma do procedimento.

BRUNO.

Cursos Livres

A Voz Pública, 31 de Agosto de 1902

A Carta Constitucional da monarquia portuguesa, que decretou, em 29 de Abril de 1826, D. Pedro, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves etc., diz assim, em o § 13.º do seu art.º 145.º: «Todo o cidadão pode ser admitido aos cargos públicos, civis, políticos ou militares, sem outra diferença que não seja a dos seus talentos e virtudes.»

Isto parece categórico; mas não é. Porque, assim como o menosprezo dos direitos individuais se exerce, no regime absolutista, por uma forma brutal e violenta, assim, na falsificação constitucionalista, essa injúria se opera pela vilta de restrições e de sofismas.

Ora, nesta vastíssima mistificação que se chama o constitucionalismo monárquico, uma das maneiras de retirar com a mão esquerda o que se deu com a direita reside na habilidade de prejudicar por meio de leis especiais as (ilusórias e aparentes) concessões que se promulgaram no estatuto basilar da nação.

Assim, é certo que a Carta Constitucional da monarquia lusitana estabelece que todos os cidadãos portugueses poderão concorrer a todos os cargos públicos sem outra diferença que não seja a de seus méritos e virtudes. Mas aqui é que está o sofisma. Porque, para aquilatar desses méritos, prefixa-se um procedimento único: qual seja o de exigir, sucessivamente para todos os ramos da actividade, a aquisição previa de um diploma oficial.

Desta arte se constitui, à sorrelfa, uma verdadeira casta aristocrática de diplomados; faz-se uma fidalguia de bacharéis e doutores; organiza-se uma espécie de mandarinato chinês, pedantesco e abusivo, prevalecente e excluidor.

Já em tempos, neste mesmo jornal, entendi dever chamar a atenção para esta incongruência que não só briga com o espírito das leis fundamentais por que dizem que se rege o país como que converge no sentido de abater os estímulos da iniciativa pessoal, substituindo à prova de concursos positivos a fácil contemporização da apresentação de documentos. Mas, como quer que, no meu artigo de sexta feira passada, houvesse de embarrar pelo tema dos cursos livres, ocorre-me precisar noções, desenrolando as consequências duma ideia ali aventada.

Com o desembaraço de quem sabe que não será atendido e que fala, pois, por falar, pedi eu que se acabasse em Portugal com a velharia de apontar faltas nas aulas superiores, e bem assim com essa outra conexa velharia de chamar a lição, como se os estudantes das academias fossem meninos da escola primária, que só aprendem à força de ralhos infligidos pelo Sr. Mestre.

No princípio do ano lectivo abrir-se-ia termo de matrícula e nele se inscreveriam todos aqueles que, por certidão autêntica, mostrassem ter provado, em público exame, as matérias constantes do programa do ano anterior, consoante disciplinarmente estivessem dispostas na hierarquia do ensino.

Acabado o ano, seriam chamados a acto todos os matriculados sem excepção e esse acto revestiria caracteres de rigorosa severidade, não só pela amplitude do tempo como pela ausência de ponto, sendo o interrogatório vago sobre toda a matéria professada durante o ano na cadeira. O corpo de examinadores deveria, mesmo, ser especial e diferente do corpo docente, conforme acontece em França na Escola Politécnica e em outros estabelecimentos superiores, ou seja para os actos de admissão à frequência das aulas ou seja para os propriamente destinados no exame nas disciplinas leccionadas.

Note-se bem que não havendo alvitres radicais, como seria o da instituição dos cursos inteiramente livres, antes me mantenho moderadamente, tanto quanto

possível, a dentro dos limites da organização tradicional e actual. Acato até o escandaloso abuso que faz do ensino matéria colectável; respeito o odioso expediente da propina que o Estado cobra pela abertura e encerramento da matrícula, e bem assim conservo os direitos que ele arrecada pela promulgação das cartas de bacharelato ou de doutoramento, ao fim da carreira. Não quero abraçar o céu com as pernas e faço todas as concessões possíveis ao espírito de rotina e aos preconceitos do orgulho catedrático, que é, sabidamente, dos mais implacáveis e intransigentes.

Mas viso a conseguir um certo triunfo democrático. Assinalando serviço que ele prestaria à causa sacratíssima da civilização geral do país e da dignificação crescente dos sentimentos dos seus habitantes!

O meu objectivo é este:

Abolindo-se a existência da frequência nos cursos superiores, sucederia que cidadãos que não podem frequentar as aulas, porque necessitam de ganhar sua vida às horas em que elas funcionam, se matriculariam tão só e se habilitariam estudando, em suas casas, naquelas outras horas que lhes restam livres. Como se não marcariam faltas, esses cidadão apresentar-se-iam, no fim de cada ano, a exame em cada uma das respectivas cadeiras do curso, e segundo a chamada idónea da pauta geral. Compreende-se que estes se não abalançariam a semelhante prova sem estarem perfeitamente preparados; e pode dizer-se afoitamente que seriam examinados esses os destinados a colher as palmas dos prémios.

Assim, as aptidões que hoje se perdem aproveitar-se-iam; e o estadista que em tal sentido legislerasse teria feito obra eminentemente democrática e civilizadora.

Quanto às objecções que se podem apresentar, que causa justa não dá margem aos reparos duma crítica miúda e insidiosa? Todavia, havendo calculado o teor dessas possíveis objecções, conclui afinal que elas pecam todas pela base, e que não podem sofrer o embate da argumentação, aliás fácil e corrente, que lhes é lícito opor em réplica vitoriosa.

BRUNO.

Educação do Povo

A Voz Pública, 14 de Setembro de 1902

Leio que o *Matin*, folha parisiense de larga informação, insere, em um dos últimos n.°s. chegados a esta cidade, um despacho de Petersburgo, capital do império de todas as Rússias, no qual se diz que o príncipe de Obolenski, governador de Kharkov, chegou àquela referida capital, afim de regular, de acordo com a administração geral do império, o assunto do processo dos camponeses que, em breve, devem ser julgados pela justiça por cumplicidade nos tumultos agrários sucedidos durante a última primavera nas províncias de Kharov e de Poltava. Assegura-se que Muravico, ministro da justiça, está em desacordo com o príncipe de Obolenski no que respeita ao processo a seguir e nos castigos a infligir.

Acrescenta-se que o ministro se inclina à clemência, ao passo que o príncipe quer a maior severidade. E remata-se na Informação dizendo que cumpre atender a que, quando houve os conflitos, os aldeões revoltosos, presos pelos soldados e especialmente pelos cossacos, foram castigados com varadas, por ordem do aludido benigníssimo príncipe de Oblenski. Por isso não errei de todo quando, em meu último artigo, disse que, a bater-se, se deve bater no povo, pois que tenha, como ninguém, as costas largas e doutrina seja que nesse género de costas é que as pancadas devem preferentemente cair.

E, contudo, apesar do desmentido da cruel experiência de todos os tempos, gente existe de boa-fé e de intenção excelente que continua, sem embargo, a dizer que o povo não deve gozar da liberdade, porque não está preparado para ela. Como se o despotismo desse jamais o povo por preparado para a liberdade, a como se os opressores as decidissem a abdicar, em um dia de generosidade de sentimentos e de rectidão de consciência!

A propósito, recordo-me de certas passagens de uma novela do romancista espanhol, Benito Perez Galdos, que vêem a talho fouce e são pitorescas, de par e

passo que contem instrutivos e adidos conselhos.

A novela a que me refiro intitula-se *La segunda casaca* e faz parte da segunda série da colecção de romances históricos denominada *Episódios Nacionais*. O lugar da secção é Madrid e a época 1820. Está-se nas vésperas da revolução, a qual já se pressente e como que se respira já. Discorrem dois conspiradores, um de velha, outro de fresca data; um, liberal desinteressado, o outro absolutista converso por espírito de ambição.

Principiando o diálogo aqui pelo liberal de sempre, assim dizem:

– Tenho uma fé imensa no êxito definitivo das minhas ideias; tenho a crença de que ao fim e ao cabo triunfarão, e serão tipo comuns a todos como hoje comuns são a ignorância e a cegueira.

– De modo que agora...

– Agora, se te hei-de falar com franqueza, não cuido eu que as ideias liberais sejam bem compreendidas, e menos que sejam bem levadas à prática.

– Quer dizer que serão uma calamidade.

– Até certo ponto, serão, sim.

– Então aqueles que as pregam fazem mal, e os que tratam de estabelecer o sistema liberal, pior.

– Não, porque alguma vez havemos de começar.

– O povo necessita de ser ilustrado para poder praticar a liberdade.

– E necessita praticar a liberdade para ilustrar-se. Parece que isto é um círculo vicioso; porém não o é, realmente. Por onde se começa? Esta é a questão. Compreenderás que todas as coisas têm o seu princípio doloroso. O homem, antes de andar em dois pés, andou de gatas. Suponho que, para te evitares os tropeções que acompanham os primeiros passos, não desejarás tu que o género humano ande sempre a quatro pés.

– Certamente que não.

– Nesse período estamos, amigo.

– No dos quatro pés?

– Exactamente. Eu digo à sociedade espanhola: «levanta-te», e ela

responde-me: «não sei andar direita.» Os frades e os palacianos aconselham-na e que não se meta na perigosíssima aventura de caminhar como a gente. Por fim tanto a instigamos, que se levanta.

– E poucos passos dados, terra!

– Porém intimamo-la de novo com rogos e suplícios. Aflita, responde-nos ela: «Mas se eu não sei, se caio! Que devo fazer para aprender a andar?» E nós replicamo-lhe «Andar, andar sempre» E andará; ao fim, tem que andar.»

Na Rússia está-se em 1902 como se estava na Espanha em 1820. Ninguém ensinará a Rússia a andar; ela tem de aprender por ali mesmo. Como? Andando.

Assim, nos povos que já fizeram os seus primeiros passos, para que se estabeleçam a mais largas, desempenadas caminhadas. O critério é ainda e sempre o mesmo. Para as nações as coisas dão-se na mesma como para os indivíduos. Para as nações como para os indivíduos, vigorou, vigora e vigorará aquele conceito de Benjamin Franklin quando, com integro bom-senso professou que a experiência era a escola onde as lições custavam mais caro mas a única onde se aprendia com proveito.

Ora, a experiência tem mostrada que para conquistar melhoria de instituições é forçoso que as nações se sujeitem aos males fatalmente oriundos da inexperiência transitória dessas novas instituições, cujas vantagens são aliás definitivas e decisivas.

A liberdade nunca é uma dádiva graciosa; é sempre uma penosa conquista; e resulta uma quimera abusiva estar-se à espera de que um povo se prepare para o exercício de seus direitos afim de só então lhos conceder.

Como se há-de ele preparar se os não exercita e não é ridículo acreditar que os interesses que a liberdade popular arruina serão tão magnânimos que se darão a habilitar os explorados a descartarem-se dos seus exploradores?

É certo que as multidões oprimidas, quando uma vez conseguem desafogar e libertar-se, têm cometido excessos lastimosos. Mas mais responsáveis são aquelas classes privilegiadas, aquelas instituições egoístas cujo timbre consistiu em tiranizar.

Portanto, em resumo, para um progresso positivo, não há preparação

prévia possível. Para saber andar, é preciso andar.

Portugal, desde 1834, gatinha.

BRUNO.

Ensino Primário

A Voz Pública, 28 de Setembro de 1902

Há poucos dias ainda que todos os jornais portugueses publicaram as disposições recentemente adoptadas no tocante ao ensino primário no país. Perante, esse imenso estendal de artigos de lei, fiz tenção de dar à estampa algumas ponderações que espontaneamente o gravíssimo assunto me tem sugerido. Mas quando nisto estava depara-se-me um volume, que apareceu a público não mais tarde do que anteontem. Intitula-se e tem por objecto *A Nova reforma do ensino secundário em França*. Ocupa-se dos planos de estudos, programas e exames; e é elaborado pelos professores de ensino livre nesta cidade, Sr. João Diogo, o qual tomou para divisa do seu trabalho umas judiciosas palavras de Ch. Letourneau, tiradas da obra deste acerca da Evolução da Educação. São as seguintes: «Se existe, para as nossas sociedades contemporâneas um problema de que a solução prática se imponha, é por certo o da educação. 0 mundo está de parto e as nações, que se orientarem mal para o futuro, deverão derrogar e perecer. Ora, e essa é uma questão de salvação, porque, sob pena de extinção da raça, cumpre que os nossos descendentes sejam mais fortes, mais belos, melhores e mais inteligentes do que nós-outros.»

Entrando no tema, que é, como disse, a reforma francesa, primeiramente trata do plano da estudos. Cumpre saber que o decreto que reforma o plano de estudos consta de oito artigos; o autor, porém, e elucida apenas sete. O artigo 1° preceitua que o ensino secundário fica sobreposto ao ensino primário, de modo a ser a continuação de um curso de instrução primária que tenha a duração normal de *quatro anos*. Reporta-se o autor da figura de temática que desenhou, para mostrar pelos olhos o plano geral e completo de estudos secundários que constitui o objecto da sua exposição actual.

E, discorrendo, para se tornar mais compreensível, diz, o Sr. João Diogo supõe uma criança matriculada num liceu francês, segundo esta reforma. Três ordens de cursos se lhe apresentarão: **Cursos de estudos primários, cursos de**

estudos do primeiro ciclo, cursos de estudos do segundo ciclo.

O Sr. João Diogo Introduz ainda a hipótese de que a criança acaba de deixar a aula de primeiras letras, a *Divisão infantil* ou *undécima classe*, como os franceses lhe chamam. Possuindo as mais simples noções de leitura, escrita, cálculo, francês, história e geografia, moral e desenho, não esquecendo as *lições de cousas*, apresentar-se-á matricula do 1° ano dos liceus, com a idade mínima de sete anos.

O curso de estudos primários abrange duas divisões e cada divisão duas classes.

A primeira divisão denomina-se *Divisão preparatória* e compreende a *décima* e a *nona* classes; a segunda ,chama-se *Divisão elementar* e é formada pela *oitava* e *sétima* classes.

É intuitivo (pondera o Sr. João Diogo) que o nosso pequeno principiará pela *décima classe* ou 1.° ano da *Divisão preparatória*. Ensinar-se-lhe-ia francês, instrução moral e cívica, escrita, narrativas, geografia, cálculo, *lições de cousas*, desenho e *canto*, à razão de 20 horas semanais, isto é 4 horas diárias, não contando a quinta-feira, que consideraremos dia feriado.

Terminado o 1.° ano ou décima classe, passará para o 2.° ano do liceu ou nona classe. Nela aprenderá: francês, instrução moral e cívica, *línguas vivas* (uma, à sua escolha, das cinco: inglês, alemão, espanhol, italiano e russo), escrita, narrativa, geografia, cálculo, *lições de cousas*, desenho e *canto*. O número de horas semanais é ainda o mesmo, isto é 20.

Terminou, pois, ele a *Divisão preparatória* com oito anos de idade. Se as necessidades da vida o obrigarem a isso, sai do liceu com uma instrução bem incompleta em verdade, mas em todo o caso *falando* já uma língua estrangeira.

Porém o Sr. João Diogo supõe agora que o aluno continua a cursar o liceu. Matricular-se-á não na *oitava* classe, isto é, no primeiro ano da *Divisão Elementar*. Ali ensinar-lhe-ão francês, instrução moral e cívica, línguas vivas (continuação da língua que *falou* na nona classe; aprende agora a *ler* e *escreve-la*), escrita, história e geografia, cálculo, *lições de coisas*, desenho e *canto*. Gastará ainda o mesmo número de horas semanais, quer dizer 20.

Passará adora pára a *sétima classe* isto é para o 2.º ano da *Divisão elementar* e último do curso primário. O seu estudo incidirá sobre: francês, instrução moral e cívica, línguas vivas (aprenderá a *falar* outra língua *diferente* da que estudou nas duas classes anteriores), escrita, história e geografia, cálculo, *lições de coisas*, desenho e *canto*. O número de horas semanais é ainda de 20.

Acabou, pois, o curso de instrução primária com dez anos de idade. Sabe *falar* duas línguas estrangeiras, *escrever* e *ler* uma *só*. Durante quatro anos lhe ministraram *lições de cousas*. Mas que são essas lições de cousas? São «exercícios, dizem os programas, e conversas familiares tendo por fim dar às crianças os primeiros elementos dos conhecimentos usuais, e conduzi-las, sobretudo, a *ver*, a *observar* e a *comparar*. Falar-lhe-ão do trigo, do ferro, do carvão, do papel, do álcool, dos metais, dos meios de locomoção, das divisões do tempo, dos animais domésticos e selvagens, das aves, dos peixes, dos insectos, das árvores, das culturas, dos materiais de construção, do ar, da água nos três estados, dos vulcões, etc.. Toda a pedagogia tem três grandes questões a resolver: Qual o fim do ensino? O que se deve ensinar? Como se há-de ensinar? Por outras palavras, quais devem ser o fim, os programas e os métodos de ensino?»

O Sr. João Diogo encerra a primeira parte da sua exposição e analisa com as seguintes fundamentadas considerações: «Neste curso de estudos primários, o ensino é francamente utilitário; e os programas são verdadeiramente práticos, como o fim e os meios, e de harmonia com o feitio do espírito das crianças; o método é intuitivo.»

E o alcance social deste tipo de reforma não lhe escapou, igualmente. Por isso, com abalizado critério, remata o Sr. João Diogo escrevendo: «Assim, toda a mocidade francesa será habituada aos mesmos métodos, alimentada com os mesmos alimentos, formada, enfim, pela mesma educação. Não podendo ir mais longe o nosso aluno, é assim que ele entrará na vida.»

Na vida entrará habilitado para se abastar a si próprio, buscando, dentro ou mesmo fora da fronteira do seu país, os elementos necessários para resistir e não sucumbir, antes triunfar nas e das inclemência da luta pela existência, dado o

modo de sociabilidade tal como o herdámos de nossos passados e o legaremos, infelizmente, a nossos vindouros, aqui onde o preceito da fraternidade não logrou ainda encontrar maneiras práticas de poder substituir-se à homicida disciplina da concorrência.

O caracter utilitário deste ensino inicial que dá acesso à fracção mais remontada da educação fornecida pelo que se lhe segue deve atrair as simpatias de todos quantos compreendem o feitio especificamente democrático da civilização contemporânea e, consequentemente, deduzem que o tempo gasto em aquisições não directamente positivas resulta malbaratado, em detrimento do futuro das crianças pobres que precisam saber mas é o que serve para ganhar a vida.

O artigo 2.° da nova reforma do ensino em França estabelece que o ensino secundário será constituído por um curso com a duração de sete anos, o qual compreende dois ciclos: um que dura *quatro anos*, outro *três*.

BRUNO.

Ensino Secundário

A Voz Pública, 30 de Setembro de 1902

Ficaria demasiado imperfeita a notícia que aos leitores circunspectos da *Voz Publica* intentamos dar acerca da nova reforma do ensino secundário em França, se nos limitássemos ao que deixamos consignado no precedente artigo.

Aí chegáramos até ao ponto de dizer que o ensino secundário será doravante constituído por um curso com a duração de sete anos, o qual compreende dois ciclos: um que dura *quatro anos*, outro *três*.

Entretanto agora no exame do primeiro ciclo, preceitua-nos o artigo 3.º daquela reforma que os estudantes podem optar por uma das *duas* secções.

Independentemente das matérias comuns ás duas secções, numa delas é ensinado o *latim*, desde o primeiro ano (sexta classe), *obrigatoriamente*, e o *grego*, a partir do terceiro ano (quarta classe), facultativamente. Na outra, que não compreende o estudo do *latim* e do *grego*, terá um desenvolvimento maior o ensino do francês, ciências, desenho, etc..

Pelo artigo 4.º ficamos sabendo que, tanto na primeira como na segunda secção, os programas são organizados de tal modo que, terminando o aluno o primeiro ciclo, ele fica de posse de um conjunto de conhecimentos que formam um todo, conjunto que se pode considerar como uma educação completa.

E, pelo artigo 5.º, apura-se que, terminado o primeiro ciclo, os alunos podem obter uma *certidão de estudos secundários* do primeiro grau, consoante as notas que tiverem alcançado durante esses quatro anos de estudos e após a deliberação dos professores de quem tenham seguido os cursos.

Assim, o Sr. João Diogo nos informa de que os aspirantes ao bacharelado (*baccalaureat*) têm a faculdade de produzir diante do juiz essa certidão; para a admissibilidade ou admissão, ale nos diz que ela contará nas mesmas condições que o livrete escolar.

Ora, muito bem.

Começa agora o ensino secundário propriamente dito. Tem a criança o

direito de opção, empregado com tanto êxito, no-lo assegura o Sr. João Diogo, nos Estados Unidos, entre aquelas duas divisões especificadas.

O pai deseja dedicá-la ao comércio, à indústria, à agricultura, às funções administrativas modestas? Escolherá então uma delas . Mas, pelo contrário, deseja dedicá-la ao ensino, à literatura, à magistratura, às profissões liberais enfim? Optará pala outra.

Nos quatro anos que formam os uma dessas divisões (sexta, quinta, quarta e terceira classe respectivas) estudará: francês, escrita, línguas vivas, história e geografia, cálculo e matemáticas, ciências naturais, desenho, moral, contabilidade, física e química, e direito consuetudidário.

Se, porém, tiver preferido a outra divisão, não estudará, continua informando-nos desta arte o Sr. João Diogo, escrita, contabilidade, física e química e direito consuetudidário, mas, no lugar dessas disciplinas, é obrigatório o estudo do latim e facultativo o do grego.

Se seguir a respectiva daquelas duas específicas divisões, gastará nos dois primeiros anos (sexta e quinta classe respectivas) 22 horas semanais, isto é sensivelmente 4 ½ horas diárias, considerando feriado a quinta-feira; nas duas restantes (quarta e terceira classe respectiva), 24 horas hebdomadária, quer dizer 5 sensivelmente por dia, não metendo em linha de conta a quinta-feira.

Se, porém, se tiver matriculado na outra divisão, empregará 23 horas semanais com os dois primeiros anos (sexta e quinta classe respectiva) e nas duas restantes 22 (ou 26, pois quatro são facultativas).

O ensino neste primeiro ciclo comenta o Sr. João Diogo que é nitidamente utilitário e prático, sendo, porém, um pouco mais literário na outra divisão.

Quanto aos programas e métodos de ensino, o leitor da obra do Sr. João Diogo ali os encontra para cada qualquer de ambas as duas divisões.

Vejamos agora o que ao passa no *segundo ciclo*.

Pelo artigo 6.°, sabemos que no *segundo ciclo* são oferecidos à escolha do aluno *quatro agrupamentos* de cursos principais, a saber:

1.° Latim com grego.

2.° Latim com o estudo mais desenvolvido das línguas vivas.

3.° Latim com o estudo mais completo das ciências.

4.° 0 estudo das línguas vivas unido ao das ciências, *sem latim*.

Esta última secção, que é destinada aos alunos que não estudaram latim no primeiro ciclo, também se franqueia a todos os alunos que, apesar de terem estudado latim no primeiro ciclo, não o querem continuar no segundo.

Pelo artigo 7.°, estabelece-se que, para os alunos que não se destinam ao bacharelado, e depois ao terem acabado o primeiro ciclo, organizar-se-ão em certos estabelecimentos públicos, cursos de estudos cujo objecto principal será *o estudo das línguas vivas e o estudo das ciências especialmente sob o ponto de vista das aplicações*.

Esses cursos durarão *dois anos*. São apropriados às necessidades das diferentes regiões. Os conselhos académicos prepararão os respectivos programas e o ministro de Instrução publica decretá-los-á.

Terminado um destes cursos, e depois de um exame público, feito sobre o programa traçado, como é previsto mais acima (assim nos remata sua informação aqui o Sr. João Diogo) o aluno poderá obter um *Diploma* (*certificat*), no qual estarão designadas as matérias desse exame e as notas obtidas pelo examinando, bem como o nome do estabelecimento científico (*Académie*) em que o exame se realizou.

Como se viu, o nosso estudante terminou o primeiro ciclo, seguindo uma ou outra divisão.

As condições económicas da sua família ou a repugnância pelos estuas não lhe permitem continuar o curso. «Tem catorze anos, o espírito cheio de conhecimentos práticos, utilizáveis e possua uma certidão de ensino secundário de 1.° grau. Bela educação e bela bagagem para entrar galhardamente na vida.» Com estas impressivas palavras o Sr. João Diogo acentua perante nós a situação. Depois, a seguir, supõe que as condições de fortuna e gosto pelo tudo são regulares; e logo observa que durante a travessia do primeiro ciclo, certamente ao aluno se lhe notaram aptidões, tendências especiais, se lhe desenvolveram determinadas faculdades. Se forem as faculdades imaginativas e sentimentais às mais desenvolvidas, oferecem se à sua escolha as secções

literárias, denominadas *grego latim* e *latim-línguas vivas*; se, pelo contrário, forem as de raciocínio e razão, escolherá as secções científicas, isto é *latim ciências* e *ciências línguas vivas*. O método das primeiras secções será literário; nas segundas, científico.

Não acompanharemos o escritor português nos desenvolvimentos em que amplia o seu estudo, pois que o nosso propósito se reporta restritamente do caracter de propaganda democrática, peculiar desta folha. Mas terminaremos como ele, nas linhas incitadoras com que fecha seu capítulo.

São estas: «Para que uma grande ideia se produza na humanidade, afirmou Goethe, é necessário que o galo francês cante. Ora, o galo francês cantou!»

Ouvi-lo-emos nós, porém?

BRUNO.

Proletários Intelectuais

A Voz Pública, 11 de Junho de 1903

Prossegue a situação angustiosa suscitada pela *greve* dos operários fiandeiros e tecelões do Porto; e novamente, noutro ponto, me encontro em desacordo com as opiniões de salões do Sr. José de Azevedo Castello Branco, como quando, em meu artigo passado, discordei do alvitre produzido por aquele par do reino e aconselhando a intervenção ao governo, que deveria, a seu juízo ser indiferente perante a crise económica e moral que aflige os ânimos nesta cidade.

Agora trata-se de outros proletários, daqueles que, *nourris de grec et de latin, sont morts de faim*, qual esteve para dessa arte acabar o *Bachelier* do acre Jules Vallès. E pede-se, concomitantemente, uma intervenção, a qual, esse agora, é que não tem lugar.

É caso que, na 79.ª sessão de câmara alta, o referido par do reino Sr. José de Azevedo Castello Branco, em 9 do corrente, aludiu à execução da reforma de instrução secundária e pediu um inquérito sobre o modo como o professorado exerce a sua missão e sobre o valor intelectual, moral e educativo de cada professor, de forma a dispensar os leccionistas particulares, que são, disse, um imposto pesadíssimo para os pais dos alunos.

Não se me figura justa a implícita suspensão assim lançada sobre o professorado oficial, que é sabido geralmente que cumpre com assiduidade e zelo os deveres que lhe estão cometidos; e o inquérito pedido importa uma exautoração imediata dos reitores dos liceus, que são os fiscais legais do professorado sob seu governo e os protectores natos do aproveitamento dos alunos. Como se me antolhou necessária e procedente a intervenção do Estado no caso difícil da crise do trabalho, polarmente se me antolha improcedente e escusada a intervenção desse mesmo Estado no caso fácil da crise do ensino.

E digo fácil aqui, porquanto o mal a remediar não é a suposta incúria do professorado oficial, que cumpre; o mal a remediar é a comprovada ineficácia

da reforma, que não serve.

Escrevendo ineficácia, foi exageradamente benigna minha penha, visto como essa detestável reforma de instrução secundária por cuja execução vela o Sr. José de Azevedo Castello Branco resulta um dos mais desastrosos malefícios que se tem perpetrado neste país em detrimento da instrução da juventude. Ela excede no absurdo tudo quanto de mais absurdo se possa conceber; e por isso os seus efeitos não poderiam deixar de patentear-se péssimos. O que há, pois, a fazer, não é inquirir dos professores; é substituir o plano dos estudos. Não se carece de sindicar dom reitores doa liceus, precisa-se de extirpar, como coisa daninha e ruim, a actualmente vigente reforma de instrução secundária.

Quanto, porém, a aliviar os pais dos alunos do imposto pesadíssimo dos leccionistas particulares, cumpre advertir que a esse imposto livremente se sujeitam os tributado e, no lance, cabe registrar que é legítimo duvidar da sinceridade da compaixão com que se lastima a sorte do contribuinte, quando essas lastimas procedem dos representantes daquele mesmo Estado que, directa e indirectamente, se não cansa de prodigalizar encargos e alcavalas. Nesse ponto é que a esse Estado exigente e implacável despontam as ternuras e compaixões, quando os pais dos alunos são coagidos a despendidos, por quê? Precisamente porque a lei vigente da instrução secundária impõe aos estudantes sobrecargas de um ensino, amontoado e parcelarisado, que demandam para os rapazes quem lhes explique o multimodo texto e os ajude a levar uma cruz pesadíssima.

Ora, pobre, muito pobre, no grande número de casos, é a classe dos leccionistas particulares; toda a gente que ande, mais ou menos, ao par destas coisas não ignora que a vigente reforma da instrução secundária, entre outros alvos por iguais condenáveis, visou a matar a legítima indústria do ensino livre e que essa má acção, em grandíssima parte, se levou a cabo. Nas superiores regiões governativas não se está ainda, ao que parece, completamente satisfeito; e deseja-se acabar com os restos sobreviventes, tudo para honra e maior lustre duma reforma pedantesca, inadequada, desatenta e insensata.

Mas debalde se tem reclamada contra ala; em vão se tem falado e escrito; e destaca como singular e curioso capricho que, nesta terra trepidante, onde uma

faina de alterar solicita às mais quiméricas inovações, exactamente neste assunto tenha havido uma pertinaz constância.

Ameace-se, muito embora, a tudo e a todos; aos leccionistas particulares, reduzidos ao número, quase que extintos, ameace-se em seus proventos; aos professores oficiais, oprimidos por um trabalho frequentemente esmagador, ameace-se em seu decoro; aos reitores dos liceus, ameace-se no crédito de sua dignidade. Porém, quanto à preciosíssima reforma vigente, ela é indiscutível, inemendável, irreformável. Ela realizou o supra-sumo das benemerência e alcançou o absoluto das perfeições. Glória à reforma nas alturas, e guerra na terra aos homens de má-vontade. Os quais são os reitores dos liceus, os professores oficiais, os leccionistas particulares; quem sabe talvez que ainda os pais dos alunos e os mesmos e alunos.

O Sr. presidente do conselho de ministros prometeu atender às indicações do par reclamante. São estas, como é conhecido, as fórmulas da cortesia parlamentar e governativa. Mas o que seria excelente seria que se pensasse desde agora, com urgência, em acabar de vez com essa monstruosidade da reforma; cuja inexecução por inteiro derivou da sua mesma impossibilidade.

BRUNO.

Ensino

A Voz Pública, 8 de Outubro de 1903

Na sua primeira encíclica, cuja sumula anda agora correndo a imprensa cosmopolita, Pio X proclama que, logo que todas as coisas estiverem restauradas em Jesus Cristo, nobres e ricos serão justos e caritativos para com os humildes e estes suportarão com paciência e sossego a miséria da sua situação, por mais dolorosa que seja. Ensina o pontífice que os cidadãos obedecerão, assim, não aos impulsos próprios, mas às leis; e que a submissão e amor aos governos serão considerados como deveres.

Este futuro foi todo o passado e tem sido e será todo o presente. A submissão, senão o amor, constantemente tem caracterizado o sentimento e a conduta dos povos, excepção feita daquelas rápidas e raras explosões de cólera que dão à monotonia da história o pitoresco revolucionário. Assim, a doutrina da actual encíclica não contem novidade alguma; nem novidades se podem esperar do ensino numa igreja infalível, na continuidade da sua missão, possuindo a verdade absoluta, como representante da omnisciência e da omnipotência divinas na terra. E a doutrina da quietação na resignação; porém a humanidade necessita, outro sim, do movimento na esperança.

Um grande génio profano, Augusto Comte, penetrado profundamente da intuição social e possuindo em alto grau a visão histórica, resumiu a antinómica dualidade indispensável dos agregados romanos pela fórmula famosa: Ordem e Progresso. Na nova bandeira dos Estados Unidos do Brasil ela foi inscrita, mercê do influxo exercido no republicanismo brasileiro pela assídua propaganda, entre as modernas gerações, da escola positivista, que ali se afastou, como em regra por toda a América, da heresia litrerísta e se conservou fiel à integridade da tradição comteana, representada pelo lafitismo, até que o chileno Lagarrigue houvesse de, a seu turno, increpar de acerbas censuras o mesmo Laffite, irrogando-lhe o labéu de inconsequência e quase que de defecção. Ora, em tal e tanta maneira Augusto Comte fora dominado pelo

prestígio da tradição católica que o naturalista filósofo Huxley ao positivismo o denominou, consoante é sabido, em uma frase feliz, que ficou célebre, como um Catolicismo sem Cristianismo.

Mas, ainda assim, não tão perfeita e estritamente catolicismo que, a par da ordem, não registrasse o concurso imprescindível do progresso. O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por alvo. O Santo Padre, se não tem o regresso por alvo, consigna o amor por princípio. Ele assegura que, logo que todas as coisas estiverem restauradas em Jesus Cristo, nobres e ricos serão justos e caritativos para com os humildes.

Somente, o que o papa não considera é que a justiça dispensa a caridade; a caridade não é senão aquela virtude coexistente com a injustiça e que a injustiça a procura atenuar e mitigar. Desde que haja justiça, não é preciso mais que os humildes suportem com paciência e sossego a miséria da sua situação, por mais dolorosa que seja. A justiça (ou, se o quiserem, que não é caso de questão, a suprema caridade) consistirá precisamente em suprimir esse excesso de miséria, a mais dolorosa; convergirá em eliminar, tanto quanto possível, a miséria na sociedade: orientar-se-á pelo escopo de reduzir a dor humana, progressivamente.

E aqui está a substância do desacordo crítico e eis aí a essência do conflito espiritual; é o contraste entre o absoluto, que não pode admitir transformações, e o relativo, que se coaduna com a melhoria e que depende do progresso. É este indefinido? Não sofrerá estagnações? Não se produzirão, dentro do transcurso geral, largos e duradouros retrocessos? Todos estes são problemas conexos ao debate primordial e envolve dificuldades muito graves; porém a crise teórica fundamental é a que ficou exposta.

Praticamente, a doutrina da encíclica de Pio X figura-se pleonasmática, pois que seja supérfluo aconselhar sossego e paciência a populações, senão pacientes no seu foro íntimo, tranquilas objectivamente e sossegadas na conformidade social. Reclamar a submissão a quem submisso se encontra, parece escusada freima. Mas exigir, como dever, além da submissão, o amor, importa reabrir uma porta fechada, equivale a reintegrar na discussão um

problema arredado. O amor não é exigível como dever. O amor é espontâneo e livre. Ele dá-se, mas ninguém o pode cobrar à laia da dívida, por uma espécie de coacção moral. A intimidação governativa gera a obediência; mas não cria a afeição. A força pode muito, pode tudo; ela prima o direito, professava Bismark. Mas nada pode para com o amor.

Bem sei que o Santo Padre pretende que as populações dediquem aos governos e os humildes consagrem aos poderosos, os miseráveis aos opulentos, o amor como um dever reconhecido e aceito. Conseguí-lo-á a actual encíclica? A consciência do proletário reconhecerá e aceitará como um dever o amor ao milionário? O milionário deixará, em sua consciência, de desprezar o proletário? O ódio fugirá do coração de uns, o rancor, o ciúme, a inveja? Do coração de outros fugirá o orgulho, a soberbia, a glacies, o desdém? Acabarão de, umas ás outras, temer-se as classes sociais e prescindirão de se amarem umas contra as outras? Em nome da Propriedade, os generais Cavaignac e Mac-Mahon deixarão doravante; nas comoções sociais, de fuzilar os operários? E os demagogos Ferré o Rigault deixarão de fuzilar, nas comoções sociais, doravante, em nome da Liberdade, os bispos e os capitalistas?

Sim. Logo que todas as coisas estiverem restauradas em Jesus Cristo. De onde se vê (pois que há necessidade de restauração) que ao presente não estão as coisas sociais em Jesus Cristo.

Porém, se se restaura, é porque já houve e se perdeu. Mas quando foi e onde foi que as coisas sociais estiveram em Jesus Cristo?

Não eram sociedades que se diziam cristãs aquelas onde funcionaram até o século XIX inclusive os mercados de carne humana? Não se vendiam os negros escravos qual reze sem luz de razão?

Também se deveria reclamar como um dever moral o amor do negro, no tronco, para com o feitor, de azorrague em mãos?

A *encíclica termina reivindicando*; para a Igreja, plena e inteira independência. O Estado também possui direitos, e a liberdade do Estado é outro sim uma necessidade da civilização, bens como a liberdade do indivíduo necessita, igualmente, de ser acatada pela autoridade do Estado, como carece de

não ser molestada pela supremacia da Igreja.

Veda-me o espaço prosseguir. **BRUNO.**

Educação

A Voz Pública, 23 de Outubro de 1903

Em um destes meus artigos, passados que houve de reler, por motivos que não carece de fazer-se público, chocou-me desagradavelmente a pouco nitidez em que lá deixei certo pensamento subsidiário. Mofara aí da insípida leccionação com que nos meus tempos de colégio nos narcotizavam, no intuito, louvável aliás, de nos estimularem o sentimento moral. Então graves textos éticos, quais os do conselheiro Rodrigues Bastos, longe de surtirem o efeito desejado, só nos arrastavam a uma modorra de indiferentista sonolência.

Porém, dizendo-o, arredio de meu espírito era o escopo absurdo de contestar a legitimidade e procedência do ensino moralista; e esse mesmo artigo o testemunhava, tentando pôr em destaque os méritos idóneos dos contos, para a educação das crianças afeiçoados por o talento carinhoso de D. Anna de Castro Osório.

Assim agora foi com jubilo que tive desejo de passar minuciosamente as páginas de um primoroso livro de leitura, com destino às escolas da instrução primária, aprovado por decerto de 4 de Setembro do corrente ano para a 1.ª classe. No tocante aos méritos reais desta obrazinha excelente, votada ao 1.º grau do ensino primário oficial, não me cegou, não, a efectiva amizade que me prende a seus organizadores.

Não nos saem eles, de resto, pessoas anónimas e ignoradas; antes, de longa data, conhecidos de todas as inteligências cultas são seus nomes em Portugal. Distinto confrade na imprensa periódica e assíduo trabalhador para o nosso teatro, o Sr. Maximiliano de Azevedo, antigo secretário de Latino Coelho na elaboração da história política e militar de Portugal desde os fins do século XVIII até 1814, é possuidor duma ampla e segura ilustração. Desde os seus

primeiros ensaios que tenho seguido com interesse a carreira literária do Sr. Raul Brandão, cujo talento, original e vivaz, logo se manifestou colorista e próprio nos contos de 1890, *Impressões e paisagens*, livro seguido, em 1896, do volume, pessoal e intenso, *História dum palhaço*. E, inadequadamente, em fugitivas notícias, lanço me tem aparecido de onde em onde, para consignar minha desautorizada estima, estéril e sincera, pela produção literária de D. João da Câmara, de quem uma jóia preciosa cintilou já na admiração estranha: *c'est de tous points charmant*, no volume *Le Théâtre au Portugal* exclama o Sr. Henry Lyonnet.

Nestes termos, prometedores, a prestigiosa perspectiva não iludiu; pois da cooperação destas insignes disposições haveria de resultar uma magnífica tarefa, credora de esclarecida simpatia. Resultou.

O livro de leitura organizado por aqueles literários satisfaz cabalmente aos mais miúdos requisitos exigidos e exigíveis nesta ordem de composições. Começa logo pela parte material, que não é indiferente.

Convém, na verdade, que livros, para o ensino das crenças estejam cuidadosamente expurgados de erros tipográficos; este não só foi revisto com esmero como está composto em variedade de caracteres, acessíveis a uma imediata e expedita leitura. Não se embaraça com tropeços aqui a crença e não lhe dificulta o exercício mental a hostilidade exterior. Antes, para que a ideia se lho incuta rapidamente pela imagem, o texto é realçado de lindas estampas, porque não são estas os monos esborratados e confusos da praxe tradicional de nossos velhos compêndios, porém sim claros e elegantes desenhos, impressos com escrupuloso asseio no cetinoso do papel. E o conhecimento do vocabulário é proporcionado ao aluno, na peculiaridade das acepções, por meio da diferenciação do tipo, de par e passo que se lhe suscita a memória, recapitulando o tema nas perguntas que rematam cada uma secção respectiva.

Faculta-se ao discípulo estudioso a lição das cousas, esmiuçando no conjunto conhecido as particularidades derivadas e menos próprias ao espírito, como quando, no exemplo, *verbi gratia*, do «relógio», se lhe explica o que sejam minutos e segundos. Por esta maneira, o ensino das palavras não fica um

amontoamento, escalvado e seco, de enumeração dicionarista: transforma-se no relevo concreto de factos curiosos; vive; como quando os autores, à imaginação das crianças que pretendem e conseguem instruir, lhe apresentam a lista dos instrumentos agrícolas.

A suprema dificuldade nesta espécie melindrosa de trabalhos reside na linguagem que cumpre falar aquelas curiosidades, tão móveis e fatigáveis; a mobilidade, a facilidade, a simplicidade e a claridade do estilo deste livrinho maravilha-nos; adultos, por uma inconsciente mas vivida evocação, sentimos que aquele é o tom da linguagem didáctica infantil: à laia da reminiscência platónica das ideias, compreendemos, de instinto, a felicidade dos autores, que acharam.

Mas ainda não toquei no ponto substancial e que, mesmo, provocou este artigo; não falei ainda na perfeita mestria com que eles conseguiram o esquivo desmedrando, qual o da ministração dos conselhos moralistas sem que o nobre, empenho soçobre no enfado de parentéticos discursos que, exortando, bocejam, eles mesmos.

Aqui a advertência persuasória desprende-se sem esforço, pela espontânea concorrência de positivos corolários, como quando, relembrando aos meninos bens nascidos e melhor aplicados quais e quão bons amigos o homem depara nos animais, a conclusão de que é péssima a conduta daquele que se compraz em maltrata-los se impõe ingénita, forte e duradouramente. Ou então, como fio extraído do subjectivo casulo, o efeito decorre da situação narrativa, que é dominante e sugestionadora.

Desta arte sucede, por exemplo, para a história do pastor mentiroso; e é assinalavelmente subtil a delicada percuciência com que aos alunos os autores sugerem que, se não deve mentir, não é, apenas, pelo mal que da mentira nos pode resultar. Por este modo entendida, realizada e disposta, a crise dramática levanta-se a região mais alta e pura do que a do mero devaneio da fantasia pitoresca; mas a sua utilidade moralista não prejudica a ternura do acento comovido e natural, consoante assim se vê no modelo perfeito das poesias de Mme. Desbordes-Valmore, na França. Resumido em fórmulas contractas e

imperativas, a educação que se espera da eficácia do conceito assegura-se-nos, em verdade, pela idónea evidencia actual do caso escolhido para a propósito. Neste sentido, é notável a aplicação do princípio salutar: «não deixes para amanhã o que podes fazer hoje.» Ainda até no momento do sublime, o ensino não se torna pedantesco nem se desvirtua na ênfase; segue límpido e adequado; o arrebatamento lírico lateja, porém, no âmago do assumpto; e a palavra é nutriente. Assim o tema *Deus*.

Depois de Deus e menos intuitivamente do que a seus pais, a criança há que promover-lhe um amor que não é axiomático, como preito a um dever que não é ostensivo e aparente. Muito bem o viram os autores quando chegaram à última lição do seu livrinho. Limitrofememente antes, haviam exibido dois belos modelos epistolares, uma carta dum rapaz a sua mãe, sóbria, sisuda e digna; uma carta duma menina a sua avó, enlevada, imaginativa, deliciosa.

Mas a derradeira impressão deveria ser profunda e grave, séria como a tradição, solene como a responsabilidade: à criança convém e cumpro que, se a quimera lhe brinque nos cabelos, lhe reverbere na fronte o relâmpago do heróico. Assim, a última lauda do livrinho dos Srs. João da Câmara, Maximiliano de Azevedo e Raul Brandão tem por título *Pátrio*. E no coração varonil do educando as últimas palavras de seus mestres se esculpirão como timbre indelével: «Quero estudar, trabalhar, vir a ser um homem honrado, e assim honrar um dia a minha pátria, o meu Portugal.»

Eis como se me afigurou que descabido não estava ocupar hoje este sítio com uma notícia tal-qualmente, malmente circunstanciada de um simples compêndio para o 1.° grau do ensino primário. Mas o que queremos, os democratas? E o que é democracia? Democracia disse o socialista Proudhon que era demopedia. De *dêmos*, povo: *kratos*, governo. De *dêmos*, povo; *paideia*, instrução, educação.

Ora, se nada neste mundo e em todos os mundos deixa de ter princípio, meio e fim; e se do princípio depende tudo essencialmente, não deveremos olhar com rigorosa severidade para a instrução e a educação da criança? Assim o julgo: e, pois, felicitando os autores, ao leitor o felicito por perante ele haver

feito convergir este artigo no afim de lhe dar ideia de trabalho tão cabal e fecundo qual é esse primoroso simples livrinho primário.

BRUNO.

Bibliotecas Populares

A Voz Pública, 13 de Outubro de 1907

Na sessão municipal da passada quinta-feira, consoante o vejo do relato respectivo desta folha, o vereador Sr. Dr. Correia Pacheco, referindo-se à instalação das bibliotecas populares, declarou ter recebido um ofício do inspector escolar acerca desse assunto e, numa conferência que com esse funcionário tivera, este lhe demostrara não ser possível estabelecer essas bibliotecas nas escolas, não por falta de local mas porque os professores não tinham tempo de atender a esses serviços.

A seu entender, seria melhor estabelecer essas bibliotecas nas secretarias das juntas de paróquia devendo arbitrar-se, pelo menos, 24$000 reis anuais para os encarregados dessas bibliotecas. Claro era que esse alvitre ficava sujeito à aprovação do governo; se ele não aprovasse, ficava assim entendido que não quer as bibliotecas populares.

Depois de várias explicações entre os Srs. Duarte Leite, Correia Pacheco e Vareta, ficou resolvido que se incluísse no próximo orçamento da câmara a verba de 300$000 reis para as despesas a fazer com as três bibliotecas populares.

Recebera eu, na ocasião da leitura do jornal, pelo correio uma comunicação, a propósito do meu antecedente artigo aqui na gazeta, intitulado *A Casa de Garrett*: e essa comunicação proviera de meu prezado amigo e confrade distintíssimo. Ele me informava de que o Dr. Oliveira Monteiro, quando vereador da minoria da Câmara, ao meu correspondente parece até que

isso fora nas últimas sessões da câmara regeneradora, eleita no ministério Hintze-Franco, propusera e fora aprovado, que se comprasse a casa da rua do Calvário onde nasceu Garrett em nela se fundasse uma biblioteca popular.

Com efeito, a necessidade de bibliotecas populares torna-se manifesta, desde que se considere na proporção em que entra para a população total do Porto o elemento operário, que é mais que muito considerável numa cidade fabril como a nossa.

Lá fora está-se examinando até o caracter das leituras do povo, que quase se confinam pelos limites restritos do chamado romance-folhetim e não há muito que apareceu um estudo minucioso, feito pelo Sr. Maurício Talmeyr, a propósito, considerando o ensino derivado dos caracteres de preferência postos em destaque nas novelas sensacionais.

Nessa zona, entre nós deu-se ultimamente um movimento de curiosidade na leitura digno de especial nota, qual a simpatia pelas narrativas históricas romanceadas. É certo que o romance histórico é um género híbrido e que resulta na coisa que se inventem personagens de fantasia e se intercalem em acções imaginárias personalidades reais. De modo que nunca se sabe quando ao certo o autor está relatando o que se passou ou quando está divagando sobre as quimeras que engendrou. Todavia, esse é um processo de incutir no grande público o conhecimento da crónica nacional e por esse teor é possível incitar os sentimentos do amor pátrio e da devoção cívica.

Em França foram célebres na sua época os romances alsacianos de Erkmam-Chatrian e na Espanha hoje era dia esgotam-se rapidamente as edições sucessivas dos episódios nacionais, de Peres Galdós.

As bibliotecas populares instruiriam operários nas minudências dos progressos técnicos de suas artes e oficios de suas artes e oficios, e nelas os estudiosos e aplicados poderiam adquirir noções úteis, científicas e filosóficas. A mesma cultura estética dispõe o espírito para os raptos generosos e elevados; ela é um indirecto mas eficaz processo de educação do sentimento cívico. Não se pode negar o efeito de moralização superior que deriva de obras de arte, concebidas e executadas num ponto de vista transcendentemente humanitário,

como são, por exemplo, os romances de Victor Hugo e do Conde Leão Tolstoi, bem assim as novelas simpáticas do inglês Carlos Dickens.

No nosso país, muito se tem descurado a causa da instrução nacional e as classes trabalhadoras só raramente é que hão deparado com orientadores que lhes indiquem o que se tem feito até aqui nos assuntos que directamente lhes interessam e as opiniões que têm sido elaboradas com respeito aos vários problemas que próxima ou remotamente as afectam.

Lá fora, de longa data, se organizaram cursos e realizaram conferências com motivos de temas tais; existem vastas séries de publicações adequadas, como em França a quando, em regra, das grandes exposições internacionais que em Paris se realizam. Já por ocasião de 1867, o Sr. Lavoliée para o povo discorreu, em Vincennes, das exposições da indústria e daquela exposição universal do ano referido. O discurso do Sr. Lavollée encontra-se publicado, como os demais da ocasião. Assim, o que pronunciou Randrillart acerca do dinheiro e seus críticos; o de Wolowski, sobre a moeda; o de Martelet, biografando Bernardo Palissy; o de Rinat, falando dos inimigos da saúde; os de Julio Duval, discorrendo das sociedades cooperativas de produção, consumo e créditos; os de Danbrée, sobre o calor interno do globo e sobre o mar e os continentes; o de Camilo Flammarion, acerca dos heróis do trabalho; o de Fernando Lesseps, contando de sua empresa maravilhosa do canal do Suez, enquanto que Waddington se ocupava, na sua palestra, dos erros e preconceitos populares. Esta é uma colecção interessante e instrutiva, apesar das reservas que aqui e além cumpre ter para com o tom do seu moderantismo geral, pois a livraria Hachette recolheu e publicou em elegantes e baratos volumesinhos estas palestras de ocasião.

O conhecimento pelo nosso povo dos nossos grandes literados é, de si, estímulo que se reconhece indispensável, desde que se pensa que Bocage não é conhecido senão por indecentes anedotas inventadas, num país onde o cantor da nacionalidade não só não é lido mas ainda esse nome próprio se volveu num qualificativo, designando pessoa cega de um olho, consoante já se consignou.

Dos escritores modernos, Garrett é eminentemente representativo; ele está

penetrado da alma popular; seria preciso, porém, que o povo o conhecesse; e títulos incomparáveis o autorizam e abonam.

O nosso povo não lhe sabe do *Romântico e cancioneiro geral*; nas nossas classes letradas o prestígio do seu grande nome vai-se em momentos fugazes delhado. Mas esta é das personalidades que resistem e contra as que o esquecimento não pode.

BRUNO.

Incultura

A Voz Pública, 26 de Março de 1908

Tem funcionado em Lisboa um Congresso de Instrução Primária, e bem urgente se torna o suscitar o interesse das classes cultas pela causa sagrada da educação popular. Representa uma escandalosa vergonha o analfabetismo da quase totalidade do país, mas os analfabetos não têm culpa de o ser e a gravíssima responsabilidade do caso pertence aos dirigentes, que não têm curado do momentoso assunto com a seriedade de que eles carece e com a devotada dedicação que ele reclama.

É que, em regra, os altos dirigentes da nacionalidade têm sido, eles mesmos, ou de uma incultura, por assim dizer, absoluta ou de uma pérfida intencionada insigne. Assim, um dos argumentos aduzidos pelo conservantismo é o de que o povo português não está preparado para as instituições cabalmente democráticas; e, por outro lado, o conservantismo (e nisto é que ele é sincero) entende que a instrução popular é inconveniente e perigosa, porque o povo instruído se tornará desobediente e exigente, se fará insofrido e insuportável.

De modo que resulta um círculo vicioso exacto e íntegro. Não se podem estabelecer instituições políticas democráticas, porque o povo é ignorante. E não se pode instruir o povo, porque ele se fará rebelde. A conclusão, portanto, é que

conservemos tudo tal como está e em nada anexamos do conjunto político que vem da tradição histórica.

Ora, isto é que não pode ser, porque briga com as leis naturais: a imobilidade de onde tudo se move. E, assim, sucede que a aspiração do conservantismo não logra ser satisfeita; antes, ao contrário, as reclamações se fazem mais extensas e as censuras se volvem mais estrepitosas. Então o conservantismo irrita-se , ameaça, persegue; mas as perseguições jamais conseguiram o seu propósito de eliminar de vez uma aspiração que tem de ser colectiva por isso que corresponde a uma necessidade, material e moral, ampla, genérica, comum.

E não se suponha que a incultura das massas é impedimento decisivo que tolha irremediavelmente a efectivação das superiores expectativas; elas podem estar até ao lado da opressão e de privilégio que a sua prodigiosa força numérica não vencerá a energia incoercível espiritual. Não é preciso ir buscar aos longes da Rússia a comprovação da afirmativa expendida, ali onde o camponês considera o autocrata como o seu pai benfazejo, que o libertou da servidão da gleba. Basta que nos recordemos de que em 1832 todo o nosso Portugal era pelo senhor Dom Miguel, e os liberais constituíam uma minoria na nação; todavia, o senhor Dom Miguel perdeu a coroa e nunca mais o seu partido pôde tentar sequer uma investida de restauração dinástica.

O constitucionalismo cometeu o grande delito de lesa-pátria em manter o analfabetismo do povo português; mas o povo português, que é um povo inteligente como os que mais o são, nem por isso deixou de apreciar idoneamente os seus apreços e terminou por se desafeiçoar de todo do regime vigente, colocando [...] quantos esforços se empenhem no fito de readquirir uma confiança que se obliterou e uma simpatia que se extinguiu. Os regimes políticos só se conservam pelo amor ou pelo terror; pelo amor, não penso que vigorem longamente as instituições actuais; e o terror não pode durar eternamente; é um estado mórbido que conduz à desesperação não só os que o sofrem mas os que o exercitam, não só as vítimas como os algozes, e esse é o seu castigo.

Dir-se-ia que nem só pelo amor e pelo terror se conservam os regimes políticos; objectar-se-á que eles também perdurem pela indiferença. Assim é, com efeito; porém a indiferença é nas altas classes egoísmo, e o egoísmo não resiste convenientemente aos embates da paixão. E no povo, sendo a indiferença a forma aparente e ostensiva, exterior, da inconsciência íntima e profunda, desde que esta desapareça, como uma crosta superficial que se quebrou, a lógica dos sucessos de *per si* impele as multidões reclamantes. Foi o que se deu em Portugal pelo efeito da propaganda democrática sistemática, conduzida durante largos anos, no jornalismo, na tribuna, pela associação e pela votação.

Fala-se agora em opor propaganda à propaganda, a propaganda monárquica à propaganda republicana. Isto é absurdo, como um comício monárquico anunciado e que suscitou o justo riso do Sr. João Chagas. A propaganda monárquica é a sua legislação; o único jornal racionalmente resistente para a propaganda monárquica é o «Diário do Governo»; só ali é que a monarquia pode escrever artigos: – artigos de leis, não artigos do fundo.

Se esses artigos de leis são maus (e os que a monarquia escreve agora são péssimos, como a lei de imprensa e o decreto de 31 de Janeiro), o que será opor à propaganda monárquica, em promessas talvez, mas promessas inaceitáveis, pois que desde já e flagrantemente desmentidas nesses artigos de leis do «Diário do Governo?»

Reservando, penso que o analfabetismo do povo português só o extirpará aquele regime político cujo interesse resida precisamente na não-existência desse analfabetismo; e penso concomitantemente que o interesse da reacção aristocrático-jesuítica, a que se chama o conservantismo monárquico, reside, ao contrário, na perpetuação desse analfabetismo.

O ditador João Franco mandou ir fechando as Escolas Normais, alegando que em Portugal havia professores de mais para as cadeiras existentes. Não lhe ocorreu criar cadeiras novas para esses professores e professoras a mais. Ele fazia economias, para restaurar a fazenda pública, não pagando aos serventes das escolas primárias, que ganham cinco mil réis por mês. Ele esperava exterminar a dívida nacional não satisfazendo aos senhorios o aluguer das casas

das aulas de primeiras letras, pelo que um, farto de esperar, mandou fechar a casa, pôs o professor na rua e tratou de meter uma penhora no mobiliário escolar.

Esta, é a consequência lógica da incultura dos dirigentes, que, em regra, têm sido uns analfabetos de segundo grau dando no romance representativo os tipos grotescos, mas verdadeiros, infelizmente, que o Sr. João Chagas, noutro seu artigo recente, adequadamente lembrou e de que o mais inofensivo seja o famoso conselheiro Acácio.

BRUNO.

Educação Cívica

A Voz Pública, 31 de Maio de 1908

O n.º 3 da quarta série das *Farpas* (Junho, 1883) é, assinada Ramalho Ortigão, uma *Carta a sua alteza real o seneríssimo príncipe Sr. D. Carlos, regente em nome do rei*, o qual se encontrava na ocasião «em partes de Castela» e estando o dito príncipe D. Carlos em vésperas de partir, ele também, acompanhado de seus preceptores António Augusto de Aguiar e Martens Ferrão, a «completar o tirocínio da sua educação como príncipe, como cidadão e como ser vertebrado, correndo algumas terras e partidas do mundo, como o finado infante Sr. D. Pedro, que Deus em sua santa glória haja.»

O Sr. Ramalho Ortigão faz destacar perante os olhos do príncipe D. Carlos os erros da educação que ele recebeu e os absurdos do embuste cortezanesco que atribui aos príncipes funções e habilitações, posições sociais e aptidões mentais sem que, todavia, esses privilegiados sejam submetidos a provas de capacidade ou trabalhem na aquisição de títulos, a que chegam não pelos méritos próprios mas por graciosa concessão. Assim é que o príncipe D. Carlos

era à data conselheiro de Estado; e não só conselheiro de Estado como ainda oficial de terra e mar.

A D. Carlos por este teor (pág. 69-72) se dirige o Sr. Ramalho Ortigão:

«Além de conselheiro de Estado, vossa alteza é alferes de lanceiros e é segundo tenente da armada.

É sumamente estranhável – não o esconderemos – que, honrando a carreira das armas por meio da adopção dessas duas patentes, assumidas *in absentia*, vossa alteza não honra igualmente as profissões liberais, dignando-se de assumir também algum diploma nas carreiras científicas e literárias.

Não pretenderíamos que logo aos quinze anos de idade o tivessem feito doutor de capelo e sócio de mérito da Academia. Poderiam, porém, com vantagem, segundo nos parece, começar por nomeá-lo associado provincial da Academia, por exemplo, o farmacêutico.

Mais tarde, no dia em que sua alteza celebrou o seu 16.° aniversário natalício, teriam podido elevá-lo à categoria de segundanista da faculdade de filosofia e a sócio do Instituto. E assim consecutiva e progressivamente. De sorte que, hoje em dia, exactamente assim como é alferes do exército e segundo tenente da armada, vossa alteza poderia muito bem – creia-o – ser sócio efectivo da Academia e bacharel formado em direito.

Não podemos tão pouco atingir as razões misteriosas em virtude das quais vossa alteza não foi ainda nomeado capelão. Dados os hábitos de devoção de vossa alteza, nada mais cómodo do que essa patente eclesiástica. A qualquer hora a que se levantasse para se entregar aos seus estudos, vossa alteza faria a barba e diria a missa a si mesmo; e logo em seguida sem mais perda de tempo, vestido de alferes, iria tirar significados.

Vossa alteza digna-se talvez de sorrir docemente à ideia cómica de ser o seu próprio capelão... Vossa alteza é extremamente bom e amável em sorrir. Esperamos que vossa alteza terá igualmente o espírito suficiente e a malícia precisa para compreender perfeitamente que não é, em rigor, muito menos padre do que é tenente de si mesmo.

Tal é, senhor, o absurdo grotesco da etiqueta cortesã, na qual o obrigam a

vegetar trabalhosamente como uma bela e rica planta de ar livre dentro de uma estufa podre.

Vossa alteza tem sido submetido aos rigores tenebrosos desse regime ao propósito de o tornar mais perfeito e mais feliz.

Está sucedendo a vossa alteza o mesmo que sucede aos povos a que os reis procuram dar a felicidade por meio da tirania. Os povos agradecem, mas preferiam o infurtunio, porque o coração do homem aspira eternamente à liberdade, e vai para ela com mais ou menos lentidão mas num esforço constante, como vai a crescença da planta para a parte de onde lhe vem a luz».

Atente o leitor neste parágrafo fulminante, que encerra o mais severo castigo para o autor da carta à «Gazeta de Notícias», do Rio de Janeiro, na qual se fez a apologia das ditaduras em bem dos povos e onde houve, neste fito, a ousadia de comparar João Franco a Turgot, por intermédio dum trecho, aliás contraproducente, de republicano Michelet.

O Sr. Ramalho Ortigão nessa sua lastimosíssima carta à «Gazeta de Notícias» por duas vezes o lanço de Michelet, uma na sua versão portuguesa, a outra no original francês, para que ele bem se fixasse no espírito do seu leitor.

Assim também, para que ela bem se fixe no espírito do meu, eu vou limitar-lhe o exemplo, reproduzindo a transcrição que acabo de fazer daquela acusadora e condenadora passagem do Sr Ramalho Ortigão.

É assim:

« Está sucedendo a vossa alteza o mesmo que sucede aos povos a que os reis procuram dar a felicidade por meio da tirania. Os povos agradecem, mas preferiam o infortúnio, porque o coração do homem aspira eternamente à liberdade, e vai para ela com mais ou menos lentidão mas num esforço constante, como vai a crescença da planta para a parte de onde lhe vem a luz».

Não sei se D. Carlos chegou a ler a carta que, em suas *Farpas*, lhe endereçou em 1883 o Sr. Ramalho Ortigão. Se a leu, não prestou à doutrina expedida nessa carta consideração; não lha prestaria de resto, mais tarde seu próprio autor.

E, todavia, em 1883 o Sr Ramalho Ortigão insistia no mesmo caracter dos

conselhos e das advertências que a D. Carlos que pública missiva ofertava.

Assim é que adiante (pág. 75-76), abandonando o tom chocarreiro, admoestava-o ostensivamente. Por este teor, onde grifo os vocábulos tipicamente significativos:

«É preciso que vossa alteza se compenetre bem, neste momento e de uma vez para sempre, como príncipe, *como rei*, como cidadão e como homem, para regra de todo o seu procedimento, presente e *futuro*, quer de si para cima, quer de si para baixo, – que o regime da obediência e o sistema da negação do carácter. O homem só é um homem desde o instante em que, *perante o conflito da consciência e da autoridade*, ele aprende a ser *um rebelde*. A obediência é a forma forrada de cebo ou de manteiga, em que se molda a massa saponacea dos *servis*, mas em que perde o feitio, porque se quebra ou porque se esboroa, a nobre personalidade humana».

Isto era assim em 1883. Mas em 1908 é inteiramente outra coisa. *Nous auons changé tout cela.*

Em 1908 ser-se rebelde à tirania de João Franco, recusar obediência a João Franco: – eis aí a estupidez máxima e o crime nefando está aí.

Em 1908 o ideal dos povos deve ser a ditadura e sua atitude sempre que seja a da submissão para com os reis que à força os querem fazer felizes.

Que Ramalho Ortigão preferirá o povo português? O de 1908 da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, ou o de 1883, das *Farpas*, de Lisboa? Por qual dos textos de Ramalho Ortigão quererá ele fazer o aprendizado de sua educação cívica?

Suponho que pelo texto de Lisboa.

E nessa suposição, ainda uma vez o vou reproduzir.

É assim:

«Está sucedendo a vossa alteza o mesmo que sucede aos povos a que os reis procuram dar a felicidade por meio da tirania. Os povos agradecem, mas preferiam o infortúnio, porque o coração do homem aspira eternamente à liberdade, e vai para ela com mais ou menos lentidão mas num esforço constante, como vai a crescença da planta para a parte de onde lhe vem a luz».

Incultura

A Pátria – Diário Republicano do Norte, 16 de Abril de 1910

Da instrução primária em Portugal disseram as *Farpas* no seu tempo, como por vezes o tenho lembrado, que isso era uma canalhice pública. A percentagem dos analfabetos em Portugal causa horror.

E, todavia, por enormíssimo, ainda esse não era o maior mal. O maior mal consiste na insuficiência da gente chamada ilustrada. É essa insuficiência de cultura geral que determina frases absurdas, como a do paralelo entre Herculano e Michelet ou apologias despropositadas, como o famoso elogio fúnebre de Eça de Queiroz.

Isto é vício genérico da península. Na vizinha Espanha ainda se ia mais longe nessa incúria, porque só há meia dúzia de anos é que ali passou a ser obrigatório o conhecimento do francês para os cursos superiores; e assim, é frequente encontrarmo-nos no país próximo com um médico, um advogado, um engenheiro que não sabe francês. A nós portugueses isto nos faz um efeito de assombro.

Na verdade, se é admissível o conceito de Goethe de que um homem é tantas vezes homem quantas as línguas que sabe, a ignorância da língua francesa em pessoa que põe gravata ao pescoço é um analfabetismo de segundo grau.

Causa lastimosa impressão o ver nos escaparates dos livreiros de Madrid as traduções para espanhol dos livros de aula franceses por que estudamos nos preparatórios e nos cursos superiores em Portugal, a Química de Wurtz, a Psicologia de Beaunis, a Física de Ganot, a Mecânica de Sturn, a Álgebra de Bertrand. Mas não reparamos que em Portugal não há na media das pessoas limpas sombra de educação geral.

Nem há mesmo curiosidade de espírito, o que existe é uma grande preguiça

cerebral, que se manifesta por todas as maneiras desde a exigência de artigos pequenos nos jornais até à repugnância pela compra de livros. Há até terras de relativa importância comercial e social em Portugal nas quais, todavia, entre as lojas de negócio não existe uma única livraria.

O que se encontra em Portugal é a cultura especial, técnica, profissional; mas, fora da sua especialidade, em regra, o analfabetismo de segundo grau é tão ignorante como o analfabetismo de primeiro, aquele que não sabe ler nem escrever.

Assim, há aqui tal médico, tal advogado, tal engenheiro que sabe muito bem da sua medicina, que é proficientíssimo na sua jurisprudência ou na arte de construções mas que, infelizmente, em compensação tudo ignora da história, da literatura, da filosofia e das religiões. e esta ausência de cultura geral na média das classes ilustradas é que dá ensanchas á audácia dos charlatães que se arvoram em estadistas. A ignorância, por parte da media das nossas classes ilustradas, da história diplomática, do direito público, da ciência das finanças e da economia política é que torna possível esta péssima política portuguesa, que tanto se assinala pelo incivismo como pela incapacidade.

O país não é só governado e administrado por desalmados, é o também por incompetentes. Na grande maioria dos casos, os grandes homens portugueses são uma coisa e outra.

A falta de cultura geral na gente fina portuguesa apresenta os aspectos irrisórios do snobismo elegante nos domínios das artes, como a música e a pintura, de que todas as pessoas que calçam luvas se julgam habilitadas e autorizadas a discorrer, sem haverem jamais visitado uma galeria de quadros onde as há educativas ou sem saberem os nomes das notas da escala. Porém o que nos domínios estéticos não causa prejuízo de maior tomo, nas regiões sociais da política e do governo é a origem das calamidades sensíveis, como nas escolhas do voto eleitoral.

Dá-se até um caso singular, de enorme importância e vastíssimo alcance. e é que na política o analfabetismo de segundo grau resulta mais prejudicial e funesto que o analfabetismo do primeiro grau, puro e extremo. Porquanto a semi cultura da gente chamada ilustrada faz-lhe perder a acuidade, a penetração espontânea do instinto popular. O povo, pela sua independência económica (a qual só existe nos extremos da

hierarquia social, quando se é capitalista ou quando se é proletário), desde que atinja o sentimento cívico, isto é desde que se interesse pelo facto político, nunca se engana; ele sabe diferenciar, adivinhar, escolher. O que já não sucede para a sem cultura, jactanciosa e obcecada.

Veja-se o que acontece, a esta hora miserável, neste desgraçado Portugal. Ainda há bocado, alguém, de muito ilustre, me observava que em Portugal está tudo morto. Um só ponto existe vivo, misterioso, enigmático. Se este ponto falhar, está tudo perdido. Só esse ponto é que nos permite a esperança pela futuro da pátria. Que ponto é esse ? É o povo de Lisboa.

E, com efeito, Lisboa encontra-se hoje novamente para Portugal como esteve já uma outra vez na existência histórica desta nação. Que vez foi essa ? Foi quando morreu D. Fernando, o fraco rei que fez fraca forte gente. Pela iniciativa de Lisboa, então, tudo se salvou, tudo, quando se estava prestes, prestes a tudo se perder. E a iniciativa de Lisboa foi então vigorosamente secundada pela concordância e cooperação do Porto. É mesmo daí que aos portuenses vem o glorioso apodo de "tripeiros", e não da expedição a Ceuta, como anda erroneamente escrito e obstinadamente repetido.

Contudo, o momento que passa é lúgubre; o que dirão de nós no século XXI aqueles que para nossa memória não olharem nesta terra ? E então, por nossa grande glória, esta terra será ainda portuguesa ? Ou então esta terra já não será portuguesa, para nossa infâmia ?

Porque, qualquer que haja de ser o desfecho, a hora da crise é, indubitavelmente, esta.

BRUNO.

ANEXO 2

SELECÇÃO DE OBRAS DA BIBLIOTECA PARTICULAR DE SAMPAIO BRUNO

Nota introdutória:

A biblioteca particular de Sampaio Bruno foi adquirida pela Câmara Municipal do Porto, logo após a sua morte ocorrida em 1915, e posteriormente transferida para Biblioteca Municipal do Porto. Era composta por 7.497 obras das quais os técnicos excluíram cerca de 2000 por serem consideradas de pouco interesse, ou por estarem repetidas no espólio já existente da Biblioteca Municipal. A avaliação da compra do espólio foi levada a efeito por José Teixeira Rego, João José Grave e Joaquim Gomes de Macedo.

Um pouco mais do que 5000 volumes entraram então para os fundos daquela biblioteca, onde permaneceram em sala separada até meados da década de setenta (1976/1977), segundo informações prestadas pelas técnicas daquela instituição. A partir dessa época as obras foram integradas no fundo geral, por não existir espaço para a manutenção de salas com espólios individuais. De acordo ainda com as informações prestadas, essa sala existiria onde actualmente se encontra hoje a Sala dos Índices.

Não existe um inventário destes livros, contudo, o Prof. Doutor Manuel Gama realizou, aquando da sua investigação de doutoramento, um levantamento que nos foi precioso para obter uma visão geral e esclarecer algumas dúvidas. Ainda assim esse levantamento não foi dado pelo seu autor como completo, facto que viemos a verificar ao procedermos ao levantamento das obras aqui presentes. Tal como o levantamento levado a cabo pelo Prof. Manuel Gama, também este foi repleto de dificuldades.

A pista para o levantamento das obras de Sampaio Bruno decorreu do conhecimento prévio de alguns dados fornecidos pelos funcionários mais antigos da Biblioteca e pelo trabalho do Prof. Manuel Gama. Assim, sabemos hoje que as obras de Bruno se encontram catalogadas com as siglas U (3); V (3); X (3) e W (3), desta forma percorremos todos os

ficheiros antigos (fichas azuis), quase todas elas manuscritas, elaboradas no tempo do Bibliotecário João Grave, de difícil leitura pelo desaparecimento da letra ou pelo tipo de escrita. Este trabalho de paciência demorou dias. A listagem encontrada foi, sempre que possível, confrontada com o levantamento já efectuado na intenção de dirimir algum lapso.

Em 1997, uma oferta efectuada por Henrique Lima à Biblioteca Municipal, aumentou ainda o espólio de Sampaio Bruno. Desta oferta foi, felizmente, feito um Catálogo que a Dra. Benilde colocou à nossa consulta na sala dos Reservados. Deste Catálogo (cuja referência é ND-8) retirámos igualmente alguns títulos que constam desta selecção.

A selecção das mesmas teve como objectivo catalogar as obras, e possíveis leituras de Bruno, sobre o tema educativo. Também aqui se levantam diversas dificuldades. Para além daqueles títulos que explicitamente falam de educação ou ensino, ou utilizam terminologias afins (tais como manual, escola, professor, etc.), tentámos fazer uma pesquisa de malha apertada sobre os livros que ele citou nas suas obras, mesmo quando não directamente relacionados com o tema educativo. É o caso da *História de los Heterodoxos Españoles*, de Menedez y Pelayo que Bruno utiliza para historicamente revelar o papel dos intelectuais ibéricos. Tantos outros haveria que referir nas mesmas condições.

Na realidade, sendo a sua biblioteca maioritariamente composta por livros de Literatura, Filosofia, Religião, História, Geografia ou Política, e sabendo nós o muito alargado conceito através do qual Bruno reflectiu os problemas da educação e da cultura, quase toda a sua biblioteca interessaria para o tema em questão. Por esta mesma razão, apesar de todas as salvaguardas já salientadas, este deve ser estudado em complemento ao já realizado pelo Prof. Manuel Gama.

Subsiste ainda um problema que é quase insolúvel, um problema da própria História da Leitura, e que é este: destas obras, quais foram aquelas que Sampaio Bruno realmente leu ? Exceptuando os livros que

possuam "marcas de leitura", reflexões em pé de página, sublinhados, etc., ou que sejam expressamente citados os seus conteúdos, ou que na própria obra de Bruno exista directa influência, não temos forma de averiguar a efectividade dessas leituras. Apesar do elemento luminoso que é o da sua existência na biblioteca particular, ainda assim, se exceptuarmos as ofertas, a compra de um livro indica o interesse por determinada matéria, mas na realidade nada nos diz sobre a sua real leitura.

Por último, das mais de duas mil obras levantadas apenas utilizamos nesta selecção parte delas. É nossa intenção proceder, posteriormente, à sua catalogação e estudo para eventual publicação de mais este instrumento de trabalho que cremos útil para o estudo de Sampaio Bruno, complementando assim o magnífico levantamento do Prof. Manuel Gama.

SELECÇÃO DE OBRAS DA BIBLIOTECA PARTICULAR DE SAMPAIO BRUNO

A questão Bruno, collecção de recortes de diversos jornais, s.ed., s.l., s.d..

A Questão do ensino da lyngua inglesa nos lyceus. Por uma comissão de estudantes do Lyceu Central de Lisboa, Typ. Francisco Manuel Pereira, Lisboa, 1902.

ABREU, Guilherme de Vasconcelos (1880), *Fragmentos d'uma tentativa de estudo scolastico da epopeia portuguesa: para comemoração do tricentenário de Camões*, Liv. Cruz e Cª. e Pacheco e Carmo, Lisboa, 1880.

AGOSTINHO, José (1906), *Cartas cívicas*, Typ. Viuva Tavares Cardoso, Lisboa, 1906 .

ALMEIDA, Agostinho de Morais Pinto de (1850), *Elementos de Arithmetica*, s.ed., Coimbra, 1850.

ALMEIDA, Anacleto Cabral d'(1896), *João de Deus*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1896.

ANFTEH (1863), *Gramática pratica da língua alemã aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Publica offerecida á mocidade estudiosa de Portugal e Brazil*, Typ. Sociedade Typografica, Lisboa, 1863.

Annuarie de la Faculté des Letres de Lyon, Ed. Ernest Laroux, Paris, 1883.

Amuário da Escola do Exército, Imprensa Nacional, Lisboa, s.d..

Aos estudantes das provincias. Os decretos de 28 de Março e 26 de Abril de 1877. Por um estudante de Lisboa, Typ. C. do Conde de Penafiel, s.l., s.d..

ARAÚJO, Joaquim de(1896), *A João de Deus*, Tip. R. Instituto Sordo-Muti, Génova, 1896.

ARROYO, António José (1911), *Relatórios sobre o Ensino Elementar Industrial e Commercial*, pelo inspector ..., Ed. Ministério do Fomento, Lisboa, 1911.

AULETE, Francisco Júlio Caldas (1875), *Selecta Nacional: curso prático de literattura Portuguesa. Segunda parte aprovada pelo Governo para uso nos liceus*, Typ. Viuva Tavares Cardoso, Lisboa, 1875.

AZEVEDO (1886), *Faculdade de Theologia. Breves reflexões sobre a memoria lida pelo --de vespera da mesma faculdade perante o Conselho Superior de Instrução Pública*, Typ. A.J. da Silva Teixeira, Porto, 1886.

BACCHIUS, L'Ancien (1895), *Introduction à l'árt musical*, Traduit antièremente neuvelle par Charles Émile Nuelle, Ed. Imprensa Nationale, Paris, 1895.

BACHARACH (1872), *Grammaire Alemande a l'usage des classes súperiores. Ouvrage autorisé par le Conseil de l'Instrution Publique*, Lib. Hachette et Cie., Paris, 1872.

BALZAC, Honoré de (s/d), *La paix du ménage. La fausse maitresse. Étude de femme. la grande bretéche. Albert Savarus. Scénes de la vie privée*, Ed. Calmann e Levy, Paris, s.d..

- (1881), *Le coronel Charbert. La messe de l'atenee – l'interdiction.*

Pierre Grassou. Scénes de la vie privée, Ed. Calmann e Levy, Paris, 1881.

- (1887), *Mémories de deux jeunes mariées. Une filhe d'Éve, Nouvelle édition Oeuvres complétes de Balzac. Scénes de la vie privée*, Ed. Calmann e Levy, Paris, 1887.

BARATA, António Francisco (1872), *Estudos da lingua portugueza*, segunda edição accrescentada e conforme ao programma official de Portuguez, Imp. de Sousa Neves, Liv. de Ferreira e Cª., Lisboa, 1872.

BARBOSA, Jeronimo Soares (s/d), *As duas linguas, ou gramatica philosophica da lingua portugueza comparada com a latina para ambas aprenderem ao mesmo tempo*, Ed. Real Impressão, s.l., s.d..

BARROS, João de (1908), *A Escola e o Futuro: notas sobre a educação*, Liv. Portuense de Lopes e Cª., Porto, 1908.

BASTOS, José Timóteo da Silva (s/d), *Perfis de intelectuaes*, ed. Autor, Lisboa, s.d..

BASTOS, Teixeira (1897), *Interesses nacionaes: o ensino publico e o trabalho nacional, as colónias*, Liv. Chardron, Porto, 1897.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca (1863), *Tabellas, dados practicos, regras e instruções para uso de engenheiros...*, Ed. Imp. Nacional, Lisboa, 1863.

BENTO (1863), *Premieurs éléments d'agricultura renfermant les trois parties que traiteut: 1º des motions d'histoire naturelle, 2º du sol, 3º des angrais, des amendements et des stimulants d'instrution primaire et secundaire*, Liv. Eclésiastique Classiq et Eseímmentais de Fourant, Paris,

1863.

BERTIN, Théodore Pierre (1851-1819), *Systema stenographico inventado por Samuel Taylor*, Imp. Regia, Lisboa, 1820.

BERTRAND, Joseph, *Traité d'Álgebre. Prémière partie à l'usage des classes de mathématiques élémentaires, 2 éme partie à l'usage des classes de mathématiques spéciales*, Lib. L. Hachette et Cie., Paris, 1866-1882.

Biblioteca do Povo: sciencias, artes e philosophia, Typ. B. d'Abreu Gonçalves, Porto, 1879.

BORGES, França (1871-1915), *A imprensa em Portugal*, Ed. Emp. Lit. e Tipográfica, Porto, 1900.

BOTELHO, Afonso (1899), *O Senhor Reitor*, Liv. Tavares Cardoso, Lisboa, 1899.

BOTELHO, Teixeira (1904), *As linguas vivas na instrução secundaria: considerações geraes, professores, méthodos d'ensino, conclusões*, Liv. Ferin, Lisboa, 1904.

BOUGAEV (s/d), *Des mathématiques considérées comme instrument scientifique et pédagogique – Discours prononcé dans la séance solemnele de l'Université Impéreales de Mascou le 12 Janier 1869*, Lib. Gauthier – Villars, Paris, s.d..

BOURDON (1873), *Éléments d'Algèbre. Ouvrage adopte par l'université*, 4 éme ed. revue et annoteé par M.B. Prohet, Lib. Gauthier- Villars, Paris, 1873.

- (1854), *Trigonométrie rectilígne et jhérique. Ouvrage adopté par l'univesité, rédigée conformément aux nouveaux programmes de l'ensignement dans le Lyceés*, Lib. Mallet – Bachelier, Paris, 1854 .

BRAGA, António Ferreira (1850), *Discurso académico recitado na sessão solemne d'abertura da Eschola Medico-Chirurgica do Porto, no dia 5 de Octubro de 1850*, Typ. Sebastião José Pereira, Porto, 1850.

BRAGA, Teófilo (1885), *Curso da História da Litteratura Portugueza, adaptado às aulas de instrução secundária*, Ed. Nova Livraria Internacional, Porto, 1885.

BRANDÃO, Adriano de Paiva de Faria Leite (1868), *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na Faculdade de Philosophia*, Imp. da Universidade, Coimbra, 1868.

BRANDÃO, Artur (1876-1960), *Lettras e lettrados: instantaneos*, Typ. Lusitana editora, Lisboa, 1895.

BRANSIET, Philippe (1863), *Nouveau traité d'arithmétique décimale*, 50éme.ed., Mame. et cie, Paris, 1863.

Breve memória sobre a instrução publica superior no Porto, e nas Provincias do Norte: offerecida aos senhores deputados da Nação Portuguesa, Typ. Faria Guimarães, Porto, 1854 .

BRISBARRE, J. (1876), *Précis de Philosophie: redigé d'aprés le programme officiel de l'enseignement secondaire classique: suivi de lánalyse des ouvrages philosophiques indiqués par le même programme*, 2 éme ed., Lib. G. Masson, Paris, 1876.

CADRÉS, Maruet (1860), *Principes de tenne de livres três-amplifieé a partie simples et a partie double avec un vocaboulaire des termes les plus usités dans le couverse. Ouvrage autorisé par le Conseil de l'Instrution Publique*, Lib. L. Hachette et Cie., Paris, 1860.

CAETANO, José (1749), *Escola tomística defendida das caluniosas injúrias, com que os antisiligistas a pretendiam afirmar patrocinadora dos seus erros*, Ed. Résia oficina sylviana, Lisboa, 1749.

CALDAS, Pereira (1874), *Cartas do professor Pereira Caldas do Lyceu Bracarense ao antigo discípulo mathemático Cândido de Figueiredo*, Typ. Domingos G. Gouveia, Braga, 1874.

CALHEIROS, Francisco Xavier (1866), *Escripta sem letras ou novo systema d'escripta syllabica inventada por...*, Typ. de José Pereira, Porto, 1866.

CAMÕES, Luís de (1907), *Os Lusíadas: para as escolas e para o povo*, Liv. Figueirinhas, Porto, 1907.

CAMPOS, Agostinho de (1916), *Casa de pais. Escola de filhos*, Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1916.

CANGALHAS, João Pedro Ferreira (1795), *Opusculos de arithmetica universal*, publicados com a protecção da Academia Real das Sciencias, Typ. Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1795.

- (1795), *Taboada de quadrados dos números naturaes*, publicados com a protecção da Academia Real das Sciencias, Typ. Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1795.

CARPENTER, Thomas (s/d), *The scholar's spelling assistant ... intended for the use of schools and private tution*, Ed. C. M. Warren, Dublin, s.d..

CARRACIDO, Jose Rodriguez (1907), *Estado actual das sciencias physico-chimicas em Hespanha*, s.ed., Porto, 1907.

Cartilha do cidadão. Dialogos entre o Dr. Ribeiro (médico militar) e João Magála para paisanos e militares, distribuição gratuita da imp. do Vaticano, Roma, 1909.

CARVALHO, Coelho de (1908), *A Lingua, e a Arte em Portugal: carta ao Dr. José de Figueiredo autor da broxura: "Algumas palavras sobre a evolução da arte em Portugal"*, Ed. Antiga casa Bertrand, Lisboa, 1908.

- (1910), *Prosodia e ortografia: carta ao Dr. João de Deus Ramos*, Ed. Imprensa Nacional, Lisboa, 1910.

CARVALHO, Francisco Freire de (1779-1854), *Lições elementares de poetica nacional seguidas de um breve ensaio sobre a critica litteraria: para uso da mocidade de ambos os hemispherios, que falam o idioma portuguez*, Typ. Rollandiana, Lisboa, 1840.

CARVALHO, José Pinto Rebelo de (1843), *Exame critico dos princípios da Geologia do Sr. Agostinho José Pinto d'Almeida*, Typ. Commercial Portuense, Porto, 1843.

CASTILHO, José Feliciano de (1866), *A escola coimbrã: cartas ao Sr. Conselheiro José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha ao correio mercantil do Rio de Janeiro*, Typ. do Futuro, Lisboa, 1866.

Catalogo da 18ª Exposição dos trabalhos escolares dos alunnos da Escola

Portuense de Bellas-Artes, considerados dignos de distinção do anno lectivo de 1908-1909, Imp. da Universidade, Coimbra, 1909.

CAUCHY, Augustion (1868), *Sept leçons de physique génerale*, Lib. Garthier- Villars, Paris, 1868.

CAVEDA, José (1887), *Poesias selectas en dialecto asturiano*, Ed. Vicente Brid, Oviedo, 1887.

COCQUIEL, Charles de (s/d), *De L'enseigment industriel et la limitation de la durré du travail en Angleterre: rapport a monsieur de Ministre d'interior*, Libraire Polytechinique d' Aug. Decq., Bruxelles, s.d..

COELHO, Adolfo (1910), *Alexandre Herculano e o ensino público*, Typ. J.A. Rodrigues e C^{a}., Lisboa, 1910.

COELHO, Trindade (1901), *ABC do Povo*, Liv. Aillaud, Lisboa, 1901.

- (1904), *Pão Nosso: ou leituras elementares encyclopédicas para uso do Povo*, Typ. Aillaud e C^{a}. , Lisboa, 1904.

COMBERROUSSE, Charles de (1860), *Cours de mathematiques à l'usage des candidats à l'École Central et manufatures, et de toust les éléves qui se destinem aux écoles du governement*, Ed. Mallet-Bachelier, Paris, 1860.

Compendio de analyse grammatical para uso das aulas de Portuguez dos lyceus, Typ. Sebastião José Pereira, Porto, 1860.

Compendio histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuitas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores, e directores que as regiam pelas maquinações, a publicações

dos novos estatutos por elles fabricados, Ed. Régia Officina Tipographica, Lisboa, 1772.

COR, U. J. Rieman (1878), *Traité d'álgébre élémentaire à l'usage des éléges de mathematiques élémentaires des aspirants au baccalaureat de l'enseignement classique (2ª série) et au baccalaureat de l'enseignement moderne (2ª et 3ª série) et des candidats aux écoles du governement*, Lib. Lovy et Cie., Paris, 1878.

CORREIA, A. A. Mendes (1815), *Creanças deliquentes: subsídios para o estudo da criminalidade infantil em Portugal*, Typ. F. França Amado, Coimbra, 1915.

COSTA, A. Couceiro da (1866), *Tratado de Arithmética approvado pelo Conselho Geral de Instrução Publica, e mandado imprimir à custa do Estado para servir o Collegio Militar*, Imp. Nacional, Lisboa, 1866.

- (1868), *Tratado de Geometria elementar approvado pelo Conselho Geral de Instrução Publica, e mandado imprimir à custa do estado para servir o Collegio Militar*, Imp. Nacional, Lisboa, 1868.

COSTA, A. Ribeiro da (1866), *Curso elementar de Philosophia redigido segundo o programma official para o ensino dos lyceus no reino. Aprovado pelo governo para o uso dos lyceus*, Typ. António José da Silva Freixo, Porto, 1866.

COSTA, António da (1870), *A Instrução Nacional*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1870.

- (1824-1892), *História da instrução popular em Portugal: desde a fundação da Monarchia até aos nossos dias*, 2ª ed. enriquecida com notas

posthumas, encontradas entre os papeis do autor e com retrato d'este, Ed. António Figueirinhas, Porto, 1900.

COUTURAT, Louis (1896), *De L'infini mathématique,* Féliz Alcan, Paris, 1896.

CUNHA, Augusto José da (s/d), *Elementos de Álgebra,* Imp. da universidade, Coimbra, s.d..

CUNHA, José Anastácio da (1790), *Principios mathematicos para instrução dos alunos do Collegio de São Lucas, da Real Casa Pia do Castello de São Jorge,* Officina de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1790.

DÂMASO, Reis (1895), *João de Deus e a sua obra,* Liv. Ferin e Cª., Lisboa, 1895.

- (s/d), *João de Deus: esboçeto,* Liv. Moderna de Alcino Aranha e Cª., Porto, s.d..

De l'éducation physique et morale des femmes, avec une notice alphabétique que elles qui se sont distinguées dans differents carrières des sciences et des beux-arts, du par des talents et des actions mémorables, s.ed., Bruxelles, 1779.

De L'instructuion publique en France dans le passé et dans présent, par un ancien professeur, Durant.Dentu., Paris, 1864.

DEUS, João de (1897), *Pedagogia: a Cartilha Maternal e a crítica,* Ed. Antiga casa Bertrand, Lisboa, 1897.

DEUSDADO, Ferreira (1860-1918), *A litteratura grega e latina*, Imp. Lucas, Lisboa, 1898.

DIAS, Augusto Epifânio da Silva (1897), *Considerações sobre o regulamento e os programas de ensino secundário*, Imp. Lucas, Lisboa, 1897.

DIAS, José Simões (1897), *A escola primária em Portugal*, Ed. Educação Nacional, Porto, 1897.

DIOGO, João (1902), *A nova reforma do ensino secundário em França: planos de estudos*, Liv. Chardron, Porto, 1902.

DOMESVIL, Georges (1882), *Cours de d'instrutions morale et civique a l'usage des instituteurs et institutrices des aspirants au breve supérieur de l'enseignement primaire. Redigé pour répondre au programme officiel*, Lib. Delacrave, Paris, 1882.

DUPIN, Charles (1837), *Geometria e Mecanica applicadas ás artes ou tratado elementar destas sciencias: extrahido do curso normal do Barão Charles Dupin e accommodado para as lições da aula que d'este ensino abriu em Lisboa a Sociedade Promotora da Indústria Nacional*, tradução de Evaristo José Ferreira, Imprensa Nacional, Lisboa, 1837.

DUPUIS, Jules (1875), *Tables de logarithmes a sept décimales: d'aprés Bremiker, Callet, Véga, etc*, Éd. Stéreotype, Librairie Hachette, Paris, 1875.

EDWARDS, Alphonse Milne, *Précis d'Histoire Naturelle*, 8 éme éd., Paris, 1878

Elementos de grammatica da lingua grega ordenados pelo professor de

lingua grega do Lyceu Nacional do Porto para uso dos seus discipulos, Imp. Nacional, Lisboa, 1871.

Enciclopédia do Povo e das escolas. Manual de todos os conhecimentos humanos, Ed. Biblioteca dos dois mundos, Lisboa, 1874.

ESMIRNA, Teón de (1892), *Exposition de connaissances mathématiques utiees pour la lecture de Platon*, trad. par J. Dupuis, Librairie de Hachette, Paris, 1892.

Estatutos, Associação dos jornalistas e homens de letras do Porto, Real Typ. Lusitana, Porto, 1885.

ESTEVES, Francisco Xavier (1892), *Plano de organização do ensino technico do Instituto Industrial e Commercial do Porto apresentado ao Conselho do mesmo instituto*, Imp. Portugueza, Porto, 1892.

F., P. (1891), *Les rothschild – l'instrution populaire*, s.ed., Paris, 1891.

FALCÃO, José (1884), *A cartilha do povo. Para a gente do campo. Com uma gravura representando Portugal e o zé povinho*, Imp. Litteraria, Coimbra, 1884.

FAYE, Hervé (1854), *Leçons de cosmographie: redigeés d'aprés les programmes officiels*, 2éme. ed., Librairie de L.Hachette et cie., Paris, 1854.

FÉNELON (1651-1715), *De l'education des filles; Fables choises*, Lib. Bibliothéque Nationale, Paris, 1888.

FERNANDES, Conceição (s/d), *A instrução primária: poesia*, Imp. Social,

s.l., s.d..

FERRAR, A. de Almeida (1883), *A educação das creanças (como devia ser)*, Liv. Lello, Typ. Occidental, Porto, 1883.

FETIS, François Joseph (1845), *A música ao alcance de todos: noticia soccinta de tudo o que é necessário para ajuizar e fallar d'esta Arte sem a ter estudado*, traduzida em portuguez por José Ernesto d'Almeida, Typ. Commercial, Porto, 1845.

FIGUEIREDO, Anibal de (1890), *Anibal de Figueiredo. Viva Portugal! Aos estudantes portugueses*, Ed. António José da silva e Souza, s.l., 1890.

FIGUEIRINHAS, António (s/d), *História Pátria: fascículo para a 4ª classe das escolas primárias*, Ed. Educação Nacional, Porto, s.d..

FLAMMARION, Camille (s/d), *Curiosités de la Science*, Ernest Flammarion, Paris, s.d..

FONTES, Alexandre (1910), *A questão orthográphica*, s.ed., Lisboa, 1910.

FRANCOUERL, L. B., *Curso completo de matematicas puras. Novamente traduzido, correcto e augmentado pelos lentes cathedraticos da Faculdade de Matematica na Universidade de Coimbra, Francisco de castro Freire e Rodrigo Ribeiro de Sousa*, Imp. da Universidade, Coimbra, 1853-1858.

FREITAS, Urbino de (1849-1913), *O ensino natural da linguagem*, Typ. Central, Porto, 1884.

FROMENTIN, Eugéne (1893), *Maitres (Les) l'antrefoi: Belgique – Hollande*, 7 éme ed., Lib. Plon, Nourrit et Cie., Paris, 1893.

GALVÃO, Januário Peres Furtado (1845), *Curso elementar de hygiene*, Ed. Commercial, Porto, 1845.

GARRETT, Gonçalo Xavier de Almeida (1869), *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na Faculdade de mathematica da Universidade de Coimbra,* Imp. Da Universidade, Coimbra, 1869.

GINER DE LOS RIOS, Francisco (1888), *Impresiones para servir de guia al viajero*, Imprenta popular, Madrid, 1888.

GIRARDIN, M. J. (1861), *Leçons de chimie élémentaire apliquée aux arts instrustriels*, Lib. Victor Massar et fils, Paris, 1861.

GRAINHA, Manuel Borges (1909), *Metodo intuitivo legografico e mecanico para ensinar a ler, escrever e contar*, s.ed., s.l., 1909.

- (1893), *O Portugal jesuíta,* Typ. Moderna, Lisboa, 1893.

Gramatica indostana a mais vulgar que se pratica no imperio do grão mongol para uso de muitos reverendos padres missionários do dito imperio, Imp. Régia, Lisboa, 1805.

GRAMAUX, Eduard (1883), *Théories et notations chimiques premiéres leçons du cours professé à l'École Polytecnique. Introdution à l'étude de la chimie*, Lib. Dunod, Paris, 1883.

HALL, H. J. and S. R. Knight, *Elementary algébra for schools with answers, Seventh edition revised and enlarged,* Ed. Macnillan and C° limited, London, 1898.

HOCH, Paul e outro (1875), *Une maitresse bien acréable*, Ed. Michel Levy Fréres, Paris, 1875.

HOLSTEIN, 1° Marquês de Sousa e (1875), *Observações sobre o actual estudo do ensino em Portugal, a organização dos museus e o serviço dos monumentos historicos e da archeologia*, Ed. Imprensa Nacional, Lisboa, 1875.

HOMEL, J. (1883), *Considérations élémantaires sur la géneralisation on meesive de l'ideé de quantité dans l'analyse mathematique*, Lib. Gauthier-Villars, Paris, 1883.

HUBERT, VALLEROUX, E. (1859), *De E'enseigment, ce qu'il è eté ce qu'il est, ce qu'il devait être*, Lib.Guillaumin et cie, Paris, 1859.

HUGO, Victor (s/d), *L'art d'être grand- pére*, Ed. Eugène hugues, Paris, s.d.

Instrução do povo e o método de João de Deus: representação à camara dos Srs. deputados, publicada no Diário do Governo n.°. 163 de 26 de Julho de 1897, introd. Casimiro Freire, Typ. Minerva Central, Lisboa, 1896.

JAQUES, Jules Limon et Émil Saisset, *Manuel de philosophie. Ouvrage autorisé par le Conseil de l'Instrution Publique*, 6 éme ed., Lib. L. Hachette et Cie., Paris, 1869.

JASMIN, Jules Célestin, *Cours de physique de l'école polytecnique*, tome troisiéme, éme ed. , Lib. Gauthier- Villars, Paris, 1887.

- (1896), *Cours de physique de l'école polytecnique: chaleur –acoustique-optique*, Lib. Gauthier- Villars et Fils, Paris, 1896.

JEONE, Robert de (1803), *Nouveau essais sur la megalantropogenie, ou l'art de faire des enfants desprit qui deviennemt de grands hommes*, Ed. Mormant, Paris, 1803.

KHANIKOF, N. de (1865), *Études sur l'instrution public en Russie*, Typ. Gauthier-Villars, Paris, 1865.

LABRA, D. Rafael M. de (1894), *Intimidade (la) ibero-americana, discurso pronunciado en el banquete celebrado en la noche del 6 de Noviembre de 1892 en honor de los publicistas y pedagogos de Portugal y las repúblicas sur de América que tomaram parte en el Congresso Pedagógico Hispano-Portuguéz-Americano verificado en Madrid en Octubre de 1892*, s.ed., s.l., 1894.

- (1898), *Nuestras colonias de Africa. Fernando Poó. Corisco, Amobón. Elobey, la costa de Guinea*, s.ed., Madrid, 1898.

- (1880), *Portugal contemporaneo. Conferencias dadas por el "Fomento de las Artes" de Madrid. Biblioteca Andaluza*, 2ª série, s.ed., Madrid, 1880.

LACRIOIX, Silvestre François, *Éléments d'Álgèbre à l'usage des candidats aux écoles du governement*, 2éme revue corrigée et annotée par M.Prouhet, Mallet – Bachelier, Paris, 1854.

LARANJO, José Frederico (1846-1910), *Convenencia d'uma Eschola de Philosophia annexa á Universidade*, Ed. Imprensa Litteraria, Coimbra, 1869.

LAUGLEBERT, J., *Manuel de chemie rédigé d'áprés les programmes officieles des lycées prescriptes pour les examens du baccalauréat*, 23 éme

ed., Lib. Jules Delalaim et fils, Paris, s.d..

- *Manuel d'histoire naturelle rédigé d'áprés les programmes officieles des lycées prescriptes pour les examens du baccalauréat*, 23 éme ed., Lib. Jules Delalaim et fils, Paris, s.d..

LE BON, Gustave (1907), *Phychologie de l'éducation,* Ernest Flammarion, Paris, 1907.

LEAL, Gomes (1883), *Gomes Leal. História de Jesus para as creancinhas lerem*, s.ed., Lisboa, 1883.

Lei da imprensa: carta de Lei de 7 de Julho de 1898 seguida da legislação citada na mesma lei, Ed. Minerva Comercial, Lisboa, 1898.

LEITÃO, Joaquim (1900), *Do civismo e da arte do Brasil*, Liv. Tavares Cardoso & Irmão, Lisboa, 1900.

LEMOS, Maximiano (1895), *O professor José Carlos Lopes*, Tip. Artur J. de Sousa & Irmão, Porto, 1895.

LIARD, Louis (1888), *Des définitions géométriques et des définitions empiriques,* Nouvelle edition, Féliz Alcan, Paris, 1888.

Lições elementares de geographia e chronologia, com seu atlas appropriado, acommodadas ao estado de conhecimento e mais circunstancias dos alunnos da aula de arithmética e chronologia do Real Collegio das Artes da Universidade de Coimbra, Ed. Real imp. da Universidade, Coimbra, 1830.

LIEBIG, Justus Von (1837), *Introduction a l'etude de la chimie: conteant les principes gèneraux de cette science...*, traduit de l'allemand par Ch. Gerhardt, L. Mathias, Paris, 1837.

LIGORNE, B. A. (s/d), *Elementos de Geometria para uso dos alunnos que frequentam as escolas primárias em harmonia com o programma official*, s.ed., Lisboa-Porto-Coimbra, s.d..

- (1900), *Elementos de História de Portugal para uso dos alunnos que frequentam as escolas primárias em harmonia com o programma official*, Typ. do Commercio, Lisboa, 1900.

LIMA, Felizardo de, *Cartilha infantil: arte de aprender a ler e a escrever em vinte lições*, 2ª ed. ampliada e correcta, Ed. por uma Sociedade, Typ. Lusitana, Braga, 1879.

LUCAS, Bernardo (1902), *Associação dos jornalistas e homens de letras do Porto. Actos de gerencia. Considerações diversas*, Ed. A. J. da Silva Teixeira, Porto, 1902.

LUCHAIRE, Achille (1881), *Philippe-Auguste. Bibliothéque des écoles et des familles*, Lib. Hachette, Paris, 1881.

Lyceu da Veneravel Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade. Regulamento interno, s.ed., Porto, 1894.

MACHADO, Bernardino (1906), *Academia de Coimbra: discurso*, Typ. França Amado, Coimbra, 1906.

- (1899), *A Educação: notas d'um pae*, 2ª ed., Typ. França Amado,

Coimbra, 1899.

- (1908), *A Universidade de Coimbra*, 2ª ed., Lisboa:B.M, Coimbra, 1908.

- (1899), *O Ensino primario e secundario*, Typ. França Amado, Coimbra, 1899.

MACHADO, Fernão Botto (1896), *O grupo republicano de estudos sociaes*, Typ. Pereira & Faria, Lisboa, 1896.

MADUREIRA, Manuel Barbosa de (1900), *Apontamentos auxiliares de analyse grammatica e logica no ensino primário*, Tip. Gutenberg, 1900.

MALLARMÉ, Stéphane (1842-1898), *Petite philologie a l'usage des classes et du monde: les mots anglais*, Lib. Chez truchy, Paris, 1877.

MARINHO, Henrique (1899), *O Mestre Escola*, Typ. Central, porto, 1899.

MATOS, Júlio de (1881), *A última reforma da instrução secundária: reflexões críticas*, Ed. Magalhães e Moniz, Porto, 1881.

MAUDUIT, E.(1877), *Précis d'Álgèbre*, 6 éme redigée conformément aux neuveaux programmes, G. Masson, Paris, 1877.

- (1874), *Précis d'Arithemétique*, 3 éme redigée conformément aux neuveaux programmes, G. Masson, Paris, 1874.

- (1874), *Précis de Géométrie*, 5 éme éd. , G. Masson, Paris, 1874.

MAYA, Delfim Maria d'Oliveira (1884), *História da literattura segundo o programma official de 14 de Outubro de 1880 para a cadeira de*

Literattura Nacional dos lyceus, Ed. A.J. da Silva Teixeira, Porto, 1884.

MESMIER, Raul (1882), *Arithmotecgno. Machine destinada a executar todas as operações arithméticas com rigor absoluto e inexcedivel rapidez inventado por ...*, Imp. Civilização-Santos, Porto, 1882.

MIRABEAU, Bernardo António Serra de (1872), *Memoria historica e commemorativa da Faculdade de Medicina nos cem annos decorridos desde a reforma da Universidade em 1772 até ao presente,* Imp. da Universidade, Coimbra, 1872.

MONTAIGNE, Michel de (1836), *Essais: avec des notes et les commentateurs,* Ed. revue sur les textes originaux, Chez Firmin Didot Fréres, Paris, 1836.

MONTEIRO, Campos (1909), *A paixão de Ferrer: poemeto,* Ed. Guimarães e Cª., Lisboa, 1909.

MONTEIRO, José Maria de Sousa (1875), *Duas obras de misericórdia (ensinar os ignorantes e castigar os que erram) ou energica reputação do opusculo do Sr. Herculano a proposito da suppressão das conferencias do casino*, Liv. Internacional de Teixeira de Freita, Guimarães, 1875.

MONTEVERDE, Emílio Aquiles, *Manual Encyclopedico: para uso das escolas de Instrução Primária,* 4ª ed., revista, consideravelmente melhorada, augmentada com mappas geographicos e muitas figuras intercaladas no texto, Liv. Central de Gomes de Carvalho, Lisboa, 1893.

MORAES, Mello Filho (1889), *Educação cívica. Folhetins da tribuna liberal. Propaganda republicana*, s.ed., Rio de Janeiro, 1889.

MOREIRA, Júlio (1891), *Grammatica da lingua ingleza: para uso das aulas secundarias*, Liv. Universal, Porto, 1891.

MOROTE, Luis (1904), *El pulso de España*, s.ed., Madrid, 1904.

NETO, Coelho (1910), *Apólogos: contos para crianças*, Liv. Chardron, Porto, 1910.

O projecto do Sr, Jeronymo José de Mello, relativo á nomeação dos directores das Faculdades naturaes, Universidade de Coimbra, Imprensa da Universidade, Coimbra, s.d..

ÓDEA, James J., *The neo explicit arithmetie in theory and pratice for intermediate and university students, teachers and civil service candidates*, 2nd ed., s.ed., London-New York-Bombay, 1897.

OLIVEIRA, Pedro Freire de (1819), *Collecção das instrucções, que dá aos seus discipulos no exercicio da latinidade. Tiradas dos bons authores que sobre estas materias escreverão, e accomodadas á capacidade do que aprendem*, Imp. Régia, Lisboa, 1819.

OSÓRIO, Ana de Castro (1908), *A boa Mãe, livro de premios escolares*, Ed. Para as Crianças, Setúbal, 1908.

- (1909), *Instrução e Educação: crianças e mulheres*, Typ. Guimarães e Cª., Lisboa, 1909.

PALLAVICINI, Ferrante (1866), *Alcibiane enfant à l'école. Traduit pour la prémiére foi de l'iechien*, Ed. Encient-Pierre Marteau, Admesterdam, 1866.

Parabola dos sete vimes na qual figura um pae com seus sete filhos. Seguida de conselhos uteis. Folhetos para o povo, Liv. Moderna, Lisboa,

1900.

Parecer da maioria da Comissão Especial da Camara dos Deputados sobre a proposta do governo acerca das congregações religiosas, do ensino apresentado na sessão de 26 de Abril de 1862, Typ. Sociedade Franco-portuguesa, Lisboa, 1862.

Patria portugueza. Livro destinado para premio aos alunnos distintos nas escolas de instrução primaria. Organizado por João da Camara, Maximiliano de Azevedo e Raul Brandão aprovada pelo governo, Ed. Ferreira & Irmão, Lisboa, 1906.

PAYOT, Jules (1911), *A Moral na Escola*, trad. Gustavo d'Almeida, Typ. Guimarães e Cª., Lisboa, 1911.

PEIXOTO, J. M. B. da Costa (1858), *Grammatica hespanhola para uso dos portuguezes, 2ª ed. corrigida e muito augmentada contendo no fim um vocabolario portuguez – espanhol das palavras mais usuaes e necessarias*, Typ. Madre de Deus, Lisboa, 1858.

PEIXOTO, Rocha (1889), *As deficiências de trabalho na Academia polytechnica: Sciencias Naturaes*, Typ Occidental, Porto, 1889.

- (1889), *Questão academica: resposta ao desforço provocado pelo opusculo. As deficiências de trabalho na Academia polytechnica*, Typ Occidental, Porto, 1889.

PELAYO, Dom Marcelino Menendez (1880), *Historia de los Heterodoxos Españoles*, Lib. católica de San José, Madrid, 1880.

PEREIRA, Francisco Maria Henriques da Silva (1905), *O systema mátrico*

de infancia aprovado pela Junta Consultiva d'Instrução Pública (Diário do governo de 12 de Maio de 1870), e pelo Conselho Superior d'Instrução Pública em 1886 e 1887, 20ª ed. correcta e muito augmentada com numerosas gravuras intercaladas no texto, Liv. Portuense de Lopes e Cª., Typ. Occidental, Porto, 1905.

Petit dictionnaire étymologique portugais, 2 éme ed., Liv. Magalhães e Moniz, Porto, 1903.

PIEDADE, Frei Anselmo da (1748), *Reflexões apologéticas à obra intitulada "O verdadeiro metodo de estudar", dirigida a persuadir hum novo metodo para em Portugal se ensinarem, e aprenderem as sciencias e refutar o que neste reino se pratica, expandidas para desagrado dos portuguezes em huma carta, que em resposta de outra escreveo da cidade de Lisboa para a de Coimbra...*, Ed. Nicolau Francez Leon, Typ. De António Balle, Valensa, 1748.

PIMENTA, Alfredo (1905), *Para a minha filha*, Liv. Académica, Coimbra, 1905.

PIMENTA, Eduardo (1899), *Carta aberta ao Sr. professor Azevedo Maria*, Typ. Diário da Tarde, Porto, 1899.

PINTO, Agostinho Albano da Silveira (1837), *Prelecções Preliminares ao Curso de Economia Política da Eschola d'Associação Commercial do Porto*, Typ. Commercial Portuense, Porto, 1837.

PINTO, Manuel de Sousa (1914), *Magas e histriões*, Liv. Aillaud e Bertrand, Lisboa, 1914.

- (1912), *O Gomil dos Noivados*, Liv. Moura Marques & Paraísos, Lisboa,

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

1912.

- (1914), *O Jardim das Mestras*, Liv. Aillaud e Bertrand, Lisboa, 1914.

PORTO REAL (1760), *Novo epitome da grammatica grega composta... na lingua portugueza, para uso das escolas de Portugal*, s.ed., Paris, 1760.

Primeiras leituras: selecta infantil: coordenada para uso das escolas primárias, Ed. Lugan Genelioux, Porto, 1891.

PROENÇA, Martinho de Mendonça de (1760), *Apontamentos para a educação de hum menino nobre, para seu uso particular...*, Typ. de Francisco Mendes Lima, Porto, 1761.

Programmas para o ensino das disciplinas de instrução secundaria organizados pelo Conselho Superior d'Instrução Publica e mandados observar por portaria de 14 de Novembro de 1886, Ed. Archivo Juridico, Porto, s.d..

QUENTAL, Antero de (1897), *A João de Deus*, Typ. R. Instituto Sordo-Muti, Génova, 1897.

QUIÑONES, Ulbaldo Romero (1866), *Curso completo de Grammatica parda: dividido em quinze lições nas quais se dão fixas para que qualquer possa viver sem precisar de trabalhar*, publicada por Don Ramon Soler, Liv. Ignacio Correa, Porto, 1866.

- (1890), *Los huerfanos: novela sociológica original*, Imp. Juan Comas, Sabadell, 1890.

RAFFY, C., *Répetition écrites d'histoire universelle depuis de la création*

du monde jusqu'en 1866, avec la réponse à toutes les questions, du programme de l'enseignement special, 6 éme ed. avec tableaux et cartes, Ed. Durant et Pedone, Paris, 1867.

RAMOS, António Joaquim Silva (1892), *Geographia. Curso elementar de Geographia Geral*, Ed. Minerva da Loja Vermelha, Lamego, 1892.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (1815), *Ortographia de la lengua castelhana por la Real Academia Española, 8ª ed. reformada y corrigida*, s.ed., Madrid, 1815.

REFOIS, Joaquim Augusto da Silva (1901), *O Collegio de S. Fiel no Louriçal do Campo* e o de Nossa Senhora da Covilhã. Apontamentos sobre o jesuitismo no distrito de Castelo Branco, Ed. França Amado, Coimbra, 1901.

RIOS, A. Fernando de los Rios (s/d.), *Mi mision en Portugal. Añales de ayer para enseñanza de mañana*, s.ed., Paris, s.d..

ROBERT, Charles (1864), *Plaintes et voeux presentés par les Instituteurs en 1861 sur la situation des Maisons d'Ecole du mobilier et du matériel classiques*, Librairie de Guillaumin et cie., Paris, 1864.

RODRIGUES, José Manuel, *Tratado de Álgebra Elementar*, Lemos e Cª, Porto, 1894.

ROSNY, Léon de (1872), *Instroduction au cours de japonais: résumé des principales cannais sances nésessaires pour l'étude de la langue japonaise*, Lib. Maisonneuve et Cie., Paris, 1872.

ROUSTAIN, Paul (1866), *Grammaire allemand à l'usage des colléges et*

des maisons d'education, 1 éme part – méthode, 2 éme part – syntaxe, 11 éme ed., Lib. Delagrave et Cie., Strasbourg, 1866.

ROVIRA, S. de Riberay (s/d), *La integridad de la Patria. Cataluña ante el espirito de Castilla*, Lib. Cientifico de José Alustí, Barcelona, s.d..

- (s/d), *Poesía y prosa. Originals y traducion del portuguéz. Proloche de Joan Maragall*, Ed. Vilanova y Cetbú, Barcelona, s.d..

- (1912), *Portugal literari. Resumeau d'unes conferencias donades sobre a quest tema a l'atenéu barcelonès*, Lib. Biblioteque Popular de l'Avenç, Barcelona, 1912.

SÁ, B. U. Moreira de (1912), *Palestras musicais e pedagogicas*, Imp. Nacional, Porto, 1912.

SALURON, G.(1868), *Leçon d'álgébre supérieure, traduit de l'anglais par M. Bazin*, Lib. Gauthier-Villars, Paris, 1868.

SANTOS, Correa dos (s/d), *Lições de cosmographia elementar em harmonia com o ulthimo programma official para o estudo d'esta Sciencia no sexto anno dos cursos dos Lyceus. Ilustrado com 42 gravuras intercaladas no texto*, Liv. Civilização, Porto, s.d..

SANTOS, João Correia dos (1888), *Trignometria rectilínea: para uso dos Lyceus*, Empreza litteraria e typographia, Porto, 1888.

SANTOS, Virgílio (s/d), *Leituras para a 2ª classe*, Liv. Civilização, Porto, s.d..

SAY, Jean Baptiste (1836), *Catéchisme d'Economie Politique ou Instrution*

familiére: qui montre de quelle façon richesses sont produites, distribueés et consommeés dans la société, Typ. H. Dumond, Bruxelles, 1836.

SERRET, J. A. (1877), *Cours d'Álgébre supérieure*, 2 éme ed., Lib. Gauthier- Villars, Paris, 1877.

SIMÕES, Veiga (1911), *A Nova Geração: estudo sobre as tendencias actuaes da Litteratura Portuguesa*, Typ. França Amado, Coimbra, 1911.

SOUSA, Guilherme de (1850-1917), *Botanica*, 5ª ed., Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1898.

SPENCER, Herbert (1881), *Classification des Sciences,* traduit de l'anglais sur la troisiéme éd. par F. Réthoré, 3éme ed., Librairie Germer Baillière et cie., Paris, 1881.

- *De l'education*, 6 éme ed., Ed. Félix Alcan, Paris, s.d..

SWEET, Henry (1845-1912), Spelling and english litterature, Ed. Cambridge Philological Society, Cambridge, 1884.

TARROSO, Domingos (1897), *A Geração Nova*, Liv. de António Maria Pereira, Lisboa, 1897.

TISSOT, Auguste (1877), *De Géométrie descriptive,* 4 éme éd. redigée conformement aux neuveaux programmes, G. Masson, Paris, 1877.

- (1875), *Précis de Cosmographie,* 3 éme éd. redigée conformément aux neuveaux programes, G. Masson, Paris, 1875.

TOLSTOI, Leão (1904), *A Adolescencia: novella*, Liv. Editora Viuva

Tavares Cardoso, Lisboa, 1904.

- (1904), *A Infancia: novella*, Liv. Editora Viuva Tavares Cardoso, Lisboa, 1904.

- (1905), *A Mocidade: novella*, Liv. Editora Viuva Tavares Cardoso, Lisboa, 1905.

TORRES, João Gonçalves d'Oliveira e (1900), *Tres discursos: industria, beneficencia, instrução: 1898 – 1899* , Typ. Real officina de S. José, Porto, 1900.

TRIPIER, Louis (1856), *Plus de multiplications ni de divisions ou table ramenant sans l'emploi des logarithmes la multiplication a l'addition et la division a la soustration,* Chez L.T., Paris, 1856.

TROOST, Louis (1876), *Précis de chimie, redigée conformement aux neuveaux programmes et suivi de quelques notions de chimie organique*, 7 éme éd., G. Masson, Paris, 1876.

TUBINO, Francisco Maria (1872), *Cervantes y el Quijote: estudios críticos*, Lib. A. Duran, Madrid, 1872.

UNAMUNO, Miguel de (1902), *Amor y Pedagogia*, Imp. Henrich e C^{a}., Barcelona, 1902.

- (1873), *Dies Irael: drama en un acto*, Liv. Fernando Fé e Victoriano Suarez, Madrid, 1873.

- (1873), *Guerra á la Guerra*, Liv. Fernando Fé e Victoriano Suarez, Madrid, 1873.

- (1905), *Vida de D. Quixote y Sancho según Miguel de Cervante Saavedra*, Liv. Fernando Fé e Victoriano Suarez, Madrid, 1911.

VACQUANT, Charles (1878), *Précis Trignométrie*, 4 éme redigée et corrigée, G. Masson, Paris, 1878.

VALE, João Pedro de (1794), *O tolo por arte e o sabio por geito...O antismachiavelismo: nova sciencia e arte*, Ed. Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1794.

VALENTE, J. M. Lapa (1885), *Estudo pratico de Mathematica Elementar: coordenação de todas as formulas, regras e tabellas applicaveis a este estudo*, Livraria Civilização de Eduardo da Costa Santos, Porto, 1885.

VASCONCELOS, Alberto Osório de (1866), *Garrett, Castilho, Herculano e a escola coimbrã ou dissertação acerca da genealogia da moderna escola, contendo um esboço gráfico rapido e pittoresco da litteratura contemporanea*, Imp. De J.G. de Sousa Neves, Lisboa, 1866.

VELLOSO, José Maria Queiroz (1898), *Relatório do estado litterario e economico da Escola Industrial de Évora apresentado pelo director ...: anno lectivo de 1896 – 1897: 1º ano*, Ed. Imprensa Nacional, Lisboa, 1898.

VERGANI, Angelo (1884), *Grammaire italienne: en 20 leçons*, Lib. Didier et Cie., Paris, 1884.

VERNEY, Luis António (1747), *Verdadeiro método de estudar: para ser útili à República, e à Igreja: proporcionando ao estilo e necessidade de Portugal: exposto em várias cartas escritas pelo R. P. Bernardino na congregasam de Italia ao R. P. Doutor na Universidade de Coimbra*, Off.

de António Balle, Valensa, 1747.

VÉZINET, François (1907), *Les maitres du roman – espagnol contemporain*, Lib. Hachette et Cie., Paris, 1907.

VIARDOT, Louis (1835), *Études sur l'histoire des intituition, de la littérature, du théatre et des beaux-artes en Espagne*, Lib. Pulin, Paris, 1835.

VILLARCEAU, Yvon (1881), *Mécanique céleste: exposé des Méthodes de Wronski et composantes des forces perturbatrices suivant les axes mobiles*, Gauttier-Villars, Paris, 1881.

VINSON, Julien (1875), *Notes sur la dérivation du verbe Basque*, Lib. Maisonneuve et Cie., Paris, 1875.

VOGT, H. (1895), *Leçons sur la résolution algébrique des équations*, préf. Jules Tannery, Lib. Nony et Cie., Paris, 1895.

VON HAFE, J. Eduard e outro (1891), *Grammatica franceza: para uso das escholas*, Liv. Moré, Lisboa 1891.

WEBER, Heinnich (1898), *Traité d'Algébre Supérieure*, trad. de l'allemand sur la 2è. éd. par J. Griess, Paris, 1898.

YXART, José (1894-1896), *El arte escénico en España*, Imp. La Vanguardia, Barcelona, 1894-1896.

ZEUTHEN, Hieronymus Georg (1902), *Histoire des Mathématiques dans l'Antiquité et le Moyen Age*, Edition fraçaise, revue et corrigeé par le auteur, traduit par Jean Mascart, Gauthier-Villars, Paris, 1902.